UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

ANA LUISA DANTAS COUTINHO PEREZ

DESENHO DE UM COMPORTAMENTO PROFISSIONAL:

O CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DO ARQUITETO E
URBANISTA NO BRASIL

SÃO PAULO
2018

ANA LUISA DANTAS COUTINHO PEREZ

Desenho de um Comportamento Profissional:

O Código de Ética e Disciplina do Arquiteto e Urbanista no Brasil

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB
RESPONSABILIDADE DA AUTORA E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na biblioteca da faculdade.

São Paulo, 18 de junho de 2018

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de
Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: História e Fundamentos da
Arquitetura e do Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Leandro Silva Medrano

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo

Perez, Ana Luisa Dantas Coutinho
Desenho de um comportamento profissional: O Código de Ética e
Disciplina do Arquiteto e Urbanista no Brasil / Ana Luisa Dantas
Coutinho Perez; orientador Leandro Silva Medrano. - São Paulo,
2018.
448f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e
Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

1. Arquiteto e Urbanista. 2. Ética. 3. Código Ética e Disciplina. 4.
Profissão. 5. História da Profissão. I. Medrano, Leandro Silva, orient. II.
Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <<http://www.fau.usp.br/fichacatalogica/>>

CAPA: "Homem de Vitruvius" por Leonardo Da Vinci (1490). Imagem do esboço das proporções ideais do corpo humano baseado no livro III do "Tratado de Arquitetura" de Vitruvius. Disponível em:<http://www.romanaqueducts.info/picturedictionary/pd_ponderwerpen/vitruvius.htm>. Em 12/06/2012

Às minhas queridas filhas;
Ana Beatriz, Ana Sofia e Ana Maria.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à FAU/USP, por considerar a relevância do tema, e com isso, a possibilidade de concretização da pesquisa.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Leandro Medrano, por ter aceitado a orientação de um tema tão conturbado e ainda pouco discutido nas escolas de arquitetura e urbanismo no Brasil.

Agradeço sempre ao Prof. Dr. Luiz Américo de Souza Munari, por suas sugestões habitualmente apropriadas que tanto colaboram e enriquecem as minhas pesquisas.

Aos professores, Dr^a. Rosária Ono e Dr. Gil de Barros, que durante o convívio em sala de aula contribuíram com discussões e sugestões valorosas.

Agradeço à Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR e ao arquiteto João Honório de Mello Filho, por me convidar a assistir algumas reuniões e seminários durante a elaboração do Código, e pelo fornecimento do rico material que sustentou a pesquisa.

Às professoras, Dr^a. Giselle Chalub Martins, Dr^a. Silveli Maria de Toledo Russo e Dr^a. Letizia Vitale, pelas importantes colocações que muito contribuíram para a revisão final da tese.

E, finalmente, ao querido Mário Dias Costa, de quem mesmo de longe, recebi o apoio em longas horas de transcrições.

RESUMO

PEREZ, Ana Luisa Dantas. C. **Desenho de um comportamento profissional: O Código de Ética e Disciplina do Arquiteto e Urbanista no Brasil**. 2018. 448f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

Com o estabelecimento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), no final de 2011, a categoria profissional dos Arquitetos e Urbanistas conquistou a formação de seu órgão regulador, voltado somente a esse profissional. Diante de tal fato, a necessidade de formulação e implantação de um novo Código de Ética e Disciplina para a profissão, junto com seus procedimentos disciplinares tornou-se evidente.

Com isso, a tese buscou, primeiramente, acompanhar e registrar o processo de elaboração do Código, ressaltando a metodologia utilizada e destacando as principais discussões que envolveram a consolidação do texto final do primeiro Código de Ética e Disciplina voltado somente aos profissionais de arquitetura e urbanismo no Brasil. Tal investigação não só possibilitou o levantamento das principais discussões voltadas à estrutura do texto do Código, como também, as discussões que envolveram os conflitos predominantes que ocorriam na prática profissional do arquiteto e urbanista naquele momento.

Em seguida a tese se concentrou na demonstração do levantamento e classificação das decisões publicadas pelos CAU/UF da Região Sudeste referente às sanções aplicadas às infrações ocorridas às regras do Código a partir de sua implementação no início de 2014 até o final de 2017, procurando destacar quais infrações se apresentarem recorrentes.

Ainda, com a intenção de fornecer uma descrição do processo histórico do desenvolvimento da profissão do arquiteto e urbanista no Brasil, focado na evolução de seu comportamento profissional baseado nos códigos de conduta estabelecidos pelos órgãos reguladores, seguiu-se a elaboração de um estudo comparativo dos resultados alcançados no decorrer das investigações colocadas acima, com os resultados obtidos em pesquisa anterior, no período em que a classe profissional se encontrava sob vigência do então Código de Ética do Sistema CONFEA/CREA.

Palavras-Chave: Arquiteto e Urbanista; Ética; Código de Ética e Disciplina; Profissão; Profissão do Arquiteto e Urbanista; História da Profissão; História da Profissão do Arquiteto e Urbanista.

ABSTRACT

PEREZ, Ana Luisa Dantas. C. **Design of a professional behavior: The Code of Ethics and Discipline of the Architect and Urban Designer in Brazil.** 2018. 448p. Thesis (Ph.D) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

With the establishment of the Architecture and Urban Design Council of Brazil (CAU/BR), by the end of 2011, the professional category of architects and urban designers attained the formation of its regulatory entity, exclusively dedicated to its professionals. Therefore, the need to formulate and implement a new Code of Ethics and Discipline for the profession, along with its disciplinary procedures became evident.

With that in mind, the thesis aimed, in the first place, to follow and record the elaboration process of the Code, explaining its methodology and highlighting the main discussions that took place to achieve the consolidation of its final draft, with the first Code of Ethics dedicated solely to the field of Architecture and Urban Design in Brazil. The research made possible the survey of the main topics regarding the Code contents structure, and also, discussions that encompassed the predominant conflicts that occurred within the professional practice of Architecture and Urban Design at that time.

Subsequently, the thesis focuses on the demonstration of the survey and classification of the decisions published by CAU/UF¹, from the southeast region, concerning the applied sanctions regarding infractions committed against the

¹ Local State Councils

Code after its implementation in the beginning of 2014, until the end of 2017, seeking to highlight the more recurrent ones.

With the intention to provide a description of the historical process of the development of the profession of Architect and Urban Designer in Brazil, focused on the evolution of its professional behavior, based on the Conduct Codes established by the regulatory entities, the next step was the elaboration of a comparative study of the obtained results during the investigations mentioned above, containing the data of a previous research, conducted in a period in which the professional category was still under the regulation of the past Code of Ethics, under the CONFEA/CREA System.

Keywords: Architect and Urban Designer; Ethic; Code of Ethics and Discipline; Profession; Profession of the Architect and Urbanist; History of Profession, History of the Profession of Architect and Urban Designer.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PRIMEIRO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA ESPECÍFICO PARA A PROFISSÃO DO ARQUITETO E URBANISTA	19
1.1 OS SEMINÁRIOS SOBRE ÉTICA E DISCIPLINA REGIONAIS E NACIONAL.....	41
1.2 A CONTRATAÇÃO DO INSTITUTO ANIS (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero)	50
1.3 A CONTRATAÇÃO DA CONSULTORIA PARA A ELABORAÇÃO DO TEXTO DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA.....	57
1.3.1 Os Documentos Estruturadores do Texto do Anteprojeto do Código e Disciplina do CAU/BR.....	61
1.3.2 A Apresentação da Minuta 1.1 no 5º Seminário Regional de Ética e Disciplina em Belém.....	69
1.3.3 A Minuta 6.1 apresentada no Seminário Nacional de Ética e Disciplina em Brasília.....	78
1.3.4 A Minuta 7.0 apresentada na 20ª Reunião Plenária do CAU/BR.....	87
CAPÍTULO 2: AS REGRAS QUE APRESENTARAM MAIOR CONFLITO DE IDEIAS NAS DISCUSSÕES DURANTE A ELABORAÇÃO DO CÓDIGO	97
2.1 ENSINO E FORMAÇÃO.....	101
2.2 DIREITO AUTORAL E PLÁGIO.....	107
2.3 A INCOMPATIBILIDADE NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO	114
2.4 O CONFLITO DE INTERESSES, INCOMPATIBILIDADE, REMUNERAÇÃO ILÍCITA, RESERVA TÉCNICA OU COMISSÃO.....	118
2.5 CONTRATOS HONORÁRIOS E SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL.....	128
2.6 A CRÍTICA NA ARQUITETURA E URBANISMO	134

CAPÍTULO 3: LEVANTAMENTO DAS INFRAÇÕES AO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CAU/BR CITADOS NOS PROCESSOS ÉTICO DISCIPLINARES DA REGIÃO SUDESTE DURANTE OS ANOS 2014 A 2017.....	137
3.1 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO	154
3.1.1 Resultados e Análise.....	156
3.2 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS	162
3.2.1 Resultados e Análise.....	163
3.3 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO	165
3.3.1 Resultados e Análises.....	166
3.4 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO.....	169
3.4.1 Resultados e Análises.....	170
3.5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PROCESSOS DE JULGAMENTO DO CONSELHO DOS ESTADOS DO SUDESTE: RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO E SÃO PAULO	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS	199
I. BIBLIOGRAFIA.....	199
II. ARQUIVOS ÁUDIO E VÍDEO.....	238
ANEXOS	241
I. PESQUISA ANIS.....	243
II. RECOMMANDATIONS POUR LA POLITIQUE DE L'ACCORD SUR L'ETHIQUE ET LA DÉONTOLOGIE	288
III. MINUTA 0.0 DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA.....	292
IV. MINUTA 1.1 DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA.....	301
V. MINUTA 6.2 DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA.....	314
VI. MINUTA 7.0 DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA.....	356
VII. PROCESSOS ÉTICO DISCIPLINARES DA REGIÃO SUDESTE LEVANTADOS DURANTE OS ANOS 2014 A 2017	374

i.	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro.....	374
ii.	Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais.....	406
iii.	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo.....	412
iv.	Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo.....	418

INTRODUÇÃO

Na realidade, como em todas as coisas, também na arquitetura, de uma forma especial, se verificam essas duas realidades: o que é significado e o que significa. O que é significado é a coisa proposta, da qual se fala; o que significa é a evidência baseada na lógica dos conceitos. E, assim, parece que aquele que pretende ser arquiteto deverá se exercitar numa e noutra parte. Convém que ele seja engenhoso e hábil para a disciplina; de fato, nem o engenho sem a disciplina, nem esta sem aquele podem criar um *artifex*² perfeito. Deverá ser versado em literatura, perito no desenho gráfico, erudito em geometria, deverá conhecer muitas narrativas de fatos históricos. Ouvir diligentemente os filósofos, saber de música, não ser ignorante em medicina, **conhecer as decisões dos jurisconsultos** e ter conhecimento da astronomia e das orientações da abóbada celeste. (VITRUVIUS POLLIO, 2007, p. 62, grifo nosso)

² Em nota o tradutor aponta que o termo *artifex*, que etimologicamente significa “o que faz uma obra de arte”, deverá ser traduzido para o português mais por “artista” do que por “artífice”, embora o termo que mais lhe corresponda seja, de fato, este último, dado o contexto experimental em que é usado pelo autor. Aplica-se ao exercício de toda e qualquer manifestação artística. No caso presente, *artifex* é o “arquiteto”.

Após 79 anos sob a regulamentação do decreto lei nº 23.569³, publicado em dezembro de 1933, criadora do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e os seus Conselhos Regionais (os CREAs), a profissão do Arquiteto e Urbanista no Brasil, em dezembro de 2010, foi alvo de importante transformação.

Com a promulgação da Lei Federal nº 12.378⁴, os profissionais da arquitetura e urbanismo, finalmente conquistaram o estabelecimento de seu próprio órgão regulador, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e seus conselhos estaduais e distrital (CAU/UF).

Após 1º de janeiro de 2012, a atribuição institucional da profissão do arquiteto e urbanista, antes conferida ao Sistema CONFEA/CREA, foi transferida para o CAU/BR e seus conselhos estaduais e do Distrito Federal, junto com todos os procedimentos de registro profissional, recolhimentos de taxas e tributos vinculados ao registro do exercício profissional, e também a responsabilidade pelo controle das atividades dos arquitetos e urbanistas.

O CAU inicialmente considera que, no exercício da profissão, o arquiteto e urbanista deve pautar sua conduta pelos parâmetros definidos no Código de Ética e Disciplina que regula os deveres do arquiteto e urbanista para com a comunidade, a sua relação com os demais profissionais, o dever geral de urbanidade e, ainda, aos respectivos procedimentos disciplinares.

³ BRASIL. Decreto 23.569. **Legislação Federal do Brasil**, 1933. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23569.htm>. Acesso em: 01 Fevereiro 2012.

⁴ BRASIL. Lei 12.378. **Legislação Federal do Brasil**, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12378.htm>. Acesso em: 01 Fevereiro 2012.

Finalmente no dia 09 de agosto de 2013, foi aprovado na 21ª plenária do CAU/BR, o texto final do Código de Ética e Disciplina dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil. O texto do código partiu de um trabalho elaborado em conjunto, pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR, do consultor convidado, o arquiteto João Honório de Mello, da colaboração da Organização não Governamental ANIS – Instituto de Bioética e Direitos Humanos, fornecendo uma pesquisa feita a vários códigos de éticas profissionais internacionais e de outras profissões, dos conselheiros das comissões de ética dos CAU/UFs que participaram dos cinco seminários regionais e o seminário nacional voltados à discussão da Ética e Disciplina dos arquitetos e urbanistas, durante 2012 e 2013, e finalmente, por meio das comissões de ética regionais, a classe profissional.

O texto normativo básico procurou seguir as recomendações e modelo divulgado no documento *“Accord on Recommended International Standards of Professionalism and Architectural Practice”*, editado pelo UIA, *Union Internationale des Architectes*.

O texto final do Código de Ética e Disciplina apresenta uma estrutura com seis seções que abordam os seguintes tópicos: obrigações gerais, obrigações para com o interesse público, obrigações para com o contratante, obrigações para com a profissão, obrigações para com os colegas e obrigações para com o conselho profissional.

Cada seção é composta de princípios, regras e recomendações. Os princípios são de aplicação genérica, teórica ou abstrata. As regras são de aplicação específica, voltadas a casos concretos. Após as regras seguem-se as recomendações, estas

são utilizadas para orientar os profissionais e são aplicáveis subsidiariamente, como atenuante ou agravante, às sanções⁵.

A tese, por meio do acompanhamento do processo de transformação acima citado, procura descrever o processo de elaboração do documento e em seguida analisar as informações levantadas pertinentes ao resultado desse processo.

Inquietações como *“por que as condições existentes no Brasil para o exercício da arquitetura não favorecem a valorização da profissão?”*⁶; *“Sempre fomos uma profissão minoritária, humilhada e ofendida”*⁷; ou ainda, *“O que acontece é que os arquitetos do Brasil sempre foram vistos e se vêem como inúteis ou supérfluos dentro da sociedade”*⁸; acompanham a rotina do exercício da prática profissional do arquiteto e urbanista no Brasil há muitos anos. Elas revelam uma sensação de desprestígio da classe profissional, perante a sociedade e também a busca de uma identidade profissional.

Os códigos de ética profissional explicitam normas que delimitam a conduta profissional com a intenção de gerar uma unidade de comportamento que favorece a valorização do perfil da classe perante a sociedade. Assim, junto com a formação e a organização e estruturação da carreira profissional, auxilia o estabelecimento de uma identidade coletiva.

⁵ CAU/BR. RES52 - Código de Ética e Disciplina. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo**, 2013. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/RES-52CODIGO-ETICARPO22-20134.pdf>>. Acesso em: 29 Janeiro 2014.

⁶ ESTEVES, L. A. S. **Padrões de Profissionalismo para o Exercício da Arquitetura no Brasil**: Uma reflexão sobre o Tema. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAU/USP, 2003.

⁷ IAB-RJ. Resposta do arquiteto Miguel Pereira à revista Projeto sobre o CAU. **IAB-RJ**, 16 Fevereiro 2011. Disponível em: <<http://www.iabRJ.org.br/resposta-do-arquiteto-miguel-pereira-a-revista-projeto-sobre-o-cau>>. Acesso em: 13 Janeiro 2012.

⁸ LEMOINE, A. Sobre ser Arquiteto e Urbanista no Brasil. **André Lemoine Blogspot**, 2011. Disponível em: <<http://andrelemoine.blogspot.com/2011/02/sobre-ser-arquiteto-e-urbanista-no.html>>. Acesso em: 21 Fevereiro 2012.

Os principais campos teóricos que tratam da regulação do comportamento do indivíduo na sociedade são o da ética, da moral, dos costumes, do direito e da deontologia. Tais campos estruturam a regulação dos comportamentos sociais.

O campo da ética busca fundamentar as ações morais exclusivamente pela razão, apresentando assim, simultaneamente, uma dimensão teórica relacionada à reflexão dos conceitos do “bem” e do “mal”, e outra prática relacionada ao que se deve fazer. Dessa forma, os princípios éticos são as diretrizes pelas quais, o homem enquanto ser racional e livre rege o próprio comportamento⁹.

Com isso, a ética pode ser definida como uma filosofia prática que procura regulamentar a conduta buscando o desenvolvimento humano por meio de uma racionalização do comportamento do homem, ou seja, um conjunto de princípios obtidos através da razão e que apontam o caminho certo para a conduta.

A deontologia é uma disciplina da ética especialmente adaptada ao exercício de uma profissão, contribuindo para seus interesses. O vocábulo deontologia, deriva do grego *deon* ou *deontos/logos* que significa o estudo dos deveres. A deontologia tem como objetivo reger o comportamento de uma classe profissional buscando alcançar a excelência da prática, protegendo a reputação da profissão e garantindo a confiança da sociedade¹⁰. A deontologia trata da ética a partir do interesse do cidadão. Considerando que a profissão do cidadão determina o seu principal interesse, a partir desse interesse obtêm-se um comportamento específico ao praticar a sua profissão.

⁹ CARAPETO, C.; FONSECA, F. **Ética e Deontologia**: Manual de Formação. Lisboa: Ordem dos Engenheiros Técnicos OET, 2012

¹⁰ CARAPETO e FONSECA, 2012

O termo deontologia foi criado pelo jurista e filósofo inglês, Jeremy Bentham (1748-1832) junto com John Stuart Mill (1806-1873), no qual afirmavam que o objetivo da ética é a maior felicidade para o maior número possível de pessoas. Segundo o padrão ético do utilitarismo, "estão certas as ações que produzam a maior quantidade possível de bem-estar".

Também, o filósofo alemão, Immanuel Kant (1724-1804), com o seu conceito de imperativo categórico, concedeu grande contribuição para a teoria deontológica. Para Kant, os princípios da ética são imperativos categóricos. São imperativos porque a lei moral manda, não aconselha e são categóricos porque são juízos absolutos, não hipotéticos e incondicionais. Para Kant, o imperativo categórico é o dever de agir conforme princípio, o qual considera benéfico, caso seja seguido por todos, ou seja, é a ação capaz de ser convertida em lei universal. Segundo Kant, em "Crítica da Razão Prática", no livro Primeiro "§ 7 Lei fundamental da razão pura prática" encontramos: *"Age de tal modo que a máxima de tua vontade possa valer-te sempre como princípio de uma legislação universal"*. Esse imperativo categórico é a lei fundamental da ética kantiana¹¹.

Atualmente, as regras deontológicas são estabelecidas por organizações profissionais, que assumem a função legisladora das normas e garantem a sua aplicação. Assim as organizações formalizam a ética por meio dos códigos de ética ou códigos deontológicos. Cabe salientar, que os códigos de ética profissionais são criados num determinado contexto social e econômico, portanto

¹¹ KANT, E. **Crítica da Razão Prática**. Tradução de Afonso Bertagnoli. São Paulo: eBooksBrasil.com, 2004

necessitam ser revisados de modo a comportarem as mudanças ao longo do tempo¹².

Geralmente, os códigos deontológicos, elaborado pelas organizações profissionais, são de cumprimento obrigatório da classe, sob pena de aplicação de sanções disciplinares. A aplicação de sanção disciplinar pela violação de normas deontológicas é fundamental, pois segundo Durkheim:

A punição não cria o crime, mas é pela punição que o crime se revela exteriormente a nós, e, por conseguinte, é dela que se deve partir se quisermos chegar a compreendê-lo.

E mais adiante continua:

Se todo um grupo de ações dadas apresenta sem discrepância a particularidade de estar uma sanção penal ligada a elas, é porque existe um laço íntimo entre a punição e os atributos constitutivos daquele ato¹³.

Por outro lado, a aplicação das sanções leva os profissionais a desenvolver uma cultura comum de responsabilidade em relação à sociedade e serve como fonte de avaliação pública de uma profissão, uma vez que permitem que a sociedade saiba o que esperar destes profissionais¹⁴.

Ainda Émile Durkheim, ressalta em seu livro “Da Divisão do Trabalho Social”, escrito em 1886, época em que se formavam as primeiras associações profissionais, que a atividade de uma profissão só pode ser regulada eficazmente

¹² CARAPETO e FONSECA, 2012

¹³ DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. 4a Edição. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1966. p. 39

¹⁴ CARAPETO e FONSECA, 2012

por um grupo próximo o bastante desta mesma profissão para conhecer bem o seu funcionamento, para sentir todas as necessidades e poder seguir todas as suas mudanças. Para ele, o único grupo que corresponde a essas condições é o que seria formado por todos os agentes de uma mesma indústria reunidos e organizados num mesmo corpo.

Durkheim julgava as instituições profissionais indispensáveis, não por seu serviço econômico aos quais poderiam prestar, mas pela influência moral que poderiam ter. Enxergava nos grupos profissionais um poder moral capaz de conter os egoísmos individuais; de manter no coração dos trabalhadores um sentimento mais vivo de solidariedade comum; de impedir que a lei do mais forte se aplicasse de maneira brutal nas relações industriais e comerciais¹⁵.

A autora, Maria de Lourdes Rodrigues, em seu livro “Sociologia das Profissões”, apresenta uma sistematização das diversas teorias e paradigmas da sociologia da profissão dividindo-as em períodos históricos.

Segundo Rodrigues (2002 p. 47), a explicação do fenômeno das profissões na perspectiva funcionalista repousa sobre critérios de legitimidade social. A abordagem funcionalista assentaria em três pressupostos definidores do conceito de profissão:

O estatuto profissional resultante do *saber científico e prático* e do *ideal de serviço*, corporificado por comunidades formadas em torno do mesmo corpo de saber, dos mesmos valores e **ética** de serviços;

O reconhecimento social da competência fundada sobre uma formação longa;

¹⁵ DURKHEIM, É. **Da Divisão do Trabalho Social**. 4a Edição. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. x

As instituições profissionais, como resposta às necessidades sociais: ocupando uma posição de charneira [ponto de união] entre as necessidades individuais e as necessidades sociais, contribuindo para a regulação e controle social e permitindo um bom funcionamento da sociedade. (RODRIGUES, 2002, p. 13)

Ainda buscando entender o que traz legitimidade a uma profissão, a socióloga estadunidense Magali Serafatti Larson em sua obra “*The Rise of Professionalism: A Sociological Analysis*” examina como as ocupações se organizam para alcançar o poder de mercado. Destaca que os movimentos de profissionalização ocorridos no século XIX anteciparam a reconstrução geral da desigualdade social na sociedade capitalista contemporânea onde a espinha dorsal é a hierarquia ocupacional, isto é, um sistema diferencial de competência e recompensas, onde o princípio central de legitimidade é fundado na conquista do reconhecimento social da especialidade, ou mais simplesmente, no sistema de educação e credenciamento.¹⁶

No livro do arquiteto Garry Stevens, “Um Círculo Privilegiado: Fundamentos Sociais da Distinção Arquitetônica” encontra-se a proposta de usar, nas análises sobre a profissão do arquiteto, a metodologia e os conceitos criadas pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Segundo Stevens, para Bourdieu a arquitetura e os arquitetos estão inseridos no campo da cultura e seu argumento básico era que a cultura é

¹⁶ LARSON, M. S. **The Rise of Professionalism: A Sociological Analysis**. 1a Edição. ed. Berkeley: University of California Press, 1977. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=0xCO08zrJnC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 30 Julho 2012.pg.xvi

utilizada para esconder a verdadeira natureza das relações de poder entre grupos e classes¹⁷.

Para Stevens, uma consequência importante do exame da arquitetura como um campo é a eliminação da noção de que se referir à arquitetura como uma arte, ciência ou profissão tenha alguma utilidade. Esses são conceitos simplesmente inadequados para se aplicar a uma entidade tão complexa. A ideia de “campo” nos sensibiliza para o fato de que os arquitetos são apenas uma parte de um sistema social muito mais amplo.

No livro do sociólogo americano Robert Gutman, *“Architectural Practice: A Critical View”*¹⁸, publicado em 1988 encontra-se a discussão sobre as tendências de comportamento na profissão do arquiteto, e suas relações com o cliente e a sociedade, que estão os levando a questionar seus valores, sua auto-imagem, e seus métodos de prática. Esse novo cenário de concepções modela as ideias dos arquitetos sobre como eles devem agir para realizar os seus objetivos. Segundo ele, tal cenário difere em tantos aspectos da experiência profissional das gerações anteriores que põe em discussão as imagens tradicionais do arquiteto.

No Brasil, encontramos um estudo antigo, mas não antiquado, sobre a profissão do arquiteto e urbanista feito pelo sociólogo, José Carlos Garcia Durand. Em seu livro *“A Profissão do Arquiteto. Estudo Sociológico”*, publicado em 1972, coloca que é percebido um drama no qual o arquiteto se apresenta como um profissional extravagante, mais próximo da figura melindrosa e irrequieta do

¹⁷ STEVENS, G. **Um Círculo Privilegiado**: Fundamentos sociais da distinção arquitetônica. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. p. 83.

¹⁸ GUTMAN, R. **Architectural Practice: A Critical View**. New York: [s.n.], 1988.

artista do que do conformismo do técnico em relação à organização burocrática e às oportunidades de carreira, ou ainda, da perspicácia e do espírito de lucro do empresário.

Na tentativa de fundamentar tal estereótipo Durand ressalta o conflito entre o sistema de crenças que norteia e legitima a atuação profissional do arquiteto e a prática cotidiana de seu trabalho. Concluindo, com isso, uma configuração de um profissional com um perfil inconformado com os meios disponíveis para sua atuação, verificando um conflito do *ethos* do arquiteto, talvez ensinado nas escolas de até então, e as exigências reais da prática profissional¹⁹.

Para apoio à reflexão de como os temas da ética e da prática profissional são abordados dentro das escolas de arquitetura no Brasil, foi utilizado como principal condutor, o livro *“Architecture School: Three Centuries of Educating Architects in North America”*. Organizado e editado pela acadêmica norte-americana, Joan Ockman, publicado em 2012, o livro fornece um contexto histórico do desenvolvimento do ensino da arquitetura ao longo de trezentos anos na América do Norte. Na segunda parte do livro é apresentado um léxico temático composto de vinte e nove artigos escritos por diversos autores. Entre eles encontramos discussões sobre o ensino das disciplinas da ética profissional e da prática profissional.

Diante do atual quadro de renovação da prática da arquitetura e urbanismo no Brasil, surge a oportunidade de trazer à tona discussões significativas no âmbito da profissão. Questões como ética profissional, atribuições, direitos autorais,

¹⁹ DURAND, J. C. G. *A Profissão do Arquiteto. Estudo Sociológico. Tese de Mestrado Apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia da 5a Região (Guanabara), 1972.

honorários, normas de responsabilidade técnica, etc. são revistas e discutidas no interior da profissão, permitindo assim, uma abordagem mais precisa e organizada, até mesmo dentro das salas de aula.

Com isso, a pesquisa seguiu como propósito, primeiramente, registrar o processo de formulação do primeiro Código de Ética Profissional do arquiteto e urbanista no Brasil. Em um segundo momento, a pesquisa se concentrou no levantamento e classificação das decisões publicadas pelo conselho referente às violações ocorridas ao novo Código dentro do período de 2014 a 2017.

No correr do procedimento citado, a tese procurou destacar as discussões que se apresentaram recorrentes durante o processo de elaboração do código, como também analisar as infrações cometidas contra as regras do código dentro do período estipulado acima.

Confere-se também, como objetivo da tese, estudar comparativamente os resultados obtidos no decorrer das investigações, referentes ao novo Código estabelecido pelo CAU/BR, com os resultados obtidos em pesquisa anterior, no período em que o profissional de arquitetura e urbanismo se encontrava sob vigência do então Código de Ética do Sistema CONFEA/CREA²⁰. A intenção do estudo foi demonstrar a evolução do comportamento da classe profissional baseado nos códigos de ética estabelecidos pelos órgãos reguladores.

²⁰ PEREZ, A. L. D. C. **A Ética do Arquiteto e Urbanista: Um Estudo Deontológico**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU/USP, 2012

Assentado em considerações feitas nesses estudos²¹, alcançamos questões que intensificam os conflitos apresentados no cotidiano da prática profissional do arquiteto e urbanista no Brasil.

O “Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia”²², estabelecido pelo Sistema CONFEA/CREA, é dirigido a mais de 200 categorias profissionais.²³

A inserção do profissional arquiteto e urbanista sob o julgo do código publicado pelo Sistema CONFEA/CREA, obrigava, de certo modo, a classe dos arquitetos e urbanistas a adotar as mesmas posturas de outros profissionais que participavam do mesmo código. Com o passar dos anos, tal união se tornou massacrante, diluindo as características básicas do profissional arquiteto e urbanista, intensificando a sensação de confusão e de desunião da categoria, principalmente no que se refere à conquista de seu espaço no mercado de trabalho.

Outra questão apresentada era o fato de que as punições ao Código de Ética Profissional do Sistema CONFEA/CREA eram apenas a advertência reservada e a censura pública. Na ocorrência de faltas graves como a imperícia, imprudência ou negligência profissional, era preciso recorrer ao artigo 75 da lei nº 5194/66²⁴, que explicita: “*O cancelamento do registro será efetuado por má conduta pública e escândalos praticados pelo profissional ou sua condenação definitiva por crime*

²¹ PEREZ, 2012

²² CREA-SP. O Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia. **CREA-SP**, Setembro 2010b. Disponível em: <http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/codigo_de_etica.pdf>. Acesso em: 05 Janeiro 2012.

²³ CREA-SP. Manual de Fiscalização e Legislação. **CREA-SP**, 2010a. Disponível em: <<http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/legislacao.pdf>>. Acesso em: 07 Janeiro 2012.p. 20

²⁴ BRASIL. Lei 5194. **Legislação Federal do Brasil**, 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5194.htm>. Acesso em: 01 Fevereiro 2012.

considerado infamante", enfraquecendo o efeito do Código de Ética como instrumento balizador da conduta profissional. Outras sanções, como multa e suspensão temporária do exercício profissional, também são aplicadas, não como infrações ao Código de Ética, mas como infração à Lei 5194/66.

Mais uma questão foi revelada quanto ao meio de divulgação das sanções impostas. As censuras públicas julgadas pelo Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia do Sistema CONFEA/CREA apresentavam várias opções de efetivação e publicação. Poderiam ser por meio de edital afixado no quadro de avisos na sede do CREA regional onde o profissional estivesse inscrito, divulgada em publicação do CREA, em jornal de circulação da jurisdição, no diário oficial do estado ou qualquer outro meio, tendo como variante principal a questão econômica. As decisões disciplinares também eram anotadas nos assentamentos do profissional, mas se encontravam de difícil acesso ao público. Tais fatores tornaram quase impossível o agrupamento das infrações a nível nacional. A falta de padronização da publicação da censura pública no Brasil impede a avaliação de quais violações ao Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia são recorrentes em nossa sociedade. A ausência desse valioso instrumento impede a medição de sua eficácia, inviabilizando ressaltar quais infrações precisariam de especial atenção, obtendo, com isso, um melhor entendimento do comportamento profissional e o impacto de sua atuação perante a sociedade. Tal procedimento também auxilia a eventual revisão do código tornando, assim, a conduta profissional cada vez mais próxima às reais necessidades da sociedade.

Com a recente criação do CAU/BR e seus conselhos estaduais e distrital, CAU/UF, a categoria do profissional arquiteto e urbanista conquistou a formação de seu próprio órgão regulador, voltado somente ao profissional arquiteto e urbanista. Diante desse fato, a formulação e implantação de um novo Código de Conduta para o profissional arquiteto e urbanista, junto com seus procedimentos disciplinares, tornaram-se evidentes, viabilizando assim, a possibilidade de amparar a profissão com um código cuidadosamente reformulado por meio da observação legítima da prática profissional.

A hipótese a ser confirmada pela tese está condicionada ao levantamento e à análise das decisões dos processos éticos deliberados nas plenárias dos CAU/UF e do CAU/BR a partir da implementação do novo Código de Ética e Disciplina do Arquiteto e Urbanista, até o final de 2017. A tese considera que tal levantamento viabilizará a elaboração de importantes diagnósticos que auxiliam o entendimento do comportamento do arquiteto e urbanista colaborando para o aperfeiçoamento de sua prática.

A tese também considera que a elaboração de um Código de Ética e Disciplina voltado somente aos profissionais da arquitetura e urbanismo, certamente gerou mudanças na forma de atuação da classe profissional, despertando discussões antes não abordadas no âmbito da profissão. O alinhamento das questões éticas levantadas pelo código com a prática real do mercado de trabalho garante a sua eficácia e auxilia o profissional no exercício da profissão e na solução dos conflitos inerentes a prática diária. Com o estudo dos processos ético-disciplinares e a forma com que eles foram conduzidos será possível criar um compêndio histórico do comportamento profissional que deve contribuir efetivamente para a formação do *ethos* profissional. O *ethos* profissional quando manifestado claramente

favorece a formação de uma unidade de comportamento profissional e consequentemente reafirma a valorização da classe perante a sociedade.

Com isso, a estrutura da tese se organizou de forma que seu primeiro capítulo dedica-se a dissertar sobre o processo de elaboração e formulação do primeiro Código de Ética e Disciplina do Arquiteto e Urbanista no Brasil. Para tanto, foi preciso compor os dados disponíveis na documentação e nos arquivos de áudio e vídeo disponibilizados pelo CAU/BR, como também na documentação oficial como atas, súmulas e deliberações produzidas no período entre 2011 a 2013, disponíveis nos sites do CAU/BR e CAU/UF. Como procedimento fundamental, a pesquisa produziu um documento de apoio com as transcrições dos trechos relevantes apresentados nos arquivos de áudio e vídeo das Reuniões e Seminários promovidos pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR. Por meio do confronto do documento produzido com a documentação escrita, tais como atas, deliberações, minutas, relatórios, etc., foi possível alcançar uma coerência dos fatos definindo a estrutura do capítulo em três subcapítulos temáticos.

O segundo capítulo se concentrou em apresentar o levantamento das regras que, durante o processo de elaboração do Código, se destacaram por gerar um maior conflito de ideias entre os membros da comissão de ética e da classe profissional, com o objetivo de identificar, quais discursos acarretaram as regras e quais as características dos discursos predominantes. A demonstração das discussões apresentadas colabora para o entendimento dos conflitos que dominam a prática profissional e fornece a possibilidade de extrair informações essenciais para a condução de ações que possam levar a um concreto aprimoramento do exercício profissional. O material utilizado nesta etapa é composto por arquivos em vídeo e

áudio das Reuniões e Seminários do CAU/BR e das Comissões de Ética, bem como os documentos oficiais disponibilizados nos sites do CAU/BR e CAU/UF.

No terceiro capítulo a tese buscou levantar e agrupar as denúncias e infrações julgadas pelas Comissões de Ética dos CAU/UF da região Sudeste, a partir de 2014 até o final de 2017. Com isso, pretendeu-se demonstrar quais as infrações às regras do Código que se apresentaram recorrentes na atuação da classe profissional. Primeiramente, foram pesquisados os processos citados nas Súmulas das reuniões da Comissão de Ética e Disciplina dos conselhos dos estados do Sudeste, quando disponíveis nos sites dos respectivos conselhos. Em seguida foram organizadas as citações aos processos conforme o surgimento nas atas das reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias também disponíveis no site dos respectivos conselhos²⁵, e por fim foram levantados os documentos oficiais das deliberações plenárias.

Importante colocar que o rastreamento e levantamento dos processos ético-disciplinares nos estados do sudeste foram realizados por meio de busca simples nos sites oficiais dos conselhos estaduais e no site do CAU/BR quando houve pedido de recurso. Não foi instrumento da pesquisa, obter informações sobre os processos ético disciplinares, por meio de entrevistas, documentos não publicados nos sites ou documentos que vinculavam o acesso mediante uma solicitação oficial.

²⁵ CAU/RJ. (s.d.). *Reuniões Plenárias CAU/RJ*. Acesso em 29 de Novembro de 2017, disponível em CAU/RJ Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: <http://www.caurj.gov.br/atas-plenarias/>

CAPÍTULO 1:

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PRIMEIRO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA ESPECÍFICO PARA A PROFISSÃO DO ARQUITETO E URBANISTA

A partir de 31/12/2010, tudo mudou na vida dos arquitetos brasileiros. A auto-estima e o fragor do patrimônio moral, acumulados ao longo dessa extenuante batalha, são os responsáveis pela alforria e a maioria de uma profissão, nascida bastarda, no interior do Sistema CREA/CONFEA, decretado por Getúlio Vargas, em 1933. Até então, sempre fomos uma profissão minoritária, humilhada e ofendida. Agora, temos o respaldo legal, promulgado pelo Presidente Lula, para podermos discutir e decidir sobre a nossa prática profissional, para podermos discutir e decidir sobre nossa formação profissional. Construiremos o nosso Código de Ética. Construiremos o nosso Código de Responsabilidade Técnica. Queremos ser uma profissão obediente aos preceitos do Código Civil Brasileiro e do Código de Defesa do Consumidor. Queremos ser uma profissão responsável perante a Nação Brasileira. Seremos uma profissão protegida, prestigiada e dignificada. (Colocação do arquiteto Miguel Pereira em entrevista a Revista *Projeto*, IAB-RJ, 2011)

O processo de desenvolvimento da profissão do arquiteto e urbanista no Brasil evoluiu primeiramente, pelo estabelecimento das instituições de ensino. Essas instituições apresentavam duas vertentes distintas, formando dois perfis de profissionais arquitetos e urbanistas: um com acentuado perfil artístico, procedente das escolas de belas artes, caracterizadas pela herança da escola francesa e outro constituído por egressos das escolas politécnicas, com ênfase no perfil técnico e sob o título de engenheiros-arquitetos.

Nessas duas vertentes díspares de formação profissional encontramos um indício histórico de uma dicotomia na unidade do perfil do arquiteto urbanista desde sua origem, dificultando a padronização de uma identidade profissional²⁶.

O segundo movimento rumo ao desenvolvimento da profissão do arquiteto e urbanista no Brasil se dá com a primeira tentativa de organização profissional envolvendo somente profissionais da arquitetura e urbanismo, a formação do Instituto Brasileiro de Arquitetos, hoje, Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) em 1921. O Instituto basicamente agrupava os arquitetos que apresentavam tendência a adotar as novas vertentes da arquitetura contemporânea da época, junto com ressaltado interesse nos preceitos urbanistas. Foi fundado com o intuito de divulgar a arquitetura, por meio da organização de uma campanha para realização de concursos públicos e de uma tabela de honorários que pudesse servir de parâmetro para a remuneração dos serviços.

Apesar da fundação do IAB ser no ano de 1921, a sua Norma de Conduta Ética Profissional²⁷ só viria a ser estabelecida em 1964. O código estabelecia normas de

²⁶ PEREZ, 2012

condutas gerais, onde essencialmente se referia aos casos de cargos e posições assumidos pelo profissional, aos direitos autorais e salários, à publicidade e placas, às relações entre os arquitetos e aos deveres dos arquitetos. Como a sua publicação é datada de 1964, algumas de suas questões se encontravam obsoletas e não condizentes com o atual quadro do mercado de trabalho, como, por exemplo, as formas de remuneração ou as questões referentes à publicidade. O código era pouco divulgado, portanto pouco conhecido entre os profissionais arquitetos e urbanistas. O arquiteto e urbanista considerado culpado por violação ao código seria passível de repreensão, suspensão ou expulsão do quadro de membros do instituto.

Os códigos de ética e conduta elaborados pelos institutos de arquitetura e urbanismo, geralmente têm caráter informativo e educativo. As suas violações não levam ao impedimento do exercício profissional, apenas restringem a sua participação na associação. No caso das Normas de Conduta Ética Profissional do IAB, a sua pouca veiculação e a não obrigatoriedade da classe profissional ser vinculada ao instituto teve pouca contribuição para a formação do *ethos* profissional do arquiteto e urbanista no Brasil. Os códigos elaborados pelos institutos profissionais, em muitos países contribuem efetivamente na formação do *ethos* da classe profissional. Quando suas normas são cuidadosamente elaboradas, por meio de um acompanhamento estreito do exercício profissional e das condições reais do mercado, contribuem para o controle da competência e do comportamento do profissional valorizando a sua prática perante a sociedade.

²⁷ IAB. Normas de Conduta Profissional do Arquiteto. IAB, 08 Maio 1964. Disponível em: <<http://www.iab.org.br/images/stories/iab-normas-conduta-profissional.pdf>>. Acesso em: 13 Janeiro 2012

Um terceiro movimento rumo ao desenvolvimento profissional do arquiteto e urbanista no Brasil ocorreu em dezembro de 1933, quando o Decreto de nº 23.569 regulamentou três profissões (a engenharia, a arquitetura e a agrimensura), sob a mesma lei em todo o país, e criou os órgãos fiscalizadores da prática profissional: o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e seus Conselhos Regionais.

Ao valorizar sobremaneira a titulação, esse decreto iria afetar não só o desempenho da profissão, como também seu ensino institucional, transformando então em caminho único para obtenção da competência profissional. (FICHER, 2005 p. 176)

O decreto se caracterizou pela adoção intransigente de uma doutrina de proteção ao título acadêmico, restringindo o exercício da profissão aos portadores de diploma.

Mas ao tratar das especializações profissionais, a norma deixava indefinida a diferenciação de competência entre os engenheiros civis e os arquitetos. Pelos artigos 28 e 30, eram comuns às duas especializações: *“o estudo, projeto direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares”* e *“o projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo”*, ficando restrito ao arquiteto somente *“as obras de arquitetura paisagística”* e *“as obras de grande decoração arquitetônica”*.²⁸ Em nota, Ficher (2005, p. 243) aponta que os engenheiros civis também partilhavam algumas das atribuições dos engenheiros industriais, mecânicos-eletricistas, eletricitas, de minas e dos outros agrimensores. De sua exclusiva competência ficava, segundo Ficher, o melhor do

²⁸ FICHER, S. **Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo**. São Paulo: Ed. EDUSP, 2005.

filão profissional: as estradas de ferro, os portos, os rios e canais, os aeroportos, as obras de captação e abastecimento de água, as obras de drenagem e irrigação, as obras de saneamento urbano e rural etc.

Devido aos avanços tecnológicos, novos campos de atuação profissional fizeram-se presentes. Assim foi necessária nova regulamentação para o exercício da profissão do engenheiro, arquiteto e agrônomo, por meio da Lei Federal nº 5.194/66, que regula e estabelece normas complementares. A lei adotou formas genéricas, deixando espaços a serem preenchidos pela autoridade encarregada de sua execução. Tal lei aglutinou engenheiros, arquitetos e agrônomos sob a égide de um mesmo estatuto profissional²⁹. Nesse documento foi ressaltada a distinção legal entre projeto e construção.³⁰

Pelo fato de a profissão de arquitetura e urbanismo se encontrar inserida num organismo com outros profissionais como o engenheiro, o agrônomo, o meteorologista e várias outras categorias, sob regulação das mesmas leis e códigos de ética, tornou-se difícil a formação de uma identidade e unidade próprias à sua categoria. Apesar de a Lei 5.194, promulgada em 1966, apresentar a tentativa de distinguir as atribuições entre os profissionais inseridos no Sistema, ainda existiam muitas sobreposições de atribuições que geravam confusões no exercício da prática profissional de cada uma das classes de profissionais.

Também, importante ressaltar que o Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, estabelecido pelo Sistema CONFEA/CREA é dirigido a várias categorias

²⁹ PIAZZA, G. **Fundamentos da Ética e Exercício Profissional**. Porto Alegre: CREA-RS, 2000, p. 37

³⁰ DURAND, 1972, p. 43

profissionais que de certo modo, obrigava a classe dos arquitetos e urbanistas a adotar posturas que diluíam a sua identidade por entre os profissionais que participavam do mesmo código.

As regras contidas nos códigos de disciplina e ética dos órgãos reguladores são de caráter punitivo, podendo impedir o exercício do profissional que as violarem. Devem ser compatíveis com as normas éticas dos institutos que representam a classe profissional, e também devem ser constantemente revisadas com o intuito de acompanhar as transformações sociais e do mercado de trabalho. Diferente da relação dos profissionais com os institutos, a adesão ao conselho profissional é compulsória. Assim fica inegável a constatação da influência que este documento encerra no controle da competência e do comportamento da classe contribuindo na formação do *ethos* profissional e conseqüentemente na valorização da sua prática perante a sociedade.

Com o passar dos anos, a união dos profissionais de arquitetura e urbanismo com outras dezenas de profissões, sob a égide de um mesmo estatuto³¹ e conselho profissional, se tornou massacrante, diluindo as características básicas do profissional arquiteto e urbanista, intensificando a sensação de confusão e de desunião da categoria, principalmente no que se refere à conquista de seu espaço no mercado de trabalho.

Com isso, em 1958, como uma primeira tentativa, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), tendo à frente os arquitetos Vilanova Artigas e Eduardo Kneese de Melo; propôs a criação de uma estrutura regulatória exclusiva para o exercício da

³¹ BRASIL. Lei 5194. **Legislação Federal do Brasil**, 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5194.htm>. Acesso em: 01 Fevereiro 2012.

arquitetura independente do Sistema CONFEA/CREA. Porém, a redação do documento apresentava graves incongruências conceituais e jurídicas. Após um duríssimo parecer do Plenário do CONFEA contestando, ponto a ponto tudo o que estava nele contido, foi argumentado que, nos vinte e cinco anos passados desde que foi criado o marco regulatório de 1933, não havia fato que indicasse a necessidade de separação da fiscalização do exercício da arquitetura das demais profissões tecnológicas³².

Assim, a má receptividade do projeto no âmbito do conselho e mesmo entre muitos arquitetos levou à sua retirada de pauta naquele momento, fato que foi decidido pelo próprio IAB em andamento à solicitação do referido conselho que a matéria precisava ser mais discutida, comprometendo-se, ao mesmo tempo, em convocar um congresso de engenheiros e arquitetos especificamente para este fim, o qual não se realizou. Em lugar disso, ocuparam-se em elaborar uma reformulação da regulamentação anterior, voltada, não para a subdivisão, mas para a expansão do sistema, através da aprovação de um novo marco regulatório. Assim, em um momento em que a maioria dos países optava pela autonomia dos conselhos profissionais, o presidente Castello Branco sancionava a Lei nº 5.194/66, incluindo ainda a agronomia, a geologia, entre outras, sob a gestão do Sistema CONFEA/CREA³³.

No final da década de 1970, estimulado pelo intenso crescimento econômico do país, sustentado em grande parte pela expansão do setor da construção civil, a classe profissional de arquitetos retomou a discussão para elaboração de uma

³² OLIVEIRA, A. F. **A Regulamentação do Exercício Profissional da Arquitetura e Urbanismo no Brasil**. Salvador: Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura da UFBA, 2011. p. 278

³³ OLIVEIRA, 2011, p. 325

nova proposta que serviria de base para um segundo anteprojeto de lei de regulamentação do exercício da arquitetura. Em 1979, o Conselho Superior (COSU) do IAB aprovou uma resolução determinando à Diretoria Nacional que preparasse uma minuta a ser debatida no seio da categoria e, posteriormente, apresentada para deliberação do conselho. Com isso, a proposta deveria ser convertida em anteprojeto de lei, sendo encaminhada para apreciação e deliberação do Congresso Nacional. A proposta seria pautada em três princípios básicos: a integridade do campo de atribuições profissionais; a especificidade do ensino da arquitetura; e um sistema de fiscalização próprio. Também deveria assegurar que o currículo mínimo dos cursos de arquitetura definisse a carga horária mínima a ser dedicada ao treinamento prático de planejamento e de projeto³⁴.

Apesar de a proposta ser submetida à discussão em diversos fóruns de arquitetos, as divisões entre os grupos que formavam as representações destes profissionais ainda estavam muito presentes e a proposta, por não ter obtido um consenso mínimo no seio da categoria, não conseguiu prosperar, e não chegou a ser enviada ao Congresso Nacional. Durante toda a década de 1980 este tema se manteve fora de evidência. Assim, a perspectiva de criação de um marco regulatório específico para a arquitetura e urbanismo, independente do Sistema CONFEA/CREA pareceu distante³⁵.

Em 1992, pela terceira vez, foi elaborada uma proposta de criação de uma regulamentação independente para o exercício da arquitetura. A proposta sugeria a atribuição ao Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, a competência do registro

³⁴ OLIVEIRA, 2011, p. 327

³⁵ Ibid

dos arquitetos para o exercício da profissão. Ou seja, o projeto sugeria a passagem do IAB de simples entidade representativa dos arquitetos, de natureza civil e cultural, ao órgão oficial responsável pelo controle do exercício da profissão. Os conselhos profissionais no Brasil são entidades autárquicas de direito público, situação que seria totalmente alterada pelo novo projeto, pois sugeria que fosse transferido o controle do exercício da arquitetura para uma entidade de direito privado. Foi esse um dos principais empecilhos do projeto.

Enquanto o projeto ainda tramitava no Congresso Nacional, surgiu a dissidência da parte de alguns arquitetos do próprio IAB, que alegavam não haver consenso sobre o documento. Quando colocado em votação na assembleia do instituto o projeto foi rejeitado com maioria apenas de um voto. As divergências entre as entidades representativas dos arquitetos fizeram com que a proposta fosse engavetada, antes mesmo de sua análise final. Diante da divisão ostentada entre a própria classe profissional o IAB se viu forçado a recuar, aceitando a denegação de seu projeto de lei. Assim em 1994, ao ser submetido ao Plenário do conselho, o projeto foi rejeitado e encaminhado para o arquivamento³⁶.

Em 1997, durante o XV Congresso Brasileiro de Arquitetos, em Curitiba, o assunto foi retomado. Neste evento foi decidido que as entidades de arquitetos, num primeiro momento, o IAB, a Federação Nacional dos Arquitetos (FNA) e a Associação Brasileira do Ensino da Arquitetura (ABEA), deveriam se unir para esboçar um novo projeto de lei referente à criação de uma regulamentação própria para o exercício da profissão. A estas três entidades se juntaram outras duas: a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (ASBEA) e a

³⁶ Ibid, p. 330

Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP), dando origem ao Colégio Brasileiro de Arquitetos (CBA). A partir de 1998, as cinco entidades reunidas em torno do CBA iniciaram os trabalhos para a elaboração do novo anteprojeto de lei. Já na edição seguinte do Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em 2000, em Cuiabá, os primeiros esboços do anteprojeto começaram a ser discutidos, tendo à frente o arquiteto Carlos Fayet. Nesta ocasião ficou também decidida a contratação do jurista Miguel Reale Junior para encarregar-se do formato do anteprojeto de lei, conferindo-lhe constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No que se refere à definição das atribuições profissionais, este projeto de lei apresentava um grande avanço em relação ao anterior, evitando as imprecisões ali empregadas. Mas também esta proposta não seria convertida em lei. Após tramitar por cerca de dezoito meses no Senado, o projeto de lei foi aprovado, sendo enviado em fevereiro de 2005 para Câmara de Deputados. Após a avaliação nas comissões da Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado com emendas, o que obrigou seu retorno para nova apreciação no Senado Federal, em setembro de 2007. No Senado, o seu texto, emendado foi aprovado em outubro de 2007. Em seguida o projeto foi aprovado no Plenário do Senado em dezembro do mesmo ano³⁷.

Mas no mesmo mês de sua aprovação no Senado, o projeto de lei foi vetado pelo presidente da República por alegado vício de origem. Argumentou-se que a matéria referente à criação de um conselho profissional, é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo e não Legislativo, como ocorreu. Tal fato lhe conferiria, caso

³⁷ Ibid, p. 333

fosse sancionado, caráter de inconstitucionalidade. No entanto, no mesmo texto em que decidiu pelo veto do projeto, o presidente da República, afirmava reconhecer o mérito da matéria, comunicando ainda que, delegaria à Casa Civil da Presidência a preparação de um novo projeto de lei de igual teor e o envio do mesmo ao Congresso Nacional³⁸.

Finalmente, em 31 de dezembro de 2010 foi assinada a Lei nº 12.378, criando o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e seus Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAUs) como órgãos reguladores da profissão do arquiteto e urbanista, desligando definitivamente esses profissionais do Sistema CONFEA/CREA e transferindo os seus registros automaticamente para o novo conselho.

Onze meses após a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, foi realizada a 1ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR, no dia 18 de novembro de 2011, em Brasília.

O Conselheiro Federal Miguel Alves Pereira, como decano dos conselheiros, foi convidado à mesa como Presidente Ad Hoc para compor a sessão e conduzir a ordem dos trabalhos³⁹. A primeira sessão plenária foi fundamental para aprovação do nome que ocuparia a primeira presidência do CAU/BR num mandato de três anos e para aprovação do regimento geral e das primeiras resoluções que garantiriam o início do funcionamento do conselho.

³⁸ Ibid, p. 334

³⁹ CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 1**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2011. p. 1-25. 18 de novembro de 2011.

O arquiteto Miguel Alves Pereira, conselheiro federal pelo estado de São Paulo, nasceu em Alegrete, RS. Formou-se arquiteto em 1957, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Exerceu a profissão e a docência em Porto Alegre até 1968, quando emigrou para Brasília. Na capital federal exerceu o cargo de diretor do Instituto Central de Artes e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (IAA-UnB)⁴⁰. Em sua carreira acadêmica realizou pesquisa na *University of California* em Berkeley, orientado pelo arquiteto e matemático Christopher Alexander. Também estudou em Houston e em Londres. Ainda em Berkeley, teve a oportunidade de conviver com o arquiteto e historiador Spiro Kostof, no qual trocou idéias e pensamentos sobre a história da profissão.

Entretanto, foi na área da política profissional que Miguel Pereira teve grande atuação⁴¹. Desde recém-formado, envolveu-se nas políticas do IAB. Foi vice-presidente e presidente do IAB-RS; presidente nacional do IAB Nacional por três gestões e conselheiro vitalício do IAB Nacional a partir de 1977. Ajudou a criar a ABEA e foi um dos criadores e coordenador da Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo do MEC. Foi um dos incentivadores da criação dos sindicatos de arquitetos. Ocupou a vice-presidência da UIA (União Internacional de Arquitetos) e também atuou como um dos principais líderes na busca pela materialização do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, constituído no final de 2010⁴². Em 1958 estava em meio ao grupo do IAB que levou ao presidente Juscelino Kubitschek a

⁴⁰ CAU/BR. Especial: Um ano sem o "timoneiro" Miguel Alves Pereira. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**, 2015. Disponível em: <<http://www.cau.br.gov.br/um-ano-sem-o-timoneiro-miguel-pereira/>>. Acesso em: 04 Janeiro 2018.

⁴¹ Ibid

⁴² Ibid

primeira proposta de criação de um conselho independente para arquitetos e urbanistas⁴³.

A Lei 12.378/2010 estabeleceu um prazo de 3 a 12 meses para preparar as eleições dos conselheiros; promover a transição dos documentos dos profissionais dos CREA e estabelecer os procedimentos administrativos para o funcionamento do conselho. As eleições para o primeiro mandato dos conselheiros do CAU/BR e para os CAU regionais foram definidas pelas Coordenadorias de Câmaras dos CREA regionais e pela Coordenadoria Nacional de Câmaras de Arquitetura, com a participação das entidades nacionais de arquitetos e urbanistas que compunham o Colégio Brasileiro de Arquitetos (CBA). Todos os profissionais arquitetos, arquitetos e urbanistas e engenheiros arquitetos foram obrigados a votar⁴⁴.

O próprio Colégio Brasileiro de Arquitetos (CBA), que coordenou os trabalhos para aprovação da Lei nº 12.378, de 2010, propôs a indicação do Conselheiro Federal Haroldo Pinheiro Villar Queiroz para o cargo de presidente do CAU/BR. Houve outra indicação do Plenário para o nome do Conselheiro Federal Miguel Alves Pereira, mas esse rejeitou a posição. Com isso, o Conselheiro Federal Haroldo Pinheiro Villar Queiroz foi eleito com a maioria dos votos⁴⁵.

O arquiteto Haroldo Pinheiro, eleito pelo Distrito Federal, formou-se no Instituto de Artes e Arquitetura da Universidade de Brasília (IAA-UnB) em 1980. Foi arquiteto chefe da sessão de obras na Câmara dos Deputados e consultor técnico da Associação das Pioneiras Sociais (Rede SaraH de Hospitais). Foi presidente do

⁴³ Ibid

⁴⁴ PINIWEB. Colégio Brasileiro de Arquitetos responde a mais de 30 perguntas sobre a implantação do CAU. PNI, 2011. Disponível em: <<http://piniweb17.pini.com.br/construcao/arquitetura/colégio-brasileiro-de-arquitetos-responde-a-33-duvidas-sobre-a-208860-1.aspx>>. Acesso em: 03 Janeiro 2018.

⁴⁵ CAU/BR, 2011

Instituto dos Arquitetos do Brasil - Direção Nacional, de 2000 a 2004. Foi diretor técnico do Instituto Brasileiro de Tecnologia do Habitat, onde teve João Filgueiras Lima (Lelé) como sócio, no qual, também teceu longa parceria em projetos.

Haroldo Pinheiro teve participação fundamental na implantação e estabelecimento do primeiro ano do conselho e também como presidente da organização nos anos que se seguiram. Conforme entrevista a revista Projeto Design em 2014, relata que no princípio começaram em seu escritório, com os computadores que estavam disponíveis. Lá implantaram o sistema embrião do que veio a se chamar depois de Sistema de Informação e Comunicação do CAU (SICCAU). Precisaram implantar o sistema de uma só vez e não em etapas conforme haviam planejado. Iniciaram os trabalhos com uma equipe de quatro a cinco pessoas. Em seu escritório era feito o atendimento dos CAU's de todo o Brasil. *“O profissional entrava no site do CAU/SP, por exemplo, e caía lá.”* (ARCOWEB, 2014)

Na entrevista, acrescenta que também houve a fundamental cooperação dos conselheiros estaduais e federais. Também puderam contar naquele momento com o incentivo da classe profissional. Tomaram posse em 15 de dezembro de 2011⁴⁶, com cerca de quinze resoluções e deliberações prontas. Com isso, conseguiram implantar o sistema de comunicação de imediato e definir o mínimo de regras e informações que garantiria o funcionamento inicial do conselho.

Eu costumava dizer que nos primeiros dois meses do CAU era como se estivéssemos na emergência de um hospital, onde vale

⁴⁶ CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 2**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2011. p. 1-4. 14 de Dezembro de 2011.

tudo para manter o paciente vivo. Depois, nos três meses seguintes, fomos para a UTI e, então, para a enfermaria, onde permanecemos até o final do ano numa situação já um pouco mais organizada. (Entrevista de Haroldo Pinheiro a revista projeto. ARCOWEB, 2014)

O regimento aprovado na 1ª Reunião Plenária Ordinária determinou que a Comissão de Ética e Disciplina fosse eleita na primeira sessão plenária do ano e a sua composição renovada anualmente. A comissão seria formada por cinco conselheiros titulares e secretariada por um funcionário designado pelo presidente do CAU/BR. O regimento previa no máximo doze reuniões ordinárias a cada ano e as reuniões extraordinárias com pauta específica, poderiam ser realizadas desde que aprovadas antecipadamente pelo Plenário.

O documento ainda estabelecia que no exercício da profissão, o arquiteto e urbanista deveria pautar sua conduta pelos parâmetros definidos no Código de Ética e Disciplina do CAU/BR a ser elaborado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR e que tal código deverá regular os deveres do arquiteto e urbanista para com a comunidade, a sua relação com os demais profissionais, o dever geral de urbanidade e, ainda, os respectivos procedimentos disciplinares, observado o que está disposto na Lei nº 12.378/2010. Mais adiante, o documento definiu que os processos disciplinares do CAU/BR e dos CAU estaduais seguiriam as regras constantes na Lei nº 9784 de 29 de janeiro de 1999⁴⁷ referente à condução dos processos administrativos e que caberia recurso ao CAU/BR de todas as decisões definitivas proferidas pelos CAU estaduais, como última instância administrativa.

⁴⁷ A lei regula os processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal. BRASIL. Lei 9.784. **Legislação Federal do Brasil**, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9784.htm>. Acesso em: 25 Fevereiro 2016.

Na 2ª Reunião Plenária Ordinária ocorrida no mês de dezembro de 2011, foi indicado o Conselheiro Federal Haroldo Pinheiro para presidir a sessão ainda como Presidente Ad Hoc até o dia de sua posse. Naquela sessão, foi eleito por unanimidade, à vice-presidente do CAU/BR, o Conselheiro Federal Paulo Oscar Saad. Mas logo nos primeiros meses de 2012, o conselheiro reivindicou sua destituição do cargo alegando um desentendimento com o presidente Haroldo Pinheiro na forma com a qual vinha conduzindo a mesa⁴⁸. Em seu lugar foi eleito o Conselheiro Federal Antônio Francisco de Oliveira.

Para a composição da Comissão de Ética foram indicados como coordenador o Conselheiro Federal Napoleão Ferreira da Silva Neto e os demais conselheiros federais, Paulo Oscar Saad, Arnaldo Mascarenhas Braga, Heitor Maia da Silva Dores e Luis Afonso Maciel de Melo⁴⁹. O conselheiro Heitor Maia participou da comissão no primeiro ano do conselho. Em 2013, foi substituído pelo conselheiro Miguel Alves Pereira que de antemão participava das reuniões da comissão de ética como conselheiro convidado.

O indicado para o cargo de coordenador da Comissão de Ética e Disciplina, o conselheiro federal, eleito pelo estado do Ceará, Napoleão Ferreira da Silva Neto⁵⁰, graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Ceará (UFC). Cursou mestrado e doutorado em sociologia também pela Universidade do Ceará (UFC) e atualmente é docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Napoleão Ferreira foi presidente do IAB/CE

⁴⁸ CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 3**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-5. 02 e 03 de Fevereiro de 2012.

⁴⁹ CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 2**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2011. p. 1-4. 14 de Dezembro de 2011.

⁵⁰ SILVA NETO, N. F. Currículo do Sistema Lattes. **Lattes CNPQ**, 2017. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5179722573178460>>. Acesso em: 04 Janeiro 2018.

por duas gestões de 1988 a 1991. Foi presidente do IAB/COSU Brasil em 1995 e vice-presidente em 1994. Também foi conselheiro do CREA/CE de 1999 a 2002.

O conselheiro federal pelo estado do Rio de Janeiro, Paulo Oscar Saad, graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Fez mestrado em Planejamento Urbano no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ). Ainda estudou na *Newcastle University*, na Inglaterra e no Programa de Pós Graduação em Urbanismo da FAU/UFRJ. Também fez cursos de curta duração na *Architectural Association* e no *Development Planning Unit da University College of London*, na Inglaterra. Trabalhou na prefeitura do Rio de Janeiro de 1988 a 1989, na prefeitura de São Paulo de 1991 a 1992 e no Ministério das Cidades de 2005 a 2006. Trabalha na Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB/RJ), desde 1996. Foi presidente do Sindicato dos Arquitetos do Rio de Janeiro (SARJ/RJ), conselheiro do IAB-RJ e coordenador do CREA/RJ⁵¹.

O conselheiro federal Arnaldo Mascarenhas Braga, eleito pelo estado de Goiás, formou-se em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília (FAU/UNB), em 1970 e fez especialização em Planejamento Urbano Ambiental na Universidade Católica de Goiás⁵². Lecionou na Universidade Católica de Goiás nas disciplinas de Planejamento Urbano, Arquitetônico e Paisagismo.

⁵¹ CAU/RJ. Comissões e Colegiados - Comissão de Ética e Disciplina CAU/RJ. **CAU/RJ - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.caurj.gov.br/comissoes-e-colegiados-comissao-de-etica-e-disciplina/>>. Acesso em: 29 Novembro 2017.

⁵² CAU/GO. Arnaldo Braga Mascarenhas é eleito Presidente do CAU/GO para o triênio 2015-2017. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás CAU/GO**, 2015. Disponível em: <<http://caugo.gov.br/arnaldo-mascarenhas-braga-e-eleito-presidente-do-caugo-para-o-trienio-20152017/>>. Acesso em: 04 Janeiro 2018

O conselheiro federal, Luiz Afonso Maciel de Melo foi eleito pelo estado de Roraima e é delegado estadual da Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (FNA)⁵³.

Finalmente, o conselheiro Heitor Maia da Silva Dorez, eleito pelo estado de Alagoas, formou-se pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 1982, e atua profissionalmente na elaboração de projetos arquitetônicos⁵⁴.

A responsável pela assessoria técnica no primeiro mandato da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR foi a arquiteta e urbanista Clélia Leite Carvalho Xavier. A assessora graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará em 1983. Possui escritório de arquitetura em Fortaleza. Foi membro do Conselho Fiscal da diretoria do Departamento do Ceará do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e integrou a diretoria de política cultural do IAB-CE. Foi suplente de conselheiro representante do IAB-CE junto ao CREA-CE de 2009 a 2011⁵⁵.

As primeiras reuniões realizadas pela Comissão de Ética e Disciplina (CED) do CAU/BR foram voltadas as questões de extrema urgência para estabilização e organização inicial do conselho. O primeiro desafio se colocava na enorme quantidade de processos éticos procedentes do conselho anterior. Somente no estado do Rio de Janeiro estavam pendentes no CREA/RJ, mais de 200 processos ético-disciplinares⁵⁶.

⁵³ FNA. Delegacias da FNA. **Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas**, 2017. Disponível em: <<http://www.fna.org.br/delegacias-da-fna/>>. Acesso em: 04 Janeiro 2018

⁵⁴ DORES, H. A. M. D. S. Currículo Lattes Heitor Antonio Maia da Silva Dorez. **Sistema de Currículo Lattes**, 2017. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5384881398378308>>. Acesso em: 03 Janeiro 2018.

⁵⁵ XAVIER, C. L. C. Clélia Leite Carvalho - Escavador. **Escavador**, 2018. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/1446756/clelia-leite-carvalho#profissional>>. Acesso em: 28 Janeiro 2018.

⁵⁶ CED. 2º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina. Recife: CAU/BR, 2012. 9 arquivos áudio formato MP3 - 609,83 Mb.

Para sanar as crescentes dúvidas dos conselheiros integrantes das comissões de ética dos estados a respeito dos procedimentos a serem adotados e dar andamento aos numerosos processos que recebiam dos CREA regionais foi preciso elaborar com urgência uma resolução que definiria os trâmites de julgamento de tais processos.

Em Junho de 2012, na Resolução nº 25 foi definido que os processos referentes às faltas ético-disciplinares, ocorridas antes de 15 de Dezembro de 2011 seriam julgados conforme os procedimentos do antigo conselho, ou seja, pela Resolução nº 1002 que adota o Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, e pelo regulamento de condução de processos ético-disciplinar aprovado pela Resolução nº 1004 do Sistema CONFEA/CREA⁵⁷.

As faltas ético-disciplinares cometidas depois do dia 15 de Dezembro de 2011 seriam julgadas pelos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.378 e posteriormente também, pelo Código de Ética e Disciplina do CAU/BR. Os procedimentos adotados para o julgamento das denúncias foram definidos pela Resolução nº 34, deliberada em Setembro de 2012. Os processos éticos dos conselhos profissionais são orientados pela lei federal nº 9.784 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal⁵⁸.

Sanada a questão do processo de julgamento da grande demanda das denúncias herdadas do antigo conselho a comissão se encarregou da próxima urgência. A

⁵⁷ CED, 2012

⁵⁸ Ibid

elaboração do primeiro código de ética e disciplina voltado exclusivamente para o profissional arquiteto e urbanista.

Logo nas primeiras reuniões plenárias ocorridas em 2012, a questão da criação do primeiro código de ética foi levantada como uma das maiores prioridades do Conselho. Acreditavam que a reorganização e reinterpretação do sistema profissional decorreriam da elaboração desse documento e para isso foi dedicada especial atenção⁵⁹.

Podemos considerar, para o entendimento do processo de construção do documento, que foram adotados três importantes estratégias. A primeira estava na realização dos seminários regionais como uma forma imprescindível de ação comunicativa. Era preciso alargar ao máximo a discussão das questões a ser inseridas no código por todo o Brasil. Assim, por meio de seminários regionais, foi possível envolver nessa discussão, boa parte da classe profissional.

A segunda estratégia adotada foi a contratação de uma instituição para elaboração de uma pesquisa como forma de apoio as fundamentações teóricas que envolviam um código de ética e disciplina. Desde o princípio, fora descartada a intenção de aproveitar o código do conselho anterior e também de copiar qualquer código dos diversos existentes. Era intenção do Conselho e da Comissão de Ética e Disciplina a construção de um código específico para a profissão no Brasil, procurando envolver, o quanto possível, um maior número de questões relacionadas a prática real do mercado de trabalho. Para isso era

⁵⁹ CAU/BR. **Ata da 1ª Reunião Ampliada**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-7. 19 e 20 de Janeiro de 2012.

preciso, além do envolvimento da classe profissional na construção do código, uma fundamentação criteriosa⁶⁰.

Finalmente, como terceira estratégia adotada houve a contratação de uma consultoria que se ocuparia da elaboração do texto do anteprojeto do Código de Ética e Disciplina realizando o trabalho de sistematização das informações e dos documentos que constariam na redação do texto.

⁶⁰ CED, 2012

1.1 OS SEMINÁRIOS SOBRE ÉTICA E DISCIPLINA REGIONAIS E NACIONAL

Com o objetivo de permitir que a repercussão da discussão sobre a ética aplicada à profissão do arquiteto e urbanista alcançasse uma larga escala de profissionais foram planejados a elaboração de cinco seminários regionais. Desde o princípio, a comissão trouxe como um critério fundamental a importância da ampliação da discussão da ética profissional por todas as regiões do Brasil. Para isso, elaborou um cronograma em que distribuía as reuniões por região. A primeira reunião foi realizada na região sudeste na cidade do Rio de Janeiro, depois ocorreu um seminário na região nordeste na cidade de Recife. O seminário seguinte ocorreu na região Sul na cidade de Curitiba, depois na região Centro-Oeste, na cidade de Goiânia e finalmente na região Norte, na cidade de Belém. A discussão sobre ética na profissão dirigida a elaboração do código culminaria em um seminário nacional ocorrido em Brasília, no mês de Junho de 2013.

A importância dos seminários também estava no agrupamento das informações, no sentido de conhecer como ocorria a atuação da prática profissional por todo Brasil. A Comissão entendia que era preciso levar em consideração a variedade cultural que o país abrigava. Com isso, por meio dos seminários procuraram alinhar e estabelecer critérios uniformes para a prática da profissão.

Alguns conselhos estaduais (CAU/UF), em 2012 e ainda no início de 2013 se encontravam ainda desestruturados. As Comissões de Ética e Disciplina dos estados estavam em pleno trabalho de organização e estruturação e buscavam orientações da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR, sobre como exercer acertadamente as suas funções.

As comissões de ética e disciplina são comissões ordinárias, portanto obrigatórias em todos os CAU/UF. Caso o CAU/UF seja muito pequeno como acontece em alguns estados, principalmente da região norte e alguns do nordeste, as suas funções passam a ser compartilhadas com outras comissões. O CED-CAU/BR acreditava que os Seminários Regionais dariam visibilidade ao CAU e representaria uma importante ação comunicativa⁶¹.

Mas o principal propósito dos encontros com os CAU/UF, por meio dos seminários regionais até meados de 2013, estava na construção coletiva de uma proposta de estruturação do código de ética envolvendo os debates e discussões das questões que comportariam o texto do código, relativas à ética do profissional arquiteto no Brasil⁶².

Segundo o conselheiro Napoleão Ferreira, a realização dos seminários em outros estados teria como função dar continuidade às discussões ocorridas nas Reuniões Ordinárias do CED-CAU/BR visando à construção de um pensamento coletivo da categoria sobre ética⁶³. Pretendiam com os seminários aprofundar as discussões sobre a ética profissional da arquitetura e trazer reflexões e discussões permanentes sobre o exercício profissional.

O primeiro seminário ocorreu na cidade do Rio de Janeiro. O evento sucedeu aproveitando um encontro realizado pelo IAB-RJ em fevereiro de 2012. No

⁶¹ CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 5**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-23. 04 e 05 de Abril de 2012

⁶² CED, 2012

⁶³ Ibid

encontro organizaram uma mesa redonda com o tema “Ética em Arquitetura”⁶⁴. Na mesa ocorreram palestras e debates realizados por conselheiros e convidados especializados em temas relacionados à ética. No 1º Seminário Regional da Região Sudeste, houve a participação apenas dos conselheiros estaduais dos estados do Sudeste.

O seminário seguinte foi realizado em Junho de 2012, na cidade de Recife. No 2º Seminário Regional de Ética e Disciplina, foi aberta a participação para os conselheiros de todos os estados em todas as regiões do Brasil.

O seminário teve como foco o treinamento e orientação das comissões estaduais para execução das análises dos processos ético-disciplinares procedentes ainda dos CREA regionais. Houve a participação do assessor jurídico do CAU/BR para instruir e sanar as dúvidas dos conselheiros, quanto à recém homologada Resolução 25. Também ocorreu a discussão e elaboração da resolução complementar que estabeleceria um novo processo de julgamento de denúncias ético-disciplinares recebidas após a vigência da Lei 12.378 ⁶⁵.

Até aquele momento, no cronograma estabelecido pelo CED-CAU/BR o período final para a aprovação final do texto do Código estava planejado para novembro de 2013. Assim, foi solicitado aos conselheiros estaduais que se engajassem em

⁶⁴ IAB. O que é o IAB. IAB, 2010d. Disponível em: <http://www.iab.org.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=10&Itemid=21>. Acesso em: 11 Janeiro 2012.

⁶⁵ CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 5**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-23. 04 e 05 de Abril de 2012

estudar os dispositivos legais e as proposições de regulamentação de artigos de forma a propor a regulamentação do Código⁶⁶.

A partir de então, começam em Recife, os trabalhos de elaboração do Código. A proposta inicial era que os conselheiros fizessem as suas observações, em termos dos conteúdos que abrangeriam a resolução. Precisariam apresentar ao plenário do CAU/BR, até o segundo semestre de 2013, uma proposta de texto para resolução que abrigaria o Código de Ética e Disciplina dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil. Assim, esperavam que por meio das diversas contribuições e observações recebidas nos seminários conseguiriam definir uma proposta para ser levada ao plenário do CAU/BR.

Segundo o conselheiro Heitor Maia, a princípio considerava que poderiam elaborar um código a partir de exemplos de outros existentes, mas percebeu que tal processo não iria contribuir para que o Código representasse realmente os conflitos da prática profissional.

A minha idéia inicial era de elaborar um código de ética a partir de vários outros códigos existentes na profissão. Na América do Sul, na Europa, enfim. Mas percebemos que este processo em nada acrescentaria a consciência de nossos colegas. Mais importante do que o produto final, o código em si, eu acho, é o processo de construção do código, o processo de discussão, o processo de conscientização dos colegas. Passamos por um grande período com falta de gerenciamento da profissão, de condução dos problemas da arquitetura e a cada um por si [Maia se refere ao

⁶⁶ CED. 2º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina. Recife: CAU/BR, 2012. 9 arquivos áudio formato MP3 - 609,83 Mb

período em que a profissão estava sob a vigência do CREA]. Enfim, não se discute as questões mais importantes da arquitetura e também das questões éticas. Enfim, acho que o caminho é este, precisamos discutir entre nós e levar esta discussão para os colegas para que haja justamente esta troca de ideias, troca de reflexão, para que no final tenhamos consciência daquilo que se está fazendo (Conselheiro Heitor Maia, CED. **2º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina**. Recife: CAU/BR, 2012. 9 arquivos áudio formato MP3 - 609,83 Mb)

O conselheiro Napoleão Ferreira ressaltou que a proposta de um Código de Ética que começavam a elaborar naquele Seminário, ainda passaria por diversos processos e que ao final ela ainda poderá ser alterada ou modificada no plenário do CAU/BR. Para que tal fato não ocorra, esclareceu ser de fundamental importância, além da participação dos conselheiros estaduais, o envolvimento e a participação dos conselheiros federais nas discussões, pois ao final serão eles que votarão na proposta final apresentada ao plenário⁶⁷.

O 3º Seminário Regional de Ética e Disciplina foi realizado na região Sul, na cidade de Curitiba em Agosto de 2012. Além da continuação da discussão que envolve a elaboração do código precisavam finalizar as discussões a respeito da Resolução nº 34, que determina os trâmites do processo de julgamento das denúncias ético-disciplinares ocorridas após a vigência da Lei 12.378. A aprovação da Resolução estava na pauta da próxima reunião plenária do CAU/BR.

A seguir voltaram ao tema da elaboração do código. A Comissão, naquele momento, expôs que as contribuições recebidas com relação à elaboração do

⁶⁷ CED, 2012

texto do Código no último seminário ainda eram pequenas. Com isso, o conselheiro Napoleão Ferreira, esclarece que com a ausência da discussão coletiva, fica inviável a elaboração de um Código de Ética Profissional. Ressalta que a formulação de um documento que afetará a rotina da prática de toda classe profissional de arquitetos no Brasil não deve estar nas mãos de apenas cinco conselheiros integrantes da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR. Sugere que é fundamental o comprometimento da coletividade nesta tarefa⁶⁸.

No 3º Seminário Regional foram levantados os temas que constariam no conteúdo do código, gerando com isso, intensas discussões. Os temas levantados foram sobre plágio na arquitetura e urbanismo, comissão (remunerações indiretas e ilegais, RT), acobertamento⁶⁹, direitos autorais, conflito de interesses entre contratante e contratado, a crítica da arquitetura (quais são os critérios de incompatibilidade, imparcialidade), publicidade, valores éticos na arquitetura e urbanismo em geral (acessibilidade, sustentabilidade, etc.), entre outros.

O 4º Seminário Regional foi realizado na região Centro-Oeste, na cidade de Goiânia, em outubro de 2012. O foco principal da reunião foi a elaboração do Código de Ética. Além do seguimento dos debates dos temas que nortearam as regras do Código, também foram discutidos seus aspectos jurídicos e filosóficos. Neste seminário, ocorre também, a primeira apresentação oficial do arquiteto João Honório de Mello Filho, contratado pelo CAU/BR para realizar o trabalho de sistematização das informações e conteúdos, e a organização da redação do

⁶⁸ CED. 3º Seminário da Comissão do Código de Ética e Disciplina (8ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR). Curitiba: CAU/BR, 2012. 4 arquivos de áudio formato WAVE.

⁶⁹ Segundo Houaiss, ato ou efeito de acobertar. Impedir ou evitar que (ação, informação, situação, etc.) seja vista ou identificada, ou que se tenha conhecimento dela, especialmente como forma de proteger ou favorecer alguém ou de permitir que continue a agir de determinado modo; esconder; dissimular.

código. No seminário foram aprofundadas as discussões sobre plágio e direito autoral, atividade crítica, legislação e direito do consumidor, comissão ou reserva técnica, a relação entre a estética e a ética na arquitetura, a formação do arquiteto e urbanista, as relações de trabalho e contratuais, a comercialização do projeto de arquitetura e a publicidade profissional.

As discussões ocorridas nas reuniões, exceto o 1º Seminário Regional no Rio de Janeiro, foram registrados por meio de arquivos em áudio e vídeo. Também a Comissão recebeu muitas contribuições por escrito que à medida que chegavam, eram organizadas e incluídas na sistematização do código de ética.

Já no 4º Seminário, foi possível perceber a participação frequente de alguns conselheiros estaduais e que também o número de participação dos CAU/UF estava aumentando progressivamente. Motivo pelo qual, tanto poderia ser pelo interesse na elaboração do código, como também aproveitar a oportunidade dos encontros para trocarem informação a respeito das dúvidas e dificuldades que enfrentavam nos trabalhos diários das comissões de seus estados⁷⁰.

O 5º Seminário da Região Norte ocorreu na cidade de Belém em março de 2013⁷¹. No seminário foi apresentada pela primeira vez a primeira proposta de texto do anteprojeto do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, na forma da Minuta 1.1. O consultor contratado para a sistematização do código João Honório de Mello Filho, fez a explanação sobre a metodologia de seu trabalho e a demonstração da estrutura adotada como matriz do código. Houve o esclarecimento da forma como foram analisadas e sistematizadas as contribuições. Também como destaque do

⁷⁰ CED. 4º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR (10ª Reunião Ordinária). Intérpretes: CED. [S.l.]: CAU/BR. 2012. 34 arquivos de VÍDEO formato VOB.

⁷¹ CAU/BR. **Súmula da 12ª Reunião Ordinária do CED**. Brasília: CED. 2012. p. 1-4. 17 de Dezembro.

seminário houve a apresentação das duas pesquisas realizadas pelo Instituto ANIS, contratadas para auxiliar a fundamentação teórica do código.

A partir da proposta apresentada no seminário, a Comissão, prosseguiu recebendo as sugestões e contribuições feitas pelos estados ao texto do código. As novas contribuições foram analisadas e inseridas na minuta seguinte a ser apresentada no Seminário Nacional em Brasília⁷².

No Seminário Nacional, em Junho de 2013, ocorreu a apresentação da Minuta 6.1 do anteprojeto do Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura. Após a apresentação foram recebidas mais contribuições dos estados dando sequência às intensas discussões.

No Seminário Nacional foram recebidas no total 208 contribuições. Após o seminário, a Comissão, sistematizou e absorveu as propostas na minuta 7.0, que finalmente, foi apresentada na 20ª plenária do CAU/BR. A soma de todas as contribuições recebidas dos participantes durante os seminários regionais e o seminário nacional resultou em torno de quinhentas contribuições⁷³.

De fato não temos uma fórmula instantânea para resolver todos os problemas. É exatamente essa discussão, a reflexão, a contestação, os pontos de vistas que se colocam em debate é que fazem daí surgir uma síntese. Uma síntese que seria um caminho, uma política no sentido de avançarmos na construção realmente. Na verdade o código de ética para nós parece, por todas as

⁷² CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 16**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. p. 1-13. 07 e 08 de Março de 2013.

⁷³ CED. 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Intérpretes: CED. [S.l.]: CAU/BR. 2013. Arquivo em vídeo 1 DVD.

nossas discussões, estar se transformando em algo muito mais complexo, do que a visão aparente da questão. [...] é fundamental que essa construção do código passe por esse aprofundamento. (Conselheiro Napoleão Ferreira. CED. **3º Seminário da Comissão do Código de Ética e Disciplina (8ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR)**. Curitiba: CAU/BR, 2012. 4 arquivos de áudio formato WAVE)

1.2 A CONTRATAÇÃO DO INSTITUTO ANIS (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero)

Além das reuniões regionais que fomentariam as diretrizes das regras que comporiam o texto do Código buscando atender aos diversos assuntos relacionados à ética no exercício da prática da profissão por todo Brasil, julgou-se também necessário, a fundamentação teórica dos conteúdos filosóficos e jurídicos que participavam do texto. Para realizar o trabalho de reunir informações por meio de estudos, levantamentos e pesquisas, foi contratado um grupo de pesquisadores especializados no campo da Ética, da Filosofia e do Direito, formado por professores e pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), chamado instituto ANIS⁷⁴.

O Instituto ANIS (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero) é uma associação civil, sem fins lucrativos. Segundo seu estatuto, por entre seus objetivos estão a defesa e a promoção da ética, da bioética, da paz, dos direitos humanos, da democracia e de qualquer valor considerado universal. Também, o objetivo de defender e promover a cidadania e a liberdade por meio da difusão de princípios éticos e bioéticos, pautados nos direitos humanos.

Ainda segundo seu estatuto, para a consecução de seus objetivos o instituto, produz, sistematiza, avalia, acompanha e dissemina; informações, pesquisas, análises, estudos, projetos, programas de ação pública e privada, voltados para a defesa e promoção da bioética, dos direitos humanos, dos interesses das populações vulneráveis e contra a opressão de gênero e que se traduzem em

⁷⁴ CED. 3º Seminário da Comissão do Código de Ética e Disciplina (8ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR). Curitiba: CAU/BR, 2012. 4 arquivos de áudio formato WAVE.

mecanismo eficazes de intervenção social. Também é considerado em seu estatuto, cooperar com entidades públicas, organizações não governamentais, instituições de assistência social, movimentos sociais, além de organismos e segmentos da sociedade civil, na elaboração e proposição de políticas públicas referentes à bioética, direitos humanos e gêneros.

A Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR, inicialmente solicitou ao Instituto ANIS, três produtos. O primeiro produto se refere a uma pesquisa que abrangia um levantamento do estado da arte mundial sobre ética na arquitetura e urbanismo. O segundo, um levantamento e sistematização de diversos Códigos de Ética de Arquitetura e Urbanismo. E o terceiro, uma pesquisa com os profissionais de arquitetura e urbanismo com intuito de perceber qual o pensamento da classe quanto ao conceito geral de conduta ética.

Para a elaboração do primeiro produto que se refere ao levantamento do estado da arte da discussão científica mundial, sobre questões éticas relevantes para o exercício profissional de arquitetos e urbanistas, nos últimos 10 anos, foram utilizados bases de dados nacionais e internacionais. Também foi realizado o levantamento de textos de acesso aberto, ou seja, disponíveis para consulta e gravação. A pesquisa abordou também textos acadêmicos, como artigos e periódicos científicos, teses e dissertações.

Os documentos foram entregues em formato de bases de dados, com todas as referências padronizadas e em anexo a íntegra de seus respectivos arquivos de texto. Junto com o primeiro produto também foi entregue um tesouro de termos ou palavras-chaves da área.

O Instituto ANIS esclarece, no documento final do produto, que encontraram dificuldades na busca pelos termos-chave e em relacionar diretamente esses ao tema proposto para a pesquisa⁷⁵.

Há uma abordagem pouco significativa nos estudos em nível nacional e internacional, com abrangência na área proposta e, consequentemente, com preocupação direta relacionada à ética no desenvolvimento da prática profissional do Urbanista e Arquiteto. (ANIS, 2012)

No documento também consta que ocorreu a prevalência do idioma inglês nos documentos encontrados. Os valores ficaram distribuídos da seguinte forma: o idioma inglês representa 71,11% com abrangência de vinte oito documentos. Em seguida, foram encontradas nove ocorrências com o idioma de escrita em português, totalizando 20% do material. O idioma espanhol totaliza quatro ocorrências, o equivale a 8,89% do material coletado.

Considerando a dificuldade encontrada pelo Instituto ANIS, os conselheiros da Comissão, decidiram aprofundar a pesquisa sugerindo mais termos-chave para que o Instituto pudesse ampliar os resultados das duas pesquisas. Segundo o consultor João Honório, considerando o fato que os pesquisadores não eram arquitetos, acreditou que as palavras-chave usadas para a pesquisa poderiam ser mais específicas para a profissão. Faz uma crítica à literatura escassa referente aos códigos de ética profissionais e assim, justificou que um código de ética é elaborado a cada 50 anos, ou seja, poucas pessoas se envolvem nesta tarefa.

⁷⁵ ANIS. *Levantamento Bibliográfico sobre o Estado da Arte do Debate Mundial sobre Ética na Arquitetura e Urbanismo*. ANIS Instituto de Bioética, Direito Humanos e Gênero. Brasília, p. 1-32. 2012.

Também acreditou que o Instituto privilegiou a língua inglesa na busca, em relação à francesa e a espanhola, nas quais, tem conhecimento sobre divulgações de textos de grande importância para a nós.^{76 77 78}

Com isso, a Comissão considerou pertinente enviar a listagem dos temas que serviram de base aos debates ocorridos nos seminários de Curitiba e Goiânia. Foram incluídos à lista de termos-chave; ensino e formação; política urbana; direito autoral; propriedade intelectual, plágio; incompatibilidade no exercício de funções; acobertamento de profissionais não qualificados; conflito de interesses, incompatibilidade, imparcialidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou “comissão”; padronização e reutilização de projetos; legislação/normas técnicas brasileiras e internacionais; desenvolvimento da cidade; sustentabilidade; participação social; reputação, prestígio da profissão; direito à cidade; espaço público; mobilidade urbana; paisagem urbana; patrimônio artístico, histórico e natural; habitação social, moradia digna; concursos públicos de projetos de arquitetura e urbanismo; atividade crítica; proteção e defesa do consumidor; estética e valores éticos específicos⁷⁹; relações de trabalho contratuais; mídias de

⁷⁶ Na língua francesa sugere: *architecte(s); architectural, architecturale, architecturaux; architecture (s); code (s); conduite (s); déontologie (s); déontologique (s); Déréglementation; devoir (s); discipline; droit (s); éthique (s); fonction (s); guide; intellectuel, intellectuelle; legal, légale, légaux; législation; loi (s); principio (s); procedimiento (s); profesión, profesiones; profesional (es); profesión (es) liberal (es); profesión (es) intelectual (es); regla (s); reglamento (s), reglamentación; registro (s); urbanismo; urbanista(s); urbanización(es); urbano(s); urbana(s); valor(es); valor(es) ético (s); valor(es) moral (es); virtud(es); virtud (es) ética(s); virtud (es); moral (es); etc.*

⁷⁷ As palavras sugeridas em língua portuguesa (de Portugal) sugere a adaptação ortográfica, mas aplicando os mesmos conceitos: *arquitectos (s), arquitecta(s), arquiteto, arquiteta; arquitectura (s), arquitetura (s); arquitectar, arquitetar; arquitectónico (s), arquitectónica (s), arquitectónico (s), arquitectónica (s), arquitetônico(s), arquitetônica(s); registo (s), registro (s); etc*

⁷⁸ CED. 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED CAU/BR. Brasília: CAU/BR, 2013. 4 arquivos áudio formato MP3.

⁷⁹ Quanto a esta palavra chave a comissão esclarece que dependendo dos critérios que ela adotar, haverá considerações a fazer quanto à citação dos valores, virtudes ou alvos morais frequentemente enfatizados e repetidos por tradição ou necessidade prática nos códigos em geral – os dos profissionais liberais em especial os expressos pelos seguintes vocábulos: acessibilidade, adequação, cidadania, civilidade, competência, compromisso, confiança, confidencialidade cortesia, cuidado, decência, decoro (distinção), dignidade,

representação e divulgação da arquitetura; comercialização do projeto de arquitetura/ publicidade; e impacto das inovações tecnológicas.

Quanto ao segundo produto referente ao levantamento e sistematização dos códigos de ética dos conselhos e institutos de arquitetura e urbanismo, a Comissão havia apresentado ao Instituto ANIS uma lista de vinte países selecionados, não só de acordo com o grau de importância que a profissão representava naqueles países, mas também na qualidade da relação bilateral que o Brasil compreendia com eles. Os vinte países inicialmente definidos pela comissão foram Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Cuba, Estados Unidos, México, Alemanha, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Portugal, Rússia, Austrália, Índia, Irã, Japão e Singapura.

A pesquisa foi realizada nos respectivos idiomas correspondentes aos países de origem com exceção do japonês, o qual foi pesquisado em inglês. Além do inglês foram utilizados o russo, inglês, francês, alemão, português, espanhol, italiano e pársi (persa iraniano) ⁸⁰..

No início procedeu-se a busca e mapeamento dos sites dos conselhos de arquitetos. Por meio desse procedimento foi possível mapear os estatutos e códigos disciplinares nas áreas de arquitetura e urbanismo. Em seguida, com os endereços dos sites, foi possível definir quais conselhos ou institutos o documento pertencia.

disponibilidade, eficácia, eficiência, equidade, fidelidade, fraternidade, generosidade, honestidade, honra, igualdade, imparcialidade, impessoalidade, integridade, justiça, lealdade, objetividade, prudência, reconhecimento, reputação, respeito, responsabilidade, segurança, solidariedade, sustentabilidade.

⁸⁰ A íntegra do produto final da pesquisa está anexa ao final da tese.

A pesquisa buscou identificar pontos relevantes para prática profissional nos textos dos códigos, por meio da análise de vinte e sete palavras-chave sugeridas pela Comissão. Com tal procedimento foi possível encontrar temas que se apresentaram recorrentes nos textos dos códigos, nos quais foram, ensino e formação; direito autoral e plágio; incompatibilidade no exercício de funções; conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão; sustentabilidade; concurso público de projetos de arquitetura e urbanismo; estética e valores éticos específicos; mídias de representação e divulgação da arquitetura e comercialização do projeto de arquitetura/publicidade.

Ainda segundo a pesquisa, todos os códigos de ética ou conduta apontados são dedicados a garantir padrões de profissionalismo, integridade e competência entre os profissionais de arquitetura e urbanismo. Acrescenta que normalmente os Códigos estão organizados por sessões que incluem princípios e normas éticas e regras gerais de conduta profissional. Os códigos abordam a responsabilidade dos profissionais junto ao público (cliente, usuários e outros profissionais), além de ressaltar o compromisso ético com meio ambiente, arte e a ciência da arquitetura.

Na grande maioria dos documentos há menção sobre o recebimento de comissões ou bonificação por parte de fornecedores ou prestadores de serviço. Entre vinte códigos pesquisados, apenas a Inglaterra a Itália e a Austrália não proíbem a utilização de recebimentos de provimentos de comissões, desde que se seja informado, e que se tenha o consentimento do cliente.

Em seu produto final, a pesquisa também apresentou uma tabela com o resumo do conteúdo de cada código pesquisado, bem como a tradução livre de trechos ou artigos que se relacionam com os temas e palavras-chave.

A pesquisa também encontrou grande dificuldade na busca de alguns códigos que constavam na lista apresentada pela Comissão. O documento do Irã não pôde ser encontrado devido às restrições no acesso à informação do país. Também não conseguiram encontrar informações referentes ao código ou normas éticas para arquitetos ou urbanistas da Venezuela. Com isso, foi substituído o código do Irã pelo de Hong Kong e ainda foram acrescentados a pesquisa, outros 4 códigos por indicação da comissão. África do Sul, Quebec (Canadá), Nova Zelândia e Peru, totalizando 24 códigos pesquisados⁸¹.

Quanto ao terceiro produto que envolveria uma pesquisa de opinião sobre questões de conduta ética direcionada à classe profissional dos arquitetos e urbanistas, foi suspenso por envolver grande custo, deixando a sua realização para outro momento.

⁸¹ A íntegra do documento do segundo produto do Instituto ANIS também se encontra anexa ao final da tese.

1.3 A CONTRATAÇÃO DA CONSULTORIA PARA A ELABORAÇÃO DO TEXTO DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA

A adoção da terceira estratégia surgiu da necessidade de sistematizar os conteúdos das discussões ocorridas nas reuniões ordinárias e nos seminários regionais da Comissão de Ética e Disciplina aplicando as informações coletadas nas pesquisas do Instituto ANIS, a fim de dar redação ao texto final do anteprojeto do Código de Ética e Disciplina da Arquitetura e Urbanismo⁸².

Para a realização desse serviço a Comissão designou a empresa TEUBA Arquitetura e Urbanismo por ter entre seus consultores, o arquiteto e urbanista João Honório de Mello Filho⁸³.

O arquiteto e urbanista, João Honório de Mello Filho, formou-se em 1965 pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (FNA-UB), atual FAU-UFRJ. No início de sua carreira trabalhou com sistemas de pré-fabricação para habitações, escolas, indústrias, em várias empresas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Cursou e fez estágio, no *Centre Scientifique ET Technologique du Bâtiment* (CSTB) e no *Institut Technique du Bâtiment et des Travaux Publics* (ITBTP). Estagiou no Ministério da Educação da França e de Portugal em construções escolares. Mudou-se para São Paulo em 1970, onde trabalhou em escritórios de Arquitetura, de Engenharia, em empresas de construção e em órgãos dos governos estadual e municipal. Foi consultor do Centro Brasileiro da Construção — *Bowncentrum* (CBC) e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São

⁸² CAU/BR. **Termo de Proposição de Contratação Direta de Serviços**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-10. 2012.

⁸³ TEUBA. **Proposta para Elaboração do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR**. Teuba Arquitetura e Urbanismo Ltda. São Paulo, p. 1-35. 2012.

Paulo (IPT). Contribuiu para a estruturação da Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP), hoje Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE). Como Superintendente de Projetos organizou e implantou com sua equipe um sistema racional para a elaboração de projetos de construção de edificações escolares em massa, mediante a padronização de componentes construtivos atuando em aproximadamente 4.000 projetos e intervenções. Foi consultor em diferentes setores do Ministério da Educação incluindo o Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares (CEBRACE), o Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior (PREMESU), o Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (CEDATE), e os programas do Projeto Nordeste e do FUNDESCOLA. Foi consultor da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP) e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU). Foi Relator das normas técnicas originais da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para projetos de edificações, a NBR-15531 e a NBR-15532. Produziu inúmeros textos técnicos normativos, publicados para circulação pública e restrita, voltados para a edificação escolar e habitacional. No Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), foi Secretário Geral da Direção Nacional e diversas vezes membro do seu Conselho Superior. Foi fundador, delegado do IAB, secretário e Presidente do *Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa* (CIALP), do qual permanece como membro honorário⁸⁴.

Assim, a TEUBA Arquitetura e Urbanismo, representada pelo arquiteto e urbanista, João Honório de Mello Filho, passa a participar oficialmente como consultora nas

⁸⁴ CAU/BR. **Termo de Proposição de Contratação Direta de Serviços**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-10. 2012.

reuniões e nos seminários promovidos pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR.

Inicialmente a sua atuação se voltou a analisar e considerar os resultados das discussões levantadas durante os seminários e nas reuniões já realizadas pela CED-CAU/BR durante o ano de 2012, bem como estudar e analisar os textos levantados pela pesquisa realizada pelo Instituto ANIS que envolvia os conteúdos referentes aos campos da Ética (Filosofia da Moral), da Deontologia e do Direito. Também foi preciso analisar as literaturas referentes à legislação federal pertinente às profissões liberais e às normas da Ética Profissional vigentes para a profissão do arquiteto no Brasil e em outros países.

A proposta do trabalho estabelecia a entrega de sucessivos relatórios técnicos que incluía como produto, textos em forma de minutas visando o aperfeiçoamento progressivo da sistematização e da redação do anteprojeto do Código de Ética e Disciplina.

As minutas elaboradas pelo consultor e entregues à Comissão eram analisadas e discutidas buscando consolidar o texto da minuta anterior mediante correções, inclusões e supressões das questões propostas. Tais minutas, conforme evoluíam foram gradativamente convertidas ao texto final do anteprojeto do Código de Ética e Disciplina. Assim, a última minuta do anteprojeto após aprovada pela Comissão foi encaminhada para o exame e aprovação final em sessão plenária do CAU/BR e convertida em resolução. O prazo estipulado para este processo foi de oito meses, com início em janeiro de 2013 e final em agosto do mesmo ano.

Segundo a proposta de trabalho do consultor João Honório, a concepção do Código de Ética e Disciplina, embora já inicialmente delineada nos termos da Lei

12.378, deve pormenorizar os deveres (obrigações) e valores morais almejados que fixarão a Ética dos Arquitetos e Urbanistas enquanto profissionais liberais (intelectuais) estejam eles na condição de autônomos ou subordinados mediante vínculo empregatício⁸⁵.

Importante ressaltar a definição correta da expressão *Profissional Liberal*. O termo deriva da idade média quando a expressão Arte Liberal se transformou em Profissão Liberal em contraposição às profissões que trabalham com as mãos. A Profissão Liberal é caracterizada por ter uma formação longa, um código de ética próprio e possuir autonomia intelectual, ou seja, o profissional deve seguir conforme a consciência da profissão sem aceitar injunções contrárias a sua convicção⁸⁶. O consultor esclarece várias vezes durante a elaboração do Código, que não há cargo, função ou qualquer posição que um arquiteto e urbanista ocupe onde ele deixe de ser definido como Profissional Liberal. O arquiteto e urbanista é Profissional Liberal em qualquer circunstância, quer seja como empregado, autônomo, dono de empresa, etc. Em meio aos conselheiros e a classe profissional persistia um desentendimento entre o significado de Profissional Liberal e o significado de profissional autônomo.

A proposta de trabalho ainda afirmava que o Código de Ética e Disciplina deve ser fixado mediante normas (padrões, princípios, regras e valores) que potencializem, tanto quanto possível, as competências, as habilitações e a capacidade inovadora dos arquitetos e urbanistas para a solução responsável das diversas e complexas questões com que se deparam na prática profissional.

⁸⁵ TEUBA, 2012

⁸⁶ CED. 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Brasília: CAU/BR, 2013. 3 arquivos ÁUDIO formato MP3.

Conforme colocado anteriormente a primeira etapa de seu trabalho constou da análise e estudo preliminar das informações reunidas durante os seminários e as reuniões da Comissão realizadas ao longo de 2012 e também das informações obtidas por meio dos resultados da primeira pesquisa elaborada pelo Instituto ANIS.

Convém lembrar que o consultor João Honório, frequentou as reuniões de Curitiba e Goiânia como arquiteto convidado e começou a frequentar as reuniões da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR oficialmente como consultor a partir de janeiro de 2013.

1.3.1 Os documentos estruturadores do texto do anteprojeto do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR

O método escolhido para a composição da estrutura inicial do texto do código foi a utilização de algumas obras normativas consolidadas e reconhecidas no plano internacional⁸⁷. A partir dos estudos, seguiu-se a preparação da primeira minuta, a Minuta 0.0, na qual, contou como principal influência em sua estrutura o documento de referência internacional sugerido pela *Union Internationale des Architectes* (UIA).

A *Union Internationale des Architectes* (UIA), com sede em Paris, é uma organização não governamental que representa internacionalmente a profissão do arquiteto e urbanista⁸⁸. Foi fundada logo após a II Guerra Mundial, em Lausanne, na Suíça, no ano de 1948. Atualmente a UIA engloba as principais organizações

⁸⁷ MELLO FILHO, J. H. **Minuta 2.1 do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-50. 2013.

⁸⁸ MELLO FILHO, 2013

profissionais de arquitetos de 124 países e territórios e representa, por meio destas organizações, cerca de um milhão e trezentos arquitetos pelo mundo. O Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) representa a seção brasileira da UIA.

Como resultado de estudos e debates que ocorreram ao longo de 9 anos, a Comissão de Prática Profissional da UIA, elaborou o documento intitulado *“The UIA Accord on International Standards of Professionalism in Architectural Practice”*, finalmente aprovado na Assembleia Geral de 1999, em Beijing.

O documento é constituído por recomendações dirigidas aos profissionais e, igualmente, às instâncias governamentais de todos os países. Tais recomendações têm a intenção de definir o que é considerado a boa prática para a profissão de arquitetura e os padrões aspirados por ela⁸⁹. O documento representa uma realização histórica, pois foi a primeira vez que a profissão de arquiteto adotou um padrão de normas internacionais⁹⁰.

Como parte do documento, encontramos as “Diretrizes Recomendadas para as Políticas sobre Ética e Conduta”, dirigidas aos membros da UIA com intuito de orientar a elaboração dos códigos de ética em seus países. Os princípios recomendados são aplicados a todas as atividades profissionais, onde quer que elas ocorram. Elas tratam das responsabilidades para com o público, ao qual a profissão serve; responsabilidades para com os clientes e usuários da arquitetura e a responsabilidade para com a profissão e para com os colegas^{91 92}.

⁸⁹ UIA. Professional Practice Commission. **International Union of Architects**, 2017. Disponível em: <<http://www.uia-architectes.org/en/exercer/exercice-professionnel/commission-uia#.WmYy2K6nHIU>>. Acesso em: 11 Janeiro 2018.

⁹⁰ MELLO FILHO, 2013

⁹¹ UIA. **ACCORD UIA pour la recommandation de règles**. 1ª. ed. Beijing: UIA, 1999.
UIA. **Carta para a Formação do Arquiteto**. Tokyo: UNESCO, 2011.

Também como documento importante para a elaboração da estrutura do texto inicial foi utilizado o Código Deontológico do *Architects' Council of Europe* (ACE-CAE), intitulado *European Deontological Code for Providers of Architectural Services*.

O *Architects' Council of Europe* (ACE) é o organismo europeu de representação da profissão do arquiteto. É constituído pelos órgãos representativos e regulatórios pertencentes aos países da Europa. Por meio deles a ACE representa os interesses de mais de 560.000 arquitetos. A sua função principal está voltada à evolução da prática da arquitetura no âmbito europeu, procurando influenciar as políticas e a legislação comunitária que tenham impacto sobre a qualidade global e o desenvolvimento sustentável do ambiente construído.

As normas contidas no “Código Deontológico Europeu” são destinadas a servir como recomendação às entidades profissionais da União Européia. Tem função de assessorar o trabalho de redação ou revisão dos códigos deontológicos de seus afiliados.

Pelo fato das duas organizações, a ACE e a UIA, colaboram mutuamente sobre uma série de temas de interesse comum, a ACE também usa o código da UIA como referência básica, portanto apresentam muitas semelhanças.⁹³

Ainda como apoio à estruturação do texto inicial; foram utilizadas as normas da *United Nations Human Settlements Programme* (UN-HABITAT). A UN-HABITAT, com sede em Nairobi, no Kenya, é uma agência da Organização das Nações

⁹² Parte do documento do documento que se refere às normas de ética e disciplina se encontra anexa ao final da tese.

⁹³ (ACE, 2014) ACE. ACE Deont-code. **Architects Council of Europe**, 2014. Disponível em: <https://www.ace-cae.eu/uploads/tx_jdocumentsview/Deont-code_2016.pdf>. Acesso em: 11 Janeiro 2018.

Unidas (ONU), dedicada aos assentamentos humanos. Ela foi criada para promover a sustentabilidade social e ambiental urbana e habitação adequada para todos. O texto normativo considerado na estrutura do Código estatui recomendações para a redação de códigos de ética em geral⁹⁴.

Quanto aos códigos nacionais voltados à profissão do arquiteto e urbanista podemos destacar o Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia do Sistema CONFEA/CREA⁹⁵, vigente para a profissão até final de dezembro de 2010. Segundo o consultor João Honório, sobre tal código recaiam notórias críticas desfavoráveis, portanto, acredita que o futuro Código de Ética e Disciplina do CAU/BR deve procurar superá-lo em qualidade e eficácia.

Também foram consideradas as Normas de Conduta Profissional do Arquiteto do IAB como referência por sua importância histórica para os arquitetos e urbanistas, assim como pela relevância moral das regras apresentadas⁹⁶.

O texto inicial do anteprojeto do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, representado pela Minuta 0.0 foi apresentado à Comissão na 13ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR realizada em Brasília, nos dias 21 e 22 de Fevereiro de 2013. Conforme disposto no relatório da Minuta 0.0 e também disposto nos relatórios subsequentes:

O presente texto (Minuta 0.0) destina-se exclusivamente ao exame da Comissão de Ética e Disciplina. [...] Todos os seus itens estão,

⁹⁴ MELLO FILHO, 2013

⁹⁵ CONFEA. Resolução 1002. **CONFEA**, 2002. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/downloads/1002-02.pdf>>. Acesso em: 30 Janeiro 2012.

⁹⁶ MELLO FILHO, 2013

portanto, sujeitos à evolução e aos progressos necessários aos amplos estudos e levantamentos ainda em curso, que serão seguidos de correções, alterações, supressões, acréscimos, emendas, sugestões ou, mesmo, de mudanças cabais. (MELLO FILHO, 2013)

Seguindo o documento de recomendação elaborado pela União Internacional dos Arquitetos (UIA), a estrutura do Código se ateve aos capítulos básicos correspondentes aos deveres (obrigações). A cada capítulo estão atreladas as respectivas regras desdobradas em itens. Na Minuta 0.0, os capítulos estruturadores do texto foram Preâmbulo, Obrigações Gerais, Obrigações para com Público, Obrigações para com o Cliente, Obrigações para com a Profissão e Obrigações para com os Colegas.

No Preâmbulo são colocadas questões sobre a Lei 12.378, sobre as funções do código, sobre o profissional ao qual rege o código e um resumo sobre os estudos que resultaram no código.

A seguir são dispostas as obrigações. Em cada obrigação, são listados itens e subitens com as regras propostas. No texto da minuta, é interessante observar que o consultor anota a origem de cada regra inserida no texto. Podemos verificar que foram utilizadas regras constantes nos códigos da UIA e da ACE. Também podemos notar outras contribuições como o da *Ordre des Architectes* da França, o *Le Livre Blanc des Architectes* e o *Code des Devoirs*; o da *Ordem dos Arquitectos de Portugal*, o *Regulamento de Deontologia*; o texto, *A responsabilidade civil dos profissionais liberais com o advento do Código de Defesa do Consumidor*, de Mirella d'Angelo Caldeira, doutora em Direito do Consumidor pela PUC-SP; o do

livro *Les Professions Liberales* de Joseph Vagogne; e de documentos do CONFEA e do Conselho Federal de Economia (CFE)⁹⁷.

As críticas e contribuições iniciais levantadas pela Comissão após a apresentação da Minuta 0.0 se referiram tanto aos conceitos aplicados no texto do código, bem como a estrutura aplicada.

A primeira questão a ser levantada foi quanto ao conceito geral. O conselheiro e coordenador da Comissão, Napoleão Ferreira questionou se o Código precisaria seguir uma ética deontológica e não consequencialista⁹⁸.

Quanto à questão, o consultor João Honório esclarece que sem uma lógica deontológica a redação ficaria impraticável. Esclarece que a ética consequencialista é a ética que atribui o valor moral aos atos em função de suas conseqüências. Os consequencialistas defendem que é preciso pensar nas conseqüências do que está fazendo e não só na regra. Como não conseguimos escrever sobre todas as conseqüências de tudo ou sobre todas as conseqüências de um ato, redigir um código se torna uma tarefa impossível. Pois afinal, uma coisa que é muito boa num dia, ela mesma não é muito boa em outro dia, mas daqui a dez anos pode se tornar boa outra vez.

Segundo o consultor, na linha do pensamento de Kant, a ética deontológica estabelece o entendimento de que uma ação é moral quando for cumprida por dever. Portanto, por um imperativo categórico. O dever é imperativo e surge por operações lógicas e não culturais. Exemplifica que, não se pode machucar ou

⁹⁷ A Minuta 0.0 se encontra anexa ao final da tese.

⁹⁸ CED. 4º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR (10ª Reunião Ordinária). Intérpretes: CED. [S.l.]: CAU/BR. 2012. 34 arquivos de VÍDEO formato VOB.

matar, porque se matar todo mundo ou se todos começarem a matar entre si, a humanidade desaparecerá. Quer dizer, só se deve fazer algo que possa ser generalizado, universalizado. Acrescenta ainda que os filósofos ingleses e americanos, anglo-saxões, hoje são mais consequencialistas. Já os do lado continental são mais deontológicos⁹⁹.

O consultor acredita que a ética deontológica também encontra as suas falhas. Por exemplo, não posso mentir, mas se falar a verdade posso prejudicar alguém ou um grupo. Os princípios morais entram em conflito. Os dilemas que surgem só podem ser resolvidos em tribunais como os da Comissão, pois são assuntos quase públicos. Assim, quando há um dilema como o citado, uma pessoa sozinha não consegue resolver. É necessário saber os valores que estão ocorrendo na sociedade para estabelecer uma decisão. Segundo o consultor, nesse momento cabe ao Conselho este esclarecimento à classe profissional.

Outra observação colocada pelo conselheiro Napoleão Ferreira foi o uso da palavra *Cliente* no texto do código. Considera que, este vocábulo de origem Romana, tem um significado muito depreciativo e sugere substituir a palavra por *Contratante*¹⁰⁰.

O conselheiro Napoleão Ferreira também questiona a decisão de adotar os códigos internacionais como estrutura do texto. Acredita que o Código não precisa seguir os caminhos dos outros códigos internacionais. Coloca que o Código poderia ser feito de uma forma completamente diferente dos outros códigos

⁹⁹ 4º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR (10ª Reunião Ordinária), 2012

¹⁰⁰ CED. 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED CAU/BR. Brasília: CAU/BR, 2013. 4 arquivos áudio formato MP3.

existentes. Defende que o código não deveria ser uma cópia, mas uma inovação dos arquitetos¹⁰¹.

O consultor João Honório esclareceu que os códigos geralmente se parecem com cópias, porque os temas são os mesmos. É preciso haver lealdade com o cliente, e assim por diante. São temas universais, não há como fugir deles. Mas concorda com o conselheiro Napoleão que é preciso também observar as diferenças culturais, econômicas e as questões legais do país.¹⁰²

Inclui que a profissão da arquitetura tem uma linguagem que vem da própria tradição do exercício da profissão. Acredita que precisam usar a linguagem existente e acrescentar a ela questões da atualidade. Segue esclarecendo que percebeu que os códigos nacionais voltados à profissão não acrescentariam na estrutura do texto. Assim, apesar de possuir algumas regras vagas que precisariam ser aprofundadas, o código da UIA foi a redação mais complexa que encontrou, pois levaram muitos anos de discussão até chegarem ao documento de recomendação final.¹⁰³

Quanto à falta de precisão das regras, o conselheiro Paulo Saad, coloca que para operar com os processos éticos é necessário que as regras sejam bem definidas. Comenta que a grande maioria dos itens colocados na Minuta 0.0 são mal definidos. Como exemplo, coloca a regra *“o arquiteto e urbanista deve prestar serviços profissionais de acordo com sua capacidade.”* Sugere que é uma colocação indefinida. Quem define tal capacidade? Acrescenta que o trâmite do

¹⁰¹ 4º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR (10ª Reunião Ordinária), 2012

¹⁰² CED. 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Belém: CAU/BR, 2013. 3 arquivos de ÁUDIO formato MP3.

¹⁰³ CED. 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED CAU/BR. Brasília: CAU/BR, 2013. 4 arquivos áudio formato MP3.

processo ético só conseguirá prosseguir quando a regra está bem definida no código. Caso contrário, ocorrerá a possibilidade do processo ser arquivado.

O conselheiro Paulo Saad, ao mesmo tempo, também acreditou que, não poderá deixar de existir no código um espaço para noções gerais, pois há questões que não são possíveis traduzir em regras disciplinares que são importantes no âmbito moral. Com isso, sugere que o código contenha duas partes. Uma parte com uma carta de princípios éticos e outra que constaria o código de conduta. Acrescenta que por ser um código de ética e disciplina justifica a presença de duas sessões. Uma de princípios éticos e outro de regras disciplinares.¹⁰⁴

Durante a Reunião Ordinária, além das contribuições quanto à estrutura do texto, também foram apresentadas várias contribuições específicas às regras. Assim o documento foi aperfeiçoado com o propósito de ser apresentado aos conselheiros estaduais no 5º Seminário de Ética e Disciplina realizado em Belém nos dias 21 e 22 de Março de 2013.

1.3.2 A apresentação da Minuta 1.1 no 5º Seminário Regional de Ética e Disciplina, em Belém

Após o aperfeiçoamento da Minuta 0.0, a Minuta 1.0 foi apresentada para Comissão na 4ª Reunião Extraordinária. Na reunião a minuta foi analisada, discutida e preparada para ser apresentada no seminário de Belém na forma da Minuta 1.1.

Com relação à minuta anterior houve uma ampliação na quantidade de capítulos. Agora estruturada com um capítulo inicial contendo uma Apresentação, seguida

¹⁰⁴ Ibid

do Preâmbulo e dos capítulos; Obrigações Gerais, Obrigações para com o Público, Obrigações para com o Contratante, Obrigações para com a Profissão, Obrigação para com os Colegas, Obrigações para com o CAU/BR, e também foi acrescentado um Glossário.

O capítulo Apresentação se dedica a um breve relato sobre a elaboração do documento. No preâmbulo são inseridos três itens; Propósito, Antecedentes e Aplicação. Em Propósito são esclarecidas quais as intenções do código e a qual profissional é dirigido. No item, Antecedentes são expostas as bases legais que levaram a elaboração do Código. E no item Aplicação é esclarecido o seu funcionamento e a organização de sua estrutura

Quanto à organização dos capítulos das Obrigações foram acrescentados cinco princípios de aplicação genérica e teórica, aos quais se vinculam as regras com aplicação específica e prática, compostas por itens e subitens¹⁰⁵. Ao final da minuta foi acrescentado um Glossário com o propósito de esclarecer a definição de algumas unidades terminológicas usadas na estruturação dos textos normativos.

Conforme abordado anteriormente, o 5º Seminário Regional, ocorrido em Belém, foi o último encontro regional das Comissões de Ética e Disciplina dos CAU/UF. Após o seminário ocorreria apenas um último seminário de âmbito nacional, antes da apresentação do texto final do anteprojeto do Código na Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR, na qual seria analisada a sua aprovação.

¹⁰⁵ MELLO FILHO, J. H. **Anteprojeto da Resolução sobre o Procedimento para a Fixação das Sanções Ético Disciplinares: Minuta 1.1**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-13. 2013.

A Comissão determinou que a partir do seminário de Belém, não seriam aceitas contribuições referentes às minutas substitutivas solicitando mudanças na estrutura do corpo do Código. Apenas receberiam contribuições com acréscimos ou mudanças referentes ao texto colocado na minuta.¹⁰⁶

Assim, as contribuições recebidas no 5º Seminário Regional à Minuta 1.1, foram sistematizadas dentro dos capítulos relacionados, onde seriam estudadas e consideradas para o aperfeiçoamento da próxima minuta. Algumas contribuições foram enviadas por email pelas comissões dos estados e outras foram discutidas após a explanação do consultor João Honório.

A contribuição recebida da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ propõe outro texto para substituir o texto do código, e também, propõe a substituição e alterações de algumas regras. A Comissão decide considerar apenas as sugestões feitas às regras propondo adaptá-las a minuta.

A Comissão de Ética e Disciplina do CAU/ES sugere inclusão de uma série de regras e propõe que ao final da minuta a descrição das penalidades ou sanções, seja inserida no texto.

A Comissão de Ética e Disciplina do CAU/GO sugere acréscimos e alterações no texto do código e ao final sugere também uma nova formatação geral. Propõe a elaboração de uma organização temática das infrações a fim de facilitar a busca e a aplicação dos preceitos.

¹⁰⁶ CED. 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Belém: CAU/BR, 2013. 3 arquivos de ÁUDIO formato MP3.

A Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP envia quatro contribuições separadamente. Duas sugerem modificações no texto e também propõe que as penalidades estejam inseridas no corpo do código. As duas outras contribuições criticam a extensão do código, considerando-o muito prolixo e pouco conciso dificultando assim, a sua aplicação. Também faz sugestões de alteração e supressão de algumas regras.

A Comissão de Ética e Disciplina do CAU/PA acredita que, no texto do Código também deve estar explicitados os direitos dos arquitetos e sugere uma lista de diretos. Quanto às penalidades, essas também devem ser acrescidas ao corpo do Código.

E finalmente, a Comissão de Ética e Disciplina do CAU/PR sugere mudanças na redação do Código e também sugere a inserção de alguns temas ainda não tratados no texto.

Também durante o seminário, o texto da Minuta 1.1 foi novamente criticado por sua extensão e prolixidade. Alguns conselheiros relataram que sentiram dificuldade de entender e organizar os conceitos do texto referente aos princípios as obrigações, as regras e ainda subitens de regras. Consideram que ficou complicado para quem faz uma primeira leitura¹⁰⁷.

O consultor João Honório esclareceu que conforme a estrutura do texto, a ética está nos princípios. Assim, no Código há os grandes princípios que geram a filosofia do que está sendo adotado. Acrescenta que o princípio precisa filosoficamente exercer a função de um guarda chuva para abrigar os assuntos

¹⁰⁷ CED. 14ª Reunião Ordinária do Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Produção: CED-CAU/BR. Intérpretes: CED. [S.l.]: CAU/BR. 2013. 10 arquivos de VÍDEO formato VOB.

que o seguem. São esses princípios que darão a filosofia geral do que será feito.¹⁰⁸ Continua esclarecendo que os princípios são a ideia geral, e as regras são a aplicação do princípio. As regras precisam ser aplicadas o mais diretamente possível. Caso não alcancem essa objetividade precisam ser subdivididas em sub-regras, alíneas, etc.

Esclarece também que optou pelos subitens para que a ideia da regra possa ser desdobrada. Acrescenta que, para efeito de julgamento ou a regra é válida para aquele caso ou não é válida de todo. Então por isso achou necessário desdobrar de modo a pormenorizar a regra tornando-a mais aplicável. Com isso, também evitou ter mais de três orações subordinadas e coordenadas no mesmo parágrafo. Assim, caso seja necessário ser mais detalhista, pode-se recorrer as sub-regras¹⁰⁹.

A Comissão sugeriu que as comissões estaduais levassem o debate a seus estados por meio de encontros e eventos para que possam discutir o texto do código antes do Seminário Nacional. A Comissão ainda ressaltou que no Seminário Nacional seria esperada a presença de todos os representantes dos estados para que possam discutir a proposta final do anteprojeto do Código, à qual será encaminhada para apreciação da Plenária do CAU/BR.

Na seguinte Reunião Ordinária da Comissão realizada em Abril de 2013, o consultor João Honório apresenta a Comissão, a Minuta 2.0. Além da inserção das contribuições apresentadas, tanto pela Comissão, como também as acolhidas no seminário foram inseridas também as informações resultantes da segunda

¹⁰⁸ Ibid

¹⁰⁹ A Minuta 1.1 se encontra anexa ao final da tese.

pesquisa do Instituto ANIS referentes ao levantamento e sistematização dos vinte códigos de ética de diferentes países.

Os avanços ocorridos na Minuta 2.0 foram primeiramente a reorganização na redação do Preâmbulo que agora apresenta o item *Propósito* e o item *Norma, Princípios e Regras*.

Houve também alteração na estrutura do documento, na qual foi inserido o capítulo *Sanções*. Esse capítulo além de fornecer uma descrição das sanções aplicáveis, ensaia o cálculo da dosimetria das sanções. João Honório apesar de ter aceitado inserir o capítulo das sanções no corpo do Código por solicitação da Comissão e dos conselheiros, acredita que com relação às sanções elas não deveriam estar no código e sim, na resolução 34¹¹⁰.

Também houve uma considerável mudança no capítulo, *Obrigações Gerais*. Nele foi acrescido mais princípios e mais regras. A *Apresentação* e o *Glossário* mantiveram-se como na minuta anterior. Assim, a estrutura do documento resultou nos seguintes capítulos: *Apresentação, Preâmbulo, Obrigações Gerais, Obrigações para com o Público, Obrigações para com o Contratante, Obrigações para com a Profissão, Obrigações para com os Colegas, Obrigações para com o CAU/BR, Sanções e Glossário*.

O consultor João Honório na apresentação da Minuta 2.0 expõe sua preocupação com a uniformidade do julgamento das sanções. Considera que como serão várias comissões de ética, uma em cada unidade da federação, e que cada uma efetuará as suas deliberações, acredita ser útil a realização de uma sistematização

¹¹⁰ CED. 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Brasília: CAU/BR, 2013. 4 arquivos em ÁUDIO formato MP3.

das tipologias das infrações contidas nas deliberações. O consultor percebe que cada comissão terá os seus critérios, suas tendências e a sua composição de conselheiros e que com isso irão deliberar de acordo com um estilo próprio. A matéria a ser julgada, referente ao comportamento ético do profissional, envolve muitas vezes alta subjetividade. As tipologias ajudariam a caracterizar as deliberações dos estados auxiliando o aperfeiçoamento do próprio código. Isso porque um dos dispositivos do código será a sua revisão¹¹¹. Acrescenta que essa revisão poderá ser prevista a cada três anos, pois um prazo mais curto poderia gerar insegurança jurídica. Se as alterações ao Código forem solicitadas anteriormente a três anos, então precisaria da aprovação de dois terços do plenário para que esta modificação fosse realizada.

A Minuta 2.0 evoluiu para Minuta 2.1. A Minuta 3.0, resultado das minutas anteriores, foi apresentada e apreciada na 16ª Reunião Ordinária, no final de Maio de 2013.

Os avanços notados, referente às minutas anteriores também foram bastante significativos. Podemos verificar que houve um maior desenvolvimento no capítulo *Das Infrações e Sanções* com a absorção das sugestões recebidas dos conselheiros na ocasião do seminário em Belém. No capítulo são propostas algumas normas necessárias para a avaliação das condutas disciplinares. O consultor ressalta que, em geral, os códigos de ética profissional, não apresentam este capítulo.

Como resposta às diversas críticas recebidas durante o Seminário, referente à prolixidade do código, João Honório esclarece:

¹¹¹ Ibid

Consideramos que parece não ser interessante que colegas conselheiros, investidos de tão alta responsabilidade, ao participarem de julgamentos, tenham de seguir preceitos coercitivos austeros e rigorosos, mas restritos às utilidades e às aplicações mecânicas imediatas. Isto é, incapazes de visar amplos objetivos educativos e culturais para o enfrentamento das circunstâncias desafiadoras que emergem das incertezas do mundo atual. (MELLO FILHO, 2013)

Quanto ao papel educativo do código, também esclarece:

O papel educativo do Código está implicado no princípio **imperativo da publicidade**. Com efeito, as normas éticas da Arquitetura e Urbanismo devem ser perfilhadas tanto nos âmbitos da formação dos profissionais nas universidades, quanto nos da população em geral. Neste sentido, o texto respectivo visa facilitar a sua inteligibilidade (clareza, legibilidade) e divulgação, não só para o acesso dos diretamente interessados e dos seus eventuais contratantes (clientes). Afinal, as normas éticas e disciplinares são públicas. (MELLO FILHO, 2013, grifo nosso)

Na citação acima, o consultor João Honório se refere ao princípio kantiano da publicidade. Kant considera o princípio da publicidade como a âncora legitimadora da filosofia moral, política e jurídica. Segundo Kant, são injustas todas as ações, que se referem ao direito de outros homens, cujas máximas não se harmonizam com a publicidade¹¹².

¹¹² HECK, J. N. O Princípio Kantiano da Publicidade na Moral e no Direito. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 36, n. 115, p. 285-200, Fevereiro 2009.

Outro avanço percebido na minuta foi o destaque dado no Preâmbulo quanto às bases éticas do código e ao esclarecimento da estrutura do código. Com isso, a minuta passou a abrigar oito capítulos. O *Preâmbulo*, as *Obrigações Gerais*, as *Obrigações para com o Público*, as *Obrigações para com o Contratante*, *Obrigações para com a Profissão*, *Obrigações para com os Colegas*, *Obrigações para com o CAU/BR*, as *Infrações e Sanções* e as *Disposições Administrativas*.

Na 16ª Reunião Ordinária o conselheiro Paulo Saad questionou a necessidade de constar uma apresentação no código. Esclarece que com a experiência em utilizar os códigos procedentes do CREA quando participava da sua Comissão de Ética, percebia não haver espaço para considerações durante o julgamento dos processos. Sugere mais objetividade¹¹³. Porém, a Comissão acredita ser interessante uma apresentação demonstrando o histórico das questões do código.

Ao mesmo tempo, o conselheiro Paulo Saad, acredita que os princípios que aparecem contidos no capítulo das Obrigações Gerais estão muito limitados. Considera que os princípios nos levam a conclusões muito mais importantes do que aqueles colocados no texto. Volta a sugerir que os princípios devem ser agrupados em uma carta conjunta, pois entende que seus conceitos são difíceis de ser confinados, prejudicando a leitura¹¹⁴.

O conselheiro também faz uma crítica à regra que obriga a educação continuada. Lembra não ser ainda uma exigência do CAU/BR, portanto não poderá ser

¹¹³ CED. 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. [S.l.]: CAU/BR, 2013. 3 arquivos em ÁUDIO formato MP3.

¹¹⁴ CED, 2013

cobrada no código de ética. O Consultor João Honório esclarece que esta seria uma regra sem valor punitivo, mas que serve de agravante ou atenuante.¹¹⁵

As demais decisões tomadas na 16ª Reunião Ordinária foram manter o capítulo das sanções no texto do código, mas em relação à listagem das infrações, optaram por retirar, pois recearam que ao julgar um processo, o conselheiro responsável consultaria apenas a listagem, sem buscar no texto do código uma fundamentação mais aprofundada. Outra decisão importante foi retirar a questão da dosimetria das sanções. Acharam ser melhor inserir em uma resolução à parte, mas mantiveram os critérios de julgamento das sanções, pois acreditaram que os atenuantes e agravantes facilitariam a orientação do julgamento¹¹⁶.

1.3.3 A Minuta 6.1 apresentada no Seminário Nacional de Ética e Disciplina, em Brasília

Após as modificações, o consultor João Honório enviou à Comissão a Minuta 3.3. Neste momento, perceberam que houve uma confusão quanto à enumeração das minutas durante a troca de correspondência. Pela recontagem das minutas, a Minuta 3.3 passaria a ser enumerada Minuta 6.0. Assim, a Minuta 6.0 foi apresentada na 17ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR.

A 17ª Reunião Ordinária ocorreu um dia antes do Seminário Nacional de Ética e Disciplina realizado nos dias 21 e 22 de Julho. A minuta 6.0 também havia sido encaminhada para as comissões dos estados para que pudessem apreciar o

¹¹⁵ Ibid

¹¹⁶ CED. 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ética e Disciplina. Brasília: CAU/BR, 2013. 3 arquivos áudio formato MP3 - 192,3 Mb

documento e preparar as contribuições a serem levadas para o Seminário Nacional.

Com relação ao documento anterior, a Minuta 6.1 não aponta grandes modificações. Houve um aprimoramento no texto da apresentação e do preâmbulo. Quanto aos capítulos mantiveram a organização inserindo o tema das sanções no capítulo *Das Disposições Administrativas*. Seguiu-se a estrutura com a *Apresentação*, *Preâmbulo* (agora dividido em quatro temas: Bases legais do Código, Bases éticas do Código, Estrutura do Código e Gravidade das infrações e sanções), *Obrigações Gerais*, *Obrigações para com o Público*, *Obrigações para com o Contratante*, *Obrigações para com a Profissão*, *Obrigações para com os Colegas*, *Obrigações para com o CAU/BR* e *Das Disposições Administrativas*.

Na 17ª Reunião Ordinária, a Comissão determina que as discussões consideradas no seminário devam ser dirigidas apenas às regras, pois acreditam que a discussão de outras partes do código, como a apresentação, as sanções e as questões administrativas tomarão um tempo desnecessário. Resolveram ater-se às discussões sobre a estrutura, os princípios e as regras¹¹⁷.

O presidente Haroldo Pinheiro, durante uma visita a reunião, defendeu o texto do código, acrescentando que justifica as controvérsias ocorridas durante a elaboração do código como consequência do esvaziamento ético que a profissão apresentava.

Como nós estamos saindo de um período de vácuo ético, de um vazio ético de décadas, sem um código de ética. Qualquer código

¹¹⁷ CED. 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Brasília: CAU/BR, 2013. 2 arquivo em ÁUDIO formato MP3.

de ética mais ou menos ou excelente que colocássemos para os colegas, despertaria algum tipo de reação. Pela falta de costume, pelo que se espera e pelo que não se espera, então, vejo que de fato teremos necessidade de publicar um manual de aplicação. Ensinar um be-a-bá do uso do código de ética. CED. (17ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Brasília: CAU/BR, 2013. 2 arquivo em ÁUDIO formato MP3.)

O conselheiro Paulo Saad ressalta que é preciso cuidado neste final de processo de formulação do código. Lembra a importância da atenção na compatibilização final dos textos, pois acredita que no Seminário Nacional receberão quantidade expressiva de contribuições e propostas¹¹⁸. Quanto ao processo de aprovação no plenário, também lembra para não serem otimistas, incluindo a possibilidade do processo de discussão ser um pouco mais longo.

O Conselheiro Napoleão Ferreira considerou que se surgissem muitas contribuições no Seminário Nacional, seria preciso adiar para a plenária de agosto a aprovação do código. Ressaltou que há dois tipos de contribuição que poderiam considerar. Uma, que acrescente conteúdos e outra, com respeito a alteração e aprimoramento da forma. Com isso, a Comissão acordou que na 20ª Plenária Ordinária realizada em Julho ocorreria apenas a apresentação do Código, deixando a sua discussão e aprovação para 21ª Plenária Ordinária realizada em Agosto¹¹⁹.

Na ocasião do Seminário Nacional, conforme esperado pela comissão, foram recebidas aproximadamente d contribuições. Houve contribuição em quase todas

¹¹⁸ CED, 2013

¹¹⁹ Ibid

as regras. Também novamente a Comissão recebeu críticas quanto à estrutura e extensão do texto.

Durante o Seminário, a Comissão deteve-se com o problema levantado sobre possíveis falhas jurídicas contidas no Código. Foi notado que algumas regras colocadas no texto, apesar de representarem aspirações de conduta para a classe profissional, não poderiam ser caracterizadas como falta ética. Por exemplo, como colocado anteriormente, a exigência da educação continuada. Tal conduta não poderia ser exigida como obrigação do profissional, se não é exigida oficialmente por Lei em sua formação.

Para sanar essa questão foi sugerido no Seminário Nacional que algumas regras, apesar de serem bem formuladas, mas com uma aplicabilidade comprometida, poderiam ser transformadas em Recomendações. Desta forma não prejudicaria a discussão e nem o objetivo da proposta da regra.¹²⁰

Com isso, a Comissão passou a analisar o documento de forma que as regras menos objetivas ou de difícil aplicação se tornariam Recomendações, podendo assim, no julgamento, também servir de atenuante ou agravante à conduta ética, como já acontecia com os Princípios. Assim, a organização da estrutura do código definiu-se em Princípios, Regras e Recomendações ao invés de somente Princípios e Regras.

Quanto a essa mudança, o consultor João Honório, não estava a favor. Acreditava que a própria característica da regra se apresenta mais fraca ou mais forte, contendo cada regra a sua graduação, mas a Comissão acreditando que alguns

¹²⁰ CED. 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Brasília: CAU/BR, 2013. 3 arquivos ÁUDIO formato MP3.

itens colocados não poderiam ser considerados como regras, pois não são possíveis de serem exigidos, optou por manter as recomendações¹²¹.

Ainda com relação à Minuta 6.1 houve o questionamento quanto à necessidade da Apresentação no corpo do Código. A Comissão apesar de considerar que o texto era importante, pois faz um breve histórico sobre a criação do conselho, acreditavam que poderia constar de alguma publicação acompanhando o Código¹²².

Houve contribuição também referente à retirada das leis citadas no preâmbulo, mas a Comissão opta por deixar, esclarecendo que são leis instrumentais para os processos de julgamento¹²³.

Das quase duzentas contribuições recebidas no seminário, 90% foram acatadas e consideradas na elaboração do texto da minuta posterior. O grande receio da comissão era que apesar de todo o amplo processo de discussão e o grande esforço para que o documento representasse uma realização coletiva, os conselheiros federais no plenário poderiam ainda modificar a proposta apresentada.

No documento da Minuta 6.2 anexada ao final da tese estão anotadas as contribuições recebidas resultante do Seminário Nacional. Com ela podemos observar quais regras receberam um maior número de contribuições.

Em Obrigações Gerais:

¹²¹ CED, 2013

¹²² Ibid

¹²³ Ibid

1.13. Regra: O arquiteto e urbanista que se comprometer com a atividade docente das disciplinas de arquitetura e urbanismo deverá comprovar a execução de serviços profissionais e serem avaliados com base em sua experiência. (CAU/BR, 2013)

A regra recebeu oito contribuições, sendo três pedidos de supressão.

Em Obrigação para com os Colegas:

5.6. Regra: O arquiteto e urbanista deve defender a realização sistemática de concursos públicos e privados para a contratação de serviços profissionais para a realização de planos, projetos ou quaisquer outros trabalhos intelectuais, como o modo mais apropriado de seleção para contratação de serviços profissionais. (CAU/BR. **Minuta 6.2 do Código de Ética e Disciplina: Contribuições e Destaques.** Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-43. 2013)

A regra recebeu cinco contribuições, sendo quatro pedidos de supressão.

5.16. Regra: O arquiteto e urbanista, antes de firmar qualquer contrato, deve certificar-se de que as suas finanças poderão ser conduzidas de maneira prudente, de maneira a assegurar a continuidade dos trabalhos até a sua conclusão satisfatória. (CAU/BR, 2013)

A regra recebeu cinco contribuições, sendo dois pedidos de supressão.

5.19. Regra: O arquiteto e urbanista, quando exercendo profissionalmente a atividade de crítica intelectual fundamentada

da Arquitetura e Urbanismo, não deve exercer outras atividades profissionais. (CAU/BR, 2013)

A regra recebeu cinco contribuições, sendo dois pedidos de supressão.

Em Obrigação para com o CAU/BR:

6.4. Regra: O arquiteto e urbanista deve colaborar com o CAU em suas atividades de fiscalização do exercício profissional. (CAU/BR, 2013)

A regra recebeu seis contribuições, sendo um pedido de supressão.

Dezenove regras das setenta e nove regras propostas no código, não apresentaram discussão, por não serem polêmicas ou por seu conceito não apresentar dilemas e ser bem aceito entre classe profissional. São elas:

Em Obrigações Gerais:

1.5. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se em contribuir para a aquisição de conhecimento, aperfeiçoamento da capacitação e das habilitações de quaisquer pessoas (auxiliares ou empregados) que estejam envolvidos em suas tarefas e atividades profissionais.

1.7. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se para alcançar os mais altos padrões de independência, de imparcialidade, de sigilo profissional, de integridade, de competência e de profissionalismo e, portanto, da excelência do seu trabalho, de modo a garantir conhecimentos, capacitações e

aptidões únicas e especiais ao desenvolvimento do ambiente construído.

1.11. Regra: O arquiteto e urbanista não deve assumir responsabilidades profissionais que excedam os limites de suas atribuições profissionais nos respectivos campos de atuação, suas habilitações e suas competências. (CAU/BR, 2013)

Em Obrigações para com o Público:

2.1. Regra: O arquiteto e urbanista deve ter consciência do caráter essencial de sua atividade como intérprete e servidor da cultura e da sociedade de que faz parte.

2.4. Regra: O arquiteto e urbanista deve considerar o impacto social e ambiental de suas atividades profissionais na execução de obras sob sua responsabilidade. (CAU/BR, 2013)

Em Obrigações para com o Contratante:

3.2. Regra: O arquiteto e urbanista deve esforçar-se para proteger os seus contratantes e o público de subvalorizações enganosas quanto aos meios ou recursos humanos, materiais e financeiros a destinar à prestação de serviços profissionais.

3.5. Regra: O arquiteto e urbanista deve assumir serviços profissionais somente quando estiver de posse das habilidades e dos conhecimentos artísticos, técnicos e científicos necessários aos compromissos específicos a firmar com o contratante.

3.10. Regra: O arquiteto e urbanista não deve fazer-se representar por outrem de modo falso ou enganoso.

3.12. Regra: O arquiteto e urbanista deve manter os seus contratantes informados sobre o progresso da prestação dos serviços profissionais executados em seu benefício, periodicamente ou quando solicitado.

3.14. Regra: O arquiteto e urbanista deve manter os seus contratantes informados sobre quaisquer fatos ou conflitos de interesses que possam alterar, perturbar ou impedir a prestação de seus serviços profissionais.

3.15. Regra: O arquiteto e urbanista deve assumir a responsabilidade pela orientação dada a seus contratantes.
(CAU/BR, 2013)

Em Obrigações para com a Profissão:

4.2. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se na promoção pública da profissão.

4.3. Regra: O arquiteto e urbanista deve contribuir para o desenvolvimento do conhecimento, da cultura e do ensino relativos à profissão. (CAU/BR, 2013)

Em Obrigação para com os Colegas:

5.1. Regra: O arquiteto e urbanista deve defender e divulgar a legislação referente ao Direito Autoral nos seus campos de atribuições e atividades e atuação no setor.

5.5. Regra: O arquiteto e urbanista não deve propor honorários ou quaisquer remunerações por serviços profissionais visando obter vantagem sobre propostas conhecidas, já apresentadas por colegas concorrentes para os mesmos objetivos.

5.10. Regra: O arquiteto e urbanista deve promover e apoiar a crítica intelectual fundamentada da Arquitetura e Urbanismo, como prática necessária ao desenvolvimento da profissão.

5.11. Regra: O arquiteto e urbanista não deve fazer referências depreciativas, maliciosas ou desrespeitosas, ou tentar retirar o crédito do serviço profissional de outros colegas.

5.17. Regra: O arquiteto e urbanista deve construir reputação apenas com base na qualidade dos serviços profissionais que prestar.

5.18. Regra: O arquiteto e urbanista não deve associar o seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de serviços profissionais sem a sua real participação nos trabalhos delas. (CAU/BR, 2013)

Também foi possível notar no documento da Minuta 6.2 que houve vinte e seis pedidos de acréscimo de novas regras.

1.3.4 A Minuta 7.0 apresentada na 20ª Reunião Plenária do CAU/BR

A pauta da 20ª Reunião Plenária do CAU/BR, realizadas no dia 11 e 12 de Julho de 2013, continha dois temas de extrema relevância para a profissão do Arquiteto e Urbanista no Brasil. Um dos temas era a apresentação da Minuta 7.0 contendo o texto do anteprojeto do primeiro Código de Ética e Disciplina para o arquiteto e

urbanista no Brasil. Outro tema se referia à aprovação da Resolução nº 51 que dispõe sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas.

Em várias atividades técnicas, historicamente reconhecidas em todo o mundo como atribuições específicas e exclusivas do Arquiteto e Urbanista, no Brasil foram compartilhadas responsabilidades com outros profissionais, gerando zonas de “sombreamento” profissional que prejudicaram a atuação dos arquitetos e urbanistas durante muitos anos, favorecendo a perda de espaço no mercado de trabalho e contribuindo para a desvalorização da profissão.

A Lei 12.378 determina as responsabilidades profissionais, prevendo a edição de uma resolução exclusiva para a solução das áreas de “sombreamento” com intuito de superar um problema clássico da profissão no Brasil. Assim, o tempo disponível para discussão dos dois temas na 20ª Plenária era insuficiente. Durante o tempo dedicado ao Código houve espaço apenas para a apresentação do texto, passando-se a sua discussão para a próxima plenária que ocorreria em Agosto.

A partir da apresentação do Código na 20ª Reunião Plenária, seria elaborada uma resolução com base nas discussões efetuadas concernente à Minuta 7.0 do anteprojeto do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR. Desse modo, o documento ainda transitaria por duas plenárias. Na plenária seguinte receberiam as contribuições dos conselheiros federais, votariam as mudanças propostas para o documento, passando, por fim, para a votação da aprovação do texto final do Código. Após a consolidação da proposta, o Código, ainda necessitaria ser submetido a uma revisão jurídica e ortográfica. Então, a homologação e

aprovação final do documento estavam previstos para a 22ª Reunião Plenária do CAU/BR que ocorreria em setembro.

A partir da 20ª Reunião Plenária as contribuições fornecidas pelos estados não seriam mais recebidas pela Comissão. Caberia aos conselheiros federais representantes de seus estados organizá-las, sistematizá-las e apresentá-las como proposta alternativa na próxima plenária. Com isso, a Comissão de Ética e Disciplina considerou encerrado o seu trabalho referente à sistematização das contribuições ao Código a partir da 20ª Reunião Plenária.

Segundo a Comissão, durante o processo de elaboração do anteprojeto do Código foram recebidas e analisadas mais de quinhentas contribuições e o estado Rio de Janeiro foi o que mais apresentou contribuições¹²⁴.

Novamente a principal crítica relatada durante a 20ª Reunião Plenária foi quanto à estrutura do texto do código. Alguns consideraram o texto do código muito extenso. Acreditavam que um texto formado com, no máximo, doze parágrafos explicitando regras mais objetivas facilitaria o processo de julgamento. Outros acreditavam que código precisaria ser dividido em dois tomos, um com uma carta de princípios e outro com uma listagem de regras desconectando a essência do princípio a cada regra. Para esta questão, o presidente Haroldo Pinheiro defendeu:

Claro que se cada um de nós for fazer o seu código de ética faríamos de um modo diferente. Cabe ao conselho, depois do trabalho da Comissão, verificar se há algo impróprio ou indevido que possa prejudicar a profissão ou a sociedade. Quanto à forma é

¹²⁴ 20ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR 11 e 12 de Julho. Intérpretes: CAU/BR. [S.l.]: CAU/BR. 2013. Arquivo em vídeo 1 DVD.

claro que alguns colegas prefeririam um Código mais conciso e outros mais alargados. Enfim, esta foi a forma escolhida pela Comissão. Nem é um código excessivamente detalhado e nem é um código excessivamente sucinto. Optamos pelo caminho do meio. (21ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR 08 e 09 de Agosto, 2013)

Também, durante a reunião foi levantada a necessidade de estabelecer um método de instrução para o julgamento dos processos éticos no âmbito dos conselhos estaduais ¹²⁵. A Comissão esclarece que sua próxima função é a elaboração de uma proposta de resolução a ser apresentada a partir de sessenta dias da homologação do Código. Essa resolução destina-se a instruir o julgamento e a aplicabilidade das sanções. Lembra que no texto do Código, nas *Disposições Administrativas*, no item 7.5, está colocado o compromisso da Comissão na elaboração de tal resolução. “O método de cálculo das sanções será objeto de resolução específica que deverá ser elaborada pelo CAU/BR em 60 dias após aprovação deste Código”. Segue esclarecendo que somente após a aprovação das regras que serão finalmente estabelecidas pelo Código, poderão definir a proposta da resolução estipulando o cálculo das sanções ¹²⁶.

Assim, na 21ª Reunião Plenária, realizada em agosto de 2013, foi dispensada a leitura da apresentação do Código, ocasionando a imediata discussão do texto da Minuta 7.0.

¹²⁵ (20ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR -11 e 12 de Julho, 2013)

¹²⁶ 20ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR 11 e 12 de Julho. Intérpretes: CAU/BR. [S.l.]: CAU/BR. 2013. Arquivo em vídeo 1 DVD.

Foi determinado como procedimento para a votação do documento, que as contribuições seriam analisadas por capítulos. Foi sugerido aos conselheiros federais que apresentassem seus destaques para que a Comissão anotasse e depois ao retomar o capítulo fariam as suas intervenções. Tais intervenções poderiam ser de caráter substitutivo, supressivo ou aditivo. Por vezes, algumas intervenções precisariam ser votadas. Assim, depois de questionada a Comissão sobre o acolhimento ou não da proposta, caso a proposta não for acolhida, o proponente poderia solicitar ao Plenário a votação por contraste. Ao final da análise e discussão de todo o documento, por fim seria realizada a votação do texto integral do anteprojeto do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR¹²⁷.

Logo no princípio da discussão, alguns conselheiros manifestaram o descontentamento com o prazo estabelecido para o recebimento das contribuições e discussões nos estados. A conselheira por Minas Gerais e o conselheiro pelos estados do Rio de Janeiro solicitaram o adiamento da discussão do Código por mais trinta dias.

A Comissão e a Presidência do CAU/BR se opuseram a solicitação de adiamento do Código alegando urgência na sua aprovação. Acrescentaram que, além dos vinte meses dedicados aos esforços no envolvimento das comissões estaduais na discussão do documento, foram cedidos mais trinta dias desde a última plenária para que os conselheiros federais discutissem com suas comissões estaduais sobre as contribuições finais. Lembraram que as comissões estaduais estavam aguardando a vigência do Código para atender a grande demanda de denúncias protocoladas. Apontaram também a necessidade da classe profissional obter

¹²⁷ 21ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR 08 e 09 de Agosto. Intérpretes: CAU/BR. [S.l.]: CAU/BR. 2013. Arquivo em vídeo 1 DVD.

finalmente um código específico para profissão. Assim, o Presidente Haroldo Pinheiro esclareceu:

Aguardamos estes vinte meses para chegar a esse momento e nesse espaço de tempo a ética na nossa profissão continuou sendo abarroadada, pisada. [...] Muitas vezes um colega comete um delito ético reiteradamente, simplesmente porque aprendeu assim. Não tem outra orientação que seja. Não há. Ele não tem a opção porque ele não conhece, porque ele não recebeu na escola, alguns não receberam nem em casa, mas não recebeu na escola um mínimo de orientação sobre legislação profissional, sobre ética na profissão. (21ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR, 2013)

Diante da contrariedade das posições, a postergação da discussão e aprovação do documento por mais trinta dias, foi colocado em votação. Dada a votação com resultado de dois votos a favor da postergação, quinze votos contra e cinco abstenções, seguiram-se os trabalhos visando a aprovação do documento¹²⁸.

Uma questão responsável por grande discussão na 21ª Reunião Plenária foi a respeito dos critérios que viabilizariam futuras mudanças no texto do código. A proposta colocada na Minuta 7.0 permitia modificações a cada seis anos e a qualquer tempo por convocação de 2/3 (dois terços) dos membros do CAU/BR, desde que rigorosamente mantida a sua estrutura e sistematização¹²⁹. A proposta de modificação foi questionada, pois os conselheiros acreditavam que o prazo estabelecido enrijeceria as mudanças que possam ser urgentes e necessárias no código.

¹²⁸ 21ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR 08 e 09 de Agosto, 2013

¹²⁹ Ibid

Com isso, o conselheiro Miguel Pereira, propôs que o prazo fosse modificado para três anos, pois acreditava ser o tempo ideal para conceder a possibilidade de modificação e enriquecimento do Código. Lembrou que a UIA recomenda esse prazo em suas diretrizes. Acredita que um prazo menor gera uma insegurança jurídica no valor do código. Mas também, pelo fato inédito do estabelecimento de um Código específico para a profissão, sugere que a primeira mudança poderia ser estipulada para os próximos seis anos para que a classe profissional, e também a sociedade, se acostumem com as regras estabelecidas. Depois dos seis primeiros anos, a possível revisão passaria a ocorrer a cada três anos.

A proposição do conselheiro Miguel Pereira foi para votação e foi aprovada a primeira revisão para os próximos seis anos e a partir de então a revisão para cada três anos. [2:16:35]

Ainda sobre a possibilidade de modificação do texto do código, surgiu a discussão sobre, se mediante a convocação de 2/3 dos membros do CAU/BR, seriam admitidas emendas substitutivas e supressivas, ou apenas emendas aditivas. Segundo o texto colocado no Código, a Comissão sugere apenas emendas aditivas. O conselheiro Napoleão Ferreira defende ser importante preservar esse componente para conceder possibilidade única à revisão obrigatória e substancial após os primeiros seis anos. A matéria foi para a votação. E por votação ficou estipulado que antes do prazo estabelecido para alteração do código apenas aceitariam emendas aditivas.

Os conselheiros do plenário também acreditaram conveniente retirar o capítulo, *Das Disposições Administrativas*, do corpo do Código. Consideraram que, por

apresentar questões distintas ao restante das questões colocadas no documento, o capítulo fosse transportado para o texto da resolução.¹³⁰

O conselheiro Napoleão Ferreira expõe que, dada a importância da matéria, considera que o capítulo continue dentro do corpo do código, assim como o preâmbulo. Receia que ao passar para a resolução corra o risco de ser modificado a qualquer momento. Sendo assim, a questão foi colocada em votação, vencendo o deslocamento das questões nas *Disposições Administrativas* para a resolução¹³¹. Dessa forma os artigos, 5º e 6º da resolução incluíram as informações do capítulo que se referiam as possibilidades de modificações do código.

Art. 5º Este código deverá ser revisado, podendo sofrer alterações, após 6 (seis) anos contados da data de sua publicação no DOU [Diário Oficial da União], e as revisões subsequentes deverão ocorrer a cada 3 (três) anos, a partir da data de aprovação da primeira revisão.

Art. 6º Por iniciativa da maioria absoluta dos conselheiros do CAU/BR este código poderá receber emendas aditivas a qualquer tempo. (CAU/BR, 2013)

Finalizadas as discussões quanto aos assuntos referentes ao texto do anteprojeto do Código, seguiu-se a votação para a votação da íntegra do documento da Resolução 52 que, finalmente, aprovaria o primeiro Código de Ética e Disciplina do CAU/BR.

¹³⁰ Ibid

¹³¹ Ibid

O documento foi aprovado pela maioria dos conselheiros federais com um único voto contrário concedido pela conselheira federal representante do estado de Minas Gerais.

Após a aprovação, o documento seguiu para a apreciação jurídica e revisão ortográfica com o intuito de ser apresentado e finalmente homologado na 22ª Reunião Plenária do CAU/BR realizada em setembro de 2013.

Os principais avanços percebidos no texto da Minuta 7.0 para a Minuta final 8.0, além das inúmeras alterações nos textos das regras e das questões anteriormente colocadas, podemos destacar que o capítulo *Apresentação* foi suprimido do corpo do Código. Também no preâmbulo houve uma síntese com melhorias no texto. O subtítulo Bases Éticas do Código passou a se chamar Funções Deontológicas do Código recebendo maior ênfase na função educativa do documento e considerando a função coercitiva como secundária. No subtítulo Estrutura do Código, foi inserida junto com as definições de Princípios e Regras, a definição de Recomendações. Finalmente nos capítulos das Obrigações, os Princípios também passaram a ser enumerados, admitindo abordar mais de um princípio em cada Obrigação. Também as Recomendações receberam enumeração.

Na 22ª Reunião Plenária, o conselheiro Napoleão Ferreira, após a explanação sobre as modificações ocorridas no texto com o acréscimo das contribuições procedentes da última plenária, solicita que os conselheiros apresentem seus destaques, mas não houve solicitação por parte do Plenário¹³².

¹³² 22ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR 05 e 06 de Setembro. Intérpretes: CAU/BR. [S.l.]: CAU/BR. 2013. 4 arquivos de VÍDEO formato WMV.

Com isso, o presidente Haroldo Pinheiro segue com o procedimento necessário para votação da homologação definitiva da Resolução nº 52 que aprova o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). Novamente todos os conselheiros dos estados votam a favor da aprovação, menos a conselheira de Minas Gerais concedendo voto contrário.

Em agosto de 2017, é aprovada a Resolução nº 147 que revoga o Art. 5º da Resolução nº 52 em que previa: *o Código será revisado, podendo sofrer alterações, após 6 (seis) anos contados da data de sua publicação, e as revisões subsequentes deverão ocorrer a cada 3 (três) anos, a partir da data de aprovação da primeira revisão.*

No próximo capítulo abordaremos às discussões a cerca das regras que apresentaram um maior conflito de ideias durante as reuniões ordinárias das comissões de ética, os seminários regionais e nacional e as plenárias do CAU/BR que acompanharam a elaboração do texto do código.

CAPÍTULO 2:

REGRAS QUE APRESENTARAM MAIOR CONFLITO DE IDEIAS NAS DISCUSSÕES DURANTE A ELABORAÇÃO DO CÓDIGO

É fundamental recuperar esses fundamentos éticos que nossa profissão em boa parte se afastou. Talvez por essa continuidade inadequada, por tanto tempo num conselho multiprofissional, com um foco tão aberto. Acho que agora temos a obrigação de fechar este foco e esclarecer essas questões de relacionamento entre os colegas, entre os colegas e a sociedade, entre os colegas e a própria profissão. (Presidente Haroldo Pinheiro, CED. **3º Seminário da Comissão do Código de Ética e Disciplina (8ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR)**. Curitiba: CAU/BR, 2012. 4 arquivos de áudio formato WAVE)

Após a verificação do processo de elaboração do Código por meio do enfoque estrutural, acompanhando a evolução das minutas, passamos agora a verificar quais discussões realizadas, referentes aos temas mais controversos abordados pelas regras do Código e como esses, configuraram no texto final do documento.

O interesse nesta investigação está na tentativa de viabilizar um entendimento das maiores discussões e conflitos que dominam a prática profissional do arquiteto e urbanista na época da elaboração do Código e dos discursos que os acompanham e ainda destacar qual foi o discurso predominante. O diálogo efetivo entre a prática e a teoria por meio das regras impostas no Código fornece a possibilidade de extrair informações essenciais para a condução de ações que podem levar a um concreto aprimoramento do exercício profissional.

O material utilizado nesta etapa é composto por arquivos em vídeo e áudio das Reuniões e Seminários do CAU/BR e das Comissões de Ética e dos documentos trocados entre as Comissões Estaduais e a CED-CAU/BR

Na ocasião do 3º Seminário Regional foram levantados os temas que constariam no conteúdo do código, gerando com isso, intensas discussões. Os temas levantados foram sobre plágio na arquitetura e urbanismo, comissão (remunerações indiretas e ilegais RT), acobertamento¹³³, direitos autorais, conflito de interesses entre contratante e contratado, a crítica da arquitetura (quais são os critérios de incompatibilidade, imparcialidade), publicidade, valores éticos na arquitetura e urbanismo em geral (acessibilidade, sustentabilidade, etc.), entre outros.

¹³³ Segundo Houaiss, ato ou efeito de acobertar. Impedir ou evitar que (ação, informação, situação, etc.) seja vista ou identificada, ou que se tenha conhecimento dela, especialmente como forma de proteger ou favorecer alguém ou de permitir que continue a agir de determinado modo; esconder; dissimular.

Com base na listagem cedida pela Comissão, dos temas que serviram de base aos debates ocorridos principalmente nos seminários de Curitiba e Goiânia, a pesquisa realizada pelo Instituto ANIS buscou identificar pontos relevantes para prática profissional nos textos dos 24 códigos de ética internacionais levantados. Com tal procedimento foi possível encontrar temas que se apresentaram recorrentes nos textos dos códigos, nos quais foram, *ensino e formação; direito autoral e plágio; incompatibilidade no exercício de funções; conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão; sustentabilidade; concurso público de projetos de arquitetura e urbanismo; estética e valores éticos específicos; mídias de representação e divulgação da arquitetura e comercialização do projeto de arquitetura/ publicidade*. Muito destes temas que se mostraram recorrentes, também estão entre os temas mais discutidos nas reuniões e seminários realizados pelo CAU/BR.

Com relação à listagem acima, na composição do capítulo, foram contemplados os temas *ensino e formação; direito autoral e plágio; incompatibilidade no exercício de funções; conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão*. A esses também foram acrescentados os temas, *contratos, honorários e salário mínimo profissional* e também, *a crítica na arquitetura e urbanismo*. Foram contemplados os temas acima por terem se mostrados os recorrentemente discutidos nas ocasiões das reuniões e seminários.

2.1 ENSINO E FORMAÇÃO

O ensino da Arquitetura e Urbanismo no Brasil é orientado pelas Diretrizes Curriculares¹³⁴ promulgadas pelo Ministério da Educação. O MEC estabelece um currículo mínimo a ser exigido na atuação das escolas e não aponta uma estruturação específica das disciplinas. O documento explana as habilidades e competências mínimas que possibilitam a formação profissional, organizando em dois núcleos de conhecimentos, um Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação e outro Núcleo de Conhecimentos Profissionais. O Núcleo de Conhecimentos Profissionais é composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade profissional do egresso que é constituído por Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Técnicas Retrospectivas; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo e Topografia. O tema da ética é abordado de forma geral no documento, sendo desvinculada a qualquer forma específica de conhecimento.

As questões mais discutidas em relação ao tema, ensino e formação foram primeiramente sobre a existência de uma distorção na formação baseada nos princípios gerais do MEC. É colocado que na Lei 12.378 há um conjunto de atribuições que não correspondem aos currículos ministrados nas escolas. Por falta de especialização e aprofundamento o ensino atual da arquitetura não atende àquilo que está colocado em lei.

¹³⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO Nº 2**. Brasília: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2010

Existem lacunas de conhecimento que necessitam de uma complementação. A ética é um dever que temos para com a sociedade, para garantirmos o compromisso que nós assumimos de registrar profissionais com título de arquiteto e urbanista, com todas estas atribuições previstas na lei, o que nos obriga eticamente a estabelecer um curso de formação que corresponda efetivamente à essas atribuições. (Conselheiro Paulo Saad, 4º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR (10ª Reunião Ordinária), 2012)

O outro ponto bastante discutido nos seminários e nas reuniões foi a necessidade da comprovação de experiência profissional por parte do docente para lecionar certas disciplinas. Foi considerado um impasse relacionado à ética quando um docente se compromete a lecionar uma determinada disciplina sem competência para tal. Necessitariam garantir no ensino do exercício da profissão que o aluno se forme com o conhecimento adequado.

Por outro lado, muitos conselheiros solicitaram a supressão da regra defendendo que em muitos estados do Brasil, não existiam profissionais arquitetos urbanistas suficientes, muito menos docentes suficientes para preencher todas as disciplinas dos cursos. Em certas regiões do país há uma grande carência de docentes de arquitetura e urbanismo.

Também é levantada a questão sobre a forma de contratação referente ao regime de dedicação exclusiva realizado pelas universidades públicas. Além de a contratação impedir que o docente atue profissionalmente como arquiteto e

urbanista existe a necessidade constante de dedicação à pesquisa.¹³⁵ Mesmo com o grande receio da Comissão que a regra fosse suprimida, ela é mantida e aprovada no Plenário.

Outra questão intensamente discutida nas reuniões quanto ao tema formação e ensino foi a exigência do profissional manter e comprovar a sua educação continuada. Tal exigência é muito comum em outros códigos de ética internacionais, mas no Brasil o tema era pouco conhecido. Podemos considerar como educação continuada qualquer prática de aprendizagem após a formação.

Aqui no Brasil faz-se o curso, cinco anos meio mal feitos e depois lança-se um recém-formado na profissão que nunca mais fará curso nenhum. Nunca mais se atualizará com livros, nem irá a congressos, nem irá visitar nada que seja relevante para o seu crescimento profissional. O nosso código de ética, da maneira que eu imagino e defendo, exigiria uma formação continuada. Isso é exigido eticamente. Agora, esse tipo de exigência, e vou explicar o porquê mais tarde, é fundamental. Não há sanção contra isso, mas essa é a realidade que compõe o nosso ambiente. Entendo que a formação profissional é uma exigência ética e a formação continuada também. (Consultor João Honório, 4º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR (10ª Reunião Ordinária), 2012)

Mas foi exatamente sob o argumento de que não seria possível a aplicação de uma sanção a esta regra que a exigência passou a ser considerada como uma

¹³⁵ CED. 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Brasília: CAU/BR, 2013. 3 arquivos ÁUDIO formato MP3.

Recomendação. A educação continuada ainda não é exigida por lei, portanto não pode ser considerada uma falta ética. Assim, tal exigência continuou no texto do código como uma Recomendação, podendo apenas ser considerada como um agravante ou atenuante a outra sanção imposta.

A última discussão levantada quanto ao tema Formação e Ensino foi com relação à exigência do profissional docente ser obrigado a contribuir com o conhecimento sobre o código de ética mesmo que a instituição não obrigue.¹³⁶ Foi também considerada a necessidade do arquiteto e urbanista divulgar o código no exercício da profissão. Acreditaram ser complicado um professor de história, por exemplo, ser disciplinado por não falar sobre o código de ética. Sugere-se inserir na regra a seguinte redação: "Deve divulgar os princípios deste código". Assim ele poderá fazer isso por meio de sua atividade de ensino em diferentes assuntos.¹³⁷

Quanto ao tema da ética em si, além da atenção específica dedicada na disciplina de prática profissional precisa também caminhar para uma didática mais ampla ao longo de todo curso, pois a oportunidade de aplicar as questões da ética da profissão surge constantemente no dia a dia do ensino da Arquitetura e Urbanismo. É na própria forma com que o professor conduz seus alunos nos desafios diários, que a ética é mais bem transmitida¹³⁸. Como coloca Cuff:

O *ethos* de uma profissão nasce na escola. Como Larson (1977) aponta, "Este básico (treinamento acadêmico) define a linguagem comum e o conhecimento implícito que distingue a profissão

¹³⁶ 21ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR 08 e 09 de Agosto. Intérpretes: CAU/BR. [S.l.]: CAU/BR. 2013. Arquivo em vídeo 1 DVD.

¹³⁷ 21ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR 08 e 09 de Agosto, 2013

¹³⁸ PEREZ, A. L. D. C. O Ensino da Ética e da Prática Profissional nas Escolas de Arquitetura. **Caderno ABEA**, Camboriú, v. 39, p. 478-494, Outubro 2014. ISSN 2177-3734

como um todo do laico. 'É de fato o suporte principal da sub cultura'. O conhecimento implícito – as suposições não ditas, interpretações, expectativas e convenções – podem ser mais importantes para o aprendizado do que o conhecimento e as habilidades explícitas. Tal conhecimento implícito é a essência do *ethos* profissional, afetando ambas, a teoria exposta e a teoria em uso. (CUFF, 1991, p. 43, tradução nossa)

Assim, as regras que compuseram o texto do Código que envolve o tema da Formação e do Ensino foram:

1.2.6. REGRA: O arquiteto e urbanista responsável por atividade docente das disciplinas de Arquitetura e Urbanismo deve, além de deter conhecimento específico sobre o conteúdo a ser ministrado, ter executado atividades profissionais referentes às respectivas disciplinas.

4.2.4. REGRA: O arquiteto e urbanista, ao exercer a docência profissional, deve cumprir as ementas e os conteúdos programáticos das disciplinas de Arquitetura e Urbanismo constantes no projeto pedagógico.

4.2.5. REGRA: O arquiteto e urbanista, ao exercer a docência profissional, deve divulgar os princípios deste Código, entre os profissionais em formação.

E as Recomendações:

1.3.1. RECOMENDAÇÃO: O arquiteto e urbanista deve aprimorar seus conhecimentos nas áreas relevantes para a prática

profissional, por meio de capacitação continuada, visando à elevação dos padrões de excelência da profissão.

4.3.4. RECOMENDAÇÃO: O arquiteto e urbanista deve colaborar para o aperfeiçoamento e atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

2.2 DIREITO AUTORAL E PLÁGIO

O tema do Direito Autoral no Brasil é regido pela Lei Federal nº 9610, na qual entende sob essa designação os direitos de autor e os que lhes são conexos. A lei considera como obras intelectuais a ser protegidas, *“as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro”*. Dentro dessa definição aponta *“os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência”*.

Em uma única menção no que se refere especificamente ao tópico da arquitetura a lei estabelece, *“O autor poderá repudiar a autoria de projeto arquitetônico alterado sem o seu consentimento durante a execução ou após a conclusão da construção”*.

Com isso, o termo plágio se refere à prática de atribuir os créditos de uma obra intelectual de qualquer natureza ou partes dela a outra pessoa que não seja o autor original.

Dentro da mesma linha de pensamento podemos também incluir ao tema do Direito Autoral e do Plágio, um assunto amplamente discutido durante as reuniões que os conselheiros denominavam como a prática do acobertamento. A prática constitui-se no *‘aluguel’* de assinaturas de projetos. Configura-se quando o profissional arquiteto e urbanista empresta a sua qualificação profissional assumindo a autoria de projetos ou obras realizadas por pessoas não capacitadas ao exercício da profissão no Brasil. O acobertamento também pode ser considerado um crime de falsidade ideológica, pois o Código Penal brasileiro, em seu artigo 299, prevê como crime:

Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. (BRASIL, 1940)

Nas reuniões, por diversas ocasiões, foram levantadas as falhas que a lei do Direito Autoral apresenta quando aborda as obras de arquitetura. Os conselheiros acreditavam ser preciso que o Código aprofundasse a questão com o propósito de suprimir essas falhas estabelecendo certos critérios.

Com relação à alteração do projeto original por outro profissional de arquitetura é questionado pelos conselheiros qual o limite do direito à autoria original quando tratamos de uma propriedade privada. Consideram que a situação apresenta um conflito entre a lei de direito autoral e a lei de propriedade.

Geralmente o arquiteto não entra com processo contra o proprietário, mas ele tem o direito de autor. Ele pode perder a patrimonial, mas a autoria ele não perde nunca. Agora, entre profissionais, seria uma ação aceitável a alteração no projeto de um colega sem sua concordância explícita? (Conselheiro Napoleão Ferreira (4º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR (10ª Reunião Ordinária), 2012) [2:51:33]

Ressaltam que o arquiteto poderá verificar a qualquer momento se a obra sendo executada está de acordo com o projeto de sua autoria. A ação correta do proprietário seria informar ao arquiteto as alterações desejadas e solicitar a sua concordância. Caso contrário, o proprietário poderá sofrer uma ação.

Outra questão levantada abordando o tema do Direito Autoral, também envolve a autoria dos projetos que participam de concursos de arquitetura. Atentaram para o fato da existência de várias situações em que arquitetos e urbanistas se sentiram prejudicados por, apesar de não serem eles contratados, algumas de suas ideias serem inseridas na execução do projeto vencedor.

Esse problema tem sido muito comum. As ideias são, em alguns casos, muito difíceis de caracterizar, mas como só agora nós estamos discutindo ética; muitos colegas não entendem isso como falta ética. Não entendem muito bem o conceito de direito autoral, o que significa o direito da obra intelectual. Entendem que uma vez que você participou de um concurso e que aquele projeto foi exibido em uma exposição, ou foi contratado do concurso por alguém, que tanto quem assiste à exposição, quanto quem contratar; pode usar livremente o projeto. Isso não é verdade, mas isso também não é sabido. (Conselheiro Paulo Saad, 4º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR (10ª Reunião Ordinária), 2012)

Ainda referente ao tema Direito Autoral, colocam que uma grande queixa da classe profissional está no reconhecimento da coautoria. Muitos arquitetos e urbanistas colaboram em equipes de projetos realizados em escritórios, em empresas ou para a participação nos concursos e sua atuação não é citada.

Quanto ao tema que envolve o plágio, os conselheiros encontram dificuldades na própria definição do que deve ser considerado um plágio num projeto de arquitetura e urbanismo. Portanto, acreditavam ser difícil formatar uma exigência a respeito do assunto e transformá-la em regra. O fato de ainda não existir uma

definição criminal para o que seria considerado plágio no âmbito da arquitetura e urbanismo dificultava a aplicação da regra.

Existe a definição de plágio na música, na escrita também, mas na arquitetura ela não existe. Aí você já estaria estabelecendo alguns critérios de definição do plágio. Só que isto ainda não está definido [na arquitetura]. [...] Realmente temos um problema, mas na atual situação não temos como resolve-lo. [...] Não adianta o CAU/BR elaborar uma resolução que não tenha um apoio legal. (Conselheiro Napoleão Ferreira, 4º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR (10ª Reunião Ordinária), 2012)

Finalmente, referente ao tema do acobertamento, a principal discussão envolvia as providências a ser tomadas para que o Código contribua com o definitivo impedimento da prática.

Parece óbvio que dentro de um universo dedicado ao decoro ético, uma posição firme e não negociável é imperativa. Não obstante, no estado atual das coisas, poderíamos até gerar uma barreira para a finalização dos processos. [...] Na verdade, a Lei nº 5.194 [CONFEA/CREA], num primeiro momento, não quis tratar essas infrações como ético-disciplinares. Com o tempo, a sociedade se convenceu de que aquelas faltas, quando cometidas por profissionais, também eram ético-profissionais. [...] Nos dias de hoje, nós não temos dúvida que o acobertamento é uma falta ético-disciplinar. (Conselheiro Luis Fisberg, CED. **2º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina**. Recife: CAU/BR, 2012. 9 arquivos áudio formato MP3 - 609,83 Mb)

Os conselheiros preocuparam-se com o fato de que os escritórios internacionais fixados no Brasil têm utilizado esse recurso. Procedem por meio de uma parceria com um escritório local, encarregado da "comercialização" do projeto. Efetivamente a chamada "comercialização" é a prática do acobertamento. Importante ressaltar que muitos profissionais estrangeiros não possuem registro no CAU/BR, portanto não podem ser os responsáveis pelos projetos citados em frequentes propagandas imobiliárias.

Com relação ao Direito Autoral, o texto final do Código estabelece como regras:

3.2.9. REGRA: O arquiteto e urbanista deve declarar-se impedido de assumir a autoria de trabalho que não tenha realizado, bem como de representar ou ser representado por outrem de modo falso ou enganoso.

5.2.1. REGRA: O arquiteto e urbanista deve repudiar a prática de plágio e de qualquer apropriação parcial ou integral de propriedade intelectual de outrem.

5.2.10. REGRA: O arquiteto e urbanista deve declarar-se impedido de associar seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de serviços profissionais sem a sua real participação nos serviços por elas prestados.

5.2.12. REGRA: O arquiteto e urbanista deve reconhecer e registrar, em cada projeto, obra ou serviço de que seja o autor, as situações de coautoria e outras participações, relativamente ao conjunto ou à parte do trabalho em realização ou realizado.

5.2.14. REGRA: O arquiteto e urbanista encarregado da direção, fiscalização ou assistência técnica à execução de obra projetada por outro colega deve declarar-se impedido de fazer e de permitir que se façam modificações nas dimensões, configurações e especificações e outras características, sem a prévia concordância do autor.

5.2.15. REGRA: O arquiteto e urbanista deve rejeitar qualquer serviço associado à prática de reprodução ou cópia de projetos de Arquitetura e Urbanismo de outrem, devendo contribuir para evitar práticas ofensivas aos direitos dos autores e das obras intelectuais.

E como recomendação:

5.3.1. RECOMENDAÇÃO: O arquiteto e urbanista deve defender e divulgar a legislação referente ao Direito Autoral em suas atividades profissionais e setores de atuação.

Para sanar as lacunas apontadas pela Lei Federal nº 9610 com o objetivo de facilitar os processos de julgamento, meses após a homologação da Resolução nº 52 que aprova o Código, foi homologada a Resolução nº 67 voltada a disciplinar as questões de registro de obras intelectuais, divulgação do autor em placas e peças publicitárias e proteção contra o plágio no âmbito da Arquitetura e Urbanismo.

A Resolução estabelece dois tipos de Direitos Autorais. O direito patrimonial e o moral. Os direitos patrimoniais são os direitos de utilizar, fruir e dispor da obra intelectual, enquanto os direitos morais se referem a direitos relativos à paternidade da obra intelectual, os quais são inalienáveis e perpétuos. Também ficou definido na Resolução que toda peça de publicidade, placa ou meio de

comunicação produzidos por arquiteto ou por outra pessoa física ou jurídica, seja da área de Arquitetura e Urbanismo ou não, que utilizarem um projeto ou obra deve especificar o nome do autor original, protegendo seus direitos morais.

Quanto ao plágio em Arquitetura e Urbanismo, a Resolução nº 67 define que dentre os atributos; partido topológico e estrutural, distribuição funcional, e forma volumétrica ou espacial, interna ou externa; a reprodução de pelo menos dois desses atributos é caracterizada como plágio.

2.3 A INCOMPATIBILIDADE NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES

O tema acerca da incompatibilidade de função envolve principalmente o exercício da função pública. Trata-se do conflito que resulta quando um arquiteto e urbanista na ocupação de um cargo público nos órgãos de análise e aprovação de projetos, continuar exercendo a atividade no âmbito privado.

Mais precisamente a questão está relacionada a arquitetos e urbanistas que trabalham em órgãos das prefeituras e seguem exercitando também a atividade de projeto. Pelo fato de possuírem um acordo de exclusividade com o órgão, teoricamente eles não poderiam atuar paralelamente como profissionais, exercendo a atividade de projeto e execução de obra. Quando ficam encarregados da aprovação de projetos, dispõem do conhecimento dos trâmites de todos os projetos que estão em processo de aprovação. Tal fato, além de violar a legislação, gera um constrangimento entre os colegas quando eles se deparam com situações de concorrência com o colega servidor público.

O problema da falta de compatibilidade das atividades gera um claro conflito de interesses. Como atuar publicamente e aprovar projetos de sua própria autoria? (Conselheiro Luis Afonso, 4º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR (10ª Reunião Ordinária), 2012)

Durante as reuniões e seminários havia ainda muitas dúvidas por parte dos conselheiros sobre os limites legais da funcionalidade pública. Alguns conselheiros questionavam esse procedimento nos cargos que não exigiam a dedicação exclusiva. A Comissão esclareceu que, tais funcionários podem ter funções públicas diferenciadas, mas não como arquitetos e urbanistas. Se tal

profissional apresenta vínculo empregatício como funcionário, ele dispõe de fé pública, mas também a obrigação de seguir o código de comportamento próprio da profissão.

Muitos conselheiros se preocupavam com tal exigência, pois havia o caso, dependendo da cidade, na qual a prefeitura é dividida em superintendências. Nesse caso, não acreditavam haver impedimento quando o arquiteto executa projetos em outra superintendência e não naquela na qual atua como funcionário público na análise de projetos, apesar de pertencerem ao mesmo município. Opõem-se a tal exigência, pois acreditam não impedir a atividade de elaboração de projetos na cidade. Salientam que existem pequenos municípios, com escasso número de profissionais atuando na área de arquitetura e urbanismo e que tal exigência inviabiliza a própria prática da profissão. Acham que a análise de projeto irá ser uma penalidade para esse arquiteto. Entendem que arquiteto nenhum irá querer fazer análise de projeto, e com isso teremos outros profissionais trabalhando nessa área sem o conhecimento de que o arquiteto dispõe.¹³⁹

A Comissão procura esclarecer aos conselheiros que independentemente do salário que o indivíduo recebe ou do expediente no qual ele atua, se ele influencia em decisões em concessões de autorização de projetos, é claro que ele não pode projetar na mesma região na qual tem autoridade. Sob o risco da influência cruzada, tal prática não pode ser aceita ou permitida. O arquiteto tem outras atividades que pode exercer que não sejam aquelas que entram em conflito com seu cargo público. A Comissão acredita que esse é um problema muito grave que precisa ser resolvido no âmbito da ética e disciplina. Não se pode imaginar a

¹³⁹ 21ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR 08 e 09 de Agosto, 2013

possibilidade de um colega simultaneamente aprovar e submeter o seu próprio trabalho para aprovação no local de sua jurisdição. Precisa ser disciplinado. É uma questão de ética e de disciplina¹⁴⁰.

Preocupam-me as apreensões a respeito de sermos enquadrados ou não no código de ética. É preciso que se tenha a consciência do que é certo, Do que é correto. Independentemente das consequências pessoais. Não podemos fazer um código corporativista que atenda aos interesses e acomodações dos indivíduos que compõem a nossa classe. Se agirmos assim, o código deixa de ser um código de ética do interesse da sociedade e passa a ser apenas uma estrutura corporativa. Uma regra de funcionamento corporativo. Ele não está sendo elaborado para isso. Esta não é a finalidade deste conselho, atender as demandas da corporação dos arquitetos. Isso precisa estar muito claro em relação ao que significa este código. Por outro lado, o código não pode ser uma regra de instrução trabalhista de tal maneira que estabeleça uma imposição que não corresponda ao âmbito da legalidade do exercício da profissão. Não podemos estabelecer uma regra acima do direito do trabalho, do direito à atividade profissional. (Conselheiro Napoleão Ferreira, 21ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR 08 e 09 de Agosto, 2013)

A atividade de aprovação de projetos, nos órgãos públicos municipais, deve ser executada por profissional arquiteto e urbanista devidamente habilitado e registrado no CAU/BR. Assim, é vedado ao profissional, no exercício de tais atividades, analisar e aprovar projetos ou fiscalizar obras de sua própria autoria.

¹⁴⁰ Ibid

Tal exigência pode ser verificada tanto na Lei de Improbidade Administrativa, como no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. O impedimento também se aplica ao caso do servidor público, lotado no mesmo órgão, mas sem responsabilidade direta pela análise e aprovação, por considerar existir a possibilidade de influenciar ou constranger colegas que exercem tal função. Mas, não apresenta impedimento, caso não for contratado pelo regime de dedicação exclusiva, a apresentação de projetos de sua autoria em órgão municipais que não estejam lotados ou incumbidos da análise e aprovação de tais projetos, exceto quando caracterizar-se "tráfico de função pública"¹⁴¹.

Assim a regra expressas no texto do Código que se ocupam de tal exigência são:

4.2.7. REGRA: O arquiteto e urbanista deve evitar assumir simultaneamente diferentes responsabilidades técnicas, que sejam incompatíveis quanto a sua extensão, conteúdos, distâncias e jornadas de trabalho sobrepostas.

5.2.5. REGRA: O arquiteto e urbanista deve declarar-se impedido de realizar trabalhos de avaliação crítica, perícia, análise, julgamento, mediação ou aprovação de projetos ou trabalhos do qual seja autor ou de cuja equipe realizadora faça parte.

¹⁴¹ Por "tráfico da função pública" podemos entender qualquer solicitação, recebimento ou aceitação de vantagem indevida para a prática ou omissão de ato inerente à função.

2.4 O CONFLITO DE INTERESSES, INCOMPATIBILIDADE, REMUNERAÇÃO ILÍCITA, RESERVA TÉCNICA OU COMISSÃO

O tópico aborda talvez o tema mais delicado e controverso que a classe profissional tem enfrentado nos últimos vinte anos. O tema comissão ilícita é amplamente discutido em todos os países do mundo. Na atividade da arquitetura e urbanismo surgem diversas oportunidades que podem levar à configuração dessa prática.

O termo Reserva Técnica é o nome pelo qual ficou conhecida a comissão financeira paga por fornecedores de produtos e lojistas pela indicação junto aos clientes da área da construção.¹⁴² O arquiteto encarregado de um projeto ou obra cede a preferência por certos fornecedores de materiais ou serviços que em troca concedem uma participação financeira no montante da compra. Uma participação nos lucros gerados pela venda ou execução do serviço. Essa prática cresceu muito nos últimos anos e em alguns lugares tornou-se comum, e até em algumas ocasiões, substituindo a remuneração pelo serviço prestado pelo arquiteto e urbanista.

Até meados do século XX, a grande maioria dos profissionais jamais admitiria receber uma comissão vinculada a uma especificação de material. Atualmente nos deparamos com uma grande parcela da classe profissional que a reconhece como uma prática normal e intrínseca à atividade do arquiteto e urbanista. Vêm a Reserva Técnica como uma forma de compensar a baixa remuneração do arquiteto, frente aos honorários insuficientes e à sua real participação nas vendas.

¹⁴² CAU/BR. **Arquitetos Pela Ética: Reserva Técnica**. Brasília, p. 1-32. 2015. Arquivo eletrônico em ppt 3,7 Mb.

Apesar de a prática percorrer por toda atividade profissional do arquiteto e urbanista ela se apresenta com mais incidência no ramo da Arquitetura de Interiores. Talvez seja nessa atividade que está a origem da prática da RT, pois se assemelha a forma de remuneração do decorador. Alguns profissionais deixam de cobrar pelo serviço de elaboração do projeto, para receber como remuneração a Reserva Técnica vinda dos fornecedores causando uma distorção na hierarquia do contrato entre cliente, arquiteto e fornecedor.

Outro tipo de profissional que se torna suscetível a prática do recebimento da Reserva Técnica é o arquiteto recém-formado. Os baixos salários fornecidos pelos escritórios de arquitetura e a desinformação sobre o valor de seu trabalho rezado pela falta de uma tabela de honorários que balizasse a atividade profissional, levava o recém-formado a aderir ao recurso do recebimento da Reserva Técnica. Assim, reduziam ao mínimo o valor de seu serviço de modo a tornar-se competitivo entre os profissionais mais experientes dentro do mercado de trabalho contando com a futura Reserva Técnica para sanar os seus prejuízos financeiros.

Havia também um procedimento estabelecido por certos fornecedores com o objetivo de captar parceiros arquitetos que compreendia de um sistema de recompensas que premiava o arquiteto que mais especificasse e vendesse o material. Ou seja, era premiado com viagens, veículos, e outros prêmios àquele profissional que gerava o maior lucro para o fornecedor especificando e vendendo o seu material.

Assim, pelos motivos colocados acima, os profissionais entendiam que de fato dever-se-ia receber a Reserva Técnica, pelo fato de efetivamente participar e contribuir na venda de determinado produto, de determinado fornecedor.

Nós não cobramos projeto, nós não cobramos a visita aos nossos clientes. Saímos com os clientes, toda semana. Passamos quatro horas com o cliente e não cobramos. Ele nos busca em casa ou no escritório, para nos levar até a loja. O cliente deveria pagar a nossa hora técnica. A renda deveria ser gerada daí e não da chamada Reserva Técnica. Não cobramos salário, não cobramos projeto. Nossa remuneração é ruim. O projeto é mal pago e a especificação é mal paga, isso porque vamos receber depois [por meio do fornecedor]. (Conselheira Maria Eliana Jubé CED. 3º **Seminário da Comissão do Código de Ética e Disciplina (8ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR)**. Curitiba: CAU/BR, 2012. 4 arquivos de áudio formato WAVE).

A maioria dos conselheiros apesar de não concordar com a prática acreditou que encontrariam uma grande dificuldade em reverter o quadro vigente, pois grande parte da classe profissional de seus estados se beneficiava da Reserva Técnica.

Nas reuniões e seminários que envolveram a elaboração do Código alguns conselheiros indicaram o pensamento de que se o cliente tivesse conhecimento e acordasse com o fato de que seu arquiteto contratado recebesse a Reserva Técnica de seus fornecedores, não representaria uma falta ética. Também foi colocada a possibilidade, por meio da Reserva Técnica, do cliente receber uma redução no valor da compra. Achavam que a questão poderia ser resolvida se o

procedimento estivesse rezado claramente dentro do acordo das partes, ou seja, no contrato¹⁴³.

Dentro dessa linha de pensamento, alguns conselheiros receberam, por parte de seus estados, uma pressão muito grande para diligenciar a retirada da cláusula que falava sobre a chamada “comissão” ou Reserva Técnica.

Mas quanto à possibilidade de retirar a exigência do Código, a Comissão apontou que na Lei 12.378, regulamentadora do exercício da profissão, tal exigência já estaria contemplada. Em seu artigo 18 estabelece que, *“Constituem infrações disciplinares, além de outras definidas pelo Código de Ética e Disciplina: VI - locupletar-se ilicitamente, por qualquer meio, à custa de cliente, diretamente ou por intermédio de terceiros”*. Portanto não poderiam faltar com a exigência no Código.

Uma especificação que é feita mediante uma remuneração não dá a garantia de ser a mais adequada ou que o pensamento do arquiteto foi liberal. Então num processo judicial por efeito dos direitos do consumidor, por exemplo, alguém pode argumentar que este arquiteto agiu de má fé. No exemplo de especificar um piso escorregadio no qual o cliente caiu. Então ele colocou este piso porque julgou o melhor. Se for comprovado no processo que ele colocou aquele piso porque recebeu uma remuneração do fabricante, então não fez aquilo de boa fé e já está praticamente condenado num processo como esse. Então, isso tanto compromete a qualidade da arquitetura como vai aviltando a

¹⁴³ CED. 3º Seminário Curitiba Comissão de Ética e Disciplina (8ª Reunião Ordinária CED-CAU/BR). Curitiba: CAU/BR, 2012. 4 arquivos áudio formato MP3.

remuneração dos preços de projeto. Não há nenhuma forma lícita de se receber uma remuneração indireta de um serviço. (Conselheiro Napoleão Ferreira, 4º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR (10ª Reunião Ordinária), 2012)

Assim, muitas contribuições referentes à elaboração do texto do Código recebidas dos conselhos estaduais solicitavam que a Comissão suprimisse a regra no documento. A Comissão acrescenta que mesmo que esteja acordado com o cliente em contrato, o recebimento da Reserva Técnica é ilícito, configurando uma incompatibilidade no contrato com o cliente, pois o profissional está recebendo duas vezes por um mesmo serviço. A comissão reforça que na regra deve ficar claro que a “comissão” ou Reserva Técnica não é possível ou aceitável, mesmo com a aprovação explícita do cliente¹⁴⁴.

Nós estamos aqui submissos, estamos a reboque do pior dos temas aqui registrados, a tal da “comissão” sobre vendas de material. Os valores negativos desse procedimento na nossa profissão, que se exacerbaram nos últimos tempos têm dominado a profissão de tal maneira que nós, numa entidade nascente, numa instituição nascente, que quer ser criativa robusta e futurista, estamos atrelados e aceitando este conceito no sentido de legalizá-lo, estamos na realidade, cavando a cova da nossa própria instituição. [...] Eu lutei por 52 anos pela criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, mas não posso aceitar que ele venha se alicerçar, nos seus primeiros documentos legais, na admissão da existência de um conceito corruptor, persuasivo e sedutor, em

¹⁴⁴ CED. 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED CAU/BR. Brasília: CAU/BR, 2013. 4 arquivos áudio formato MP3.

função daquilo que há de pior para a auto-estima do profissional. [...] Temos que dizer que não é um contrato excelentemente assessorado por advogados que vai salvar a nossa profissão. É a discussão daquilo que orienta conceitualmente a profissão. [...] Eu não vou fazer nenhum pacto com esses conceitos corruptores ou admitir a existência da “comissão”. (Conselheiro Miguel Pereira, CED. **3º Seminário da Comissão do Código de Ética e Disciplina (8ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR)**. Curitiba: CAU/BR, 2012. 4 arquivos de áudio formato WAVE)

Mas também existia parte da classe profissional que apoiava a decisão da Comissão de Ética e Disciplina e se declara contra a prática do recebimento da Reserva Técnica por entenderem que ela desclassifica o trabalho do arquiteto, contribuindo para a redução do valor real do projeto. Também é lamentado pela classe profissional o fato de ter que se depender do fornecedor para que o seu trabalho seja remunerado.

Um dos debates dos quais eu tenho participado desde o ano 2000 é sobre esse assunto. No caso de uma obra pública, como é que você vai cobrar reserva técnica? [...] A questão não é a relação entre o arquiteto e o cliente. É entre o arquiteto e a profissão. Mesmo que o cliente saiba que está sendo cobrado (RT), ele está fazendo mal à profissão. É um dano irreparável. (Presidente Haroldo Pinheiro, CED. **Súmula da 17ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR**. Brasília: CAU/BR. 2013. p. 1-2. 20 de Junho)

Assim, o texto do Código que envolve a proibição do recebimento da “comissão” ou Reserva Técnica manteve-se:

3.2.16. REGRA: O arquiteto e urbanista deve recusar-se a receber, sob qualquer pretexto, qualquer honorário, provento, remuneração, comissão, gratificação, vantagem, retribuição ou presente de qualquer natureza: – seja na forma de consultoria, produto, mercadoria ou mão de obra – oferecidos pelos fornecedores de insumos de seus contratantes, conforme o que determina o inciso VI do art. 18 da Lei nº 12.378, de 2010.

3.2.18. REGRA: O arquiteto e urbanista deve recusar-se a receber honorários, pagamentos, ou vantagens de duas partes de um mesmo contrato vigente.

Durante o ano de 2015 o CAU/BR iniciou uma campanha contra a Reserva Técnica. A campanha compunha três etapas. A primeira etapa foi destinada aos arquitetos, exclusivamente aos estudantes de arquitetura, com o intuito de esclarecer ao aluno o significado do que é, e o que não é Reserva Técnica. Num segundo momento, depois de um exame do resultado da primeira etapa, seria realizada uma campanha junto aos fornecedores, as indústrias e as lojas de material de construção, divulgando os efeitos nocivos da Reserva Técnica para toda a indústria da construção¹⁴⁵. A terceira etapa buscava alertar a sociedade quanto ao problema, apresentando as soluções conquistadas nas etapas anteriores¹⁴⁶.

¹⁴⁵ CAU/SP. Ata da 7ª Sessão Plenária Ordinária de 2015 – CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 16 Julho 2015. Disponível em: <<http://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/011.2016-ATA-7a-Reuniao-Plenaria-Ordinaria-28.07.2016-APROVADA.pdf>>. Acesso em: 21 Novembro 2017.

¹⁴⁶ CAU/MG. Ata da Sessão Plenária nº 42/2015. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais**, 26 Junho 2015. Disponível em: <<http://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/Ata.42.pdf>>. Acesso em: 2017 Novembro 07.

O CAU/BR recebeu uma forte reação de parte da classe profissional contra a campanha. Alguns acreditaram que a campanha estava equivocada e que as peças publicitárias continham imagens fortes que denegriam a reputação da profissão. Em vários estados os CAU receberam manifestações por cartas, e-mails e abaixo assinados da classe profissional. Houve até uma tentativa de processo judicial contra o Conselho por parte de um grupo de arquitetos, reivindicando que a campanha da Reserva Técnica estaria *“ofendendo o direito e a honra dos autores, defendendo que a publicidade criada, estampada pelos demandados, põe por terra todo o trabalho profissional dos autores desde o início de suas carreiras”*¹⁴⁷.

Havia o fato também de que muitos escritórios sobreviviam ainda dessa prática, pois muitos arquitetos eram quase que obrigados a abrir mão de seus honorários referente à elaboração de projeto, a fim de se manterem competitivos no mercado de trabalho. Ainda ocorria o fato de que os profissionais que se colocavam contra a Reserva Técnica estariam sendo excluídos do mercado de trabalho. Com isso, alguns grupos de profissionais buscavam soluções no sentido de regularizar a Reserva Técnica de alguma forma¹⁴⁸.

Assim, num informe aos CAU/UF, mediante a defesa da campanha a qual foi vítima de intenção de processo judicial por parte do grupo profissional, o CAU/BR esclareceu:

¹⁴⁷ CAU/SP. Ata da 11ª Sessão Plenária Ordinária de 2016 – CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 24 Novembro 2016. Disponível em: <<http://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/016.2016-ATA-11a-Reuniao-Plenaria-Ordinaria-24.11.2016-APROVADA.pdf>>. Acesso em: 22 Novembro 2017.

¹⁴⁸ CAU/MG. ATA DA 66ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais**, 20 Julho 2017. Disponível em: <<http://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/ATA.66.pdf>>. Acesso em: 08 Novembro 2017.

Não há ilicitude na indicação em si de fornecedor lojista, ao cliente por parte do arquiteto e tal indicação insere-se nas atividades de orientação técnica. O profissional pode, a pedido do cliente, sugerir fornecedores. O que é ilícito é receber comissão específica de qualquer natureza pela indicação de cliente como ocorre na Reserva Técnica. O recebimento de comissão em si também não é ilícito, mas a ilicitude surge quando o recebimento da comissão se dá à custa do cliente. A ilicitude do recebimento de comissão Reserva Técnica, está revelada em duas circunstâncias, primeiro ao indicar lojista, em contrapartida de comissão, o arquiteto age em conflito de interesses, conflito entre o interesse de seu cliente que é encontrar o melhor preço dos produtos e o interesse do arquiteto que é obter receita da comissão. Muitas vezes o cliente quer ter ciência acerca do vínculo remuneratório entre arquiteto e fornecedor. Segundo, porque é efetivamente, o cliente perde poder de barganha na aquisição de produtos, haja vista que o fornecedor terá que pagar comissão a seu arquiteto, ficando o fornecedor com margem bem menor de desconto para o cliente. E é neste ponto que também não se vislumbra incorreção na publicidade atacada pelos autores. (CAU/SP. Ata da 11ª Sessão Plenária Ordinária de 2016 – CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 24 Novembro 2016. Disponível em: <<http://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/016.2016-ATA-11a-Reuniao-Plenaria-Ordinaria-24.11.2016-APROVADA.pdf>>. Acesso em: 22 Novembro 2017)

Ainda em 2017, a questão da Reserva Técnica aparece como a maior geradora de polêmicas e discussões entre os integrantes da classe profissional e esta grande

dificuldade de entendimento é um dos maiores impedimentos para o estabelecimento de um comportamento uniforme da classe.

2.5 CONTRATOS, HONORÁRIOS E SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

Outro assunto que desprendeu muita atenção nas reuniões e seminários voltados a elaboração do Código, foi quanto à necessidade de realização de um contrato escrito para sustentar uma relação de trabalho.

Na maioria dos países o contrato de trabalho ou serviços é considerado um instrumento extremamente relevante e imprescindível para o exercício profissional e presentes nas maiorias dos códigos de ética. Mas, no Brasil, a firmação do contrato escrito de trabalho ainda não é uma prática amplamente estabelecida.

O principal questionamento se referia à necessidade de o contrato representar uma obrigação a ser inserida em um código de ética. Achavam que a falta do documento do contrato de serviços entre contratante e contratado não deveria ser considerada uma falta ética.

Mas a maioria dos conselheiros considerou que a execução de um contrato representa uma responsabilidade social que pressupõe um compromisso ligado a ética na profissão¹⁴⁹. Lembraram que o não cumprimento do contrato acarretava um dos principais problemas relatados nas denúncias feitas aos conselhos profissionais. Tais problemas envolviam contratos mal feitos, às vezes com um mau entendimento das disposições do contrato entre as partes como, informações alteradas ou distorcidas, e também problemas de direitos autorais¹⁵⁰. Consideraram que no Brasil, a classe dos arquitetos e urbanista não conservava o

¹⁴⁹ CED. 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. [S.l.]: CAU/BR, 2013. 3 arquivos em ÁUDIO formato MP3.

¹⁵⁰ CED. 3º Seminário Curitiba Comissão de Ética e Disciplina (8ª Reunião Ordinária CED-CAU/BR). Curitiba: CAU/BR, 2012. 4 arquivos áudio formato MP3.

costume de elaboração dos documentos de contrato. Com isso, salientaram como ação fundamental, o conselho valorizar a prática da utilização do documento de um contrato apropriado para a prestação dos serviços do arquiteto e urbanista.

Se tivermos um contrato bem feito, ou melhor, se tivermos também um destrato, em outras palavras, se toda vez que um arquiteto, no ato de cancelamento de um contrato, assinasse um destrato, provavelmente teríamos a metade dos problemas éticos resolvidos. Porque muitas vezes isso acontece. (Conselheiro Paulo Saad, 4º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR (10ª Reunião Ordinária), 2012)

Com isso, a maioria dos conselheiros considerou que apesar de a justiça comum não exigir um contrato escrito, o Código deveria exigir do profissional a elaboração do documento a cada serviço prestado¹⁵¹.

Isso é justamente em defesa da sociedade. O leigo não entende que determinadas expressões da nossa profissão podem ser manipuladas em prejuízo da sociedade. O que está escrito pelo menos está garantido. Isso facilitará inclusive a triagem de denúncias éticas. Posteriormente, se houver um contrato ou coisa assim, e sendo obrigação do arquiteto a execução de um contrato, a comprovação de uma falta pode ser mais clara e transparente. O leigo muitas vezes nem sabe se deveria fazer um contrato, pois só quer construir uma casinha. Ele não sabe se há a necessidade de um contrato só para isso. Ele, na verdade, ia contratar um desenhista! Na cabeça do leigo tudo pode acontecer assim. Então,

¹⁵¹ CED. 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Brasília: CAU/BR, 2013. 2 arquivo em ÁUDIO formato MP3

o arquiteto deveria ter a obrigação de fazer um contrato por escrito. Isso deveria estar disponível inclusive no caso de uma demanda ética. (Presidente Haroldo Pinheiro, CED. **17ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR**. Brasília: CAU/BR, 2013. 2 arquivo em ÁUDIO formato MP3)

Quanto ao salário mínimo profissional a discussão alcançou um consenso sem dificuldades, mas o entendimento de como era calculado e exigido sua obrigatoriedade, dominava a discussão.

O salário mínimo profissional do arquiteto e urbanista é estabelecido pela Lei Federal 4950A/66 desde 22 de Abril de 1966. A lei estabelece para o arquiteto e urbanista, como salário básico para o profissional, 6 vezes o salário mínimo nacional para seis horas de trabalho, 7,25 salários mínimos para sete horas de trabalho e 8,5 salários mínimos para oito horas de trabalho. Porém, tal lei era pouco conhecida pela classe. Com o desconhecimento da existência da Lei 4950A/66, os assalariados da arquitetura e urbanismo se submetiam a baixíssimos salários e a condições de contratações precárias.

Também era conhecimento que a grande maioria dos escritórios de arquitetura e urbanismo não pagava o salário mínimo profissional ao arquiteto recém-formado. Consideraram esse fato relativamente comum como uma prática nociva para a profissão. Contratavam o recém-formado na categoria de estagiários. Assim, o próprio arquiteto acabava penalizando seu colega recém formado, sabendo que ele iria ter dificuldades de estabelecer um mercado próprio¹⁵². Com isso, era

¹⁵² CED. 2º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina. Recife: CAU/BR, 2012. 9 arquivos áudio formato MP3 - 609,83 Mb.

gerada uma mão de obra barata, porém com mais responsabilidades imediatas dentro do escritório.

Alguns conselheiros supunham não ser atribuição do conselho, fiscalizar a aplicação do salário mínimo profissional¹⁵³. Consideraram que se realizassem um trabalho de fiscalização do salário mínimo nas prefeituras e em seguida exigissem que respeitassem o acordo, ainda assim teriam um problema porque não podem atuar contra o município. Não podem advogar nos estados e nas cidades sem gerar um problema¹⁵⁴.

Contanto, a Lei Federal 4950A/66, não é aplicável ao funcionalismo público, portanto os arquitetos servidores públicos, somente serão beneficiados com o salário mínimo profissional na condição de existir uma legislação equivalente para administração pública¹⁵⁵. A lei aplica-se somente aos profissionais empregados regidos pela CLT.

Também naquele momento a Comissão discutia a necessidade de incluírem como uma exigência à classe profissional, cumprir os valores impostos na Tabela de Honorários publicada pelo CAU/BR. O conselho acreditava que a tabela balizava condições justas de contratação de projetos e serviços de arquitetura e urbanismo, estabelecendo critérios para o cálculo dos valores de remuneração e evitando também que ocorra o aviltamento do preço do projeto.

¹⁵³ CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 15**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-10. 07 e 08 de Fevereiro.

¹⁵⁴ CAU/BR. 21ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR 08 e 09 de Agosto. Intérpretes: CAU/BR. [S.l.]: CAU/BR. 2013. Arquivo em vídeo 1 DVD.

¹⁵⁵ CAU/SP. **Manual do Arquiteto e Urbanista**. 1ª Edição. ed. Brasília: CAU/BR, 2016.

Porém, tal exigência não era requerida por lei, portanto não poderiam caracterizá-la como regra do código. Assim a exigência passou a ser uma recomendação de modo a incentivar o uso da Tabela de Honorários e também podendo ser exercida como agravante ou atenuante de uma sanção

Quanto à exigência na elaboração do contrato entre profissionais e entre profissionais e clientes, o texto do Código manteve:

3.2.4. REGRA: O arquiteto e urbanista deve discriminar, nas propostas para contratação de seus serviços profissionais, as informações e especificações necessárias sobre sua natureza e extensão, de maneira a informar corretamente os contratantes sobre o objeto do serviço, resguardando-os contra estimativas de honorários inadequadas.

4.2.10. REGRA: O arquiteto e urbanista deve condicionar todo compromisso profissional à formulação e apresentação de proposta técnica que inclua com detalhe os produtos técnicos a serem produzidos, sua natureza e âmbito, as etapas e prazos, a remuneração proposta e sua forma de pagamento. A proposta deve ser objeto de contrato escrito entre o profissional e o seu contratante, o qual deve ter também em conta as demais disposições deste Código.

Quanto ao valor da remuneração paga aos arquitetos e urbanista assalariados, o texto final do Código manteve:

5.2.9. RECOMENDAÇÃO: O arquiteto e urbanista empregador deve cumprir o disposto na Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966,

conferindo a remuneração mínima prevista nessa Lei aos arquitetos e urbanistas empregados por ele.

Como recomendação ao uso da Tabela de Honorários estipulada pelo CAU/BR, o texto final do Código manteve:

4.3.1. RECOMENDAÇÃO: O arquiteto e urbanista deve apresentar propostas de custos de serviços de acordo com as tabelas indicativas de honorários aprovadas pelo CAU/BR, conforme o inciso XIV do art. 28 da Lei nº 12.378, de 2010.

2.6 A CRÍTICA NA ARQUITETURA E URBANISMO

O impasse no tema ocorria devido a uma linha de pensamento que defendia que a crítica, em Arquitetura e Urbanismo, não poderia ser realizada por um profissional da área, pois este, por ser também arquiteto e urbanista, poderia estar com a imparcialidade comprometida. Alguns consideraram que a única maneira de regulamentar a crítica é que não seja realizada por um colega. Assim, evitariam a crítica depreciativa e mal intencionada¹⁵⁶.

Porém, a Comissão ponderou que para esta questão existiam os dois lados. Quanto à defesa acreditaram que a crítica para ter credibilidade precisa de isenção. Precisa ser desinteressada. Por outro lado, um crítico profissional, por mais que faça uma boa crítica e que esta seja bem fundamentada, pode ainda ser descredenciado.

É preciso definir o que é crítica no corpo do código. Pensamento crítico é aquele que ajuda o conhecimento a crescer. O conhecimento que cresce é aquele que não se repete, avança. Você pode comparar o passado, o presente e o futuro próximo. E é preciso que se definam os limites além dos quais surge o insulto, o desrespeito pelo interlocutor, a partir de onde se criaria uma referência para punição. (Conselheiro Miguel Pereira, CED. **13ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED CAU/BR**. Brasília: CAU/BR, 2013. 4 arquivos áudio formato MP3)

¹⁵⁶ CED. **13ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED CAU/BR**. Brasília: CAU/BR, 2013. 4 arquivos áudio formato MP3.

Com isso, é levantado também o exemplo do docente que ao proibi-lo da atividade crítica fica impedido de ensinar aos seus alunos.

Também se for escrito um artigo analisando uma obra, como ficaria? Não se poderia criticar? Não se poderia ministrar uma aula crítica sobre uma obra? (Conselheiro Paulo Saad, CED. 17^a Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Brasília: CAU/BR, 2013. 2 arquivo em ÁUDIO formato MP3)

Com isso, o texto final do Código que se refere à crítica intelectual da arquitetura e urbanismo manteve-se:

5.2.11. REGRA: O arquiteto e urbanista deve declarar-se impedido de exercer a atividade de crítica da Arquitetura e Urbanismo a fim de obter vantagens concorrenciais sobre os colegas.

E como Recomendação ao exercício da crítica o texto do Código manteve:

5.3.2. RECOMENDAÇÃO: O arquiteto e urbanista deve promover e apoiar a crítica intelectual fundamentada da Arquitetura e Urbanismo, como prática necessária ao desenvolvimento da profissão.

No próximo capítulo a tese se ocupará em demonstrar o levantamento das infrações ocorridas ao Código de Ética e Disciplina do CAU/BR que se apresentaram recorrentes na região sudeste durante o período do início do ano 2014, até o final de 2017.

CAPÍTULO 3:

LEVANTAMENTO DAS INFRAÇÕES AO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CAU/BR CITADOS NOS PROCESSOS ÉTICO DISCIPLINARES DA REGIÃO SUDESTE DURANTE OS ANOS 2014 A 2017

O tom deste código todo não foi buscar foco nas sanções. É um código de ética. É preciso lembrar que todos os códigos que foram lidos, na maior parte não existem preocupações com sanções. É um código de ética para entrar na intimidade da cabeça de cada um. Para entrar na intimidade da consciência de cada um. Esse foi o principal objetivo. Depois sim, aí vamos pensar nas sanções. (João Honório de Mello Filho, 4º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR (10ª Reunião Ordinária), 2012)

Baseado em considerações realizadas em estudos anteriores¹⁵⁷, alcançamos questões importantes que geravam dificuldades e conflitos historicamente estabelecidos no cotidiano da prática profissional do arquiteto e urbanista no Brasil.

Uma dessas questões se refere ao meio de divulgação das sanções impostas ao Código de Ética e Disciplina do Sistema CONFEA/CREA. Recorrendo a uma análise comparativa foi realizado o levantamento das principais violações ocorridas às regras dos Códigos de Ética e Conduta vigente para a profissão no Reino Unido e nos Estados Unidos, e em seguida comparado com os dados obtidos no Brasil.

Quanto ao Reino Unido, as violações frequentes ao *Architects Code* do ARB foram levantadas analisando a tabela 1 do *Professional Conduct Committee: Decisions and Penalties*¹⁵⁸, disponível no site do órgão, na qual foram publicados casos de 21 julho de 2006, até 7 junho de 2011.

Das decisões levantadas notou-se a prevalência de violações, em primeiro lugar nas questões de contrato; em segundo lugar, referente ao comportamento mediante uma acusação; em terceiro, a prática sem o seguro profissional obrigatório e em seguida a negligência profissional.

As regras que se referem às questões de **contratos** são expostas da seguinte forma:

¹⁵⁷ PEREZ, A. L. D. C. **A Ética do Arquiteto e Urbanista**: Um Estudo Deontológico. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU/USP, 2012.

¹⁵⁸ ARB. Professional Conduct Committee Decisions: Savage. **ARB**, 2009. Disponível em: <http://www.arb.org.uk/professional_standards/regulating_architects/pcc_decisions/savage.php>. Acesso em: 23 Outubro 2011

Norma 11: Os Arquitetos devem organizar e administrar seu trabalho profissional de forma responsável e levando em consideração os interesses de seus clientes. (tradução nossa, (ARB, 2009)).

Norma 11.1: Os Arquitetos não devem realizar um trabalho profissional, salvo quando os termos do contrato forem registrados por escrito e abrangendo os seguintes itens: - plano de trabalho; - remuneração ou método de cálculo de honorários; - atribuição de responsabilidades; - as limitações das responsabilidades; - disposições relativas à rescisão do contrato; - quaisquer disposições especiais para a resolução de litígios e informações ao cliente quanto à sujeição do Arquiteto às sanções disciplinares por parte de seu conselho de registro na ocorrência de uma denúncia de inaceitável conduta profissional ou séria incompetência profissional. (tradução nossa, (ARB, 2009)).

Quanto ao *comportamento mediante uma acusação* o texto da regra estabelece:

A Norma 12: Os Arquitetos devem conduzir as disputas e acusações referentes ao seu trabalho profissional, à sua prática e aos seus negócios prontamente e apropriadamente.

Norma 12.4: As denúncias devem, em todos os estágios, ser tratadas cordialmente, com deferência e de acordo com o seguinte procedimento: - uma confirmação deve ser enviada em um prazo de dez dias úteis do recebimento da acusação, junto com uma resposta referente à questão levantada na carta inicial da acusação. Esta confirmação deve ser enviada dentro de 30 dias úteis após seu recebimento. (tradução nossa (ARB, 2009)).

O texto da regra referente ao *seguro profissional* estabelece:

A Norma 8: Os Arquitetos não devem realizar trabalho profissional sem a cobertura de um seguro de indenização profissional adequado e apropriado ao serviço que está executando.

Norma 8.3: Sem limitar as obrigações do Arquiteto em manter um seguro de indenização profissional adequado e apropriado para o trabalho que está realizando, o Arquiteto deve manter, em qualquer evento, uma cobertura mínima de acordo com as diretrizes do Conselho quanto ao seguro de indenização profissional, conforme publicada regularmente. (tradução nossa, ARB, 2009).

E finalmente quanto à *negligência profissional*:

A Norma 4: Os Arquitetos devem realizar o seu trabalho profissional com lealdade e integridade, levando em consideração as normas técnicas e profissionais relevantes aos serviços executados.

Norma 4.1 Os arquitetos devem realizar seu trabalho com a devida competência, cuidado e diligência. (tradução nossa, ARB, 2009).

Analisando as decisões apresentadas na pesquisa, notamos como são tratadas as infrações às regras de conduta e prática profissional nos países que adotam como sistema jurídico o *Common Law*. Os juízes aplicam as suas sentenças manifestando claramente as suas razões. Dependendo do juiz, as exposições são mais objetivas ou mais elaboradas. É importante para eles em todo processo de julgamento que os fatos e conclusões sejam expostos claramente, servindo como precedentes para casos futuros.

Nos Estados Unidos a pesquisa pôde encontrar como principais causas para as disputas e violações ao *Rules of Conduct*, documento publicado pelo NCARB, a atribuição inapropriada de crédito (questões referente ao direito autoral) e a apresentação imprecisa das qualificações profissionais.

A pesquisa levantou as informações referentes às violações frequentes ao *Rules of Conduct* do NCARB em uma monografia¹⁵⁹ publicada pelo NCARB no ano de 2008 denominada *Ethics and Professional Rules of Conduct: Distinction and Clarification*.

Quanto à *atribuição de créditos* (Direito Autoral) o texto do *Rules of Conduct* do NCARB esclarece:

Regra 3.2 – Um arquiteto deve apresentar precisamente as suas qualificações, capacidades, experiências e a abrangência de suas responsabilidades em relação ao trabalho para o qual esteja reivindicando crédito perante um cliente em potencial, já existente ou empregador. (tradução nossa, NCARB, 2008-2009)

O texto da regra referente à *Apresentação Incorreta das Qualificações* esclarece:

Regra 1.3 - Um arquiteto deve comprometer-se a executar os seus serviços profissionais apenas quando ele, juntamente com aqueles a quem se associar como consultores, são devidamente qualificados por meio do conhecimento, do treinamento e da experiência na área técnica envolvida. (tradução da nossa, NCARB, 2008-2009).

¹⁵⁹ NCARB. Ethics and Professional Rules of Conduct: Distinction and Clarification. **Ncarb**, 2008. Disponível em: <<http://www.ncarb.org/Publications/Mini-Monographs/~media/Files/PDF/Mini-Monographs/EthicsConductMM.ashx>>. Acesso em: 07 Fevereiro 2012.

Ainda segundo a monografia publicada pelo NCARB, o *Rules of Conduct*, por meio de contínuas revisões e avaliações em seus documentos, buscam responder às constantes mudanças da prática profissional, investigando as alterações nos comportamentos sociais e acompanhando o avanço da tecnologia.

Nos Estados Unidos acredita-se que a importância da ética não está necessariamente nos julgamentos ou execuções, mas sim na permanente discussão e redefinição das suas questões seguindo, assim, a tradição de seu sistema jurídico também baseado no *Common Law*, no qual os costumes da sociedade são prevaletentes. Consideram ser essencial para todos os arquitetos licenciados pelo NCARB, entender as responsabilidades éticas e obrigações legais cruciais à boa prática. A cada nova situação, são apresentadas novas complexidades e conflitos que continuamente demandam a revisão de certos valores e o reexame dos padrões éticos que regem a profissão do arquiteto.

Mas quando a pesquisa se voltou às violações ao Código de Ética, ligadas ao profissional Arquiteto e Urbanista no Brasil, não obteve sucesso. Pelo fato de o meio de divulgação das sanções impostas adotado pelo Sistema CREA/ CONFEA apresentar várias possibilidades de efetivação e publicação, junto com o fato de seus processos não serem de acesso público, tornava-se quase impossível o agrupamento das infrações a nível estadual e nacional.

A efetivação e publicação das censuras públicas apresentavam várias opções. Poderiam ser por meio de edital afixado no quadro de avisos na sede do CREA regional onde o profissional estava inscrito, divulgada em publicação do CREA, em jornal de circulação da jurisdição, no diário oficial do estado ou qualquer outro meio, tendo como variante a questão econômica. As decisões disciplinares

também eram anotadas nos assentamentos do profissional, mas eram de difícil acesso ao público.

Numa publicação do CONFEA em 2007, chamado “Manual de Procedimentos para a Verificação e a Fiscalização do Exercício Profissional”, foi possível encontrar algum indício de duas violações ao Código de Ética e Disciplina recorrentes em meio à classe dos Arquitetos e Urbanistas, mas esta foi levantada pela Fiscalização do Exercício Profissional e não pelo levantamento das denúncias ético-disciplinares recebidas pelos conselhos regionais.

Tal documento foi publicado visando auxiliar o fiscal na identificação das infrações e no seu enquadramento no dispositivo legal correspondente. Entre as ocorrências apresentadas, apenas duas ferem diretamente o Código de Conduta Profissional do Sistema CREA/ CONFEA e não são dirigidas diretamente a arquitetos e urbanistas. Conforme consta no documento são elas:

Utilização de Plano ou Projeto Sem o Consentimento do Autor

Descrição: profissional ou pessoa jurídica que utiliza plano ou projeto sem o consentimento expresso do autor.

Infração: art. 17 da Lei nº 5.194, de 1966.

Penalidade: alínea “a” do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966.

Observação: Ocorrendo denúncia contra profissional, deve ser instaurado processo de infração ao art. 10, inciso IV, do Código de Ética Profissional, adotado pela Resolução nº 1.002, de 26 de novembro de 2002 (intervir em trabalho de outro profissional, sem a devida autorização de seu titular, salvo no exercício legal), que sujeita os profissionais às penalidades estabelecidas no art. 72 da Lei nº 5.194, de 1966; e

Modificação de Plano ou Projeto Sem o Consentimento do Autor

Descrição: profissional ou pessoa jurídica que modifica plano ou projeto sem o consentimento expresso do autor.

Infração: art. 18 da Lei nº 5.194, de 1966.

Penalidade: alínea “a” do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966.

Observação: ocorrendo denúncia contra profissional, deve ser instaurado processo de infração ao art. 10, inciso IV (intervir em trabalho de outro profissional, sem a devida autorização de seu titular, salvo no exercício legal), do Código de Ética Profissional, adotado pela Resolução nº 1.002, de 2002, que sujeita os profissionais às penalidades estabelecidas no art. 72 da Lei nº 5.194, de 1966. (CONFEA, 2007)

A falta de padronização da publicação da censura pública no Brasil prejudicava a avaliação de quais violações ao *Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia* eram recorrentes na prática da profissão. A ausência desse valioso instrumento impede a medição de sua eficácia, inviabilizando ressaltar quais infrações precisam de especial atenção, obtendo, com isso, um melhor entendimento do comportamento profissional e o impacto de sua atuação. Tal procedimento também possibilita a verificação de uma eventual revisão dos códigos tornando, assim, a conduta profissional cada vez mais compatível com as reais necessidades sociais¹⁶⁰.

A hipótese a ser confirmada pela tese, por meio do levantamento e da análise das decisões dos processos éticos deliberados nas plenárias dos CAU/UF, viabiliza a elaboração de importantes diagnósticos que auxiliam no entendimento do

¹⁶⁰ PEREZ, 2012

comportamento do arquiteto e urbanista permitindo perceber quais as mudanças necessárias na atuação da prática para que essa alcance cada vez maior eficiência.

Assim, a elaboração de um Código de Ética e Disciplina voltado somente aos profissionais da arquitetura e urbanismo certamente gerou mudanças na forma de atuação da classe profissional despertando discussões antes não abordadas no âmbito da profissão. O alinhamento das questões éticas levantadas pelo código, com a prática real do mercado de trabalho, garante a sua eficácia e auxilia o profissional no exercício da profissão e na solução dos conflitos inerentes à prática diária. Com o estudo dos processos ético-disciplinares e a forma com que eles foram conduzidos será possível criar um banco de dados que poderá contribuir efetivamente para a formação do *ethos* profissional. O *ethos* profissional quando manifestado claramente favorece a formação de uma unidade de comportamento profissional e consequentemente reafirma a valorização da classe perante a sociedade.

O último capítulo da tese demonstrará o levantamento e agrupamento das informações encontradas, referente às denúncias e infrações julgadas pelas Comissões de Ética dos CAU/UFs da região Sudeste, a partir de 2014 até o final de 2017. Portanto, pelo rastreamento das denúncias ético-disciplinares recebidas pelos conselhos estaduais da região Sudeste a tese pretendeu analisar quais as infrações às regras do Código que se apresentaram recorrentes na atuação da classe profissional. As informações que encontramos a seguir foram coletadas, primeiramente por meio da pesquisa aos processos citados nas súmulas das atas das reuniões da Comissão de Ética e Disciplina dos conselhos dos estados dos Sudeste. Em seguida foram organizadas as citações aos processos conforme o

surgimento nas atas das reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias disponíveis no site dos respectivos conselhos¹⁶¹. Por fim, foram levantados os documentos oficiais das deliberações plenárias.

É importante colocar que o rastreamento e levantamento dos processos foram realizados por meio de busca simples nos sites oficiais de seus respectivos conselhos estaduais. Não foi instrumento da pesquisa, obter informações sobre os processos ético disciplinares, por meio de entrevistas, documentos não publicados nos sites ou documentos que vinculavam o acesso mediante uma solicitação oficial.

A regulação do processo de julgamento das denúncias ético-disciplinares recebidos pelos CAU/UF, foi primeiramente estabelecida na Resolução nº 34, aprovada em 6 de Setembro de 2012.

A resolução dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados à faltas ético-disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378. A resolução instrui a acerca da distribuição das denúncias, da admissibilidade da denúncia, dos procedimentos das Comissões de Ética e Disciplina dos CAU/UF, sobre os procedimentos no início e durante o processo, sobre o julgamento dos processos nas plenárias do CAU/UF, sobre a apresentação do recurso ao plenário do CAU/BR, sobre o processo de julgamento do recurso pelo CAU/BR, acerca da aplicação das sanções disciplinares, do pedido de reconsideração do CAU/BR, da execução da decisão e da nulidade, extinção e prescrição dos processos.

¹⁶¹ CAU/RJ. (s.d.). *Reuniões Plenárias CAU/RJ*. Acesso em 29 de Novembro de 2017, disponível em CAU/RJ Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: <http://www.caurj.gov.br/atas-plenarias/>

Quanto à aplicação das sanções ético-disciplinares, a Resolução nº 34 estabelece:

§ 1º A advertência reservada deverá ser anotada nos assentamentos do profissional e terá caráter confidencial. (Revogado pela Resolução nº 88, de 2014)

§ 2º A advertência pública, a suspensão do exercício da atividade, o cancelamento do registro e multas terão seus procedimentos anotados nos assentamentos do profissional e efetivados por meio de ampla divulgação através dos veículos de comunicação a ser detalhada em **ato normativo** do CAU/UF. (Revogado pela Resolução nº 88, de 2014)

Quanto ao sigilo das informações na admissibilidade das denúncias pelos CAU/UF, a Resolução nº 34 estabelece:

§ 2º O sigilo deverá ser obrigatório, não podendo haver qualquer espécie de publicidade do processo até que o mesmo tenha transitado em julgado.

Sobre o sigilo das informações no início do processo a Resolução nº 34 estabelece:

Art. 12. Será facultado às partes que os processos por infrações ético-disciplinares ocorram em caráter sigiloso conforme dispõe o § 1º do art. 21 da Lei nº 12.3708, de 2010.

Em 14 de fevereiro de 2014, foi publicada a Resolução nº 73, alterando a Resolução nº 34, entre outras alterações podemos destacar a admissão de prorrogação de prazo para a conclusão do processo nas Comissões de Ética e

Disciplina dos CAU/UF por no máximo mais cento e vinte dias, do julgamento do processo no plenário do CAU/UF e por no máximo sessenta dias, da designação do relator do processo feita pelo presidente do CAU/BR passando para o coordenador do CED-CAU/BR e a designação do prazo da instrução do processo no CAU/BR ser no máximo de sessenta dias.

Em 12 de Setembro de 2014, foi publicada a Resolução nº 88 determinando mais alterações na Resolução nº 34. A resolução alterava, entre outras, as disposições que abordavam a permissão da convocação do denunciado para prestar informações antes da decisão de admissibilidade pela CED-CAU/UF. Referente ao capítulo da admissibilidade exclui o § 2º que estabelecia, *“O sigilo deverá ser obrigatório, não podendo haver qualquer espécie de publicidade do processo até que o mesmo tenha transitado em julgado, mantendo o sigilo no início do processo.”*

Quanto às referências ao sigilo no início do processo o Art. 12 é substituído pela seguinte redação:

Art. 12. Será facultado às partes que os processos por infrações ético-disciplinares ocorram em caráter sigiloso conforme dispõe o § 1º do art. 21 da Lei nº 12.378, de 2010. (Redação dada pela Resolução nº 88, de 2014) § 1º A manifestação para tramitação sigilosa do processo deverá ser por escrito, assinada, e fará parte integrante do processo. § 2º Somente as partes envolvidas, o denunciante e o denunciado, e os advogados legalmente constituídos pelas partes terão acesso aos autos do processo, podendo manifestar-se quando notificadas.

Referente às sanções ético-disciplinares na Resolução nº 88 foram removidas do Capítulo IV (Da Aplicação das Sanções Ético-Disciplinares) para o Capítulo XI (Da Execução das Sanções)

Finalmente, em 23 de Junho de 2017, é publicada a Resolução nº 143, que dispõe sobre as normas para condução do processo ético-disciplinar no âmbito dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). A Resolução nº 143, por fim, substitui as Resoluções nº 25, nº 34 e nº 58, agrupando todas as disposições quanto ao procedimento e julgamento dos processos éticos disciplinares.

Com respeito ao sigilo do processo, podemos observar no Capítulo III (Da Instauração do Processo) na Subseção II (Dos Requisitos da Denúncia), a determinação do item VI, *“A indicação de pedido de sigilo do processo ético-disciplinar, se assim desejar, nos termos do § 1º do art. 21 da Lei nº 12.378, de 2010.”*

No Art. 23, referente ao início do processo:

IV - indicação da possibilidade de pedido de sigilo do processo ético-disciplinar, hipótese em que somente as partes e seus procuradores terão acesso às informações e aos documentos nele contidos, nos termos do art. 21, § 1º da Lei nº 12.378, de 2010.

Novamente no Capítulo V (Do Julgamento do Processo pelo Plenário do CAU/UF), no Art. 50:

§ 2º O pedido de sigilo por qualquer das partes, nos termos do art. 21, § 1º da Lei nº 12.378, de 2010, implica a não transmissão da sessão de julgamento por meios telemáticos.

E também no Capítulo VI (Do Recurso) na Seção III (Do Julgamento do Recurso pelo Plenário do CAU/BR)

§ 2º O pedido de sigilo por qualquer das partes, nos termos do art. 21, § 1º da Lei nº 12.378, de 2010, implica a não transmissão da sessão de julgamento por meios telemáticos.

Com relação à aplicação das sanções ético-disciplinares a Resolução nº 143 estabelece quanto às Advertências Reservadas:

Art. 79. A advertência reservada deverá ser anotada nos assentamentos do profissional e terá caráter confidencial, não sendo permitida sua publicação por qualquer meio.

Parágrafo único. A anotação nos assentamentos do profissional independe da leitura por meio do SICCAU ou da entrega, em mãos, do ofício declaratório.

Quanto à Advertência Pública:

§ 3º A publicação da advertência pública deverá ser realizada, por meio impresso, em quadro de avisos na sede do CAU/UF e, por meio telemático, no sítio eletrônico do CAU/UF, na rede mundial de computadores, pelo período de 30 (trinta) dias; em algum dos principais meios de comunicação no Estado e no Município do endereço de registro do infrator ou no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 81. A advertência pública deverá ser anotada nos assentamentos do profissional.

Quanto à Suspensão:

Art. 83. O ofício declaratório de suspensão deverá ser publicado, por meio impresso, em quadro de avisos na sede do CAU/UF e, por meio telemático, no sítio eletrônico do CAU/UF, na rede mundial de computadores, pelo período de duração da suspensão; em algum dos principais meios de comunicação no Estado e no Município do endereço de registro do infrator ou no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 84. A suspensão deverá ser anotada nos assentamentos do profissional, bloqueando-se, desde logo, o acesso ao SICCAU.

Quanto ao Cancelamento do registro:

Art. 86. O ofício declaratório de cancelamento do registro deverá ser publicado, por meio impresso, em quadro de avisos na sede do CAU/UF, pelo período de 1 (um) ano, e, por meio telemático, no sítio eletrônico do CAU/UF, na rede mundial de computadores, por período indeterminado; em algum dos principais meios de comunicação no Estado e no Município do endereço de registro do infrator ou no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 87. O cancelamento do registro deverá ser anotado nos assentamentos do profissional, bloqueando-se, desde logo, o acesso ao SICCAU.

E finalmente com relação às Multas:

Art. 89. No caso de aplicação, exclusivamente, da sanção de multa, ou, cumulativamente, de multa com advertência reservada, o ofício declaratório não será publicado, prevalecendo o caráter confidencial.

Parágrafo único. No caso de aplicação cumulativa de multa com advertência pública, suspensão ou cancelamento do registro, o período de publicação do ofício declaratório consolidado seguirá o período de publicação da advertência pública, da suspensão ou do cancelamento do registro, conforme o caso.

Art. 90. A sanção de multa deverá ser anotada nos assentamentos do profissional.

A compreensão da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal é essencial para o entendimento dos trâmites dos processos de julgamento ético-disciplinares dos conselhos profissionais no Brasil. No Art. 2º da Lei dispõe: *“Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: [...] divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.”*

3.1 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO – CAU/RJ

A investigação dos processos referentes às denúncias de caráter ético-disciplinares recebidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro¹⁶² entre os anos 2014 e 2017, foi realizada por meio do levantamento dos documentos oficiais disponibilizados no site do conselho.

Primeiramente, foram averiguados os processos citados nas Súmulas das atas das reuniões da Comissão de Ética e Disciplina do CAU-RJ. Em seguida foram organizadas as citações aos processos conforme as aparições nas Atas das Reuniões Plenárias ordinárias e Extraordinárias do CAU/RJ, disponíveis no site do conselho¹⁶³, e por fim foram levantados os documentos oficiais das Deliberações Plenárias¹⁶⁴.

As citações aos processos extraídos dos documentos oficiais foram organizadas de modo a possibilitar um entendimento cronológico do processo do julgamento das denúncias.

O método de condução das denúncias ético-disciplinares do CAU/RJ está estabelecido na Instrução Normativa 005/2016 onde institui o Manual para

¹⁶² CAU/RJ. (s.d.). *Comissões e Colegiados - Comissão de Ética e Disciplina CAU/RJ*. Acesso em 29 de Novembro de 2017, disponível em CAU/RJ - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: <http://www.caurj.gov.br/comissoes-e-colegiados-comissao-de-etica-e-disciplina/>

¹⁶³ CAU/RJ. (s.d.). *Reuniões Plenárias CAU/RJ*. Acesso em 29 de Novembro de 2017, disponível em CAU/RJ Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: <http://www.caurj.gov.br/atas-plenarias/>

¹⁶⁴ CAU/RJ. (s.d.). *Deliberações Plenárias CAU/RJ*. Acesso em 29 de Novembro de 2017, disponível em CAU/RJ Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: <http://www.caurj.gov.br/deliberacoes-plenarias/>

Condução de Processo Administrativo Ético-Disciplinar¹⁶⁵. A elaboração do manual buscou orientar, esclarecer e uniformizar as diretrizes de conduta dos processos aos conselheiros das comissões e a sociedade em geral.

Cabe salientar que o Conselho Estadual dos estados do sudeste que disponibilizou maiores informações e documentações sobre seus processos ético-disciplinares e suas condutas de julgamento foi o CAU/RJ. Permitindo por meio de busca simples e fácil acesso, obter informações consistentes sobre as infrações ético-disciplinares ocorridas no estado.

Também interessante ressaltar que em 2017, o CAU/RJ foi considerado pelo Núcleo de Excelência em Gestão (NEG), o conselho profissional mais bem avaliado do país¹⁶⁶. Com pontuação geral de 165,36, em um total de 250, o Conselho foi o mais bem avaliado entre os CAU/UF e os demais conselhos profissionais do país.

O CAU/RJ é referência no Estado. Foi o Conselho Profissional que teve maior pontuação no país. A autoavaliação da autarquia demonstra que a organização tem uma gestão baseada em um planejamento estratégico coerente, apresenta boa avaliação de desempenho institucional e conta com equipe técnica preparada (Coordenador do NEG de Brasília, Esaú Siqueira CAU/RJ. CAU/RJ é o conselho profissional melhor avaliado do país. **Conselho de**

¹⁶⁵ CAU/RJ. (2016 de Setembro de 20). *Instrução Normativa 005/2016 - Manual para Condução de Processo Administrativo Ético Disciplinar*. Acesso em 29 de Novembro de 2017, disponível em CAU/RJ Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro: <http://www.caurj.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/Instrucao-Normativa-05-2016.pdf>

¹⁶⁶ (CAU/RJ, 2017) CAU/RJ. CAU/RJ é o conselho profissional melhor avaliado do país. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro**, 30 Novembro 2017. Disponível em: <<http://www.caurj.gov.br/cau-rj-e-o-conselho-profissional-do-pais/>>. Acesso em: 02 Dezembro 2017

Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 30 Novembro 2017.

Disponível em: <<http://www.caurj.gov.br/cau-rj-e-o-conselho-profissional-do-pais/>>. Acesso em: 02 Dezembro 2017)

O detalhamento dos processos éticos levantados no site do CAU/RJ encontram-se anexo no final da tese.

3.1.1 Resultados e Análises

PROCESSOS JULGADOS CED-CAU/RJ 2014 A 2017					
ANO	PROCESSO		SITUAÇÃO	REGRA MENCIONADA	REGRA APLICADA
2014	1	<u>Processo nº 2014.0339</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	X	X
	2	<u>Processo nº 2014.0586</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	X	X
	3	<u>Processo nº 2014.0489</u>	EM ANDAMENTO	X	X
2015	4	<u>Processo nº 2015.0063</u>	CONCILIAÇÃO	X	X
	5	<u>Processo nº 2015.0015</u>	ADVERTÊNCIA PÚBLICA		3.2.9/4.2.7/5.2.10/5.2.12
	6	<u>Processo nº 2015.0399</u>	SUSPENSÃO	X	1.2.1/1.2.2/1.2.3/ 1.2.5/2.2.1/2.2.7/ 3.2.7/3.2.10/5.2.1
	7	<u>Processo nº 2015.0336</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	X	3.2.1/3.2.7
	8	<u>Processo nº 2015.0421</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	9	<u>Processo nº 2015.0020</u>	ADVERTÊNCIA PÚBLICA	X	3.2.11
	10	<u>Processo nº 2015.0272</u>	IMPROCEDÊNCIA	1.2.4/3.2.4/3.2.5/ 3.2.13/ 5.2.14	X
	11	<u>Processo nº 2015.5.01142</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	X	3.2.8/3.2.9 /5.2.12
	12	<u>Processo nº 2015.0351</u>	ADVERTÊNCIA PÚBLICA	X	3.2.9/6.2.1
	13	<u>Processo nº 2015.0376</u>	DESISTÊNCIA	X	X
	14	<u>Processo nº 2015.0422</u>	IMPROCEDÊNCIA	X	X
	15	<u>Processo nº 2015.0337</u>	IMPROCEDÊNCIA	X	X
	16	<u>Processo nº 2015.0255</u>	ENCAMINHADO À CEP	X	X
	17	<u>Processo nº 2015.0395</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	18	<u>Processo nº 2015.4.0575</u>	IMPROCEDÊNCIA	3.2.9	X
2016	19	<u>Processo nº 2015.5.08472</u>	PRESCRIÇÃO	X	X
	20	<u>Processo nº 2015.0232</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	21	<u>Processo nº 2014-0629</u>	ENCAMINHADO À CEP	X	X
	22	<u>Processo nº 2015.0412</u>	CONCILIAÇÃO	X	X
	23	<u>Processo nº 2015.0335</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	24	<u>Processo nº 2015.0505</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	25	<u>Processo nº 2014.0406</u>	DESISTÊNCIA	3.2.2/3.2.3/3.2.5	X
	26	<u>Processo nº 2015.4.0706</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	27	<u>Processo nº 2015.4.0573</u>	IMPROCEDÊNCIA	3.2.8/3.2.11	X
	28	<u>Processo nº 2014.0315</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	29	<u>Processo nº 2015-0130</u>	IMPROCEDÊNCIA	1.2.1	X
	30	<u>Processo nº 2015.0265</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X

2016	29	<u>Processo nº 2015-0130</u>	EM ANDAMENTO	1.2.1	X
	30	<u>Processo nº 2015.0265</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	31	<u>Processo nº 2014.0619</u>	ADVERTÊNCIA PÚBLICA	X	1.2.1/3.2.4/ 3.2.6
	32	<u>Processo nº 2015-0378</u>	SUSPENSÃO	X	3.2.3/3.2.5/3.2.6/3.2.8/3.2.11/3.2.14
	33	<u>Processo nº 2016.4.0171</u>	EM ANDAMENTO	5.2.6	X
	34	<u>Processo nº 2015.3.0684</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	35	<u>Processo nº 2014.0649</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	36	<u>Processo nº 2014.0559</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	37	<u>Processo nº 2016.4.0093</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	38	<u>Processo nº 2015.0509</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	39	<u>Processo nº 2015.4.0617</u>	IMPROCEDÊNCIA	2.2.7	X
	40	<u>Processo nº 2015.0494</u>	CONCILIAÇÃO	X	X
	41	<u>Processo nº 2015.4.0715</u>	DESISTÊNCIA	3.2.12/3.2.13	X
	42	<u>Processo nº 2016.3.0182</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	43	<u>Processo nº 2015.0333</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	44	<u>Processo nº 2014.0732</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	45	<u>Processo nº 2015.0271</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	46	<u>Processo nº 2015.4.0620</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	47	<u>Processo nº 2016.3.0199</u>	IMPROCEDÊNCIA	X	X
	48	<u>Processo nº 2016.4.0079</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	X	3.2.12
	49	<u>Processo nº 2014.0558</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	50	<u>Processo nº 2014.5.01648</u>	DESISTÊNCIA	X	X
	51	<u>Processo nº 2015.4.0518</u>	IMPROCEDÊNCIA	3.2.12	X
	52	<u>Processo nº 2015.0467</u>	EM ANDAMENTO	1.2.1/2.2.7/2.2.8/	X
	53	<u>Processo nº 2016.3.0223</u>	ADVERTÊNCIA PÚBLICA	X	3.2.6/3.2.7
	54	<u>Processo nº 2014.0379</u>	PRESCRIÇÃO	X	X
	55	<u>Processo nº 2016.4.0014</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	56	<u>Processo nº 2015.0464</u>	EM ANDAMENTO	1.2.1/2.2.1/2.2.7/ 6.2.1	X
	57	<u>Processo nº 2016.4.0173</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	58	<u>Processo nº 2015.4.0599</u>	DESISTÊNCIA	X	X
	59	<u>Processo nº 2016.4.0056</u>	IMPROCEDÊNCIA	2.2.1/2.2.7	X
	60	<u>Processo nº 2014.0615</u>	EM ANDAMENTO	3.2.5/3.2.12	X
	61	<u>Processo nº 2015.4.0621</u>	IMPROCEDÊNCIA	1.2.1/1.2.4/2.2.8/ 3.2.11	X
	62	<u>Processo nº 2016.4.0255</u>	PRESCRIÇÃO	X	X
	63	<u>Processo nº 2015.4.0656</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	64	<u>Processo nº 2016.4.0362</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X

	66	<u>Processo nº 2015.0285</u>	PRESCRIÇÃO	X	X
2016	67	<u>Processo nº 2016.4.0273</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	68	<u>Processo nº 2015.0215</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	69	<u>Processo nº 2016.4.0095</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	70	<u>Processo nº 2015.4.0523</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	71	<u>Processo nº 2016.4.0091</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	72	<u>Processo nº 2016.4.0152</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	73	<u>Processo nº 2015.4.0584</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	74	<u>Processo nº 2016.4.0435</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	75	<u>Processo nº 2016.4.0399</u>	EM ANDAMENTO	2.2.1/2.2.2/2.2.3/	X
	76	<u>Processo nº 2016.3.0337</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	77	<u>Processo nº 2016.3.0442</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	78	<u>Processo nº 2016.4.0345</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	79	<u>Processo nº 2016.4.0400</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	80	<u>Processo nº 2016.3.0555</u>	EM ANDAMENTO	1.2.4/1.2.5/3.2.9/	X
	81	<u>Processo nº 2015.4.0565</u>	EM ANDAMENTO	X	X
2017	82	<u>Processo nº 2016-3-0086</u>	ENCAMINHADO À CEP	X	X
	83	<u>Processo nº 2016-4-0343</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	84	<u>Processo nº 2016.4.0014</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	85	<u>Processo nº 2015.4.0524</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	86	<u>Processo nº 2015.4.0717</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	87	<u>Processo nº 2016.4.0389</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	88	<u>Processo nº 2017.4.0047</u>	EM ANDAMENTO	3.2.16	X
	89	<u>Processo nº 2016.4.0387</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	90	<u>Processo nº 2016.3.0374</u>	EM ANDAMENTO	1.2.1/3.2.3/3.2.4/	X
	91	<u>Processo nº 2016.4.0390</u>	EM ANDAMENTO	1.2.4/1.2.5/4.2.8/ 5.2.5/5.2.13	X
	92	<u>Processo nº 2014.0426</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	93	<u>Processo nº 2014.0307</u>	EM ANDAMENTO	1.2.4/5.2.1/5.2.7/ 5.2.8/5.2.12	X
	94	<u>Processo nº 2016.3.0373</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	95	<u>Processo nº 2015.4.0517</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	96	<u>Processo nº 2016.3.0397</u>	PRESCRIÇÃO	X	X
	97	<u>Processo nº 2016.4.0399</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	98	<u>Processo nº 2016.4.0461</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	99	<u>Processo nº 2016.4.0488</u>	IMPROCEDÊNCIA	5.2.1/5.2.15	X
	100	<u>Processo nº 2016.4.0462</u>	EM ANDAMENTO	X	X

	99	<u>Processo nº 2016.4.0488</u>	EM ANDAMENTO	5.2.1/5.2.15	X
	100	<u>Processo nº 2016.4.0462</u>	EM ANDAMENTO	X	X
2017	101	<u>Processo nº 2016.3.0445</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	102	<u>Processo nº 2016.3.0536</u>	EM ANDAMENTO	5.2.13/4.2.2	X
	103	<u>Processo nº 2016.4.0433</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	104	<u>Processo nº 2016.4.0474</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	105	<u>Processo nº 2015.4.0545</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	106	<u>Processo nº 2016.4.0401</u>	EM ANDAMENTO	1.2.1/1.2.4	X
	107	<u>Processo nº 2016.4.0524</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	108	<u>Processo nº 2016.4.0553</u>	EM ANDAMENTO	1.2.1/1.2.2/1.2.3/1.2.4	X
	109	<u>Processo nº 2016.3.0509</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	110	<u>Processo nº 2016.4.0543</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	111	<u>Processo nº 2015.0506</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	112	<u>Processo nº 2016.4.0588</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	113	<u>Processo nº 2016.4.0526</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	114	<u>Processo nº 2015.4.0646</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	115	<u>Processo nº 2016.4.0492</u>	EM ANDAMENTO	1.2.1/1.2.2/1.2.3/1.2.4	X
	116	<u>Processo nº 2017.4.0052</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	117	<u>Processo nº 2016.3.0216</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	118	<u>Processo nº 2016.4.0550</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	119	<u>Processo nº 2016.4.0585</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	120	<u>Processo nº 2017.4.0044</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	121	<u>Processo nº 2017.4.0026</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	122	<u>Processo nº 2016.4.0112</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	123	<u>Processo nº 2017.4.0051</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	124	<u>Processo nº 2016.4.0490</u>	EM ANDAMENTO	X	X
	125	<u>Processo nº 2017.3.0105</u>	IMPROCEDÊNCIA	X	X

Entre os anos 2014 a 2017, a pesquisa alcançou 125 processos julgados. Destes 125 processos julgados resultaram 58 decisões. Das 58 decisões foram aplicadas apenas 12 sanções, sendo que 5 se referem à Advertência Reservada, 5 à Advertências Públicas e 2 Suspensões.

Dos 46 processos julgados que não levaram a sanções; resultaram em 19 inadmissibilidades, 11 improcedências, 5 desistências, 5 prescrições de processos vindos do CREA, 3 conciliações e 3 encaminhamentos à Comissão de Exercício Profissional.

Apesar de a amostragem ser pequena, podemos verificar que as regras mais violadas pelos profissionais arquitetos e urbanistas no estado do Rio de Janeiro, foram as regras 3.2.7 e 3.2.9 com 3 ocorrências cada que estabelecem:

3.2.7. REGRA: O arquiteto e urbanista deve prestar seus serviços profissionais levando em consideração sua capacidade de atendimento em função da complexidade dos serviços.

3.2.9. REGRA: O arquiteto e urbanista deve declarar-se impedido de assumir a autoria de trabalho que não tenha realizado, bem como de representar ou ser representado por outrem de modo falso ou enganoso.

Com 2 ocorrências em processo diferentes encontramos as regras 1.2.1, 3.2.6 , 3.2.8 e a 3.2.11 que estabelecem:

1.2.1. REGRA: O arquiteto e urbanista deve responsabilizar-se pelas tarefas ou trabalhos executados por seus auxiliares, equipes, ou sociedades profissionais que estiverem sob sua administração ou direção, e assegurar que atuem em conformidade com os melhores métodos e técnicas.

3.2.6. REGRA: O arquiteto e urbanista deve prestar seus serviços profissionais considerando os prazos julgados razoáveis e proporcionais à extensão e à complexidade do objeto ou escopo da atividade.

3.2.8. REGRA: O arquiteto e urbanista deve, ao comunicar, publicar, divulgar ou promover seu trabalho, considerar a veracidade das informações e o respeito à reputação da Arquitetura e Urbanismo.

3.2.11. REGRA: O arquiteto e urbanista deve manter seus contratantes informados sobre o progresso da prestação dos serviços profissionais executados em seu benefício, periodicamente ou quando solicitado.

3.2 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS – CAU/MG

Os documentos disponibilizados no site do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais que conduziram o levantamento foram as Atas das Sessões Plenárias Ordinárias e Extraordinárias do CAU/MG¹⁶⁷ realizadas durante o ano 2014 ao ano 2017 e os documentos de Deliberações Plenárias¹⁶⁸ publicadas em página específica do site. A Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG (CED-CAU/MG) não disponibilizou publicamente as súmulas das atas de suas reuniões inviabilizando o rastreamento dos processos no âmbito do CED/MG. Os processos foram organizados por ordem cronológica de citação nos documentos publicados.

Em 2014 e 2015 as deliberações referentes aos processos éticos foram caracterizadas como sigilosas omitindo também o número do processo. As deliberações mencionadas no site do conselho, dentro deste período, estão com o acesso indisponível na ocasião da pesquisa. A partir de 2016 é possível acessar as deliberações, porém nem sempre revelam quais regras as sanções se referem.

O detalhamento dos processos éticos levantados no site do CAU/MG encontram-se anexo no final da tese.

¹⁶⁷ CAU/MG. (s.d.). *Atas Plenárias Extraordinárias*. Acesso em 15 de Novembro de 2017, disponível em Conselho de Arquitetura e Urbanismo: www.caumg.gov.br/atas-plenarias-extraordinarias/

¹⁶⁸ CAU/MG. (s.d.). *Deliberações Plenárias CAU/MG*. Acesso em 15 de Novembro de 2017, disponível em Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais: <http://www.caumg.gov.br/deliberacoes-plenarias/>

3.2.1 Resultados e Análise

PROCESSOS JULGADOS CED-CAU/MG 2014 A 2017					
ANO	PROCESSO		SITUAÇÃO	REGRA CÓDIGO	REGRA LEI
2014	1	<u>Processo nº 115.511/14</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	3.2.7/3.2.12	X
	2	<u>Processo nº 118.572/14</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	1.2.4/1.2.5	X
	3	<u>Processo nº 139.309/14</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	3.2.12	X
	4	<u>Processo nº 123.438/14</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	X	ART 18 - IX/X
	5	<u>Processo nº 141.648/14</u>	CONCILIAÇÃO	X	X
	6	<u>Processo nº 17153112014</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	X	ART 18 - I/IV
2016	7	<u>Processo nº 335364/2016</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	3.2.8	X
	8	<u>Processo nº 218010/2015</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	X	X
	9	<u>Processo nº 294018/2015</u>	IMPROCEDÊNCIA	X	X
	10	<u>Processo nº 451967/2016</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
2017	11	<u>Processo nº 21810/2015</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	X	ART 18 - XII
	12	<u>Processo nº 139309/14</u>	IMPROCEDÊNCIA	X	X
	13	<u>Processo nº 297983/2015</u>	IMPROCEDÊNCIA	X	X
	14	<u>Processo nº 481704/2017</u>	IMPROCEDÊNCIA	X	X
	15	<u>Processo nº 481677/2017</u>	IMPROCEDÊNCIA	X	X
	16	<u>Processo nº 372105/2017</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	X	X

Dos 16 processos julgados na plenária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais encontrados pela tese, 9 processos resultaram em sanção ética disciplinar. Em todas as 9 violações foram aplicadas a sanção de Advertência Reservada. Nos processos que não resultaram em falta ética-disciplinar foram arquivados pelos seguintes motivos: 1 conciliação, 5 improcedências e 1 inadmissibilidade.

Quanto às regras violadas podemos perceber que as decisões recorreram a dois documentos, a Resolução nº 52 que estabelece o Código e a Lei nº 12.378. Mesmo assim, encontramos apenas 2 ocorrências na regra 3.2.12 que estabelece:

3.2.12. REGRA: O arquiteto e urbanista deve manter seus contratantes informados sobre quaisquer questões ou decisões

que possam afetar a qualidade, os prazos e custos de seus serviços profissionais.

3.3 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO – CAU/ES

Na esfera do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo o levantamento foi conduzido pelas citações de processos éticos- disciplinares contidos nas Atas das Reuniões Plenárias Ordinárias¹⁶⁹ e Extraordinárias¹⁷⁰ dos anos 2014 a 2017, e nos documentos das Deliberações Plenárias publicadas no site¹⁷¹. Alguns processos aparecem apenas nas deliberações finais sem constar suas discussões em atas anteriores à deliberação. As Súmulas das atas das Reuniões da Comissão de Ética e Disciplina do estado não foram publicadas no site.

O CAU/ES não publica todas as atas das Reuniões Plenárias Ordinárias e Extraordinárias que realiza. No momento da pesquisa encontramos no site apenas uma pequena parte deste acervo de documentos.

As discussões dos processos ético-disciplinares só começam a aparecer nas atas das reuniões plenárias e extraordinárias publicadas a partir de 2015. Os documentos das Deliberações Plenárias também estão disponibilizados no site somente a partir de 2015.

¹⁶⁹ CAU/ES. (s.d.). *Ata das Reuniões Plenárias Ordinárias*. Acesso em 20 de Novembro de 2017, disponível em Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo: <http://www.caues.gov.br/plenariasordinarias/>

¹⁷⁰ CAU/ES. (s.d.). *Atas das Reuniões Plenárias Extraordinárias*. Acesso em 20 de Novembro de 2017, disponível em Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo: <http://www.caues.gov.br/plenariasextraordinarias/>

¹⁷¹ CAU/ES. Deliberações Plenárias do CAU/ES. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo**. Disponível em: <<http://www.caues.gov.br/deliberacoes/>>. Acesso em: 20 Novembro 2017

Os processos estão organizados cronologicamente conforme surge a sua primeira citação em atas e/ou deliberações. O detalhamento dos processos éticos levantados no site do CAU/ES encontram-se anexo no final da tese.

3.3.1 Resultados e Análise

PROCESSOS JULGADOS CED-CAU/ES 2014 A 2017					
ANO	PROCESSO		SITUAÇÃO	REGRA CÓDIGO	REGRA LEI
2015	1	<u>Processo nº 43/2014</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	X	ART 18 - I
	2	<u>Processo nº 85/2014</u>	CONCILIAÇÃO	X	X
2016	3	<u>Processo nº 071/2014</u>	ARQUIVAMENTO	X	X
	4	<u>Processo nº 071/2014-A</u>	ARQUIVAMENTO	X	X
	5	<u>Processo nº 080/2015</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	5.2.6	X
	6	<u>Processo nº 201/2015</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	X	ART 18 - XI
	7	<u>Processo nº 202/2015</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	X	ART 18 - XI
	8	<u>Processo nº 204/2015</u>	ARQUIVAMENTO	X	X
	9	<u>Processo nº 205/2015</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	X	ART 18 - XI
	10	<u>Processo nº 072/2014</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	1.2.5	X
	11	<u>Processo nº 101/2016</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	X	ART 18 - XII
2017	12	<u>Processo nº 47/2015</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	1.2.1 /5.2.10	ART 18 - I
	13	<u>Processo nº 125/2015</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	1.2.1	ART 18 - IX/X
	14	<u>Processo nº 102/2016</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	X	ART 18 - XII
	15	<u>Processo nº 75/2016</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	1.2.1	ART 18 - IX/X/XII
	16	<u>Processo nº 134/2016</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	5.2.1,	ART 18- II

No Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo, o número de processos que chegaram a ser julgados nas reuniões plenárias do conselho de 2014 ao final de 2017 foi 16. Apesar da amostragem também ser pequena podemos verificar que dos 16 processos julgados 12 resultaram em aplicação de sanções. Todos os 12 processos que geraram sanções ético-disciplinares se referiram a Advertência Reservada. Dos 4 processos que não resultaram em sanções, houve uma conciliação e 3 arquivamentos sem mencionar a causa.

Também durante as reuniões plenárias foram omitidos os relatos dos conselheiros, portanto não podemos verificar as discussões a respeito da denúncia.

Com relação às regras infringidas também podemos notar que foram utilizados os dois documentos, tanto o Código de Ética e Disciplina do CAU/BR como também a Lei Federal nº 12.378. E às vezes podemos notar o uso dos dois documentos reforçando a aplicação da sanção.

Com relação às regras citadas do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, houve ocorrências na regra, a 1.2.1 em 3 ocasiões que estabelece:

1.2.1. REGRA: O arquiteto e urbanista deve responsabilizar-se pelas tarefas ou trabalhos executados por seus auxiliares, equipes, ou sociedades profissionais que estiverem sob sua administração ou direção, e assegurar que atuem em conformidade com os melhores métodos e técnicas.

Com relação às regras citadas da Lei Federal nº 12.378 podemos notar 3 repetições quanto ao inciso XI do artigo 18 que estabelece:

XI - deixar de pagar a anuidade, taxas, preços de serviços e multas devidos ao CAU/BR ou aos CAUs, quando devidamente notificado;

Também 3 ocorrências ao XII do artigo 18 que estabelece:

XII - não efetuar Registro de Responsabilidade Técnica quando for obrigatório.

Com 2 ocorrências ao inciso I do artigo 18, que estabelece:

I - registrar projeto ou trabalho técnico ou de criação no CAU, para fins de comprovação de direitos autorais e formação de acervo técnico, que não haja sido efetivamente concebido, desenvolvido ou elaborado por quem requerer o registro;

Finalmente, também 2 recorrências ao inciso X do artigo 18, que estabelece:

X - ser desidioso na execução do trabalho contratado;

3.4 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP

Em São Paulo, o rastreamento dos processos ético-disciplinares foi possível por meio do levantamento das informações contidas nas atas das plenárias ordinárias e algumas extraordinárias disponíveis no site do conselho¹⁷². E também nos documentos publicados das deliberações plenárias.

Encontramos informações a respeito dos processos nas Atas das Reuniões Plenárias Ordinárias, mas apenas quando se referiam a pedidos de prorrogação do processo de julgamento. Os relatos dos julgamentos dos processos ético-disciplinares ocorreram em Reuniões Plenárias Extraordinárias com caráter sigiloso em momento que antecederiam as Reuniões Plenárias Ordinárias do conselho.

As Súmulas das Reuniões Ordinárias da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP (CED-CAU/SP) não se encontram disponibilizadas no site no momento da pesquisa. As Deliberações referentes às Reuniões Plenárias Ordinárias do conselho estadual foram publicadas no site somente a partir de 2015

As Deliberações das Reuniões Plenárias Extraordinárias foram expostas no site somente a partir de 31 de Agosto de 2017. Com isso, a maioria das atas das reuniões plenárias extraordinárias não foi publicada¹⁷³.

¹⁷² CAU/SP. (s.d.). *Atas das Reuniões Plenárias CAU/SP*. Acesso em 19 de Novembro de 2017, disponível em Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo: <http://www.causp.gov.br/atas-de-plenarias/>

¹⁷³ CAU/SP. (s.d.). *Deliberações Plenárias CAU/SP*. Acesso em 19 de Novembro de 2017, disponível em Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo: <http://www.causp.gov.br/deliberacoes-plenarias/>

Os processos levantados pela tese foram dispostos cronologicamente conforme as suas citações nas atas e nos documentos de deliberação citados acima. O detalhamento dos processos éticos levantados no site do CAU/SP encontram-se anexo no final da tese.

1.1.1 Resultados e Análises

PROCESSOS JULGADOS CED-CAU/SP 2014 A 2017					
ANO	PROCESSO		SITUAÇÃO	REGRA CÓDIGO	REGRA LEI
2015	1	Processo nº 10000008587/2014	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	2	Processo nº 1000007546/2014	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	3	Processo nº ED – 02/2015	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	4	Processo nº 1000006779/2014	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	5	Processo nº 1000006784/2014	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
2016	6	Processo nº ED-1000013744/2014	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	7	Processo nº ED-1000016423/2015	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	8	Processo nº ED-03/2015	IMPROCEDÊNCIA	X	X
	9	Processo nº ED-04/2015	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	10	Processo nº 10000005872/2014	IMPROCEDÊNCIA	X	X
	11	Processo nº ED-05/2015	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	12	Processo nº ED-09/2015	IMPROCEDÊNCIA	X	X
	13	Processo nº ED-12/2015	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	14	Processo nº ED-13/2015	IMPROCEDÊNCIA	X	X
	15	Processo nº ED-15/2015	ADVERTÊNCIA PÚBLICA	3.2.5/3.2.11/3.2.13	ART 18 - XII

2016	14	<u>Processo nº ED-13/2015</u>	IMPROCEDÊNCIA	X	X
	15	<u>Processo nº ED-15/2015</u>	ADVERTÊNCIA PÚBLICA	3.2.5/3.2.11/3.2.13	ART 18 - XII
	16	<u>Processo nº ED-16/2015</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	3.2.5	X
	17	<u>Processo nº 1000005872/2014</u>	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	18	<u>Processo nº ED-17/2016</u>	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	19	<u>Processo nº ED-18/2016</u>	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	20	<u>Processo nº ED-19/2016</u>	ADVERTÊNCIA RESERVADA	3.2.2	X
	21	<u>Processo nº ED-10/2015</u>	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	22	<u>Processo nº ED-14/2015</u>	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	23	<u>Processo nº ED-1000015913/2016</u>	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	24	<u>Processo nº ED-1000019728/2015</u>	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
2017	25	<u>Processo nº ED-20/2016</u>	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	26	<u>Processo nº ED-21/2016</u>	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	27	<u>Processo nº ED-22/2016</u>	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	28	<u>Processo nº ED-23/2016</u>	ADVERTÊNCIA PÚBLICA	3.2.14	ART 18 - IX/X
	29	<u>Processo nº ED-24/2016</u>	IMPROCEDÊNCIA	X	X
	30	<u>Processo nº ED-26/2017</u>	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	31	<u>Processo nº ED-25/2017</u>	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	32	<u>Processo nº ED-100009469/2014</u>	EM ANDAMENTO OU DECISÃO NÃO PUBLICADA	X	X
	33	<u>Processo nº 3354/2015</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X
	34	<u>Processo n.º 1000015913/2015</u>	SUSPENSÃO	3.2.5/3.2.11/3.2.13	ART 18 - VI/VII/ XII
	35	<u>Processo nº 1000010622/2014</u>	INADMISSIBILIDADE	X	X

No contexto do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, foi possível rastrear 35 processos. Dos 35 processos levantados, 12 resultaram em decisões até o final de 2017. Dentre os quais 5 levaram a uma aplicação de sanção.

As sanções aplicadas foram 2 Advertências Reservadas, 2 Advertências Públicas e 1 Suspensão. Das 7 sanções que resultaram em arquivamento, obteve-se 5 Improcedências e 2 Inadmissibilidades.

Como no Espírito Santo pudemos notar também a aplicação dos dois documentos nos processos de julgamento, tanto o Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, como a Lei Federal nº 12.738.

Quanto às regras violadas do Código, também pela baixa amostragem podemos considerar uma recorrência em três regras. Com maior frequência está a regra 3.2.5, com 3 ocorrências que estabelece:

3.2.5. REGRA: O arquiteto e urbanista deve assumir serviços profissionais somente quando considerar que os recursos materiais e financeiros necessários estão adequadamente definidos e disponíveis para o cumprimento dos compromissos a firmar com o contratante.

Com duas ocorrências encontramos as regras 3.2.11 e 3.2.13, que estabelece:

3.2.11. REGRA: O arquiteto e urbanista deve manter seus contratantes informados sobre o progresso da prestação dos serviços profissionais executados em seu benefício, periodicamente ou quando solicitado.

3.2.13. REGRA: O arquiteto e urbanista deve manter seus contratantes informados sobre quaisquer fatos ou conflitos de interesses que possam alterar, perturbar ou impedir a prestação de seus serviços profissionais.

Quanto às regras aplicadas que se referem à Lei Federal nº 12.378, encontramos recorrência em apenas um inciso. O inciso XII do art. 18, que estabelece:

XII - não efetuar Registro de Responsabilidade Técnica quando for obrigatório.

3.5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PROCESSOS DE JULGAMENTO DOS CONSELHOS DOS ESTADOS DO SUDESTE: RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO E SÃO PAULO.

O estado do Rio de Janeiro foi o estado no qual alcançamos o maior número de rastreamentos de processos. Encontramos informações primeiramente nas Súmulas das Atas do CED-RJ. Nas Súmulas pudemos acompanhar os encaminhamentos dos processos. Nas Atas das Reuniões Plenárias são expostos os resumos dos relatos e a posição dos conselheiros. Quando o processo é mais complexo, há a exposição de algumas informações a mais. Nos documentos das Deliberações são expostas as regras violadas referente ao Código de Ética e Disciplina do CAU/BR e quais sanções foram aplicadas. No julgamento das denúncias recebidas pelo conselho do Rio de Janeiro houve a utilização exclusiva do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR.

No estado de Minas Gerais, apesar das Súmulas das Atas das Reuniões da CED/MG estarem disponível no site apenas a partir de 2017, a exposição dos relatos foi mantida nas Atas das Reuniões Plenárias Ordinárias, facilitando o entendimento do processo. Nas Deliberações Plenárias encontramos apenas as sanções aplicadas aos processos julgados. Buscamos as informações das regras violadas nos relatos expostos nas Atas das Reuniões Plenárias. Com relação às regras, no julgamento dos processos foram utilizados dois documentos, o Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, e também o Artigo 18 da Lei Federal nº 12.378. Em algumas decisões são mencionadas as regras do Código, e em outras as regras da Lei.

No conselho do estado do Espírito Santo as informações dos processos éticos foram levantadas nas Atas das Reuniões Plenárias dos Estados e nas Deliberações Plenárias. Na Atas das Reuniões Plenárias não encontramos a exposição do relato, apenas é mencionada a decisão final dos conselheiros. As Súmulas das Reuniões da CED-CAU/ES não são publicadas. Nas Deliberações pudemos encontrar as informações tanto das sanções aplicadas como das regras violadas. Para o julgamentos dos processos ético-disciplinares foram utilizados também os dois documentos, o Código de Ética do CAU/BR e a Lei Federal nº 12.378. Em algumas decisões foram usados, o Código, em outras decisões foi utilizada a Lei e em muitas outras foram utilizados os dois documentos.

No Conselho de Arquitetura e Urbanismo do estado de São Paulo, as informações foram levantadas primeiramente nas Atas das Reuniões Plenárias do estado onde eram citados apenas os processos que solicitavam prorrogação de prazo. Também foram recolhidas informações nas Deliberações Plenárias Ordinárias e Extraordinárias. Os processos ético-disciplinares eram discutidos em Reuniões Plenárias Extraordinárias realizadas anteriormente às Reuniões Plenárias Ordinárias. No site não foram encontradas as Súmulas das Atas das Reuniões Ordinárias do CED-CAU/SP. Também em São Paulo, no julgamento dos processos ético-disciplinares foram utilizados os dois dispositivos. O Código de Ética e Disciplina do CAU/BR e a Lei Federal nº 12/378. Na maioria dos processos julgados, foram mencionadas regras dos dois documentos.

Na tabela abaixo podemos observar as sanções aplicadas.

CAU/UF	PROCESSOS LEVANTADOS	PROCESSOS JULGADOS	SANÇÕES APLICADAS	ADVERTÊNCIA RESERVADA	ADVERTÊNCIA PÚBLICA	SUSPENSÃO	OUTRAS
RIO DE JANEIRO	125	58	12	5	5	2	0
MINAS GERAIS	16	16	9	9	0	0	0
ESPÍRITO SANTO	16	16	12	12	0	0	0
SÃO PAULO	35	12	5	2	2	1	0
TOTAL	192	102	38	28	7	3	0

No Rio de Janeiro, dos 125 processos levantados, foram julgados 58, representando 46,6% dos processos levantados. Em Minas Gerais e Espírito Santo dos 16 processos levantados, 16 foram julgados representando 100% dos processos levantados. Em São Paulo dos 35 processos levantados pela pesquisa, 12 processos foram julgados representando 34,28% dos processos julgados.

Também na tabela podemos observar que no Rio de Janeiro, dos 58 processos julgados, 12 resultaram em sanções representando 24% dos processos. Em Minas Gerais dos 16 processos julgados, 9 processos resultaram em aplicação de sanção representando 56,25% dos processos julgados. No Espírito Santo, obtivemos os mesmos números de processos julgados, porém com 12 sanções aplicadas representando 75% dos processos levantados. Em São Paulo dos 12 processos julgados, 5 obtiveram sanções aplicadas representando 41,6% dos processos julgados.

Quanto às sanções aplicadas, podemos verificar pela tabela que no Rio de Janeiro das 12 sanções aplicadas, 41,6% foram referentes à Advertência Reservada, 41,6% foram referentes à Advertência Pública e 16,6% foram referentes à Suspensão.

Em Minas Gerais e no Espírito Santo, das 9 sanções aplicadas em cada um dos estados, 100% foram referentes à Advertência Reservada.

Em São Paulo das 5 sanções aplicadas, 40% com relação à Advertência Reservada, 40% foram com relação a Advertência Pública e 20% com relação à Suspensão.

Ao total, na Região Sudeste, a pesquisa contabilizou 192 processos ético-disciplinares levantados, sendo que 102 chegaram a uma decisão final até Dezembro de 2017, representando 53,12% processos julgados. Desses 102 processos julgados, em 38 processos foram aplicadas sanções disciplinares, representando 37,25% dos processos julgados. Das 38 sanções aplicadas, obteve-se 73,6% relacionadas à Advertência Reservada, 18,42% relacionadas à Advertência Pública e 7,89% relacionadas à Suspensão. A pesquisa não encontrou aplicação à sanção referente ao Cancelamento de registro no período de 2014 ao final de 2017.

Com relação às regras violadas referentes ao Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, verificamos que na análise dos quatro estados encontramos com maior recorrência, a regra 1.2.1 com 5 ocorrências que estabelece:

1.2.1. REGRA: O arquiteto e urbanista deve responsabilizar-se pelas tarefas ou trabalhos executados por seus auxiliares, equipes, ou sociedades profissionais que estiverem sob sua administração ou direção, e assegurar que atuem em conformidade com os melhores métodos e técnicas.

Encontramos também com 4 ocorrências a regra 3.2.11, que estabelece:

3.2.11. REGRA: O arquiteto e urbanista deve manter seus contratantes informados sobre o progresso da prestação dos serviços profissionais executados em seu benefício, periodicamente ou quando solicitado.

Com 3 ocorrências encontramos as regras 3.2.5, 3.2.7 e 3.2.9 que estabelecem:

3.2.5. REGRA: O arquiteto e urbanista deve assumir serviços profissionais somente quando considerar que os recursos materiais e financeiros necessários estão adequadamente definidos e disponíveis para o cumprimento dos compromissos a firmar com o contratante.

3.2.7. REGRA: O arquiteto e urbanista deve prestar seus serviços profissionais levando em consideração sua capacidade de atendimento em função da complexidade dos serviços.

3.2.9. REGRA: O arquiteto e urbanista deve declarar-se impedido de assumir a autoria de trabalho que não tenha realizado, bem como de representar ou ser representado por outrem de modo falso ou enganoso.

Quanto aos incisos violados pertencentes ao Artigo 18 da Lei Federal nº12.378 com maior recorrência, temos o inciso XII com 4 ocorrências que estabelece:

XII - não efetuar Registro de Responsabilidade Técnica quando for obrigatório.

E finalmente, também podemos considerar com 3 ocorrências o inciso XI, que estabelece:

XI - deixar de pagar a anuidade, taxas, preços de serviços e multas devidos ao CAU/BR ou aos CAUs, quando devidamente notificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensei que esta é uma oportunidade única de escrever uma coisa dessas, que a função dele [do Código de Ética] não é judiciária, quer dizer, não é uma função somente para julgar os outros, valorizar o que se faz e o que não se faz; ou o que se deve fazer e o que não se deve fazer. Ele tem a função educativa. [...] O Código de Ética deve ser motivo de aula em todos os departamentos das escolas, com visões diferentes. Todos os professores nas escolas de arquitetura devem abordar esse tema da ética. O tema da ética é a rainha da filosofia, porque ela está centrada no ser humano. O que interessa é saber o que fazer e como fazer. Isso está no centro. [...] Todos os temas da filosofia são muito importantes, mas a ética é central. (João Honório de Mello Filho CED. **14ª Reunião Ordinária do Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR.** Produção: CED-CAU/BR. Intérpretes: CED. [S.I.]: CAU/BR. 2013. 10 arquivos de VÍDEO formato VOB).

Após diversas tentativas durante 79 anos, a classe profissional dos Arquitetos e Urbanistas finalmente desvinculou sua atribuição institucional, antes conferida ao Sistema CONFEA/CREA, transferido-a para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). Em 18 de Novembro de 2011 foi realizada a 1ª Reunião Plenária Ordinária do recém criado Conselho.

Logo nas primeiras reuniões, a questão da criação do primeiro Código de Ética e Disciplina voltado somente ao profissional de arquitetura e urbanismo no Brasil foi levantada como uma das maiores prioridades do novo Conselho. Acreditavam que a reorganização e reinterpretação do sistema profissional decorreriam da elaboração desse documento e para isso foi dedicada especial atenção¹⁷⁴.

Para o entendimento do processo de construção do documento, podemos considerar a adoção de três importantes estratégias. A primeira estava na realização dos seminários regionais como uma forma imprescindível de ação comunicativa. Era preciso alargar ao máximo a discussão das questões a ser inseridas no código por todo o Brasil. Assim, por meio de seminários regionais, foi possível envolver nessa discussão, boa parte da classe profissional.

A estratégia de elaboração dos Seminários Regionais e Nacional durante o processo de elaboração do anteprojeto do Código resultou no recebimento de mais de quinhentas contribuições ao texto do documento, vindas de todas as partes do país, fornecendo um panorama complexo sobre a situação da prática da profissão do arquiteto e urbanista no Brasil.

¹⁷⁴ CAU/BR. **Ata da 1ª Reunião Ampliada**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-7. 19 e 20 de Janeiro de 2012.

A segunda estratégia adotada foi a contratação de uma instituição para elaboração de uma pesquisa como forma de apoio as fundamentações teóricas que envolviam um código de ética e disciplina. Desde o princípio, foi descartada a intenção de aproveitar o código do conselho anterior e também de replicar qualquer dos diversos códigos existentes. Era intenção do Conselho e da Comissão de Ética e Disciplina a construção de um código específico para a profissão no Brasil, procurando envolver, o quanto possível, um maior número de questões relacionadas à prática real do mercado de trabalho. Para isso era preciso além do envolvimento da classe profissional na construção do código uma fundamentação criteriosa¹⁷⁵.

Assim, o Instituto ANIS (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero) foi contratado para realização de dois produtos. O primeiro produto se referiu a uma pesquisa que abrangia um levantamento do “estado da arte” mundial sobre ética na arquitetura e urbanismo. Com relação ao segundo produto foi solicitado um levantamento e sistematização de diversos Códigos de Ética de arquitetura e urbanismo internacionais.

Como resultado do primeiro produto, referente ao levantamento das bibliografias sobre ética na profissão do arquiteto e urbanista, o Instituto ANIS forneceu uma série de documentos em formato de bases de dados, com todas as referências padronizadas e em anexo, a íntegra de seus respectivos arquivos de texto.

O Instituto ANIS encontrou em sua pesquisa uma abordagem pouco significativa dos estudos em nível nacional e internacional, com abrangência na área proposta

¹⁷⁵ CED. 2º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina. Recife: CAU/BR, 2012. 9 arquivos áudio formato MP3 - 609,83 Mb.

e, conseqüentemente, com preocupação direta relacionada à ética no desenvolvimento da prática profissional do arquiteto e urbanista. A pesquisa também constatou a prevalência do idioma inglês nos documentos encontrados. (ANIS, 2012)

Quanto ao segundo produto referente ao levantamento e sistematização dos códigos de ética dos conselhos e institutos de arquitetura e urbanismo internacionais, foram pesquisados 24 países, definidos previamente pela Comissão.

Com a pesquisa foi possível identificar pontos relevantes para prática profissional nos textos dos códigos, por meio da análise de 27 palavras-chave sugeridas pela Comissão. Tal procedimento possibilitou o encontro de temas que se apresentaram recorrentes nos textos dos códigos. Ainda segundo a pesquisa, os Códigos, em sua maioria, estão organizados por seções que incluem princípios e normas éticas e regras gerais de conduta profissional.

Finalmente, como terceira estratégia adotada, houve a contratação de uma consultoria que se ocuparia da elaboração do texto do anteprojeto do Código de Ética e Disciplina realizando o trabalho de sistematização das informações e dos documentos que constariam na redação do texto.

Para a realização desse serviço a Comissão designou a empresa TEUBA Arquitetura e Urbanismo por ter entre seus consultores, o arquiteto e urbanista João Honório de Mello Filho, o qual possuía larga experiência na produção de inúmeros textos técnicos normativos, publicados para circulação pública e restrita, voltados para a edificação escolar e habitacional, e também, entre outras experiências, a de relatoria das normas técnicas originais da Associação Brasileira

de Normas Técnicas (ABNT) para projetos de edificações, a NBR-15531 e a NBR-15532.

A proposta do trabalho estabelecia a entrega de sucessivos relatórios técnicos que incluíam como produto, textos em forma de minutas visando o aperfeiçoamento progressivo da sistematização e da redação do anteprojeto do Código de Ética e Disciplina. As minutas elaboradas pelo consultor e entregues à Comissão eram analisadas e discutidas buscando consolidar o texto da minuta anterior mediante correções, inclusões e supressões das questões propostas. Tais minutas, conforme evoluíam foram gradativamente convertidas ao texto final do anteprojeto do Código de Ética e Disciplina. Assim, a última minuta do anteprojeto após a sua aprovação pela Comissão foi encaminhada para o exame e aprovação final em sessão plenária do CAU/BR e transformada em resolução no dia 6 de Setembro de 2013.

O método escolhido para a composição da estrutura inicial do texto do código foi a utilização de algumas obras normativas consolidadas e reconhecidas no plano internacional¹⁷⁶. A primeira minuta apresentada à Comissão, a Minuta 0.0, contou como principal influência em sua estrutura o modelo de Código de Ética inserido no documento de referência internacional sugerido pela *Union Internationale des Architectes* (UIA), o *“Accord on Recommended International Standards of Professionalism and Architectural Practice”*.

Após os inúmeros avanços, minuta a minuta, conforme ocorriam as discussões e contribuições dos conselheiros das Comissões de Ética e Disciplina dos CAU/UF,

¹⁷⁶ MELLO FILHO, J. H. **Minuta 2.1 do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-50. 2013.

que participaram dos Seminários e dos conselheiros do CAU/BR, a estrutura final do Código ficou configurada com seis seções que abordam os seguintes tópicos: *Obrigações Gerais, Obrigações para com o Interesse Público, Obrigações para com o Contratante, Obrigações para com a Profissão, Obrigações para com os Colegas e Obrigações para com o Conselho Profissional.*

Cada seção é composta de princípios, regras e recomendações. Os princípios são de aplicação genérica, teórica ou abstrata. As regras são de aplicação específica, voltadas a casos concretos. Após as regras seguem-se as recomendações, estas são utilizadas para orientar os profissionais e são aplicáveis subsidiariamente, como atenuante ou agravante, às sanções¹⁷⁷.

Mas mesmo com a intenção e o esforço da Comissão em alargar ao máximo a discussão das questões a serem inseridas no Código e da convocação para o envolvimento de todas as Comissões de Ética e Disciplina dos estados na elaboração do primeiro Código de Ética e Disciplina, exclusivamente voltado ao profissional arquiteto e urbanista no Brasil, o documento recebeu duras críticas da classe profissional.

No que envolve a sua estrutura, alguns consideraram o texto do código muito extenso. Acreditavam que com um texto mais enxuto explicitando regras mais objetivas facilitaria o processo de julgamento. Outros consideraram difícil entender e organizar os conceitos do texto referente aos princípios das obrigações e as regras. Ainda alguns sugeriram que o código reunisse duas partes. A primeira com

¹⁷⁷ CAU/BR. RES52 - Código de Ética e Disciplina. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo**, 2013. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/RES-52CODIGO-ETICARPO22-20134.pdf>>. Acesso em: 29 Janeiro 2014.

a listagem dos princípios morais e a segunda parte apenas com as regras aplicáveis nos julgamentos éticos.

Também alguns conselheiros federais, na 21ª Reunião Plenária do CAU/BR, manifestaram o descontentamento com o prazo estabelecido para discussão do Código e solicitaram o adiamento da sua aprovação.

Como resposta à falta de concisão no texto do código a Comissão esclarece que:

Consideramos que parece não ser interessante que colegas conselheiros, investidos de tão alta responsabilidade, ao participarem de julgamentos, tenham de seguir preceitos coercitivos austeros e rigorosos, mas restritos às utilidades e às aplicações mecânicas imediatas. Isto é, incapazes de visar amplos objetivos educativos e culturais para o enfrentamento das circunstâncias desafiadoras que emergem das incertezas do mundo atual. (MELLO FILHO, 2013)

Assim, foi ressaltado no Preâmbulo do documento, o esclarecimento das funções básicas de um Código de Ética e Disciplina enfatizando que a sua função primária é a educativa. A função coercitiva somente é aplicada quando há a omissão da primeira função.

São duas as funções deontológicas deste Código de Ética e Disciplina. A primeira, e precedente, é a função educacional preventiva, que tem por objetivo a informação pública sobre a dignidade da Arquitetura e Urbanismo e os deveres de seus profissionais. A segunda função, subordinada à primeira, é a coercitiva, que admoesta e reprime os desacertos procedimentais

porventura praticados pelos indivíduos sujeitos à ética e à disciplina da profissão. (CAU/BR, 2013, grifo nosso)

Quanto ao aspecto funcional dos códigos de ética, importante lembrar que os códigos de conduta elaborados pelos institutos de arquitetura tem fundamental importância educativa e informativa. Contribuem efetivamente na formação do *ethos* profissional, apesar de não exercerem uma função propriamente coercitiva conforme os códigos de ética e disciplina elaborados pelos conselhos de arquitetura, como o código estudado na tese.

As associações profissionais como o IAB são associações de direito privado. Os profissionais podem se associar ou se filiar livremente. Já os conselhos profissionais são associações de direito público, incumbidas pelo Estado de fiscalizar e regular uma determinada profissão. No Brasil, para se praticar a arquitetura e o urbanismo o registro no CAU/BR é compulsório. Com isso, a obediência ao Código de Ética e Disciplina do CAU/BR é obrigatória a todos os arquitetos e urbanistas que atuam no Brasil.

Conforme colocado em pesquisa anterior, durante os anos em que a profissão esteve vinculada ao Sistema CONFEA/CREA assistimos ao enfraquecimento da participação e interesse da classe profissional no principal instituto que regia as políticas da profissão no Brasil, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Portanto esse fato, nos leva a considerar que, o acentuado enfoque na função educativa do código e a adoção de uma estrutura de texto mais extensa e dissertativa priorizada pela Comissão de Ética e pelo consultor, se origina na intenção de suprir a função do IAB, ora enfraquecida, aproveitando a oportunidade despontada com a criação do novo conselho.

Após a verificação do processo de elaboração do Código, por meio do enfoque estrutural, passamos a verificar quais discussões foram realizadas referentes aos temas mais controversos abordados pelas regras do Código e como esses, se configuraram no texto final do documento.

O interesse nessa investigação estava na tentativa de viabilizar um entendimento das maiores discussões e conflitos que dominavam a prática profissional do arquiteto e urbanista na época da elaboração do Código e dos discursos que os acompanharam e ainda destacar qual foi o discurso predominante. A tese acreditou que o diálogo efetivo entre a prática e a teoria por meio das regras impostas no Código forneceria a possibilidade de extrair informações essenciais para a condução de ações que possam levar a um concreto aprimoramento do exercício profissional.

Com base na listagem cedida pela Comissão, dos temas que serviram de base aos debates ocorridos principalmente nos seminários de Curitiba e Goiânia, a pesquisa realizada pelo Instituto ANIS identificou pontos relevantes para prática profissional nos textos dos vinte e quatro códigos de ética internacionais levantados. Com tal procedimento foi possível encontrar temas que se apresentaram recorrentes nos textos dos códigos, dos quais foram, *ensino e formação; direito autoral e plágio; incompatibilidade no exercício de funções; conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão; sustentabilidade; concurso público de projetos de arquitetura e urbanismo; estética e valores éticos específicos; mídias de representação e divulgação da arquitetura e comercialização do projeto de arquitetura/publicidade*. Muito destes temas que se mostraram recorrentes nos códigos

internacionais, também estão entre os temas mais discutidos nas reuniões e seminários realizados pelo CAU/BR.

Assim os temas com discussões recorrentes nas Reuniões e Seminários contemplados na tese foram, *ensino e formação; direito autoral e plágio; incompatibilidade no exercício de funções; conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão*. A esses também foram acrescentados os temas, *contratos, honorários e salário mínimo profissional* e também, *a crítica na arquitetura e urbanismo*.

O tema mais delicado e controverso que a classe profissional tem enfrentado nos últimos vinte anos é o da *Comissão Ilícita ou Reserva Técnica*. Tal tema também é amplamente discutido em todos os países do mundo. Ainda em 2017, a questão da *Reserva Técnica* aparece como a maior geradora de conflitos e discussões entre os integrantes da classe profissional, e esta grande dificuldade de entendimento acerca do assunto é um dos maiores empecilhos para o estabelecimento de um comportamento uniforme da classe, contribuindo para a sua desvalorização perante a sociedade.

Foi observado também que a maioria das regras impostas no Código, que vieram a ser intensamente discutidas nas reuniões e seminários, já estava estabelecida por outras leis. Portanto, a grande dificuldade que a Comissão enfrentou foi quanto ao esclarecimento à classe profissional do motivo da regra estar presente no texto do código. Tal fato demonstra a inexistência, até então, de uma oportunidade concreta de se discutir os problemas da profissão e conseqüentemente um grande desconhecimento da classe profissional da lógica que envolve a maioria dos conflitos.

É imprescindível nos dias atuais que dentro dos ambientes de formação da profissão as discussões sobre os temas referentes à ética na prática da profissão sejam abordadas em sala de aula.

Segundo coloca Ockman¹⁷⁸, ao menos por enquanto, a escola de arquitetura permanece como o local crucial onde o discurso da arquitetura é formulado e disseminado. A escola de arquitetura continua sendo o local em que os estudantes tornam-se conscientes de pertencerem a uma comunidade pré-existente profissional e intelectual.

É na escola de arquitetura que os futuros profissionais descobrem as múltiplas facetas disponíveis para a atuação, e como o futuro do campo da arquitetura, com todos os seus cognatos disciplinares e profissionais, é coletivamente constituído. (OCKMAN e WILLIAMSON, 2012, p. 32, tradução nossa)

Ainda, baseado em considerações realizadas em estudos anteriores¹⁷⁹, alcançamos questões importantes que geravam dificuldades e conflitos historicamente estabelecidos no cotidiano da prática profissional do arquiteto e urbanista no Brasil.

Uma das questões se referia ao meio de divulgação das sanções impostas ao Código de Ética e Disciplina do Sistema CONFEA/CREA. Recorrendo a uma análise comparativa foi realizado o levantamento das principais violações ocorridas às regras dos Códigos de Ética e Conduta vigente para a profissão no

¹⁷⁸ OCKMAN, J.; WILLIAMSON, R. **Architecture School: Three Centuries of Educating Architects in North America**. Cambridge. Massachusetts: MIT Press, 2012.

¹⁷⁹ Ibid.

Reino Unido e nos Estados Unidos, e em seguida comparadas com os dados obtidos no Brasil.

Quando a pesquisa se voltou às violações ao Código de Ética, ligadas ao profissional Arquiteto e Urbanista no Brasil, não obteve sucesso. Pelo fato de o meio de divulgação das sanções impostas adotado pelo Sistema CREA/ CONFEA apresentar várias possibilidades de efetivação e publicação, junto com o fato de seus processos não serem de acesso público, tornava-se quase impossível o agrupamento das infrações a nível estadual e nacional.

Como ressaltado anteriormente, a falta de padronização da publicação da censura pública no Brasil prejudicava a avaliação de quais violações ao *Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia* eram recorrentes na prática da profissão. A ausência desse valioso instrumento impedia a medição de sua eficácia, inviabilizando ressaltar quais infrações precisariam de especial atenção, obtendo, com isso, um melhor entendimento do comportamento profissional e o impacto de sua atuação.¹⁸⁰.

No último capítulo da tese foram levantadas e agrupadas as informações encontradas referente às denúncias e infrações julgadas nos CAU/UF da região Sudeste, a partir de 2014 até o final de 2017. Com isso, por meio do rastreamento das denúncias ético-disciplinares recebidas pelos conselhos estaduais da região Sudeste a tese analisou quais as infrações às regras do Código que se apresentaram recorrentes na atuação da classe profissional.

¹⁸⁰ PEREZ, 2012

A hipótese proposta pela tese sugeria que já em 2017, por meio do levantamento e da análise das decisões dos processos éticos deliberados nas reuniões plenárias dos CAU/UF, alcançaríamos importantes diagnósticos que auxiliariam o entendimento do comportamento do arquiteto e urbanista permitindo perceber quais aperfeiçoamentos seriam necessários para que a prática da profissão se tornasse cada vez mais eficiente no atendimento às necessidades da sociedade.

A tese acreditou que o alinhamento das questões éticas levantadas pelo código, com a prática real do mercado de trabalho, garante a sua eficácia e auxilia o profissional no exercício da profissão e na solução dos conflitos inerentes a prática diária. Com o estudo dos processos ético-disciplinares e a forma com que eles foram conduzidos seria possível criar um banco de dados que poderá contribuir efetivamente para a formação do *ethos* profissional. Assim, como colocado anteriormente, o *ethos* profissional quando manifestado claramente favorece a formação de uma unidade de comportamento profissional e consequentemente reafirma a valorização da classe perante a sociedade.

A pesquisa encontrou que a hipótese proposta pôde ser confirmada apenas em parte. Notamos que sem dúvida houve um grande avanço com relação à pesquisa anterior. Por meio de uma busca simples em sites dos conselhos estaduais pudemos acessar documentos oficiais publicados, como atas, súmulas e deliberações que cediam informações sobre os processos julgados.

Porém, ainda, a falta de uniformidade entre os CAU/UF, no modo de conduzir os julgamentos dos processos e também na forma de divulgação destes documentos impediu que os resultados fossem precisos. Ou seja, conseguimos alcançar com a

pesquisa uma amostra pequena dos processos, encontrando também lacunas quanto às informações sobre seus encaminhamentos.

Com o acompanhamento da evolução das resoluções que tratam dos procedimentos para a condução dos processos disciplinares, observamos que ao longo dos anos houve um amadurecimento alcançando um melhor entendimento do Conselho com relação aos procedimentos na execução dos processos de julgamento.

Uma questão amplamente discutida ao longo do processo de amadurecimento dos julgamentos das faltas ético-disciplinares se refere ao sigilo. A natureza do assunto é controversa e gerou muita polêmica, pois nele há o conflito entre publicidade e privacidade¹⁸¹. Segundo o Assessor Jurídico Eduardo Paes, a regra no processo judicial é a publicidade, para que o acusado saiba pelo o que está respondendo e para que a sociedade tenha segurança e saiba como o estado julga. O processo ético por praxe é sigiloso e isso fere o princípio constitucional da publicidade¹⁸².

Uma forma eficiente de apoio a função educativa do Código seria a publicação de tempos em tempos dos dados fornecidos pelos levantamentos dos processos julgados pelas comissões de ética. Nos Estados Unidos o *American Institute of Architects* (AIA), publica documentos intitulados como *Best Practices* (Boas Práticas). Os documentos são guias que orientam a boa prática por meio da exposição da condução de casos ético-disciplinares ocorridas em várias situações

¹⁸¹ CED. Súmula da 37ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR. Brasília: CAU/BR. 2015. p. 1-12. 09 e 10 de Abril de 2015.

¹⁸² CED. Súmula da 38ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR. Brasília: CAU/BR. 2015. p. 1-10. 07 e 08 de Maio de 2015.

referentes ao exercício da prática. Segundo o AIA, tais documentos representam a “sabedoria coletiva” da classe profissional, formando um compêndio de conhecimentos práticos adquiridos no mundo real da prática profissional.

Durante a elaboração do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, foram levantadas discussões sobre a criação de um banco de dados que abrigariam as informações obtidas com os processos julgados, mas ainda não se sabe sobre publicações referentes a esses dados.

Outra forma de garantir o acompanhamento da sociedade aos processos éticos disciplinares seria a publicação dos encaminhamentos dos processos informando apenas a o número do processo, com o cuidado de não tornar evidente informações pessoais dos profissionais envolvidos, enquanto o processo ainda estiver sendo julgado.

Apesar da imprecisão dos dados levantados motivada pelas condições colocadas acima, podemos verificar que a regra que apresentou um maior número de incidência foi a regra 1.2.1 com o total de cinco ocorrências:

1.2.1. REGRA: O arquiteto e urbanista deve responsabilizar-se pelas tarefas ou trabalhos executados por seus auxiliares, equipes, ou sociedades profissionais que estiverem sob sua administração ou direção, e assegurar que atuem em conformidade com os melhores métodos e técnicas.

Encontramos também com quatro ocorrências a regra 3.2.11:

3.2.11. REGRA: O arquiteto e urbanista deve manter seus contratantes informados sobre o progresso da prestação dos

serviços profissionais executados em seu benefício, periodicamente ou quando solicitado.

Com três ocorrências encontramos as regras 3.2.5, 3.2.7 e 3.2.9:

3.2.5. REGRA: O arquiteto e urbanista deve assumir serviços profissionais somente quando considerar que os recursos materiais e financeiros necessários estão adequadamente definidos e disponíveis para o cumprimento dos compromissos a firmar com o contratante.

3.2.7. REGRA: O arquiteto e urbanista deve prestar seus serviços profissionais levando em consideração sua capacidade de atendimento em função da complexidade dos serviços.

3.2.9. REGRA: O arquiteto e urbanista deve declarar-se impedido de assumir a autoria de trabalho que não tenha realizado, bem como de representar ou ser representado por outrem de modo falso ou enganoso.

Assim, embasado nos dados levantados pela pesquisa podemos considerar que as principais faltas cometidas pela classe profissional são: a negligência na direção e condução de serviços executados por terceiros, negligência na legitimidade das informações passadas ao contratante, negligência na avaliação dos recursos disponíveis para o cumprimento dos serviços e finalmente por assumir autoria de projetos que não realizou.

REFERÊNCIAS

I. BIBLIOGRAFIA

ABEA. Informações Gerais. **ABEA**, 2012. Disponível em: <http://www.abea-arq.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=125>. Acesso em: 26 Janeiro 2012.

ACE. ACE Deont-code. **Architects Council of Europe**, 2014. Disponível em: <https://www.ace-cae.eu/uploads/tx_jidocumentsview/Deont-code_2016.pdf>. Acesso em: 11 Janeiro 2018.

ACE. Home: ACE. **Architects' Council of Europe**, 2014. Disponível em: <<https://www.ace-cae.eu/>>. Acesso em: 2011 Janeiro 2018.

AIA. 2007 Code of Ethics & Professional Conduct. **AIA**, 2007. Disponível em: <<http://www.aia.org/aiaucmp/groups/aia/documents/pdf/aiap074121.pdf>>. Acesso em: 2010 Maio 08.

AIA. History of the American Institute of Architects. **The American Institute of Architects**, 2012. Disponível em: <<http://www.aia.org/about/history/AIAB028819>>. Acesso em: 22 Fevereiro 2012.

AIACNY. A Sketch History of the Central NewYork Chapter of AIA. **AIACNY**, 2007. Disponível em: <<http://aiacny.org/pdfs/AIACNY-ChapterHistory.pdf>>. Acesso em: 07 Fevereiro 2012.

ÁLVAREZ, R. U. A Una Profesión Liberal, Una Educación Liberal. **Estudios de Derecho**, Medellín, v. LXVI, n. 147, p. 75-101, Junho 2009.

ANIS. **Estatuto ANIS**. ANIS Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Brasília, p. 1-21. 2010.

ANIS. **Levantamento Bibliográfico sobre o Estado da Arte do Debate Mundial sobre Ética na Arquitetura e Urbanismo**. ANIS Instituto de Bioética, Direito Humanos e Gênero. Brasília, p. 1-32. 2012.

ANIS. **Levantamento e Sistematização de 20 Códigos de Ética de Arquitetura e Urbanismo**. ANIS Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Brasília, p. 1-58. 2012.

ANIS. **Proposta Comercial**. ANIS:Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Brasília, p. 1-2. 2012.

ANIS. **Proposta Comercial ANIS nº 1**. ANIS Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Brasília, p. 1-2. 2012.

ANIS. **Proposta Comercial nº 2**. ANIS Instituto de Bioética e Direitos Humanos. Brasília, p. 1-2. 2012.

ARANGO, S. O Juízo em Arquitetura. In: SEGAWA, H.; SILVA, A. F.; QUINTANA, I. G. **Crítica de Arquitetura**: ensaios Latino-Americanos. Cotia: Ateliê Editorial, 2013. p. 15-29.

ARB. ARCHITECTS ACT. **ARB**, 1997. Disponível em: <<http://www.arb.org.uk/templates/includes/publications/act/Architects%20Act.pdf>>. Acesso em: 06 Fevereiro 2012.

ARB. Architects Code. **ARB**, 2009. Disponível em: <http://www.arb.org.uk/templates/includes/professional_standards/code_2010/Arb%20Code%20of%20Conduct%202010.pdf>. Acesso em: 06 Fevereiro 2012.

ARB. Professional Conduct Committee Decisions: Savage. **ARB**, 2009. Disponível em: <http://www.arb.org.uk/professional_standards/regulating_architects/pcc_decisions/savage.php>. Acesso em: 23 Outubro 2011.

ARB. Professional Conduct Committee Decisions. **ARB**, 2011c. Disponível em: <http://www.arb.org.uk/professional_standards/regulating_architects/professional_conduct_committee_decisions.php>. Acesso em: 20 Outubro 2011.

ARCHDAILY. Falece o arquiteto Miguel Alves Pereira. **Archdaily**, 2014. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/601647/falece-o-arquiteto-miguel-alves-pereira>>. Acesso em: 04 Janeiro 2018.

ARCHSOC.COM. A History of Architectural Education in the West. **ArchSoc.com**, 2011. Disponível em: <<http://www.archsoc.com/kcas/Historyed.html>>. Acesso em: 07 Fevereiro 2012.

ARCOWEB. Entrevista Haroldo Pinheiro. **Projeto Design**, 2002. Disponível em: <<https://arcoweb.com.br/projetodesign/entrevistas/haroldo-pinheiro-01-07-2002>>. Acesso em: 04 Janeiro 2018.

ARCOWEB. Entrevista: Haroldo Pinheiro, presidente do CAU/BR. **Projeto Design**, 2014. Disponível em: <<https://arcoweb.com.br/projetodesign/entrevista/entrevista-haroldo-pinheiro>>. Acesso em: 04 Janeiro 2018.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco - Tradução do Grego de Antônio de Castro Caeiro**. São Paulo: Atlas, 2009.

ARRUDA, J. Profissões Liberais. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**, São Paulo, v. 25, p. 335-345, Maio 1929.

ARTIGAS, J. B. V. **A Função Social do Arquiteto**. 1a. ed. São Paulo: Nobel, 1989.

ASLAN, A. **Building the Good Life: Architecture and Politics**. Durham: Department of Political Science of Duke University, 2010.

AULETE, C. Deontologia. **iDicionário Aulete**, 2010. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbete&pesquisa=1&palavra=deontologia&x=12&y=13>. Acesso em: 20 Julho 2010.

BLAU, J. R. **Architects and Firms: A Sociological Perspective on Architectural Practice**. 1a Edição. ed. Cambridge: The MIT Press, 1984.

BLS. Architects, Except Landscape and Naval. **Bureau of Labor Statistics**, 2011. Disponível em: <www.bls.gov/oco/ocos038.htm>. Acesso em: 20 Novembro 2011.

BOURDIEU, P. Espaço Físico, Espaço Social e Espaço Físico Apropriado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

BRAGA, A. M. Currículo do Sistema Lattes. **Lattes CNPQ**, 2008. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5920925945556927>>. Acesso em: 04 Janeiro 2018.

BRAGA, P. **Ética, Direito e Administração Pública**. 2a. ed. Brasília: Senado Federal, 2006.

BRASIL. Decreto 23.569. **Legislação Federal do Brasil**, 1933. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23569.htm>. Acesso em: 01 Fevereiro 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2848. **Legislação Federal do Brasil**, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 11 Fevereiro 2018.

BRASIL. Lei 5194. **Legislação Federal do Brasil**, 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5194.htm>. Acesso em: 01 Fevereiro 2012.

BRASIL. Lei 9.394. **Legislação Federal do Brasil**, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 Fevereiro 2012.

BRASIL. Lei 9.784. **Legislação Federal do Brasil**, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9784.htm>. Acesso em: 25 Fevereiro 2016.

BRASIL. Lei 12.378. **Legislação Federal do Brasil**, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12378.htm>. Acesso em: 01 Fevereiro 2012.

BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1981.

CAMPAGNER, L. G. **Panorama da Obra do Arquiteto Miguel Alves Pereira - Dissertação (Mestrado)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

CARAPETO, C.; FONSECA, F. **Ética e Deontologia: Manual de Formação**. Lisboa: Ordem dos Engenheiros Técnicos OET, 2012.

CASAPRO. CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **CasaPRO**, 2009. Disponível em: <<http://pro.casa.abril.com.br/group/cauconselhodearquiteturaeurbanismo>>. Acesso em: 03 Janeiro 2018.

CAU. Resolução No 6. **CAU**, 15 Dezembro 2011. Disponível em: <[http://www.cau.org.br/cauxx_arquivos/RES-6\(CETIDOES-VALIDADE\)CAU-BR\(FINAL\).pdf](http://www.cau.org.br/cauxx_arquivos/RES-6(CETIDOES-VALIDADE)CAU-BR(FINAL).pdf)>. Acesso em: 13 Janeiro 2012.

CAU/AL. Conselheiros (Gestão 2015-2017) CAU/AL. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas CAU/AL**, 2015. Disponível em: <http://www.cau.al.gov.br/?page_id=2811>. Acesso em: 04 Janeiro 2018.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 1**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2011. p. 1-25. 18 de novembro de 2011.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 2**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2011. p. 1-4. 14 de Dezembro de 2011.

CAU/BR. Resolução nº 1 de 15 de Dezembro de 2011. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR**, 2011. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/resolucao1/>>. Acesso em: 03 Janeiro 2018.

CAU/BR. **Ata da 1ª Reunião Ampliada**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-7. 19 e 20 de Janeiro de 2012.

CAU/BR. **Ata da 1ª Reunião Plenária Extraordinária**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-3. 30 e 31 de Agosto de 2012.

CAU/BR. **Ata da 3ª Reunião Plenária Ampliada**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-13. 18 e 19 de Dezembro de 2012.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 10**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-7. 05 e 06 de Setembro de 2012.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 11**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-10. 04 e 05 de Outubro de 2012.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 12**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-8. 08 e 09 de Novembro de 2012.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 13**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-7. 04 e 05 de Dezembro de 2012.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 15**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-10. 07 e 08 de Fevereiro.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 3**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-5. 02 e 03 de Fevereiro de 2012.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 4**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-4. 01 e 02 de Março de 2012.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 5**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-23. 04 e 05 de Abril de 2012.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 6**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-8. 03 e 04 de Maio de 2012.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 7**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-8. 05 e 06 de Junho.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 8**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-9. 05 e 06 de Julho de 2012.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 9**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-7. 01 e 02 de Agosto de 2012.

CAU/BR. **Contrato de Prestação de Serviço CAU/BR nº 34/2012**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-8. 2012.

CAU/BR. **Minuta 0.0 do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina**. Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR. Goiânia, p. 1-18. 2012.

CAU/BR. **Parecer de Assessoria Jurídica: Contratação de Assessoria**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-3. 2012.

CAU/BR. **Proposta para Sistematização e Redação do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina 0.0.** Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Maceió, p. 1-12. 2012.

CAU/BR. **Resolução N° 33.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2012. p. 1-41. 06 de Setembro de 2012.

CAU/BR. Resolução No 25. **CAU/BR-Conselho de Arquitetura e Urbanismo**, 2012. Disponível em: <<http://www.cau.org.br/anexos/resolucao/RES-25-2012-ETICATRANSICAO2.pdf>>. Acesso em: 02 Agosto 2012.

CAU/BR. Resolução nº 34. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**, 2012. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/RES_34_ALTERADA_73_88.pdf>. Acesso em: 07 Janeiro 2018.

CAU/BR. **Solicitação Pesquisa para Subsidiar a Elaboração do Código de Ética da Arquitetura e Urbanismo do Brasil - IDS.** Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-2. 2012.

CAU/BR. **Termo de Proposição de Contratação Direta de Serviços.** Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-10. 2012.

CAU/BR. **17ª Deliberação - 14ª Reunião Plenária Ordinária.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. p. 1-3. 25 de Janeiro de 2013.

CAU/BR. **27ª Deliberação - 7ª Reunião Plenária Ampliada.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. p. 1-2. 06 de Dezembro de 2013.

CAU/BR. **4ª Deliberação - 35ª Reunião Ordinária do CED.** Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2013. p. 1-2. 06 de Fevereiro de 2015.

CAU/BR. **Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.** I Seminário Nacional de Ética de Arquitetura e Urbanismo. Brasília: CAU/BR. 2013. p. 58.

CAU/BR. **Ata da 4ª Reunião Plenária Ampliada.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. p. 1-6. 10 de Maio de 2013.

CAU/BR. **Ata da 5ª Reunião Plenária Ampliada.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. p. 1-7. 03 e 04 de Outubro de 2013.

CAU/BR. **Ata da 6ª Reunião Plenária Ampliada.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. p. 1-15. 7 de Novembro de 2013.

CAU/BR. **Ata da 7ª Reunião Plenária Ampliada.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. p. 1-9. 6 de Dezembro de 2013.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 14.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. 25 e 26 de Janeiro de 2013.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 16.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. p. 1-13. 07 e 08 de Março de 2013.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 17.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. p. 1-11. 04 e 05 de Abril de 2013.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 18.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. p. 1-10. 09 de Maio de 2013.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 19.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. p. 1-12. 06 e 07 de Junho de 2013.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 20.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. 2013. p. 1-10. 11 e 12 de Julho de 2013.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 21.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. p. 1-9. 08 e 09 de Agosto de 2013.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 22.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. p. 1-17. 05 e 06 de Setembro de 2013.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 23.** Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. p. 1-12. 05 de Outubro de 2013.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 24**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. p. 1-11. 08 de Novembro de 2013.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 25**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2013. p. 1-12. 05 de Dezembro de 2013.

CAU/BR. **Contrato de Prestação de Serviços CAU/BR nº 1/2013**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-14. 2013.

CAU/BR. **Minuta 6.1 do Código de Ética e Disciplina**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-17. 2013.

CAU/BR. **Minuta 6.2 do Código de Ética e Disciplina: Contribuições e Destaques**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-43. 2013.

CAU/BR. **Minuta 6.3 do Código de Ética e Disciplina**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-19. 2013.

CAU/BR. **Minuta 7.0 do Código de Ética e Disciplina**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-19. 2013.

CAU/BR. **Minuta 7.1 do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-17. 2013.

CAU/BR. **Minuta 8.0 do Código de Ética e Disciplina**. Conselho de Arquitetura do Brasil. Brasília, p. 1-18. 2013.

CAU/BR. O Código de Ética e Disciplina-Minuta 7.1. **CAU/BR**, 09 Julho 2013. Disponível em: <http://www.caubr.org.br/wp-content/uploads/2013/07/codigo_de_etica_e_disciplina-minuta_7_1-2013-_07_09.pdf>. Acesso em: 30 Julho 2013.

CAU/BR. RES52 - Código de Ética e Disciplina. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo**, 2013. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/RES-52CODIGO-ETICARPO22-20134.pdf>>. Acesso em: 29 Janeiro 2014.

CAU/BR. RES58 - Sanções Ético-Disciplinares. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/RES58-2013ETICASANCOES.pdf>>. Acesso em: 29 Janeiro 2014.

CAU/BR. **Solicitação Pesquisas para Subsidiar a Elaboração do Código de Ética da Arquitetura e Urbanismo do Brasil - Dossel Ambiental**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-2. 2013.

CAU/BR. **30ª Deliberação - 28ª Reunião Plenária Ordinária**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2014. p. 1-2. 14 de Março de 2014.

CAU/BR. **Ata da 11ª Reunião Plenária Ampliada**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2014. 05 de Dezembro de 2014.

CAU/BR. **Ata da 2ª Reunião Plenária Ampliada Extraordinária**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2014. p. 1-9. 10 de Outubro de 2014.

CAU/BR. **Ata da 8ª Reunião Plenária Ampliada**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2014. p. 1-9. 24 de Janeiro de 2014.

CAU/BR. ATA DA 8ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 28 Agosto 2014. Disponível em: <<http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Ata-10-28.08.2014-8a-Sessao-Plenaria-Ordinaria.pdf>>. Acesso em: 20 Novembro 2017.

CAU/BR. **Ata da 9ª Reunião Plenária Ampliada**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2014. p. 1-10. 11 de Abril de 2014.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 26**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2014. p. 1-8. 23 de Janeiro de 2014.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 27**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. 2014. p. 1-19. 13 e 14 de Fevereiro de 2014.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 28**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2014. p. 1-15. 13 e 14 de Março de 2014.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 29**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2014. p. 1-13. 10 de Abril de 2014.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 30**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2014. p. 1-26. 08 e 09 de Maio de 2014.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 31**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. 2014. p. 1-13. 05 e 06 de Junho de 2014.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 32**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2014. p. 1-14. 17 de Julho de 2014.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 33**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2014. p. 1-28. 14 e 15 de Agosto de 2014.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 34**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2014. p. 1-35. 11 e 12 de Setembro de 2014.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 35**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2014. p. 1-19. 09 de Outubro de 2014.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 36**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2014. p. 1-38. 06 e 07 de Novembro de 2014.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 37**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2014. p. 1-15. 4 de Dezembro de 2014.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Solene de Posse do CAU/BR-Gestão 2015/2017**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2014. p. 1-4. 15 de Dezembro de 2014.

CAU/BR. **14ª Deliberação - 39ª Reunião Ordinária do CED**. Brasília: Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR. 2015. p. 1-2. 11 e 12 de Junho de 2015.

CAU/BR. **15ª Deliberação - 39ª Reunião Ordinária do CED**. Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1. 11 de Junho de 2015.

CAU/BR. **16ª Deliberação - 39ª Reunião Ordinária do CED.** Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1. 11 de Junho de 2015.

CAU/BR. **17ª Deliberação - 39ª Reunião Ordinária do CED.** Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1. 16 de Junho de 2015.

CAU/BR. **18ª Deliberação - 39ª Reunião Ordinária do CED.** Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1. 11 de Junho de 2015.

CAU/BR. **1ª Deliberação - 35ª Reunião Ordinária do CED.** Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1-2. 06 de Fevereiro de 2015.

CAU/BR. **21ª Deliberação - 40ª Reunião Ordinária do CED.** Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1. 08 de Julho de 2015.

CAU/BR. **22ª Deliberação - 40ª Reunião Ordinária do CED.** Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1. 08 de Julho de 2015.

CAU/BR. **23ª Deliberação - 40ª Reunião Ordinária do CED.** Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1. 08 de Julho de 2015.

CAU/BR. **24ª Deliberação - 40ª Reunião Ordinária do CED.** Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. 08 de Junho de 2015.

CAU/BR. **25ª Deliberação - 40ª Reunião Ordinária do CED.** Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1. 08 de Julho de 2015.

CAU/BR. **26ª Deliberação - 40ª Reunião Ordinária do CED.** Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1. 08 de Julho de 2015.

CAU/BR. **27ª Deliberação - 40ª Reunião Ordinária do CED.** Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1-4. 08 de Julho de 2015.

CAU/BR. **2ª Deliberação - 35ª Reunião Ordinária do CED.** Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1-2. 06 de Fevereiro de 2015.

CAU/BR. **30ª Deliberação - 40ª Reunião Ordinária do CED**. Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1. 08 de Julho de 2015.

CAU/BR. **31ª Deliberação - 40ª Reunião Ordinária do CED**. Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. 08 de Julho de 2015.

CAU/BR. **32ª Deliberação - 40ª Reunião Ordinária do CED**. Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. 08 de Julho de 2015.

CAU/BR. **33ª Deliberação - 40ª Reunião Ordinária do CED**. Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1. 08 de Julho de 2015.

CAU/BR. **3ª Deliberação - 35ª Reunião Ordinária do CED**. Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1-4. 06 de Fevereiro de 2015.

CAU/BR. **43ª Deliberação - 33ª Reunião Plenária Ordinária**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-3. 09 de Janeiro de 2015.

CAU/BR. **7ª Deliberação - 36ª Reunião Ordinária do CED**. Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1-2. 13 de Março de 2015.

CAU/BR. **9ª Deliberação - 37ª Reunião Ordinária do CED**. Brasília: Comissão de Ética e Disciplina. 2015. p. 1-2. 10 de Abril de 2015.

CAU/BR. **Arquitetos Pela Ética: Reserva Técnica**. Brasília, p. 1-32. 2015. Arquivo eletrônico em ppt 3,7 Mb.

CAU/BR. **Ata da 12ª Reunião Plenária Ampliada**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-19. 27 de Fevereiro de 2015.

CAU/BR. **Ata da 13ª Reunião Plenária Ampliada**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-13. 22 de Maio de 2015.

CAU/BR. **Ata da 14ª Reunião Plenária Ampliada**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-8. 28 de Agosto de 2015.

CAU/BR. **Ata da 3ª Reunião Plenária Ampliada Extraordinária**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. 2015. p. 1-10. 11 de Setembro de 2015.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 39**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-17. 26 de Fevereiro de 2015.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 40**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. 2015. p. 1-33. 26 e 27 de Março de 2015.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 41**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-19. 23 e 24 de Abril de 2015.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 42**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-16. 21 de Maio de 2015.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 43**. Brasília: Conselho de Arquitetura do Brasil. 2015. p. 1-19. 25 e 26 de Junho de 2015.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 44**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-20. 23 e 24 de Julho de 2015.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 45**. Brasília: Conselho de Aquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-12. 27 de Agosto de 2015.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 46**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-17. 24 e 25 de Setembro.

CAU/BR. **Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 47**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-15. 22 e 23 de Outubro de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0039-05/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-4. 26 de Fevereiro de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0039-07.B/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 26 de Fevereiro de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0040.02/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 26 de Março de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0040-01/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 27 de Março de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0040-03/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. 2015. p. 1-2. 26 de março de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0041-01/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 23 de Abril de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0041-02/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 23 de Abril de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0042-02/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. 2015. p. 1-2. 21 de Maio de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0043-07/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 26 de Junho de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0043-08/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo. 2015. p. 1-2. 26 de Junho de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0043-12/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 25 de Junho de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0046-01/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-5. 25 de Setembro de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0046-02/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 25 de Setembro de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0046-04/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 25 de Setembro de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0047-02/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 23 de Outubro de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0047-03/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 22 de Outubro de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0048-01/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 19 de Novembro de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0048-02/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 19 de Novembro de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº0039-07.A/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 26 de Fevereiro de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº0039-07.A/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 26 de Fevereiro de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária Nº 0042-03/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 21 de Maio de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária Nº 0042-04/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 21 de Maio de 2015.

CAU/BR. **Deliberação Plenária DPOBR Nº 0040-05/2015**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-2. 26 de Março de 2015.

CAU/BR. Especial: Um ano sem o "timoneiro" Miguel Alves Pereira. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**, 2015. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/um-ano-sem-o-timoneiro-miguel-pereira/>>. Acesso em: 04 Janeiro 2018.

CAU/BR. **Portaria Normativa nº 17**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-3. 29 de Julho de 2015.

CAU/BR. **Súmula da 39ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-6. 07 de Fevereiro de 2015.

CAU/BR. **Súmula da 40ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-6. 14 de Março de 2015.

CAU/BR. **Súmula da 41ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2015. p. 1-8. 11 de Abril de 2015.

CAU/BR. O que é Reserva Técnica. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**, 2016. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/arquitetospelaetica/?page_id=9>. Acesso em: 12 Fevereiro 2018.

CAU/BR. ATA DA 69ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR**, 17 Agosto 2017. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/Ata_da_69_plenaria_ordinaria-1.pdf>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

CAU/BR. Lançamento Comentários ao Código de Ética e Disciplina do CAU/BR. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR**, 2017. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/lançamento-comentarios-ao-codigo-de-etica-e-disciplina-do-cau-br/>>. Acesso em: 03 Janeiro 2018.

CAU/ES. Ata das Reuniões Plenárias Ordinárias. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo**. Disponível em: <<http://www.caues.gov.br/plenariasordinarias/>>. Acesso em: 20 Novembro 2017.

CAU/ES. Atas das Reuniões Plenárias Extraordinárias. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo**. Disponível em: <<http://www.caues.gov.br/plenariasextraordinarias/>>. Acesso em: 20 Novembro 2017.

CAU/ES. Deliberações Plenárias do CAU/ES. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo**. Disponível em: <<http://www.caues.gov.br/deliberacoes/>>. Acesso em: 20 Novembro 2017.

CAU/GO. Arnaldo Braga Mascarenhas é eleito Presidente do CAU/GO para o triênio 2015-2017. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás CAU/GO**, 2015. Disponível em:

<<http://caugo.gov.br/arnaldo-mascarenhas-braga-e-eleito-presidente-do-caugo-para-o-trienio-20152017/>>. Acesso em: 04 Janeiro 2018.

CAU/MG. ATA DA 44ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais**, 2015 Agosto 17. Disponível em: <<http://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/Ata.44.pdf>>. Acesso em: 07 Novembro 2017.

CAU/MG. Ata da Sessão Plenária nº 42/2015. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais**, 26 Junho 2015. Disponível em: <<http://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/Ata.42.pdf>>. Acesso em: 2017 Novembro 07.

CAU/MG. ATA DA 53ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais**, 16 Maio 2016. Disponível em: <<http://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/ATA.53.pdf>>. Acesso em: 07 Novembro 2017.

CAU/MG. ATA DA 62ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais**, 21 Fevereiro 2017. Disponível em: <<http://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/ATA.63.pdf>>. Acesso em: 07 Novembro 2017.

CAU/MG. ATA DA 64ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais**, 18 Abril 2017. Disponível em: <<http://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/ATA.64.pdf>>. Acesso em: 08 Novembro 2017.

CAU/MG. ATA DA 65ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais**, 23 Maio 2017. Disponível em: <<http://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/ATA.64.pdf>>. Acesso em: 08 Novembro 2017.

CAU/MG. ATA DA 66ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais**, 20 Julho 2017. Disponível em: <<http://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/ATA.66.pdf>>. Acesso em: 08 Novembro 2017.

CAU/MG. ATA DA 69ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais**, 2017 Setembro 2017. Disponível em: <<http://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/ATA.69.pdf>>. Acesso em: 08 Novembro 2017.

CAU/MG. ATA DA 70ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CAU/MG. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais**, 24 Outubro 2017. Disponível em: <<http://www.caumg.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/Ata.70.pdf>>. Acesso em: 24 Outubro 2017.

CAU/MG. Atas Plenárias Extraordinárias. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: <www.caumg.gov.br/atas-plenarias-extraordinarias/>. Acesso em: 15 Novembro 2017.

CAU/MG. Atas Plenárias Ordinárias. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais**. Disponível em: <www.caumg.gov.br/atas-plenarias-ordinarias/>. Acesso em: 15 Novembro 2017.

CAU/RJ. Instrução Normativa 005/2016 - Manual para Condução de Processo Administrativo Ético Disciplinar. **CAU/RJ Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro**, 2016 Setembro 20. Disponível em: <<http://www.caurj.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/Instrucao-Normativa-05-2016.pdf>>. Acesso em: 29 Novembro 2017.

CAU/RJ. CAU/RJ é o conselho profissional melhor avaliado do país. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro**, 30 Novembro 2017. Disponível em: <<http://www.caurj.gov.br/cau-rj-e-o-conselho-profissional-do-pais/>>. Acesso em: 02 Dezembro 2017.

CAU/RJ. Comissões e Colegiados - Comissão de Ética e Disciplina CAU/RJ. **CAU/RJ - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.caurj.gov.br/comissoes-e-colegiados-comissao-de-etica-e-disciplina/>>. Acesso em: 29 Novembro 2017.

CAU/RJ. Deliberações Plenárias CAU/RJ. **CAU/RJ Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.caurj.gov.br/deliberacoes-plenarias/>>. Acesso em: 29 Novembro 2017.

CAU/RJ. Reuniões Plenárias CAU/RJ. **CAU/RJ Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.caurj.gov.br/atas-plenarias/>>. Acesso em: 29 Novembro 2017.

CAU/SP. CAU/SP recebe contribuições sobre Código de Ética e Disciplina de Arquitetura e Urbanismo. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 2013. Disponível em: <<http://www.causp.gov.br/?p=4316>>. Acesso em: 31 Julho 2013.

CAU/SP. ATA DA 4ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/SP 2014. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 15 Abril 2014. Disponível em: <<http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Ata-6-15.04.2014-4a-Sessao-Plenaria-Ordinaria.pdf>>. Acesso em: 20 Novembro 2017.

CAU/SP. ATA DA 5ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 29 Maio 2014. Disponível em: <<http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Ata-7-29.05.2014-5a-Sessao-Plenaria-Ordinaria.pdf>>. Acesso em: 20 Novembro 2017.

CAU/SP. ATA DA 6ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/SP 2014. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 26 Junho 2014. Disponível em: <<http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Ata-8-26.06.2014-6a-Sessao-Plenaria-Ordinaria.pdf>>. Acesso em: 20 Novembro 2017.

CAU/SP. ATA DA 8ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 28 Agosto 2014. Disponível em: <<http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Ata-10-28.08.2014-8a-Sessao-Plenaria-Ordinaria.pdf>>. Acesso em: 21 Novembro 2017.

CAU/SP. ATA DA 10ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 30 Outubro 2014. Disponível em:

<<http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Ata-13-30.10.2014-10a-Sessao-Plenaria-Ordinaria.pdf>>. Acesso em: 21 Novembro 2017.

CAU/SP. Ata da 6ª Sessão Plenária Ordinária de 2015 CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 18 Junho 2015. Disponível em: <<http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/ATA-07-18.06.2015-6a-Sessao-Plenaria-Ordinaria-APROVADA.pdf>>. Acesso em: 21 Novembro 2017.

CAU/SP. Ata da 7ª Sessão Plenária Ordinária de 2015 – CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 16 Julho 2015. Disponível em: <<http://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/011.2016-ATA-7a-Reuniao-Plenaria-Ordinaria-28.07.2016-APROVADA.pdf>>. Acesso em: 21 Novembro 2017.

CAU/SP. Ata da 8ª Sessão Plenária Ordinária de 2015 – CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 20 Agosto 2015. Disponível em: <<http://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/013.2016-ATA-8a-Reuniao-Plenaria-Ordinaria-25.08.2016-APROVADA.pdf>>. Acesso em: 21 Novembro 2017.

CAU/SP. Ata da 11ª Sessão Plenária Ordinária de 2016 – CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 24 Novembro 2016. Disponível em: <<http://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/016.2016-ATA-11a-Reuniao-Plenaria-Ordinaria-24.11.2016-APROVADA.pdf>>. Acesso em: 22 Novembro 2017.

CAU/SP. Ata da 1ª Sessão Plenária Ordinária de 2016 – CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 21 Janeiro 2016. Disponível em: <<http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/001.2016-ATA-1a-Reuniao-Plenaria-Ordinaria-21.01.2016-1a-Sessao-Plenaria-Ordinaria-APROVADA.pdf>>. Acesso em: 21 Novembro 2017.

CAU/SP. Ata da 2ª Sessão Plenária Ordinária de 2016 – CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 2016 Fevereiro 2016. Disponível em: <<http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/003.2016-ATA-2a-Reuniao-Plenaria-Ordinaria-18.02.2016-APROVADA.pdf>>. Acesso em: 21 Novembro 2017.

CAU/SP. Ata da 4ª Sessão Plenária Ordinária de 2016 – CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 2016 Abril 2016. Disponível em: <<http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/007.2016-ATA-4a-Reuniao-Plenaria-Ordinaria-14.04.2016-APROVADA.pdf>>. Acesso em: 21 Novembro 2017.

CAU/SP. Ata da 5ª Sessão Plenária Ordinária de 2016 – CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 19 Maio 2016. Disponível em: <<http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/008.2016-ATA-5a-Reuniao-Plenaria-Ordinaria-19.05.2016-APROVADA.pdf>>. Acesso em: 21 Novembro 2017.

CAU/SP. **Manual do Arquiteto e Urbanista**. 1ª Edição. ed. Brasília: CAU/BR, 2016.

CAU/SP. Ata da 5ª Sessão Plenária Ordinária de 2017 – CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 18 Maio 2017. Disponível em: <<http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/005.2017-ATA-5%C2%AA-Reuni%C3%A3o-Plen%C3%A1ria-Ordin%C3%A1ria-2017-18.05.2017-APROVADA.pdf>>. Acesso em: 22 Novembro 2017.

CAU/SP. Ata da 9ª Sessão Plenária Ordinária de 2016 – CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**, 22 Setembro 2106. Disponível em: <<http://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/014.2016-ATA-9a-Reuniao-Plenaria-Ordinaria-22.09.2016-APROVADA.pdf>>. Acesso em: 22 Novembro 2017.

CAU/SP. Atas das Reuniões Plenárias CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.causp.gov.br/atas-de-plenarias/>>. Acesso em: 19 Novembro 2017.

CAU/SP. Deliberações Plenárias CAU/SP. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.causp.gov.br/deliberacoes-plenarias/>>. Acesso em: 19 Novembro 2017.

CED. **2º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina**. Recife: CAU/BR, 2012. 9 arquivos áudio formato MP3 - 609,83 Mb.

CED. **3º Seminário da Comissão do Código de Ética e Disciplina (8ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR)**. Curitiba: CAU/BR, 2012. 4 arquivos de áudio formato WAVE.

CED. **3ª Reunião Plenária Ordinária da Comissão Ética e Disciplina**. Curitiba: CAU/BR, 2012. 4 arquivos de áudio WAVE - 547 Mb.

CED. **3º Seminário Curitiba Comissão de Ética e Disciplina (8ª Reunião Ordinária CED-CAU/BR)**. Curitiba: CAU/BR, 2012. 4 arquivos áudio formato MP3.

CED. **Súmula da 11ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR**. Maceió: CAU/BR. 2012. p. 1-3. 28 e 29 de Outubro.

CED. **Súmula da 12ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR**. Brasília: CAU/BR. 2012. p. 1-4. 17 de Dezembro.

CED. **Súmula da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR**. Brasília: CAU/BR. 2012. p. 1-3. 17 e 18 de Maio.

CED. **Súmula da 6ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR**. Recife: CAU/BR. 2012. p. 1-3. 21 e 22 de Junho.

CED. **Súmula da 7ª Reunião Ordinária do CED**. Brasília: CAU/BR. 2012. p. 1-8. 19 e 20 de Julho.

CED. **Súmula da 8ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR**. Curitiba: CAU/BR. 2012. p. 1-16. 22 e 23 de Agosto.

CED. **Súmula da 9ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR**. Brasília: CAU/BR. 2012. p. 1-2. 20 e 21 Setembro.

CED. **Súmula da 13ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR**. Brasília: CAU/BR. 2013. p. 1-6. 21 e 22 de Fevereiro.

CED. **Súmula da 14ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR**. Belém: CAU/BR. 2013. p. 1-3. 21 e 22 de Março.

CED. **Súmula da 15ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR.** Brasília: CAU/BR. 2013. p. 1-5. 18 e 19 de Abril.

CED. **Súmula da 16ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR.** Brasília: CAU/BR. 2013. p. 1-2. 24 de Maio.

CED. **Súmula da 17ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR.** Brasília: CAU/BR. 2013. p. 1-2. 20 de Junho.

CED. **Súmula da 18ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR.** Brasília: CAU/BR. 2013. p. 1-4. 25 e 26 de Julho.

CED. **Súmula da 19ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR.** Brasília: CAU/BR. 2013. p. 1-3. 22 e 23 de Agosto.

CED. **Súmula da 20ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR.** Brasília: CAU/BR. 2013. p. 1-3. 19 e 20 de Setembro.

CED. **Súmula da 21ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR.** Brasília: CAU/BR. 2013. p. 1-5. 17 e 18 de Outubro.

CED. **Súmula da 22ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR.** Brasília: CAU/BR. 2013. p. 1-4. 21 e 22 de Novembro.

CED. **Súmula da 23ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR.** Brasília: CAU/BR. 2013. p. 1-4. 19 e 20 de Dezembro.

CED. **SÚMULA – 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA CED-CAU/BR. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil,** 28 Agosto 2014. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Sumula_30_Reuniao_Ordinaria_CED.pdf>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

CED. **SÚMULA - 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR,** 20 Novembro 2014. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Sumula_33_Reuniao_Ordinaria_CED.pdf>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

CED. SÚMULA- 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR**, 25 Setembro 2014. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Sumula_31_Reuniao_Ordinaria_CED.pdf>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

CED. SÚMULA- 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR**, 20 Outubro 2014. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Sumula_32_Reuniao_Ordinaria_CED.pdf>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

CED. **Ata do 1º Seminário Regional da Comissão de Ética e Disciplina**. Comissão de Ética e Disciplina - CAU/BR. São Paulo, p. 1-17. 2015.

CED. **Ata do 2º Seminário Regional da Comissão de Ética e Disciplina**. Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Natal, p. 1-20. 2015.

CED. **Ata do 3º Seminário Regional da Comissão de Ética e Disciplina**. Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Goiânia, p. 1-15. 2015.

CED. SÚMULA -35ª REUNIÃO ORDINÁRIA 05/02/2015 E 06/02/2015. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR**, 05 Fevereiro 2015. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Sumula_35_Reuniao_CED.pdf>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

CED. **Súmula da 35ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR**. Brasília: CAU/BR. 2015. p. 1-7. 05 e 06 de Fevereiro de 2015.

CED. **Súmula da 36ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR**. Brasília: CAU/BR. 2015. p. 1-7. 12 e 13 de Março de 2015.

CED. **Súmula da 37ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR**. Brasília: CAU/BR. 2015. p. 1-12. 09 e 10 de Abril de 2015.

CED. **Súmula da 38ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR**. Brasília: CAU/BR. 2015. p. 1-10. 07 e 08 de Maio de 2015.

CED. **Súmula da 39ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR**. Brasília: CAU/BR. 2015. p. 1-7. 11 e 12 de Junho de 2015.

CED. **Súmula da 40ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR**. Brasília: CAU/BR. 2015. p. 1-8. 07 e 08 de Julho de 2015.

CED. **SÚMULA - 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR**, 08 Dezembro 2016. Disponível em: <http://www.cau.br.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/SUMULA_CED_11_REUNIAO_EXTRAORDINARIA.pdf>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

CED. **SÚMULA - 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA. Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU/BR**, 11 Março 2016. Disponível em: <http://www.cau.br.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Sumula_47_Reuniao_CED.pdf>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

CED. **SÚMULA - 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR**, 14 Abril 2016. Disponível em: <http://www.cau.br.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Sumula_48_Reuniao_CED.pdf>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

CED. **SÚMULA - 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do CAU/BR**, 03 Novembro 2016. Disponível em: <http://www.cau.br.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Sumula_55_Reuniao_CED.pdf>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

CED. **SUMULA -46ª REUNIÃO ORDINÁRIA. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR**, 15 Janeiro 2016. Disponível em: <http://www.cau.br.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Sumula_46_Reuniao_CED.pdf>. Acesso em: 2017 Dezembro 2017.

CED. **SÚMULA -50ª REUNIÃO ORDINÁRIA. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR**, 02 Junho 2016. Disponível em: <http://www.cau.br.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Sumula_50_Reuniao_CED.pdf>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

CED. SÚMULA -54ª REUNIÃO ORDINÁRIA. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR**, 06 Outubro 2016. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Sumula_54_Reuniao_CED.pdf>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

CED. SÚMULA -56ª REUNIÃO ORDINÁRIA. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR**, 01 Dezembro 2016. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Sumula_56_Reuniao_Ordinaria_CED.pdf>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

CED. SÚMULA-51ª REUNIÃO ORDINÁRIA. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR**, 07 Julho 2016. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Sumula_51_Reuniao_CED.pdf>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

CED. SÚMULA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA CED-CAU/BR. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR**, 11 Maio 2017. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/SUMULA_CED_60_REUNIAO_ORDINARIA.pdf>. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

CED. SÚMULA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA CED-CAU/BR. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR**, 31 Agosto 2017. Acesso em: 15 Dezembro 2017.

CENTER FOR THE STUDY OF ETHICS IN THE PROFESSIONS AT IIT. Convention of the American Institute of Architects (1909). **CSEP: Codes of Ethics Collection**, 2014. Disponível em: <<http://ethics.iit.edu/ecodes/node/5058>>. Acesso em: 23 Agosto 2014.

CHAMBERS, E. **Chamber's Encyclopaedia, A Dictionary of Universal Knowledge for the People**, Vol. II, 1870. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=Q1oMAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q=Chancellor%20&f=false>. Acesso em: 06 Fevereiro 2012.

COLEMAN, N. The Limits of Professional Architectural Education. **International Journal of Art & Design Education**, Corsham, v. 29, n. 1, p. 200-212, 2010.

CONFEA. Resolução 114. **CONFEA**, 1957. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=163&idTiposEmentas=5&Numero=>>. Acesso em: 30 Janeiro 2012.

CONFEA. Resolução 205. **CONFEA**, 1971. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=253&idTiposEmentas=5&Numero=205&AnoIni=&AnoFim=&PalavraChave=&buscarem=conteudo>>. Acesso em: 30 Janeiro 2012.

CONFEA. Resolução 401. **CONFEA**, 1995. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=449&idTiposEmentas=5&Numero=0401&AnoIni=&AnoFim=&PalavraChave=&buscarem=conteudo>>. Acesso em: 30 Janeiro 2012.

CONFEA. Decisão Normativa 69. **CONFEA**, 2001. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/downloads/0069-01.pdf>>. Acesso em: 30 Janeiro 2012.

CONFEA. Decisão Normativa 69. **CONFEA**, 2001. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/downloads/0069-01.pdf>>. Acesso em: 31 Janeiro 2012.

CONFEA. Resolução 1002. **CONFEA**, 2002. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/downloads/1002-02.pdf>>. Acesso em: 30 Janeiro 2012.

CONFEA. Resolução 1004. **CONFEA**, 2003. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/downloads/1004-03.pdf>>. Acesso em: 30 Janeiro 2012.

CONFEA. Manual de Procedimentos para a Verificação do Exercício Profissional. **CONFEA**, 2007. Disponível em: <<http://confea.org.br/media/manual2007.pdf>>. Acesso em: 07 Janeiro 2012.

CONFEA. História. **CONFEA**, 2012a. Disponível em: <<http://www.confea.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=917>>. Acesso em: 03 Fevereiro 2012.

CORNELL UNIVERSITY. Joan Ockman. **AAP Architecture Art Planning**, 2014. Disponível em: <<http://aap.cornell.edu/people/joan-ockman>>. Acesso em: 18 Agosto 2014.

CREA-PR. Manual do Profissional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. **CREA-PR**, Setembro 2004. Disponível em: <http://www.crea-pr.org.br/crea3/html3_site/manuais/Manual%20do%20Profissional.pdf>. Acesso em: 04 Janeiro 2012.

CREA-RS. Aviso de Penalidade. **DOU**, 2007. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/598079/dou-secao-3-08-06-2007-pg-119/pdf>>. Acesso em: 31 Janeiro 2012.

CREA-SP. Manual de Fiscalização e Legislação. **CREA-SP**, 2010a. Disponível em: <<http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/legislacao.pdf>>. Acesso em: 07 Janeiro 2012.

CREA-SP. O Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia. **CREA-SP**, Setembro 2010b. Disponível em: <http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/codigo_de_etica.pdf>. Acesso em: 05 Janeiro 2012.

CUFF, D. **Architecture: The Story of Practice**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1991.

CUTHBERT, A. R. **Designing Cities: Critical Reading in Urban Design**. 1a. ed. Malden: Blackwell Publishers Ltd., 2003.

DAVID, R. **Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo**. 3a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DORES, H. A. M. D. S. Currículo Lattes Heitor Antonio Maia da Silva Dore. **Sistema de Currículo Lattes**, 2017. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5384881398378308>>. Acesso em: 03 Janeiro 2018.

DOSSEL AMBIENTAL. **Proposta Comercial**. Dossel Ambiental Consultoria e Projetos. Brasília, p. 1-4. 2012.

DPOR. Disciplinary Actions. Dpor, 2009. Disponível em: <http://www.dpor.virginia.gov/regulantlookup/disciplinaryactions/pdf_orders/2008-03470_0401007971.pdf>. Acesso em: 07 Fevereiro 2012.

DURAND, J. C. **Arte, Privilégio e Distinção**. São Paulo: Perspectiva S.A., 1989.

DURAND, J. C. G. **A Profissão do Arquiteto. Estudo Sociológico. Tese de Mestrado Apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia da 5a Região (Guanabara), 1972.

DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. 4a Edição. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1966.

DURKHEIM, É. **Da Divisão do Trabalho Social**. 4a Edição. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ELDEEN, H. S. **First Scientific Conference: Sustainable Architectural an Urban Design. Ethics for Achitecture: Imperative Approach for Integrating Sustainable Thinking in Design Education**. Cairo: [s.n.]. 2004. p. 1-9.

ESTEVES, L. A. S. **Padrões de Profissionalismo para o Exercício da Arquitetura no Brasil: Uma reflexão sobre o Tema**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAU/USP, 2003.

FAROOQUE, L. **Heidegger and Attestations of Dwelling in the Discipline of Architecture**. New York: New School of Social Research, 2006.

FÁVERO, M. D. L. D. A. **A Universidade no Brasil: das origens a Reforma Universitária de 1968**. **Revista Educar** n 28 p.17-36, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acesso em: 21 Janeiro 2012.

FICHER, S. **Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo**. São Paulo: Ed. EDUSP, 2005.

-
- FNA. Quem é a FNA. **FNA**, 2012a. Disponível em: <<http://www.fna.org.br/site/secoes/pagina/87/Sobre-a-FNA>>. Acesso em: 26 Janeiro 2012.
- FNA. Como a FNA se organiza. **FNA**, 2012b. Disponível em: <<http://www.fna.org.br/site/secoes/pagina/89/Organizacao>>. Acesso em: 26 Janeiro 2012.
- FNA. Delegacias da FNA. **Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas**, 2017. Disponível em: <<http://www.fna.org.br/delegacias-da-fna/>>. Acesso em: 04 Janeiro 2018.
- FRASER, M. The Cultural Context of Critical Architecture. **Journal of Architecture** , London, v. 10, n. 3, p. 317-322, 2005.
- FREHSE, F. O Espaço na Vida Social: Uma introdução. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, 2013.
- GEORGIA TECH SCHOOL OF ARCHITECTURE. George B. Johnston. **School of Architecture-Georgia Tech**, 2014. Disponível em: <<http://www.arch.gatech.edu/people/george-b-johnston>>. Acesso em: 10 Agosto 2014.
- GRAHAM, G. Can there be Public Architecture? **The Journal of Aesthetics and Art Criticism**, Denver, v. 64, n. 2, p. 243-249, 2006.
- GUTMAN, R. **Architectural Practice: A Critical View**. New York: [s.n.], 1988.
- HARTOG, F. **Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. 1a. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. 17a. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- HAYES, W. H. Architectural Criticism. **The Journal of Aesthetics and Art Criticism**, London, v. 60, n. 4, p. 325-329, 2002.
- HECK, J. N. O Princípio Kantiano da Publicidade na Moral e no Direito. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 36, n. 115, p. 285-200, Fevereiro 2009..
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.
-

HÜROL, Y. Can Architecture be Barbaric? **Science and Engeneering Ethics**, New York , v. 15, p. 233-258, 2009.

IAB. Normas de Conduta Profissional do Arquiteto. **IAB**, 08 Maio 1964. Disponível em: <<http://www.iab.org.br/images/stories/iab-normas-conduta-profissional.pdf>>. Acesso em: 13 Janeiro 2012.

IAB. Estatuto do Instituto de Arquitetos do Brasil. **IAB**, Outubro 1989. Disponível em: <<http://www.iab.org.br/images/stories/iab-estatuto.pdf>>. Acesso em: 11 Janeiro 2012.

IAB. História. **IAB**, 2010a. Disponível em: <http://www.iab.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=46&Itemid=88>. Acesso em: 11 Janeiro 2012.

IAB. Um esclarecimento necessário: as diferenças entre IAB e CAU. **IAB**, 2010c. Disponível em: <www.iab.org.br/images/stories/iabxcau.pdf>. Acesso em: 11 Janeiro 2012.

IAB. O que é o IAB. **IAB**, 2010d. Disponível em: <http://www.iab.org.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=10&Itemid=21>. Acesso em: 11 Janeiro 2012.

IAB. Ética. **IAB**, 2010e. Disponível em: <http://www.iab.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=57&Itemid=19>. Acesso em: 13 Janeiro 2012.

IAB-CE. História do IAB-CE. **Instituto dos Arquitetos do Brasil do Ceará IAB-CE**, 2011. Disponível em: <<http://www.iabce.org.br/?view=category&page=146>>. Acesso em: 04 Janeiro 2018.

IAB-RJ. Direção Nacional do IAB tem novo Presidente. **Instituto dos Arquitetos do Rio de Janeiro IAB-RJ**, 2008. Disponível em: <<http://www.iabrj.org.br/direcao-nacional-do-iab-tem-novo-presidente>>. Acesso em: 04 Janeiro 2018.

IAB-RJ. Resposta do arquiteto Miguel Pereira a revista Projeto sobre o CAU. **IAB-RJ**, 16 Fevereiro 2011. Disponível em: <<http://www.iabRJ.org.br/resposta-do-arquiteto-miguel-pereira-a-revista-projeto-sobre-o-cau>>. Acesso em: 13 Janeiro 2012.

IAB-SP. Retificação da Alteração do Estatuto. **IAB-SP**, 16 Março 2005. Disponível em: <http://www.iabsp.org.br/estatuto_iab-sp.pdf>. Acesso em: 13 Janeiro 2012.

IDICIONÁRIO AULETE. Dicionário Aulete: Significado de Mecenato. **UOL**, 2012. Disponível em:

<http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbete&pesquisa=1&palavra=Mecenato>. Acesso em: 07 Fevereiro 2012.

IDS. **Proposta Comercial**. Instituto de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, p. 1. 2012.

IEL. **Código de Ética e Normas do Exercício Legal**. Instituto de Engenharia Legal. Rio de Janeiro, p. 1-6. 1997.

JENKINS, F. **Architect and Patron. A survey of professional relations and practice in England from the sixteenth century to present day**. 1a. ed. London: Oxford University Press, 1961.

JV. Gustav Radbruch e a fundamentação de uma Teoria Racionalista dos Direitos Humanos. **Jus Vigilantibus**, 2008. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/36307>>. Acesso em: 07 Fevereiro 2012.

KANT, E. **Crítica da Razão Prática**. Tradução de Afonso Bertagnoli. São Paulo: eBooksBrasil.com, 2004.

KAYE, B. **The Development of the Architectural Profession in Britain: A Sociological Study**. 1a. ed. London: George Allen & Unwin, 1960.

KOSTOF, S. (). **The Architect. Chapters in the History of the Profession**. Berkeley: University of California Press, 2000.

LAGUEUX, M. Ethics Versus Aesthetics in Architecture. **The Philosophical Forum**, Boston, v. XXXV, n. 2, p. 117-133, 2004.

LARSON, M. S. **The Rise of Professionalism: A Sociological Analysis**. 1a Edição. ed. Berkeley: University of California Press, 1977. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=0xCO08zrJncC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 30 Julho 2012.

LEFÉBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFÉBVRE, H. **Direito à Cidade**. 5a. ed. São Paulo: Centauro, 2015.

LEMOINE, A. Sobre ser Arquiteto e Urbanista no Brasil. **André Lemoine Blogspot**, 2011. Disponível em: <<http://andrelemoine.blogspot.com/2011/02/sobre-ser-arquiteto-e-urbanista-no.html>>. Acesso em: 21 Fevereiro 2012.

LEVINE, M. P.; MILLER, K.; TAYLOR, W. Introduction: Ethics and Architecture. **The Philosophical Forum**, Boston, v. 2, p. 103-115, 2004.

MACEDO, E. F. Breve Histórico do Código de Ética Profissional e de sua Aplicação no Sistema Confea/Crea. **CONFEA**, 01 Março 2011. Disponível em: <http://www.confea.org/media/etica_historico.pdf>. Acesso em: 04 Janeiro 2012.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva: Forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas**. 1a. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MEC. e-MEC. **Sistema e-Mec**, 2012. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 Janeiro 2012.

MELLO FILHO, J. H. **Anteprojeto da Resolução sobre o Procedimento para a Fixação das Sanções Ético Disciplinares: Minuta 1.0**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-13. 2013.

MELLO FILHO, J. H. **Anteprojeto da Resolução sobre o Procedimento para a Fixação das Sanções Ético Disciplinares: Minuta 1.1**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-13. 2013.

MELLO FILHO, J. H. **Anteprojeto da Resolução sobre o Procedimento para a Fixação das Sanções Ético Disciplinares: Minuta 2.0**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. São Paulo, p. 1-22. 2013.

MELLO FILHO, J. H. **Minuta 0.0 do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-18. 2013.

MELLO FILHO, J. H. **Minuta 2.1 do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-50. 2013.

MELLO FILHO, J. H. **Minuta 3.0 do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, p. 1-38. 2013.

MELLO FILHO, J. H. **Minuta 3.1 do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-30. 2013.

MELLO FILHO, J. H. **Minuta 3.2 do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-24. 2013.

MELLO FILHO, J. H. **Minuta 3.3 do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-24. 2013.

MELLO FILHO, J. H. **Minuta 6.0 do Anteprojeto do Código de Ética**. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Brasília, p. 1-22. 2013.

MELLO FILHO, J. H. D. **Comentários ao Código de Ética do Conselho de Arquitetura e Urbanismo**. 1ª edição. ed. São Paulo: Creative Commons 2017 Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, 2017.

MERRIAM-WEBSTER INC. **Webster's Ninth New Collegiate Dictionary**. Massachusetts: Merriam Webster Inc. Publishers, 1990.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário Inglês & Português**. São Paulo: Melhoramentos, 1992.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO Nº 2**. Brasília: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2010.

- MUNARI, L. **O Costume da Arte**. São Paulo: FUPAM, 2002.
- MUNARI, L. **Reflexões e Exercícios sobre a História da Arte. Livre Docência**. São Paulo: FAU/USP, 2008.
- NCARB. Ethics and Professional Rules of Conduct: Distinction and Clarification. **Ncarb**, 2008. Disponível em: <<http://www.ncarb.org/Publications/Mini-Monographs/~media/Files/PDF/Mini-Monographs/EthicsConductMM.ashx>>. Acesso em: 07 Fevereiro 2012.
- NCARB. Rules of Conduct. **Ncarb**, 2008-2009. Disponível em: <<http://app.ncarb.org/Forms/roconduct.pdf>>. Acesso em: 07 Fevereiro 2012.
- NCARB. ARE History. **NCARB**, 2009. Disponível em: <<http://www.ncarb.org/en/ARE/ARE-Overview/ARE-History.aspx>>. Acesso em: 07 Fevereiro 2012.
- NOORI, K. A. **Transvaluation of Architecture: A Perspective on Performative Value in Architecture**. Calgary: Faculty of Environmental Design - University of Calgary, 2011.
- NORA, P. Entre Memória e História. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, Dezembro 1993.
- NOVAES, A. (). **Ética: Vários Autores**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- OAB/BR. **Código de Ética e Disciplina**. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Brasília, p. 1-10. 1995.
- OCKMAN, J.; WILLIAMSON, R. **Architecture School: Three Centuries of Educating Architects in North America**. Cambridge. Massachusetts: MIT Press, 2012.
- OLIVEIRA, A. F. **A Regulamentação do Exercício Profissional da Arquitetura e Urbanismo no Brasil**. Salvador: Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura da UFBA, 2011.
- PARCELL, S. **Four Historical Definitions of Architecture**. 1a. ed. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2012.

PEREIRA, M. **Arquitetura: Cultura, Formação, Prática e Política Profissional**. São Paulo: Ed. Pini, 2005.

PEREZ, A. L. D. C. **A Ética do Arquiteto e Urbanista: Um Estudo Deontológico**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU/USP, 2012.

PEREZ, A. L. D. C. O Ensino da Ética e da Prática Profissional nas Escolas de Arquitetura. **Caderno ABEA**, Camboriú, v. 39, p. 478-494, Outubro 2014. ISSN 2177-3734.

PIAZZA, G. **Fundamentos da Ética e Exercício Profissional**. Porto Alegre: CREA-RS, 2000.

PINIWEB. Colégio Brasileiro de Arquitetos responde a mais de 30 perguntas sobre a implantação do CAU. **PNI**, 2011. Disponível em: <<http://piniweb17.pini.com.br/construcao/arquitetura/colégio-brasileiro-de-arquitetos-responde-a-33-duvidas-sobre-a-208860-1.aspx>>. Acesso em: 03 Janeiro 2018.

RABELO, C. **Arquitetos na Cidade: Espaços Profissionais em Expansão** (Rio de Janeiro, 1925-35). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Tese, 2011.

RADBRUCH, G. **El Espíritu Del Derecho Inglés**. 1a. ed. Madrid: Revista Occidente, 1958.

RADBRUCH, G. **Introdução a Filosofia do Direito**. 1a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RADBRUCH, G. **O Espírito do Direito Inglês e a Jurisprudência Anglo-Americana**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

RIBA. Code of Professional Conduct. **RIBA**, 2005-2007. Disponível em: <<http://www.architecture.com/Files/RIBAProfessionalServices/ProfessionalConduct/Constitution/CodeOfConduct/2005RIBACodeOfProfessionalConduct.pdf>>. Acesso em: 08 Maio 2010.

RIBA. Charter and Byelaws. **RIBA**, 2009. Disponível em: <http://www.architecture.com/Files/RIBAProfessionalServices/ProfessionalConduct/Constitution/charter_byelaws.pdf>. Acesso em: 07 Fevereiro 2012.

RIBA. Guidance on the RIBA Disciplinary Process and Procedures. **RIBA**, 2011g. Disponível em:

<<http://www.architecture.com/Files/RIBAProfessionalServices/Practice/ProfessionalConduct/GuidanceontheRIBADisciplinaryProcessandProcedures.pdf>>. Acesso em: 07 Fevereiro 2012.

RIHA, R. Architecture and New Ontologies. In: BICKERT, J. **Project Architecture: Creative Practice in the Time of Global Capitalism**. Ljubljana: [s.n.], 2010. p. 83-95.

RODRIGUES, M. D. L. **Sociologia das Profissões**. 2a. ed. Oeiras: Celta Editora, 2002.

SALVATORI, E. Arquitetura no Brasil: Ensino e Profissão. **Unisinos**, Julho/Dezembro 2008. Disponível em: <<http://www.arquiteturarevista.unisinos.br/pdf/52.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

SEGAWA, H. Perguntas Oportunas. Respostas Tortas. In: SEGAWA, H.; QUINTANA, I. G.; SILVA, A. F. **Crítica de Arquitetura: ensaios Latino-Americanos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2013. p. 175-192.

SELL, S. C. A Ética dos Códigos de Ética. **Alcance: Revista de Divulgação Científica**, Itajaí, v. 7, n. 1, p. 75-85, Junho 2000.

SEGNINI JR., F. **A Prática Profissional do Arquiteto em Discussão. Tese de Doutorado**. São Paulo: FAU/USP, 2002

SILVA NETO, N. F. Currículo do Sistema Lattes. **Lattes CNPQ**, 2017. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5179722573178460>>. Acesso em: 04 Janeiro 2018.

SOARES, G. F. S. **Common Law. Introdução ao Direito dos EUA**. 1a. ed. São Paulo: Afiliada, 1999.

SOLÀ, J. M. P. I. Josep Danés (1891-1955), Arquitecto. Un estudio de caso al serviço de la Història Social de las proffisiones liberales en Catalunya. **Revista Bibliogràfica de Geografia y Ciencias Sociales da Universidade de Barcelona**, Barcelona, v. XVI, n. 907, Janeiro 2011.

SOUZA, F. Uma Reflexão sobre a Resolução 1010. **UFMA**, 2012. Disponível em: <http://www.dee.ufma.br/~fsouza/anais/arquivos/13_72_765.pdf>. Acesso em: 29 Janeiro 2012.

STEVENS, G. **Um Círculo Privilegiado**: Fundamentos sociais da distinção arquitetônica. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

TAFURI, M. The Crises of Utopia: Le Corbusier at Algiers. In: TAFURI, M. **Architecture and Utopia**: Design and Capitalist Development. 1a. ed. London: MIT Press, 1976. p. 125-149.

TEUBA. **Proposta para Elaboração do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR**. Teuba Arquitetura e Urbanismo Ltda. São Paulo, p. 1-35. 2012.

THE LAW SOCIETY. The Law Society of England and Wales. **The Law Society**, 2012. Disponível em: <<http://www.lawsociety.org.uk/home.law>>. Acesso em: 16 Outubro 2011.

UIA. **ACCORD UIA pour la recommandation de règles**. 1ª. ed. Beijing: UIA, 1999.

UIA. **Carta para a Formação do Arquiteto**. Tokyo: UNESCO, 2011.

UIA. Professional Practice Commission. **International Union of Architects**, 2017. Disponível em: <<http://www.uia-architectes.org/en/exercer/exercice-professionnel/commission-uia#.WmYy2K6nHIU>>. Acesso em: 11 Janeiro 2018.

UNIVERSITY OF MINNESOTA. Collage of Design - About the Collage. **University of Minnesota**, 2014. Disponível em: <http://design.umn.edu/about/news/from_dean_fisher/>. Acesso em: 08 Agosto 2014.

VARGAS, J. P. Direito Inglês (Desenvolvimento Histórico e Organização Judiciária). **Issuu**, 2011. Disponível em: <http://issuu.com/protasiovargas/docs/direito_ingles>. Acesso em: 14 Janeiro 2012.

VILAR, D. Matriz Americana de Direito Constitucional: caracteres inovadores e influências. **Mundialista**, 2010. Disponível em: <<http://www.mundialistas.com.br/blog/?p=2369>>. Acesso em: 24 Outubro 2011.

VITRUVIUS POLLIO, M. **Tratado de Arquitetura/Vitrúvio; tradução e notas M. Justino Maciel**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WACKS, R. **Law: A Very Short Introduction**. 1a. ed. New York: Oxford Press, 2008.

WAISMAN, M. Historiografia Arquitetônica, Caracterización de la Disciplina. In: WAISMAN, M. **El Interior de la História: Historiografia arquitetônica para uso de latinoamericanos**. Bogotá: Escala, 1993. p. 14-13.

XAVIER, C. L. C. Clélia Leite Carvalho - Escavador. **Escavador**, 2018. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/1446756/clelia-leite-carvalho#profissional>>. Acesso em: 28 Janeiro 2018.

ZIMMERMAN, M. E. Architectural Ethics, Multiculturalism, and Globalization. **Professional Ethics**, New Orleans, v. 11, n. 4, p. 1-14, 2003.

II. ARQUIVOS DE ÁUDIO E VÍDEO

14ª Reunião Ordinária do Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Produção: CED-CAU/BR. Intérpretes: CED. [S.I.]: CAU/BR. 2013. 10 arquivos de VÍDEO formato VOB.

20ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Intérpretes: CED. [S.I.]: CAU/BR. 2013. Arquivo em vídeo 1 DVD.

21ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Intérpretes: CED. [S.I.]: CAU/BR. 2013. Arquivo em vídeo 2 DVDs.

21ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR 08 e 09 de Agosto. Intérpretes: CAU/BR. [S.I.]: CAU/BR. 2013. Arquivo em vídeo 1 DVD.

22ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Intérpretes: CED. [S.I.]: CAU/BR. 2013. Arquivo em vídeo 2 DVDs.

22ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/BR 05 e 06 de Setembro. Intérpretes: CAU/BR. [S.I.]: CAU/BR. 2013. 4 arquivos de VÍDEO formato WMV.

23ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Intérpretes: CED. [S.I.]: CAU/BR. 2013. Arquivo em vídeo 4 DVDs.

4º Seminário da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR (10ª Reunião Ordinária). Intérpretes: CED. [S.I.]: CAU/BR. 2012. 34 arquivos de VÍDEO formato VOB.

CED. 2º **Seminário da Comissão de Ética e Disciplina**. Recife: CAU/BR, 2012. 9 arquivos áudio formato MP3 - 609,83 Mb.

CED. 3º **Seminário da Comissão do Código de Ética e Disciplina (8ª Reunião Ordinária do CED-CAU/BR)**. Curitiba: CAU/BR, 2012. 4 arquivos de áudio formato WAVE.

CED. 3ª **Reunião Plenária Ordinária da Comissão Ética e Disciplina**. Curitiba: CAU/BR, 2012. 4 arquivos de áudio WAVE - 547 Mb.

CED. 3º **Seminário Curitiba Comissão de Ética e Disciplina (8ª Reunião Ordinária CED-CAU/BR)**. Curitiba: CAU/BR, 2012. 4 arquivos áudio formato MP3.

CED. 13ª **Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED CAU/BR**. Brasília: CAU/BR, 2013. 4 arquivos áudio formato MP3.

CED. 15ª **Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR**. Brasília: CAU/BR, 2013. 4 arquivos em ÁUDIO formato MP3.

CED. 16ª **Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR**. [S.I.]: CAU/BR, 2013. 3 arquivos em ÁUDIO formato MP3.

CED. 17ª **Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR**. Brasília: CAU/BR, 2013. 2 arquivo em ÁUDIO formato MP3.

CED. 18ª **Reunião Ordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR**. Brasília: CAU/BR, 2013. 5 arquivos de ÁUDIO formato MP3.

CED. 2ª **Reunião Extraordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR**. Belém: CAU/BR, 2013. 3 arquivos de ÁUDIO formato MP3.

CED. 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ética e Disciplina. Brasília: CAU/BR, 2013. 3 arquivos áudio formato MP3 - 192,3 Mb.

CED. 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ética e Disciplina CED-CAU/BR. Brasília: CAU/BR, 2013. 3 arquivos ÁUDIO formato MP3.

ANEXOS

I. PESQUISA INSTITUTO ANIS

	1
Sumário	
Apresentação.....	2
1. Procedimentos Metodológicos	2
2. Principais Resultados	5
3. Quadro Resumo do Levantamento Bibliográfico	9
4. Referências Bibliográficas dos Documentos Recuperados.....	28

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CAU/BR Nº 34/2012

Produto 01 - Levantamento Bibliográfico sobre o estado da arte do debate mundial sobre
ética na arquitetura e urbanismo

Brasília, janeiro de 2012

2

Apresentação

O presente documento apresenta o Produto 1 - Levantamento Bibliográfico sobre o estado da arte do debate mundial sobre ética na arquitetura e urbanismo. O produto teve como objetivo levantar o estado da arte da discussão científica mundial sobre questões éticas relevantes para o exercício profissional de arquitetos e urbanistas, nos últimos 10 anos (2002-2012).

1. Procedimentos Metodológicos

Para o levantamento bibliográfico foi realizada pesquisa em bases de dados nacionais e internacionais. Foram recuperados os textos de acesso aberto, ou seja, disponíveis para consulta e gravação. A pesquisa abrangeu artigos de periódicos científicos, teses e dissertações.

Houve certa complexidade em encontrar os termos-chave e em relacionar o assunto diretamente ao tema proposto para a pesquisa. Há abordagem pouco significativa nos estudos em nível nacional e internacional com abrangência na área proposta e, consequentemente, com preocupação direta relacionada à ética no desenvolvimento da prática profissional do Urbanista e do Arquiteto.

O levantamento bibliográfico foi realizado utilizando o software de gerenciamento bibliográfico *Endnote X5*. O software é fundamental para organização do material bibliográfico encontrado. Há outra opção de software e, neste caso, gratuito, denominado *Mendeley*. A biblioteca gerada no *Endnote X5* pode ser migrada para qualquer gerenciador bibliográfico com reconhecimento a extensão *.xls* ou a linguagem de marcação *XML*. A pesquisa foi realizada em bases nacionais e internacionais. As bases e suas respectivas características serão abordadas a seguir:

1. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)** – base de dados nacional mantida pelo Ibmct. Abrange as teses e dissertações produzidas nas universidades brasileiras.
2. **Scientific Electronic Library Online (SciELO)** – base de dados de periódicos científicos na América Latina.

4

- Urban Planning and ethics;
- Practice professional and architect;
- Landscape Planning and ethics.

As palavras-chave utilizadas nas bases nacionais foram as seguintes:

- Arquitetura e crítica;
- Arquitetura e código de conduta;
- Arquitetura e moral;
- Arquitetura e filosofia;
- Arquitetura e ética;
- Código de ética e arquitetura;
- prática profissional e arquitetura;
- Filosofia e arquitetura;
- Arquitetura contemporânea;
- Arquitetura moderna;
- planejamento urbano e ética
- urbanismo e ética;
- urbanismo e moral.

Em relação aos dados numéricos da pesquisa, foram encontrados 45 documentos relevantes, dos quais 32 artigos de periódicos, 4 dissertações e 9 teses. Em relação aos termos-chave, a recuperação do termo ética totalizou 21 documentos, que equivalem a 46,67% do total.

Os periódicos encontrados na pesquisa foram os seguintes:

1. Asian Culture and History;
2. Atenas;
3. Ciência da Informação;
4. Environmental Philosophy;
5. Eure (Santiago);
6. Ethics For Architecture;

6

A situação atual da rotina profissional do arquiteto e urbanista no Brasil é marcada por questões éticas e problemas relacionados à prática profissional. A relação entre clientes, empregados, parceiros e colegas se encontra confusa e pouco delimitada, gerando práticas que ferem preceitos estabelecidos nos códigos de ética que regem a profissão. Entre elas estão o desmentimento no que se refere à comissão (chamada atualmente, no mercado de “reserva técnica”) recebida dos fornecedores de materiais, mobiliários e etc.; a concorrência de serviços pelo menor preço, a desconfiança em projetos realizados por outros profissionais; a substituição de colegas recebendo honorários ou salários mais baixos e a forma de realização dos concursos, que inicialmente deveriam incentivar a projeção de novos profissionais no mercado de trabalho. [...] O desenvolvimento da profissão do arquiteto e urbanista no Brasil se deu, primeiramente, pela evolução do sistema de ensino, por vezes adquirido em escolas com acentuado perfil artístico, como a escola de Belas Artes no Rio de Janeiro, ou por vezes, adquirido nas escolas de engenharia com caráter de especialização em arquitetura, onde formavam os engenheiros arquitetos. Em segundo lugar, no estabelecimento das entidades profissionais e, por último, na organização legal da profissão. (PEREZ, 2012, p. 138)

O Estudo de Perez (2012) também será base para próxima fase da pesquisa (Produto 2), pois contextualiza a prática profissional no Brasil, Reino Unido e Estados Unidos, apresentando também uma análise comparativa entre os diferentes códigos de postura profissional nesses países. De maneira atualizada o estudo aborda, no Brasil, a criação do CAU/BR.

De acordo com o estudo os códigos de ética e conduta elaborados no Brasil pelos diferentes institutos de arquitetura têm em geral um caráter informativo e educativo, não levando ao exercício profissional, apenas restringe a participação nas associações profissionais. Ao se referir da criação do CAU/BR, a autora analisa a possibilidade da criação de um código de ética mais abrangente, capaz de responder os principais conflitos éticos relacionados à prática profissional.

Outro estudo relevante sobre ética na arquitetura recuperado no estudo analisa o ensino das disciplinas de ética para o comprometimento dos estudantes e futuros profissionais com a sustentabilidade ambiental. De acordo com o trabalho de Elden (2004, p.2):

Education for sustainability, therefore, implies the acknowledgement that the architect's fundamental responsibility is an ethical one. It is to create environmentally responsive designs, creating connections between people and between people and aspects of place. Hence, his responsibility is to pursue balance in man's life by working for justice towards natural environment, for the good of all, with long term perspective.

5

7. Internacional Journal of Art and Design Education;
8. Journal of Aesthetic Education;
9. Journal of Architectural Education;
10. Journal of Architecture;
11. Journal Society of Architectural Historians;
12. Kriterion;
13. New German Critique;
14. Novos Estudos – CEBRAP;
15. The Philosophical Forum;
16. Philosophy;
17. Physics Works;
18. Professional Ethics;
19. Project Architecture;
20. Science and Engineering Ethics;
21. Technology and Culture.

Ocorre a prevalência do idioma inglês nos documentos encontrados. Os valores ficaram distribuídos da seguinte forma: o idioma inglês representa 71,11% com a abrangência de 28 documentos. Em seguida, foram encontradas 9 ocorrências com o idioma de escrita em português, totalizando 20% do material. O idioma espanhol totaliza 4 ocorrências, o que equivale a 8,89% do material coletado.

2. Principais Resultados

O material encontrado no levantamento possui 3 abordagens básicas onde as temáticas são desenvolvidas em três vertentes relacionadas à ética na arquitetura e consideradas a seguir: 1) O planejamento urbano, 2) a prática profissional e, por último, 3) fundamentação teórico-filosófica.

Na vertente da prática profissional há uma definição clara e definida a seguir:

<div data-bbox="375 1512 454 1727"> <p>Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero</p></div> <p data-bbox="470 1400 486 1727">Na abordagem do planejamento urbano pode se considerar:</p> <p data-bbox="502 1187 782 1601">A la planificación normativa funcionalista se le puede criticar también su ingenuidad por plantear que toda necesidad podía ser satisfecha con la misma respuesta; por pensar que, siendo las necesidades de todos los hombres equivalentes (habitar, trabajar, entretenerse y circular), el diseño de una forma ideal bastaba para satisfacer a todos los hombres, en todas las naciones y sobre cualquier geografía. Ante esto, Niklas Luhmann levanta con ironía su concepto de "equivalentes funcionales", proponiendo que una necesidad podía ser satisfecha con múltiples alternativas, todas ellas equivalentes entre sí. Esto se relaciona con una visión de la complejidad que llama a abandonar la causalidad, ya que el engranaje entre causas y efectos que establece un observador depende siempre de los intereses con los que ordena el objeto, o en la medida en que confiere importancia a determinados efectos. El mundo viene así definido como la infinitud de las posibles relaciones entre causas y efectos que en sí mismas son axiológicamente neutrales, pero que en virtud de la preferencia de los valores de un observador pueden adquirir una estructura de relevancia. (GREENE, 2005, p. 79)</p>	<div data-bbox="702 649 798 907"> <p>Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero</p></div> <p data-bbox="798 235 941 907">profissional, uma vez que as obras propostas por esses profissionais geram impactos diretos no cotidiano das pessoas e, portanto, devem estar preocupados com as melhores práticas para melhorar a vida dos usuários que se utilizam das obras realizadas pelos arquitetos e urbanistas, uma vez que estes profissionais têm, de fato, um papel importante a desempenhar na melhoria da sociedade.</p>
--	---

3. Quadro Resumo do Levantamento Bibliográfico								
Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
Ethical and traditional concerns in contemporary Japanese design	Abdolmaleki, Parisa Yazdanpanah e Daneshafar, Ehsan	Asian Culture and History	2011	CCS	Artigo	The research method for this article is a comparative analysis between the architects' particular projects and Japan's ethical and traditional design ideas, formed through the history of architecture in this country.	Ethical-traditional concerns, Japanese design,	Artigo sobre a cultura japonesa aplicada na arquitetura contemporânea, superficial.
Toward a Cosmopolitan Ethics in Architecture: Bruno Taut's Translations out of Germany	Akcan, Esra	New German critique	2006	Jstor	Artigo	My two intentions in this article are to exemplify a cultural practice that complicates the received notions about modernism's relation with "non-Western" countries by using a theoretical framework that I call translation.	Ethical-traditional concerns, Japanese design,	Aborda o impacto do pós modernismo na arquitetura japonesa e ocidentalização.
New directions in architectural ethics	Allen, Arthur	Journal of architectural education	2003	Wiley	Artigo	On May 5, 2002, The Edmonton Journal published a trenchant article, "Hard Time, Hard Cons," by Dan Gardner, reporting on controversial "supermax" prisons developed in the United States and now in use or under review in two Canadian provinces.	Ethics	Aborda a arquitetura e sistema prisional.

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
Building the good life: Architecture and politics	Aslan, Ali	—	2010	Proquest	Tese	This dissertation examines the relationship between architecture and democratic politics in late-modernity. It identifies the refusal of architects to consider the political dimensions of their work following the failures of 20th century High Modernism and the scant attention that the intersection between architecture and politics has received from political theorists as a problem.	Urban planning; political science; Architecture	Aborda a política habitacional no planejamento urbano.
Built upon love: architectural longing after ethics and aesthetics	Barrie, T	Journal of architectural education	2007	Wiley	Artigo	In this ambitious and expansive book, Alberto Pérez-Gómez argues that there is a much broader context within which architecture operates and is experienced. The author focuses on the hidden and mysterious aspects of architectural space and form to argue that traditionally...	Ethics	Aborda a concepção geométrica em construções na arquitetura.
Entre libros de historia urbana. Para una historiografía de la ciudad y el urbanismo en América Latina	Castillo Fernández, Simón	Eure(santiago go)	2009	Scielo	Artigo	Este libro es una reflexión sobre la historiografía urbana en Latinoamérica, paradójicamente escrita por un urbanista venezolano que no es historiador. Sin embargo, siguiendo una corriente inaugurada por Richard Morse y Jorge Hardoy, el autor entrega un consistente balance y una proyección de esta rama histórica en la región.	Epistemología; Urbanismo;	Aborda concepciones epistemológicas sobre a história urbana e o urbanismo.

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
The Limits of Professional Architectural Education	Coleman, Nathaniel	International Journal of Art & Design Education	2010	Wiley	Artigo	Professional architectural education is overwhelmingly predicated on skills development. Consequently, the humanities are given short shrift. Students overburdened with an abundance of practical tasks cannot be expected to do much beyond completing studio project work with any degree of depth. Such splitting has a negative outcome: at the end of their education, many graduates still have difficulty constructing a convincing argument about their own work.	Ethics	Aborda a deficiência no ensino da arquitetura nas universidades e a abordagem do ensino do design nas faculdades.
Critical Point Lab architecture	Crease, R. P.	Physics world.	2008	Physics	Artigo	There are few more dramatic illustrations of the vicissitudes of laboratory architecture than the contrast between Building 20 at the Massachusetts Institute of Technology (MIT) and its replacement, the Ray and Maria Stata Center. Building 20 was built hurriedly in 1943 as temporary housing for MIT's famous Rad Lab, the site of wartime radar research, and it remained a productive laboratory space for over half a century.	Ethics	Aborda o design de edifícios na arquitetura contemporânea.

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
An ethics of freedom for architectural design practice	D'Anjou, P.	Journal of Architectural Education	2011	wiley	Artigo	Ethics based on subjectivity and freedom is little recognized as a plausible ground for informing the ethical practice of architectural design. Sartre's existentialism is suited to address the ethical issue of architectural design freedom and subjectivity, and, as such, to contribute to an ethical framework for architectural design practice	Ethics	Aborda a prática da ética no projeto arquitetônico com base na filosofia de Sartre.
Sociabilidade, crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965)	Dedecca, Paula Gorenstein	—	2012	USP	Dissertação	Discutir a unidade e a pluralidade no meio arquitetônico paulista, a partir de suas redes de sociabilidade, espaços de profissionalização e movimentações críticas.	Arquitetura moderna; arquitetura (crítica); Instituto de arquitetos do Brasil	Aborda a trocas culturais entre projetos e culturas no espaço urbano.
Architecture Can Save the World: Building and Environmental Ethics	Delancey, Craig	The Philosophical Forum	2004	wiley	Artigo	Environmental ethics provides something new to architecture: decisive ethical design criteria. Because of their relative novelty, these criteria in turn create the framework for a new and potentially unique reconsideration of the aesthetics of architecture.	Ethics	Aborda a estética e a funcionalidade do projeto arquitetônico.

Landscape architecture and social responsibility: Emerging concepts from a study of practice	Brown, Kyle Douglas	–	2002	University of Massachusetts	Tese	Professions such as landscape architecture have long laid claim to altruistic concepts of working for the betterment of society, as opposed to their own special interests. In recent time within the United States, such altruistic claims have come into question, as a skeptical public has challenged the true motivations of professionals.	Urban planning; Professional ethics	Aborda a prática do estudante na arquitetura.
Ethics for architecture	Eldeen, Heba Safey	Trabalho em evento	2004	–	Artigo	Argues that education for sustainability calls for determining basic ethical concepts to be embedded within the introductory courses of the curricula. It aims at drawing a link between ethical reasoning attributes and key issues of sustainable thinking in design.	Ethics	Aborda a ética nos cursos de arquitetura.
Heidegger and attestations of dwelling in the discipline of architecture	Farooque, Lisa	–	2006	–	Tese	This dissertation investigates the status of Heidegger's Black Forest farmhouse as an exemplar of dwelling in his lecture/essay "Building Dwelling Thinking". Heidegger offers the lecture in a 1951 conference entitled, 'Man and Space' to an audience of architects burdened with the task of post-war recovery and rebuilding.	Philosophy, religion and theology; Architecture	Abordagem filosófica sobre as teorias na arquitetura com foco em Heidegger.

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
Toward an ontology of design philosophy in landscape architecture: Developing a personal design philosophy	Fields, Rhonda Erin	–	2010	–	Tese	This thesis uses qualitative inquiry to examine the process for developing a personal design philosophy. The larger goal of the study seeks to understand the universal and particulars of design as philosophy with the intent to develop an ontology for design philosophy in landscape architecture.	Ethics	Relata o processo de desenvolvimento do design na arquitetura.
The cultural context of critical architecture	Fraser, Murray	The Journal of Architecture	2005	Westminster	Artigo	In shaping the conference themes, we were aware of two underlying requirements for critical architecture: the desire to be openly critical of the society in which it finds itself, and the need to criticise its own methods of practice and production. How then might architecture ensure that it is genuinely critical, and that this will not only be about negation, of saying 'no', but also allow positive, constructive possibilities.	Ethics	Aborda a questão da cultura no projeto arquitetônico.

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
Formación del Concepción metropolitana a través de los grandes conjuntos residenciales: Aportaciones del urbanismo moderno	Fuentes, Pablo; Pérez, Leonel	Atenea(Concepción)	2012	Scielo	Artigo	La consolidación de la zona como área industrial de importancia estratégica nacional tuvo entre sus principales consecuencias espaciales el emplazamiento de una cantidad importante de conjuntos habitacionales desarrollados partir de la instalación de diversos enclaves industriales, y consecuentemente, la conformación del territorio que actualmente se reconoce como Área Metropolitana de Concepción. Las ciudades que la conformaron pasaron a ser una zona privilegiada para establecer a obreros y empleados del sector industrial.	Arquitetura moderna; Urbanismo	Aborda o problema habitacional em grandes cidades e as intervenções urbanísticas.

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
Architecture's phenomenology and crisis	Furtado, José Luiz	Kriterion: Revista de Filosofia	2006	Scielo	Artigo	Ao se fazer no espaço limítrofe entre a engenharia e a arte, a arquitetura enfrenta simultaneamente problemas estéticos e técnicos. Esta situação a torna tarefa sempre inacabada, ciência tecida no diálogo constante entre dois valores e fazeres tradicionalmente antagônicos. Diante desse quadro, busca-se comumente enraizar a arquitetura em fundamentos exteriores aos seus próprios conceitos, seja na improvisação criadora dos indivíduos, inerente à vida urbana, ou nos diversos saberes sobre o homem que equacionam as necessidades universais às quais ela deveria responder	Arquitetura; Fenomenologia; Estética	Abordagem filosófica sobre a arquitetura contemporânea.
Architecture and philosophical ideation: An analysis of the role of theoretical ideas in architectural creation	Gerwin, James	-	2004	Carleton University	Tese	Discuss the relationship between architecture and philosophy, and reflect on what role theoretical ideas on aesthetics have played within the built environment. The primary body of the text will discuss the aesthetic theories of Marx and Engel and how their ideas of the role of the artist influenced architects following the Russian Revolution	Philosophy, religion and theology; Architecture	Abordagem filosófica sobre a arquitetura contemporânea.

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
Can There Be Public Architecture?	Graham, Gordon	The Journal of Aesthetics and Art Criticism	2006	wiley	Artigo	Can there be public architecture? Before this question can be answered, it needs to be explained. What is meant by "public architecture," and why should there be any difficulty about its possibility? The problem arises from the dominance of what I shall call "the Kantian aesthetic."	Ethics	Abordagem filosófica sobre a arquitetura contemporânea.
Pensar, dibujar, matar la ciudad: orden, planificación y competitividad en el urbanismo moderno	Greene, Ricardo	EURE (Santiago)	2005	Scielo	Artigo	Este artículo ofrece una mirada crítica sobre la planificación urbana contemporánea. Para ello se traza un recorrido que arranca con el proceso de surgimiento y caída del paradigma racional-normativo, sigue con el nacimiento de la planificación estratégica, continúa con la discusión de los alcances urbanos del ethos competitivo, del city-marketing y de la cosmética urbana, y termina con un análisis de los rankings internacionales bajo el paradigma de la ciudad informacional.	Rational Planning; urban marketing	Aborda o planejamento urbano.

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
Reinterpreting Sustainable Architecture: The Place of Technology	Guy, Simon; Farmer, Graham	Journal of Architecture Education	2001	-	Artigo	Examines the relationships between diverse technical design strategies and competing conceptions of ecological place making. It highlights the conceptual challenges involved in defining what we mean by calling a building "green" and outlines a social constructivist perspective on the development of sustainable architecture.	Ethics	Aborda a arquitetura sustentável.
Architectural Criticism	Hayes, William H.	The Journal of Aesthetics and Art Criticism	2002	Wiley	Artigo	It seems only common sense that we should want our buildings to be (at least) functional. Structurally sound, and aesthetically pleasing. Indeed, that triad has a long history in writings on architecture. At the beginning of the first century of our era	Ethics	Abordagem filosófica sobre a arquitetura contemporânea.

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
Can Architecture be Barbaric?	Hurul, Yonca	Science and Engineering Ethics	2009	Springer	Artigo	The main objective of this article is to interpret Teymur's question in respect of its connection to Adorno's philosophy with a view to make a contribution to the politics and ethics of architecture in Turkey. Teymur's question helps in providing a new interpretation of a critical approach to architecture and architectural technology through Adorno's philosophy.	Ethics of architecture; politics of architecture	Abordagem filosófica sobre a arquitetura contemporânea.
Ethics versus Aesthetics in Architecture	Lagueux, Maurice	The Philosophical Forum	2004	Wiley	Artigo	Why have we not witnessed the birth and rapid development of a new "architectures" devoted to the analysis and discussion of ethical problems raised by architecture? After all, an increasing number of architects and theoreticians of architecture have convincingly drawn attention to the ethical dimensions of their art.	Ethics	Abordagem filosófica sobre a arquitetura contemporânea.

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
Introduction: Ethics and Architecture	Levine, Michael P.; Miller, Kristine; Taylor, William	The Philosophical Forum	2004	Wiley	Artigo	This volume identifies new opportunities for philosophical speculation and critical inquiry in the fields of architecture, landscape architecture, and design studies. It indicates new areas of cross-disciplinary teaching and philosophical research, and opportunities for moral philosophers to advise design practitioners and professional institutes by rethinking relations between theory and practice.	Ethics	Abordagem filosófica sobre a arquitetura contemporânea.
Continuity of Singularities: urban architectures, ecology and the aesthetics of restorative orders	Muller, Brook	Environmental Philosophy	2007	Oregon	Artigo	This paper considers aesthetic potentialities when built and natural orders are considered together, specifically when an architectural investigation and ecological restoration are articulated as one integrated problem.	Ethics	Aborda a arquitetura sustentável.

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
Transvaluation of architecture: A perspective on performative value in architecture	Noori, Kamaran Ali	—	2011	University of Calgary	Tese	This research builds on the views that acknowledge the significant of value and evaluation in architecture. For this purpose, this research first provides a general overview to the discussion and interpretations of human values in general and specifically across different fields like philosophy, economic, science, and others.	Architecture; philosophy, religion and theology	Abordagem filosófica sobre a arquitetura contemporânea.
A regulamentação do exercício profissional da arquitetura no Brasil	Oliveira, Antonio Francismo de	—	2011	UFBA	Tese	Esta tese analisa em profundidade o sistema instituído pelo Governo Federal em 1933 para controlar a prática profissional da arquitetura no Brasil. O foco da tese está no período compreendido entre 1933 e 2007.	Exercício profissional da arquitetura; Controle da prática profissional; Conselhos profissionais brasileiros	Aborda o exercício profissional
A ética do arquiteto e urbanista: um estudo deontológico	Perez, Ana Luisa Dantas Coutinho	—	2012	USP	Dissertação	O propósito central da pesquisa está na investigação do comportamento profissional do arquiteto e urbanista, envolvendo seus valores e objetivos, frente às posturas dos códigos vigentes na profissão no Brasil e analisando comparativamente com outros países.	Ética profissional; prática profissional; arquitetura e urbanismo	Aborda o exercício profissional.

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo	Rabelo, Clévio Dheivas Nobre	—	2011	USP	Tese	Explora a atuação dos arquitetos no rio de Janeiro entre os anos de 1925 e 1935, por meio do exame de alguns espaços profissionais que eles ocuparam.	Profissão e trajetória profissional; arquitetura e urbanismo	Fundamentação teórica arquitetônica e urbanística.
Critical architecture: Introduction	Rendell, Jane	The Journal of Architecture	2005	Janerendell	Artigo	Examine the relationship between critical practice in architectural design and architectural criticism. The intention was to place architecture in an interdisciplinary context, and investigate the relationship between theory and practice...	Architecture and criticism;	Abordagem filosófica sobre a arquitetura contemporânea.
Architecture and new ontologies	Riha, Rado	Project architecture	2010	Saj	Artigo	The history of architecture and contemporary architectural discussion show that the encounters of architecture and philosophy are neither rare nor exceptional. The central thesis of this article is that today architecture and philosophy are connected in a way that goes beyond the variety of their interdisciplinary co-operation.	Architecture; philosophy; creative praxis	Abordagem filosófica sobre a arquitetura contemporânea.

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
Rankings, criatividade y urbanismo	Sabaté, Joaquín; Tironi, Manuel	EURE (Santiago)	2008	Scielo	Artigo	La competencia entre ciudades constituye uno de los factores impulsores de procesos de renovación urbana y los rankings han devenido instrumentos de medida de la calidad de las ciudades. Nos detendremos en el caso de un antiguo barrio industrial hoy en vías de transformación en distrito "creativo" por medio de una intervención urbanística de gran escala.	Urban renewal, city rankings, creative city	Urbanismo e planejamento arquitetônico.
El espacio público en el debate actual: Una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno	Salcedo Hansen, Rodrigo	EURE (Santiago)	2002	Scielo	Artigo	En las últimas décadas, los urbanistas post-modernos han argumentado que el espacio público está desapareciendo. Para ellos los espacios públicos, definidos como lugares de construcción de ciudadanía y encuentro social, han sido al menos parcialmente reemplazados por espacios pseudo-públicos, como el mall o la comunidad enrejada.	Public Space; Power resistance	Utilização de espaços públicos e arquitetura.

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
Architecture in the Age of Divided Representation: The Question of Creativity in the Shadow of Production (review)	Sanabria, Sergio	Technology and Culture	2006	Muse	Artigo	Important, erudite, dense, turgidly written, this complex assembly of several related tracts investigates how architecture has yielded a central autonomous role to technology and its instrumental values since the eighteenth century. The book joins a distinguished line of pessimistic assessments of technology, led by Jacques Ellul's The Technological Society (1954; English translation 1964).	Ethics	Fundamentação teórica arquitetônica e urbanística.
Revistas de arquitetura, urbanismo, paisagismo e design: a divergência de perspectivas	Segawa, Hugo; Crema, Adriana; Gava, Maristela	Ciência da Informação	2003	Scielo	Artigo	Trata de estabelecer as características atuais de revistas de arquitetura, urbanismo, paisagismo e design publicados no Brasil para um possível enquadramento como periódicos científicos ou técnicos.	Periódicos de arquitetura e urbanismo;	Fundamentação teórica arquitetônica e urbanística.
Architectural ethics, multiculturalism, and globalization	Zimmerman, Michael E	Professional Ethics	2003	Colorado	Artigo	In this essay, I approach architecture, ethics, and globalization from the perspective of postmodern theory, which has both influenced and been influenced by architectural theory.	Ethics	Fundamentação teórica arquitetônica e urbanística

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
Architecture and the ethics of authenticity	Spector, T	Journal of Aesthetic Education	2011	Muse	Artigo	Silos, mills, sheds, and refineries: Across most of Oklahoma's gently rolling prairie countryside these artistically uninformed structures often provide the only vertical punctuation to a landscape otherwise made of mostly horizontal lines. One of the pleasures of teaching architecture here is to participate in the intellectual progress of students.	Ethics	Fundamentação teórica arquitetônica e urbanística.
Arquitetura arruinada	Wisnik, Guilherme	Cebral	2010	SciELO	Artigo	Filho do artista surrealista chileno Roberto Matta, Gordon Matta-Clark nasceu em Nova York, em 1943. Estudou arquitetura na Cornell University, em Ithaca, onde em 1969 se aproximou de Dennis Oppenheim e Robert Smithson, no workshop Earth Art.	Ethics	Fundamentação teórica arquitetônica e urbanística.

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
The Empire of Masks: Pluralism and Monism in Politics and Architecture	Younés, Samir	Philosophy	2004	Jstor	Artigo	Of all the opposing dualisms in cultural debates, pluralism and monism have particularly occupied our minds on account of their wrenchingly polarizing effects. Whereas there seems to be a general agreement regarding monism as a reductive mentality that holds that only one single and unique approach is valid for a particular subject, there is much disagreement and uncertainty regarding the meanings of pluralism.	Ethics	Fundamentação teórica arquitetônica e urbanística.
Espaço e evento: considerações críticas sobre a arquitetura contemporânea	Sperling, David Moreno	—	2010	USP	Tese	Reflete sobre a possibilidade de existência de um campo de mobilidade para a ação crítica da arquitetura no mundo contemporâneo, marcado por consensos nas esferas social, econômica, política e cultural. [...] toma como partida a sistematização da teoria crítica de Bernard Tschumi.	Arquitetura crítica; arquitetura contemporânea	Fundamentação teórica arquitetônica e urbanística.
From Craft to Profession: The Practice of Architecture in Nineteenth-Century America	Simpson, P. H	Journal Society of Architectural Historians	2003	Oxford	Artigo	Architectural history is dominated by scholarship devoted to "star architects," although recent advocates of vernacular architecture have argued that ordinary buildings can equally powerfully illuminate issues of cultural meaning.	Ethics	Fundamentação teórica arquitetônica e urbanística

Título	Autores	Periódico	Ano	Base	Tipo	Resumo	Palavras-Chave	Observação
Notas sobre o conceito de propriedade e o lote urbano: Brasília	Winge, Erika	—	2007	UnB	Dissertação	Analisa o Plano Piloto apresentado para a nova capital do Brasil (Brasília) sob o ponto de vista da relação social de propriedade em sua dupla dimensão, social e espacial. São analisadas as relações estabelecidas entre o lote urbano e o conceito de propriedade...	Propriedade urbana; função social; urbanismo	Fundamentação teórica arquitetônica e urbanística.
Tradição, culturas construtivas e modernidade nas arquiteturas de terra	Taveira, Eduardo Salmar Nogueira e	—	2002	Unicamp	Dissertação	O fascínio pela globalização tem levado os arquitetos a se desviarem da essência do regionalismo. É um grave engano, é uma precipitação, adotar a inovação e a industrialização da arquitetura, sem que se tenha explorado profundamente os sistemas de construção que otimizam de forma global os recursos naturais locais.	Arquitetura de habitação; arquitetura moderna; arquitetura tropical	Aborda a tradição local nos projetos arquitetônicos e urbanísticos.

- 29
- Instituto de Bioética,
Direitos Humanos e
Gênero**
- DELANEY, Craig. Architecture Can Save the World: Building and Environmental Ethics. *The Philosophical Forum*, v. 35, n. 2, p. 147-159, 2004.
- ELDEEN, Heba Sifey. *Ethics for architecture*. In: FIRST SCIENTIFIC CONFERENCE SUSTAINABLE ARCHITECTURAL AND URBAN DESIGN. Cairo, 2004. p. 9.
- FAROOQUE, Lisa. *Heidegger and attestations of dwelling in the discipline of architecture*. 2006. 223 f. Dissertation (Doctor of Philosophy). - New School University, New York, 2006.
- FIELDS, Rhonda Erin. *Toward an ontology of design philosophy in landscape architecture: Developing a personal design philosophy*. 2010. 58 f. Thesis (Master of Landscape Architecture) - University of Texas at Arlington, Texas, 2010.
- FRASER, Murray. The cultural context of critical architecture. *The Journal of Architecture*, v. 10, n. 3, p. 317-322, 2005.
- FUENTES, Pablo; PÉREZ, Leonel. Formación del Concepción metropolitana a través de los grandes conjuntos residenciales: Aportaciones del urbanismo moderno. *Atenea (Concepto)*, p. 33-78, 2012.
- FURTADO, José Luiz. Architecture's phenomenology and crisis. *Kriterion: Revista de Filosofia*, v. 2, p. 0-0, 2006.
- GERWIN, James. *Architecture and philosophical Ideation: An analysis of the role of theoretical ideas in architectural creation*. 2004. 201f. Dissertation (Doctor of Architecture) - Carleton University, Canada, 2004.
- GRAHAM, Gordon. Can There Be Public Architecture? *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, v. 64, n. 2, p. 243-249, 2006.
- GREENE, Ricardo. Pensar, dibujar, matar la ciudad: orden, planificación y competitividad en el urbanismo moderno. *EURE (Santiago)*, v. 31, p. 77-95, 2005.
- GUY, Simon; FARMER, Graham. Reinterpreting Sustainable Architecture: The Place of Technology. *Journal of Architectural Education*, v. 54, n. 3, p. 140-148, 2001.
- HAYES, William H. Architectural Criticism. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, v. 60, n. 4, p. 325-329, 2002.

28

4. Referências Bibliográficas dos Documentos Recuperados

- ABDOLMALEKI, Parisa Yazdanpanahi; DANESHAFAR, Ehsan. Ethical and traditional concerns in contemporary Japanese design. *Asian Culture and History*, v. 3, n. 1, p. 115-124, 2011.
- AKCAN, Ezra. Toward a Cosmopolitan Ethics in Architecture: Bruno Taut's Translations out of Germany. *New German Critique*, New York, n. 99, p. 7, 2006.
- ALLEN, Arthur. New Directions in Architectural Ethics. *Journal of Architectural Education*, v. 56, n. 4, p. 68, 2003.
- ASLAM, Ali. **Building the good life: Architecture and politics**. 2010. 315 f. Dissertation (Doctor of Philosophy) - Duke University, North Carolina. 2010.
- BARRIE, T. Built upon Love: Architectural Longing after Ethics and Aesthetics. *Journal of Architectural Education*, v. 60, n. 3, p. 51-52, 2007.
- BROWN, Kyle Douglas. **Landscape architecture and social responsibility: Emerging concepts from a study of practice**. 2002. 179 f. Dissertation (Doctor of Philosophy) - University of Massachusetts, Massachusetts. 2002.
- CASTILLO, Fernández Simón. Entre libros de historia urbana. Para una historiografía de la ciudad y el urbanismo en América Latina. *EURE (Santiago)*, v. 35, p. 171-176, 2009.
- COLEMAN, Nathaniel. The Limits of Professional Architectural Education. *International Journal of Art & Design Education*, v. 29, n. 2, p. 200-212, 2010.
- CREASE, R. P. Critical Point Lab architecture. *Physics world*, Bristol, England, v. 21, n. 4, p. 19-21, 2008.
- D'ANJOU, P. An ethics of freedom for architectural design practice. *Journal of Architectural Education*, v. 64, n. 2, p. 141-147, 2011.
- DEBECCA, Paula Gorenstein. **Sociabilidade, crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965)**. 2012. 402 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo. 2012.

31

- SEGAWA, Hugo; CREMA, Adriana; GAVA, Maricela. Revistas de arquitetura, urbanismo, paisagismo e design: a divergência de perspectivas. *Ciência da Informação*, v. 32, p. 120-127, 2003.
- SIMPSON, P. H. From Craft to Profession: The Practice of Architecture in Nineteenth-Century America, by Mary N. Woods. *Journal Society of Architectural Historians*, v. 62, p. 265-267, 2003.
- SPECTOR, T. Architecture and the ethics of authenticity. *Journal of Aesthetic Education*, v. 45, n. 4, p. 23-33, 2011.
- SPERLING, David Moreno. **Espaço e evento: considerações críticas sobre a arquitetura contemporânea**. 2010. 190 f. (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo. 2010.
- TAVEIRA, Eduardo Salmar Nogueira e. **Tradição, culturas construtivas e modernidade nas arquiteturas de terra**. 2002. 53 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Artes, Unicamp, Campinas. 2002.
- WINGE, Erika. **Notas sobre o conceito de propriedade e o lote urbano**. Brasília. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB, Brasília. 2007.
- WISNIK, Guilherme. **Arquitetura arruinada. Novos Estudos - CEBRAP**. p. 193-197, 2010.
- YOUNES, Samir. The Empire of Masks: Pluralism and Monism in Politics and Architecture. *Philosophy*, v. 79, n. 310, p. 533-551, 2004.
- ZIMMERMAN, Michael E. Architectural ethics, multiculturalism, and globalization. *Professional Ethics*, v. 11, n. 4, p. 1-14, 2003.

Sumário

Apresentação.....	3
1. Procedimentos Metodológicos.....	3
2. Resultados.....	6
2.1. Países da América Latina.....	7
2.2. Países da América do Norte.....	20
2.3. Países da Europa.....	27
2.4. Países da Ásia e Oceania.....	48

- HUIJOL, Yonica. Can Architecture be Barbaric? *Science and Engineering Ethics*, v. 15, n. 2, p. 233-258, 2009.
- LAGUEUX, Maurice. Ethics versus Aesthetics in Architecture. *The Philosophical Forum*, v. 35, n. 2, p. 117-133, 2004.
- LEVINE, Michael P.; MILLER, Kristine; TAYLOR, William. Introduction: Ethics and Architecture. *The Philosophical Forum*, v. 35, n. 2, p. 103-115, 2004.
- MULLER, Brook. Continuity of Singularities: urban architectures, ecology and the aesthetics of restorative order. *Environmental Philosophy*, v. 4, n. 1, p. 179-191, 2007.
- NOORI, Kiaman Ali. *Transvaluation of architecture: A perspective on performative value in architecture*. 2011. 132 f. Thesis (Master of Environmental Design) - University of Calgary, Alberta, 2011.
- OLIVEIRA, Antonio Francisco de. *A regulamentação do exercício profissional da arquitetura no Brasil*. 2011. 421 Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura, Ufba, Salvador, 2011.
- PEREZ, Ana Lúcia Dantas Coutinho. *A ética do arquiteto e urbanista: um estudo deontológico*. 2012. 372 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP São Paulo, 2012.
- RABELO, Clévio Dheivas Nobre. *História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo*. 2011. 341 f. (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP São Paulo, 2011.
- RENDELL, Jane. Critical architecture: Introduction. *The Journal of Architecture*, v. 10, n. 3, p. 227-228, 2005.
- RHA, Rado. Architecture and new ontologies. *Project architecture*, p. 83-95, 2010.
- SABATÉ, Joaquín; TIRONI, Manuel. Rankings, creatividad y urbanismo. *EURE (Santiago)*, v. 34, p. 5-23, 2008.
- SALCEDO, Hansen Rodrigo. El espacio público en el debate actual: Una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. *EURE (Santiago)*, v. 28, p. 5-15, 2002.
- SANABRIA, Sergio. Architecture in the Age of Divided Representation: The Question of Creativity in the Shadow of Production (review). *Technology and Culture*, v. 47, n. 3, p. 659-661, 2006.

	Pais	Website
1	Alemanha - Bundesarchitektenlamme - BAK	http://www.bak.de
2	Argentina - Consejo Profesional de Arquitectura y Urbanismo - CPAU	http://www.cpaui.org
3	Australia - The Royal Australian Institute of Architects - RAlA	http://www.architecture.com.au
4	China - The Hong Kong Institute of Architects	http://www.hkia.net/en/home/index.htm
5	Chile - Colegio de Arquitectos de Chile - CAC	http://www.colcoarquitectos.com/
6	Colômbia - La sociedad Colombiana de Arquitectos - SCA	http://www.colcoa.gov.co
7	Cuba - Unión Nacional de Arquitectos e Ingenieros de la Construcción de Cuba - UNACIC	http://www.unaitec.cu
8	Espanha - Consejo Superior de Colegios de Arquitectos de España - CSCAE	http://www.cscas.com
9	Estados Unidos - The American Institute of Architects - AIA	http://www.aia.org
10	França - Ordre des architectes	http://www.architectes.org/accueil3/croa
11	Índia - Council of architecture	http://www.coa.gov.in
12	Reino Unido - Architects Registration Board - ARB	www.arb.org.uk
13	Itália - Istituto nazionale di architettura - INACH	http://www.inarch.it
14	Japão - Architectural Institute of Japan - AIJ	http://www.aij.or.jp/aijhome.htm
15	México - Colegio de Arquitectos	http://www.cam-cam.org/
16	Paraguai - Centro Paraguayo de Ingenieros - CIP	http://www.cip.org.py
17	Portugal - Ordem dos Arquitectos	http://arquitectos.pt/
18	Rússia - СОЮЗ АРХИТЕКТОВ РОССИИ - УАР	http://www.uar.ru/
19	Singapura - Board of Architects Singapore - BAS	www.bas.gov.sg

4

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CAU/BR Nº 342012

Produto 02 - Levantamento e sistematização de 20 códigos de ética de arquitetura e urbanismo.

Brasília, março de 2012

Os temas mais recorrentes nos códigos estão relacionados às seguintes palavras-chave:

1. Ensino e formação
2. Direito autoral/plágio
3. Incompatibilidade no exercício de funções
4. Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão.
5. Sustentabilidade
6. Concursos públicos de projetos de arquitetura e urbanismo
7. Estética e valores éticos específicos
8. Mídias de representação e divulgação da arquitetura
9. Comercialização do projeto de arquitetura/publicidade

A seguir serão apresentados, para cada país, resumos sobre o conteúdo dos códigos pesquisados, bem como a tradução livre de trechos ou artigos que se relacionam com os temas e palavras-chaves pesquisadas.

2. Resultados

Os códigos de ética ou códigos de conduta profissional localizados pela pesquisa são dedicados a garantir padrões de profissionalismo, integridade e competência entre os profissionais de arquitetura e urbanismo. Normalmente os Códigos estão organizados por sessões que inclui princípios e normas éticas e regras gerais de conduta profissional. Os códigos abordam a responsabilidade dos profissionais junto ao público (clientes, usuários e outros profissionais), além de frisar o compromisso ético com meio ambiente, arte e ciência da arquitetura.

Na grande maioria dos documentos há menção sobre o recebimento de comissões ou bonificações por parte de fornecedores ou prestadores de serviços. Entre os 20 pesquisados, apenas a Inglaterra e a Austrália não proibem a utilização de recebimentos de proventos de comissões desde que seja informado e que se tenha consentimento do cliente.

Apresentação

O presente documento apresenta o Produto 2 – Levantamento e sistematização de 20 códigos de ética de arquitetura e urbanismo. O estudo teve como objetivo levantar e sistematizar códigos de ética de Conselhos de Ética e Arquitetura de 20 países, a saber: Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Cuba, Estados Unidos, México, Alemanha, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Portugal, Rússia, Austrália, Índia, Irã, Japão e Singapura.

1. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi realizada nos respectivos idiomas correspondentes aos países de origem com exceção do japonês o qual foi pesquisado em inglês. Os idiomas utilizados foram: russo, inglês, francês, alemão, português, espanhol, italiano e persa (persa iraniano). A princípio para busca e mapeamento dos sites dos conselhos de arquitetos foram utilizadas as seguintes palavras-chave juntamente com operadores booleanos Or e and:

- Conselho and arquitetura or arquiteto
- Colégio and arquitetura or arquiteto
- Regulamentação and arquitetura or arquiteto
- Procedimento operacional and arquitetura or arquiteto
- Regras or leis or diretrizes and arquitetura or arquiteto
- Ordem and arquitetura or arquiteto
- Instituto and arquitetura or arquiteto

Através desse procedimento foi possível mapear os estatutos e códigos disciplinares nas áreas de arquitetura e urbanismo. Com os endereços do website foi possível definir os respectivos Conselhos. Não foi possível recuperar nenhum documento do Irã, devido a restrições no acesso à informação do país. Sendo assim o país foi substituído pela China, durante a realização da pesquisa.

Sigue abaixo os respectivos países e website:

20 Uruguai - Sociedad de Arquitectos del Uruguay – SAU

WWW.SAU.ORG.UY

A pesquisa buscou identificar pontos relevantes para prática profissional por meio da análise de 27 palavras-chave sugeridas pelo CAU/BR:

1. Ensino e formação	19. Assistência técnica à moradia
2. Política urbana	20. Concursos públicos de projetos de arquitetura e urbanismo
3. Direito autoral/plágio	21. Atividade crítica
4. Incompatibilidade no exercício de funções	22. Proteção e defesa do consumidor
5. Acobertamento de profissionais não qualificados	23. Estética e valores éticos específicos
6. Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	24. Relações de trabalho e contratuais
7. Padronização e reutilização de projetos	25. Mídias de representação e divulgação da arquitetura
8. Legislação/ normas técnicas brasileiras e internacionais	26. Comercialização do projeto de arquitetura/publicidade
9. Desenvolvimento da cidade	27. Impacto das inovações tecnológicas
10. Sustentabilidade	
11. Participação social	
12. Reputação, prestígio da profissão	
13. Direito à cidade	
14. Espaço público	
15. Mobilidade urbana	
16. Paisagem urbana	
17. Patrimônio artístico, histórico e natural	
18. Habitação social, moradia digna	

2.1. Países da América Latina

a) Argentina

O código de conduta profissional tem validade para as carreiras de arquitetura, engenharia e agronomia. O código está organizado da seguinte forma:

Livro primeiro:

- Aborda os preceitos que devem guiar a conduta do profissional;

Deveres da Ética Profissional:

- Conduta profissional correta;
- Proibição do exercício de dupla função;
- Proibição a assinatura à trabalhos de terceiros;
- Proibição de publicação de anúncios de forma enganosa;
- Proibição do recebimento de comissões em seu próprio benefício;
- Abster-se de emitir publicamente opiniões sobre colegas;
- Abster-se de substituir colegas sem aviso prévio ao cliente.

Deveres com demais profissionais:

- Não difamar e não denegrir;
- Não delegar funções a pessoas não qualificadas para a determinada função;
- Pagar valores adequados de mercado;
- Abster-se de emitir opiniões desabonadoras.

Deveres com clientes e público em geral:

- Não aceitar comissões;
- Não assumir tarefas múltiplas numa mesma obra;
- Manter sigilo em relação ao cliente.

Deveres gerais:

- O comitê de ética determinará a pena pela responsabilidade de falhas;
- As reclamações devem ser feitas por escrito;
- A má conduta será descrita pelo tribunal caso haja punição deverá ser de acordo com a lei;
- A impuniabilidade ocorrerá após 3 anos. O que não consta será de acordo com a lei de procedimentos administrativos.

Capítulo: Países da América Latina

Quadro 1: Trechos relevantes – Argentina	
Argentina (Tradução livre)	
Palavras-Chave	
Direito autoral/plágio	Art. 2.2.1.1 Não utilizar sem permissão de seus autores legítimos ou citação os planos e outros documentos relativos a estas iniciativas.
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão.	Art. 2.1.1.6. Assinar, a título oneroso ou gratuito, ou aprovar planos, especificações, memórias, relatórios e quaisquer outros documentos profissionais, que não foram estudadas ou executado ou controlada pessoalmente pelo profissional Art. 2.1.1.8. Não receber ou conceder comissões de participação, e outros benefícios, a fim de gerenciar, obter ou organizar as suas designações profissionais. Art. 2.3.1.2. Não aceitar para seu próprio benefício, comissões, descontos, abatimentos e outros semelhantes, oferecido por fornecedores de materiais, equipamentos ou estruturas, empreiteiros e / ou outras pessoas diretamente envolvidos na execução da obra ou direciona o profissional projetado.
Padronização e reutilização de projetos	Art. 2.1.1.10. Opor-se como profissional ou como conselheiro profissional, de corrigir imprecisões de projetos de outro profissional, dando continuação a eles.
Concursos públicos de projetos de arquitetura e urbanismo	Art. 2.7.5. O profissional que participa de concursos é necessário respeitar a disciplina rigorosa frente aos jurados e os participantes desse concurso. Falta de esta regra, ou se o profissional se portar de forma injusta contra opiniões de falha ou posto na mesma e / ou qualquer dos trabalhos apresentados atribuir qualquer desses profissionais sem provas conclusivas, proceder e / ou comportamento inadequado.
Relações de trabalho e contratuais	Art. 2.1.1.3. Não assumir posições em instituições públicas ou privadas, em simultâneo com cargo público cuja função esteja relacionada com seu trabalho nessas outras instituições, quer seja diretamente, ou através de dos seus componentes.
Mídias de representação e divulgação da arquitetura	Art. 2.1.1.7. Não incluir seu nome nas propagandas, papéis timbrados, carimbos, propaganda e outros meios semelhantes, juntamente com a de outros, sem ser, aparecendo como profissionais.
Comercialização do projeto de arquitetura/publicidade	Art. 2.1.1.9. Não fazer uso de propaganda nos meios de comunicação ou anúncios exagerados ou enganosos. A utilização desses meios deve sempre seguir as regras de prudência e decoro profissional.

Fonte: Código de Ética para las profesiones de la Agrimensura, la Arquitectura y la Ingeniería.

b) Chile

O código de conduta profissional tem validade para a carreira de arquitetura e urbanismo. O código está organizado da seguinte forma:

Deveres e responsabilidades de forma geral:

- Não assinar documentos de outros profissionais sem consentimento;
- Não usar de má fé em títulos ou designações que não tem conhecimento legal;
- Não prejudicar ou minar a execução de um trabalho;
- A dignidade do arquiteto são atos contrários: receber comissões ou outros benefícios, usar a titulação para negócios ou propagandas;
- Não é permitido obter vantagem ilegal de fornecedores, e ganhar lucro com isso;
- Opiniões contrárias sobre trabalhos deverão ser emitidas de forma respeitosa;
- Não é permitido pagar salários abaixo dos parâmetros mínimos ou realizar trabalhos com salários abaixo do estipulado pela categoria.

Sessões do código chileno:

- Respeito à lei;
- Uso legítimo do título de arquiteto;
- Cumprimento das responsabilidades de função do arquiteto;
- Dignidade no exercício da profissão;
- Elevação na relação profissional;
- Inviolabilidade do trabalho;
- Rigoridade no cumprimento do trabalho de arquiteto;
- Lealdade profissional em relação aos colegas e ao Conselho;
- Responsabilidade social;
- Resguardo e prestígio na profissão.

Quadro 2: Trechos relevantes – Chile

Palavras-Chave	Chile (Tradução livre)
Direito autoral/plágio	Art. 2 a). Não é permitido Assinar planos ou documentos sem ter sido executados ou vistos para os quais a empresa ou patrocinadores. Art. 6 a) É contrário à ética profissional utilizar planos ou documentos técnicos sem o consentimento de seus autores. Caso não tenha o consentimento o profissional deverá desistir da utilização do documento.
Incompatibilidade no exercício de funções	Art. 2 b) Não é permitido usar títulos, designações ou especialidades alegados que não têm reconhecimento legal.
Acobertamento de profissionais não qualificados	Art. 2 c) Não é permitido cooperar com as pessoas que exercem uma profissão indevidamente.
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	Art. 4 São contrários à Ética Profissional a) Fornecer trabalhos profissionais, recebendo comissões ou outros benefícios. b) Obter designação ou de trabalho, pagando comissões ou outros benefícios. g) Admitir pagamento de benefícios distintos do honorário profissional pactuado com seu cliente, que corresponda a qualquer forma de comissão para pagamento de estudos ou acompanhamento de obra. i) Extorquir ou obter vantagens ilícitas de seus fornecedores. j) Reter indevidamente os pagamentos de fornecedores, especialmente quando atua como intermediário dos mesmos, ou menos ainda obter algum benefício para si ou seu fornecedor.
Padronização e reutilização de projetos	Art. 6 c) É contrário à ética profissional oferecer a prestação de serviços profissionais para trabalhos já iniciados por outros profissionais, sem ter certeza que o contrato anterior foi concluído. c) Substituir profissionais que individual ou coletivamente tenham feito delegação de suas funções para manter sua dignidade profissional.
Concursos públicos de projetos de arquitetura e urbanismo	Art. 4 f) É contrário à ética profissional ser parcial ao atuar como perito, arquiteto diretor o jurado e ao interpretar o contratos de qualquer natureza. h) Dissuadir o promotor de um concurso de sua realização para executar diretamente a obra ou propor para si em detrimento de outro profissional.

Fonte: Carta de Ética Profissional de Los Arquitectos.

Capítulo: Países da América Latina

10

c) Colômbia

O código de conduta profissional tem validade para a carreira de arquitetura e urbanismo e profissões auxiliares. O código está organizado da seguinte forma:

Disposições Gerais: Aborda os objetivos elevados e de prestígio da profissão.

Deveres:

- Estudar o ambiente e cada proposta;
- Avaliar os impactos ambientais sobre os ecossistemas envolvidos;
- Rejeitar propostas de trabalho que envolva danos;
- Assegurar integridade do patrimônio;

Dignidade da profissão:

- Respeito às leis;
- Não emprestar assinatura;
- Não receber comissões ou benefícios de fornecedores.

Deveres dos profissionais para outros profissionais:

- Não difamar, denegrir;
- Não usar métodos injustos de competição;
- Não emitir opiniões publicamente julgamentos sobre outros profissionais;
- Não oferecer serviços com preços mais baixos em relação aos praticados no mercado;
- Respeitar e reconhecer a propriedade intelectual.

Deveres aos clientes e público em geral:

- Manter o sigilo de confidencialidade junto ao cliente;
- Os profissionais em exercício de funções públicas devem evitar trabalhos com relação consanguínea;
- Não discriminar.

Deveres em concursos:

- Maior respeito ao consultor e aos jurados;
- Abster-se de interferir direta ou indiretamente nas decisões e seguir a legislação em vigor.

Incompatibilidades no exercício da função:

- Desenvolver projetos no mesmo tema em diferentes empresas;
- Vida pública ou privada não pode interferir nas questões relativas ao trabalho de arquiteto.

Capítulo: Países da América Latina

11

Quadro 3: Trechos relevantes - Colômbia

Colômbia (Tradução Livre)	
Palavras-Chave	
Ensino e formação	<p>Art. 17. São deveres dos profissionais:</p> <p>d) Cooperar para o progresso da profissão, mediante o intercâmbio de informações sobre seus conhecimentos, contribuindo com seu trabalho a favor das associações, sociedades, instituições de Educação Superior e demais órgãos de divulgação técnica e científica.</p> <p>g) Não expedir ou contribuir que sejam expedidos títulos, diplomas, licenças profissionais para pessoas que não reúna os requisitos indispensáveis para exercer a profissão.</p>
Direito autoral/plágio	<p>Art. 17 f) Não assinar, de forma gratuita ou paga, planos, especificações, memórias, informes ou qualquer outra documentação profissional que não tenha estudado, controlado ou executado pessoalmente.</p> <p>Art. 18. São deveres dos profissionais:</p> <p>a) Não utilizar em seus próprios trabalhos ou planos trabalhos de outros profissionais sem autorização de seus legítimos autores.</p> <p>i) Não revisar trabalhos de outros profissionais sem seu conhecimento e aceitação prévia, a menos que esses profissionais tenham se separados completamente do trabalho.</p> <p>j) Respeitar e reconhecer a propriedade intelectual de qualquer outro profissional, em especial a propriedade de desenhos e projetos.</p>
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	<p>Art. 17 j) Não receber ou conceder comissões, participações e outros benefícios, para realização de atividades inerentes a prática profissional.</p> <p>Art. 18 h) Não propor serviços com redução de preços ao conhecer propostas de outros profissionais.</p> <p>Art. 19 b) Não aceitar em seu próprio benefício comissões, descontos, bonificações ou outras análogas oferecidas por fornecedores de materiais, artefatos ou estruturas, ou ainda por outras pessoas diretamente interessadas na execução dos trabalhos que os profissionais projetam ou dirijam.</p> <p>Art. 20 a) Os profissionais em exercício de uma função pública deverão abster-se de participar de processo de avaliação de tarefas de colegas profissionais, ou com quem tem vinculação de parentesco.</p> <p>Art. 22 a) Os profissionais que atuem simultaneamente como representantes técnicos ou assessores de mais de uma empresa que desenvolva atividades identificadas e em um mesmo tema, sem expresso consentimento e autorização das empresas em que atua.</p>

Capítulo: Países da América Latina

12

	b) O profissional que no exercício de suas atividades públicas ou privadas e que tenha trabalhado em determinado assunto, não poderá atuar diretamente na parte contrária da mesma questão.
Sustentabilidade	art. 16 d) Estudar cuidadosamente o ambiente que será afetado em cada proposta ou projeto, avaliando os impactos ambientais nos ecossistemas envolvidos, urbanizados ou naturais, incluindo o entorno socioeconômico, selecionando a melhor alternativa para contribuir para um desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida para a população.
Reputação, prestígio da Profissão	Art.17. São deveres dos profissionais: c) Velar pelo bom prestígio da profissão
Patrimônio artístico, histórico e natural	Art. 16. São deveres dos profissionais: j) Velar pela proteção da integridade do patrimônio nacional
Concursos públicos de projetos de arquitetura e urbanismo	<p>Art. 20 b) Os profissionais por suas funções no setor público ou privado sejam responsáveis por fixar, preparar ou avaliar condições de conflitos de licitações ou concursos deverão atuar em todos os casos de maneira imparcial.</p> <p>Art.21. São deveres dos profissionais:</p> <p>a) Os profissionais que se disponham a ser parte de um concurso público por convite de instituição pública ou privada e considerem que as bases do concurso podem transgredir as normas da ética profissional, devem renunciar sua participação e denunciar a transgressão ao Conselho Profissional.</p> <p>b) Os profissionais que participa de um concurso está obrigado a observar a todas as normas, manter o respeito aos membros jurados e demais participantes do concurso.</p> <p>c) Os profissionais que tenham atuado como assessores em um concurso deverão abster-se de intervir direta ou indiretamente em tarefas profissionais requeridas para o desenvolvimento do trabalho, salvo que sua intervenção esteja estabelecida nas regras do concurso.</p>
Estética e valores éticos específicos	Art. 16 a) Interessar-se pelo bem público com objetivo de contribuir com seus conhecimentos, capacidades e experiência para servir a humanidade.
Mídias de representação e divulgação da arquitetura	<p>Art. 17 h) Não figurar seu nome em anúncios, selos, propagandas e demais meios análogos junto com de outros que não são profissionais.</p> <p>i) Os meios utilizados para propaganda deverão ajustar-se a regras da prudência, decoro profissional. Os profissionais não devem fazer uso de meios de publicidade com avisos exagerados que possibilitem equívocos sobre o desempenho do profissional.</p>

Fonte: Ley 435 de 1998. Del Código de Ética para el ejercicio de la Arquitectura y sus Profesiones Auxiliares.

Capítulo: Países da América Latina

13

- Agir de maneira imparcial em licitações.

Deveres em contratos:

- Procedimentos para elaboração de contratos de prestação de serviços;

Profissionais em concursos:

- Aborda a questão de respeito aos membros da comissão de avaliação do concurso;

Incompatibilidades no exercício profissional:

- Aborda a conduta relativa à assessoria e designação de tarefas duplas;

Das faltas éticas:

- Definição da transgressão e atribuição do tribunal de ética profissional em determinar a qualificação e sanção correspondente à falta cometida.

d) Paraguai

O código de conduta profissional abrange as carreiras de arquitetos, agrimensores, agrônomos, geólogos e engenheiros civis. O código está organizado da seguinte forma:

Capítulo 1:

- Aborda os deveres primordiais;
- Formas de denúncias às transgressões de conduta;
- Compromisso com a melhoria da qualidade de vida da população envolvida.

Capítulo 2:

Deveres com a sociedade:

- Cooperação para o progresso da sociedade;
- Rejeitar trabalhos que causem danos para os seres humanos e ao meio ambiente.

Deveres com a profissão:

- Cooperar com o progresso da profissão;
- Prestigiar as entidades profissionais;
- Não aceitar atribuições alheias à profissão;
- Não conceder a assinatura de trabalhos a terceiros;
- Não vincular o nome a pessoas não qualificadas ou alheias a profissão;
- Não receber ou conceder comissões a terceiros;

Deveres em relação aos demais profissionais:

- Não denegrir ou criticar outros profissionais;
- Abster-se de substituir colegas em trabalhos já iniciados, sem consentimento do Conselho;
- Não aceitar honorários inferiores aos estabelecidos pelo Conselho.

Deveres com os clientes e público em geral:

- Não oferecer serviços de dudoso cumprimento;
- Não receber ou aceitar comissões, descontos ou outros benefícios de terceiros;
- Manter secreto os assuntos relacionados ao cliente;
- Deveres aos profissionais que exercem a função pública e privada;
- Solicitar apoio da administração pública quando necessário;
- Tratar os clientes de forma respeitosa;
- Deixar de participar de avaliações a qual tenha grau de parentesco;

Quadro 4: Trechos relevantes - Paraguai

Palavras-Chave	Paraguai (Tradução Livre)
Ensino e formação	<p>Art. 2.1.2 Os profissionais devem cooperar para o progresso da sociedade, aportando sua colaboração intelectual e material para obras culturais, ilustração técnica, ciência aplicada e investigação científica.</p> <p>Art. 2.2.2 Cooperar para o progresso da profissão, mediante intercâmbio de informações sobre seus conhecimentos, contribuindo com seu trabalho a favor das associações, sociedades, instituições de Educação Superior e demais órgãos de divulgação técnica e científica.</p> <p>Art. 2.2.7 Não expedir ou contribuir que sejam expedidos títulos, diplomas, licenças profissionais para pessoas que não reúna os requisitos indispensáveis para exercer a profissão.</p>
Direito autoral/plágio	<p>Art. 2.2.6 Não assinar, de forma gratuita ou paga, planos, especificações, memórias, informes ou qualquer outra documentação profissional que não tenha estudado, controlado ou executado pessoalmente.</p> <p>Art. 2.3.1.1 Não utilizar em seus próprios trabalhos ou planos trabalhos de outros profissionais sem autorização de seus legítimos autores.</p>
Incompatibilidade no exercício de funções	<p>Art. 2.5.3 Os profissionais em exercício de uma função pública deverão abster-se de participar de processo de avaliação de tarefas de colegas profissionais, ou com quem tem vinculação de parentesco.</p> <p>Art. 2.5.4 Os profissionais no desempenho de suas funções no campo público ou privado que sejam responsáveis por fixar, preparar ou avaliar condições de conflitos ou licitações devem atuar em todos os casos de maneira imparcial.</p> <p>Art. 2.9.1 O profissional que no exercício de suas atividades públicas ou privadas e que tenha trabalhado em determinado assunto, não poderá atuar diretamente na parte contrária da mesma questão.</p> <p>Art. 2.9.2 Um profissional não poderá atuar simultaneamente como representante técnico ou assessor de mais de uma empresa que desenvolvem atividades similares ou na mesma área de atuação.</p> <p>Art. 2.9.4 É incompatível com o desempenho como perito judicial ter alguma relação com o caso analisado.</p>

Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	<p>Art. 2.2.10 É proibido receber ou conceder comissões, participações ou outros benefícios para realizar os trabalhos da sua prática profissional ou para gerenciar, acordar, encomendar trabalhos profissionais.</p> <p>Art. 2.3.1.4 Não receber nem aceitar a prestação de serviços profissionais com honorários inferiores aos mínimos estabelecidos nas disposições legais.</p> <p>Art. 2.4.1.2 Não aceitar em seu próprio benefício comissões, descontos ou bonificações oferecidas por fornecedores de materiais, artefatos ou estruturas, ou ainda por outras pessoas diretamente interessadas na execução dos trabalhos que os profissionais projetam ou dirijam.</p>
Sustentabilidade	<p>Art. 1.3. É dever dos profissionais estudar cuidadosamente o ambiente que será afetado em cada proposta ou projeto, avaliando os impactos ambientais nos ecossistemas envolvidos, urbanizados ou naturais, incluindo o entorno socioeconômico, selecionando a melhor alternativa para contribuir para um desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida para a população.</p> <p>e) Rejeitar toda classe de recomendação em trabalhos que impliquem danos evitáveis para o entorno humano e natureza tanto em espaços abertos, como em interior de edifícios, avaliando seu impacto ambiental.</p>
Concursos públicos de projetos de arquitetura e urbanismo	<p>Art. 2.8.2 Em casos em que um ou mais profissionais para preparar planos em um mesmo projeto para concurso, devem ser inscritos individualmente ou serem pagos pela tarefa realizada no projeto.</p> <p>Art. 2.8.4. Os profissionais que tenham atuado como assessores em um concurso deverão abster-se de intervir direta ou indiretamente em tarefas profissionais requeridas para o desenvolvimento do trabalho, salvo que sua intervenção esteja estabelecida nas regras do concurso.</p>
Estética e valores éticos específicos	<p>Art. 2.1.1 Os profissionais devem se interessar-se pelo bem público com objetivo de contribuir com seus conhecimentos, capacidade e experiência para servir para a humanidade.</p> <p>Art. 2.2.8 Não figurar seu nome em anúncios, selos, propagandas e demais meios análogos junto com de outros que não são profissionais.</p>
Mídias de representação e divulgação da arquitetura	<p>Art. 2.2.9 Os meios utilizados para propaganda deverão ajustar-se a regras da prudência, decoro profissional. Os profissionais não devem fazer uso de meios de publicidade com avisos exagerados que possibilitem equívocos sobre o desempenho do profissional.</p>

Fonte: Código de Ética C.I.A.M.

e) Uruguai

O código de conduta profissional abrange as carreiras de arquitetura e urbanismo. O código está organizado em 36 regras, organizadas em 3 partes:

Parte I

- Colaboração com a cultura;
- Colaboração com o a profissão e o meio acadêmico;
- Cumprir a Constituição uruguaia;
- Defender o concurso público;
- Conduta da prática profissional;
- Atividades de propaganda;
- Publicidade sensacionalista;
- Publicidade sobre as obras do arquiteto.

Parte II - deveres em relação aos clientes:

- Compromisso com o cliente;
- Cumprir prazos;
- Agir conforme a regulamentação;
- Não receber comissões ou benefícios;
- Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do contrato.

Parte III - deveres com os colegas de profissão:

- Decoro;
- Lealdade;
- Comprometimento com os outros profissionais
- Opor-se a condutas que prejudiquem os colegas;
- Não relacionar-se profissionalmente com pessoas expulsas do Conselho;

Quadro 5: Trechos relevantes - Uruguai

Palavras-Chave	Uruguai (Tradução livre)
Ensino e formação	1) Propor por meio de estudos, investigação e esforço total para realização de uma obra em contínua superação no campo de sua atividade profissional, docente ou administrativa, procurando contribuir para o desenvolvimento do conhecimento, da cultura e da educação no campo da arquitetura. 2) Contribuir como profissional universitário e como cidadão para o melhoramento e evolução progressiva de seu meio social. Para isso deverá estudá-lo constantemente, em especial na esfera de sua atividade e aplicar seu esforço se seus conhecimentos integralmente.
Direito autoral/plágio	22) Não assinar, de forma gratuita ou paga, planos, especificações, memórias, informes ou qualquer outra documentação profissional que não tenha estudado, controlado ou executado pessoalmente. 23) Não utilizar planos ou qualquer outro documento profissional sem autorização de seus legítimos autores.
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	16) Não conceder nem receber comissões ou outros benefícios de pessoas vinculadas em qualquer forma de seu trabalho profissional. 24) Não competir com os colegas mediante concessão de preços menores ou qualquer outra vantagem que configure concorrência desleal.
Mídias de representação e divulgação da arquitetura	6) Não intervir como arquiteto em atividades de propaganda em que apareçam outras pessoas que utilizam indevidamente títulos ou funções profissionais. 7) Não participar que qualquer publicidade sensacionalista ou excessiva sobre a produtos ou prática profissional 8) Exigir que toda publicidade sobre suas obras inclua a menção de seu nome e seu título profissional.

Fonte: Código de ética de SAU

2.2. Países da América do Norte

a) Cuba

Código de ética é aplicado aos arquitetos, engenheiro e profissionais da construção. O documento e aborda conceitos de honra e honestidade, e está organizado na seguinte forma:

Fidelidade aos valores e tradições da nação cubana:

- Contribuir com a revolução e o socialismo;
- Vigilância em atitudes sejam contra a sociedade, o benefício social é superior ao benefício próprio;
- Combater a indolência e o pessimismo.

Integridade pessoal e profissional:

- Ser exemplo de honra;
- Assumir as responsabilidades com compromisso;
- Reprimir e denunciar manifestações de corrupção;
- Não deverá assinar nenhum trabalho atividades de pessoas não autorizadas a exercer a função de arquiteto;

Objetividade e profissionalismo:

- Promover o debate técnico.
- Exercer a profissão respeitando as leis;
- Atuação sem conflito de interesses;
- Iniciar obra após esgotar os estudos técnicos;
- Respeitar e preservar a identidade e o patrimônio cultural e as tradições;
- Assegurar o direito de autoria e o acesso à informação;
- Não permitir práticas mafiosas que afetem a durabilidade ou qualidade de uma obra.

Solidariedade e disciplina social:

- Promover a disciplina em conformidade com as leis;
- Evitar julgamentos e comentários desabonadores;
- Auxiliar aos colegas que cometam erros;
- Capacidade de tomar decisões em prol do coletivo.

Capítulo: Países da América do Norte

70

Quadro 6: Trechos relevantes - Cuba

Palavras-Chaves	Cuba (Tradução livre)
Ensino e formação	Art. 10. Visar sua constante autossuperação técnica, cultural e política, promovendo o debate para validar as ideias de forma mais fundamentadas.
Direito autoral/plágio	Art. 9. Não deverão assinar trabalhos realizados por pessoas não autorizadas. Art. 19. Não deverão descuidar das obrigações que tenham assumido em relação a guarda de informações e dos direitos autorais.
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	Art. 12. Os profissionais atuarão com objetividade e autonomia, despojados de prejuízos de conflito de interesses.
Sustentabilidade	Art. 16. Introduzir os enfoques e medidas que reafirmem os conceitos de desenvolvimento sustentável e das ações que se realizam. Art. 18. Promover e introduzir medidas para o desenvolvimento de recursos energéticos e naturais e propiciar o uso de fontes renováveis de energia, processos tecnológicos limpos.
Reputação, prestígio da profissão	Art. 6. Evitar atuar de qualquer forma que atente contra as virtudes de honestidades, integridade que servem como base no exercício da profissão.
Patrimônio artístico, histórico e natural	Art. 17. Respeitar e incorporar em suas ações a preservação da identidade local, o patrimônio cultural, as tradições e modos de vida das comunidades receptoras dos impactos ambientais provocados por seus projetos e obras.
Concursos públicos de projetos de arquitetura e urbanismo	Art. 15. Quanto atuar na qualidade de especialista, membro jurado, de comissão ou tribunal, deverá fazê-lo com imparcialidade.

Fonte: Código de Ética UNAICC

Fonte: Código de Ética UNAICC

b) México

Código de ética é aplicado aos arquitetos e urbanistas. O documento é conciso, organizado em torno de dez princípios, quais sejam:

- Respeitar: a herança arquitetônica, as tradições;
- Capacitar: capacitação contínua;
- Vigilância: desenvolver trabalhos condizentes com as condições da região;
- Participar: na descentralização urbana e o no melhoramento do meio ambiente;
- Reconhecer: ao trabalho dos colegas;
- Transmitir: as experiências da profissão;
- Abster-se: em participar de atividades lesivas ao profissional e a terceiros;
- Cuidar dos interesses dos clientes;
- Denunciar aos que denegrirem a profissão, e possuam titulação falsa;
- Combater todo ato de corrupção.

Quadro 7: Trechos relevantes - México

Palavras-Chave	México (Tradução livre)
Ensino e formação	II. É obrigação do arquiteto: capacitar-se permanentemente para o benefício da profissão e para sociedade que serve VI. Transmitir experiências contribuindo para superação profissional
Direito autoral/plágio	V. Reconhecer o trabalho de meus colegas e colaboradores, respeitando e colaborando para a melhoria profissional
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	VII. Abster-se de participar de atividades lesivas a profissão ou a outro profissional. X. Combater todo o ato de corrupção no exercício profissional, exigindo a cada um que honre o cumprimento de todas as suas obrigações.

Fonte: Código de Honor

c) Estados Unidos

O código de ética profissional abrange a carreira de arquitetura e urbanismo e está organizado em três níveis: cânones, normas éticas e regras de conduta. Os cânones são princípios gerais de conduta. Normas éticas são os objetivos mais específicos em relação que os membros devem buscar no seu comportamento e desempenho profissional. As regras de conduta são obrigatórias, a violação de uma regra é motivo para a ação disciplinar por parte do Conselho. Além dessa divisão o documento está organizado da seguinte forma:

Preâmbulo:

- Aborda padrões de profissionalismo;
- Integridade;
- Competência.

Regras gerais:

- Praticar padrões de excelência relativos a estética arquitetônica;
- Aborda o patrimônio cultura e natural;
- Não discriminar e considerar os direitos humanos dos profissionais no empreendimento;
- Aborda a violação de leis incluído direito autoral contra o plágio;
- Proibição de pagar propina para funcionários das comissões de avaliação e concursos;
- Os membros não devem se envolver em fraudes;
- A construção não deve ameaçar a segurança pública;
- Preocupação com o meio ambiente em prol do desenvolvimento sustentável

Regras e Obrigações:

- Obrigações gerais;
- Obrigações com o público em geral;
- Obrigações com o cliente;
- Obrigações com a profissão;
- Obrigações com o Conselho;
- Obrigações com o meio ambiente.

Quadro 8: Trechos relevantes – Estados Unidos

Palavras-Chave	Estados Unidos (Tradução livre)
Ensino e formação	1.1. Conhecimento e Habilidade: Os membros devem esforçar-se para melhorar o seu profissional conhecimento e habilidade.
Direito autoral/plágio	2.101. A violação de qualquer lei, local, estadual ou federal, que ocorre em falta na conduta prática profissional de um Membro. Isto inclui a Lei Federal de Direitos Autorais, que proíbe a cópia obras arquitetônicas sem a permissão do detentor dos direitos autorais. 4.102. Membros não devem assinar ou carimbar desenhos, especificações, relatórios, ou outro trabalho profissional que eles não tenham controle ou tenham sido responsáveis. 5.3. Reconhecimento Profissional: Os membros devem construir a sua reputação profissional em méritos de seu próprio serviço e desempenho e devem reconhecer e dar crédito a outros que tiverem executado o trabalho profissional.
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	2.1. Membros não deverão oferecer nem fazer qualquer pagamento ou dar presente a um funcionário público com a intenção de influenciar o julgamento oficial de um projeto existente ou potencial 2.104. Membros não devem se envolver em fraude ou desrespeito aos direitos dos outros. 3.2. Conflito de Interesse: Os membros devem evitar conflitos de interesse em sua prática profissional e divulgar plenamente todos os conflitos inevitáveis quando eles surgirem.
Padronização e reutilização de projetos	3.103. Membros não podem alterar o âmbito ou objetivos de um projeto sem que o cliente tenha dado consentimento.
Sustentabilidade	6.1. Design Sustentável: Na realização de trabalhos de design, os membros devem ser ambientalmente responsáveis e defender o design e construção sustentável. 6.2. Desenvolvimento sustentável: No desempenho profissional, os membros devem defender o projeto, construção, operação e de edifícios e comunidades sustentáveis. 6.3. Práticas Sustentáveis: Os membros devem usar práticas sustentáveis dentro de suas empresas e organizações profissionais. Os membros devem incentivar a sua os clientes a fazer o mesmo.
Reputação, prestígio da profissão	4.1. Os membros devem exercer suas atividades profissionais com honestidade e justiça.

Patrimônio artístico, histórico e natural	1.3. Os membros devem respeitar e ajudar a conservar a sua natural e patrimônio cultural, enquanto se esforça para melhorar o ambiente e a qualidade de vida dentro dela.
Concursos públicos de projetos de arquitetura e urbanismo	2.103. Membros que servem em um concurso público devem ter capacidade de não aceitar pagamentos ou brindes com a intenção de influenciar o seu julgamento. 2.105. Se, no curso de seu trabalho, os membros tomarem conhecimento de uma decisão tomada por seu empregador ou cliente que viole qualquer lei ou regulamento e que irá, afetar no julgamento de outros membros julgadores, os membros deverão: (A) assessorar seu empregador ou cliente contra a decisão, (B) se recusam a aceitar a decisão, e (C) informar a decisão ao fiscal da prefeitura ou de outro funcionário público encarregado da execução do aplicável
Estética e valores éticos	1.2. Os membros devem continuamente procurar elevar os padrões de excelência estética arquitetônica. 1.4. Membros devem apoiar sua prática profissional nos direitos humanos 1.401. Membros não devem discriminar, em suas atividades profissionais, com base em raça, religião, sexo, nacionalidade, idade, deficiência ou orientação sexual.

Fonte: 2012 Code of Ethics & Professional Conduct

2.3. Países da Europa

a) Alemanha

Na Alemanha a edição de códigos de ética profissional esta a cargo de cada estado do país, sendo que todos são embasados na norma sobre prática profissional da União Europeia diretiva 2005/36/CE que aborda diversas profissões regulamentadas na União Europeia.

Em geral os códigos de conduta profissionais da Alemanha abordam a validade da formação do prestador de serviço e sobre. Em relação aos aspectos éticos que envolvem a prática da arquitetura e urbanismo os códigos abordam:

- Qualidade nas construções;
- Respeito as paisagens naturais e urbanas;
- Organização do espaço;
- Realização de construções com a valorização do patrimônio arquitetônico;
- Proteção ao equilíbrio natural.

Quadro 9: Trechos relevantes – Alemanha

Palavras-Chave	Alemanha (Tradução livre)
Direito autoral/plágio	§ 4º A violação dos direitos autorais é um indigno para profissão de arquiteto.
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	§ 5º O arquiteto não pode, em seu papel de aceitar comissões e presentes de dinheiro. Isto também se aplica a outros benefícios que não sejam adequados ao desenvolvimento de seu trabalho
Comercialização do projeto de arquitetura/publicidade	§ 10 O arquiteto deve informar o seu trabalho ou de outra sua pessoa de forma objetiva. Para promover a reputação de sua profissão deve promover e divulgar seu trabalho de forma não agressiva ou enganosa. § 11 O arquiteto não deve participar de uma propaganda de produtos ou serviços da indústria da construção, com particular ênfase na sua declaração de título profissional.

Fonte: Berufsordnung der Hamburgischen Architektenkammer

b) Espanha

A Espanha dispõe de um regulamento de normas deontológicas de atuação profissional dos arquitetos. O regulamento espanhol está dividido em 9 capítulos totalizando 61 artigos:

I- Aplicação

- Aborda a obrigação de conhecimento do regulamento por parte de todos os profissionais do país.

II- Exercício da profissão:

- Aborda as formas de atuação do arquiteto na esfera liberal, técnico ou funcionário contratado.

III – Obrigações gerais:

- Competência profissional;
- Atuação profissional;
- Regulamentação da publicidade;
- Proibição de recebimento de comissão;
- Incompatibilidades:

IV – Incompatibilidades:

- Prevalência de interesses coletivos;
- Normas para concursos de obras;
- Compatibilidade de exercer cargos simultâneos.

V- Relações do arquiteto com os clientes:

- Contrato de serviço;
- Especificação de valores.

VI – Relações do arquiteto com os fornecedores:

- Melhores condições de preço, qualidade e segurança;
- Não poderá aceitar de terceiros valores ou comissões.

VII – Relações com outros profissionais técnicos e colaboradores:

- Não poderá designar funções de sua responsabilidade a outrem;
- A designação de tarefas aos demais técnicos deverá ser de acordo com a função e capacitação.

VIII – Relações entre arquitetos:

- Abster-se de fazer manifestações ofensivas;
- Nenhum arquiteto poderá substituir outro em direção de obra sem prévia comunicação.

Quadro 10: Trechos relevantes – Espanha

Palavras-Chave	Espanha (Tradução livre)
Direito autoral/plágio	Art. 55. Todo arquiteto, pessoalmente, ou com colaboração, terá direito de ter reconhecido como seu os seus trabalhos próprios, sem que nenhum outro possa atribuir como seu aquele trabalho que não seja o autor.
Incompatibilidade no exercício de funções	Art. 15. O arquiteto que concorra a qualquer tipo de vinculação com a administração pública, deverá estar a serviço da comunidade, abstendo-se totalmente do emprego de meios, facilidades e prerrogativas inerentes ao seu cargo, tanto em proveito próprio como de terceiros. Art. 16. Nenhum arquiteto poderá se valer de relação familiar, de amizade ou de companheirismo para cumprir suas obrigações, nem tampouco poderá se fazer valer destas relações para auxiliar outro profissional no cumprimento de seus deveres.
Acobertamento de profissionais não qualificados	Art. 21. Nenhum arquiteto poderá encobrir sua atuação ou um comportamento ilegal ou contrário aos deveres profissionais de outros companheiros. Deverá abster-se de incluir sua assinatura em atuações de arquitetos que não estejam devidamente legitimados para o exercício da profissão.
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	Art. 18. Está totalmente proibido a todo profissional que receber comissões ou vantagens análogas concedidas ou obtidas de terceiros. Art. 25. Nenhum arquiteto poderá aceitar um trabalho ou assumir cargo em condições de incompatibilidade. Entende-se que existe situação de incompatibilidade quando existe choque de direitos e interessem que podem colocar o arquiteto em posição equivocada, implicando em risco sua prática profissional ou outras pessoas. Art. 26. O arquiteto que trabalhe como profissional liberal e que tenha interesses econômicos em empresas construtoras ou provedoras da obra que seu projeto se dirige, deve, obrigatoriamente, comunicar o fato ao seu cliente e obter autorização para prosseguir o trabalho. Art. 36 Não poderá converter-se em honorários as comissões, participações ou outras vantagens quando comprometam ou condicionem a independência do exercício profissional do arquiteto.

Capítulo: Países da Europa
30

Reputação, prestígio da profissão	Art. 43. As únicas remunerações que o arquiteto tem direito são as constituídas por honorários profissionais. Consequentemente nenhum arquiteto poderá solicitar e nem aceitar comissões, benefícios e vantagens de terceiros. Art. 12. O arquiteto deverá se comportar com honradez e veracidade em todas as suas atuações profissionais.
Concursos públicos de projetos de arquitetura e urbanismo	Art. 29. O arquiteto que esteja na condição de membro jurado de um concurso ou estiver envolvido na redação das regras do concurso não poderá concorrer ao mesmo. Art. 17. 1. O arquiteto poderá oferecer seus serviços profissionais mediante mensagens publicitárias dentro dos limites legais, em especial os seguintes: a) A publicidade somente poderá ser de caráter informativo e não persuasivo. b) Em nenhum caso poderá estabelecer comparações com outros profissionais, sejam ou não arquitetos.
Mídias de representação e divulgação da arquitetura	

Fonte: Reglamento de Normas Deontológicas de Actuación Profesional de los Arquitectos

Capítulo: Países da Europa
31

c) França

A Espanha dispõe de um código de deontologia dos arquitetos, organizado em três capítulos, quais sejam:

Capítulo 1 : Regras gerais

Deveres profissionais:

- O arquiteto deve ser justo em sua opinião;
- Reciclagem constante;
- Não assinar projeto que não tenha participado;
- Apoio a atividades gerais na arquitetura;
- Evitar situações embaraçosas;
- Pode usar a publicidade de acordo com a lei;

Deveres para com os clientes:

- Acordo por escrito incluindo a remuneração;
- Evitar situações em que prevejam os interesses privados;
- Transparência nas atividades;
- Gerar a declaração do conselho antes de iniciar o trabalho;
- Especificações técnicas obrigatórias mencionadas nos relatórios do projeto;

Deveres entre Arquitetos:

- Apoiar os colegas de profissão;
- Proibição da concorrência desleal;
- Proibição de depreciar trabalho de colegas;
- Abster-se de participar em concursos ou projetos alheios a recomendações do conselho;
- Proibição do plágio;
- Litígios devem ser apresentados ao conselho que tomará as medidas cabíveis.

Relações entre a Ordem e o Governo:

- Aborda a obrigatoriedade do pagamento das taxas;
- Elaboração dos relatórios técnicos sobre os projetos desempenhados;
- Reprime e proíbe pessoas com grau de parentesco em concursos.
- Obriga o recolhimento do seguro do projeto.

Capítulo 2: Regras para os modelos de exercício profissional

- a) exercício profissional em sociedade ou liberal;
- b) Condições contratuais:

Capítulo 3: Regras relativas a remuneração

- Compatível com as tarefas atribuídas;
- Responsabilidade única e exclusiva do cliente ou empregador ao pagamento dos proventos;
- No caso de uma patente a remuneração do arquiteto será de acordo com o custo real;

Quadro 11: Trechos relevantes – França

Palavras-Chave	Espanha (Tradução livre)
Ensino e formação	4. O arquiteto deve manter e melhorar sua habilidade, deve contribuir e participar em atividades de informação, formação e desenvolvimento, incluindo aqueles aceitos pelo Colégio arquitetos.
Direito autoral/plágio	5. Um arquiteto que não tem participado no desenvolvimento de um projeto não pode afixar qualquer assinatura, ou direito a remuneração, como tal, a complacência de assinatura é proibida. O nome e os títulos de qualquer arquiteto que participa do desenvolvimento de um projeto deve ser mencionado explicitamente. 24. Plágio é proibido.
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	37. O arquiteto não pode terceirizar as tarefas conforme definido no parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei sobre a arquitetura de 3 de janeiro de 1977. Quando um arquiteto tem a intenção de subcontratar outros trabalhos, ele deve obter a adesão do proprietário de empresa subcontratada e a aprovação das condições de pagamento pelo contratante. O arquiteto que usa subcontratação também deve mencionar o nome do subcontratante e as partes do trabalho realizado por este subcontratado em todas as publicações que seriam posteriormente.
Reputação, prestígio da profissão	12. O arquiteto deve desempenhar as suas funções com integridade e clareza e para evitar qualquer situação ou atitude incompatível com as suas obrigações profissionais ou que possam colocar em dúvida essa integridade e desacreditar a profissão.
Comercialização do projeto de arquitetura/publicidade	41. Arquitetos podem usar a publicidade no contexto da legislação e regulamentos, nomeadamente o artigo 44 (1) da Lei nº 73-1193 de 27 de dezembro, 1973 orientação do comércio e artesanato modificado.

Fonte: Code de déontologie des architectes

Capítulo: Países da Europa
34

- Segurança adequada da equipe de trabalho;
- Certificar ao cliente que o pessoal é qualificado e supervisionado;
- Acordo escrito com o cliente com todas as cláusulas do contrato da prestação do serviço.

Regra 5 - Visibilidade do trabalho

- Levar em conta o impacto ambiental nas atividades;
- Responsabilidade principal é o foco no cliente.

Regra 6 - Realização do trabalho deve considerar as normas técnicas:

- Manter o cliente informado sobre o desenvolvimento do trabalho.

Regra 7 - Utilizar de forma correta os recursos do cliente:

- Guardar os valores numa conta nominal ao cliente.

Regra 8 - Contratos de seguro:

- Seguros para o empreendimento.

Regra 9 - Manutenção da reputação de conduta dos arquitetos:

- Ocorrência de mau credor;

- As ocorrências devem ser notificadas ao Conselho.

Regra 10 - Lidar com conflitos e reclamações adequadamente:

- Queixas e reclamações devem ser tratadas com cortesia;

- Efetuar as queixas por escrito.

Regra 11 - Cooperar com as investigações:

- Cooperar plenamente com o Conselho;

- Notificar o conselho por escrito caso ocorra alguma irregularidade.

Regra 12 - Respeito aos demais:

- Tratar todos de forma justa e de acordo com a lei;
- Não discriminar ou efetuar alguma consideração inadequada.

Capítulo: Países da Europa
35

d) Inglaterra

O código de ética inglês se destina a carreira dos arquitetos e urbanistas. No início do documento são abordadas as doze atribuições para os arquitetos de forma resumida:

1. Honestidade;
2. Competência;
3. Promover os serviços de forma responsável;
4. Gerir o negócio com competência;
5. Considerar o aumento da visibilidade do trabalho;
6. Realizar o trabalho fielmente;
7. Ser confiável;
8. Ter acordos adequados;
9. Manter a reputação;
10. Lidar com conflitos adequadamente;
11. Cooperar com a regulamentação;
12. Ter respeito às outras pessoas.

Após o resumo o código é organizado de acordo com cada regra:

Regra 1- Honestidade e integridade:

- Ser honesto em todas as situações
- Não fazer declarações contrárias aos profissionais;
- Divulgar o conflito de interesse de forma escrita;
- Quando fazer ou receber algum pagamento ou outro estímulo o cliente deverá ser comunicado desde o início da transação.

Regra 2 - Competência:

- Providências em caso de substituição de alguém na equipe;
- Cumprimento das responsabilidades.

Regra 3 - Honestidade na promoção de serviços:

- Cumprir com os códigos relativos a publicidade;
- Não usar práticas enganosas;

Regra 4 - Gestão do empreendimento:

- Notificar o cliente sobre qualquer mudança na equipe.

Quadro 12: Trechos relevantes – Inglaterra

Palavras-Chave	Inglaterra (Tradução livre)
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	<p>1.3. Quando existir um conflito de interesses o mesmo deve ser comunicado, por escrito, o profissional deve gerenciá-lo para a satisfação de todas as partes afetadas. O profissional deve buscar o consentimento por escrito de que todas as partes envolvidas para continuar a agir.</p> <p>1.4. Se o profissional for fazer ou receber qualquer pagamento ou outro estímulo para o seu trabalho, ele deve ser informado e consentido pelo seu cliente no início do trabalho.</p> <p>10.2. As queixas devem ser tratadas com cortesia e prontamente em cada fase; e, tanto quanto possível, de acordo com as escalas de tempo seguintes: um reconhecimento da queixa em 10 dias úteis a contar do recebimento de um queixa; resposta abordando as questões levantadas na carta inicial da denúncia dentro de 30 dias úteis a partir de seu recebimento.</p> <p>10.3. Os métodos alternativos para resolução de disputa devem ser estimulados tais como a mediação ou conciliação.</p>
Sustentabilidade	5.1. Os arquitetos devem levar em conta o impacto ambiental de suas atividades profissionais.
Reputação, prestígio da profissão	1.1 Os profissionais devem agir com honestidade e integridade e evitar quaisquer ações ou situações que sejam incompatíveis com suas obrigações profissionais. Os profissionais não devem fazer qualquer declaração que é contrário ao sua opinião profissional, ou opinião enganosa, injusta para os outros ou desonroso para a profissão.
Comercialização do projeto de arquitetura/publicidade	<p>3.2 Na publicidade e promoção de seus serviços profissionais, o arquiteto deve cumprir com os códigos e princípios aplicáveis à publicidade em geral.</p> <p>3.3. A publicidade não deve ser enganosa.</p>

Fonte: Architects Code: Standards of Conduct and Practice

- O arquiteto em caso de indisponibilidade ao cliente tem que formalizar a renúncia;
- Considera-se violação de conduta negligenciar os interesses do cliente;
- Aborda as informações disponibilizadas ao cliente sobre o arquiteto;
- Demonstra as informações publicitárias e sua forma de regulamentação.

6- Poderes disciplinares:

- Determinação das infrações cometidas;
- Responsabilidades disciplinares na violação de conduta.

7- Sanções:

- Advertência;
- Suspensão de censura;
- Cancelamento;
- Aborda infrações relativas a conflitos de interesses com danos materiais a terceiro ou moral.

e) Itália

O código de ética italiano considera a criação arquitetônica na inserção harmoniosa no ambiente de paisagens naturais e urbanas. O documento é organizado da seguinte forma:

1-Parte geral:

- O código se aplica aos arquitetos inscritos no registro e é aplicável na Itália.

2- Princípios gerais e deveres:

- Deve agir com princípios e profissionalismo;
- Honestidade e lealdade com o cliente;
- Efetuar as atividades com diligência profissional;
- Competições são realizadas conforme princípios estabelecidos;
- Pagar danos causados na profissão;
- Exigir o cumprimento do sigilo no dever do trabalho.

3- Relações externas:

- Proibido ao arquiteto assinar trabalhos com outras categorias;
- Sociedades de arquitetos devem ser firmadas em escrito;
- O arquiteto pode usar o título acadêmico de professor somente na jurisdição da categoria;
- Questões relativas ao mandato no Conselho;
- Aborda sobre participações e atividade de assistência em concursos;
- Aborda sobre substituições de arquitetos em projetos.

4- Relações internas:

- Aborda o relacionamento com colegas de profissão e funcionários;
- Especifica as atribuições de estagiários e a condição de trabalho dos mesmos.

5- Exercício profissional:

- Recomendações sobre as atribuições dos arquitetos;
- O arquiteto deve se abster quando a atividade de terceiros possa afetar o desempenho do trabalho;
- A participação em lucros de empresas terceirizadas só pode ser realizada com autorização por escrito do cliente;
- Proíbe ao arquiteto continuar o trabalho caso a conduta seja inadequada;
- O arquiteto deve notificar o cliente prontamente sobre a decisão de rescisão no projeto;

Quadro 13: Trechos relevantes – Itália

Palavras-Chave	Itália (Tradução livre)
Ensino e formação	Artigo 7 1. O arquiteto deve sempre tratar as suas competências profissionais, manter e aumentar o seu conhecimento, com especial da atividade exercida. 2. A atualização é tratada com o estudo individual e a participação em iniciativas de formação.
Direito autoral/plágio	Artigo 11 2. É proibido ao arquiteto para assinar atos profissionais em conjunto com profissionais que pertencem a outras categorias, sem especificar os benefícios que têm sido feitas sob a sua direção e responsabilidade pessoal.
Incompatibilidade no exercício de funções	Artigo 19 1. O arquiteto que, como tal, é nomeado em uma comissão ou júri deve assegurar que a maneira pela qual se realiza a sua administração não seja direcionado para nenhum benefício para si ou para os outros. 2. O arquiteto, ao participar de um júri, não deve ter, nessa posição, nenhuma vantagem para sua atividade profissional.
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	Artigo 13 1. O exercício da profissão, os seguintes comportamentos podem ter relevância para concorrência desleal: b) A realização, por qualquer meio, de atos susceptíveis de criar confusão com o resultado de serviços profissionais de terceiros; c) Divulgação de informação e apreciação sobre as atividades de um profissional de forma adequada para não determinar o descrédito; d) Prática de atos predatórios pode afetar negativamente a atividade de outro profissional; Artigo 26 1. O arquiteto é obrigado a se abster de praticar atividades profissionais quando tem, em nome de terceiros, um conflito de interesse com um cliente, ou que possam afetar o bom desempenho do trabalho. 2. A obrigação de se abster de trabalho, mesmo que os clientes que tenha interesse. Artigo 29 1. O arquiteto, chamado para substituir um colega na execução de uma tarefa, deve assegurar que o cliente que a

	substituição foi prontamente comunicada ao colega e entrar em contato com o mesmo. 2. O arquiteto, neste caso substituído, deve assegurar que a aquisição ocorre sem prejuízo da continuação do trabalho. 3. O arquiteto, antes de executar a tarefa deve verificada e comunicar ao cliente os benefícios que já foram realizadas.
	Artigo 32 2. O arquiteto deve definir previamente a aceitação da atribuição e explicitamente com o cliente os critérios de indenização por seu desempenho. 3. O arquiteto é obrigado a informar o cliente de qualquer alteração nas condições que pode modificar as estipulações originais da atribuição.
Reputação, prestígio da profissão	Artigo 3º 1. O arquiteto deve conduzir seus negócios com honestidade e lealdade para com o cliente, colegas e terceiros de alguma forma envolvidos. Artigo 4º 1. No exercício do arquiteto profissional tem o dever de preservar julgamento independente, técnico e intelectual, e para defendê-la de influências externas de qualquer tipo.
Concursos públicos de projetos de arquitetura e urbanismo	Artigo 20 1. O arquiteto que, por qualquer motivo, participou no planejamento e definição de atos e / ou fases de procedimentos públicas relativas à objeto serviços técnicos devem abster-se de competir no mesmo.
Comercialização do projeto de arquitetura/publicidade	Artigo 41 1. A propaganda informativa pode envolver as qualificações e especializações características profissionais e do serviço oferecido e os critérios de preços e custos globais de desempenho. 2. A informação publicitária é realizada de acordo com critérios de transparência e precisão na mensagem.

Fonte: Codice Deontologico Degli Architetti Italiani

f) Portugal

O código de ética português está dividido em preâmbulo e 19 artigos, além de um anexo contendo recomendações éticas.

1. Princípios Gerais: cumprir os deveres expressos;
2. Incompatibilidades no exercício da profissão de arquiteto;
3. Deveres para com a comunidade: respeito pela natureza e contribuir com a sociedade;
4. Deveres de imparcialidade: objetividade e equidade na obra, interpretação de forma correta ao contrato firmado;
5. Conflitos de interesses: proibir trabalho gratuito ou sub-remunerado;
6. Publicidade: caráter apenas informativo e não persuasivo;
7. Deveres do arquiteto no desempenho de sua atividade: tudo deve ser acertado em contrato e não devem ser aceitas cláusulas abusivas ou contra os interesses do arquiteto;
8. Deveres para o cliente ou empregador: divulgar ao cliente ou empregador os documentos relativos à atividade prestada;
9. Remuneração do arquiteto: calculada em função das tarefas prestadas. O arquiteto não deve aceitar comissões ou qualquer outro provento proveniente de fornecedores;
10. Direitos do autor: situações de coautoria, qualquer menção ou utilização do trabalho de deve ser feita com autorização prévia do autor;
11. Deveres recíprocos dos arquitetos: lealdade, correção e urbanidade. Abster-se de atos lesivos aos colegas, não firmar contrato com remuneração arbitrária;
12. Deveres do arquiteto empregador ou responsável hierárquico: atribuir as tarefas de acordo com o nível de qualificação;
13. Deveres do arquiteto assalariado: avisar ao empregador sobre dificuldades em realização das tarefas;
14. Deveres do arquiteto com o conselho dos arquitetos: cumprir o estatuto;
15. Segredo profissional e discussão pública de questões profissionais: dúvidas deverão ser sanadas pelo o conselho;
16. Dever geral de urbanidade: urbanidade em relação a todas as pessoas e entidades relacionadas com seu trabalho;

17. Disposições finais: abertura de procedimento disciplinar quando não houver observação das disposições do regulamento;
18. Normas Subsidiárias: afirmação das normas do código de ética;
19. Disposição transitória.

O anexo é constituído basicamente uma versão resumida e direcionada aos profissionais do próprio conselho. Aborda os princípios gerais, as incompatibilidades da profissão, publicidade, remuneração, direitos de autoria, deveres em relação ao conselho dos arquitetos e dever de urbanidade.

Quadro 14: Trechos relevantes – Portugal

Palavras-Chave	Portugal
Incompatibilidade no exercício de funções	<p>Artigo 2.º Incompatibilidades</p> <p>O exercício da arquitetura é incompatível com qualquer atividade ou função que ponha em causa a independência e a dignidade do exercício da profissão. Em caso de dúvida sobre incompatibilidades o arquiteto deve expô-la ao respectivo Conselho, solicitando orientação.</p> <p>Artigo 4.º Dever de imparcialidade</p> <p>1. Em qualquer situação em que deva emitir o seu parecer técnico, nomeadamente no caso de litígio entre dono de obra, construtor e/ou entidade pública, o arquiteto deve agir com imparcialidade, interpretando com inteira justiça as condições dos contratos ou documentos normativos existentes.</p>
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	<p>1. Nenhum arquiteto poderá assumir ou aceitar qualquer posição ou cargo em que o interesse privado entre em conflito com o dever profissional.</p> <p>2. O arquiteto proprietário, representante ou beneficiário, de qualquer material de construção, equipamento ou patente, que possa ter aplicação em determinada obra, não poderá:</p> <p>a) Utilizá-lo sem que previamente tenha informado dessa particularidade o cliente ou a entidade para quem presta serviço;</p> <p>b) Prestar, em virtude dessa qualidade, serviços de arquitetura a título gratuito ou manifestamente sub-remunerados.</p> <p>3. O arquiteto que, dada a natureza das suas funções, se encontre em condições de intervir na apreciação de projetos ou de, por qualquer forma, influir na sua aprovação, não poderá ser parte em quaisquer processos nos quais tenha interesse, ou exercer a sua influência para favorecer terceiros.</p> <p>4. Sempre que um arquiteto se encontre a desempenhar várias atividades de natureza diferentes, estas devem ser perfeitamente diferenciadas, independentes e publicamente conhecidas.</p> <p>5. O arquiteto deve evitar situações em que é julgador e parte, não podendo designadamente, numa mesma tarefa, ser responsável pela concepção arquitetónica e assistência técnica à obra e pela apreciação ou fiscalização da mesma.</p> <p>6. Quando colocado em dependência hierárquica, económica ou funcional decorrente do modo de exercício por conta de outrem, o arquiteto que estiver em situação de conflito de interesses nos termos deste artigo deverá expor a situação ao respectivo Conselho, pedindo orientação.</p>

Capítulo: Países da Europa
44

	<p>7. O arquiteto deve evitar toda a situação em que interesses privados, mesmo legítimos, possam levá-lo a prejudicar ou preterir os do seu cliente ou empregador.</p> <p>Artigo 9.º Remuneração do arquiteto</p> <p>2. A remuneração do arquiteto é única e exclusivamente encargo do seu cliente ou empregador, devendo ser claramente definida por contrato.</p> <p>3. O arquiteto deverá informar o cliente ou empregador sobre todas as condições da sua relação profissional.</p> <p>4. Qualquer que seja a forma do exercício profissional o arquiteto não poderá aceitar comissões ou quaisquer outros proventos provenientes de fornecedores, negociantes, construtores ou outros, relacionados com os seus trabalhos.</p>
Sustentabilidade	<p>Artigo 3.º Deveres do arquiteto para com a comunidade</p> <p>a) Orientar o exercício da sua profissão pelo respeito pela natureza, bem como pela atenção pelo edificado pré-existente, de modo a contribuir para melhorar a qualidade do ambiente e do património edificado.</p>
Reputação, prestígio da profissão	<p>Artigo 1.º Princípios gerais</p> <p>1. O arquiteto deve, no exercício da sua atividade, mostrar-se digno das responsabilidades que lhe são inerentes pelo prestígio da profissão.</p>
Concursos públicos de projetos de arquitetura e urbanismo	<p>8. O arquiteto deve abster-se de participar em concursos ou consultas como concorrente ou como jurado cujas condições contrariem o presente Regulamento.</p>
Comercialização do projeto de arquitetura/publicidade	<p>Artigo 6.º Publicidade</p> <p>1. O arquiteto poderá oferecer e divulgar os seus serviços profissionais sob qualquer forma de comunicação, sempre dentro das limitações legais existentes. No caso de divulgação publicitária deverá fazê-lo ou autorizá-lo respeitando as seguintes especificidades:</p> <p>a) A publicidade só poderá ser de caráter informativo e não persuasivo;</p> <p>b) Em caso algum se poderão estabelecer comparações com outros profissionais ou autorizarem terceiros a fazê-lo;</p> <p>c) Na divulgação das próprias obras e méritos profissionais, não deverá, sem a devida autorização,</p>

Fonte: Regulamento de deontologia

Capítulo: Países da Europa
45

f) Rússia

O código de ética profissional da Rússia reconhece a prática dos arquitetos no desenvolvimento sociocultural da Rússia. O documento está organizado em parte geral com 15 artigos e parte específica onde são tratadas as leis sobre os direitos do ramo de arquitetura na Rússia.

Parte geral:

1. Referência cultural;
2. Qualificação profissional e integridade;
3. Responsabilidade com a comunidade;
4. Licença para a atividade em arquitetura;
5. Preservação de valores culturais;
6. Acesso à informação;
7. Respeito à legislação;
8. Conflitos de interesse;
9. Concorrência no mercado de trabalho;
10. Atribuição do direito autoral;
11. Agir de forma profissional sem preconceitos;
12. Relações públicas;
13. Não beneficiar particulares em concursos;
14. Padrões de conduta;
15. Penalidades.

Quadro 15: Trechos relevantes – Rússia

Palavras-Chave	Rússia (Tradução Livre)
Direito autoral/plágio	Artigo 10. O arquiteto deve recusar-se a participar da competição, as condições que o dano colegas de direitos autorais.
Incompatibilidade no exercício de funções	Artigo 13. O arquiteto não deve usar sua posição em cargos, a fim de beneficiar suas atividades privadas, bem como para os títulos, prêmios, direito de participação em concursos e assim por diante.
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	Artigo 8. Na prática profissional, o arquiteto não deve permitir quaisquer atos lesivos para a sociedade ou para o cliente. Quando existir um conflito entre os interesses do cliente e os interesses dos arquitetos ou sociedade, o profissional deve dedicar todo o seu conhecimento e experiência para encontrar soluções para atender o interesse público.
Reputação, prestígio da profissão	Artigo 9. O arquiteto não deve recorrer a métodos de concorrência injustos para oferecer seus serviços e projetos nas obras, nem atribuir a outro arquiteto, as encomendas com pagamento no valor abaixo dos previstos nos regulamentos existentes.
Patrimônio artístico, histórico e natural	Artigo 2º. O arquiteto deve garantir seu trabalho para o benefício da sociedade e do país por meio da qualificação profissional e integridade do trabalho.
	Artigo 5º. O arquiteto deve preservar e respeitar os costumes nacionais e tradições, estudando e considerando-as no design de objetos e projetos. Ele deverá contribuir para preservar os valores culturais da sociedade, a proteção da natureza, preservação de ambientes urbanos históricos, arquitetônicos, objetos valiosos, além de respeitar o trabalho de gerações mais antigas de arquitetos.

Fonte: Кодекс профессиональной этики российского архитектора

2.4. Países da Ásia e Oceania

a) Austrália

O código de ética australiano aborda elementos constitutivos da profissão como de arte, ciência, comércio, direitos e os valores éticos. O código de ética baseia-se em 4 princípios básicos:

Princípio 1 – Obrigações públicas:

- Respeitar e ajudar a manter o sistema de valores culturais e naturais;
- Não promover o trabalho de maneira enganosa;
- Obedecer as leis e códigos dos países a quais foram realizar trabalhos.

Princípio 2 – Obrigações com o cliente:

- Cuidado e competência para realizar o trabalho de maneira correta;
- Deve manter o cliente informado do prazo acertado;
- Avisar ao cliente qualquer coisa que afete qualidade ou custo do trabalho;
- Os membros não podem receber incentivos financeiros sem divulgar ao cliente;
- Respeitar a confidencialidade de cliente e fornecedores;
- Julgamento sempre imparcial sobre a conduta dos contratos.

Princípio 3 - obrigações com a profissão:

- Defender a integridade e a dignidade da profissão.

Princípio 4 - obrigações com os colegas

- Não discriminar por raça, estado civil, gênero ou status;
- Não se deve usar trabalho intelectual sem autorização do originário;
- Não desabonar colegas;
- Facilitar o desenvolvimento profissional dos membros;
- não tentar suplantando outro arquiteto em meio a um projeto.

Quadro 16: Trechos relevantes – Austrália

Palavras-Chave	Austrália (Tradução Livre)
Ensino e formação	Introdução Os arquitetos devem se esforçar para contribuir para o desenvolvimento do conhecimento arquitetônico, cultura e educação.
Direito autoral/plágio	4.2. Os membros não devem se apropriar da propriedade intelectual, nem indevidamente partido das ideias de outro arquiteto, sem autorização expressa do arquiteto original. Os membros devem construir a sua reputação profissional sobre os méritos de seu próprio serviço e desempenho, e devem reconhecer e dar crédito a outros para o trabalho profissional realizada.
Acobertamento de profissionais não qualificados	3.2. Os membros não devem aceitar como um parceiro e não devem agir como sócios de uma pessoa inadequada, cujo nome foi removido de qualquer registro de arquitetos a menos que tenha sido em seu próprio pedido ou uma pessoa desqualificada para filiação de acordo com as normas e processos prescritos na constituição do The Royal Australian Institute of Architects.
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	2.5. Os membros não devem oferecer ou receber qualquer incentivo financeiro, ou entrar em qualquer acordo, em relação à aquisição de um compromisso, que não é divulgada ao cliente em potencial. 2.7. Os membros devem divulgar aos clientes ou fornecedores, as circunstâncias significativas conhecidas por eles que poderiam ser interpretadas como a criação de um conflito de interesses, e devem garantir que tais conflito não comprometa os interesses legítimos de tais pessoas ou interferir com o dever arquiteto para tornar o julgamento imparcial em relação à execução do contrato por outros.
Mídias de representação e divulgação da arquitetura	1.2. Membros não devem comunicar nem promover seus serviços profissionais de maneira falsa, enganosa.

Fonte: The Royal Australian Institute of Architects.

b) China

O código de ética profissional da China tem como objetivo promover o padrão de conduta profissional e autodisciplina exigida de cada membro. O código se assenta em quatro princípios que são de aplicação universal:

- Princípio 1: Um membro deve exercer as funções que se compromete, e deve ter uma boa relação para os interesses tanto do Conselho quanto daqueles que se utilizam do seu trabalho.
- Princípio 2: Os membros devem evitar qualquer ação ou situação incompatível com a suas obrigações profissionais, ou que sejam suscetíveis de levantar dúvidas sobre sua integridade.
- Princípio 3: Um membro deve confiar apenas na capacidade e desempenho como base para a seu avanço.
- Princípio 4: Um membro procurará promover a excelência arquitetônica através seu trabalho.

Além dos princípios o código apresenta Regras adicionais ou Apêndices.

Quadro 17: Trechos relevantes – China

Palavras-Chave	China (Tradução Livre)
Ensino e formação	Regra 4.3. Membro deverá manter e avançar sua competência através da participação em cursos de educação continuada e nos assuntos de sua profissão.
Incompatibilidade no exercício de funções	Regra 1.4. Membro que foi nomeado como assessor para qualquer competição não deve atuar em qualquer etapa do trabalho, exceto como árbitro em qualquer disputa entre os promotores e o arquiteto selecionado. Os membros devem evitar qualquer ação ou situação incompatível com a suas obrigações profissionais ou que sejam suscetíveis de levantar dúvidas sobre sua integridade.
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	Regra 2.1. O profissional que tenha algum conflito de interesse deve retirar-se da situação, ou remover a fonte de conflito, ou declará-lo e obter o acordo dos interessados para a continuidade de seu trabalho. 2.2.1 Quando existe um conflito de interesses é provável que ocorra devido a interesses financeiros ou pessoais, em um contrato que ele deve providenciar um árbitro para acordar. Esse árbitro deve ser nomeado em um estágio inicial do litígio. Regra 2.3. Um membro não deve aceitar descontos, comissões, presentes ou qualquer incentivo para se mostrar favor a qualquer pessoa ou entidade, nem a ele em sua capacidade profissional. O profissional também não deve recomendar em anúncios qualquer serviço ou produto associado com a sua profissão. Regra 2.4. Membros poderão, mediante acordo escrito antes com seu cliente, excluir sua responsabilidade por perda de uso, perda de lucros, ou perdas consequentes atrasos nas obras. Regra 3.4. Um membro não poderá dar descontos comissões ou outros incentivos para atrair novos clientes ou trabalhos.
Sustentabilidade	Regra 4.1. Membro deve ser encorajado a participar nos assuntos locais e internacionais sobre o meio ambiente.

Fonte: The Code of Professional Conduct - The Hong Kong Institute of Architects

c) Índia

O código de ética profissional da Índia aborda os seguintes itens:

- Atividades profissionais devem contribuir para o bem estar e o meio ambiente;
- Aplicar os conhecimentos no desenvolvimento do país;
- Prestar serviços de alto padrão;
- Informar ao cliente no contrato os valores do projeto;
- Não subcontratar serviços de outro arquiteto sem consentimento do cliente;
- Não dar descontos, receber comissões ou outros benefícios como incentivos;
- Agir com justiça e imparcialidade;
- Manter a integridade;
- Promover o avanço da profissão;
- Não realizar projetos a baixo do preço de mercado;
- Não suplantando outro arquiteto;
- Competir de forma justa com outros arquitetos;
- Não ter como parceiro comercial pessoas com registro cassado;
- Pagar valores justos aos funcionários;
- Definir de forma clara com os terceirizados as responsabilidades e forma de pagamento;
- O arquiteto pode apresentar seu nome em anúncios;
- Pode associar seu nome a anúncios na imprensa, fornecedores e fabricantes;
- Pode produzir panfletos e afins;
- Pode anunciar seus serviços na lista telefônica;
- A violação as disposições do regulamento caracteriza-se desvio de conduta.

Quadro 18: Trechos relevantes – Índia

Palavras-Chave	Índia (Tradução Livre)
Ensino e formação	IX. Promover o avanço da Arquitetura, padrões de formação em Arquitetura, pesquisa, formação e prática,
Acobertamento de profissionais não qualificados	XVIII. Não ter ou aceitar como parceiro em sua empresa qualquer pessoa que seja desclassificado para o registro. V. Não realizar subcomissão de outro arquiteto ou arquitetos para o trabalho para o qual ele foi encomendado sem o consentimento prévio do seu cliente.
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	VI. Não dar ou tomar descontos, comissões, presentes ou outros incentivos para a introdução de clientes ou de trabalho. XIV. Não preparar projetos em concorrência com outros arquitetos para um cliente sem pagamento ou por uma taxa reduzida. XV. Não tentará obter, oferecer ou aceitar a empreender uma comissão para qual ele saiba que outro arquiteto foi selecionado ou empregado até que ele tem provas de que a seleção de emprego, ou acordo foi rescindido e o cliente deu ao arquiteto anterior, notificação por escrito que ele está assim: a menos que, em estágios preliminares de obras, o cliente realize consulta, a fim de selecionar o arquiteto, como consultar quantos arquitetos quanto ele quiser, desde que efetue o pagamento de encargos para cada um dos arquitetos consultados.
Padronização e reutilização de projetos	XII. Observar e respeitar as condições do Conselho de engajamento e tabela de encargos, XVI. Cumprir as diretrizes do Conselho para concorrência de arquitetura e informar o Conselho da sua nomeação como avaliador, para uma concorrência de arquitetura.
Desenvolvimento da cidade	II. Aplicar a sua habilidade para o desenvolvimento criativo, responsável e econômico de seu país.
Reputação, prestígio da profissão	I. Assegurar que suas atividades profissionais não entrem em conflito com a sua responsabilidade geral de contribuir para a qualidade do ambiente e do bem-estar futuro da sociedade, III. Prestação de serviços profissionais de alto padrão, com o melhor de sua capacidade, VII. Agir com justiça e imparcialidade na administração do contrato de construção, VIII. Manter um alto padrão de integridade,
Mídias de representação e divulgação da arquitetura	XXV. Não deve anunciar os seus serviços profissionais, nem ele deve permitir que seu nome seja incluído em propaganda ou para que seja utilizado para fins publicitários salvar algumas seguintes exceções.

Fonte: Architects (Professional Conduct) Regulations.

d) Japão

O código de ética profissional da Japão aborda os seguintes itens:

Princípios Fundamentais:

- Respeitar a cultura e história de cada região;
- Visar o bem estar da população.

Regras fundamentais:

- Criar ambientes visando o bem estar da comunidade com coragem e sabedoria;
- Não poupar esforços na segurança e bem estar público;
- Seguir o desenvolvimento sustentável reconhecendo a natureza finita dos recursos naturais;
- Minimizando o desperdício e a poluição;
- Entender e avaliar como edificações afetam a população de maneira geral;
- Divulgar e eliminar assuntos que possam causar dano a sociedade;
- Respeitar os direitos humanos e não infringir a propriedade intelectual;
- Disseminar a informação especializada;
- Respeitar membros do instituto e cooperar quando for preciso.

Quadro 19: Trechos relevantes – Japão

Palavras-Chave	Japão (Tradução Livre)
Direito autoral/plágio	6. Respeitar os direitos humanos fundamentais e não infringir a propriedade intelectual ou direitos autorais de terceiros,
Sustentabilidade	3. Os profissionais devem visar o desenvolvimento sustentável e reconhecer a natureza finita de recursos, enquanto fazendo o maior esforço para minimizar o desperdício e a poluição, a fim de proteger e preservar a natureza e o meio ambiente global;
Reputação, prestígio da profissão	2. Não poupar esforços para melhorar a segurança pública e a qualidade de vida através da aplicação do conhecimento especializado e consciência profissional;
Comercialização do projeto de arquitetura/publicidade	7. Divulgação de informações em suas áreas especializadas, e respeitar os membros do Instituto bem como de outras organizações profissionais, e não poupar esforços em fornecer-lhes cooperação.

Fonte: AIJ – Architectural Institute of Japan.

e) Singapura

O código de ética profissional da Singapura aborda os seguintes itens:

1. Definições gerais: definição do arquiteto como pessoa física e empresa e a publicidade envolvendo o arquiteto;
2. Responsabilidade para com o cliente: definição de fidelidade;
3. Condições contratuais: aborda abrir descontos e a liberação de cópias aos clientes;
4. Remuneração: não deve aceitar descontos, presentes ou comissões e sobre os mecanismos de fornecimento do serviço;
5. Publicidade: relativa à formação e sobre a divulgação dos trabalhos;
6. Proibições: não deve aceitar trabalhos q envolve dar ou receber descontos ou como forma de barganha;
7. Normas de publicação: permitido que seja publicado na imprensa;
8. Participação de mídia: publicação de materiais impressos;
9. Representação: assinatura de obras;
10. Concurso de arquitetura: normas fundamentais de participação;
11. Prática ética: agir honestamente para a sociedade em relação aos outros arquitetos;
12. Compromissos negados: mecanismos éticos de conduta em relação aos serviços;
13. Conflitos de interesses: prioridades no contrato de execução dos serviços;
14. Design e montagem: mecanismos de execução de projeto;
15. Cumprimento do contrato: contrato firmado com os parâmetros da execução.

Quadro 20: Trechos relevantes – Singapura

Palavras-Chave	Singapura (Tradução Livre)
Incompatibilidade no exercício de funções	<p>10. (1) Um arquiteto não deve participar de uma concorrência de arquitetura onde:</p> <p>(a) O Conselho já havia emitido uma advertência contra a tomar parte em na referida concorrência;</p> <p>(b) a não ser em concorrência que for realizada de acordo com as regras aprovadas pelo Conselho com a finalidade de tal competição.</p> <p>(2) Um arquiteto não deve:</p> <p>(a) ser associado de alguma forma com a realização de qualquer trabalho que envolve um projeto que foi selecionado como um resultado da participação em uma concorrência realizada em qualquer das situações previstas na alínea (1) (a) ou (b) ;</p> <p>(b) a tentativa de qualquer forma a garantir trabalho para o qual a concorrência foi realizada a menos que -</p> <p>(i) ele seja um concorrente , e</p> <p>(ii) tais trabalhos são assegurados de acordo com as regras da concorrência, que está em questão.</p>
Conflito de interesses, incompatibilidade, remuneração ilícita, reserva técnica ou comissão	<p>4. (1) Um arquiteto, no que diz respeito aos serviços de arquitetura que ele presta, será remunerado exclusivamente por taxas relativas a esses serviços pagas pelo seu cliente ou por um salário pago pelo empregador, e o arquiteto devem ser impedidos de receber qualquer outra fonte de remuneração no âmbito de tais serviços prestados.</p> <p>(2) Um arquiteto que é de uma empresa licenciada ou sociedade licenciado não deve permitir que qualquer um de seus funcionários, diretores da empresa ou membros da sociedade recebam remuneração diferente por taxas em relação a esses serviços pagas pelo seu cliente ou pelo salário pago pela empresa licenciada ou sociedade licenciado.</p> <p>(3) Sem prejuízo da generalidade do subparágrafo (1), um arquiteto não deve:</p> <p>(a) aceitar qualquer desconto, presente, comissão ou outro pagamento ou contraprestação no que diz respeito aos serviços de arquitetura que ele presta, a partir de qualquer outra fonte que não o seu cliente;</p> <p>(b) inserir ou permitir a inserção de qualquer cláusula de quaisquer encargos, notas, faturas ou outro documento que prevê pagamentos a serem feitos a ele por um contratante em relação aos serviços de arquitetura que presta, exceto com o pleno conhecimento e aprovação de seu cliente.</p> <p>6. (1) Um arquiteto não deve aceitar qualquer trabalho que envolve a dar ou receber descontos ou comissões em contrapartida de, ou como um incentivo para a introdução de clientes.</p> <p>(2) Um arquiteto não deve agenciar para o negócio ou fazer algo que é suscetível de conduzir à conclusão razoável de que é</p>

	feito com o propósito de agenciamento.
Mídias de representação e divulgação da arquitetura	<p>(1) Um arquiteto pode, de acordo com o presente parágrafo, divulgar a sua prática ou permitir que seus funcionários ou agentes façam isso.</p> <p>(2) Ao divulgar sua prática, um arquiteto deve manter a dignidade, e a reputação da profissão.</p> <p>(3) Nenhum arquiteto deve divulgar sua prática de uma forma que:</p> <p>(a) tenda a diminuir a confiança pública na profissão ou leve a profissão ao descrédito;</p> <p>(b) pode ser razoavelmente considerado como enganadoras, ilusórias, imprecisas, falsas ou de qualquer forma inconveniente à dignidade da profissão;</p> <p>(7) É da responsabilidade de cada arquiteto para garantir que qualquer publicidade relativa a sua prática está em conformidade com este parágrafo, se tal publicidade é conduzida por ele ou qualquer outra pessoa em seu nome.</p> <p>(8) Quando um arquiteto tomar conhecimento de qualquer impropriedade em qualquer publicidade relativa a sua prática, será sua responsabilidade usar seus melhores esforços para assegurar a retificação ou a retirada da publicidade, e para impedir a sua repetição.</p> <p>8. Um arquiteto pode publicar ou dar consentimento para a publicação de uma série de ilustrações, seja na forma de uma brochura, circular ou livro com ou sem tipografia descritivo, de seu trabalho, entretanto não deve solicitar, direta ou indiretamente qualquer propaganda para qualquer pessoa por tal publicação.</p>

Fonte: Architects Rules 1991

II. RECOMMANDATIONS POUR LA POLITIQUE DE L'ACCORD SUR L'ETHIQUE ET LA DÉONTOLOGIE RECOMMANDATIONS POUR LA POLITIQUE DE L'ACCORD SUR L'ETHIQUE ET LA DÉONTOLOGIE

Recommandations pour la politique de l'Accord sur l'éthique et la déontologie

Politique de l'Accord sur l'éthique et la déontologie

L'actuel Code international de Déontologie de l'UIA en matière de services de consultants reste en vigueur . Les Sections membres de l'UIA sont invitées à incorporer dans leurs propres codes de déontologie et de conduite l'Accord et les recommandations et l'obligation pour leurs membres de se plier aux codes de déontologie et de conduite en vigueur dans les pays et juridictions où ils fournissent des services professionnels, sauf disposition contraire du droit international ou des lois du pays de l'architecte.

Introduction

Lors de la réunion de la commission à Washington en Décembre 1998, les participants ont convenu que le code amendé résultant de la réunion de Barcelone devrait être présenté à l'Assemblée de Beijing pour adoption en tant que Recommandations de l'Accord sur la déontologie et la conduite pour être ultérieurement inclus par les Sections membres dans leurs propres codes.

Le groupe de rédaction, se basant sur les principes et politiques énoncés dans l'accord et les codes de déontologie et de conduite des diverses Sections membres, a formulé les recommandations suivantes à l'intention du Conseil et de l'Assemblée :

Préambule

Les membres de la profession d'architecte se doivent d'adhérer aux plus hautes normes de professionnalisme, d'intégrité et de compétence, et fournir des prestations de la meilleure qualité possible ; de ce fait, ils apportent à la société un ensemble de connaissances spécifiques et uniques, de compétences et d'aptitudes essentielles au développement de l'environnement construit pour leurs sociétés et leurs cultures. Les principes ci-dessous devraient régir la conduite des architectes soucieux de remplir ces obligations lorsqu'ils effectuent leurs missions. Ils s'appliquent à toutes leurs activités professionnelles, quel que soit le lieu où elles se déroulent. Ils témoignent de leurs responsabilités envers le public que la profession sert et enrichit ; envers les clients et utilisateurs de l'architecture et des industries du bâtiment (qui contribuent au façonnement de l'environnement construit) ; et envers l'art et la science de l'architecture (ce continuum de connaissances et de créations qui constitue le patrimoine et l'héritage de la profession et de la société).

Principe 1 - Obligations générales

Les architectes possèdent un ensemble cohérent de connaissances et de théories des arts, sciences et activités de l'architecture, qu'ils acquièrent par leurs études, leur formation pratique et leur expérience. Le déroulement des études d'architecture, de la formation pratique et de l'examen est structuré de manière à assurer au public que, lorsqu'un architecte est retenu pour effectuer des prestations, cet architecte a satisfait à des normes acceptables lui permettant d'exécuter convenablement ces services. Les architectes ont l'obligation générale de maintenir et d'approfondir leurs connaissances des arts et sciences de l'architecture, de respecter l'ensemble du patrimoine architectural et de contribuer à sa croissance, et enfin de faire primer leur jugement intègre de professionnel instruit sur toute autre considération dans le développement des arts, des sciences et des activités de l'architecture.

1.1 Règle: Les architectes doivent s'efforcer de continuellement améliorer leurs connaissances et compétences professionnelles dans les domaines relevant de l'exercice de leur profession.

1.2 Règle: Les architectes doivent continuellement chercher à enrichir leur niveau d'excellence esthétique, de formation à l'architecture, de recherches, de formation pratique, et de pratique de leur profession.

1.3 Règle: Les architectes doivent, de façon appropriée, promouvoir les arts connexes et contribuer à l'amélioration des connaissances et aptitudes de l'industrie du bâtiment.

14 Règle: Les architectes doivent exercer leur profession en se soumettant à des procédures internes de contrôle et de vérification du travail, adaptées et efficaces, et ils doivent disposer de personnel qualifié et encadré de manière à leur permettre de travailler efficacement.

15 Règle: Lorsqu'un travail est exécuté au nom d'un architecte par un employé ou par toute autre personne agissant sous le contrôle direct d'un architecte, l'architecte doit s'assurer que cette personne soit compétente pour ce travail et qu'au besoin, elle soit convenablement supervisée.

Principe 2 - Obligations envers le public

Les architectes ont envers le public l'obligation de respecter l'esprit et la lettre des lois régissant leurs activités professionnelles, et de se préoccuper avec soin des conséquences sociales et environnementales de leurs activités professionnelles.

2.1 Règle: Les architectes doivent respecter et aider à préserver les équilibres, le milieu naturel et le patrimoine culturel de la communauté dans laquelle ils créent une œuvre architecturale. Ils doivent s'efforcer d'améliorer l'environnement ainsi que la qualité de la vie et de l'habitat, et cela, d'une façon durable et viable, tout en étant parfaitement conscients, plus largement, de l'effet de leur intervention sur les préoccupations de tous ceux dont on peut raisonnablement attendre qu'ils utiliseront leur œuvre ou en profiteront.

2.2 Règle: Les architectes ne doivent ni s'exprimer, ni faire valoir leur personne ou leurs prestations dans des termes faux, trompeurs ou illusoires.

2.3 Règle: Une société d'architecture ne doit pas se présenter d'une façon mensongère.

2.4 Règle: Les architectes doivent faire observer la loi dans le cadre de leurs activités professionnelles.

2.5 Règle: Les architectes doivent se conformer aux codes de déontologie et de conduite et aux lois en vigueur dans les pays et juridictions où ils fournissent, ou ont l'intention de fournir leurs prestations,

26 Règle: Les architectes doivent, d'une façon appropriée, participer aux activités publiques, en tant que citoyens et professionnels, et promouvoir la sensibilisation du public aux questions d'architecture.

Principe 3 - Obligations envers le client

Les architectes ont, vis-à-vis de leurs clients, l'obligation de fournir leurs prestations avec conscience et compétence, et de manière professionnelle. Lorsqu'ils fournissent leurs prestations, ils doivent également faire preuve d'un jugement dénué de tout préjugé et tenir compte avec soin des règles techniques et professionnelles applicables. Dans leur quête de l'art, de la science et des activités de l'architecture, leur jugement de professionnel instruit doit toujours primer sur toute autre considération.

3.1 Règle: Les architectes ne doivent entreprendre de projets que lorsqu'ils peuvent garantir qu'ils possèdent les connaissances et compétences adéquates et qu'ils y affecteront des moyens financiers et techniques suffisants pour leur permettre de remplir, à tous les égards, leurs engagements envers leurs clients.

3.2 Règle: Les architectes doivent effectuer leur travail professionnel avec talent, soin et diligence.

3.3 Règle: Les architectes doivent effectuer leur travail sans retard injustifié et, dans toute la mesure du possible, dans un délai raisonnable convenu au préalable.

34 Règle: Les architectes doivent informer régulièrement leurs clients de l'avancement des travaux réalisés au nom du client et de toute question affectant la qualité ou les coûts des travaux.

35 Règle: Les architectes doivent assumer la responsabilité des conseils indépendants qu'ils fournissent à leurs clients et ne fournir leurs prestations que lorsqu'ils (ainsi que ceux qu'ils engagent à titre de conseils) sont qualifiés par leurs études, leur formation pratique ou leur expérience dans les domaines spécifiques concernés.

3.6 Règle: Les architectes ne doivent entreprendre de projet que si les parties ont clairement convenu par écrit des conditions de la mission qui leur est confiée, notamment :

- la nature des prestations ;
- la répartition des responsabilités ;
- toute limitation éventuelle des responsabilités ;
- les honoraires ou leur méthode de calcul ;
- les conditions de résiliation.

37 Règle: Les Architectes seront uniquement rémunérés par des honoraires et salaires spécifiés dans un contrat écrit de service ou d'emploi.

3.8 Règle: Les architectes n'offriront aucune récompense pour se faire engager.

39 Règle: Les architectes doivent respecter le caractère confidentiel des affaires de leur client et ne pas divulguer de renseignements confidentiels sans son consentement préalable ou celui des pouvoirs publics (par exemple, lorsque la divulgation est ordonnée par un tribunal).

3.10 Règle: Les architectes doivent divulguer aux clients, maîtres d'ouvrages ou entrepreneurs les circonstances importantes connues d'eux et susceptibles d'être interprétées comme créant un conflit d'intérêts, et ils doivent s'assurer qu'un tel conflit ne compromettrait pas les intérêts légitimes de ces personnes ou ne les empêcherait pas de porter un jugement impartial sur l'exécution de marchés par d'autres.

Principe 4 - Obligations envers la profession

Les architectes se doivent de défendre l'intégrité et la dignité de la profession et doivent en toute circonstance se conduire de façon à respecter les droits et intérêts légitimes des autres.

4.1 Règle: Les architectes doivent exercer leurs activités professionnelles avec honnêteté et loyauté.

42 Règle: Un architecte ne doit pas s'associer, ni codiriger de projet avec une personne indésirable, comme par exemple quelqu'un dont le nom a été radié d'un tableau d'architectes (sauf sur sa propre demande) ou qui a été exclue d'une organisation d'architectes reconnue.

4.3 Règle: Les architectes doivent s'efforcer, par leurs actions, de promouvoir la dignité et l'intégrité de la profession. Ils doivent également s'assurer que leurs représentants et leurs employés se conduisent de même, de façon à ce qu'aucune action ni conduite ne puisse affecter la confiance de ceux pour et avec qui ils travaillent ; ils doivent enfin s'efforcer que les personnes traitant avec des architectes soient protégées contre toutes déclarations mensongères et trompeuses, fraudes et escroqueries.

44 Règle: Les architectes s'efforceront, au mieux de leurs compétences, de contribuer au développement de la connaissance, de la culture et de la formation en architecture.

Principe 5 - Obligations vis-à-vis des confrères

Les architectes doivent respecter les droits et reconnaître les aspirations professionnelles et les contributions de leurs collègues ainsi que la contribution apportée par d'autres personnes à leur œuvre.

5.1 Règle: Les architectes ne doivent pas faire de discrimination sur la base de l'appartenance raciale, de la religion, d'une infirmité, de l'état matrimonial, ni du sexe.

5.2 Règle: Les architectes ne doivent pas s'approprier les idées d'un autre architecte, ni en prendre avantage d'une façon indue sans l'autorisation expresse de ce dernier.

53 Règle: Lorsqu'ils proposent leurs services, les architectes ne doivent pas indiquer leurs honoraires sans y avoir été conviés. Ils doivent disposer d'informations suffisantes sur la nature et l'envergure du projet pour leur permettre de proposer des honoraires et préciser clairement l'étendue de leurs prestations, afin de protéger le client et la société contre les architectes peu scrupuleux affectant des moyens insuffisants aux projets.

5.4 Règle: Lorsqu'ils offrent leurs services à titre de consultants indépendants, les architectes ne doivent pas rabaisser leurs honoraires en fonction de ceux indiqués par un autre architecte pour le même service, ceci afin de protéger le client et la société contre les architectes peu scrupuleux affectant des moyens insuffisants aux projets.

55 Règle: Les architectes ne doivent pas chercher à supplanter un autre architecte dans une mission professionnelle.

56 Règle: Les architectes ne doivent pas participer à un concours d'architecture qui a été déclaré inacceptable par l'UIA ou ses Sections membres.

57 Règle: Les architectes qui sont appelés à juger un concours d'architecture ne doivent pas participer au même projet à quelque titre que ce soit.

5.8 Règle: Les architectes ne doivent pas dénigrer le travail d'un autre architecte ni tenter de le discréditer.

59 Règle: Lorsqu'un architecte est contacté pour entreprendre une mission (ou toute autre mission professionnelle) dont il sait ou peut s'assurer par une enquête raisonnable qu'un autre architecte est déjà sous contrat pour le même projet ou la même mission professionnelle, il doit en aviser ce dernier.

5.10 Règle: Lorsqu'un architecte est désigné ou retenu pour donner son opinion sur le travail d'un autre architecte, il doit en aviser ce dernier, à moins qu'il puisse être prouvé que ceci serait préjudiciable à la procédure judiciaire engagée ou à venir.

511 Règle: Les architectes doivent fournir à leurs associés et employés des conditions de travail convenables, de même qu'ils doivent les rémunérer convenablement et favoriser leur épanouissement professionnel.

512 Règle: Les architectes doivent veiller à ce que leurs finances personnelles et professionnelles soient gérées légalement et prudemment.

513 Règle: Les architectes doivent bâtir leur réputation professionnelle sur les mérites de leurs services et résultats, et se doivent de reconnaître et de rendre hommage au travail de leurs confrères.

III. MINUTA 0.0 DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA
Minuta 00 (18-10-2012)

CAU BR

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CED BR

Comissão de Ética e Disciplina

Seminário Sobre Ética e Disciplina

Código de Ética e Disciplina

Proposta Preliminar
Minuta 00

Goiânia, 18 de outubro de 2012

1/18

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA
Minuta 00 (18-10-2012)

APRESENTAÇÃO (Provisória)

O presente texto (Minuta 00) destina-se exclusivamente ao exame da Comissão de Ética e Disciplina.

Ele registra tentativas preliminares que visam à redação do que poderá constituir, no futuro, um projeto do Código de Ética e Disciplina, a ser examinado e oportunamente aprovado em sessão plenária do CNU.

Por tratar-se de uma estrutura elementar, provisória e inacabada, certamente nela encontram-se lacunas, excessos e/ou erros carentes de apreciação aprofundada. Na verdade, servirá apenas como um roteiro de utilidade inicial.

Todos os seus itens estão, portanto, sujeitos à evolução e ao progresso necessários aos amplos estudos e levantamentos ainda em curso, que serão seguidos de correções, alterações, supressões, acréscimos, emendas, sugestões ou, mesmo, de mudanças cabais.

2/18

PREÂMBULO

Em conformidade com os Art. 17, 18 e 19 da Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010, que Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo: cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências, o Arquiteto e Urbanista, no exercício da profissão, deve pautar sua conduta pelos parâmetros a serem definidos no Código de Ética e Disciplina do CAU/BR (CJ).

O presente Código de Ética e Disciplina (*Proposta Preliminar - MINUTA 00*), define e especifica em pormenor os princípios gerais já estabelecidos/determinados na própria Lei (CJ):

- deveres do Arquiteto e Urbanista para com a comunidade;
- relação do Arquiteto e Urbanista com os demais profissionais;
- dever geral de urbanidade do Arquiteto e Urbanista;
- procedimentos disciplinares do Arquiteto e Urbanista;
- infrações disciplinares;
- sanções disciplinares;
- processos disciplinares.

É indispensável notar que Lei criadora e definidora das atribuições do CAU/BR e dos CAUs destaca (Art. 24 §1º) a sua função de promover, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo seu aperfeiçoamento.

Ademais, a mesma Lei destaca a competência do CAU/BR (Art. 28, Inciso I) para zelar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da Arquitetura e do Urbanismo.

SUMÁRIO

Preâmbulo
Obrigações Gerais
Obrigações para com o Público
Obrigações para com o Cliente
Obrigações para com a Profissão
Obrigações para com os Colegas
Referências (Este item constará apenas nas minutas)

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA
Minuta 00 (18-10-2012)

principais códigos de ética e disciplina nacionais e internacionais.

Pela sua especial relevância, sempre que possível, foram adotadas a estrutura e as regras deontológicas básicas já pugnadas pelo *Accord on Recommended International Standards of Professionalism and Architectural Practice*, editado pela UIA, Union Internationale des Architectes, aprovado em sua 21.ª Assembleia, realizada em Beijing, em julho de 1999. **16**

Especificação anexo

Assim, por proposta da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR, o presente Código de Ética e Disciplina, conforme previsto na Lei, foi examinado e aprovado em Sessão Plenária do CAU/BR, em Brasília, ___/___/2012, conforme consta e segue adiante.

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA
Minuta 00 (18-10-2012)

A regra legal, portanto, implica a defesa e a manutenção dos princípios ético-deontológicos a cuja definição é votado o presente Código de Ética e Disciplina.

Os Arquitetos e Urbanistas estão sujeitos às normas gerais de conduta da sociedade e, particularmente, àquelas que integram este Código de Ética e Disciplina, mesmo que ainda não escritas, mas que sejam consideradas aceites como correntes no exercício normal da atividade profissional.

Neste sentido, o CAU/BR deve publicar regularmente os seus acordões e deliberações, que constituem, também, normas de jurisprudência. (CAE ET)

O título de Arquiteto e Urbanista é prerrogativa daqueles que têm legalmente direito ao seu uso, e impõe concomitantemente elevada exigência quanto ao respectivo exercício profissional.

As presentes regras deontológicas aqui estabelecidas visam assegurar o cumprimento perfeito, pelos Arquitetos e Urbanistas, de uma atividade essencial a uma sociedade civilizada. A sua inobservância, em último caso, conduzirá à aplicação de sanções disciplinares pelo CAU/BR.

Além disso, estas regras são aplicáveis a todos os Arquitetos e Urbanistas enquanto responsáveis pela sua atividade profissional --seja qual for o seu modo de exercício-- como autônomo por conta própria, como empresário ou gestor, como assalariado privado ou como funcionário público, ou em situação administrativa de dependência hierárquica.

As mesmas regras aplicam-se naturalmente a todos os Arquitetos e Urbanistas que exerçam a sua atividade no Brasil, independentemente de residirem ou não no País, e de nele se terem ou não estabelecido, conforme determinam as disposições da **Lei**.

Os estudos preliminares desenvolvidos durante o ano de 2012 consideraram, para além da esclarecida opinião de inúmeros colegas estudiosos, obtidas em vários Seminários dedicados ao tema, as regras deontológicas estabelecidas nos

OBRIGAÇÕES GERAIS

1. Os Arquitetos e Urbanistas, profissionais liberais, devem exercer, manter e defender, em todos os atos e palavras, a sua autonomia intelectual técnica, artística e científica respectivas às atividades e atribuições nos campos de atuação no setor. (JH, Caldeira, Vagogne)
2. O Arquitetos e Urbanistas devem preservar a sua autonomia intelectual (**intuito personae, residua confiança e credibilidade**) evitando aceitar/firmar pactos contratuais ou vínculos empregatícios que possam implicar em subordinação hierárquica que prejudique/afete/perturbe as respectivas atividades e atribuições nos campos de atuação no setor. (JH, Caldeira, Vagogne)
3. Os Arquitetos e Urbanistas devem manter, aperfeiçoar e desenvolver de modo contínuo os conhecimentos, competências e habilidades em todos os domínios da técnica, da arte da ciência relevantes para a prática profissional. (UIA) (CAP-ACE) (JH)
4. Os Arquitetos e Urbanistas devem buscar de modo contínuo a elevação e o desenvolvimento dos padrões de excelência da prática profissional em todos os domínios de sua atuação, incluindo o ensino/formação e a pesquisa. (UIA, CAP-ACE, JH)
5. Os Arquitetos e Urbanistas devem buscar de modo contínuo a elevação e o desenvolvimento dos métodos e das técnicas apropriadas a qualquer das etapas de produção e existência das edificações/construções, incluindo levantamentos, planejamento, projeto, construção, uso, manutenção. (UIA, CAP-ACE, JH)
6. Os Arquitetos e Urbanistas devem buscar de modo contínuo a elevação e o desenvolvimento dos métodos e das técnicas apropriadas à especificação/desenho/design das edificações/construções e de qualquer das suas partes constituintes/integrantes, incluindo elementos, componentes e materiais. (JH)
7. Os Arquitetos e Urbanistas devem promover as artes, as técnicas e as ciências relacionadas com a sua área de abrangência, atribuições e campos de atuação, e contribuir para o conhecimento, capacitação e

- aperfeiçoamento das atividades da construção civil e do pessoal envolvido. (UIA)
8. Os Arquitetos e Urbanistas devem certificar-se de que as suas equipes/sociedades profissionais que estiverem sob sua responsabilidade e direção atuem em conformidade com, métodos e técnicas eficientes e apropriados, incluindo os procedimentos de acompanhamento, monitoramento, coordenação, supervisão, de forma a elevar a capacitação e as habilidades do pessoal qualificado para o trabalho eficiente/eficaz e de bons resultados. (UIA, JH)
9. Os Arquitetos e Urbanistas devem responsabilizar-se pelas tarefas/trabalhos executados por qualquer pessoa/empregado em seu nome, ou que estejam agindo sob seu controle ou direção, assim garantindo que tais prepostos são competentes e habilitados. (UIA, JH)
10. Os Arquitetos e Urbanistas, em palavras e atos, devem orientar a sua conduta profissional e prestar os seus serviços profissionais em conformidade/acordo com os seguintes valores (virtudes) morais e, igualmente, exigir-lhes dos clientes ou empregadores que os contrataram (JH) (**atenção, para o texto final, escolher os relevantes e suprimir sinónimos e outros excessos**):
- 10.1. cidadania [CONFEA];
 - 10.2. competência [CONFEA];
 - 10.3. decência (decoro);
 - 10.4. dignidade (honra);
 - 10.5. eficácia [CONFEA];
 - 10.6. eficiência;
 - 10.7. equidade (fraternidade) [CONFEA];
 - 10.8. fraternidade (equidade) [CFE];
 - 10.9. honestidade (retidão, lealdade) [CONFEA];
 - 10.10. honra (dignidade);
 - 10.11. igualdade [CONFEA];
 - 10.12. imparcialidade (justiça, equilíbrio) [CONFEA];
 - 10.13. impessoalidade [CONFEA];
 - 10.14. integridade (AS-CRE);
 - 10.15. justiça (equilíbrio) [CONFEA];
 - 10.16. lealdade (honestidade, retidão) [CONFEA];
 - 10.17. prudência (sabedoria);
 - 10.18. reputação [CFE];
 - 10.19. respeito (comportura);
 - 10.20. responsabilidade [CONFEA];
 - 10.21. segurança;

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA
Módulo 01 (18-10-2012)

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA
Módulo 01 (18-10-2012)

- 10.22. Temperança (comedimento, moderação);
- 10.23. tolerância (generosidade);
- 10.24. urbanidade (afabilidade, civildade, cortesia);
- 10.25. zelo (CARE);
- 10.26. etc. etc.

OBRIGAÇÕES PARA COM O PÚBLICO

1. Os Arquitetos e Urbanistas devem adotar, manter e defender o entendimento de que a boa qualidade/ desempenho das edificações/ construções, a sua inserção harmoniosa no entorno/ vizinhança, o respeito às paisagens naturais e urbanas, assim como ao patrimônio coletivo e/ou privado são de interesse público. (LB FR, JH)
2. Os Arquitetos e Urbanistas devem ter consciência do caráter essencial da sua atividade como intérpretes e servidores da cultura e da sociedade de que fazem parte, e de que, por isto, constituem uma profissão liberal de interesse público. (OA PT, JH)
3. Os Arquitetos e Urbanistas devem empenhar-se na conservação dos sistemas de valores da herança natural e cultural da comunidade na qual estejam prestando seus serviços profissionais. (UIA)
4. Os Arquitetos e Urbanistas devem zelar pelo bem/patrimônio público, sobretudo quando contratado pelo Estado para a prestação de serviços profissionais ou em exercício de cargo ou função pública. (CFE)
5. Os Arquitetos e Urbanistas devem zelar pela preservação do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. (CFE)
6. Os Arquitetos e Urbanistas devem respeitar o conjunto das realizações arquitetônicas e urbanísticas do patrimônio histórico e artístico nacional, mesmo quando ainda não estejam formalmente definidos, e contribuir para o seu enriquecimento, sobretudo quando contratado pelo Estado para a prestação de serviços profissionais ou em exercício de cargo ou função pública. (CFE, ACS-CAR)
7. Os Arquitetos e Urbanistas devem ter em consideração o impacto social e ambiental de suas atividades profissionais na execução de obras sob sua responsabilidade. (ACS-CAR)
8. Os Arquitetos e Urbanistas devem empenhar-se na melhoria do meio ambiente e de sua qualidade de vida e do habitat de modo sustentável. (UIA)
9. Os Arquitetos e Urbanistas não devem comunicar, publicar, divulgar ou promover a si próprios nem os seus

10/18

9/18

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA
Minuta 00 (18-10-2012)

- serviços de modo falso, enganoso ou de forma a que possa conduzir a erros. (UIA)
10. Arquitetos e Urbanistas não devem fazer-se representar de forma enganosa. (UIA)
11. Os Arquitetos e Urbanistas devem cumprir a lei na condução de suas atividades culturais. (UIA)
12. Os Arquitetos e Urbanistas devem respeitar os códigos de ética e disciplina vigentes nos países e jurisdições nos quais prestem ou pretendem prestar os seus serviços. (UIA)
13. Os Arquitetos e Urbanistas devem superbar-se como cidadãos e profissionais para promover a conscientização pública quanto aos valores da Arquitetura e do Urbanismo. (UIA)

11/18

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA
Minuta 00 (18-10-2012)

OBRIGAÇÕES PARA COM O CLIENTE

1. Os Arquitetos e Urbanistas devem prestar serviços profissionais apenas quando estiverem de posse das competências, das habilidades e dos conhecimentos científicos, técnicos e artísticos necessários aos compromissos que assumirem. (UIA)
2. Os Arquitetos e Urbanistas devem prestar serviços financeiros disponíveis/ definidos para o cumprimento dos respectivos compromissos. (UIA)
3. Os Arquitetos e Urbanistas não devem oferecer propostas para a prestação de serviços profissionais antes de obter as informações suficientes sobre a natureza e a extensão da obra, em quaisquer de suas etapas. (UIA)
4. Os Arquitetos e Urbanistas devem esforçar-se para proteger os clientes e a sociedade/público de sub-valorizações enganosas quanto aos meios ou aos recursos a destinar para a prestação de serviços profissionais. (RGE-COE, JH)
5. Os Arquitetos e Urbanistas devem prestar os seus serviços profissionais com habilidade, atenção e diligência. (UIA)
6. Os Arquitetos e Urbanistas devem prestar os serviços profissionais dentro de prazos razoáveis e proporcionais à dimensão e à complexidade do objeto/escopo. (UIA)
7. Os Arquitetos e Urbanistas devem prestar os serviços profissionais na medida de sua capacidade. (UIA)
8. Os Arquitetos e Urbanistas devem manter os seus clientes informados do progresso da prestação dos serviços profissionais executados em seu benefício. (UIA)
9. Os Arquitetos e Urbanistas devem manter os seus clientes informados sobre quaisquer questões ou decisões que possam afetar a qualidade ou os custos dos objetos. (UIA)
10. Os Arquitetos e Urbanistas devem prestar serviços profissionais apenas depois de acordar formalmente e firmar por escrito os termos de sua contratação, com informações especialmente quanto: (UIA, JH)
- 10.1. ao objeto e ao escopo dos serviços profissionais;
- 10.2. à atribuição e à limitação das responsabilidades;

12/18

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA
Minuta 00 (18-10-2012)

OBRIGAÇÕES PARA COM A PROFISSÃO

- 10.3. aos honorários ou a quaisquer outros proventos e ao método pelo qual são calculados;
- 10.4. condições de rescisão contratual;
- 10.5. etc.
11. Os Arquitetos e Urbanistas devem manter sigilo sobre os negócios confidenciais dos seus clientes estritamente relativos à prestação de serviços profissionais (UIA, JH).
12. Os Arquitetos e Urbanistas não devem fornecer informações estritamente relativas à prestação de serviços profissionais sem o consentimento prévio e formal do cliente. (UIA)
13. Os Arquitetos e Urbanistas devem manter os seus clientes informados quanto a fatos ou conflitos de interesses que possam perturbar ou impedir a prestação de seus serviços profissionais. (UIA)
14. Os Arquitetos e Urbanistas não devem solicitar ou receber quaisquer honorários, proventos, remuneração, gratificações, vantagem ou presentes, sob quaisquer pretextos, sobretudo de fornecedores de produtos ou de não de obra, que não sejam do conhecimento ou não tenham sido formal e previamente acordadas com o seus clientes ou empregadores. (JH)
15. Os Arquitetos e Urbanistas devem julgar imparcialmente os serviços profissionais realizados por terceiros. (UIA)
16. Os Arquitetos e Urbanistas devem recusar contratos para prestação de serviços profissionais, ou aceitar vínculos empregatícios quando tais compromissos não forem considerados eticamente razoáveis ou condizentes com os termos do presente Código de Ética e Disciplina. (ACE-OE, JH)

13/18

14/18

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA
Minuta 00 (18-10-2012)

OBRIGAÇÕES PARA COM OS COLEGAS

1. Os Arquitetos e Urbanistas não devem apropriar-se parcial ou integralmente de propriedade intelectual ou obter qualquer vantagem a partir das idéias de colega sem a sua autorização formal expressa. (UIA)
2. Os Arquitetos e Urbanistas, não devem oferecer vantagem ou incentivo material ou financeiro ao propor serviços profissionais visando a sua contratação. (UIA)
3. Os Arquitetos e Urbanistas devem estipular os honorários ou quaisquer outras remunerações ao oferecer serviços profissionais apenas quando solicitado para tal.(UIA)
4. Os Arquitetos e Urbanistas devem estabelecer propostas para contratação de serviços profissionais contendo informações/ especificações necessárias e suficientes sobre a sua natureza e o escopo, de modo proteger os clientes e a sociedade de estimativas de estímulos inescrupulosas. (UIA)
5. Os Arquitetos e Urbanistas não devem propor os honorários ou quaisquer remunerações por serviços profissionais visando obter vantagem sobre propostas já apresentadas por colegas concorrentes para os mesmos objetivos. (UIA)
6. Os Arquitetos e Urbanistas não devem tomar o lugar de colega em uma contratação. (UIA)
7. Os Arquitetos e Urbanistas não devem participar de concursos declarados como inaceitáveis pela UIA Union Internationale des Architectes ou por quaisquer de suas Seções nacionais. (UIA, OA-PT)
8. Os Arquitetos e Urbanistas, não devem participar em qualquer outra etapa ou parte do mesmo trabalho quando tiverem sido designados para julgar o respectivo concurso/certame de idéias. (UIA)
9. Os Arquitetos e Urbanistas não devem criticar depreciativamente ou desrespeitosamente o trabalho de quaisquer colegas. (UIA, JH)
10. Os Arquitetos e Urbanistas ao tomar conhecimento da existência colegas que tenham sido contratados pelo mesmo cliente para o mesmo serviço profissional devem informá-los sobre o fato imediatamente. (UIA)

15/18

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA
Minuta 00 (18-10-2012)

11. Os Arquitetos e Urbanistas, quando contratados para opinar sobre os serviços profissionais de colegas, devem informá-los imediatamente sobre o fato. (UIA)
12. Os Arquitetos e Urbanistas devem proporcionar bom ambiente de trabalho aos seus associados e empregados e contribuir para o seu desenvolvimento profissional. (UIA)
13. Os Arquitetos e Urbanistas devem certificar-se de que as suas finanças profissionais e pessoais sejam conduzidas de modo legal e prudente. (UIA)
14. Os Arquitetos e Urbanistas devem construir a sua reputação com base na boa qualidade dos serviços profissionais que prestar. (UIA)
15. Os Arquitetos e Urbanistas devem dar crédito aos colegas pelos bons méritos dos seus serviços profissionais. (UIA)
16. (Tema: Crítica da Arquitetura e do Urbanismo) .
17. (Tema: Autoria, direitos intelectuais) .
- 18.

16/18

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA
Minuta 00 (18-10-2012)

REFERÊNCIAS
(Provisórias)

Estas Referências são provisórias, constando apenas nas minutas. Elas visam apenas facilitar identificação da origem das idéias, informações ou contribuições retidas (com ou sem alterações) pela Comissão de Ética e Disciplina a cada etapa da redação do futuro Código a ser aprovado, independentemente das alterações e adaptações que receberem ao longo do processo.

- (IE FR) OA. Ordre des Architectes. Le Livre Blanc des Architectes (Paris, 2004)
- (OA FR) OA. Ordre des Architectes. Code des Devoirs (Paris, 1980)
- (OA PT) OA. Ordem dos Arquitetos, Conselho Nacional dos Delegados, Portugal. Regulamento de Deontologia. (Lisboa, 2001)
- (UIA) UIA. Accord on Recommended International Standards of Professionalism and Architectural Practice. (Assembléia da UIA, Beijing, julho de 1999)
- (ACE-CBE) ACE Architects' Council of Europe / CBE Conseil des Architectes d'Europe. European Deontological Code for Providers of Architectural Services/Code Deontologique Européenne pour Prestataires des Services d'Architecture (révision de avril de 2009)
- (Caldeira) CALDEIRA, Mirella d'Angelo (Doutora em Direito do Consumidor pela PUC-SP). A responsabilidade civil dos profissionais liberais com o advento do (CAE-ACE)/Código de Defesa do Consumidor. (S. D.) (Captado na Internet em 16/10/2012)
- (Vagone) VAGONE, Joseph. Les Professions Liberales. Paris Ed. Presses Universitaires de France PUF, 1984
- (CONFEA) Conselho Federal de Engenharia,Arquitetura e Agronomia
- (CFE)Conselho Federal de Economia, 2004

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA
Minuta 00 (18-10-2012)

- (Napoleão) Arq. e Urb. Napoleão Ferreira da Silva Neto (Coordenador da Comissão, Conselheiro CAU BR, CE)
- (Braga) Arq. e Urb. Arnaldo Macarenhas Braga (Conselheiro CAU BR, GO)
- (Maia) Arq. e Urb. Heitor Antônio Maia das Dores (Conselheiro CAU BR, AC)
- (Melo) Luis Afonso Maciel Melo (Conselheiro CAU BR, RR)
- (Saad) Arq. e Urb. Paulo Oscar Saad (Conselheiro CAU BR, RJ)
- (Clélia) Arq. e Urb. Clélia Leite Carvalho Xavier (Assessora Técnica CAU BR)
- (JTI) Arq. e Urb. João Honorio (Consultor)

IV. MINUTA 1.1 DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA

teuba
arquitetura e urbanismo ltda

CAU/BR
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CED BR
Comissão de Ética e Disciplina

APRESENTAÇÃO DA MINUTA 10 DO ANTEPROJETO
(Provisório)

Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina
Minuta 11

Seminário Sobre Ética e Disciplina
Belém

teuba arquitetura e urbanismo

Arquiteto e Urbanista
João Honorio de Mello Filho

São Paulo, 19 de março de 2013

O presente texto do Anteprojeto, **Minuta 11**, tendo recebido inúmeras alterações a partir da **Minuta 10**, destina-se exclusivamente ao exame e ao critério da Comissão de Ética e Disciplina CED do CAU/BR.

Ela registra uma tentativa do que poderá constituir, no futuro, depois de examinado e formalmente aprovado em sessão plenária, o Código de Ética e Disciplina do CAU/BR.

Por tratar-se de uma estrutura elementar, provisória e inacabada, certamente nela encontrar-se-ão lacunas, excessos e, mesmo, erros carentes de apreciação aprofundada. Na verdade, servirá apenas como um roteiro de unidade inicial.

Todos os seus itens estão, portanto, sujeitos ao progresso necessário aos amplos estudos e levantamentos que ainda estão em curso, e que serão seguidos de correções, alterações, supressões, acréscimos, emendas, sugestões ou, mesmo, substituição.

N. B. Em ANEXO, encontram-se definições de alguns termos a figurar em GLOSSÁRIO atualmente em construção.

teuba
arquitetura e urbanismo ltda

APRESENTAÇÃO

Depois de uma série de estudos e levantamentos e, ainda, de debates em cinco seminários regionais, realizados durante 2012 e 2013, no Rio de Janeiro RJ, em Curitiba PR, em Goiânia GO, em Macaé AL e Belém PA, quando foram tratados os temas correlativos da Ética Profissional (e do exercício profissional no Brasil), os conselheiros membros da CED Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR, concordaram em encaminhar o texto final do **Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina do Arquiteto e Urbanista** à sua validação/aprovação.

O documento normativo elaborado e assim recomendado foi submetido ao CAU/BR Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil que o examinou, em memorável reunião plenária, e o homologou conforme a Resolução N° **ZZZZZ**, em Brasília, no dia **XX** de **YYYY** de 2013.

Os estudos previamente desenvolvidos consideraram a esclarecida opinião de inúmeros colegas estudiosos da matéria, e os princípios e as regras deontológicas estabelecidas nos principais códigos de ética profissional, nacionais e estrangeiros, para além das recomendações internacionais reconhecidas.

Pela sua especial relevância, sempre que possível, foram adotados na estruturação (sistemização) do texto normativo, os princípios e as regras deontológicas básicas aconselhadas pelo *Accord on Recommended International Standards of Professionalism and Architectural Practice*, editado pela UIA, Union Internationale des Architectes, aprovado em sua 21ª Assembleia, realizada em Beijing, em Julho de 1999.

Portanto, o CAU/BR, tem a satisfação de editar o presente Código de Ética e Disciplina e colocar em pleno vigor princípios e regras que etc.

Para os efeitos de registro histórico,(Acreditar um resumo dos antecedentes)

.....
.....
.....

Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11)
4/25

teuba
arquitetura e urbanismo ltda

SUMÁRIO

- Apresentação
- Préambulo
- Obrigações Gerais
- Obrigações para com o Público
- Obrigações para com o Contratante (Cliente)
- Obrigações para com a Profissão
- Obrigações para com os Colegas
- Obrigações para com o CAU/BR
- Referências (Este item constará apenas nas minutas)
- Glossário (Parcial)

Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11)
3/25

PREÂMBULO

O presente Código de Ética e Disciplina do Arquiteto e Urbanista é constituído por normas representadas por *princípios e regras* para a conduta dos arquitetos e urbanistas no cumprimento de suas obrigações ao prestar serviços profissionais.

Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11)

5/25

capacitações e aptidões únicas e especiais ao desenvolvimento do ambiente construído.

Em conformidade com a Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010, que **Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAU/UF; e dá outras providências**, os arquitetos e urbanistas, no exercício da profissão, devem pautar sua conduta pelos parâmetros a serem definidos no Código de Ética e Disciplina do Arquiteto e Urbanista.

- deveres do Arquiteto e Urbanista para com a comunidade;
- relação do Arquiteto e Urbanista com os demais profissionais;
- dever geral de urbanidade do Arquiteto e Urbanista;
- procedimentos disciplinares do Arquiteto e Urbanista;
- infrações disciplinares;
- sanções disciplinares;
- processos disciplinares.

É indispensável notar que Lei criadora e definidora das atribuições do CAUBR e dos CAUs, destaca (Art. 24 §1º) a sua função de promover, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão, zelar pela fiel observância dos princípios de Ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo seu aperfeiçoamento.

Ademais, a mesma Lei também destaca a competência do CAUIBR (Art. 28, inciso I) para zelar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da Arquitetura e do Urbanismo.

A norma legal, portanto, determina a defesa e a manutenção dos princípios e regras ético-deontológicas a cuja definição o presente Código de Ética e Disciplina do CAU/BR é destinado.

Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11)

6/25

teuba
arquitetura e urbanismo ltda

Os arquitetos e urbanistas estão sujeitos às normas (princípios e regras) que integram este Código de Ética e Disciplina e aquelas leis e normas morais (**usos e costumes**) da sociedade que se impõem à sua ação profissional e que, mesmo ainda não escritas, são tradicionalmente (**plenamente**) aceites como **correntes** no normal exercício (**prática**) profissional, devendo o CAU/BR publicar regularmente os seus acordões e deliberações normativas de jurisprudência.

Os princípios e as regras estabelecidas no presente Código de Ética e Disciplina visam assegurar o cumprimento perfeito, pelos arquitetos e urbanistas, de uma atividade essencial a uma sociedade civilizada. A sua inobservância, portanto, conduziria à aplicação de sanções disciplinares pelo CAU/BR.

Os princípios e as regras estabelecidas no presente Código de Ética e Disciplina são aplicáveis a todos os arquitetos e urbanistas enquanto responsáveis pela sua atividade profissional – seja qual for o seu modo de contratação – como autónomo por conta própria, como empresário ou gestor, como assalariado privado ou como funcionário público, ou em qualquer situação administrativa com (de) dependência hierárquica.

Os mesmos princípios e regras aplicam-se aos arquitetos e urbanistas registrados no CAU/BR, que exerçam a sua atividade no Brasil, independentemente de residirem ou não no país, e de nele se terem ou não estabelecido. O mesmo se aplica aos que, também registrados no CAU/BR, **estejam exercendo a profissão no estrangeiro**.

Este Código de Ética e Disciplina compõe-se de normas estruturadas conforme cinco princípios de aplicação genérica (mais teórica), aos quais estão **subsumidas** **normas** com aplicação específica (mais prática). (**Rever e explicar**) **Etc. etc. etc.**

7

teuba
arquitetura e urbanismo ltda

1. Princípio: OBRIGAÇÕES CERAIS

Os arquitetos e urbanistas, profissionais liberais (intelectuais), devem manter e desenvolver de modo contínuo os conhecimentos das artes, das técnicas e das ciências correlatas (**conexas**) da Arquitetura e do Urbanismo, respeitar o conjunto das realizações arquitetónicas e urbanísticas, contribuir para a boa qualidade do seu crescimento e fazer prevalecer o julgamento íntegro e imparcial (**independente, isento**) de profissional conhecedor (**erudito, perito**) sobre qualquer outra consideração.

1.1. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem exercer, manter e defender, em seus atos e palavras, a sua autonomia intelectual artística, técnica e científica, respectivas às atividades e atribuições nos seus campos de atuação.

1.1.1. Os arquitetos e urbanistas não devem aceitar/afirmar pactos contratuais ou vínculos empregatícios que possam implicar em subordinação que prejudique/afete/perturbe as respectivas atividades e atribuições profissionais nos campos de atuação no setor.

1.1.2. Os arquitetos e urbanistas devem rejeitar injunções, coerções, imposições, exigências ou pressões contrárias às suas convicções profissionais ou que possam prejudicar a qualidade ética e estética dos seu trabalho.

1.1.3.

1.2. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem manter, aperfeiçoar e desenvolver os seus conhecimentos, competências e habilitações nos domínios das artes, das técnicas e das ciências úteis (relevantes) para a prática (exercício) profissional e os seus padrões de excelência.

1.2.1.

1.2.2.

1.2.3.

1.3. Regra: Os arquitetos e urbanistas, por seus atos e palavras, devem esforçar-se em contribuir para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do ensino, da formação e da pesquisa nos campos da Arquitetura e do Urbanismo.

1.3.1.

1.3.2.

1.3.3.

1.4. Regra: Os arquitetos e urbanistas, por seus atos e palavras, devem esforçar-se em contribuir para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos métodos e das técnicas da indústria da construção civil.

Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11)

7/25

Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11)

8/25

8

teuba arquitetura e urbanismo ltda	9
1.4.1. Os arquitetos e urbanistas devem contribuir para a aquisição de conhecimento e capacitação do pessoal envolvido e aperfeiçoamento das suas tarefas e atividades.	
1.4.2.	
1.4.3.	
1.4.4.	
1.5. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem esforçar-se em contribuir para o desenvolvimento dos métodos e das técnicas apropriadas a quaisquer das etapas do ciclo de vida das edificações, dos elementos das edificações, dos componentes construtivos, das instalações e dos materiais de construção.	
1.5.1. A produção deve abranger as tarefas e atividades de planejamento, levantamento, elaboração de projeto, fabricação, construção das edificações e seus equipamentos.	
1.5.2. O uso deve abranger a as tarefas e atividades de orientação do usuário e a avaliação do desempenho no uso das edificações e seus equipamentos.	
1.5.3. A manutenção e a conservação deve abranger as tarefas e atividades necessárias a sustentação (permanência) dos graus de desempenho iniciais das edificações e seus equipamentos.	
1.5.4.	
1.6. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem esforçar-se em contribuir para o desenvolvimento dos métodos e das técnicas apropriadas ao todo e a quaisquer das partes constituintes das construções.	
1.6.1. (urbanização)	
1.6.2. (edificação)	
1.6.3. (elementos da edificação)	
1.6.4. (componentes construtivos) (design)	
1.6.5. (instalações)	
1.6.6. (equipamentos, mobiliário)	
1.6.7. (materiais para construção).	
1.7. Regra: (Ética e estética da Arquitetura e Urbanismo) (Satisfação das exigências humanas que recaem sobre as construções etc.: desempenho: economia, durabilidade, conforto, higiene etc.).	
1.7.1.	
Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11)	9/25

teuba arquitetura e urbanismo ltda	10
1.7.2.	
1.7.3.	
1.8. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem recusar contratos para prestação de serviços profissionais, ou aceitar vínculos empregatícios quando tais compromissos não forem considerados moralmente razoáveis e/ou condizentes com os termos do presente Código de Ética e Disciplina.	
1.8.1.	
1.8.2.	
1.8.3.	
1.9. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem certificar-se de que as equipes/sociedades profissionais que estiverem sob sua responsabilidade e direção atuem em conformidade com métodos e técnicas eficientes e apropriados, incluindo procedimentos de acompanhamento, monitoramento, coordenação, supervisão, de modo a elevar a capacitação e as habilidades do pessoal qualificado para o trabalho eficiente/eficaz e de bons resultados.	
1.9.1.	
1.9.2.	
1.9.3.	
1.10. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem responsabilizar-se pelas tarefas/trabalhos executados por qualquer pessoa empregado em seu nome, ou que estejam agindo sob seu controle ou direção, assim garantindo que tais prepostos são competentes e habilitados.	
1.11. Regra: Os arquitetos e urbanistas, em palavras e atos, devem orientar a sua conduta profissional e prestar os seus serviços profissionais em conformidade/acordo com os seguintes valores (alvos) morais e, igualmente, exigir a mesma conduta dos clientes ou empregadores que os contratarem (atenção: escolher os valores relevantes e suprimir sinônimos e outros excessos):	
<ul style="list-style-type: none">• cidadania [CONFEA];• competência [CONFEA];• decência (decoro);• dignidade (honra);• eficácia [CONFEA];• eficiência;• equidade (fraternidade) [CONFEA];• fraternidade (equidade)[CFE];	
Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11)	10/25

teuba
arquitetura e urbanismo ltda

- honestidade (retidão, lealdade)[CONFEA];
- honra (dignidade);
- igualdade [CONFEA];
- imparcialidade (justiça, equilíbrio [CONFEA];
- impessoalidade [CONFEA];
- integridade [ACE-GAE];
- justiça (equilíbrio) [CONFEA];
- lealdade (honestidade, retidão) [CONFEA];
- prudência (sabedoria);
- reputação [CFE];
- respeito (compostura);
- responsabilidade [CONFEA];
- segurança;
- temperança (comedimento, moderação);
- tolerância (generosidade);
- urbanidade (afabilidade, civilidade, cortesia);
- zelo [CONFEA];
- etc. etc.

2. Princípio: OBRIGAÇÕES PARA COM O PÚBLICO
Os arquitetos e urbanistas, na defesa do interesse público, devem respeitar o espírito e o teor das leis que regem o exercício (a atividade) profissional, e considerar cuidadosamente as consequências públicas, sociais e ambientais de suas atividades.

2.1. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem estar conscientes do caráter essencial da sua atividade como intérpretes e servidores da cultura e da sociedade de que fazem parte, e de constituírem uma profissão liberal (intelectual) de interesse público e social.

- 2.1.1.
- 2.1.2.
- 2.1.3.
- 2.2. Regra:
- 2.2.1.
- 2.2.2.
- 2.2.3.

teuba
arquitetura e urbanismo ltda

2.3. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem empenhar-se na conservação dos sistemas de valores da herança natural e cultural da comunidade na qual estejam prestando seus serviços profissionais.

- 2.3.1.
- 2.3.1.

2.4. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem empenhar-se para a melhoria do ambiente construído e da sua qualidade de vida e habitat, de modo sustentável, e estar cientes do efeito de seu trabalho em relação aos interesses das pessoas que são ou possam vir a ser seus usuários.

2.5. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem zelar pelo bem-patrimônio público, sobretudo quando contratado pelo Estado, para a prestação de serviços profissionais, ou em exercício de cargo ou função pública.

2.6. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem zelar pela preservação do ambiente natural e do equilíbrio ecológico.

2.7. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem respeitar o conjunto das realizações arquitetônicas e urbanísticas do patrimônio histórico e artístico nacional, mesmo quando a proteção legal ainda não esteja formalmente definida, e contribuir para o seu enriquecimento, sobretudo quando contratado pelo Estado para a prestação de serviços profissionais ou em exercício de cargo ou função (emprego) pública(6).

2.8. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem ter em consideração o impacto social e ambiental de suas atividades profissionais na execução de obras sob sua responsabilidade.

2.9. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem empenhar-se na melhoria do ambiente, de sua qualidade de vida e do habitat, de modo sustentável.

2.10. Regra: Os arquitetos e urbanistas não devem comunicar, publicar, divulgar ou promover a si próprios nem os seus serviços de modo falso, enganoso ou de forma a que possa conduzir a erros, e não devem fazer-se representar de forma enganosa.

- 2.11. Regra:
- 2.12. Regra:

2.13. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem respeitar os códigos de ética e disciplina vigentes nos países e jurisdições estrangeiras nas quais prestem ou pretendem prestar serviços profissionais.

<p>teuba arquitetura e urbanismo ltda</p> <p>3.1.1.</p> <p>3.1.2.</p> <p>3.1.3.</p> <p>3.2. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem prestar serviços profissionais apenas quando os recursos técnicos e financeiros estiverem adequadamente disponíveis/ definidos no cumprimento dos compromissos com o contratante (cliente).</p> <p>3.2.1.</p> <p>3.2.2.</p> <p>3.2.3.</p> <p>3.3. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem oferecer propostas para a prestação de serviços profissionais somente após a obtenção das informações suficientes sobre a natureza e a extensão da obra, em qualquer de suas etapas.</p> <p>3.3.1.</p> <p>3.3.2.</p> <p>3.3.3.</p> <p>3.4. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem esforçar-se para proteger os clientes e a sociedade/público de subvalorizações enganosas quanto aos meios ou recursos humanos e materiais a destinar para a prestação de serviços profissionais.</p> <p>3.5. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem prestar os seus serviços profissionais com habilidade, atenção e diligência.</p> <p>3.5.1.</p> <p>3.5.2.</p> <p>3.5.3.</p> <p>3.6. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem prestar os serviços profissionais dentro de prazos razoáveis e proporcionais à extensão e à complexidade do objeto/escopo.</p> <p>3.6.1.</p> <p>3.6.2.</p> <p>3.6.3.</p> <p>3.7. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem prestar os serviços profissionais na medida de sua capacidade de atendimento a comprometer.</p> <p>Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11)</p> <p>14/25</p>	<p>teuba arquitetura e urbanismo ltda</p> <p>2.14. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem empenhar-se, como cidadãos e profissionais, para promover a conscientização pública quanto aos valores da Arquitetura e do Urbanismo.</p> <p>2.14.1.</p> <p>2.14.2.</p> <p>2.14.3.</p> <p>2.15. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem estar conscientes das bases do Direito Urbanístico (Direito à Cidade), abrangendo os temas das políticas urbanas, promoção da justiça social nas cidades, inclusão social, desenvolvimento urbano, conflitos e regularização fundiária, reconhecimento do direito à cidade e das práticas políticas e sociais urbanas, participação e, desenvolvimento urbano.</p> <p>1.15.1.</p> <p>1.15.1.</p> <p>1.15.1.</p> <p>2.16. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem estar conscientes do Direito à Arquitetura (e Urbanismo)...</p> <p>2.16.1.</p> <p>2.16.1.</p> <p>2.16.1.</p> <p>3. Princípio: OBRIGAÇÕES PARA COM O CONTRATANTE (Cliente)</p> <p>Os arquitetos e urbanistas, na relação com os seus contratantes (clientes), devem prestar serviços de maneira profissional, com fidelidade, consciência e competência. Devem desenvolver os seus serviços profissionais com consciência e competência, de modo imparcial e sem preconceitos. O seu juízo profissional e conhecedor deve ser imparcial e isento de preconceitos, considerando as normas técnicas e profissionais a aplicar. Em busca da realização artística, técnica e científica, o posicionamento dos arquitetos e urbanistas, como profissionais liberais (intelectuais) deve prevalecer sobre qualquer outra consideração.</p> <p>3.1. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem prestar serviços profissionais apenas quando estiverem de posse das competências, das habilitações e dos conhecimentos artísticos, técnicos e científicos necessários aos compromissos que assumirem com o contratante (cliente).</p> <p>Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11)</p> <p>13/25</p>
--	--

teuba
arquitetura e urbanismo ltda

3.7.1. A capacidade de atendimento deve ser dimensionada e justificada conforme a extensão e a complexidade de cada serviço profissional;
3.7.2. A capacidade de atendimento deve ser aferida (prevista, avaliada) conforme as disponibilidades de:

- a) competências e habilitações do(s) profissional(is) a envolver;
- b) tempo do(s) profissional(is) a comprometer;
- c) número de profissionais permanentes e/ou a subcontratar;
- d) instalações indispensáveis;
- e) equipamentos indispensáveis;
- f) outros recursos necessários;
- g) etc

3.7.3.

3.8. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem manter os seus contratantes (clientes) informados sobre o progresso da prestação dos serviços profissionais executados em seu benefício, periodicamente ou quando solicitados.

3.8.1. Os arquitetos e urbanistas, devem demonstrar as contas respectivas aos serviços profissionais prestados.

3.8.2. Os arquitetos e urbanistas, devem demonstrar as contas respectivas às demais despesas a realizar.

3.8.3. Os arquitetos e urbanistas, devem demonstrar as contas respectivas às demais despesas realizadas.

3.9. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem manter os seus clientes informados sobre quaisquer questões ou decisões que possam afetar a qualidade ou os custos dos objetos.

3.9.1.

3.9.2.

3.9.3.

3.10. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem prestar serviços profissionais apenas depois de acordar formalmente e firmar por escrito os termos de sua contratação, com informações especialmente quanto a: (UIA, JH).

- identificação dos prestadores;
- localização da obra;
- objeto e escopo; itens não incluídos e não incluídos;
- atribuições e limitação das responsabilidades;

Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11)
15/25

teuba
arquitetura e urbanismo ltda

- garantias;
- valores dos honorários ou proventos e método de cálculo;
- prazos, etapas, fases;
- modo de pagamento;
- cronograma físico e financeiro;
- condições para rescisão contratual;
- foro jurídico ou de arbitramento;
- local, data;
- etc

3.11. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem manter sigilo sobre os negócios confidenciais dos seus clientes estritamente relativos à prestação de serviços profissionais acordados/ contratados, a menos que tenham consentimento prévio e formal do contratante (cliente).

3.11.1.

3.11.1.

3.11.1.

3.12. Regra:

3.13. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem manter os seus contratantes (clientes) informados quanto a fatos ou conflitos de interesses que possam perturbar ou impedir a prestação de seus serviços profissionais.

3.14. Regra: Os arquitetos e urbanistas não devem solicitar ou receber quaisquer honorários, proventos, remunerações, gratificações, vantagens, retribuições ou presentes de qualquer tipo, sob quaisquer pretextos, de fornecedores de insumos, sejam produtos ou mão de obra, que não sejam do conhecimento ou não tenham sido formal e previamente acordadas com o seus clientes ou empregadores.

3.14.1.

3.14.2.

3.14.3.

3.15. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem julgar imparcialmente (com imparcialidade) os serviços profissionais realizados por terceiros.

3.15.1.

3.15.2.

3.15.3.

3.16. Regra:

Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11)
16/25

teuba arquitetura e urbanismo ltda	teuba arquitetura e urbanismo ltda
3.16.1. 3.16.2. 3.16.3.	5.2.2. 5.2.3. 5.3. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem estipular os honorários ou quaisquer outras remunerações ao oferecer serviços profissionais apenas quando solicitados para tal. 5.3.1. 5.3.2. 5.3.3. 5.4. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem estabelecer propostas para contratação de serviços profissionais contendo as informações/ especificações necessárias e suficientes sobre a sua natureza e extensão, de modo proteger os contratantes (clientes) e a sociedade de estimativas de espêndios (honorários, remunerações) insuficientes ou inescrupulosas. 5.4.1. 5.4.2. 5.4.3. 5.5. Regra: Os arquitetos e urbanistas não devem propor honorários ou quaisquer remunerações por serviços profissionais visando obter vantagem sobre propostas já apresentadas por colegas concorrentes para os mesmos objetivos. 5.5.1. 5.5.2. 5.5.3. 5.6. Regra: Os arquitetos e urbanistas não devem tomar o lugar de colega em uma contratação. (UIA) 5.7. Regra: Os arquitetos e urbanistas não devem participar de concursos declarados como inaceitáveis pela UIA-Union Internationale des Architectes ou por qualquer de suas Seções nacionais pelo CAU/BR. 5.7.1. 5.7.2. 5.7.3. 5.8. Regra: Os arquitetos e urbanistas não devem participar em qualquer outra etapa ou parte do mesmo trabalho quando tiverem sido designados para julgar o respectivo concurso/certame de ideias.
4. Princípio: OBRIGAÇÕES PARA COM A PROFISSÃO Os arquitetos e urbanistas devem defender a integridade e a dignidade da profissão e, em todas as circunstâncias, conduzi-se de modo a respeitar os direitos e interesses legítimos de terceiros. 4.1. Regra: Os arquitetos e urbanistas não devem se associar, contratar ou representar pessoas que tenham sofrido sanção de exclusão do registro profissional de qualquer profissão legitimamente regulamentada. 4.2. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem empenhar-se para a dignidade e a integridade da profissão, bem como sua promoção. 4.3. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem assegurar que os associados, representantes e empregados conduzam os seus serviços profissionais em conformidade com o mesmo padrão ético e disciplinar da profissão. 4.4. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem empenhar-se em contribuir para o desenvolvimento do conhecimento, da cultura e do ensino relativos à profissão. Princípio 5. OBRIGAÇÕES PARA COM OS COLEGAS Os arquitetos e urbanistas devem respeitar os direitos e reconhecer as aspirações e contribuições profissionais de seus colegas ao seu trabalho, assim como as feitas por outros. 5.1. Regra: Os arquitetos e urbanistas não devem apropriar-se parcial ou integralmente de propriedade intelectual ou obter qualquer vantagem a partir das ideias de colega sem a sua autorização formal expressa. 5.1.1. 5.1.2. 5.1.3. 5.2. Regra: Os arquitetos e urbanistas, não devem oferecer vantagem ou incentivo material ou financeiro ao propor serviços profissionais visando a sua contratação. 5.2.1.	Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11) 18/75

teuba arquitetura e urbanismo ltda	teuba arquitetura e urbanismo ltda
5.8.1. 5.8.2. 5.8.3. 5.8.4. 5.9. Regra: Os arquitetos e urbanistas não devem criticar depreciativamente ou desrespeitosamente o trabalho de quaisquer colegas. (UIA, JH) 5.10. Regra: Os arquitetos e urbanistas ao tomar conhecimento da existência colegas que tenham sido contratados pelo mesmo cliente para o mesmo serviço profissional devem informá-los sobre o fato imediatamente. (UIA) 5.11. Regra: Os arquitetos e urbanistas, quando contratados para opinar sobre os serviços profissionais de colegas, devem informá-los imediatamente sobre o fato. (UIA) 5.12. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem proporcionar bom ambiente de trabalho aos seus associados e empregados e contribuir para o seu desenvolvimento profissional. (UIA) 5.12.1. 5.12.1. 5.12.1. 5.13. Regra: Os arquitetos e urbanistas (antes de firmarem qualquer contrato) devem certificar-se de que as suas finanças profissionais e pessoais sejam conduzidas de modo legal e prudente. 5.13.1. 5.13.2. 5.13.3. 5.14. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem construir a sua reputação (prestígio) com base na boa qualidade dos serviços profissionais que prestar. 5.15. Regra: Os arquitetos e urbanistas devem dar crédito aos colegas pelos bons méritos dos seus serviços profissionais. (UIA) 5.16. Regra: (Tema: Crítica da Arquitetura e do Urbanismo). 5.17. Regra: (Tema: Autoria, direitos intelectuais, direitos patrimoniais e autorais). 5.18. Regra: (Tema: Acobertamento) 5.19. Regra: (Tema: prestação de contas, locupletamento).	5.20. Regra: 5.21. Regra: 5.21. 5.22. 5.22. 6. Princípio: OBRIGAÇÕES PARA COM O CAUIBR O CAUIBR, por seus conselheiros e pela coletividade dos arquitetos e urbanistas, assim como pela presença crítica do público, deve zelar pela manutenção da dignidade do presente Código de Ética e Disciplina e dos princípios, regras e valores que estatui. 6.1. Regra: O presente Código de Ética e Disciplina, para o seu aperfeiçoamento e atualização, deve ser permanente objeto de estudos e críticas. 6.1.1. A CED do CAUIBR deve desenvolver estes estudos e críticas em conformidade com procedimentos a estabelecer em Resolução específica. 6.1.2. A CED do CAUIBR deve iniciar imediatamente a realização de tais estudos e críticas. 6.1.3. A CED do CAUIBR encaminhará sistematicamente as suas recomendações à consideração e providências do CAUIBR. 6.1.4. Os estudos, críticas e recomendações devem ser imediatamente publicadas pelos meios de divulgação na internet (eletrônica) normalmente disponíveis no CAUIBR. 6.2. Regra: poderá receber emendas, a cada 3 (três) anos, contados a partir da data da sua publicação no DOU, Diário Oficial da União. 6.2.1. Estas alterações devem ser aprovadas por maioria absoluta dos membros do Conselho. 6.2.2. 6.2.3. 6.3. Regra: O presente Código de Ética e Disciplina do CAUIBR, mantida rigorosamente a sua estrutura e sistematização, poderá receber emendas, por convocação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho. Estas alterações devem ser aprovadas, igualmente, por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.
Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11) 19/25	Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11) 20/25

teuba
arquitetura e urbanismo ltda

6.3.1
6.3.2
6.3.3

6.4. Regra: Os acordãos, deliberações, decisões e interpretações que, de algum modo, signifiquem acréscimos a normas do presente Código de Ética e Disciplina, e constituam adaptações a frequentes situações de fato, devem ser imediatamente publicadas por todos os meios de divulgação normalmente disponíveis no CAU/BR.

6.5. Regra:
6.5.1.
6.5.2.
6.5.3.

Brasília, XX de yyyyyy de 2013

Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz
Presidente do CAU/BR

21

REFERÊNCIAS
(Provisórias)

Estas Referências são provisórias, constarão apenas nas minutas. Elas visam apenas facilitar identificação da origem das ideias, informações ou contribuições retidas (com ou sem alterações) pela Comissão de Ética e Disciplina a cada etapa da redação do futuro Código a ser aprovado. Independentemente das alterações e adaptações que receberem ao longo do processo.

(LB FR) OA. Ordre des Architectes. Le Livre Blanc des Architectes (Paris, 2004).
(OA FR) OA. Ordre des Architectes. Code des Devoirs (Paris, 1980).
(OA PT) OA. Ordem dos Arquitectos. Conselho Nacional dos Delegados, Portugal. Regulamento de Deontologia. (Lisboa, 2001)

Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11)
21/25

teuba
arquitetura e urbanismo ltda

(UIA) UIA. Accord on Recommended International Standards of Professionalism and Architectural Practice. (Assembleia da UIA, Beijing, Julho de 1989).
(ACE-CAE) ACE Architects' Council of Europe / CAE Conseil des Architectes d'Europe. European Deontological Code for Providers of Architectural Services/Code Deontologique Européenne pour Prestataires des Services d'Architecture (Révision de avril de 2009).
(Caldeira) CALDEIRA, Mirella d'Ángelo (Doutora em Direito do Consumidor pela PUC-SP). A responsabilidade civil dos profissionais liberais com o advento do (CAE-ACE)Código de Defesa do Consumidor. (S. D.) (Captado na Internet em 18/10/2012).
(Vagogne) VAGOGNE, Joseph. Les Professions Liberales. Paris Ed. Presses Universitaires de France PUF, 1984.
(CONFEA) Conselho Federal de Engenharia,Arquitetura e Agronomia
(CFE) Conselho Federal de Economia, 2004

22

Anteprojeto do CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA CAU/BR (Minuta 11)
22/25

teuba
arquitetura e urbanismo ltda

ANEXO

GLOSSÁRIO

Para a concepção e estruturação do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina
(Justificativa a desenvolver)

A concepção do texto do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina, ora em estudo, adotará, em uma base preliminar, as Recomendações que foram editadas pela UAB sobre o tema, reconhecidas em 1969, depois de muitos anos de discussões por arquitetos e urbanistas de todo o mundo. (*UAB Accord on Recommended International Standards of professionalism In Architectural Practice*).

Inicialmente, como procedimento, propusemos que seja feita uma adaptação daquele texto internacional, tal como é aconselhado, isto, em razão, tanto de sua fundamentação exemplar, quanto da conveniência prática do CAUBR. Em seguida, o esboço resultante terá o seu texto aperfeiçoado em vezes sucessivas, até que, a critério da Comissão de Ética e Disciplina, seja considerado satisfatório. Esperamos que, no decurso dos estudos, muitos argumentos serão divulgados e debatidos, e produzirão as soluções mais adequadas ao caso brasileiro.

Contudo, quanto à estruturação orgânica do conjunto a editar, logo de início, alguns esclarecimentos sobre as unidades terminológicas mais importantes e as suas definições parecem ser indispensáveis. Entendemos ser necessária a construção de um GLOSSÁRIO, a ser anexado ao documento normativo que for editado. Já começamos a fazê-lo para submeter à CED do CAUBR.

Eis que, logo de início, notamos a existência de uma variedade de definições em dicionários e ensaios jurídicos sobre algumas unidades terminológicas correntemente usadas na estruturação dos textos normativos. Isso obrigou-nos a uma tentativa de adotar, com a clareza e a simplicidade indispensáveis ao caso, as definições que nos pareceram até agora mais adequadas aos procedimentos de estruturação do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina.

O nosso entendimento é que, em razão da inteligibilidade indispensável ao uso do Código de Ética e Disciplina em nível público, é necessário que os elementos normativos (princípios e regras) sejam logo classificados,

teuba
arquitetura e urbanismo ltda

organizados e distribuídos de modo lógico e solidário, em classes vinculadas por relações hierárquicas dos tipos gênero-especie ou todo-parce. Conforme o caso, isso será feito em escalas de valor, de grandeza ou de importância. Adiante, eis algumas definições, ainda a aperfeiçoar e a simplificar.

Norma, princípio, regra, valor: constituem princípios jurídicos as normas genéricas como, por exemplo, "todos são iguais perante a lei", enquanto as regras (preceitos) são as normas específicas, como, por exemplo, "o idoso tem direito à assistência de sua família".

código: termo derivado do latim *codex*, tirado de *caudex* (tronco de árvore), primitivamente com a significação de tábuas ou prancha, passou a designar coleção de escritos, na terminologia jurídica, é a denominação de conjunto de leis (normas) reunidas num só corpo para reger determinada matéria sobre a qual estabeleceu princípios e regras.

norma: termo derivado do latim *norma*, provém do grego *gnorima* (esquadria, esquadro), nele, estão contidos os princípios e as regras (preceitos) a serem obedecidos.

princípio: termo derivado do latim *principium* (origem, começo), em sentido usual exprime o começo de vida ou o primeiro instante em que as pessoas ou as coisas começam a existir, mais amplamente, é indicativo do começo ou da origem de qualquer coisa, norma jurídica cujo conteúdo é genérico, contrapondo-se à regra (preceito), que é específica; princípios, portanto, são as normas elementares ou primordiais instituídas como base, fonte ou fundamento de alguma coisa, os princípios revelam o conjunto de regras (preceitos), fixadas para servir de norma a toda espécie de ação jurídica, traçando, assim, a conduta a ser lida em qualquer operação jurídica, exprime o sentido mais relevante que o da regra (preceito) jurídica, a própria razão de ser das coisas jurídicas, convertendo-se em peritos axiomas, princípios jurídicos, portanto, significam os pontos básicos, que servem de ponto de partida ou de elementos vitais ou alicerces do próprio Direito; nesta acepção, não se compreendem somente os fundamentos jurídicos, legalmente instituídos, mas todo o axioma jurídico derivado da cultura jurídica universal, compreendem, pois, os fundamentos da Ciência Jurídica, onde se firmaram as normas originárias ou as leis científicas do Direito, que traçam as noções em que se estrutura o próprio Direito; assim, nem sempre os princípios se inscrevem nas leis, mas, porque servem de base ao Direito, são tidos como preceitos fundamentais.

(Continuar)

teuba **arquitetura e urbanismo ltda**

regra: Termo derivado do latim *regula*, de *regere* (dirigir, reger), entende-se tudo que se dispõe ou que se estabelece para servir de modo, de forma ou de ordem, a fim de que sejam conduzidas as coisas ou sejam executados os atos; a regra (preceito) exprime a pauta a ser obedecida na execução dos atos ou serve para traçar a linha indicativa da ordem ou do modo de proceder; juridicamente, a regra estatui o modo de proceder, é a imposição de forma ou a conduta imposta no texto legal; a regra importa sempre na imposição de um princípio ou preceito geral, para ser cumprido, sem qualquer restrição; o mesmo que preceito;

valor: termo derivado do latim *valor*, em sentido econômico exprime o grau de utilidade das coisas, ou bens, ou a importância que lhes é concedida para a satisfação de necessidades; é o que vale, o que é desejável, ou desejado; é um critério, uma referência, um ideal que permite apreciar, avaliar os atos, as situações e, mais amplamente, os estados de coisas. (Completar)

Etc.etc.etc.

V. MINUTA 6.2 DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA

RESOLUÇÃO Nº XX, de DD DE MMMMMM DE 2013

Aprova o
Código de Ética e Disciplina
do
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CAU/BR.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 28, incisos I e II, da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que *Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil — CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal — CAUs; e dá outras providências* de acordo com a deliberação da Reunião Plenária nº NN, realizada nos dias dd e dd de mmmm de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR anexo à presente Resolução.

Art. 2º Os CAU/UF, após a publicação desta Resolução, deverão organizar, desenvolver, promover e manter a divulgação do Código de Ética e Disciplina aos profissionais, às entidades de classe, às instituições de ensino, às sociedades civis e organizadas, ao poder público e ao público em geral.

Art. 3º O Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, adotado por esta Resolução, entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, dd de mmmmm de 2013.

Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz
Presidente do CAU/BR

MINUTA 6.2
1/43

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CAU/BR**

**Comissão de Ética e Disciplina
CED- CAU/BR**

**Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina
do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**

Minuta 6.2

Brasília, 21 e 22 de junho de 2013.

**MINUTA 6.2
2/43**

I.

SUMÁRIO

Apresentação

Preâmbulo

- ***Bases legais do Código***
- ***Bases éticas do Código***
- ***Estrutura do Código***
- ***Gravidade das infrações e sanções***

Obrigações Gerais

Obrigações para com o Público

Obrigações para com o Contratante

Obrigações para com a Profissão

Obrigações para com os Colegas

Obrigações para com o CAU/BR

Das infrações e Sanções Disciplinares

Das Disposições Administrativas

MINUTA 6.2

3/43

APRESENTAÇÃO

Depois da realização de cinco seminários regionais, durante 2012 e 2013, no Rio de Janeiro-RJ, em Recife-PE, em Curitiba-PR, em Goiânia-GO, em Belém-PA — e, finalmente, de um Seminário Nacional em Brasília (DF) — quando foram tratados os temas da Ética e da Moral no exercício profissional, os conselheiros membros da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CED-CAU/BR), concordaram em encaminhar o texto do Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo ao exame e aprovação final em Reunião Plenária do CAU/BR.

Os levantamentos e os estudos previamente desenvolvidos consideraram — em todo o país — a opinião esclarecida e experiente de inúmeros colegas arquitetos e urbanistas estudiosos da matéria, assim como os conteúdos constantes dos principais códigos de ética profissionais, nacionais e estrangeiros, para além de recomendações internacionais reconhecidas.

De direito, a existência do CAU/BR — como determinou a Lei nº 12.378/2010 — exige o estabelecimento de um guia deontológico, proposto para a profissão dos arquitetos e urbanistas distintamente regulamentada.

O texto, prescritivo por sua própria natureza, torna-se um compromisso básico, pressuposto como parte legítima e constante de qualquer contrato para a prestação de serviços profissionais.

De fato, a par do já rigorosamente preceituado na Lei, este Código não estabelece somente um conjunto sumário de normas deontológicas — princípios e regras — que se devem impor como obrigatórias no exercício da profissão. Eis que, em decorrência da percepção crítica e humanista que caracteriza a formação técnica, científica e artística do arquiteto e urbanista, os termos dos preceitos éticos, neste Código, não se limitam à fixação de critérios para a mera identificação mecânica de infrações ou o cálculo automático das correspondentes sanções disciplinares a aplicar diante de cada circunstância concreta.

Impõem-se assim preceitos que representem e informem um pensamento que inclui propósitos culturais, morais e estéticos. Eles identificam e declaram a dignidade do exercício de uma profissão respeitada pelo seu saber e pela sua ética.

O papel educativo do Código está implicado no princípio obrigatório da publicidade. Com efeito, as normas éticas da Arquitetura e Urbanismo devem ser perfeitamente conhecidas tanto nos âmbitos da formação dos profissionais nas universidades, quanto nos da população em geral. Neste sentido, o

MINUTA 6.2
4/43

texto respectivo visa facilitar a sua inteligibilidade e divulgação, não só aos diretamente interessados e seus eventuais contratantes. Afinal, as normas éticas e disciplinares são públicas.

Eis que, a par das necessidades normativas que naturalmente se impõem à conduta de profissionais liberais, o Código aprovado é inspirado no entendimento de que Arquitetura e Urbanismo, em sua dimensão ética, também é contribuição cultural-estética-econômica-política intrínseca, indissociável do processo democrático da produção e da sustentação dos ambientes construído (da cidade) e natural (paisagem).

O exercício ético da profissão exige criatividade estética e saberes que constituem a própria identidade disciplinar dos arquitetos e urbanistas frente a eles mesmos, à sua categoria e à cultura à qual pertencem.

O reconhecimento público do papel substancial e próprio da atividade é dever público em qualquer sociedade democrática.

Pela sua potencial relevância para a estruturação do novo texto normativo, foram adotadas — sempre que cabíveis — as recomendações modelares divulgadas a todos os países, com a oportuna colaboração brasileira do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), como constam no *Accord on Recommended International Standards of Professionalism and Architectural Practice*, editado pela UIA, Union Internationale des Architectes, aprovado em sua 21ª Assembleia, realizada em Beijing, em julho de 1999.

MINUTA 6.2
5/43

PREÂMBULO**Bases legais do Código**

Conforme a **Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que *Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências***, o CAU aprovou o presente Código de Ética e Disciplina do Conselho da Arquitetura e Urbanismo do Brasil –CAU/BR mediante a Resolução nº NN, de dd, mmmmm de 2013.

Portanto, os arquitetos e urbanistas, assim como as sociedades de prestação de serviços com atuação no campo da Arquitetura e Urbanismo, devem orientar sua conduta no exercício da profissão pelas normas — princípios e regras — definidas neste Código de Ética e Disciplina.

É indispensável observar que os artigos da Lei 12.1378/2010 pertinentes à conduta Ética determinam ao CAU/BR a instauração, a defesa e a manutenção das normas a cuja definição este Código é propositado¹.

Quanto aos aspectos legais coercitivos a considerar, este Código estabelece bases suficientes para possibilitar clareza na identificação das circunstâncias dos fatos, na avaliação das infrações cometidas, e na aplicação das respectivas sanções disciplinares.

Para as tarefas administrativas necessárias à aplicação harmônica das determinações deontológicas deste Código, o CAU seguirá Resolução específica para os procedimentos processuais respectivos às etapas de instauração, instrução, defesa, relatório, pedido de reconsideração, recurso à instrução, decisão final e sua aplicação.

Para isto, além do que estabelece a Lei nº 12.378/2010, sem prejuízo de outras normas legais aplicáveis, serão seguidas as regras procedimentais constantes nas demais leis do país².

¹ O Art. 17 estatui que, no exercício da profissão, o arquiteto e urbanista deve pautar sua conduta pelos parâmetros a serem definidos no Código de Ética e Disciplina do CAU/BR. E que, conforme diz o respectivo Parágrafo único: O Código de Ética e Disciplina deverá regular também os deveres do arquiteto e urbanista para com a comunidade, a sua relação com os demais profissionais, o dever geral de urbanidade e, ainda, os respectivos procedimentos disciplinares, observados o disposto na Lei.

O Art. 24 §1º, estatui que o CAU tem como função promover, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão, zelar pela fiel observância dos princípios de Ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo seu aperfeiçoamento.

O Art. 28, inciso I, estatui que compete ao CAU/BR zelar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da Arquitetura e Urbanismo.

² Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal); Resolução do CAU/BR nº 34, de 06/09/2012; e, Resoluções do CAU em geral.

MINUTA 6.2**6/43**

Eis que os arquitetos e urbanistas, como profissionais liberais essenciais a qualquer sociedade democrática, estão sujeitos à Constituição e às leis quanto aos preceitos éticos e morais nelas implícitos³.

ADITIVA. Cons. Paulo Ormino (BA): Fazer referência à Constituição Federal, especialmente aos seus artigos 181 e 182 e outros que tratam dos direitos dos cidadãos e em especial profissionais. Fazer referência também ao “ESTATUTO DA CIDADE”.

Bases Éticas do Código

Este Código é constituído por normas obrigatórias para a conduta profissional dos arquitetos e urbanistas que devem ser igualmente observadas pelas sociedades de prestação de serviços com atuação no campo da Arquitetura e Urbanismo registradas no CAU, conforme manda a Lei.

Os termos deste Código devem ser integralmente obedecidos pelos arquitetos e urbanistas, independentemente do modo de contratação de seus serviços profissionais— como autônomo por conta própria, como empresário ou gestor, como assalariado privado ou como funcionário público, ou em qualquer situação administrativa onde exista dependência hierárquica de responsabilidades, cargos e/ou funções.

Portanto, as normas constantes deste Código aplicam-se às:

- atividades profissionais quando e onde ocorram;
- garantias para o cumprimento perfeito das obrigações éticas e disciplinares;
- responsabilidades para com o público (ao qual a profissão serve e enriquece), para com os contratantes e usuários, para com a indústria da construção civil (que contribui para configurar o ambiente construído), e para com os próprios colegas;
- responsabilidades no exercício das atividades dentro ou fora do território nacional, independentemente de haver ou não residência e/ou domicílio no país;
- responsabilidades para com a Arquitetura e Urbanismo, e para com o conjunto de conhecimentos e criações que constituem patrimônio e herança cultural da profissão e da sociedade.

ADITIVA. Cons. Paulo Ormino (BA) - Incluir referência à Declaração Universal dos Direitos Humanos e artigos da constituição Federal referentes aos direitos dos cidadãos Brasileiros.

³ Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil; Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências; Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro DE 1940. Código Penal; Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências; e outras leis.

A função coercitiva das normas deste Código é subsidiária à função ética fundamental de prevenir, educar e informar o público sobre a dignidade da Arquitetura e Urbanismo e dos deveres dos arquitetos e urbanistas.

Estrutura do Código

As normas constantes neste Código são prescrições estruturadas em uma relação de subordinação, constando duas classes a considerar e a aplicar de modo coordenado e harmônico.

Assim, as **normas** gerais e específicas – conforme aqui estabelecidas – estão consignadas sob os títulos de **Princípios** e **Regras**, definidas pela abrangência dos conceitos e das respectivas aplicações:

- **Princípios:** de aplicação genérica (ampla, abrangente, mais teórica ou abstrata);
- **Regras:** com aplicação específica (estrita, restrita, mais prática ou concreta).

SUGESTÃO. Celso Evaristo (CAU/RJ): quanto à organização e estrutura do Código, agrupar inicialmente todos os princípios devidamente enumerados e itemizados; a seguir normas e procedimentos (regras) por área de atuação (obrigações diversas). Justificativa: Para facilitar a leitura e organização do Código. O Código de Ética é público e deve ser de fácil entendimento geral.

SUGESTÃO. Jeferson Salazar (FNA): para alterar em todos os artigos, sugere a substituição do termo “não pode” ou “não deve” por “é vedado” ou termo correlato. Também substituir “deve recusar”. Justificativa: a regra deve ser imperativa, evitando-se termos negativos, a exemplo da doutrina jurídica nacional.

SUGESTÃO. Elza Kunze Bastos (FNA – Sindicato de Arquitetos do DF): Alterar em todo o texto o “não deve” para “fica vedado”. Justificativa: o Código deve ser indicativo e não restritivo.

SUGESTÃO. Saide Kahtonni (ABAP-CEAU-CAU/BR):

1. Organização dos princípios em um bloco introdutório e depois desmembrar os itens.
2. Definição de regras e de recomendações (sanções mais leves)
3. Consideração de inúmeros perfis (funcionários públicos, por exemplo)
4. Atentar para a dissociação entre a prática e a teoria, que não é desejável para a nossa profissão.
5. Grandes temas como o concurso, a atividade docente, (necessidade de transformações), poderiam ser tratados em seminários próprios ou outros

MINUTA 6.2
8/43

foros, pela amplitude e necessidade de mudanças e estabelecimento de estratégias.

Para as estratégias são necessários objetivos claros. Definidos os instrumentos, alternativos ao Código de ética, que se atém aos comportamentos e ações do profissional, dentro dos parâmetros estabelecidos, serão parte do processo de transformação desejado para a profissão.

Para isso, a reunião e interfaces de distintas comissões (ensino, exercício profissional) poderá contribuir na discussão dos temas mais amplos, junto ao CEAU, construindo as estratégias de ação e seus reflexos na tessitura das resoluções do CAU.

Portanto, o Código de Ética deve trabalhar dentro do seu recorte de atuação, facilitando a eficácia das ações e sanções realizadas pelo CAU.

Portanto, o seu texto deverá demonstrar de forma clara aos leitores as situações e hipóteses de desdobramento das mesmas.

Contribuições CED-CAU/RS: Incluir um princípio contemplando a relação do arquiteto e urbanista com o estudante de arquitetura.

OBRIGAÇÕES GERAIS

1. Princípio: O arquiteto e urbanista, profissional liberal que presta serviços profissionais de caráter intelectual, de interesse público e social, deve possuir, por formação, um conjunto sistematizado de conhecimentos das artes, das ciências e das técnicas, assim como das teorias e práticas específicas da Arquitetura e Urbanismo. O processo de formação do arquiteto e urbanista deve ser estruturado e desenvolvido criticamente, de modo a assegurar que, quando convidado a prestar serviços profissionais, esteja capacitado e habilitado para desempenhar adequadamente os seus serviços profissionais. O arquiteto e urbanista deve manter e desenvolver os seus conhecimentos, contribuir e priorizar o julgamento profissional erudito e imparcial. O arquiteto e urbanista deve reconhecer, respeitar e defender o conjunto das realizações arquitetônicas e urbanísticas como patrimônio ambiental e cultural, e contribuir para a boa qualidade do seu crescimento, para o qual concorre a obrigação profissional de aprimorá-lo. O arquiteto e urbanista deve defender os direitos fundamentais da pessoa humana, conforme expressos em acordos internacionais.

SUPRESSIVA. Cons. Paulo Ormindo (BA): Eliminar a expressão “profissional liberal” no primeiro parágrafo do princípio que não está suficientemente explícito o compromisso com a comunidade, constante do Artigo 17 da Lei 12.378/2010.

MINUTA 6.2
9/43

SUPRESSIVA: Marcelo Petrucci (CAU/RS): Suprimir o termo “liberal”.

SUBSTITUTIVA. Júlio de Marco (CAU-MG): O arquiteto e urbanista, profissional liberal, quer seja na prática enquanto autônomo, quer seja enquanto servidor ou funcionário público ou contratado, que presta serviços profissionais de caráter intelectual, de interesse público e social, deve possuir, por formação... Justificativa: para clareza.

ADITIVA. Jucenei Gusso Monteiro (CAU/PR): O arquiteto e urbanista deve traduzir, complementando a ótica pragmática de suas obrigações regulamentadas, a alma de sua essência sistemática e holística, no objetivo do desenvolvimento sustentável para atingir um estado de sustentabilidade para a sociedade como um todo e para o planeta.

SUGESTÃO. Nilson Ghirardello (CED- CAU/SP): O texto induz confusão entre a figura do profissional e do autônomo; necessária a revisão do texto, haja vista problemas redacionais, tais como a repetição de palavras; quanto ao conteúdo da terceira frase, coloca-se a reflexão se realmente todas as realizações arquitetônicas e urbanísticas devem ser respeitadas e atendidas, dando-se como exemplo o minhocão em São Paulo.

SUGESTÃO. CED-CAU/RS: nas regras referentes ao princípio 1 – Obrigações Gerais - caracterizar claramente a responsabilidade dos arquitetos e urbanistas nas atividades perante a cidade, o meio ambiente e o patrimônio histórico.

1.1. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se em manter e desenvolver de modo continuado a sua capacitação e os seus conhecimentos nas áreas de atividades relevantes para as práticas profissionais e para a elevação dos seus padrões de excelência.

SUGESTÃO. Nilson Ghirardello (CED-CAU/SP): As regras apresentadas demonstram em sua maioria subjetividade e contradição que podem ser verificados em expressões tais como: “deve empenhar-se” e “deve esforçar-se”. O termo “dever” implica uma imposição, obrigação, ao contrário do termo “poder” que demonstra uma faculdade, assim como as palavras utilizadas no texto. O “empenhar” e o “esforçar” utilizados conotam uma ação do agente, porém não possuem caráter obrigacional, de garantia de resolução, deixando margem para interpretações subjetivas. Assim, sugerimos a revisão de referidas expressões em todo o corpo do texto.

1.2. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se em contribuir para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos métodos e das técnicas da indústria da construção civil, apropriadas a quaisquer das etapas do ciclo de existência das construções.

MINUTA 6.2
10/43

1.3. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se para que as equipes ou sociedades profissionais que estiverem sob sua responsabilidade ou direção atuem em conformidade com os melhores métodos e técnicas.

SUPRESSIVA. Jeferson Salazar (FNA): Suprimir a regra.

1.4. Regra: O arquiteto e urbanista deve responsabilizar-se pelas tarefas ou trabalhos executados por quaisquer pessoas (auxiliares ou empregados) que estejam agindo em seu nome, sob seu controle ou direção, e garantir que seus prepostos são competentes e habilitados.

SUBSTITUTIVA. Cláudia Pires (MG): Embora tenha anotado como sendo supressiva, apresentou o seguinte texto: O arquiteto e urbanista deve se responsabilizar pelas tarefas ou trabalhos executados no limite de seu Registro de Responsabilidade Profissional.

1.5. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se em contribuir para a aquisição de conhecimento, aperfeiçoamento da capacitação e das habilitações de quaisquer pessoas (auxiliares ou empregados) que estejam envolvidos em suas tarefas e atividades profissionais.

1.6. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se em contribuir para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento da crítica — como atividade intelectual fundamentada — além de respeitar e defender o direito de crítica sobre as artes, ciências e técnicas da Arquitetura e Urbanismo nos seus campos de atuação.

SUBSTITUTIVA. Cláudia Pires (MG): Embora tenha anotado como sendo supressiva, apresentou o seguinte texto: O arquiteto e urbanista contribuirá para o aperfeiçoamento profissional além de defender e respeitar o direito da crítica sobre as artes, ciência, técnicas da arquitetura e urbanismo nos seus campos de atuação.

SUGESTÃO. Nilson Ghirardello (CED-CAU/SP): O texto proposto apresenta dúvidas quanto à pessoa que desempenhará o “espírito crítico”. Caberá esta ao arquiteto e urbanista ou a terceiros? Assim, sugerimos a revisão do referido texto, uma vez que uma norma duvidosa é uma norma ineficaz.

1.7. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se para alcançar os mais altos padrões de independência, de imparcialidade, de sigilo profissional, de integridade, de competência e de profissionalismo e, portanto, da excelência do seu trabalho, de modo a garantir conhecimentos, capacitações e aptidões únicas e especiais ao desenvolvimento do ambiente construído.

1.8. Regra: O arquiteto e urbanista deve exercer, manter e defender a autonomia própria da profissão liberal conforme as suas atribuições nos campos de atuação no setor, de modo a que prevaleçam as melhores considerações artísticas, técnicas e científicas sobre quaisquer outras.

MINUTA 6.2
11/43

SUPRESSIVA. (CED-CAU/MG): retirar a palavra “liberal”. Justificativa: faz-se menção à defesa da autonomia própria da profissão liberal sendo que a profissão não se acha restrita a este âmbito, principalmente se considerarmos a prática de servidores do Estado que, também, devem-se colocar como guardiões da profissão, sugerindo-se a eliminação do termo “liberal”.

SUPRESSIVA. Marcelo Petrucci(CAU/RS): suprimir o termo liberal.

SUPRESSIVA cons. Paulo Ormino (BA): eliminar a expressão “profissional liberal”. Justificativa: A profissão não é exercida apenas por “profissionais liberais”. Há arquitetos funcionários públicos (agentes do estado) e empregados de empresas privadas que não são, a rigor, profissionais liberais. Há ainda professores e pesquisadores.

1.9. Regra: O arquiteto e urbanista deve defender o ponto de vista profissional fundamentando as suas decisões profissionais em observância aos objetivos da boa qualidade das atividades nos respectivos campos de atuação no setor, rejeitando injunções, coerções, imposições, exigências ou pressões contrárias às suas convicções profissionais ou que possam comprometer os valores éticos e a qualidade estética do seu trabalho.

SUBSTITUTIVA. Celso Evaristo (CED-CAU/RJ): ...profissionais ou que possam comprometer os valores técnicos, éticos e a qualidade estética do seu trabalho. Justificativa: As inclusões a que estão sujeitos os profissionais podem ser econômicas.

SUBSTITUTIVA. Marcelo Petrucci(CAU/RS): O arquiteto e urbanista deve defender o ponto de vista profissional fundamentando as suas decisões profissionais em observância aos objetivos da boa qualidade das atividades nos respectivos campos de atuação no setor, rejeitando injunções, coerções, imposições, exigências ou pressões contrárias às suas convicções profissionais ou que possam comprometer os valores éticos e a qualidade estética do seu trabalho que possam complementar os valores éticos e a qualidade técnica e estética do seu trabalho.

1.10. Regra: O arquiteto e urbanista deve recusar pactos, exigências contratuais, acordos ou vínculos empregatícios que possam implicar em subordinação que prejudique, afete ou perturbe as respectivas atribuições profissionais nos campos de atuação e, igualmente, recusar contratos para a prestação de serviços profissionais, e vínculos empregatícios, não condizentes com os termos deste Código.

DÚVIDA. (CED-CAU/MG): existe um aplicativo sobre a questão de se considerar o salário mínimo profissional como referência para contratação de arquitetos e urbanistas, tanto para celetistas quanto para estatutários? Qual a interferência de remuneração mínima nesta regra?

1.11. Regra: O arquiteto e urbanista não deve assumir responsabilidades profissionais que excedam os limites de suas atribuições profissionais nos respectivos campos de atuação, suas habilitações e suas competências.

1.12. Regra: O arquiteto e urbanista deve respeitar os códigos de ética e disciplina profissional vigentes nos países e jurisdições estrangeiras nas quais prestarem os seus serviços profissionais.

SUBSTITUTIVA. Cláudia Pires (MG): Embora tenha anotado como sendo supressiva, apresentou o seguinte texto: O arquiteto e urbanista deve respeitar os códigos de ética e disciplina profissional vigentes nos países e jurisdições estrangeiras nas quais prestaram seus serviços profissionais, observadas as consonâncias entre oxxxx do seu país, xxxx em acordos de cooperação

1.13. Regra: O arquiteto e urbanista que se comprometer com a atividade docente das disciplinas de arquitetura e urbanismo deverá comprovar a execução de serviços profissionais e serem avaliados com base em sua experiência.

SUBSTITUTIVA. José Roberto Geraldine Jr (IES): O arquiteto e urbanista que exercer a atividade docente nos componentes curriculares profissionalizantes de arquitetura e urbanismo deverá registrar sua responsabilidade técnica. Justificativa: Facilitar a compreensão do texto e adequar à terminologia do sistema educacional.

SUBSTITUTIVA. Nilson Ghirardello (CED-CAU/SP): O arquiteto e urbanista que se comprometer com a atividade docente das disciplinas de arquitetura e urbanismo deverá comprovar a execução de serviços profissionais, ou ainda conhecimento específico na atividade a ser desempenhada. Justificativa: As instituições de ensino e mais particularmente as IES públicas possuem normas próprias para contratação de seus docentes, privilegiando as produções científicas, assim a redação proposta poderá tornar a norma ineficaz.

SUPRESSIVA. Marcelo Petrucci (CAU/RS): Suprimir esta regra.

SUPRESSIVA. Jeferson Salazar (FNA): Suprimir esta regra. Justificativa: Os artigos 206 e 207 da Lei Federal garantem autonomia administrativa, financeira e didático-pedagógica às universidades, em especial às Instituições de Ensino (IES) públicas. A Legislação infraconstitucional estabelece regras que conflitam com a regra proposta.

SUPRESSIVA. Heraldo Costa (CAU/AM): existem disciplinas em que o universo de profissionais com experiência efetiva é muito reduzido. Em Manaus, de cerca de 1.000 profissionais, cerca de 15 atuam no mercado de edificações verticais. Praticamente nenhum tem interesse na docência.

ADITIVA. José Roberto Geraldine Jr (IES): 1.14. Regra: O arquiteto e urbanista que exercer a atividade de docente deverá comprovar experiência profissional, referendadas as normas do sistema educacional em vigor. Justificativa: Adequação à legislação e garantia de implementação da regra.

MINUTA 6.2
13/43

SUGESTÃO. Celso Evaristo (CAU/RJ): Excluir como regra e incluir como princípio. Justificativa: Não como intervir no ensino para fiscalizar a norma, porém é possível sua inclusão como princípio.

DÚVIDA. (CED-CAU/MG): parece ser colocado um óbice à contratação de recém-ingressos na profissão para cargos de docentes de disciplinas de Arquitetura e Urbanismo e, ainda, fica margem para se considerar que se deve comprovar a execução de serviços profissionais, como se o docente devesse ter uma prática liberal, o que pode ser incompatível com contratos que considerem dedicação exclusiva, e à necessidade de constante atualização em cursos de mestrado, doutorado, etc.

OBRIGAÇÕES PARA COM O PÚBLICO

SUBSTITUTIVA. Cons. Paulo Ormino (BA): OBRIGAÇÕES PARA COM A SOCIEDADE.

SUBSTITUTIVA. Cons. Cláudia Pires (MG): OBRIGAÇÕES PARA COM A SOCIEDADE.

SUBSTITUTIVA. Nilson Ghirardello (CED-CAU/SP): OBRIGAÇÕES PARA COM A SOCIEDADE. Justificativa: A palavra “público” está incoerente com o conteúdo do texto proposto.

SUBSTITUTIVA. Heliomar Venâncio (CED-CAU/ES): substituir “O PÚBLICO” por “A SOCIEDADE”. Justificativa: O termo sociedade é mais amplo e se encaixa melhor com o capítulo.

ADITIVA. Cons. Paulo Ormino (BA): É preciso também desenvolver as relações dos arquitetos funcionários públicos com a cidadania. Justificativa: o arquiteto funcionário público tem que ter um compromisso com o Estado e não com o governo de turno, ou pior, o partido no poder. Seu compromisso deve ser com a cidadania e não apenas “zelar pelo patrimônio público”. Relação também com os colegas, cujos projetos ele deve julgar com isenção e não como um competidor profissional.

OBSERVAÇÃO. CED-CAU/RS: nas regras referentes ao princípio 2 – obrigações para com o público – e princípio 3 – obrigações para com o contratante, sem dúvida a reserva técnica é uma prática perniciosa. Porém será necessário promover uma forte conscientização dos arquitetos e urbanistas, para combatê-la.

2. Princípio: O arquiteto e urbanista deve defender o interesse público, respeitar o teor das leis que regem o exercício profissional, e considerar as consequências sociais e ambientais de suas atividades.

2.1. Regra: O arquiteto e urbanista deve ter consciência do caráter essencial de sua atividade como intérprete e servidor da cultura e da sociedade de que faz parte.

MINUTA 6.2
14/43

2.2. Regra: O arquiteto e urbanista deve defender o entendimento básico de que são de interesse público a boa qualidade das edificações e das cidades, a sua inserção harmoniosa no entorno (circunvizinhança), o respeito às paisagens naturais e urbanas, assim como ao patrimônio comum e/ou particular.

SUBSTITUTIVA (CED - CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve defender o entendimento básico de que são de interesse público a boa qualidade das edificações e das cidades, o ordenamento territorial, a inserção harmoniosa no entorno (circunvizinhança), o respeito às paisagens naturais, rurais e urbanas, assim como ao patrimônio comum e/ou particular.

SUBSTITUTIVA. Cláudia Pires (MG): O arquiteto e urbanista defenderá o interesse público primando pela boa qualidade das edificações e das cidades, com respeito à sua inserção harmoniosa no entorno, às paisagens naturais e urbanas, nos âmbitos públicos e privados.

2.3. Regra: O arquiteto e urbanista deve compreender e interpretar as necessidades dos indivíduos, dos grupos sociais e das coletividades em matéria de organização do espaço, de concepção, organização e realização das construções, de conservação e valorização do patrimônio arquitetônico e urbanístico e de proteção dos equilíbrios naturais.

SUBSTITUTIVA. (CED-CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve compreender e interpretar as necessidades dos indivíduos, dos grupos sociais e das coletividades em matéria de organização do espaço, de concepção, organização e realização das construções, de conservação e valorização do patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico e de proteção dos equilíbrios naturais.

SUBSTITUTIVA. Cláudia Pires (MG): O arquiteto e urbanista primará pelo atendimento das necessidades individuais e sociais nas matérias relativas ao exercício profissional presentes na Lei que disciplina a profissão.

2.4. Regra: O arquiteto e urbanista deve considerar o impacto social e ambiental de suas atividades profissionais na execução de obras sob sua responsabilidade.

2.5. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se na conservação dos sistemas de valores e da herança natural e cultural da comunidade na qual estejam prestando seus serviços profissionais.

SUBSTITUTIVA.(CED- CAU/MG): Corrigir a palavra “estejam” para “esteja”.

SUBSTITUTIVA. Nilson Ghirardello (CED-CAU/SP): O arquiteto e urbanista deve respeitar os valores e a herança natural e cultural da comunidade na qual esteja prestando seus serviços profissionais. Justificativa: O termo “conservação” apresenta-se equivocado. Vale uma reflexão se todos os

MINUTA 6.2
15/43

sistemas de valores e heranças naturais e culturais devem ser conservadas.

2.6. Regra: O arquiteto e urbanista deve estar ciente das consequências de seus serviços profissionais para a satisfação dos diversos interesses dos futuros usuários do produto do seu trabalho.

SUBSTITUTIVA.(CED- CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve estar ciente das consequências de seus serviços profissionais para a satisfação dos diversos interesses dos usuários que venham a se estabelecer a qualquer tempo do produto do seu trabalho.

2.7. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se em garantir a satisfação das necessidades humanas referentes às edificações, tais como: desempenho no uso, economia, durabilidade, conforto, higiene.

SUBSTITUTIVA.(CED- CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve empenhar-se em garantir a satisfação das necessidades humanas referentes aos ambientes construídos, tais como: desempenho no uso, economia, durabilidade, conforto, higiene.

2.8. Regra: O arquiteto e urbanista deve orientar-se por valores éticos inerentes à satisfação das necessidades estéticas que devem ser atendidas pela profissão.

SUBSTITUTIVA.Marcelo Petrucci (CAU/RS): O arquiteto e urbanista deve orientar-se por valores éticos inerentes à satisfação das necessidades técnicas e estéticas que devem ser atendidas pela profissão.

2.9. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se para a melhoria do ambiente construído e/ou natural, considerando os princípios de sustentabilidade **ambiental** e de economicidade.

SUBSTITUTIVA.(CED- CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve empenhar-se para a melhoria do ambiente construído e/ou natural, considerando os princípios de sustentabilidade e de economicidade. Justificativa: a palavra sustentabilidade incorpora o componente ambiental.

SUBSTITUTIVA. Jucenei Gusso Monteiro (CAU/PR): O arquiteto e urbanista deve empenhar-se em desenvolver ações para melhorar continuamente o desempenho ambiental, econômico, social, cultural e, sobretudo espacial nos seus campos e atuação. Justificativa: Avaliando-se o que mudou nos últimos 30 anos, como: visão global, interconectividade, movimentos sociais, democracia, cidadania, responsabilidade social, economia verde... e o que ainda vai mudar nos próximos 30 anos, como: mundo policêntrico, emergência da classe média (aqui) estresse os meios de produção, consciência dos usuários e consumidores... O profissional de arquitetura e urbanismo deve e pode

MINUTA 6.2
16/43

ampliar as decisões que exigem inovação, tão comum às necessidades da nova era?

2.10. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se, como profissional, em promover e divulgar a Arquitetura e Urbanismo visando o desenvolvimento cultural e a consciência pública sobre os valores éticos e estéticos implicados.

SUBSTITUTIVA. Marcelo Petrucci (CAU/RS): O arquiteto e urbanista deve empenhar-se, como profissional, em promover e divulgar a Arquitetura e Urbanismo visando o desenvolvimento cultural e a consciência pública sobre os valores éticos, técnicos e estéticos implicados.

2.11. Regra: O arquiteto e urbanista deve zelar pelo patrimônio público, sobretudo quando no exercício de cargo ou função pública ou como contratado pelo Estado para a prestação de serviços profissionais.

SUBSTITUTIVA. (CED- CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve zelar pela conservação e preservação do patrimônio público. Justificativa: Todos devem indistintamente, no âmbito e prática de cada um, zelar por este patrimônio, não se restringindo a atitude a grupos de servidores e funcionários.

SUGESTÃO. Cons. Paulo Ormino (BA): é preciso desenvolver as relações dos arquitetos funcionários públicos com a cidadania.

2.12. Regra: O arquiteto e urbanista deve respeitar o conjunto das realizações arquitetônicas e urbanísticas do patrimônio histórico e artístico nacional, mesmo quando a sua proteção legal ainda não esteja formalmente definida.

SUBSTITUTIVA. Nilson Ghirardello (CED-CAU/SP): O arquiteto e urbanista deve respeitar o conjunto das realizações arquitetônicas e urbanísticas do patrimônio histórico e artístico nacional, estadual e municipal. Justificativa: deve-se incluir também as esferas estadual e municipal uma vez que essas possuem realizações arquitetônicas e urbanísticas. A expressão “proteção legal não formalmente definida” é muito vaga

2.13. Regra: O arquiteto e urbanista não deve aceitar solicitação de serviços profissionais que possam comprometer a qualidade dos recursos ou degradar o ambiente natural.

SUBSTITUTIVA. (CED- CAU/MG): O arquiteto e urbanista não deve aceitar solicitação de serviços profissionais que não impliquem no melhor aproveitamento da qualidade dos recursos de modo a contribuir para a não degradação do ambiente natural. Justificativa: Não há uma questão de julgamento de valores que deve ser considerada, não se pode afirmar que não há degradação do ambiente natural em qualquer circunstância de antemão.

MINUTA 6.2
17/43

SUBSTITUTIVA. Heliomar Venâncio – CAU/ES: O arquiteto e urbanista deve pautar a execução de seus serviços profissionais em harmonia com os recursos naturais e ambiente natural. Justificativa: O “Não aceitar solicitação de serviços profissionais” é relativo, pois a visão ambiental do estaria degradando o meio ambiente, depende da visão do ambientalista.

2.14. Regra: O arquiteto e urbanista deve exercer a atividade profissional considerando os padrões de acessibilidade universal ao ambiente construído.

SUBSTITUTIVA. (CED- CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve exercer a atividade profissional considerando os padrões de acessibilidade. Justificativa: o termo “acessibilidade” já inclui todas as expressões.

2.15. Regra: O arquiteto e urbanista deve estar consciente das bases do Direito Urbanístico e do Direito à Arquitetura e Urbanismo, e das políticas urbanas e do desenvolvimento urbano, da promoção da justiça e inclusão social nas cidades, dos conflitos e da regularização fundiária, do reconhecimento do direito à cidade, à moradia, da mobilidade, da paisagem, do ambiente sadio, da memória arquitetônica e urbanística e da identidade cultural.

SUBSTITUTIVA. (CED- CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve estar informado e consciente das bases do Direito Urbanístico...etc.

SUBSTITUTIVA. Marcelo Petrucci (CAU/RS): substituir o termo “consciente” por “ciente” no começo da regra.

2.16. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se em promover e colaborar no aperfeiçoamento da legislação urbanística e ambiental.

SUBSTITUTIVA. (CED- CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve empenhar-se em promover e colaborar no aperfeiçoamento da legislação edilícia, urbanística e ambiental.

SUBSTITUTIVA. Marcelo Petrucci e Ednezer Flores (CAU/RS): O arquiteto e urbanista deve empenhar-se em promover e colaborar no aperfeiçoamento de qualquer legislação renovadora à arquitetura e urbanismo. Justificativa: Redação original especifica somente área de urbanismo e ambiental.

ADITIVAS. (CAU/RJ):

2.17. Regra: O arquiteto e urbanista não deve valer-se do saber profissional para emitir opiniões levianas, inverídicas ou facciosas, distorcendo conscientemente a verdade, para persuadir leigos ou pessoas desinformadas, a fim de alcançar resultados que lhe convenham ou a grupos para os quais preste serviço ou representante.

2.18. Regra: O arquiteto e urbanista não pode receber honorários, pagamentos, comissões ou vantagens das duas partes de um mesmo contrato vigente.

2.19. Regra: O arquiteto e urbanista deve avaliar com equilíbrio e responsabilidade a qualificação e a experiência necessárias para a realização de um serviço, e se as detém, antes de aceitar contratar a sua participação.

2.20. Regra: O arquiteto e urbanista deverá manter, no exercício da profissão, sempre e em quaisquer circunstâncias, a maior independência e isenção, rejeitando objetivos que comprometam a ética profissional, agindo com a adequada diligência e competência.

2.21. Regra: O arquiteto e urbanista deve adotar soluções capazes de assegurar a qualidade da construção, o bem-estar e a segurança das pessoas, salvaguardando a economia do processo construtivo nas obras de que é autor ou responsável.

2.22. Regra: O arquiteto e urbanista, quando autor, coautor ou responsável técnico por projeto, ou diretor, fiscal, supervisor ou responsável técnico pela execução de obra, seja de edificações, de urbanização ou outras, deve obrigatoriamente promover a divulgação das informações sobre a obra para os moradores lindeiros, do entorno e do bairro, constando o programa, área, prazo, nomes de autores e responsáveis, etc, através de elemento publicitário a ser disposto à frente do respectivo terreno, cumprindo compromisso profissional com o público.

ADITIVA. Heliomar Venâncio (CAU/ES): Regra: O arquiteto e urbanista, autor do serviço profissional de projeto ou obra, deve manter placa na obra, sendo posicionada, em local de plena visibilidade.

OBRIGAÇÕES PARA COMO CONTRATANTE

3. Princípio: O arquiteto e urbanista, nas relações com os seus contratantes, deve prestar serviços profissionais de maneira consciente, competente, imparcial e sem preconceitos, com habilidade, atenção e diligência, e respeitante às leis, aos contratos e às normas técnicas reconhecidas.

SUBSTITUTIVA. Cons. Paulo Ormino (BA): OBRIGAÇÕES RELATIVAS ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO. Justificativa: Não podemos restringir as relações de trabalho profissional. "Obrigações para com o contratante", esta não é a relação do funcionário público, do professor, do membro de uma equipe profissional multidisciplinar e coautoria.

SUGESTÃO: Sugere que o capítulo seja estendido a outras relações de trabalho que não a prestação de serviços como autônomo. Há relações de

funcionários com o poder público ou privado, ou professores, ou ainda dentro de equipes de arquitetos ou multiprofissionais.

3.1. Regra: O arquiteto e urbanista deve oferecer propostas para a prestação de serviços profissionais aos seus contratantes somente após obter informações suficientes sobre sua natureza e extensão.

SUBSTITUTIVA. (CED- CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve oferecer propostas para a prestação de serviços profissionais aos seus contratantes somente após obter informações judicadas suficientes sobre a sua natureza e extensão.

3.2. Regra: O arquiteto e urbanista deve esforçar-se para proteger os seus contratantes e o público de subvalorizações enganosas quanto aos meios ou recursos humanos, materiais e financeiros a destinar à prestação de serviços profissionais.

3.3. Regra: O arquiteto e urbanista deve exigir informações necessárias e suficientes sobre a natureza e extensão dos serviços profissionais solicitados por futuros eventuais contratantes, de maneira a possibilitar a preparação de proposta técnica e de honorários adequada.

SUPRESSIVA. (CED- CAU/MG): suprimir a regra. Justificativa: Reitera a regra 3.1, onde a questão está melhor colocada.

3.4. Regra: O arquiteto e urbanista deve estabelecer propostas para contratação de serviços profissionais contendo as informações/especificações necessárias e suficientes sobre a sua natureza e extensão, de maneira a proteger os contratantes de estimativas de honorários, insuficientes ou inescrupulosos.

SUBSTITUTIVA. Elza Kunze Bastos (FNA – Sindicato de Arquitetos do DF): O arquiteto e urbanista deve estabelecer propostas para contratação de serviços profissionais contendo as informações/especificações necessárias e suficientes sobre a sua natureza e extensão, de maneira a proteger os contratantes de estimativas de honorários, insuficientes ou inescrupulosos e respeitar o pagamento do salário mínimo profissional. Justificativa: o pagamento do salário mínimo profissional quase não é citado neste código, nem a referência à tabela de honorários.

SUGESTÃO. (CED- CAU/MG): entendemos que o texto é passível de melhoria na redação para melhor entendimento.

3.5. Regra: O arquiteto e urbanista deve assumir serviços profissionais somente quando estiver de posse das habilidades e dos conhecimentos artísticos, técnicos e científicos necessários aos compromissos específicos a firmar com o contratante.

MINUTA 6.2
20/43

3.6. Regra: O arquiteto e urbanista deve assumir serviços profissionais somente quando os recursos materiais e financeiros necessários estiverem adequadamente definidos e disponíveis para o cumprimento dos compromissos a firmar com o contratante.

SUBSTITUTIVA. (CED- CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve assumir serviços profissionais quando seus recursos materiais e financeiros necessários estiverem adequadamente definidos e disponíveis para o cumprimento dos compromissos a firmar com o contratante no momento adequado. Justificativa: alertamos que tivemos dúvidas sobre quais seriam esses recursos e, assim sendo, outros também poderão ter essa mesma dúvida. Talvez merecesse um maior esclarecimento.

SUPRESSIVA. Marcelo Petrucci (CAU/RS): suprimir esta regra.

3.7. Regra: O arquiteto e urbanista deve prestar os seus serviços profissionais dentro de prazos razoáveis e proporcionais à extensão e à complexidade do objeto/escopo.

SUBSTITUTIVA. (CED- CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve prestar os seus serviços profissionais considerando prazos julgados razoáveis e proporcionais à extensão e a complexidade do objeto/escopo. Justificativa de Júlio de Marco: para maior clareza e melhor redação evitando “dentro do prazo” sendo que há um julgamento que o mesmo “considerando” abrange. Justificativa do CAU-MG: Reiteramos a questão de julgamento de mérito profissional.

3.8. Regra: O arquiteto e urbanista deve prestar os seus serviços profissionais na medida de sua capacidade de atendimento a comprometer, calculada e justificada conforme a extensão e a complexidade a ser aferida conforme as disponibilidades dos profissionais com formação, competências e habilitações adequadas, tempo dos profissionais a comprometer, número de profissionais permanentes e/ou a subcontratar, instalações e equipamentos indispensáveis, e demais recursos necessários e indispensáveis.

SUPRESSIVA OU REELABORAÇÃO (CED- CAU/MG). Justificativa: Por dificuldade de entendimento e retórica complexa. Talvez com a apresentação em itens.

3.9. Regra: O arquiteto e urbanista não deve comunicar, publicar, divulgar ou promover a si próprio nem os seus serviços de modo falso, enganoso ou de forma a que possa induzir a erros.

SUBSTITUTIVA. Nilson Ghirardello (CED-CAU/SP): É vedado ao arquiteto e urbanista fazer publicidade paga em qualquer mídia. Justificativa: Não está claro no texto proposto se é possível ao profissional fazer ou não

MINUTA 6.2
21/43

propaganda, uma vez que o mesmo trata apenas da propaganda enganosa.

SUBSTITUTIVA. Celso Evaristo (CED- CAU/RJ): É vedado ao arquiteto e urbanista a publicidade exagerada através de *outdoors*, panfletos e outros de grande impacto, devendo esta publicidade conter unicamente informações úteis a sociedade sendo vedados os elementos que a levem a angariar serviços ou contratos. Justificativa; Há necessidade de limitar os meios de publicizar os serviços de arquitetos.

DÚVIDA. (CED- CAU/MG): inquirimos se haverá criação de sanção sobre essa questão uma vez que a legislação atual não se remete a essa questão para a qual, aparentemente, deveria ser considerada sanção. A regra está aberta ,sem limites.

3.10. Regra: O arquiteto e urbanista não deve fazer-se representar por outrem de modo falso ou enganoso.

3.11. Regra: O arquiteto e urbanista deve assumir serviços profissionais somente quando aqueles que lhe prestarem consultorias estiverem qualificados pela formação, treinamento ou experiência nas áreas técnicas específicas envolvidas e de sua responsabilidade.

SUPRESSIVA (CED- CAU/MG): Suprimir a regra. Justificativa: aparentemente se faz expletiva em função de sua obviedade.

3.12. Regra: O arquiteto e urbanista deve manter os seus contratantes informados sobre o progresso da prestação dos serviços profissionais executados em seu benefício, periodicamente ou quando solicitado.

3.13. Regra: O arquiteto e urbanista deve manter os seus contratantes informados sobre quaisquer questões ou decisões que possam afetar a qualidade, os prazos e/ou os custos dos seus serviços profissionais.

CORREÇÃO. (CED- CAU/MG): retirar o artigo de “os custos”.

3.14. Regra: O arquiteto e urbanista deve manter os seus contratantes informados sobre quaisquer fatos ou conflitos de interesses que possam alterar, perturbar ou impedir a prestação de seus serviços profissionais.

3.15. Regra: O arquiteto e urbanista deve assumir a responsabilidade pela orientação dada a seus contratantes.

3.16. Regra: O arquiteto e urbanista deve manter sigilo sobre os negócios confidenciais dos seus clientes estritamente relativos à prestação de serviços profissionais acordados / contratados, a menos que seja do interesse público ou tenham consentimento prévio e formal do contratante ou mandato de autoridade judicial.

MINUTA 6.2
22/43

SUGESTÃO. (CED- CAU/MG): entende-se que esta regra precisa ser mais bem discutida uma vez que implica em questões sensíveis na relação entre o profissional e o contratante, sendo que a questão do sigilo profissional deve ser claramente colocada, uma vez que está ela permeada pela consideração de outras legislações que devem ser explicitadas para melhor entendimento.

3.17. Regra: O arquiteto e urbanista não deve solicitar, aceitar ou receber quaisquer honorários, proventos, remunerações, comissões, gratificações, vantagens, retribuições ou presentes de qualquer tipo, sob quaisquer pretextos, de fornecedores de insumos aos seus contratantes sejam constituídos por consultorias, produtos, mercadorias ou mão de obra.

SUBSTITUTIVA. Ricardo Meira (CAU/DF): O arquiteto e urbanista não deve solicitar, aceitar ou receber, de forma ilícita, quaisquer honorários, proventos, remunerações, comissões, gratificações, vantagens, retribuições ou presentes de qualquer tipo, sob quaisquer pretextos, de fornecedores de insumos aos seus contratantes sejam constituídos por consultorias, produtos, mercadorias ou mão de obra, desde que tenham sido formalizados e previamente acordados com seus clientes e fornecedores. Ou desde que haja anuência expressa do contratante. Justificativa: A remuneração indireta pose, em alguns casos acarretara descontos e benefícios ao contratante. Caso haja transparência nas relações contratante/contratado/fornecedor, os honorários ou gratificações não devem ser suprimidos.

SUBSTITUTIVA. Heliomar Venâncio (CAU/ES): O arquiteto e urbanista não deve solicitar, aceitar ou receber quaisquer honorários, proventos, remunerações, comissões, gratificações, vantagens, retribuições ou presentes de qualquer tipo, sob quaisquer pretextos, de fornecedores de insumos aos seus contratantes sejam constituídos por consultorias, produtos, mercadorias ou mão de obra, desde que tenham sido formal e previamente acordados com seus clientes e fornecedores. Justificativa: Acreditamos que com uma Lei mais abrangente para este ponto, se consiga minimizar o sombreamento do comissionamento entre arquiteto e fornecedor, aliado a isto a dificuldade em se fiscalizar este procedimento, ou simplesmente coloca-lo na ilegalidade. Da forma como está esta regra não vai funcionar infelizmente na prática.

3.18. Regra: O arquiteto e urbanista deve orientar a sua conduta profissional e prestar serviços profissionais aos seus contratantes em conformidade com princípios éticos e morais tais como:

- decoro;
- honestidade;
- imparcialidade;
- lealdade;

MINUTA 6.2
23/43

- prudência;
- respeito; e
- tolerância.

SUPRESSIVA.Celso Evaristo (CAU/RJ): suprimir a regra. Justificativa: Já está contido em outros no código.

SUPRESSIVA.Heliomar Venâncio (CAU/ES): Suprimir a regra. Justificativa: É repetitivo, pois já foi citado em vários pontos do código, melhor suprimir em nossa visão.

SUBSTITUTIVA. Renato Luiz Nunes (CAU/SP): Regra. É vedado ao arquiteto e urbanista exercer a profissão como profissional autônomo, quando estiver no exercício de função pública vinculada à aprovação ou licenciamento de projetos ou obras.

DÚVIDA. Cons. Cláudia Pires (MG): questiona se é uma regra ou um princípio geral.

3.19. Regra: O arquiteto e urbanista deve exigir dos contratantes ou empregadores uma conduta recíproca conforme a que lhe é impostapor este Código.

ADITIVAS.(CAU/RJ):

3.20. Regra: O arquiteto e urbanista proprietário, representante ou beneficiário, de qualquer material de construção, componente, equipamento ou patente, que venha a ter aplicação em determinada obra, terá que produzir o respectivo atestado de garantia de qualidade, funcionalidade e durabilidade, e não poderá utilizá-lo sem que previamente tenha informado sobre essa particularidade ao contratante ou empregador para quem presta serviço; também não poderá prestar, em virtude desta qualidade, serviços de arquitetura e urbanismo a título gratuito ou manifestamente sub-remunerados e nem receber quaisquer quantias ou comissões financeiras relacionadas a eventual função de intermediação em respectivo contrato de compra e venda.

3.21. Regra: O arquiteto e urbanista deve facultar ao seu contratante ou empregador todas as explicações necessárias a completa compreensão e apreciação dos serviços que presta.

OBRIGAÇÕES PARA COM A PROFISSÃO

4. Princípio: O arquiteto e urbanista deve considerar a profissão como uma contribuição para o desenvolvimento da sociedade. O respeito e defesa da profissão devem ser compreendidos como relevante promoção da justiça social e importante contribuição para a cultura da humanidade.

MINUTA 6.2
24/43

4.1. Regra: O arquiteto e urbanista não deve se associar, contratar ou representar pessoas que tenham sofrido sanção disciplinar de exclusão do registro profissional de qualquer profissão legalmente regulamentada.

SUBSTITUTIVA. (CED-CAU/MG): O arquiteto e urbanista não deve se associar, contratar ou representar pessoas que tenham sofrido sanção disciplinar de exclusão do registro profissional de qualquer profissão legalmente regulamentada para prestação de serviços em áreas para as quais se faz necessária a responsabilidade técnica.

SUBSTITUTIVA. Cons. Paulo Ormino (BA): Acrescentar “ou condenado pela justiça” no final.

4.2. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se na promoção pública da profissão.

4.3. Regra: O arquiteto e urbanista deve contribuir para o desenvolvimento do conhecimento, da cultura e do ensino relativos à profissão.

4.4. Regra: O arquiteto e urbanista deve assegurar que os seus associados, representantes e empregados conduzam os seus serviços profissionais em conformidade com o mesmo padrão ético e disciplinar da profissão.

SUBSTITUTIVA. (CED-CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve empenhar-se para que os seus associados, representantes e empregados conduzam os seus serviços profissionais em conformidade com o mesmo padrão ético e disciplinar da profissão. Justificativa: Não há como o profissional assegurar a condição e sim fazer de tudo para que ela seja alcançada.

4.5. Regra: O arquiteto e urbanista deve colaborar para o aperfeiçoamento das diretrizes curriculares editadas para a formação profissional.

SUBSTITUTIVA. Cons. José Roberto Geraldine Jr. (IES): O arquiteto e urbanista deve colaborar para o aperfeiçoamento e atualização das diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em arquitetura e urbanismo. Justificativa: Adequação do texto ao objetivo proposto e à terminologia do sistema educacional

4.6. Regra: O arquiteto e urbanista, ao exercer a docência profissional, deve instruir e avaliar os profissionais em formação tendo em vista exclusivamente a capacitação plena para o exercício da Arquitetura e Urbanismo.

SUBSTITUTIVA. (CED- CAU/MG): O arquiteto e urbanista, ao exercer a docência profissional, deve instruir e avaliar os profissionais em formação tendo em vista a capacitação plena para o exercício da Arquitetura e Urbanismo.

SUBSTITUTIVA. Cons. José Roberto Geraldine Jr. (IES): O arquiteto e urbanista, ao exercer a docência de componentes curriculares profissionalizantes, deve formar os acadêmicos tendo em vista garantir

MINUTA 6.2
25/43

competência e habilidades plenas para o exercício da arquitetura e urbanismo. Justificativa: Melhor compreensão do texto e adequação à terminologia do sistema educacional.

SUPRESSIVA. Heliomar Venâncio (CED-CAU/ES): suprimir o termo “exclusivamente”. Justificativa: A palavra “exclusivamente” restringe a formação do ser humano arquiteto, pois em nossa visão ele pode se formar em arquitetura e absorver ensinamentos diversos que podem

4.7. Regra: O arquiteto e urbanista, ao exercer a docência profissional, deve divulgar criticamente este Código, a legislação e as demais normas entre os profissionais em formação.

SUBSTITUTIVA. Cons. Gislaine Saibro (RS): O arquiteto e urbanista, ao exercer a docência profissional, deve divulgar criticamente este Código, a legislação e as demais normas entre os futuros profissionais em formação. Justificativa: Não há “profissionais” em formação.

SUPRESSIVA. Jeferson Salazar (FNA): suprimir a palavra criticamente. Justificativa: A crítica já é nossa obrigação como cidadão, portanto, acima do nosso Código de Ética.

4.8. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se em participar e contribuir em fóruns culturais, técnicos, artísticos e científicos promovidos pelas entidades de classe (gremiais) da profissão.

SUPRESSIVA. Cons. Gislaine Saibro: suprimir a regra. Justificativa: Não deve ser obrigação, pois o profissional poderia ser penalizado caso denunciado, por não empenhar-se em participar.

SUPRESSIVA. Cons. Jeferson Salazar (FNA): suprimir a regra. Justificativa: Os profissionais não podem ser obrigados a participar de atividades das entidades. Esta regra extrapola o exercício da profissão e viola o direito individual, preconizado e garantido pela Carta Magna.

SUPRESSIVA. Ednezer Flores (CAU-RS): suprimir a regra.

ADITIVAS. (CAU/RJ):

4.9. Regra: O arquiteto e urbanista deve se empenhar na preservação da documentação de projetos, obras e outros serviços de arquitetura e urbanismo, com o concurso do CAU, visando garantir o acesso da sociedade e das novas gerações de profissionais a história da profissão.

4.10. Regra: O arquiteto e urbanista deve se empenhar no conhecimento, na aplicação e na divulgação deste Código de Ética, reportando ao CAU e as entidades profissionais as eventuais dificuldades da sua compreensão e da sua prática cotidiana.

4.11. Regra: O arquiteto e urbanista deve se manter informado sobre as normas que regulamentam o exercício da profissão, obrigando-se a seguir os procedimentos nelas contidas.

4.12. Regra: O arquiteto e urbanista deve evidenciar fato do seu conhecimento que transgrida a ética profissional e as obrigações deste Código.

4.13. Regra: O arquiteto e urbanista deve evitar assumir simultaneamente diferentes responsabilidades profissionais, que sejam incompatíveis quanto a sua extensão e conteúdos, em especial quanto a jornadas de trabalho sobrepostas, quando pode ficar prejudicada a qualidade dos serviços ou o acesso de colega ao trabalho ou emprego.

4.14. Regra: O arquiteto e urbanista deve contribuir para ações de interesse geral no domínio da arquitetura e urbanismo, participando na discussão pública de problemas relevantes no seu âmbito. (Aditiva - CAU/RJ)

4.15. Regra: O arquiteto e urbanista deve favorecer a integração social, estimulando a participação dos cidadãos no debate arquitetônico e urbanístico e no processo decisório sobre a cidade, em tudo o que diz respeito ao ambiente, ao urbanismo e à edificação.

4.16. Regra: O arquiteto e urbanista, quando chamado a cumprir tarefas de fiscalização, controle ou gerenciamento técnico de contratos de serviços de arquitetura e urbanismo, deve abster-se de qualquer atitude arbitrária ou motivada por interesses privados que comprometam seus deveres profissionais, e as suas decisões e pareceres devem ser sempre expressos com critérios estritamente técnicos e funcionais, de forma clara e fundamentada.

4.17. Regra: O arquiteto e urbanista, em qualquer situação em que deva emitir parecer técnico, nomeadamente no caso de litígio entre projetista, dono de obra, construtor e/ou entidade pública, o arquiteto deve agir sempre com imparcialidade, interpretando com rigor técnico estrito e inteira justiça as condições dos contratos e os fatos técnicos existentes a luz das práticas e procedimentos consagrados e dos documentos normativos existentes.

4.18. Regra: O arquiteto e urbanista deve condicionar todo compromisso profissional à formulação e apresentação de proposta técnica que inclua com detalhe os produtos técnicos a serem produzidos, sua natureza e âmbito, as etapas e prazos e, a remuneração requerida e sua forma; esta proposta deve ser objeto de contrato escrito entre o profissional e o seu contratante, que deve ter também em conta as demais disposições deste Código.

MINUTA 6.2
27/43

4.19. Regra: O arquiteto e urbanista deve rejeitar serviços ou incumbências que no seu conjunto, pelo seu número, diversidade, localização, extensão ou amplitude, o impeçam de, pessoalmente, dar a necessária assistência a todas elas, de modo a permitir desempenho técnico com qualidade e responsabilidade, e garantir o cumprimento dos seus deveres profissionais.

4.20. Regra: O arquiteto e urbanista deve se empenhar para que sejam reconhecidas e registradas, quanto a cada projeto, obra ou serviço em que seja o autor, as situações de coautoria e outras participações, relativamente ao conjunto ou a parte do trabalho em realização ou realizado.

4.21. Regra: O arquiteto e urbanista deve apresentar propostas de custos de serviços de acordo com as tabelas indicativas de honorários mínimos, recomendadas pelo CAU e pelas entidades profissionais, evitando apresentar valores vis de remuneração.

ADITIVA. (CED- CAU/MG): Sugere-se acrescentar uma nova regra a tratar da questão do profissional empregado do Estado quanto a poder ou não desempenhar funções enquanto liberal em situações nas quais haja a necessidade de licenciamento de obras e serviços nos órgãos aos quais estejam subjugados. Há casos extremos de municípios nos quais só existe um arquiteto e urbanista sendo ele o servidor. Na condição de não poder exercer prática liberal fica esta exclusiva a outras categorias habilitadas?

CED-CAU-RS:

II – presta ou divulga, acerca de concorrente, falsa informação, com o fim de obter vantagem;

III – emprega meio fraudulento, para desviar, em proveito próprio ou alheio, clientela de outrem;

IV - usa expressão ou sinais de propaganda alheios, ou os imita, de modo a criar confusão entre os estabelecimentos;

V – usa, indevidamente, nome comercial, título de estabelecimento ou insígnia alheios ou vende, expõe ou oferece à venda ou tem em estoque produto com essas referências;

VI – substitui, pelo seu próprio nome ou razão social, em produto de outrem, o nome ou razão social deste, sem o seu consentimento;

VII – atribui-se, como meio de propaganda, recompensa ou distinção que não obteve;

IX – dá ou promete dinheiro ou outra utilidade a empregado de concorrente, para que o empregado, faltando ao dever do emprego lhe proporcione vantagem;

MINUTA 6.2
28/43

X – recebe dinheiro ou outra utilidade, ou aceita promessa de paga ou recompensa, para, faltando ao dever de empregado, proporcionar vantagem a concorrente do empregador;

XI – divulga, explora ou utiliza-se, sem autorização, de conhecimentos, informações ou dados confidenciais, utilizados na indústria, comércio ou prestação de serviços, excluídos aqueles que sejam do conhecimento público ou que sejam evidentes para um técnico no assunto, a que teve acesso mediante relação contratual ou empregatícia, mesmo após o término do contrato.

XII - divulga, explora ou utiliza-se, sem autorização, de conhecimentos, informações a que se refere o inciso anterior, obtidos por meios ilícitos ou a que teve acesso mediante fraude.

OBRIGAÇÕES PARA COM OS COLEGAS

5. Princípio: O arquiteto e urbanista deve considerar os colegas como seus pares, detentores dos seus mesmos direitos e dignidade profissionais e, portanto, devem ser tratados com o devido respeito como pessoas e como produtores de relevante atividade profissional.

5.1. Regra: O arquiteto e urbanista deve defender e divulgar a legislação referente ao Direito Autoral nos seus campos de atribuições e atividades e atuação no setor.

5.2. Regra: O arquiteto e urbanista não deve apropriar-se parcial ou integralmente de propriedade intelectual de outrem ou plagiar autorias.

SUGESTÃO. (CED- CAU/MG): No que se refere à Regra 5.2, deve-se considerar a necessidade de se ter a anuência do autor original no caso de interferência em obras existentes.

5.3. Regra: O arquiteto e urbanista, não deve oferecer vantagem ou incentivo material ou financeiro a outrem visando à indicação de eventuais futuros contratantes.

CORREÇÃO. (CED-CAU/MG): O arquiteto e urbanista, não deve oferecer vantagem ou incentivo material ou financeiro a outrem visando a indicação de eventuais futuros contratantes.

SUPRESSIVA. Marcelo Petrucci (CAU/RS): suprimir esta regra.

5.4. Regra: O arquiteto e urbanista deve estipular os honorários ou quaisquer remunerações apenas quando solicitados a oferecer serviços profissionais.

SUPRESSIVA. Marcelo Petrucci (CAU/RS): transferir esta regra para o princípio 3 - “PARA COM O CONTRATANTE”.

MINUTA 6.2
29/43

SUBSTITUTIVA. Heliomar Venâncio (CED-CAU/ES): O arquiteto e urbanista deve estipular os honorários ou quaisquer remunerações apenas quando solicitados a oferecer serviços profissionais e, ao formular proposta comercial, os honorários devem seguir a tabela de honorários local. Justificativa: É importante balizar os serviços profissionais, pois o mal uso da cobrança de honorários é um dos fatores de desvalorização da categoria.

5.5. Regra: O arquiteto e urbanista não deve propor honorários ou quaisquer remunerações por serviços profissionais visando obter vantagem sobre propostas conhecidas, já apresentadas por colegas concorrentes para os mesmos objetivos.

5.6. Regra: O arquiteto e urbanista deve defender a realização sistemática de concursos públicos e privados para a contratação de serviços profissionais para a realização de planos, projetos ou quaisquer outros trabalhos intelectuais, como o modo mais apropriado de seleção para contratação de serviços profissionais.

SUPRESSIVA. Marcelo Petrucci (CAU/RS): Suprimir a regra.

SUPRESSIVA. Emanuel Rodrigues (CAU/PI): Suprimir a regra. Justificativa: Tendo em vista que a Lei 8666 já determina as modalidades de licitações, não seria da alçada do arquiteto defender realização de concurso público.

SUPRESSIVA. Elza Kunze Bastos (FNA – Sindicato de Arquitetos do DF): Suprimir as regras 5.6 a 5.9. Justificativa: Não é assunto para ser definido ou penalizado em um código.

SUPRESSIVA. Cons. Jeferson Salazar (FNA): Suprimir as regras 5.6, 5.7 e 5.8. Justificativa: As regras sugeridas extrapolam o exercício da profissão e a competência legal do CAU, estando relacionada à convicção ideológica e convencimento pessoal.

SUGESTÃO. (CED- CAU/MG): No que se refere à Regra 5.6: deveria haver alguma referência a prática de “contratos de risco” que contratantes fazem com profissionais e se apresentar uma orientação a esses profissionais.

5.7. Regra: O arquiteto e urbanista, quando o contratante for o Estado, ou depender de suas verbas ou dos seus recursos financeiros, somente deve aceitar a contratação quando legalmente promovida a partir de licitações públicas, e defender a preferência pela modalidade de concurso de ideias, planos ou projetos.

SUBSTITUTIVA. (CED-CAU/MG): O arquiteto e urbanista, quando o contratante for o Estado, ou depender de suas verbas ou dos seus recursos financeiros, deve privilegiar o processo de contratação a partir

MINUTA 6.2
30/43

de licitações públicas, e defender a preferência pela modalidade de concursos de ideias, planos e projetos.

SUPRESSIVA: Marcelo Petrucci (CAU/RS): Suprimir a regra.

SUPRESSIVA. Emanuel Rodrigues (CAU/PI): Suprimir a regra. Justificativa: Tendo em vista que a Lei 8666 já determina as modalidades de licitações, não seria da alçada do arquiteto defender realização de concurso público.

SUPRESSIVA. Elza Kunze Bastos (FNA – Sindicato de Arquitetos do DF): Da regra 5.7

5.8. Regra: O arquiteto e urbanista não deve participar de concursos de ideias ou projetos, privados ou públicos, que forem declarados como inaceitáveis pelo CAU.

SUPRESSIVA. Marcelo Petrucci (CAU/RS): suprimir a regra. Justificativa: não é função do CAU classificar aceitável ou não um concurso de ideias.

SUPRESSIVA. Celso Evaristo (CAU/RJ): suprimir a regra. Justificativa: “concursos inaceitáveis”. O CAU, na qualidade de aparelho de Estado, deve reprimir (buscar) os concursos de ideias inaceitáveis. Em lugar de apenas julgá-los inaceitáveis, transferindo para os profissionais esta responsabilidade.

QUESTIONAMENTO. (CED-CAU/MG): No que se refere à Regra 5.8, questionamos se seria competência do CAU se pronunciar sobre concursos? Entendemos ser do IAB ou de entidades de categoria, mas como especificá-las? Quais?

5.9. Regra: O arquiteto e urbanista não deve participar em qualquer etapa ou parte de serviço profissional se tiver colaborado na comissão julgadora do respectivo concurso.

SUBSTITUTIVA. Nilson Ghirardello (CED-CAU/SP): O arquiteto e urbanista não deve participar de serviço profissional, de forma parcial ou integral se tiver colaborado em qualquer fase de concurso de ideias e projetos. Justificativa: Não é somente a participação na Comissão julgadora do Concurso, mas em qualquer etapa do mesmo.

OBSERVAÇÃO. (CED-CAU/MG): No que se refere à Regra 5.9, entendemos que esta restrição se estende a qualquer etapa afeta ao processo do concurso e não só aqueles membros da Comissão Julgadora.

5.10. Regra: O arquiteto e urbanista deve promover e apoiar a crítica intelectual fundamentada da Arquitetura e Urbanismo, como prática necessária ao desenvolvimento da profissão.

5.11. Regra: O arquiteto e urbanista não deve fazer referências depreciativas, maliciosas ou desrespeitosas, ou tentar retirar o crédito do serviço profissional de outros colegas.

5.12. Regra: O arquiteto e urbanista deve julgar ou avaliar imparcialmente os serviços profissionais realizados por terceiros.

SUBSTITUTIVA. (CED-CAU/MG): O arquiteto e urbanista, nos casos de julgamento e/ou avaliações de serviços realizados por terceiros, deve colocar-se de forma imparcial.

SUBSTITUTIVA. Jeferson Salazar (FNA): O arquiteto e urbanista, quando responsável pela contratação de serviços de terceiros, deve julgar ou avaliar imparcialmente os serviços profissionais realizados e decorrentes desta contratação. Justificativa: A forma como a regra está originalmente escrita permite julgamentos e avaliações que extrapolam o objeto do julgamento e avaliação, conflitando com o item 5.11.

5.13. Regra: O arquiteto e urbanista, ao tomar conhecimento da existência de colegas que tenham sido convidados pelo contratante para o mesmo serviço profissional, deve informá-los imediatamente sobre o fato.

SUBSTITUTIVA. (CED-CAU/MG): O arquiteto e urbanista, ao tomar conhecimento da existência de colegas que tenham sido convidados pelo contratante para o mesmo serviço profissional, deve empenhar-se em informá-los sobre o fato.

5.14. Regra: O arquiteto e urbanista, quando contratado para dar parecer ou reformular os serviços profissionais de colegas, deve informá-los imediatamente sobre o fato.

SUBSTITUTIVA. (CED-CAU/MG): O arquiteto e urbanista, quando contratado para dar parecer ou reformular os serviços profissionais de colegas, deve certificar-se que os colegas em questão foram devidamente informados.

5.15. Regra: O arquiteto e urbanista deve proporcionar bom ambiente de trabalho aos colegas associados e/ou empregados, e contribuir para o seu aperfeiçoamento profissional.

SUBSTITUTIVA. Elza Kunze Bastos (FNA – Sindicato de Arquitetos do DF): O arquiteto e urbanista deve proporcionar bom ambiente de trabalho aos colegas associados e/ou empregados, e contribuir para o seu aperfeiçoamento profissional, respeitando o pagamento do salário mínimo profissional. Justificativa: o pagamento do salário mínimo profissional quase não é citado neste código, nem a referência à tabela de honorários.

MINUTA 6.2
32/43

SUBSTITUTIVA. (CED-CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve empenhar-se por proporcionar bom ambiente de trabalho aos colegas associados e/ou empregados, e contribuir para o seu aperfeiçoamento profissional.

ADITIVA. Jeferson Salazar (FNA): Regra: O arquiteto e urbanista empregador deve cumprir o disposto na Lei nº 4.950-A/1996, como remuneração mínima para os arquitetos e urbanistas empregados por ele. Justificativa: Mais de 50% dos arquitetos e urbanistas brasileiros recebem remuneração abaixo do que dispõe a legislação em vigor.

5.16. Regra: O arquiteto e urbanista, antes de firmar qualquer contrato, deve certificar-se de que as suas finanças poderão ser conduzidas de maneira prudente, de maneira a assegurar a continuidade dos trabalhos até a sua conclusão satisfatória.

SUPRESSIVA. Marcelo Petrucci (CAU/RS): Suprimir a regra.

SUPRESSIVA .Cons. Gislaine Saibro RS): suprimir a regra. Justificativa: Não como certificar-se de finanças ao ser contratado.

SUBSTITUTIVA. (CED-CAU/MG): O arquiteto e urbanista, antes de firmar qualquer contrato, deve empenhar-se para que suas finanças sejam conduzidas de maneira prudente, a assegurar a continuidade dos trabalhos até a sua conclusão satisfatória.

SUBSTITUTIVA. Ednezer Flores (CAU/RS): O arquiteto e urbanista, ao firmar qualquer contrato, deve certificar-se de subsídios físicos e financeiros que assegurem o cumprimento do referido trabalho. Justificativa: O texto original sugere que a condição de administração financeira do arquiteto, sempre

SUBSTITUTIVA. Jeferson Salazar (FNA): O arquiteto e urbanista deve ter como referência mínima para determinação dos seus honorários profissionais a tabela de honorários aprovada pelo CEAU e homologada pelo CAU. Justificativa: A maneira mais eficaz de garantir a continuidade dos trabalhos até sua conclusão é combater a fixação de honorários aviltantes, que contribuem apenas para a desvalorização da profissão.

5.17. Regra: O arquiteto e urbanista deve construir reputação apenas com base na qualidade dos serviços profissionais que prestar.

5.18. Regra: O arquiteto e urbanista não deve associar o seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de serviços profissionais sem a sua real participação nos trabalhos delas.

5.19. Regra: O arquiteto e urbanista, quando exercendo profissionalmente a atividade de crítica intelectual fundamentada da Arquitetura e Urbanismo, não deve exercer outras atividades profissionais.

SUPRESSIVA. (CED-CAU/MG): suprimir a regra. Justificativa: sugere-se eliminar esta regra uma vez que não se vê o sentido do profissional em

MINUTA 6.2
33/43

atividade de crítica mantê-la em caráter exclusivo, uma vez que a própria prática profissional no mercado pode ajudá-lo na sua atividade crítica. Quantos bons arquitetos acabam se tornando bons críticos, ressalta-se.

SUPRESSIVA. Marcelo Petrucci (CAU/RS): suprimir a regra. Justificativa: se não pode exercer as demais atividades e a crítica não for uma atividade da profissão determinada em Lei ou Resolução, não existe razão para o arquiteto manter vínculo com o CAU.

ADITIVA. Cons. Paulo Ormindo (BA): Incluir regras condenando; o denegrir publicamente o colega e o atravessamento, especialmente por ocupar um cargo público.

ADITIVAS. (CAU-RJ)

5.20. Regra: O arquiteto e urbanista que desempenha atividades nos órgãos técnicos dos poderes públicos, de análise e aprovação de projetos, obras, estudos de impacto e outros serviços nas áreas de edificações, urbanização, preservação ambiental, preservação do patrimônio histórico e artístico, e outros campos de atuação da arquitetura e urbanismo, deve condicionar suas decisões e pareceres ao cumprimento das leis e regulamentos em vigor, com isenção, em tempo útil, não podendo ser parte em qualquer destes processos, nem exercer sua influência para favorecer terceiros, ou indicar terceiros para resolver eventuais dificuldades nos respectivos processos, prestando aos seus colegas as informações relevantes de caráter público.

5.21. Regra: O arquiteto e urbanista encarregado da direção, fiscalização ou assistência técnica à execução de obra projetada por outro colega não pode fazer, nem permitir que se façam modificações nas dimensões, especificações e outras características, sem a prévia concordância do autor.

5.22. Regra: O arquiteto e urbanista, quando chamado a apreciar projeto, obra ou serviço elaborado ou executado por outrem, deve se cingir a análise dos aspectos funcionais e operativos, com objetividade e lealdade, abstendo-se de qualquer tipo de enfoque pessoal ou alusão depreciativa de caráter subjetivo.

5.23. Regra: O arquiteto e urbanista deve rejeitar qualquer serviço associado a prática de reprodução ou cópia de projetos de arquitetura e urbanismo de outrem, considerando a concepção geral e as soluções de divisão espacial, circulação, estruturas, cobertura, implantação e outras, contribuindo para evitar práticas ofensivas aos direitos dos autores e das obras intelectuais, conforme o estabelecido nas resoluções do CAUBR e nas leis brasileiras.

5.24. Regra: O arquiteto e urbanista, quando parte de equipe ou quadro técnico de empresa ou órgão público deve colaborar para o legítimo

MINUTA 6.2
34/43

acesso dos seus colegas e colaboradores às devidas promoções e ao desenvolvimento profissional, evitando o uso de artifícios ou expedientes enganosos que possam prejudicá-los.

ADITIVA. Cons. Paulo Ormindó (BA): Incluir regras condenando o denegrir publicamente o colega e o atravessamento, especialmente por ocupar um cargo público.

OBRIGAÇÕES PARA COM O CAU/BR

SUPRESSIVA. Marcelo Petrucci (CAU/RS): suprimir a sigla “BR”.
Justificativa: para que as obrigações sejam com todo o sistema CAU.

6. Princípio: O arquiteto e urbanista deve reconhecer e respeitar o CAU como instituição representativa da profissão e colaborar no aperfeiçoamento do desempenho do Conselho nas atividades concernentes às suas prerrogativas legais.

SUBSTITUTIVA. (CED - CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve reconhecer e respeitar o CAU como instituição fiscalizadora do exercício da Arquitetura e Urbanismo e colaborar no aperfeiçoamento do desempenho do Conselho nas atividades concernentes às suas prerrogativas legais.
JUSTIFICATIVA: Deve-se ter clara a função do CAU.

SUBSTITUTIVA. Saide Kahtouni (ABAP): O arquiteto e urbanista deve reconhecer e respeitar as resoluções e orientações do Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU e colaborar no aperfeiçoamento do desempenho do Conselho...
Justificativa: Para que esteja completamente em consonância com o Artigo 24 da Lei nº 12.378/2010 em seu primeiro parágrafo.

SUBSTITUTIVA. Elza Kunze Bastos (FNA – Sindicato de Arquitetos do DF): O arquiteto e urbanista deve reconhecer e respeitar o CAU e colaborar no aperfeiçoamento do desempenho do Conselho nas atividades concernentes às suas prerrogativas legais. Sugere ainda que sejam colocados os termos da Lei. Justificativa: quem representa os profissionais é o sindicato. O CAU representa a sociedade e não as profissões.

SUBSTITUTIVA. Jeferson Salazar (FNA): O arquiteto e urbanista deve reconhecer e respeitar o CAU como órgão de regulação e fiscalização do exercício da arquitetura e urbanismo e colaborar no aperfeiçoamento do desempenho do Conselho nas atividades concernentes às suas prerrogativas legais. Justificativa: O CAU não é uma entidade representativa da profissão, mas um órgão público de defesa da sociedade. Quem representa os profissionais são suas entidades de classe.

MINUTA 6.2
35/43

Conselheira Cláudia Pires:Cumprir a Lei nº 12.378/2010.

ADITIVA. Marcelo Petrucci (CAU/RS): Regra: O arquiteto e urbanista deve manter seu registro atualizado e suas obrigações para com o conselho em dia.

ADITIVA. Jeferson Salazar (FNA): O arquiteto e urbanista deve reconhecer e respeitar o CAU como órgão de regulação e fiscalização do exercício da arquitetura e urbanismos e colaborar...

6.1. Regra: O arquiteto e urbanista deve colaborar com o CAU e empenhar-se para o aperfeiçoamento da legislação que regulamenta a Arquitetura e Urbanismo.

SUBSTITUTIVA. (CED - CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve colaborar com o CAU e empenhar-se para o aperfeiçoamento da legislação que regulamentao exercício da Arquitetura e Urbanismo.

SUPRESSIVA. Cons. Cláudia Pires (MG): suprimir a regra.

6.2. Regra: O arquiteto e urbanista deve colaborar como CAU para o aperfeiçoamento da legislação dirigida às atividades correlatas da Arquitetura e Urbanismo nos níveis da União, dos Estados e dos Municípios.

SUBSTITUTIVA. (CED - CAU/MG): O arquiteto e urbanista deve colaborar com o CAU para o aperfeiçoamento da legislação dirigida às atividades correlatas da Arquitetura e Urbanismo nos âmbitos da União, dos Estados e dos Municípios. **JUSTIFICATIVA:** Estamos tratando de âmbitos diferentes de governo, sendo que o termo “nível” implica em hierarquia.

SUPRESSIVA.Cons. Cláudia Pires (MG): suprimir a regra.

6.3. Regra: O arquiteto e urbanista deve colaborar com o CAU para o aperfeiçoamento e atualização deste Código e das demais resoluções normativas que devam ser editadas sobre o tema.

SUPRESSIVA: Cons. Cláudia Pires (MG): suprimir a regra.

6.4. Regra: O arquiteto e urbanista deve colaborar com o CAU em suas atividades de fiscalização do exercício profissional.

SUBSTITUTIVA. Heliomar Venâncio (CED-CAU/MG):O arquiteto e urbanista deve colaborar com o CAU em suas atividades de fiscalização do exercício profissional, não devendo se omitir diante de faltas ou transgressões cometidas por outros profissionais ou leigos.**Justificativa:** tornar os arquitetos e urbanistas os “olhos” do CAU no dia a dia das cidades.

MINUTA 6.2
36/43

SUBSTITUTIVA. Jeferson Salazar (FNA): substituir nos itens de 6.1 a 6.4, a expressão “o arquiteto e urbanista deve colaborar com o CAU” por: “recomenda-se que o arquiteto e urbanista colabore para o aperfeiçoamento: da legislação dirigida às atividades..., da legislação que regulamenta...; deste Código e das demais..., das atividades de fiscalização.

SUBSTITUTIVA. Ednezer Flores (CAU/RS): O arquiteto e urbanista deve colaborar com o CAU, quando possível nas atividades e ações do Conselho. Justificativa: O texto original obrigao arquiteto

SUPRESSIVA. Cons. Cláudia Pires (MG): suprimir regra.

ADITIVA. (CED - CAU/MG): Regra: O arquiteto e urbanista deve colaborar com o CAU em suas atividades de verificação do cumprimento do que determina este código. (Sugere-se colocar antes da regra 6.4).

ADITIVA. Cons. Paulo Ormindo (BA): não redigiu a regra, mas justificou. Justificativa: É preciso criar regra sobre o comportamento ético do conselheiro do CAU ou membro de grupo de trabalho do CAU/BR e CAU/UF.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DISCIPLINARES

A definição das infrações disciplinares e das sanções correspondentes decorre das funções coercitivas estabelecidas na Lei nº 12.378/2010, em preceitos éticos e morais previstos nas leis federais em geral, eneste Código.

A importância relativa das sanções adequadas às infrações implicadas pelas normas constantes neste Código, para os efeitos de clareza e praticidade do cálculo para respectiva aplicação, é estabelecida mediante critérios de gravidade.

A ordem valorativa, no entanto, não estabelece restrição à avisada interpretação do CAU.

OBSERVAÇÃO. (CED - CAU/MG): No que se refere às sanções, a minuta chama a atenção que falta definir tipos. Porém, entende-se que os tipos já se acham definidos no art. 18 da Lei nº 12.378/2010, faltando-se definir os limites das sanções disciplinares.

OBSERVAÇÃO. Nilson Ghirardello (CED-CAU/SP): Conforme informações prestadas no seminário pela CED-CAU/BR, o capítulo referente às infrações e sanções disciplinares será tratado em resolução autônoma à do código de ética. Porém, entendemos que a separação do referido tema do texto a ser aprovado poderá ocasionar insegurança jurídica aos profissionais, além de uma hierarquização das normas. Da forma proposta, o profissional teria que lidar com três diplomas legais para balizamento de suas ações, a saber: a Lei nº 12.378/2010, o Código de

MINUTA 6.2
37/43

Ética e a resolução que trataria das condutas infracionais e suas aplicações. Nota-se também que as infrações previstas na Lei nº 12.378/2010 não foram totalmente contempladas como condutas no Código de ética, o que poderia levar ao entendimento que as infrações previstas na lei seriam mais gravosas do que as condutas, sugerindo uma hierarquização das normas. Assim, sugerimos que seja mantido o texto original contemplando o capítulo “Das infrações e sanções disciplinares”, a exemplo do Código Penal Brasileiro, separando-se apenas as questões relativas aos procedimentos.

Sanções Disciplinares

Na aplicação das sanções disciplinares, deve ser considerada, além da legislação federal em geral, os tratados e convenções internacionais do país, e as seguintes fontes assessórias:

- os costumes;
- a analogia;
- a equidade;
- os princípios fundamentais do Direito.

Para a aplicação de advertência, multa, suspensão e cancelamento de registro é necessária a manifestação favorável de metade mais um dos conselheiros membros do CAU.

O CAU, em cada caso, para a fixação das sanções disciplinares deve avaliar as circunstâncias subjetivas que integram a infração quanto:

- à culpabilidade;
- aos antecedentes (não se confunde com a reincidência);
- à conduta social do infrator;
- à personalidade do infrator;
- aos motivos da infração;
- às circunstâncias da infração;
- às consequências da infração;
- ao comportamento do prejudicado.

As sanções disciplinares devem ser proporcionais à gravidade das infrações disciplinares.

As sanções disciplinares têm os seus limites estabelecidos para cada tipo de infração (FALTA DEFINIR OS TIPOS!).

As sanções não devem ser inferiores ao mínimo, ou superiores ao máximo estabelecido para o tipo de infração, mesmo havendo circunstância atenuante ou agravante.

As sanções podem ser aplicadas de forma acumulada ou não.

MINUTA 6.2
38/43

As aplicações das sanções disciplinares devem constar dos assentamentos escritos referentes aos profissionais registrados no CAU após o trânsito em julgado da decisão administrativa.

Deve ser impedido de exercer mandato como conselheiro do CAU o profissional a quem forem aplicadas as sanções disciplinares de suspensão ou o cancelamento de registro.

Da cominação das sanções disciplinares

As sanções disciplinares a aplicar são as seguintes, como manda a Lei Nº 12.378:

- advertência reservada ou pública;
- multa (pecuniária);
- suspensão;
- cancelamento do registro no CAU;

Cálculo da sanção disciplinar

O CAU, para cada infração disciplinar cometida deve decidir as quantidades, na seguinte sequência de etapas:

- sanções disciplinares predominantes;
- circunstâncias agravantes e as atenuantes,
- a substituição da sanção disciplinar por outra, quando cabível.

Sanções disciplinares predominantes

A sanção-base deve ser fixada entre o mínimo e o máximo, fundamentada nos limites da discricionariedade administrativa do CAU.

O CAU deve fundamentar de modo suficiente o motivo de qualquer acréscimo da sanção que ultrapassar o mínimo, sob pena de nulidade da deliberação final.

OBSERVAÇÃO. (CED - CAU/MG): Deve se considerar que o CAU deve fundamentar sempre de modo suficiente o motivo de qualquer sanção que ultrapassar o mínimo, sob pena de nulidade da deliberação final.

Circunstâncias agravantes

A infração, quando afetar negativamente legítimos interesses públicos e sociais — e não só o prestígio individual e/ou coletivo dos próprios profissionais da

MINUTA 6.2
39/43

Arquitetura e Urbanismo — conduzirá o infrator a sofrer o agravamento das respectivas sanções cabíveis.

São circunstâncias que agravam a sanção quando não constituem ou qualificam a infração ética e disciplinar:

- a reincidência;
- o cometimento de infração:
 - por motivo fútil
 - por motivo torpe
 - com abuso de autoridade e/ou de poder, ou violação de dever inerente a cargo, ofício ou função;
- o cometimento de infração com participação de outros infratores:
 - mediante direção, promoção, organização de cooperação dos demais infratores;
 - mediante coação ou indução de outrem;
 - mediante instigação ou determinação a cometer a infração sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal;
 - mediante pagamento ou promessa de recompensa.

Circunstâncias atenuantes

São circunstâncias que sempre atenuam a sanção disciplinar se o infrator tiver:

- cometido a infração por motivo de relevante valor social ou moral;
- cometido a infração na defesa de prerrogativa profissional;
- evitado e/ou minorado as consequências da infração;
- reparado o dano antes da admissão formal da denúncia;
- ausência de sanção disciplinar anterior;
- prestação de relevantes serviços à Arquitetura e Urbanismo ou à causa pública.

Os antecedentes do profissional registrado, as circunstâncias atenuantes, o grau de culpa por ele revelado, as circunstâncias e as consequências da infração são considerados para o fim de decidir:

- sobre a conveniência da aplicação cumulativa da multa e de outra sanção disciplinar;
- sobre o tempo de suspensão e o valor da multa aplicáveis.

O arquiteto e urbanista que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar pode recorrer, um ano após o seu cumprimento integral, à reabilitação, mediante a apresentação de provas efetivas de boa conduta profissional.

Quando a sanção disciplinar aplicada resultar da prática de crime, o pedido de reabilitação depende da reabilitação criminal.

MINUTA 6.2
40/43

Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes

No concurso de fatores agravantes e atenuantes, a sanção disciplinar deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, que resultam dos motivos determinantes da infração.

ADITIVAS. (CAU/RJ):**DIREITOS INDIVIDUAIS UNIVERSAIS DO ARQUITETO E URBANISTA**

- a) à liberdade de escolha do trabalho a executar e tipo de experiência a desenvolver;
- b) à liberdade de escolha de métodos, procedimentos e formas de expressão;
- c) ao uso do título profissional;
- d) à exclusividade do ato de ofício a que se dedicar;
- e) à justa remuneração proporcional à sua capacidade e dedicação e aos graus de complexidade, risco, experiência e especialização requeridos por sua tarefa;
- f) ao provimento de meios e condições de trabalho dignas, eficazes e seguras;
- g) à recusa ou interrupção de trabalho, contrato, emprego, função ou tarefa quando julgar incompatível com sua titulação, capacidade ou dignidade pessoais;
- h) à proteção do seu título, de seus contratos e de seu trabalho;
- i) à proteção da propriedade intelectual sobre sua criação;
- j) à competição honesta no mercado de trabalho;
- k) à liberdade de associar-se a entidades profissionais;
- l) à propriedade de seu acervo técnico profissional.

DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS**Revisão, atualização e aperfeiçoamentos do Código de Ética e Disciplina.**

O CAU/BR, ouvidas e sistematizadas as eventuais críticas, ou constatados problemas frente a circunstâncias factuais e infrações frequentes, ou antes, não previstas, organizará e realizará estudos para o aperfeiçoamento sistemático deste Código de Ética e Disciplina.

MINUTA 6.2
41/43

Os estudos, levantamentos e proposições realizados pelo CAU para o aperfeiçoamento deste Código serão publicados pelos meios telemáticos disponíveis.

Este Código poderá receber emendas, a cada 3 (três) anos, contados a partir da data da sua publicação no DOU, Diário Oficial da União.

Este Código poderá receber emendas aditivas fora da data aprazada, por convocação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, desde que rigorosamente mantida a sua estrutura e sistematização, vedadas as supressões e/ou alterações.

MINUTA 6.2
42/43

VI. MINUTA 7.0 DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA

RESOLUÇÃO Nº XX, de DD DE MMMMMM DE 2013

Aprova o
Código de Ética e Disciplina
do
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CAU/BR.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 28, incisos I e II, da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que *Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs; e dá outras providências* e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária nº NN, realizada na nos dias dd e dd de mmmm de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR anexo à presente Resolução.

Art. 2º Os CAU/UF, após a publicação desta Resolução, deverão organizar, desenvolver, promover e manter a divulgação do Código de Ética e Disciplina aos profissionais, às entidades de classe, às instituições de ensino, às sociedades civis e organizadas, ao poder público e ao público em geral.

Art. 3º O Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, adotado por esta Resolução, entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, dd de mmmm de 2013.

Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz
Presidente do CAU/BR

MINUTA 7.0
1/22

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
CAU/BR**

**Comissão de Ética e Disciplina
CED - CAU/BR**

**Anteprojeto do Código de Ética e Disciplina
do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**

Minuta 6.1

Brasília, 20 de junho de 2013.

**MINUTA 7.0
2/22**

SUMÁRIO

Preâmbulo

- *Bases legais do Código*
- *Bases éticas do Código*
- *Estrutura do Código*

Obrigações Gerais

Obrigações para com o Público

Obrigações para com o Contratante

Obrigações para com a Profissão

Obrigações para com os Colegas

Obrigações para com o CAU/BR

Disposições Administrativas

MINUTA 7.0

3/22

PREÂMBULO

O Código de Ética e Disciplina define os parâmetros de conduta que devem pautar o exercício da profissão de arquiteto e urbanista, e impõe elevadas exigências éticas entre os profissionais, deveres oferecidos perante a sociedade, a comunidade e o dever geral de urbanidade.

Os princípios, regras e recomendações neste expressos, constituem um passo a mais no compromisso assumido por nossa categoria profissional com o povo e o estado brasileiros quando das audiências e discussões públicas que levaram à aprovação da Lei Federal 12.378 em dezembro de 2010.

Este compromisso diz respeito aos artigos de 17 a 23 da Lei 12.378, e dá curso ao alinhamento histórico da profissão com os propósitos humanistas, da preservação sócio-ambiental e da identidade cultural, e das garantias da cidadania, associados ao aperfeiçoamento institucional dos campos de atuação da arquitetura e urbanismo. (utilizar em outro documento)

Conforme a Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que *Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências*, o CAU aprovou o presente Código de Ética e Disciplina do Conselho da Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR mediante a Resolução nº NN, de dd, mmmmm de 2013.

Portanto, os arquitetos e urbanistas, assim como as sociedades de prestação de serviços com atuação no campo da Arquitetura e Urbanismo, devem orientar sua conduta no exercício da profissão pelas normas ~~— princípios e regras —~~ (Napoleão propõe retirar e foi acatado) definidas neste Código de Ética e Disciplina.

É indispensável observar que os artigos da Lei 12.1378/2010 pertinentes à conduta Ética determinam ao CAU/BR a instauração, a defesa e a manutenção das normas a cuja definição este Código é propositado¹.

Quanto aos aspectos legais coercitivos a considerar, este Código estabelece bases suficientes para possibilitar clareza na identificação das circunstâncias

¹ O Art. 17 estatui que, no exercício da profissão, o arquiteto e urbanista deve pautar sua conduta pelos parâmetros a serem definidos no Código de Ética e Disciplina do CAU/BR. E que, conforme diz o respectivo Parágrafo único: O Código de Ética e Disciplina deverá regular também os deveres do arquiteto e urbanista para com a comunidade, a sua relação com os demais profissionais, o dever geral de urbanidade e, ainda, os respectivos procedimentos disciplinares, observados o disposto na Lei.

O Art. 24 §1º, estatui que o CAU tem como função promover, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão, zelar pela fiel observância dos princípios de Ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo seu aperfeiçoamento.

O Art. 28, inciso I, estatui que compete ao CAU/BR zelar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da Arquitetura e Urbanismo.

MINUTA 7.0

5/17

dos fatos, na avaliação das infrações cometidas, e na aplicação das respectivas sanções disciplinares.

Para as tarefas administrativas necessárias à aplicação harmônica das determinações deontológicas deste Código, o CAU/BR e os CAU/UF (proposta do cons. Daniel Pimentel) seguirá Resolução específica para os procedimentos processuais respectivos às etapas de instauração, instrução, defesa, relatório, pedido de reconsideração, recurso à instrução, decisão final e sua aplicação das eventuais sanções disciplinares e a verificação do seu cumprimento. (Cons. Saad).

Para isto, além do que estabelece a Lei nº 12.378, sem prejuízo de outras normas legais aplicáveis, serão seguidas as regras procedimentais constantes nas demais leis do país².

Eis que os arquitetos e urbanistas, como profissionais liberais essenciais a qualquer sociedade democrática, estão sujeitos à Constituição e às leis quanto aos preceitos éticos e morais nelas implícitos³.

Bases Éticas Funções Deontológicas do Código

Este Código é constituído por normas obrigatórias para a conduta profissional dos arquitetos e urbanistas que devem ser igualmente observadas pelas sociedades de prestação de serviços com atuação no campo da Arquitetura e Urbanismo registradas no CAU, conforme manda determina a Lei.

Os termos deste Código devem ser integralmente obedecidos pelos arquitetos e urbanistas, independentemente do modo de contratação de seus serviços profissionais — como autônomo por conta própria, como empresário ou gestor, como assalariado privado ou como funcionário público, ou em qualquer situação administrativa onde exista dependência hierárquica de responsabilidades, cargos e/ou funções.

Portanto, as normas constantes deste Código aplicam-se à:a todas

- atividades profissionais quando e onde ocorreram;
- garantias para o cumprimento perfeito das obrigações éticas e disciplinares;
- responsabilidades para com o público (ao qual a profissão serve e enriquece), para com os contratantes e usuários, para com a indústria da construção civil (que contribui para configurar o ambiente construído), e para com os próprios colegas;

² Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal); Resolução do CAU/BR nº 34, de 06/09/2012; e, Resoluções do CAU em geral.

³ Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil; Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências; Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro DE 1940. Código Penal; Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências; e outras leis.

Formatado: Realce

Formatado: Realce

Formatado: Normal, Sem
marcadores ou numeração

- ~~responsabilidades no exercício das atividades dentro ou fora do território nacional, independentemente de haver ou não residência e/ou domicílio no país;~~
- ~~responsabilidades para com a Arquitetura e Urbanismo, e para com o conjunto de conhecimentos e criações que constituem patrimônio e herança cultural da profissão e da sociedade.~~

A função coercitiva das normas deste Código ~~é está subsidiária subordinada~~ à função ética fundamental de prevenir, educar e informar o público sobre a dignidade da Arquitetura e Urbanismo e dos deveres dos arquitetos e urbanistas.

Formatado: Fonte: Não Negrito

Estrutura do Código (Paulo Saad)

Formatado: Realce

As normas constantes neste Código são prescrições estruturadas em uma relação de subordinação, mas a considerar e a aplicar de modo coordenado e harmônico, constando duas classes.

Assim, as **normas** gerais e específicas – conforme aqui estabelecidas – estão consignadas sob os títulos de **Princípios** e **Regras**, definidas pela abrangência dos conceitos e das respectivas aplicações:

- **Princípios:** de aplicação genérica (ampla, abrangente, mais teórica ou abstrata);
- **Regras:** com aplicação específica (estrita, restrita, mais prática ou concreta).

OBRIGAÇÕES GERAIS

1. Princípios:

O arquiteto e urbanista, profissional liberal, conforme classifica a Legislação Trabalhista Brasileira, que presta serviços profissionais de caráter intelectual, de interesse público e social, consideradas as diversas relações de trabalho, deve possuir, por formação, um conjunto sistematizado de conhecimentos das artes, das ciências e das técnicas, assim como das teorias e práticas específicas da Arquitetura e Urbanismo.

O processo de formação do arquiteto e urbanista deve ser estruturado e desenvolvido de modo a assegurar que esteja capacitado e habilitado para desempenhar adequadamente os seus serviços profissionais.

O arquiteto e urbanista deve manter e desenvolver os seus conhecimentos, contribuir e priorizar o julgamento profissional erudito e imparcial.

O arquiteto e urbanista deve reconhecer, respeitar e defender o conjunto do patrimônio ambiental e cultural, do qual fazem parte as realizações arquitetônicas e urbanísticas, como patrimônio ambiental e cultural, e contribuir para a boa qualidade do seu crescimento, para o qual concorre a obrigação profissional de aprimorá-lo.

O arquiteto e urbanista deve reconhecer, respeitar e defender o conjunto do patrimônio ambiental e cultural, do qual fazem parte as realizações arquitetônicas e urbanísticas.

Formatado: Cor da fonte: Automática

Formatado: Fonte: Não Negrito

O arquiteto e urbanista deve defender os direitos fundamentais da pessoa humana, conforme expressos em acordos internacionais.

1.1. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se em manter e desenvolver de modo continuado a sua capacitação e os seus conhecimentos nas áreas de atividades relevantes para as práticas profissionais e para a elevação dos seus padrões de excelência.

1.2. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se em contribuir para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos métodos e das técnicas referentes à concepção e execução das atividades da indústria da construção civil, apropriadas a quaisquer das etapas do ciclo de existência das construções.

1.3. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se para garantir que as equipes ou sociedades profissionais que estiverem sob sua responsabilidade ou direção atuem em conformidade com os melhores métodos e técnicas profissionais.

1.4. Regra: O arquiteto e urbanista deve responsabilizar-se pelas tarefas ou trabalhos executados por quaisquer pessoas (auxiliares, ou empregados) que estejam agindo em seu nome, sob seu controle ou direção, e garantir que seus estes prepostos são sejam competentes e habilitados.

MINUTA 7.0
8/17

1.5. Regra: O arquiteto e urbanista deve ~~empenhar-se em~~ contribuir para a aquisição de conhecimento, aperfeiçoamento da capacitação e das habilitações de ~~qualquer pessoas~~ (auxiliares ou empregados) que estejam envolvidos em suas tarefas e atividades profissionais. Saad, - recomendação.

Formatado: Realce

1.6. Regra: O arquiteto e urbanista deve ~~empenhar-se em~~ contribuir para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento da crítica ~~sobre as artes, ciências e técnicas da Arquitetura e Urbanismo nos seus campos de atuação.~~ — como atividade intelectual fundamentada — além de respeitar e defender o direito de ~~crítica, crítica sobre as artes, ciências e técnicas da Arquitetura e Urbanismo nos seus campos de atuação.~~

1.7. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se para alcançar os mais altos padrões de independência, de imparcialidade, de sigilo profissional, de integridade, de competência e de profissionalismo e, portanto, da excelência do seu trabalho, de modo a garantir conhecimentos, capacitações e aptidões únicas e especiais ao desenvolvimento do ambiente construído. Saad - Recomendação.

Formatado: Realce

1.8. Regra: O arquiteto e urbanista deve exercer, manter e defender a autonomia própria da profissão liberal conforme as suas atribuições nos campos de atuação no setor, de modo a que prevaleçam as melhores considerações artísticas, técnicas e científicas sobre quaisquer outras.

1.9. Regra: O arquiteto e urbanista deve defender o ponto de vista profissional fundamentando as suas decisões ~~profissionais~~ em observância aos objetivos da boa qualidade das atividades nos respectivos campos de atuação no setor, consideradas as diversas relações de trabalho, rejeitando injunções, coerções, imposições, exigências ou pressões contrárias ~~aos seus princípios, às suas convicções profissionais ou que possam comprometer os valores técnicos, éticos e a qualidade estética do seu trabalho, profissionais ou que possam comprometer os valores éticos e a qualidade do seu trabalho.~~

1.10. Regra: O arquiteto e urbanista deve recusar ~~relações de trabalho pactas, exigências contratuais, acordos ou vínculos empregatícios que possam implicar em subordinação que prejudique, afete ou perturbe as respectivas atribuições profissionais nos campos de atuação e, igualmente, recusar contratos para a prestação de serviços profissionais, e vínculos empregatícios, não condizentes com os termos deste Código.~~

1.11. Regra: O arquiteto e urbanista não deve assumir responsabilidades ~~profissionais que excedam os limites de suas atribuições profissionais nos respectivos campos de atuação, suas habilitações e suas competências.~~

1.11. O arquiteto e urbanista deve assumir apenas as responsabilidades que estejam dentro dos limites de suas atribuições profissionais nos respectivos campos de atuação, suas habilitações e competências.

1.12. Regra: O arquiteto e urbanista deve respeitar os códigos de ética e disciplina profissional vigentes nos países e jurisdições estrangeiras nas quais prestarem os seus serviços profissionais. SAAD.

Formatado: Realce

1.13. Regra: O arquiteto e urbanista ~~que se comprometer com a atividade docente das disciplinas de arquitetura e urbanismo deve comprovar a execução de serviços profissionais e serem avaliados com base nessa experiência.~~

MINUTA 7.0
9/17

(Cons. Arnaldo alerta que muitos vão querer alterar e sugere redação mais contundente).

1.13. O arquiteto e urbanista que se comprometer com a atividade docente das disciplinas de arquitetura e urbanismo deve ter executado serviços profissionais nos respectivos campos de atuação e ter conhecimento específico na atividade.

OBRIGAÇÕES PARA COM O INTERESSE PÚBLICO

2. Princípio:

O arquiteto e urbanista deve defender o interesse público, respeitar o teor das leis que regem o exercício profissional, e considerar as consequências sociais e ambientais de suas atividades.

O arquiteto e urbanista deve defender o entendimento básico de que são de interesse público a boa qualidade das edificações e das cidades, o ordenamento territorial, a inserção harmoniosa na circunvizinhança, o respeito às paisagens naturais, rurais e urbanas.

O arquiteto e urbanista deve contribuir para a melhoria do ambiente construído ou natural, considerando os princípios de sustentabilidade sócio-ambiental.

O arquiteto e urbanista deve defender o direito à Arquitetura e Urbanismo, às políticas urbanas e ao desenvolvimento urbano, à promoção da justiça e inclusão social nas cidades, à solução de conflitos fundiários, à moradia, à mobilidade, à paisagem, ao ambiente sadio, à memória arquitetônica e urbanística e à identidade cultural.

2.1. Regra: O arquiteto e urbanista deve ter consciência do caráter essencial de sua atividade como intérprete e servidor da cultura e da sociedade de que faz parte.

2.2. Regra: O arquiteto e urbanista deve defender o entendimento básico de que são de interesse público a boa qualidade das edificações e das cidades, a sua inserção harmoniosa no entorno (circunvizinhança), o respeito às paisagens naturais e urbanas, assim como ao patrimônio comum e/ou particular.

Formatado: Realce

2.23. Regra: O arquiteto e urbanista deve compreender e interpretar as necessidades dos indivíduos, dos grupos sociais e das coletividades em matéria de organização do espaço, de concepção, organização e realização das construções, de conservação e valorização do patrimônio arquitetônico, e urbanístico e paisagístico de proteção dos equilíbrios naturais. Recomendação

Formatado: Fonte: Não Negrito

Formatado: Realce

2.34. Regra: O arquiteto e urbanista deve considerar o impacto social e ambiental de suas atividades profissionais na execução de obras sob sua responsabilidade.

2.54. Regra: O arquiteto e urbanista deve ~~empenhar-se na conservação dos sistemas, respeitar os de~~ valores e ~~da~~ herança natural e cultural da comunidade na qual estejam prestando seus serviços profissionais.

2.6. Regra: ~~O arquiteto e urbanista deve estar ciente das consequências de seus serviços profissionais para a satisfação dos diversos interesses dos futuros usuários do produto do seu trabalho.~~

MINUTA 7.0
10/17

~~2.67. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se em garantir a satisfação das necessidades humanas referentes às edificações, tais como: desempenho no uso, economia, durabilidade, conforto, higiene.~~

~~2.6. O arquiteto e urbanista deve garantir a satisfação das necessidades humanas referentes ao desempenho, economicidade, durabilidade, conforto, higiene e acessibilidade dos ambientes construídos. Recomendação.~~

Formatado: Realce

Formatado: Realce

Formatado: Realce

Formatado: Realce

~~2.87. Regra: O arquiteto e urbanista deve orientar-se por valores éticos inerentes à satisfação das necessidades técnicas e estéticas que devem ser atendidas pela profissão. Recomendação.~~

~~2.9. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se para a melhoria do ambiente construído e/ou natural, considerando os princípios de sustentabilidade ambiental e de economicidade.~~

~~2.408. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se, como profissional, em promover e divulgar a Arquitetura e Urbanismo visando o desenvolvimento cultural e a consciência pública sobre os valores éticos e estéticos implicados.~~

~~2.8. O arquiteto e urbanista deve promover e divulgar a Arquitetura e Urbanismo visando o desenvolvimento cultural e a consciência pública sobre os valores éticos, técnicos e estéticos implicados. Recomendação.~~

Formatado: Realce

~~2.4410. Regra: O arquiteto e urbanista deve zelar pelo patrimônio público, sobretudo quando no exercício de cargo ou função pública ou como contratado pelo Estado para a prestação de serviços profissionais.~~

~~2.10. O arquiteto e urbanista deve, no exercício das atividades profissional, deve zelar pela conservação e preservação do patrimônio público.~~

Formatado: Cor da fonte: Automática

~~2.12.1 Regra: O arquiteto e urbanista deve respeitar o conjunto das realizações arquitetônicas e urbanísticas do patrimônio histórico e artístico nacional, estadual, municipal ou de reconhecido interesse local, mesmo quando a sua proteção legal ainda não esteja formalmente definida.~~

~~2.13. Regra: O arquiteto e urbanista deve recusar solicitação de serviços profissionais que possam comprometer a qualidade dos recursos ou degradar o ambiente natural.~~

~~2.12. O arquiteto e urbanista deve considerar, na execução de seus serviços profissionais, a harmonia com os recursos e ambientes naturais.~~

~~2.14. Regra: O arquiteto e urbanista deve exercer a atividade profissional considerando os padrões de acessibilidade universal ao ambiente construído.~~

~~2.15. Regra: O arquiteto e urbanista deve estar consciente das bases do Direito Urbanístico e do Direito à Arquitetura e ao Urbanismo, e das políticas urbanas e do desenvolvimento urbano, da promoção da justiça e inclusão social nas cidades, dos conflitos e da regularização fundiária, do reconhecimento do direito à cidade, à moradia, da mobilidade, da paisagem, do ambiente sadio, da memória arquitetônica e urbanística e da identidade cultural. Refeita e transformada em princípio.~~

~~2.4613. Regra: O arquiteto e urbanista deve respeitar e empenhar-se em promover e colaborar no aperfeiçoamento da legislação urbanística e ambiental.~~

MINUTA 7.0
11/17

2.14. O arquiteto e urbanista não deve valer-se do saber profissional para emitir opiniões levianas, inverídicas ou falciosas, distorcendo conscientemente a verdade, para persuadir leigos ou pessoas desinformadas, a fim de alcançar resultados que lhe convenham ou a grupos para os quais preste serviço ou represente.

2.15. Regra: O arquiteto e urbanista deve adotar soluções capazes de assegurar a qualidade da construção, o bem-estar e a segurança das pessoas, salvaguardando a economia do processo construtivo nas obras de que é autor ou responsável.

2.16. O arquiteto e urbanista, autor do serviço profissional de projeto ou obra, deve manter informação pública conforme determina o Artigo 14 da Lei 12.378/2010 à frente do respectivo imóvel, cumprindo o compromisso profissional com o público.

OBRIGAÇÕES PARA COM O CONTRATANTE

3. Princípio:

O arquiteto e urbanista, nas relações com os seus contratantes, deve ~~prestar serviços~~exercer suas atividades profissionais de maneira consciente, competente, imparcial e sem preconceitos, com habilidade, atenção e diligência, e respeitante às leis, aos contratos e às normas técnicas reconhecidas.

3.1. Regra: O arquiteto e urbanista deve oferecer propostas para a prestação de serviços profissionais aos seus contratantes somente após obter informações que considere suficientes sobre a sua natureza e extensão.

3.2. Regra: O arquiteto e urbanista deve ~~esforçar-se para~~ proteger os seus contratantes e o público de subvalorizações enganosas quanto aos meios ou recursos humanos, materiais e financeiros a destinar à prestação de serviços profissionais.

3.2. O arquiteto e urbanista deve orientar os seus contratantes quanto a valorizações enganosas referentes aos meios ou recursos humanos, materiais e financeiros destinados à concepção e execução de serviços profissionais.

3.3. Regra: O arquiteto e urbanista deve exigir previamente informações necessárias e suficientes sobre a natureza e extensão dos serviços profissionais solicitados por ~~futuros eventuais~~seu contratantes, ~~de maneira a possibilitar a preparação de proposta técnica e de honorários adequada.~~

3.4. Regra: O arquiteto e urbanista deve estabelecer propostas para contratação de serviços profissionais contendo as informações e especificações necessárias e suficientes sobre a sua natureza e extensão, de maneira a ~~informar corretamente~~proteger os contratantes sobre o objeto dos serviços e protegê-los contra de estimativas de honorários ~~inadequadas, insuficientes ou inescrupulosos.~~

3.5. Regra: O arquiteto e urbanista deve assumir serviços profissionais somente quando estiver de posse das habilidades e dos conhecimentos artísticos, técnicos e científicos necessários aos compromissos específicos a firmar com o contratante.

MINUTA 7.0
12/17

3.6. Regra: O arquiteto e urbanista deve assumir serviços profissionais somente quando considerar que os recursos materiais e financeiros e necessários estão adequadamente definidos e disponíveis para o cumprimento dos compromissos a firmar com o contratante.

3.7. Regra: O arquiteto e urbanista deve prestar os seus serviços profissionais considerando prazos julgados razoáveis e proporcionais à extensão e à complexidade do objeto ou escopo da atividade.

3.8. Regra: O arquiteto e urbanista deve prestar os seus serviços profissionais na medida de sua capacidade de atendimento a comprometer, calculada e justificada conforme a extensão e a complexidade a ser aferida.

3.9. Regra: O arquiteto e urbanista deve comunicar, publicar, divulgar ou promover seu trabalho considerando a veracidade das informações e o respeito à reputação da Arquitetura e Urbanismo.

3.10. Regra: O arquiteto e urbanista não deve fazer-se representar por outrem de modo falso ou enganoso.

3.11. Regra: O arquiteto e urbanista deve assumir serviços profissionais somente quando aqueles que lhe prestarem consultorias estiverem qualificados pela formação, treinamento ou experiência nas áreas técnicas específicas envolvidas e de sua responsabilidade.

3.12. Regra: O arquiteto e urbanista deve manter os seus contratantes informados sobre o progresso da prestação dos serviços profissionais executados em seu benefício, periodicamente ou quando solicitado.

Formatado: Não Realce

Formatado: Não Realce

3.13. Regra: O arquiteto e urbanista deve manter os seus contratantes informados sobre quaisquer questões ou decisões que possam afetar a qualidade, os prazos e custos dos seus serviços profissionais.

3.14. Regra: O arquiteto e urbanista deve manter os seus contratantes informados sobre quaisquer fatos ou conflitos de interesses que possam alterar, perturbar ou impedir a prestação de seus serviços profissionais. *

3.15. Regra: O arquiteto e urbanista deve assumir a responsabilidade pela orientação dada a seus contratantes.

3.16. Regra: O arquiteto e urbanista deve manter sigilo sobre os negócios confidenciais dos seus contratantes estritamente relativos à prestação de serviços profissionais -contratados, a menos que tenha consentimento prévio formal do contratante ou mandato de autoridade judicial.

3.17. Regra: O arquiteto e urbanista deve recusar-se a solicitar, aceitar ou receber quaisquer honorários, proventos, remunerações, comissões, gratificações, vantagens, retribuições ou presentes de qualquer tipo, sob quaisquer pretextos, de fornecedores de insumos aos seus contratantes, sejam constituídos por consultorias, produtos, mercadorias ou mão de obra, conforme determina o inciso VI, Artigo 18 da Lei 12.378/210.

3.18. Regra: O arquiteto e urbanista proprietário, representante ou beneficiário, de qualquer material de construção, componente, equipamento ou patente, que venha a ter aplicação em determinada obra, terá que produzir o respectivo atestado de garantia de qualidade, funcionalidade e durabilidade, e não poderá utilizá-lo sem que previamente tenha informado sobre essa particularidade ao

MINUTA 7.0
13/17

contratante ou empregador para quem presta serviço; também não poderá prestar, em virtude desta qualidade, serviços de arquitetura e urbanismo a título gratuito ou manifestamente sub-remunerados e nem receber quaisquer remunerações financeiras relacionadas a eventual função de intermediação em respectivo contrato de compra e venda.

319 Regra: O arquiteto e urbanista não pode receber honorários, pagamentos, ou vantagens das duas partes de um mesmo contrato vigente. (obrigações para com o contratante)

3.18. Regra: O arquiteto e urbanista deve orientar a sua conduta profissional e prestar serviços profissionais aos seus contratantes em conformidade com princípios éticos e morais tais como:

- decoro;
- honestidade;
- imparcialidade;
- lealdade;
- prudência;
- respeito; e
- tolerância.

3.19. Regra: O arquiteto e urbanista deve exigir dos contratantes ou empregadores uma conduta recíproca conforme a que lhe é imposta por este Código.

OBRIGAÇÕES PARA COM A PROFISSÃO

4. Princípios:

O arquiteto e urbanista deve considerar a profissão como uma contribuição para o desenvolvimento da sociedade.

O respeito e defesa da profissão devem ser compreendidos como relevante promoção da justiça social e importante contribuição para a cultura da humanidade.

4.1.(CED-CAUMG): O arquiteto e urbanista não deve se associar, contratar ou representar pessoas que tenham sofrido sanção disciplinar de exclusão ou suspensão do registro profissional de qualquer profissão legalmente regulamentada para prestação de serviços em áreas para as quais se faz necessária a responsabilidade técnica.

4.2. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se na promoção pública da profissão.

4.3. Regra: O arquiteto e urbanista deve contribuir para o desenvolvimento do conhecimento, da cultura e do ensino relativos à profissão.-

4.4. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se para que os seus associados, representantes e empregados conduzam os seus serviços

Formatado: Fonte: Negrito

MINUTA 7.0
14/17

profissionais, realizados em comum, em conformidade com o mesmo padrão ético e disciplinar da profissão. Justificativa: Não há como o profissional assegurar a condição e sim fazer de tudo para que ela seja alcançada.

SUBSTITUTIVA. Cons. José Roberto Geraldine Jr. (IES): O arquiteto e urbanista deve colaborar para o aperfeiçoamento e atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em arquitetura e urbanismo.

O arquiteto e urbanista, ao exercer a docência profissional, deve formar os acadêmicos tendo em vista garantir competência e habilidades plenas para o exercício da arquitetura e urbanismo.

4.7. Regra: O arquiteto e urbanista, ao exercer a docência profissional, deve divulgar este Código, a legislação e as demais normas entre os profissionais em formação.

4.8. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se em participar e contribuir em fóruns culturais, técnicos, artísticos e científicos referentes à atividade profissional.

4.9. Regra: O arquiteto e urbanista deve se empenhar na preservação da documentação de projetos, obras e outros serviços de arquitetura e urbanismo, com o concurso do CAU, visando garantir o acesso da sociedade e das novas gerações de profissionais a história da profissão. *Recomendação.*

Formatado: Realce

4.11. Regra: O arquiteto e urbanista deve se manter informado sobre as normas que regulamentam o exercício da profissão, obrigando-se a seguir os procedimentos nelas contidas. *Recomendação.*

Formatado: Realce

4.12. Regra: O arquiteto e urbanista deve denunciar fato do seu conhecimento que transgrida a ética profissional e as obrigações deste Código.

4.13. Regra: O arquiteto e urbanista deve evitar assumir simultaneamente diferentes responsabilidades profissionais, que sejam incompatíveis quanto a sua extensão e conteúdos, em especial quanto a jornadas de trabalho sobrepostas.

4.14. Regra: O arquiteto e urbanista deve contribuir para ações de interesse geral no domínio da arquitetura e urbanismo, participando na discussão pública de problemas relevantes no seu âmbito. *Recomendação*

Formatado: Realce

4.15. Regra: O arquiteto e urbanista deve favorecer a integração social, estimulando a participação dos cidadãos no debate arquitetônico e urbanístico e no processo decisório sobre a cidade, em tudo o que diz respeito ao ambiente, ao urbanismo e à edificação. *Recomendação*

Formatado: Realce

4.16. Regra: O arquiteto e urbanista, quando chamado a cumprir tarefas de fiscalização, controle ou gerenciamento técnico de contratos de serviços de arquitetura e urbanismo, deve abster-se de qualquer atitude motivada por interesses privados que comprometam seus deveres profissionais, e as suas decisões e pareceres devem ser sempre expressos com critérios estritamente técnicos e funcionais, de forma clara e fundamentada.

MINUTA 7.0
15/17

4.17. Regra: O arquiteto e urbanista, em qualquer situação em que deva emitir parecer técnico, nomeadamente no caso de litígio entre projetista, dono de obra, construtor ou entidade pública, deve agir sempre com imparcialidade, interpretando com rigor técnico estrito e inteira justiça as condições dos contratos, os fatos técnicos pertinentes e os documentos normativos existentes.

4.18. Regra: O arquiteto e urbanista deve condicionar todo compromisso profissional à formulação e apresentação de proposta técnica que inclua com detalhe os produtos técnicos a serem produzidos, sua natureza e âmbito, as etapas e prazos e, a remuneração requerida e sua forma; esta proposta deve ser objeto de contrato escrito entre o profissional e o seu contratante, que deve ter também em conta as demais disposições deste Código.

4.19. Regra: O arquiteto e urbanista deve rejeitar serviços ou incumbências que no seu conjunto, pelo seu número, diversidade, localização, extensão ou amplitude, o impeçam de, pessoalmente, dar a necessária assistência a todas elas, de modo a permitir desempenho técnico com qualidade e responsabilidade, e garantir o cumprimento dos seus deveres profissionais.

4.21. Regra: O arquiteto e urbanista deve apresentar propostas de custos de serviços de acordo com as tabelas indicativas de honorários aprovadas pelo CAU/BR, conforme o inciso 14, artigo 28 da Lei 12.378/2010. **Recomendação.**

Formatado: Reale

OBRIGAÇÕES PARA COM OS COLEGAS

5. Princípio:

O arquiteto e urbanista deve considerar os colegas como seus pares, detentores dos seus mesmos direitos e dignidade profissionais e, portanto, devem ser tratados com o devido respeito como pessoas e como produtores de relevante atividade profissional.

5.1. Regra: O arquiteto e urbanista deve defender e divulgar a legislação referente ao Direito Autoral nas suas atividades profissionais e setores de atuação.

5.2. Regra: O arquiteto e urbanista deve considerar-se impedido de praticar qualquer apropriação parcial ou integral de propriedade intelectual de outrem ou plágio de autorias.

5.3. Regra: O arquiteto e urbanista deve considerar-se impedido de oferecer vantagem ou incentivo material ou financeiro a outrem visando à indicação de eventuais futuros contratantes.

5.4. Regra: O arquiteto e urbanista deve estipular os honorários ou quaisquer remunerações apenas quando solicitado a oferecer serviços profissionais.

MINUTA 7.0
16/17

5.5. Regra: O arquiteto e urbanista deve considerar-se impedido de propor honorários ou quaisquer remunerações por serviços profissionais visando obter vantagem sobre propostas conhecidas, já apresentadas por colegas concorrentes para os mesmos objetivos.

5.9. Regra: O arquiteto e urbanista deve declarar-se impedido de realizar trabalhos de avaliação crítica, perícia, análise, julgamento, mediação ou aprovação de projetos ou trabalhos do qual seja autor ou faça parte da equipe realizadora.

5.10. Regra: O arquiteto e urbanista deve promover e apoiar a crítica intelectual fundamentada da Arquitetura e Urbanismo, como prática necessária ao desenvolvimento da profissão.

5.11. Regra: O arquiteto e urbanista deve recusar-se a fazer referências depreciativas, maliciosas, desrespeitosas, ou tentar retirar o crédito do serviço profissional de colegas.

5.13. Regra: O arquiteto e urbanista, ao tomar conhecimento da existência de colegas que tenham sido convidados pelo contratante para o mesmo serviço profissional, deve informá-los imediatamente sobre o fato.

5.14. Regra: O arquiteto e urbanista, quando convidado para dar parecer ou reformular os serviços profissionais de colegas, deve informá-los previamente sobre o fato.

5.15. Regra: O arquiteto e urbanista deve proporcionar bom ambiente de trabalho aos colegas associados e/ou empregados, e contribuir para o seu aperfeiçoamento profissional.

Formatado: Não Realce

5.16. Regra: O arquiteto e urbanista empregador deve cumprir o disposto na Lei nº 4.950-A/1966, como remuneração mínima para os arquitetos e urbanistas empregados por ele.

5.17. Regra: O arquiteto e urbanista deve construir reputação apenas com base na qualidade dos serviços profissionais que prestar.

5.18. Regra: O arquiteto e urbanista não deve associar o seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de serviços profissionais sem a sua real participação nos trabalhos delas.

5.19. Regra: O arquiteto e urbanista deve considerar-se impedido de associar o seu nome a pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de serviços profissionais sem a sua real participação nos serviços por elas prestados.

5.20. Regra: O arquiteto e urbanista, quando exercendo profissionalmente a atividade de crítica estética e intelectual fundamentada da Arquitetura e Urbanismo não deve exercer outras atividades profissionais.

Formatado: Não Realce

5.21. Regra: O arquiteto e urbanista deve considerar-se impedido de exercer a atividade de crítica da Arquitetura e Urbanismo para obter vantagens concorrenciais sobre os colegas.

Formatado: Fonte: Negrito

MINUTA 7.0
17/17

5.22. Regra: O arquiteto e urbanista deve garantir reconhecer e registrar, quanto a cada projeto, obra ou serviço em que seja o autor, as situações de coautoria e outras participações, relativamente ao conjunto ou à parte do trabalho em realização ou realizado.

Formatado: Fonte: Negrito, Cor da fonte: Preto

Formatado: Fonte: Negrito, Cor da fonte: Preto

Formatado: Cor da fonte: Preto

Formatado: Fonte: Negrito, Cor da fonte: Preto

Formatado: Fonte: Negrito, Cor da fonte: Preto

Formatado: Cor da fonte: Preto

5.23. Regra: O arquiteto e urbanista, que desempenha atividades nos órgãos técnicos dos poderes públicos, deve restringir suas decisões e pareceres ao cumprimento das leis e regulamentos em vigor, com isenção, em tempo útil, não podendo ser parte em qualquer destes processos, nem exercer sua influência para favorecer ou indicar terceiros para resolver eventuais dificuldades nos respectivos processos, prestando aos seus colegas as informações relevantes de caráter público.

Formatado: Fonte: Negrito, Cor da fonte: Preto

Formatado: Fonte: Negrito

Formatado: Fonte: Negrito, Cor da fonte: Preto

Formatado: Cor da fonte: Preto

5.24. Regra: O arquiteto e urbanista encarregado da direção, fiscalização ou assistência técnica à execução de obra projetada por outro colega, deve considerar-se impedido de fazer, nem permitir que se façam modificações nas dimensões, configurações e especificações e outras características, sem a prévia concordância do autor.

Formatado: Fonte: Negrito, Cor da fonte: Preto

Formatado: Fonte: Negrito

Formatado: Fonte: Negrito, Cor da fonte: Preto

Formatado: Cor da fonte: Preto

5.25. Regra: O arquiteto e urbanista, quando chamado a apreciar projeto, obra ou serviço elaborado ou executado por outrem, deve se cingir a análise dos aspectos funcionais e operativos com objetividade, abstendo-se de qualquer tipo de enfoque pessoal ou alusão depreciativa de caráter subjetivo.

5.24-6. Regra: O arquiteto e urbanista deve rejeitar qualquer serviço associado à prática de reprodução ou cópia de projetos de Arquitetura e Urbanismo de outrem, contribuindo para evitar práticas ofensivas aos direitos dos autores e das obras intelectuais.

Formatado: Cor da fonte: Preto

5.25-7. Regra: O arquiteto e urbanista, quando parte de equipe ou quadro técnico de empresa ou órgão público, deve colaborar para o legítimo acesso dos seus colegas e colaboradores às devidas promoções e ao desenvolvimento profissional, evitando o uso de artifícios ou expedientes enganosos que possam prejudicá-los.

Formatado: Cor da fonte: Preto

OBRIGAÇÕES PARA COM O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO – CAU

6. Princípio:

O arquiteto e urbanista deve reconhecer e respeitar o CAU como órgão de regulação e fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo e colaborar no aperfeiçoamento do desempenho do Conselho nas atividades concernentes às suas prerrogativas legais.

Formatado: Fonte: Negrito

6.1. Regra: O arquiteto e urbanista deve colaborar com o CAU e empenhar-se para o aperfeiçoamento da legislação que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo.

6.2. Regra: O arquiteto e urbanista deve colaborar com o CAU para o aperfeiçoamento da legislação dirigida às atividades da Arquitetura e Urbanismo e as correlatas nos níveis da União, dos Estados e dos Municípios.

6.3. Regra: O arquiteto e urbanista deve empenhar-se no conhecimento, na aplicação, aperfeiçoamento, atualização e divulgação deste Código de Ética, reportando ao CAU e as entidades profissionais as eventuais dificuldades da sua compreensão e da sua prática cotidiana.

Formatado: Fonte: Negrito

6.4. Regra: O arquiteto e urbanista deve colaborar com o CAU em suas atividades de fiscalização do exercício profissional.

6.5. Regra: O arquiteto e urbanista deve colaborar com o CAU para o aperfeiçoamento da prática regular da profissão.

6.6. Regra: O arquiteto e urbanista, que se comprometer a assumir cargo de conselheiro do CAU, deve ter o conhecimento das responsabilidades legais e morais da função.

DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS

7. Revisão, atualização e aperfeiçoamentos do Código de Ética e Disciplina.

7.1. O CAU/BR com a participação dos CAU/UF, ouvidas e sistematizadas as eventuais críticas, ou constatados problemas frente a circunstâncias factuais e infrações frequentes, ou antes não previstas, organizará e realizará estes estudos, em nível nacional, para o aperfeiçoamento sistemático deste Código de Ética e Disciplina.

7.2. Os estudos, levantamentos e proposições realizados pelo CAU para o aperfeiçoamento deste Código serão publicados pelos meios telemáticos disponíveis.

7.3. Este Código poderá ser alterado, ouvida a categoria profissional, a cada 6 (seis) anos, contados a partir da data da sua publicação no Diário Oficial da União.-DOU.

7.4. Este Código poderá receber emendas aditivas fora da data aprazada, por convocação de 2/3 (dois terços) dos membros do CAU/BR, desde que rigorosamente mantida a sua estrutura e sistematização.

7.5. O método de cálculo das sanções será objeto de resolução específica que deverá ser elaborada pelo CAU/BR em até 60 dias após aprovação deste Código.

MINUTA 7.0
19/17

VII. PROCESSOS ÉTICO DISCIPLINARES DA REGIÃO SUDESTE LEVANTADOS DURANTE OS ANOS 2014 A 2017

i. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro

2014

1. Processo nº 2014.0489

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 008/2014 – 30/07/2014 Distribuição para parecer e encaminhamento para opinião da Assessoria Jurídica. Relator: Marcelo Perret. A Comissão de Ética recebe preliminarmente a denúncia e determina que seja oficializada as partes

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2015 30/07/2015 - O processo foi distribuído ao Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa, para relatoria.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 005/2015 – 13/08/2015 - acolhido por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Jorge Ricardo Santos de Lima Costa, para que o denunciado seja comunicado, através de edital divulgado no site do CAU/RJ, acerca da admissibilidade da denúncia. O mesmo deverá apresentar defesa no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2015 - 24/09/2015 - distribuído ao Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa, para a relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2016 – 10/03/2016 - Ficou designado o dia 05 de maio de 2016, às 15 horas, na Sede do CAU/RJ, para a realização da Oitiva do processo administrativo ético-disciplinar nº 2014.0489, cuja sessão será realizada com as presenças do Coordenador Eduardo Carlos Cotrim e dos Conselheiros Jorge Ricardo Santos de Lima Costa (relator) e Ronaldo Costa;

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 012/2016 - 19/12/2016 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa: No intuito de obter maior detalhamento técnico acerca dos referenciais extrínsecos e intrínsecos do projeto arquitetônico para subsidiar esta instrução visando à formação de juízo de valor da relatoria e da Comissão de Ética e Disciplina/CED sobre a denúncia, solicito que seja encaminhada consulta oficial junto à Comissão de Ética e Disciplina do CAU/BR no que se refere ao estado atual dos Direitos Autorais na Arquitetura e Urbanismo, aos desdobramentos legais e operacionais da Resolução 67 do CAU/BR, de 05/12/2013

2. Processo nº 2014.0586

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 008/2014 – 30/07/2014 Distribuição para parecer e encaminhamento para opinião da Assessoria Jurídica. Relator: Marcelo Perret. A Comissão de Ética recebe preliminarmente a denúncia e determina que seja oficializada as partes.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2015 - 09/07/2015 O seguinte processo foi distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 005/2015 – 13/08/2015 acolhido por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para que o denunciado seja comunicado da disponibilidade de vistas ao processo e concessão de prazo de 30 dias para que o profissional apresente sua defesa, por e-mail, carta e pelo SICAU.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2015 – 21/12/15 Acolhido por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, pela advertência reservada ao profissional, conforme Resolução nº 52 do CAU/BR, em seu item 3, Obrigações para com o contratante e Resolução nº 58, Capítulo III, Seção II.

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 002/2016 – 16/02/2016 Por solicitação do Conselheiro Paulo Saad, o projeto será destacado dos demais. Foi aprovada a decisão com a maioria dos votos e uma abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 003/2016 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 21 de dezembro de 2015, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2014-0586; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 21 de dezembro de 2015, pela aplicação da penalidade de advertência reservada ao profissional denunciado, conforme disposto na Resolução CAU/BR nº 52, em seu item 3 -

Obrigações para com o contratante, e Resolução CAU/BR nº 58, Capítulo III, Seção II. Com 15 votos favoráveis, 00 votos contrários, 01 abstenção..

3. Processo nº 2014.0339

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 009/2014 – 28/10/2014 Relatora: Conselheira Marta Regina Processo 2014-0339. A Comissão de Ética recebe preliminarmente a denúncia e determina que seja oficializada as partes.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2015 - 09/07/2015 distribuído ao Conselheiro Ronaldo José da Costa, para relatoria:

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 Por solicitação do Conselheiro Sergio Oliveira Nogueira da Silva foi lhe concedida à vista do processo;

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Ronaldo Foster Vidal, pela advertência reservada, conforme artigo XX.

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 006/2016 – 14 de junho 2016 Aprovado a decisão do CED. 15 votos a favor e 1 abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 041/2016 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 16 de maio de 2016, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2014-0339; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 16 de maio de 2016, pela aplicação da penalidade de advertência reservada, por infração ao item 3.1 do Código de Ética e Disciplina, conforme art. 6º da Resolução nº 58 do CAU/BR. Com 15 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção.

2015

4. Processo nº 2015.0063

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2015 – 09/07/2015 Em juízo de admissibilidade, a Comissão de Ética e Disciplina recebe a presente denúncia, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR no. 34. Designa, como Relator, o Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2015 30/07/2015 - Acolhido por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Jorge Ricardo Santos de Lima Costa, para que as partes sejam comunicadas de que o processo administrativo foi recebido pela CED, devendo as denunciadas serem intimadas a apresentarem defesa no prazo de 30 (trinta) dias.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 005/2016 – 14/07/2016 Agendamento Oitiva – Ficou designado o dia 08.09.16 às 16 horas, para a realização de Oitiva, referente ao processo nº 2015-0063. Conselheiros participantes: Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, Jorge Ricardo Santos de Lima Costa (Relator) e Ronaldo Foster Vidal.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2016 - 27/10/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Jorge Ricardo Santos de Lima Costa, pelo arquivamento da denúncia realizada nos autos. Encaminhe-se à Plenária;

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 010/2016 – 11/10/2016 Votação em bloco. 16 a favor e 2 abstenções.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 069/2016 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 27 de outubro de 2016, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015-0063, nos seguintes termos: "Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, pelo arquivamento da denúncia realizada nos autos". DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 27 de outubro de 2016. Com 16 votos favoráveis, 00 votos contrários e 02 abstenções. 08/11/2016

5. Processo nº 2015.0015

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2015 – 09/07/2015 Em juízo de admissibilidade, a Comissão de Ética e Disciplina recebe a presente denúncia, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR no. 34. Designa, como Relator, o Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2015 30/07/2015 - Aprovado o relatório e voto do Conselheiro Relator, Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para que a denunciada seja intimada a apresentar defesa, com a observação de que o denunciante deverá ser intimado de que o processo foi recebido pela CED-CAU/RJ, devendo apresentar cópia integral do laudo apresentado pela denunciada.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2016 – 15/02/2016 Acolhido, por unanimidade, o despacho do Conselheiro Relator Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, convocar o denunciado para oitiva e esclarecimento da questão, devendo a data, o horário e os participantes serem designados na próxima reunião da CED.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2016 – 10/03/2016 Ficou designado o dia 02 de junho de 2016, às 15 horas, na Sede do CAU/RJ, para a realização da Oitiva do processo administrativo ético-disciplinar nº 2015.0015, cuja sessão será realizada com as presenças do Coordenador Eduardo Carlos Cotrim (relator) e dos Conselheiros Almir Fernandes e Sérgio Nogueira.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2016 – 28/04/2016 - Ficou designado o dia 02 de junho de 2016, às 15 horas, na Sede do CAU/RJ, para a realização da Oitiva do processo administrativo ético-disciplinar nº 2015.0015, cuja sessão será realizada com as presenças do Coordenador Eduardo Carlos Cotrim (relator) e dos Conselheiros Ronaldo Costa e Sérgio Nogueira, alterando a disposição que havia sido estabelecida na Reunião Extraordinária nº 001/2016

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 005/2016 – 14/07/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por infração à regra do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, nos termos do art. 4º da Res. Nº 34 CAU/BR. Intimem-se o denunciante, para ciência e o denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 dias. A intimação deverá ser realizada por ofício, edital e e-mail, em razão da proximidade do prazo prescricional.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 011/2016 24/11/2016 Despacho feito pelo Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães: À Fiscalização, solicita-se vistoria local para identificarem que área do referido condomínio foram fotografados os trechos apresentados às folhas 245 e 246. 1

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães: O Conselheiro nos enviará o relatório e voto, cujo teor constará nesta súmula.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Despacho feito pelo Conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães: à Assessoria Jurídica, solicitou dar ciência deste encaminhamento às partes;

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 059/2017 – [...]Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 22 de setembro de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015-0015; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 22 de setembro de 2017, pela aplicação da penalidade de Advertência Pública mais multa de 7 (sete) anuidades à parte denunciada, prevista no artigo 19, inciso 1, da Lei nº 12.378/2010 e no artigo 62, inciso I c/c parágrafo único, inciso II da Resolução CAU/BR nº 143/2017, por infração às regras 3.2.9; 4.2.7; 5.2.1 O e 5.2.12 do Código de Ética e Disciplina. Com 13 votos favoráveis, 01 votos contrários e 00 abstenção. 12/12/2012.

6. Processo nº 2015.0399

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2015 30/07/2015 distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 005/2015- 13/08/2015 acolhido por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para que seja dada ciência ao autor que sua denúncia foi admitida pela Comissão de Ética e Disciplina e que o denunciado seja oficiado para que faça vistas ao processo e apresente sua defesa no prazo de 30 dias, sob pena de julgamento a revelia.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 Distribuído ao Conselheiro Sergio Oliveira Nogueira da Silva para relatoria.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2016 - 28/07/2016 Acolhido, por maioria, o voto do Conselheiro Relator, Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pela aplicação da penalidade de suspensão do exercício da profissão, ao denunciado, previsto nos art. 19, Inciso II, da Lei nº 13.278/2010 e no art. 5º, inciso II c/c art. 8º da Resolução nº 58 do CAU/BR, por infração aos itens 1.1.1, 1.1.2, 1.1.4, 1.2.1, 1.2.2, 1.2.3, 1.2.5, 2.2.1, 2.2.7, 3.1.1, 3.2.7, 3.2.10 e 5.2.1 do Código de Ética e Disciplina, pelo prazo de 365 dias. Com um voto contrário do Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa. Encaminhe-se à Plenária.

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 009/2016 – 13/09/2016 Relatório defende a Suspensão do Exercício Profissional do arquiteto por um ano, além de recomendação pqrrq que o arquiteto comprove a realização de curso de reciclagem profissional na área de cálculo estrutural e estudo do solo, dada à gravidade dos fatos constatados de imprudência, negligência, imperícia, negligência, imperícia e desconhecimento técnico para execução de estruturas em residências, além do prejuízo material do qual foi responsável. O profissional não

pagou a RRT relativo à obra e que já respondeu por outros processos pelos mesmos motivos citados acima. Finalizada a enorme discussão foi votado apenas a Suspensão com 10 votos a favor, 1 voto contrário e 2 votos de abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 054/2016 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 28 de julho de 2016, referente ao processo administrativo nº 2015-0399; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 28 de julho de 2016, pela aplicação da penalidade de suspensão do exercício da profissão, no prazo de um ano, ao denunciado. Com 10 votos favoráveis, 01 voto contrário e 02 abstenções. 13/09/2016

7. Processo nº 2015.0336

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 006/2015 – 27/08/2015 distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2015-24/09/2015 despacho do Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, solicitando nova intimação do profissional tanto por carta, e-mail, telefone, quanto por publicação no DOU, para que seja dada ciência deste voto e apresente sua defesa num prazo de 30 dias, após a qual estará sujeita a sanções previstas no Código de Ética do CAU/BR na condição de revel.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 006/2016 – 30/06/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Eduardo Cotrim Guimarães, pela aplicação da penalidade de advertência reservada à parte denunciada, acrescida de multa na quantia equivalente a quatro anuidades, prevista no Art. 19, Inciso I, da Lei nº 12.378/2010 e no Art. 5º, Incisos I e IV da Resolução CAU/BR nº 58, por infração aos itens 3.2.1 e 3.2.7 do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR. Encaminhe-se à Plenária;

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 001/2016 – 12/07/2016 Relatados erros imperícia e negligência, quanto ao sistema de gás e ao sistema elétrico foram apontados no processo. Houve a discussão sobre a atual formação acadêmica que prioriza a decoração em detrimento da Arquitetura e Paisagismo e a questão da atuação de pedreiros e empreiteiros que, na maioria dos casos, são responsáveis técnicos pelas obras, o que prejudica projetos sérios voltados para a sociedade geral, foi pedido vistas do processo.

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 008/2016 – 09/08/2016 Pedido de vista na plenária anterior. O referido conselheiro do processo relativo ao não pagamento de RRT e ao não cumprimento do contrato da obra, cujas penalidades aplicadas foram de Advertência Reservada e Multa que, em sua análise, merecem ser mantidas em conformidade com o parecer da Comissão. Antes da votação propriamente dita, o Conselheiro Armando Leitão Mendes levantou a questão sobre a análise curricular das funções de um profissional, que deve preceder aos pareceres éticos e de exercício profissional, pois em seu entendimento, o CAU/RJ estaria aceitando o exercício ilegal da profissão, tema que deve ser discutido e observado pelas referidas Comissões. Foi aprovada com 13 votos a favor.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 049/2016 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 30 de junho de 2016, na fl. 194 do processo administrativo nº 2015- 0336; Considerando o Relatório de Voto referente ao Pedido de Vista do Conselheiro Antônio Augusto Veríssimo (fls. 195/196), pela manutenção das penalidades aplicadas pela Comissão de Ética e Disciplina às fls. 194. DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 30 de junho de 2016 (fl. 194), pela aplicação da penalidade de advertência reservada ao denunciado, acrescida de multa na quantia equivalente a 4 anuidades prevista no art. 19, inciso I da lei 12.378/2010 e no art. 5º incisos I e IV da Resolução CAU/BR nº 58, por infração aos itens 3.2.1 e 3.2.7 do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR. Com 13 votos favoráveis, 00 votos contrários e 00 abstenções. 16/08/2016

8. Processo nº 2015.0421

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 006/2015 – 27/08/2015 distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2016 – 15/02/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, convocar o denunciado para oitiva e esclarecimento da questão, devendo a data, o horário e os participantes serem designados na próxima reunião da CED.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2016 – 10/03/2016 Ficou designado o dia 23 de junho de 2016, às 15 horas, na Sede do CAU/RJ, para a realização da Oitiva do processo administrativo ético-disciplinar 2015.0421, cuja sessão será realizada com as presenças do Coordenador Eduardo Carlos Cotrim (relator) e dos Conselheiros Almir Fernandes e Grasiela Mancini.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 008/2016 - 10/11/2016 Despacho feito pelo Conselheiro Relator Eduardo Carlos Cotrim Guimarães: Intime-se a denunciante, por edital, para que apresente suas alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 012/2016 - 19/12/2016 Despacho feito pelo Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães: Solicito intimar a denunciante por oficial de justiça, no sentido de apresentar suas considerações finais, ainda que pela desistência da denúncia, tendo em vista sua ausência na audiência havida em 23 de junho de 2016 e o relato às fls 129 que informa terem retornado as notificações postais via "AR" com assinatura de prováveis familiares. Embora a denúncia que inicia o presente processo tenha sido já de facto admitida em 01 de setembro de 2015, registro a admissibilidade para fins administrativos.

9. Processo nº 2015.0020

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 006/2015 – 27/08/2015 distribuído ao Conselheiro Armando Leitão Mendes, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2015-24/09/2015 despacho do Conselheiro Armando Leitão Mendes, ao Coordenador da CED, em face da admissibilidade do processo, que seja citado o denunciado para apresentar a sua defesa com o prazo de 30 dias, a contar da juntada do AR aos autos.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2016 – 15/02/2016 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo José da Costa para relatoria.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 006/2016 – 30/06/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Ronaldo José da Costa, pela aplicação da penalidade de advertência pública à parte denunciada, prevista no artigo 19, inciso I da Lei nº 12.378/2010 e no Artigo 5º, inciso I c/c §2º, inciso II da Resolução CAU/BR nº 58/2013, por infração aos itens 3.1.1 e 3.2.11 do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR. A aplicação da penalidade deverá ocorrer através de divulgação no site do CAU/RJ, pelo período de 180 (cento e oitenta dias). Encaminhe-se à Plenária;

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 001/2016 – 12/07/2016 Aprovada a decisão da CED. 14 a favor e 3 votos abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 044/2016 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Ronaldo José da Costa, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 30 de junho de 2016, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015-0020; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 30 de junho 2016, pela aplicação da penalidade de advertência pública, prevista no art. 19, inciso I da Lei 12.378/2010 e no art. 5º, inciso I c/c § 2º, inciso II da Resolução CAU/BR nº 58, por infração aos itens 3.1.1 e 3.2.11 do Código de Ética e Disciplina. A aplicação da penalidade ocorrerá através de divulgação no sítio eletrônico do CAU/RJ, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias. Com 14 votos favoráveis, 00 votos contrários e 03 abstenções.

10. Processo nº 2015.0272

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 006/2015 – 27/08/2015 distribuído ao Conselheiro Armando Leitão Mendes, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2015-24/09/2015 despacho do Conselheiro Armando Leitão Mendes ao Coordenador da CED, em face de admissibilidade do processo, que seja citado o denunciado para apresentar a sua defesa com o prazo de 30 dias, a contar da juntada do AR aos autos.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 Distribuído ao Conselheiro Sergio Oliveira Nogueira da Silva para relatoria.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2016 – 28/07/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pela aplicação da penalidade de advertência reservada à parte denunciada, prevista no artigo 19, inciso I da Lei nº 13.278/2010 e no artigo 5º, inciso I c/c §2º, inciso I da Resolução nº 58/2012 do CAU/BR, por infração aos itens 1.2.4, 3.2.4, 3.2.5, 3.2.13 e 5.2.14 do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR. Encaminhe-se à Plenária;

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 009/2016 – 13/09/2016 No relatório da leitura do processo, cujo voto foi pela Advertência Reservada ao profissional, em face às denúncias de má execução da obra, abandono e recebimento de honorários sem realização dos serviços por parte do profissional. Houve 2 votos a favor, 4 votos contrários e 7 votos de abstenção. Paulo Saad faz a sua declaração de voto, afirmando ser necessária uma orientação específica para casos como o que foi relatado para melhor julgamento dos processos. Grasiela Pereira afirmou também ter votado contra o referido relato, pois em seu entendimento, o profissional não deveria ter sido autuado pelas questões apresentadas. Aproveitou para sugerir que havendo divergência entre o proprietário e o

profissional, que as mesmas sejam declaradas na RRT, respaldando, assim, o profissional de possíveis ações junto ao Conselho. Armando Ivo declara que o seu voto de abstenção foi porque em sua opinião, há dúvidas sobre quem finalizou a execução da obra e outras informações relevantes para a sua análise.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 055/2016 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Sérgio Nogueira, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 28 de julho de 2016, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015- 0272; DELIBEROU: Não aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 28 de julho de 2016. Com 02 votos favoráveis, 04 votos contrários e 07 abstenções, pelo arquivamento do feito. 05/10/2016

11. Processo nº 2015.5.01142

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 006/2015 – 10/09/2015 distribuído ao Conselheiro Armando Leitão Mendes, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2015-24/09/2015 despacho do Conselheiro Armando Leitão Mendes, solicitar a profissional o seu pronunciamento quanto à denúncia, no prazo de 30 dias e que atende ao conteúdo deste processo, para que além de justificar o seu Certificado de Medicina Ôhmica, também faça quanto a sua qualificação profissional para desempenho como responsável técnica da XXXX.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 Distribuído ao Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2016 – 16/05/2016 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2016 – 23/05/16 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Ronaldo Foster Vidal, pelo não acolhimento da preliminar aduzida pela Denunciada. Prossiga-se com a instrução dos autos, conforme Relatório e Voto de fls. 72/74.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2017 - 25/05/2017. Acolhido por unanimidade o voto do Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, pela procedência da denúncia realizada nos autos, com aplicação da penalidade de advertência reservada à parte denunciada, prevista no artigo 19, inciso I da Lei nº 12.378/2010 e no artigo 5º, inciso I c/c §2º, inciso I da Resolução CAU/BR nº 58/2013, por infração às regras 3.2.8, 3.2.9 e 5.2.12 do Código de Ética e Disciplina. Encaminhe-se a Plenária.

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 008/2017 – 08/08/2017 Advertência reservada. Houve erro na medição ôhmica de um aterramento de pára raios de um condomínio. Concluído o relato, informaram que a profissional denunciada não poderia ser responsável técnica pelo trabalho contratado uma vez que a Resolução do CAU/BR prevê que este tipo de serviço não pode ser realizado por arquiteto. Diante desta afirmativa, consensuou-se pela suspensão da votação, até o final da sessão, para que se confirme tal declaração. Após a análise da Resolução do CAU/BR, decidiram pela manutenção do seu voto, uma vez que, nos laudos de exigências emitidos pelo Corpo de Bombeiros, há exigência também de pára raios, conforme Código de Incêndio e Pânico do Estado do RJ. Aprovada a manutenção da sentença com 10 votos a favor, 1 voto contrário e 3 de abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 0036/2017 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 25 de maio de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015-5- 01142. DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 29 de junho de 2017, pela aplicação da penalidade de Advertência Reservada à parte denunciada, prevista no artigo 19, inciso 1, da Lei nº 12.378/2010 e no artigo 5º, inciso I c/c §2º, inciso I da Resolução CAU/BR nº 58/2013, por infração às regras 3.2.8, 3.2.9 e 5.2.12 do Código de Ética e Disciplina. Com 10 votos favoráveis, 01 voto contrário e 03 abstenções. 08/08/2017.

12. Processo nº 2015.0351

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2015 - 24/09/2015 distribuído ao Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, para a relatoria.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 007/2015 – 08/10/2015 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, pela admissibilidade da denúncia apresentada nos autos, nos termos do art. 4º da Res. CAU/BR 34. Intimem-se as denunciantes, para que constem as assinaturas de ambas no pedido inicial. Intime-se o denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 dias.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2015 – 21/12/15 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Ronaldo Foster Vidal, pela oitiva das partes. Determinado que as denunciantes sejam informadas das alegações e documentos apresentados pelo denunciado e, se quiserem, apresentem novas alegações a respeito.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2016 – 15/02/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Ronaldo Foster Vidal, convocar o denunciado para oitiva e esclarecimento da questão, devendo a data, o horário e os participantes serem designados na próxima reunião da CED

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2016 – 10/03/2016 Ficou designado o dia 12 de maio de 2016, às 15 horas, na Sede do CAU/RJ, para a realização da Oitiva do processo administrativo ético-disciplinar nº 2015.0351, cuja sessão será realizada com as presenças do Coordenador Eduardo Carlos Cotrim e dos Conselheiros Ronaldo Foster (relator) e Jorge Ricardo Santos de Lima Costa.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2016 – 03/06/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Ronaldo Foster Vidal, pela aplicação da penalidade de advertência pública à parte denunciada, prevista no artigo 19, inciso I da Lei nº 12.378/2010 e no artigo 5º, inciso I c/c parágrafo 2º, inciso II da Resolução CAU/BR nº 58/2013, por infração aos itens 3.2.9 e 6.2.1 do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR. A aplicação da penalidade deverá ocorrer através de divulgação no quadro de avisos e no sítio eletrônico do CAU/RJ, pelo prazo de 6 (seis) meses. Encaminhe-se à Plenária;

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 006/2016 – 14/06/2016 A seguir, o Conselheiro prosseguiu para o último Processo a ser analisado de n. 2015-0351, que foi aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 042/2016 _Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 03 de junho de 2016, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015- 0351; DELIBEROU Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 03 de junho de 2016, pela aplicação da penalidade de advertência pública, prevista no art. 19, inciso I da Lei 12.378/2010 e no art. 5º, inciso I c/c § 2º, inciso II da Resolução CAU/BR nº 58, por infração aos itens 3.2.9 e 6.2.1 do Código de Ética e Disciplina. A aplicação da penalidade ocorrerá através de divulgação no quadro de avisos e no sítio eletrônico do CAU/RJ, pelo prazo de 06 (seis) meses. Com 15 votos favoráveis, 00 votos contrários e 00 abstenções.

13. Processo nº 2015.0376

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2015 - 24/09/2015 distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para a relatoria.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 007/2015 – 08/10/2015 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator pela admissibilidade da denúncia apresentada nos autos, nos termos do artigo 4º da Res. CAU/BR 34. Intimem-se o denunciante, para ciência, e o denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 dias, sob pena de revelia

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2016 – 15/02/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, pela extinção da denúncia apresentada nos autos, sem exame de mérito.

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 003/2016 – 08/03/2016 Arquivamento em bloco.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 015/2016 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 15 de fevereiro de 2016, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015-0376; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 15 de fevereiro de 2016, pelo arquivamento da denúncia em razão da desistência apresentada pelo denunciante. Com 18 votos favoráveis, 01 voto contrário e 01 abstenção.

14. Processo nº 2015.0422

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 007/2015 – 08/10/2015 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo Foster os seguintes processos, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 009/2015 – 30/11/2015 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Ronaldo Foster Vidal, pela admissibilidade da denúncia apresentada nos autos, por infração aos itens 3, 3.1.1 e 3.1. Encaminhe-se os autos à Fiscalização para que anexe o rol de RRT's emitidos pelo denunciado nos autos. Após, o denunciado deverá ser intimado, por AR, para apresentar defesa no prazo de 30 dias. Feito isso, encaminhe-se a intimação também por e-mail. 18/04/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Ronaldo Foster Vidal, pela extinção da denúncia por falta de objeto a ser apreciado. Encaminhe-se à Plenária;

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Ronaldo Foster Vidal, pela extinção da denúncia por falta de objeto a ser apreciado. Encaminhe-se à Plenária.

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 005/2016 – 10/05/2016 Arquivamento em bloco.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 036/2016 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Ronaldo Poster Vidal, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 18 de abril de 2016, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015-0422; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 18 de abril de 2016, pela extinção da denúncia por falta de objeto a ser apreciado. Com 18 votos favoráveis, 00 votos contrários e 00 abstenções.

15. Processo nº 2015.0337

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 008/2015 – 26/10/2015 Distribuído ao Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 009/2015 – 30/11/2015 acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Jorge Ricardo Santos de Lima Costa, pela admissibilidade da denúncia apresentada nos autos. Intime-se o denunciante, para ciência, e o denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 dias.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 Acolhido, por unanimidade, o despacho do Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa, convocar o denunciado para oitiva e esclarecimento da questão, devendo a data, o horário e os participantes serem designados na próxima reunião da CED.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2016 – 28/04/2016 Ficou designado o dia 23 de junho de 2016, às 13 horas, na Sede do CAU/RJ, para a realização da Oitiva do processo administrativo ético-disciplinar nº 2015.0337, cuja sessão será realizada com as presenças do Coordenador Eduardo Carlos Cotrim e dos Conselheiros Jorge Ricardo Santos de Lima Costa (relator) e Ronaldo Costa.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 008/2016 - 10/11/2016 Solicitado pelo Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa Jorge o agendamento para a realização de oitiva entre as partes envolvidas a fim de melhor consubstanciar a análise do processo, para efeito de sua conclusão. Ficou designado o dia 21.12.16 às 15 horas, para a realização de Oitiva, referente ao processo nº 2015-0337. Conselheiros participantes: Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, Jorge Ricardo Santos de Lima Costa (Relator) e Ronaldo José da Costa.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 003/2017-30/03/2017 Acolhido por unanimidade o voto do Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa, pela improcedência da denúncia e arquivamento do processo. Encaminha-se à plenária.

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 005/ 2017 – 09/05/2017 Improcedência e arquivamento da denúncia. Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 021/2017 - Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 30 de março de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015-0337. DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 30 de março de 2017, pela improcedência e arquivamento da denúncia. Com 17 votos favoráveis, 00 votos contrários e 00 abstenções.

16. Processo nº 2015.0255

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 008/2015 – 26/10/2015 Distribuído ao Conselheiro Almir Fernandes o processo para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 009/2015 – 30/11/2015 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Almir Fernandes, pelo encaminhamento dos autos à Gerência de Fiscalização para melhor instruir os autos, conforme relatório de fl.78. Em seguida, à Comissão de Exercício Profissional.

17. Processo nº 2015.0395

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 008/2015 – 12/11/2015 Distribuído para o Conselheiro Armando Leitão Mendes;

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2015 – 21/12/15 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, do pedido de vista, pela não admissibilidade da denúncia, em razão da prescrição em janeiro de 2015.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 009/2015 – 30/11/2015

18. Processo nº 2015.4.0575

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 009/2015 – 30/11/2015 Distribuídos para o Conselheiro Ronaldo Foster Vidal para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2015 – 21/12/15 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Ronaldo Foster SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO Vidal, pela admissibilidade da denúncia apresentada em razão da suposta infração aos itens 3.1.1, 3.1.2 e 3.2.9 do Código de Ética. Intime-se o denunciante para ciência e para esclarecer quem assinou como

contratante o ART IN 00423667, bem como anexar o contrato entre o condomínio do Edifício Felix e o Empreiteiro Josenildo Jorge da Silva ou outra prova documental que comprove ter sido ele o verdadeiro executor da obra. Intime-se a denunciada, para que apresente defesa no prazo de 30 dias, devendo esclarecer se executou, ou não, o serviço em tela e, também, por qual razão indicou o citado valor de honorários na ART. Esta intimação deverá ocorrer por AR, e-mail e Edital.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo Foster Vidal para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2016 - 27/10/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, pela improcedência da denúncia realizada nos autos, em razão da ausência de infração ética. Encaminhe-se à Plenária

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 010/2016 – 11/10/2016 Votação em bloco. 16 a favor e 2 abstenções.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 067/2016 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 27 de outubro de 2016, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015-4-0575, nos seguintes termos: "Acolhido por unanimidade o voto do Conselheiro Relator, pela improcedência da denúncia realizada nos autos, em razão da ausência de infração ética. DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 27 de outubro de 2016. Com 16 votos favoráveis, 00 votos contrários e 02 abstenções. 08/11/2016

2016

19. Processo nº 2015.5.08472

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CED – COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA No. 001/2016 - 28/01/2016 Distribuído o processo a ser relatado pelo Conselheiro Ronaldo Foster Vidal. Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Ronaldo Foster Vidal, pela extinção da denúncia apresentada nos autos, sem exame de mérito. Encaminhe-se à Plenária.

20. Processo nº 2015.0232

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CED – COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA No. 001/2016 - 28/01/2016 Distribuído o processo a ser relatado pelo Conselheiro Ronaldo Foster Vidal.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2016 – 15/02/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Ronaldo Foster Vidal, pelo arquivamento da denúncia apresentada nos autos, não ocorrendo, por conseguinte, a sua admissibilidade.

ARQUIVADA. Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Ronaldo Foster Vidal, pelo arquivamento da denúncia apresentada nos autos, não ocorrendo, por conseguinte, a sua admissibilidade.

21. Processo nº 2014-0629

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2016 – 15/02/2016 Distribuído ao Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva para relatoria.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pela manutenção da autuação em relação ao exercício ilegal da profissão. Em relação à Empresa, à CEP para as providências cabíveis.

22. Processo nº 2015.0412

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2016 – 15/02/2016 Distribuído ao Conselheiro Almir Fernandes para relatoria.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 O Conselheiro Almir Fernandes sugeriu a conversão em diligência solicitando esclarecimentos à Gerência de Fiscalização.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2016 – 03/06/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Almir Fernandes, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração ao item 5.2 do Código de Ética do CAU/BR, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Foi solicitado convocar o denunciado, o denunciante e o Sr. Síndico do Edifício Philippe I para Oitiva e esclarecimentos da questão. Ficou designada esta oitiva para o dia 08.09.16, às 15:00 horas, na Sede do CAU/RJ, cuja sessão será realizada com as presenças do Coordenador Eduardo Cotrim Guimarães e dos Conselheiros Almir Fernandes (Relator) e Jorge Ricardo Santos de Lima Costa;

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 005/2016 – 14/07/2016 Agendamento Oitiva – Ficou designado o dia 08.09.16 às 15 horas, para a realização de Oitiva, referente ao processo nº 2015.0412. Conselheiros participantes: Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, Almir Fernandes (Relator) e Ronaldo José da Costa;

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 006/2016 - 14/09/2016 Homologa-se o acordo realizado entre as partes no dia 08 de setembro de 2016.

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 010/2016 – 11/10/2016 Após a leitura do processo foi aberta a discussão, com ênfase para o fato do processo já ter sido pacificado entre as partes, sendo necessária a homologação em Plenária. 16 votos a favor, 1 voto contrário e 2 votos de abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 062/2016 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Eduardo Cotrim, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 14 de setembro de 2016, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015- 0412; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 14 de setembro de 2016. Com 16 votos favoráveis, 01 votos contrários e 02 abstenções. 11/10/2016

23. Processo nº 2015.0335

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2016 – 10/03/2016 Distribuído a Conselheira Grasiela Mancini para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 006/2016 - 14/09/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto da Conselheira Grasiela Mancini França Pereira, pela não admissibilidade da denúncia formulada nos autos, diante da prescrição dos fatos alegados pela denunciante;

24. Processo nº 2015.0505

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2016 – 10/03/2016 Distribuídos ao Conselheiro Almir Fernandes os seguintes processos

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2016 – 28/04/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Almir Fernandes, pelo encaminhamento do processo à Gerência de Fiscalização para esclarecimento, para a partir disso admitir ou não a denúncia.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 012/2016 - 19/12/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Almir Fernandes, pela não admissibilidade da denúncia realizada nos autos, em razão de não haver infração ética, além de o profissional dispor de RRT'S referentes ao projeto arquitetônico, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR. Arquiva-se.

25. Processo nº 2014.0406

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2016 – 10/03/2016 Distribuído a Conselheira Grasiela Mancini para relatoria.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 006/2016 - 14/09/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto da Conselheira Grasiela Mancini França Pereira, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração, à regra SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO constante aos itens 3.1.1, 3.1.2, 3.2.2, 3.2.3 e 3.2.5 do Código de Ética e Disciplina, nos termos do art. 4º da Resolução nº 34 do CAU/BR. Intimem-se à denunciante para ciência, e ao denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 (trinta) dias;

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2017 - 06/02/2017 Distribuídos ao Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Sérgio Nogueira pelo arquivamento da denúncia realizada por não haver interesse público para a continuidade do processo. Encaminhe-se à Plenária

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 004/2017 – 11/04/2017 Arquivamento da denúncia. Aprovado com 16 votos a favor e 1 voto de abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 011/2017—[...] Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Sergio Nogueira, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 10 de março de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2014-0406. DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 10 de março de 2017, pelo arquivamento da denúncia por ausência interesse público. Com 16 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção. 11/04/2017.

26. Processo nº 2015.4.0706

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2016 – 10/03/2016 Distribuídos ao Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva para relatoria.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pela inadmissibilidade e arquivamento do processo. Encaminhe-se à Plenária.

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 005/2016 – 10/05/2016 Não admissibilidade da denúncia. 17 a favor e 1 abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 037/2016 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 18 de abril de 2016, referente ao processo administrativo nº 2015-4-0706; DELIBEROU Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 18 de abril de 2016, pela aplicação da penalidade de advertência reservada ao denunciado. Com 11 votos favoráveis, 03 votos contrários e 04 abstenções.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 038/2016 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 18 de abril de 2016, referente ao processo administrativo nº 2015-4-0706; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 18 de abril de 2016, pela inadmissibilidade da denúncia e arquivamento do processo. Com 17 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção.

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 008/2016 – 09/08/2016 Ato do Presidente. Suspensão das deliberações plenárias por erro material do processo. Documentos apensados a convocação. O Presidente esclareceu que o referido Ato é previsto no regimento interno do CAU/RJ e qualquer deliberação Plenária poderá ser suspensa pelo Presidente, cuja justificativa deverá ser homologada em Plenária. Informou que, equivocadamente, o processo veio para a Plenária sem que as partes tivessem sido notificadas na decisão da CED, pela inadmissibilidade da denúncia e do prazo de recurso, suprimindo, dessa forma, uma instância recursal. Complementou informando que o processo deverá retornar à Comissão de Ética e Disciplina para que seja dado o seu correto andamento.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 052/2016 Considerando a análise jurídica realizada nos autos do processo administrativo nº 2015-4-0706, que opinou pela suspensão da Deliberação Plenária nº 038/2016, com posterior anulação do referido ato e retorno do processo administrativo à CED para prosseguimento, nos termos dos artigos 4º e seguintes da Resolução CAU/BR nº 34; Considerando o disposto no artigo 35 do Regimento Interno do CAU/RJ, que confere ao Presidente do Conselho a competência para "suspender deliberação plenária, referente a ato administrativo, por meio de justificativa fundamentada, por motivo de ilegalidade de seu conteúdo"; Considerando o Ato da Presidência nº 005/2016, de 08 de julho de 2016, que suspendeu os efeitos da Deliberação Plenária nº 038/2016; Considerando o disposto no §1º do artigo 35 do Regimento Interno do CAU/RJ, que confere ao Plenário do CAU/RJ a competência para apreciar a justificativa fundamentada do Presidente; DELIBEROU: Acolher a justificativa fundamentada apresentada no Ato da Presidência nº 005/2016 e anular a Deliberação Plenária nº 038/2016, devendo o processo administrativo nº 2015-4-0706 retornar à Comissão de Ética e Disciplina - CED para prosseguimento, nos termos dos artigos 4º e seguintes da Resolução CAU/BR nº 34. Com 19 votos favoráveis, 00 votos contrários e 00 abstenções.

27. Processo nº 2015.4.0573

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2016 – 10/03/2016 Distribuídos ao Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva para relatoria.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pela advertência reservada. Encaminhe-se à Plenária.

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 005/2016 – 10/05/2016 Longa discussão com aprovação da decisão da relatoria de 11 votos a favor, 3 contrário e 4 abstenções.

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 008/2016 – 09/08/2016 Ato do Presidente. Suspensão das deliberações plenárias por erro material do processo. Documentos apensados a convocação. O Presidente esclareceu que o referido Ato é previsto no regimento interno do CAU/RJ e qualquer deliberação Plenária poderá ser suspensa pelo Presidente, cuja justificativa deverá ser homologada em Plenária. Em seguida, esclareceu que a suspensão da decisão do processo ocorreu porque o denunciado não havia sido regularmente notificado para a apresentação de sua defesa.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 051/2016 Considerando a análise jurídica realizada nos autos do processo administrativo nº 2015-4-0573, que opinou pela suspensão da Deliberação Plenária nº 037/2016, com posterior anulação do referido ato e retorno do processo administrativo à CED para prosseguimento, nos termos dos artigos 4º e seguintes da Resolução CAU/BR nº 34; Considerando o disposto no artigo 35 do Regimento Interno do CAU/RJ, que confere ao Presidente do Conselho a competência para "suspender deliberação plenária, referente a

ato administrativo, por meio de justificativa fundamentada, por motivo de ilegalidade de seu conteúdo"; Considerando o Ato da Presidência nº 004/2016, de 08 de julho de 2016, que suspendeu os efeitos da Deliberação Plenária nº 037/2016; Considerando o disposto no §1º do artigo 35 do Regimento Interno do CAU/RJ, que confere ao Plenário do CAU/RJ a competência para apreciar a justificativa fundamentada do Presidente; DELIBEROU: Acolher a justificativa fundamentada apresentada no Ato da Presidência nº 004/2016 e anular a Deliberação Plenária nº 037/2016, devendo o processo administrativo nº 2015-4-0573 retornar à Comissão de Ética e Disciplina - CED para prosseguimento, nos termos dos artigos 4º e seguintes da Resolução CAU/BR nº 34. Com 19 votos favoráveis, 00 votos contrários e 00 abstenções. 25/08/2016

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2016 - 27/10/2016 Distribuído Conselheiro Ronaldo Foster Vidal

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração aos itens 3.1.1, 3.1.2, 3.2.8 e 3.2.11 nos termos o artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Intimem-se o Denunciante, para ciência, e a denunciada, para que apresente defesa no prazo de 30 dias;

ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 009/2017 - 04/09/2017 o Conselheiro Manoel Vieira Gomes Júnior ofereceu-se para fazer a leitura do relatório do citado processo, cujo voto é pela Improcedência da Denúncia, já que foi constatada apenas uma desavença comercial, sem maiores implicações no Código de Ética e Disciplina do CAU/RJ. Após leitura, deu-se início ao debate, em que houve algumas ponderações com destaque para a falta de documentação por parte da área de fiscalização para esclarecer o fato ocorrido. Diante do exposto, o Presidente informou que não há nenhuma previsão legal para que o CAU/RJ faça revisão das obras na cidade do RJ e que a área de fiscalização poderá ser acionada para apurar possíveis problemas nas obras, isenta do papel de perito, caso a Comissão de Ética e Disciplina assim julgar necessário. Finalizada a discussão, procedeu-se à votação, que teve o seguinte resultado: 12 votos a favor dos Conselheiros: Angela Botelho, Antônio Augusto Veríssimo, Armando Leitão Mendes, Augusto Cesar Farias Alves, Celso Hugo Girafa, Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, Grasiela Mancini França Pereira, José Canosa Miguez, Júlio Cláudio da Gama Bentes, Lucas Teixeira Franco, Paulo Oscar Saad e Sérgio Oliveira Nogueira da Silva; 01 voto contra do Conselheiro: Manoel Vieira Gomes Junior e 01 voto de abstenção do Conselheiro: Leonardo Marques de Mesentier . ora proposto para 166 manter a multa aplicada.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 040/2017 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 16 de agosto de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015- 4-0573. DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 16 de agosto de 2017, pela improcedência da denúncia. Com 12 votos favoráveis, 01 voto contrário e 01 abstenção. 12/09/2017.

28. Processo nº 2014.0315

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 Distribuído ao Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa, para relatoria. Encaminhamento feito pelo Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa: Solicito que sejam feitas diligências com o objetivo de se obter as informações sobre a autoria e o respectivo RRT já solicitados através de ofício por parte deste Conselho;

29. Processo nº 2015-0130

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 Distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para relatoria.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2016 – 23/05/16 Agendamento Reunião para Tentativa de Conciliação das Partes – Ficou designado o dia 03.08.16, para a realização das Reuniões de Conciliação das Partes, referentes aos seguintes processos: às 15 horas processo nº 2014.0619; às 15:30 horas o Processo nº 2015.0130 e às 16 horas, o Processo nº 2015.0265

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 008/2016 – 25/08/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração, à regra constante do item 1.2.1 do Código de Ética e Disciplina, nos termos do art. 4º da Resolução nº 34 do CAU/BR. Intimem-se a denunciante para ciência, e ao denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 (trinta) dias.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 012/2016 - 19/12/2016 Despacho feito pelo Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, Tendo em vista o interesse desta CED/CAU-RJ em garantir o mais amplo direito de defesa, evitando-se assim o tratamento de revel aos profissionais envolvidos, solicito comunicar as partes para realização de audiência tão logo se defina a agenda.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 001/2017 - 26/01/2017 Agendamento Oitiva – Ficou designado o dia 15.03.17 às 14 horas, para a realização de Oitiva, referente ao Processo nº 2015-0130. Conselheiros participantes Eduardo Cotrim Guimarães, (Relator) e José Mauro Carrilho Guimarães (Conselheiro Convocado).

ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 009/2017 - 04/09/2017 Relator: Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães. O Conselheiro procedeu à leitura do processo, cujo voto é pela Advertência Reservada, uma vez que o profissional não teve recursos materiais e cuidados apropriados para compensar as eventuais dificuldades operacionais para a execução da obra. Após o relato, abriu-se debate acerca da matéria, com ênfase para a importância de uma melhor orientação aos profissionais quanto ao Código de Ética, no intuito de mitigar ao máximo os possíveis transtornos à sociedade em geral. Encerrados os comentários, o Conselheiro Antônio Augusto Veríssimo solicitou vista do processo, o que foi acatado.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 045/2017 – [...]Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Eduardo Cotrim, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 16 de agosto de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015-0130; Considerando o voto de vista solicitada pelo Conselheiro Augusto Veríssimo, na forma do que dispõe o art. 31, V c/c 36,1 do Regimento Interno do CAU/RJ; DELIBEROU: Rejeitar o relatório da Comissão de Ética e Disciplina, por 12 votos favoráveis, 01 abstenção e 00 contrários e aprovar o relatório e voto de vista, pela improcedência da denúncia, por 13 votos favoráveis, 00 de abstenção e 00 contrários. 14/11/2017.

30. Processo nº 2015.0265

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 Distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para relatoria.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2016 – 23/05/16 Agendamento Reunião para Tentativa de Conciliação das Partes – Ficou designado o dia 03.08.16, para a realização das Reuniões de Conciliação das Partes, referentes aos seguintes processos: às 15 horas processo nº 2014.0619; às 15:30 horas o Processo nº 2015.0130 e às 16 horas, o Processo nº 2015.0265

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 008/2016 – 25/08/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, pela inadmissibilidade da denúncia formulada nos autos, em razão da realização de acordo entre as partes e por não haver interesse público que exija o prosseguimento do processo

31. Processo nº 2014.0619

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 Distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2016 – 23/05/16 Agendamento Reunião para Tentativa de Conciliação das Partes – Ficou designado o dia 03.08.16, para a realização das Reuniões de Conciliação das Partes, referentes aos seguintes processos: às 15 horas processo nº 2014.0619; às 15:30 horas o Processo nº 2015.0130 e às 16 horas, o Processo nº 2015.0265

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2016 - 27/10/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, pela admissibilidade da denúncia. Solicita-se comunicar o denunciado para fazer vista ao processo e, em face da Resolução 52 do CAU-BR em seus itens 3.2.2, 3.2.4, 3.2.5, 3.2.6, encaminhar sua defesa, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 003/2017-30/03/2017 Despacho feito pelo Conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães: Tendo em vista a não manifestação do denunciado quanto à apresentação de suas considerações, mas com o propósito de garantir seu amplo direito de defesa, solicito convocar as partes para audiência em data a ser agendada na próxima reunião da CED-RJ.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 056/2017 - Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 13 de novembro de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2014-0619; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 13 de novembro de 2017, pela aplicação da penalidade de Advertência Pública à parte denunciada, prevista no artigo 19, inciso 1, da Lei nº 12.378/2010 e no artigo 62, inciso I c/c parágrafo único, inciso II da Resolução CAU/BR nº 143/2017, por infração às regras 1.2.1; 3.2.4 e 3.2.6 do Código de Ética e Disciplina. Com 1 O votos favoráveis, 03 votos contrários e 02 abstenções. 12/12/2017

32. Processo nº 2015-0378

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 Distribuído ao Conselheiro Almir Fernandes para relatoria.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2016 – 03/06/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Almir Fernandes, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração ao inciso X, art.18 da Lei 12.378 e 3.2 do Código de Ética do CAU/BR, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Intimem-se o denunciante, para ciência, e o denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 dias. Comunique-se, também, atual Súdica Sra. Betânia Cristina de Souza Ramos;

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 009/16 – 29/09/2016 Distribuído Conselheiro Ronaldo Foster Vidal

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 011/2016 – 24/11/2016 Despacho feito pelo Conselheiro Ronaldo Foster Vidal: Relatório e voto pela admissibilidade às fls. 123/125. Instado a apresentar a sua defesa, o Denunciado requereu Audiência prévia para expor os fatos pessoalmente conforme se lê às fls.116 e 228. Em face do pedido, este Relator defere a realização de Audiência Prévia com a presença tanto do Denunciado como da(s) Denunciante(s). Pede-se o agendamento em data próxima, avisadas as partes com a antecedência necessária;

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 001/2017 - 26/01/2017 Agendamento Oitiva – Ficou designado o dia 15.03.17 às 15:30 horas, para a realização de Oitiva, referente ao Processo nº 2015-0378. Conselheiros participantes: Eduardo Cotrim Guimarães, (Coordenador) e Ronaldo Foster (Relator);

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2017 - 25/05/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Ronaldo Foster Vidal: solicitado um agendamento de oitava apenas com a presença da Denunciante: Em face da necessidade de manifestação da Denunciante, determino que seja marcada a Oitiva com a Sra. Aline Fulgêncio, em data a ser agendada, com a presença do denunciado Arq. Ur. Marcelo Vieira, sendo que este não poderá convocar mais testemunhas.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 060/2017 – [...]Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Ronaldo Foster Viciat, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 30 de novembro de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015-0378; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 30 de novembro de 2017, pela aplicação da penalidade de Suspensão de 60 dias mais multa de 2 (duas) anuidades à parte denunciada, prevista no artigo 19, inciso II, da Lei nº 12.378/2010 e no artigo 62, inciso II da Resolução CAU/BR nº 143/2017, por infração às regras 3.1.2., 3.2.3., 3.2.5, 3.2.6, 3.2.8, 3.2.11 e 3.2.14 do Código de Ética e Disciplina. Com 14 votos favoráveis, 01 voto contrário e 00 abstenção. 12/12/2017

33. Processo nº 2016.4.0171

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2016 – 18/04/2016 Distribuído ao Conselheiro Almir Fernandes para relatoria.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2016 – 23/05/16 Distribuídos ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 006/2016 – 30/06/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Eduardo Cotrim Guimarães, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração aos itens 1.1.5; 5.1.1; 5.1.2; 5.2.6 e 6.1.1 do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, nos termos do Art. 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Intimem-se o denunciante, para ciência, e o denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 dias;

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 008/2016 - 10/11/2016 Despacho feito pelo Conselheiro Relator Eduardo Carlos Cotrim Guimarães: Tendo em vista os vários dispositivos legais apresentados na peça de defesa endereçada ao Presidente do CAU/BR, bem como alegações de matéria de direito, solicito análise pela Assessoria Jurídica.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2017 - 06/02/2017 Despacho feito pelo Conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães: as partes serão intimadas para audiência a ser agendada na reunião extraordinária de 06/02/2017

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2017 - 20/02/2017 Agendamento Oitiva – Ficou designado o dia 07.04.17 (sexta-feira): às 14 horas, referente ao Processo nº 2014.0649. Conselheiros participantes: Eduardo Cotrim (Relator) e Jorge Costa; às 15:30 horas, referente ao Processo nº 2016.4.0171. Conselheiros participantes: Eduardo Cotrim (Relator) e Jorge Costa;

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 063/2017 – [...] Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 23 de novembro de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2016-4-0171; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 23 de novembro de 2017, pela aplicação da penalidade de Advertência Pública à parte denunciada, prevista no artigo 19, inciso 1, da Lei nº 12.378/2010 e no artigo 62, inciso I c/c parágrafo único, inciso II da Resolução CAU/BR nº 143/2017, por infração à regra 5.2.6, fundamentada pelos

princípios 1.1.5, 6.1.1, 5.1.1 e 5.1.2 do Código de Ética e Disciplina. Com 15 votos favoráveis, 00 voto contrário e 01 abstenção. 12/12/2017

34. Processo nº 2015.3.0684

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2016 – 28/04/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Ronaldo Foster Vidal, para que a Promotoria de Angra dos Reis seja oficiada com o fito de solicitar ao INEA cópias do Decreto da planta de localização que determinou este local como APP;

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 011/2016 24/11/2016 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Ronaldo Foster Vidal: a) Ao MPERJ encaminhar reiterando Ofício anterior já recebido e com cópia da defesa fls. 70/108, no sentido de serem fornecidos os elementos legais e técnicos necessários à análise objetiva dos fatos que embasaram a queixa contra o citado Arquiteto e Urbanista em relação à obra realizada no Loteamento XXXXX, Ilha de Itacurussá – Subdistrito de Mangaratiba, bem como que se manifeste em Réplica sobre a Defesa apresentada, caso queira; b) Ao Arquiteto e Urbanista x que apresente cópia da RRT em relação à obra citada às fls. 06, com fotos às fls. 14 verso, bem como cópia da licença e da planta de situação da mesma conforme aprovada pela Prefeitura Municipal de Mangaratiba no processo 9.463/14;

35. Processo nº 2014.0649

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2016 – 28/04/2016 Distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2016 – 16/05/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Intimem-se o Denunciante, para ciência, e o Denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 dias.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 012/2016 - 19/12/2016 Despacho feito pelo Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães: Ainda que as peças constantes dos autos não apresentem razões que questionem a legitimidade do embargo da obra pelo poder público municipal, motivo caracterizado na denúncia considera buscar ainda maiores esclarecimentos e aprofundamento dos fatos relatados no processo, como iniciativa de suma relevância para subsidiar decisão devidamente fundamentada. No sentido de se obter nova oportunidade para que as partes se manifestem, de buscar esgotar suas demonstrações e sanar eventuais dúvidas remanescentes desta CED, solicito convocar denunciante e denunciado, assim como seus respectivos representantes legais e testemunhas, se houver, para audiência a ser marcada.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2017 - 20/02/2017 Agendamento Oitiva – Ficou designado o dia 07.04.17 (sexta-feira): às 14 horas, referente ao Processo nº 2014.0649. Conselheiros participantes: Eduardo Cotrim (Relator) e Jorge Costa; às 15:30 horas, referente ao Processo nº 2016.4.0171. Conselheiros participantes: Eduardo Cotrim (Relator) e Jorge Costa;

36. Processo nº 2014.0559

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2016 – 28/04/2016 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, para relatoria.

37. Processo nº 2016.4.0093

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2016 – 16/05/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Ronaldo Foster Vidal, pela não admissibilidade da denúncia formulada nos autos, pela ausência de comprovação dos fatos alegados pelo Denunciante, bem como em razão do projeto ter sido realizado há mais de cinco anos.

38. Processo nº 2015.0509

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2016 – 16/05/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Almir Fernandes, pela não admissibilidade da denúncia formulada nos autos em razão da desistência manifestada pela Denunciante e pela ausência de interesse público em dar prosseguimento ao processo.

39. Processo nº 2015.4.0617

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2016 – 16/05/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Ronaldo José da Costa, pela admissibilidade da denúncia formulada nos autos, por suposta infração aos itens 2.2.7, 2.3.6 e 3.1.1 do Código de Ética e Disciplina. Intimem-se o Denunciante, para ciência, e os Denunciados para apresentação de defesa em 30 dias. Todos deverão prestar os esclarecimentos solicitados pelo Relator.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2017 - 03/04/2017 Acolhido por unanimidade voto Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, pela improcedência e arquivamento da denúncia. Encaminhe à plenária.

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 005/ 2017 – 09/05/2017 Improcedência e Arquivamento da denúncia. Aprovada 17 a favor, 1 voto contraio e 2 votos de abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 020/2017 – [...] Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 03 de abril de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015-4-0617. DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 03 de abril de 2017, pela improcedência e arquivamento da denúncia. Com 17 votos favoráveis, 01 voto contrário e 02 abstenções. 29/05/2017

40. Processo nº 2015.0494

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2016 – 16/05/2016 Distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2016 – 03/06/2016 Agendamento Reunião para Tentativa de Conciliação das Partes – Ficou designado o dia 17.08.16, para a realização das Reuniões de Conciliação das Partes, referentes aos seguintes processos: às 15 horas - Processo nº 2015.0494 e às 16 horas - Processo nº 2016.4.0079.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2016 – 28/07/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, pelo arquivamento do processo, tendo em vista o relatado acordo entre as partes e pelo fato de não remanescerem indícios de contrariedade às obrigações para com o interesse público.

41. Processo nº 2015.4.0715

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2016 – 16/05/2016 Distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2016 – 03/06/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Eduardo Guimarães Cotrim, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos por possível infração aos itens 3.2.12 e 3.2.13 do Código de Ética do CAU/BR, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Intimem-se o denunciante, para ciência, e o denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 dias;

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 008/2016 - 10/11/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, pelo arquivamento do processo diante da desistência do denunciante. Encaminhe-se à Plenária;

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 001/2017 – 10 /01/2017 Votação em bloco pelo arquivamento. Aprovação unânime dos votos.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 002/2017 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 10 de novembro de 2016, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015-4-0715; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 10 de novembro de 2016 pelo arquivamento do processo diante da desistência do denunciante. Com 24 votos favoráveis, 00 votos contrários e 00 abstenções. 10/01/2017

42. Processo nº 2016.3.0182

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2016 – 16/05/2016 Distribuído ao Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 009/16 – 29/09/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Jorge Ricardo Santos de Lima Costa, pela não admissibilidade da denúncia formulada nos autos, por ausência de infração ético-disciplinar;

43. Processo nº 2015.0333

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2016 – 16/05/2016 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo José da Costa, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2016 – 03/06/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Ronaldo José da Costa, por não admitir a denúncia formulada nos autos, diante da ausência de provas dos fatos alegados pela denunciante;

44. Processo nº 2014.0732

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2016 – 16/05/2016 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo Almir Fernandes, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 008/2016 – 25/08/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Almir Fernandes, pela inadmissibilidade da denúncia apresentada nos autos, em razão da ausência de interesse da parte autora em manter a denúncia;

45. Processo nº 2015.0271

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2016 – 23/05/16 Acolhido por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pela admissibilidade da denúncia formulada nos autos, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Intimem-se o Denunciante, para ciência, e o Denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 dias;

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 008/2016 - 10/11/2016 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva: Considerando o decurso de prazo para o profissional se manifestar, numa segunda tentativa via edital, que se notifique via e-mail atualizado e telefonema, a existência de edital intimando-o a apresentar defesa, e o alertando da possibilidade do processo continuar à sua revelia, ao fim do prazo de 30 (trinta) dias.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Sérgio Nogueira: Considerando as provas apresentadas nos autos já suficientes para juízo de valor por este Relator, considero desnecessária a realização de audiência de instrução Solicito desta CED a autorização para continuar o presente processo à revelia do Denunciado, e desde já solicitar aos Denunciantes as suas alegações finais, no prazo de trinta dias, e informando através de edital e e-mail ao Denunciado, que o processo corre à sua revelia.

46. Processo nº 2015.4.0620

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2016 – 23/05/16 Acolhido por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pela admissibilidade da denúncia formulada nos autos, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Intimem-se o Denunciante, para ciência, e o Denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 dias;

47. Processo nº 2016.3.0199

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2016 – 23/05/16 Distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2016 – 03/06/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Eduardo Guimarães Cotrim, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos por possível infração aos itens 3.2.1 e 3.2.2, do Código de Ética do CAU/BR, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Intimem-se o denunciante, para ciência, e o denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 dias.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 011/2016 24/11/2016 Despacho feito pelo Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães: Tendo em vista a não apresentação de defesa por parte do denunciado, solicita-se intimar as partes por meio de carta, telefone e e-mail para realização de oitiva;

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 001/2017 - 26/01/2017 Agendamento Oitiva – Ficou designado o dia 29.03.17 às 15:30 horas, para a realização de Oitiva, referente ao Processo nº 2016-0199. Conselheiros participantes Eduardo Cotrim Guimarães, (Relator) e Jorge Ricardo Santos de Lima Costa (Conselheiro Convocado).

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 007/2017 – 11 /07/2017 Arquivamento. Denunciado desempenhou o contrato que lhe fora proposto e pela não existência de interesse público. Aprovado com 7 votos a favor, 3 votos contrário e 2 votos de abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 034/2017 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 29 de junho de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar n 2016-3-0199 DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 29 de junho de 2017, pela improcedência da denúncia. Com 07 votos favoráveis, 03 votos contrários e 02 abstenções. 08/08/2017

48. Processo nº 2016.4.0079

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2016 – 23/05/16 Distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2016 – 03/06/2016 Agendamento Reunião para Tentativa de Conciliação das Partes – Ficou designado o dia 17.08.16, para a realização das Reuniões de Conciliação das

Partes, referentes aos seguintes processos: às 15 horas - Processo nº 2015.0494 e às 16 horas - Processo nº 2016.4.0079.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2016 - 27/10/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, voto pela admissibilidade da denúncia, com base no item 3.2.12 da Resolução nº 52 do CAU/BR. Para que se permita uma melhor apuração dos fatos, com vistas a uma análise mais ampla do processo, solicita-se agendar oitiva das partes;

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 001/2017 - 26/01/2017 Agendamento Oitiva – Ficou designado o dia 06.03.17 às 15:30 horas, para a realização de Oitiva, referente ao Processo nº 2016-4-0079. Conselheiros participantes Eduardo Cotrim Guimarães (Relator) e Jorge Ricardo Santos de Lima Costa (Conselheiro Convocado).

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 062/2017 – [...] Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 13 de novembro de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2016-4-0079; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 13 de novembro de 2017, pela aplicação da penalidade de Advertência Reservada à parte denunciada, prevista no artigo 19, inciso 1, da Lei nº 12.378/2010 e no artigo 62, inciso I c/c parágrafo único, inciso I da Resolução CAU/BR nº 143/2017, por infração ao princípio 3.1.1, consubstanciado na regra 3.2.12, ambos do Código de Ética e Disciplina. Com 14 votos favoráveis, 02 votos contrários e 00 abstenção. 12/12/2017

49. Processo nº 2014.0558

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2016 – 23/05/16 Distribuído ao Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2016 – 03/06/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pela admissibilidade da denúncia formulada nos autos, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Intimem-se o Denunciante, para ciência, e o Denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 dias.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2017 – 06/02/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva: considerado o prazo decorrido de três meses sem manifestação dos sucessores do denunciante, falecido, após a notificação para se manifestarem em 10 (dez) dias quanto a continuidade do processo; considerando a dificuldade de locomoção da sucessora, que já se manifestou por e-mail na continuidade do Processo, e a sucessora do Denunciante deverá se manifestar no prazo de mais 30 (trinta) dias.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2017 04/05/2017 Despacho feito pelo Conselheiro Sérgio Nogueira: notificar o Denunciado, responsável pela empresa, a apresentar as suas contra-razões à réplica da Denunciante, no prazo de trinta dias, pelas vias legais permitidas a este CAU RJ;

50. Processo nº 2014.5.01648

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2016 – 23/05/16 Distribuído ao Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2016 – 03/06/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pela admissibilidade da denúncia formulada nos autos, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Intimem-se o Denunciante, para ciência, e o Denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 dias.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2017 - 06/02/2017. Despacho feito pelo Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva: Notificar ao denunciado que estão à disposição as contra-razões do denunciante, e, aceitando o pedido, definir data da oitiva solicitada pelo denunciado, que de antemão apresentou testemunhas.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2017 04/05/2017 Acolhido por unanimidade o voto do Conselheiro Sérgio Nogueira, pelo seu arquivamento da denúncia formulada nos autos, diante da desistência manifestada pela Denunciante e por não haver interesse público que justifique a sua continuidade. Encaminhe-se à Plenária;

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 006/ 2017 – 20/06/2017 Improcedência e arquivamento da denúncia. Aprovado por unanimidade. Desistência do denunciante.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 023/2017 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Sérgio Nogueira, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 04 de maio de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2014-5- 01648. DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina

do CAU/RJ, de 04 de maio de 2017, pelo arquivamento do processo, em face da manifesta desistência do prosseguimento do processo pela Denunciante, bem como a inexistência de interesse público na denúncia. Com 14 votos favoráveis, 00 votos contrários e 00 abstenções. 20/06/2017.

51. Processo nº 2015.4.0518

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2016 – 23/05/16 Distribuído ao Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2016 – 03/06/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pela admissibilidade da denúncia formulada nos autos, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Intimem-se o Denunciante, para ciência, e o Denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 dias;

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2016 - 27/10/2016 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva: Considerando a necessidade de maiores esclarecimentos da arquiteta quanto à denúncia em questão, solicito notificação à profissional por meio de e-mail, correios por AR, e via telefonema, para que forneça cópias do projeto apresentado ao Município e ao cliente, e manifestação quanto à réplica da denunciante, abrangendo as alegações descritas, e informações adicionais que julgue relevantes;

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Acolhido, por unanimidade o voto do Conselheiro Sérgio Nogueira, pela improcedência da denúncia apresentada nos autos, em razão de não haver infração ética e disciplinar da profissional, que não agiu com má fé, imperícia nem tampouco negligência ou imprudência. Encaminhe-se à Plenária;

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 004/2017 – 11/04/ 2017 Improcedência da denúncia. Aprovada 15 votos a favor e 1 voto abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 013/2017 – [...]Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Sergio Nogueira, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 1 O de março de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015-4-0518. DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 10 de março de 2017, pela improcedência da denúncia por ausência de infração ética e disciplinar da profissional. Com 15 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção. 11/04/2017

52. Processo nº 2015.0467

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2016 – 03/06/2016 Distribuído ao Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 006/2016 – 30/06/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração aos itens 1.2.1; 2.2.7; 2.2.8; 3.1.1; 3.1.2; 5.2.12 e 6.2.1 do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, nos termos do Art. 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Intimem-se o denunciante, para ciência, e o denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 dias

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Despacho feito pelo Conselheiro Sérgio Nogueira: à assessoria jurídica ao conhecer a defesa apresentada no processo, cumpre levantar as seguintes questões: 1) preliminarmente o douto advogado alega ausência de fundamentação na admissibilidade, solicito parecer da assessoria jurídica; 2) já na defesa, os denunciados transferem a responsabilidade do sinistro à proprietária do apartamento, alegando que a troca de esquadria não estava no contrato. Solicito informação se a proprietária é profissional habilitada; 3) se é possível o douto advogado substituir os Denunciados em todos os atos do processo, já que se trata de uma autarquia profissional tratando de questões profissionais;

53. Processo nº 2016.3.0223

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 006/2016 – 30/06/2016 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo José da Costa, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 011/2016 24/11/2016 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Ronaldo José da Costa: Solicita que sejam convocadas ambas as partes para Oitiva;

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 001/2017 - 26/01/2017 Agendamento Oitiva – Ficou designado o dia 05.04.17 às 14 horas, para a realização de Oitiva, referente ao Processo nº 2016-3-0223. Conselheiros participantes Eduardo Cotrim Guimarães, (Coordenador) e Sérgio Oliveira Nogueira da Silva (Relator). 6.9. Agendamento Oitiva – Ficou designado o dia 15.03.17 às 14

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 061/2017 – [...]Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Ronaldo José da Costa, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 28 de setembro de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2016-3-0223; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética

e Disciplina do CAU/RJ, de 28 de setembro de 2017, pela aplicação da penalidade de Advertência Pública à parte denunciada, prevista no artigo 19, inciso 1, da Lei nº 12.378/2010 e no artigo 62, inciso I c/c parágrafo único, inciso II da Resolução CAU/BR nº 143/2017, por infração às regras 3.2.6 e 3.2.7 do Código de Ética e Disciplina. Com 14 votos favoráveis, 00 voto contrário e 00 abstenção. 12/12/2017

54. Processo nº 2014.0379

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 006/2016 – 30/06/2016 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo José da Costa, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2016 – 28/07/2016. Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Ronaldo José da Costa, pela extinção do processo administrativo ético-disciplinar nº 2014.0379, em razão de ter sido alcançada a prescrição do ilícito que deu causa ao processo, com fundamento nos artigos 72 e 73 da Resolução 1004 do CONFEA. Encaminhe-se à Plenária;

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 010/2016 – 11/10/2016 Processo com relatoria foi do Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães. Concluída a leitura, o Presidente resumiu o referido processo informando que o mesmo encontra-se prescrito e que há um ofício da Polícia Federal, indagando do CAU/RJ sobre uma denúncia de acobertamento do caso, o que não procede; que o ofício foi respondido pelo CAU/RJ. Nesses termos, foi aberta a discussão para o julgamento da prescrição do processo e não, do mérito. Finalizado o debate, iniciou-se a votação cujo resultado se deu por unanimidade.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 060/2016 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Ronaldo José da Costa, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 28 de julho de 2016, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2014-0379; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 28 de julho de 2016. Com 14 votos favoráveis, 00 votos contrários e 00 abstenções. 11/10/2016

55. Processo nº 2016.4.0014

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 006/2016 – 30/06/2016 Distribuído ao Conselheiro Almir Fernandes, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2016 – 28/07/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Almir Fernandes, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração do item 3.1.1 do Código de Ética e Disciplina e ao Art. 18 da Lei nº 12.378/2010, incisos IX e X, nos termos do art. 4º da Resolução nº 34 do CAU/BR. Intimem-se à denunciante para ciência, e ao denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 (trinta) dias;

56. Processo nº 2015.0464

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 006/2016 – 30/06/2016 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 009/16 – 29/09/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Ronaldo Foster Vidal, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração aos itens às regras 1.2.1, 2.1.1, 2.2.1, 2.2.7, 2.3.6 e 6.2.1. Intimem-se os denunciados para que apresentem defesa no prazo de 30 dias e informem se há interesse na audiência de conciliação. Intime-se a denunciante, para ciência, para que apresente cópia do laudo mencionado à fl.69 e para que informe se tem interesse na conciliação.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2017 - 20/02/2017 Despacho feito pelo Conselheiro Ronaldo Foster Vidal: em face dos documentos apresentados pelos Denunciados e como o AR do Ofício destinado à Denunciante está assinado por terceiros (fls.131), pelo que seja designada uma Audiência de Conciliação entre as partes deste processo

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Agendamento Oitiva – Ficou designado o agendamento de Oitiva referente ao Processo nº 2015.0464, para o dia 19 de julho de 2017, às 15:30 horas. Conselheiros participantes: Ronaldo Foster Vidal (Relator) e Eduardo Cotrim.

ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 009/2017 - 04/09/2017 o Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães procedeu à leitura do referido processo, cujo voto é pela Advertência Pública, uma vez que o denunciado, além de não ter sido providente durante o período de embargo da obra, causando transtornos ao cliente, faltou com a verdade com relação à data do seu início, o que prejudica a análise dos fatos. Logo após, instalou-se breve debate acerca do tema. Findos os comentários, procedeu-se à votação, que teve o seguinte resultado: 14 votos a favor e 01 voto de abstenção da Conselheira: Patrícia Cavalcante Cordeiro.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 039/2017 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Ronaldo Foster Viciá, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 31 de agosto de 2017, referente ao

processo administrativo ético-disciplinar nº 2015-0464. DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 31 de agosto de 2017, pela aplicação da sanção de advertência pública ao profissional XXXXX por infração aos itens 1.2.1, 2.1.1, 2.2.1, 2.2.7 e 6.2.1 do Código de Ética e Disciplina, e pela improcedência da denúncia em face do profissional Carlos Augusto de Paula Gomes Brandão. Com 08 votos favoráveis, 02 votos contrários e 02 abstenções. 12/09/2017.

57. Processo nº 2016.4.0173

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 006/2016 – 30/06/2016 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2016 – 28/07/2016 O Conselheiro Ronaldo Foster Vidal declarou-se impedido de relatar o processo objetivo desta denúncia em razão das mesmas partes já terem sido analisadas por ele em feito igual em trâmite no IBAPE-RJ, entidade presidida pelo Conselheiro, enquadrando-se por analogia, ao nº II do artigo 62 da Resolução nº 34 do CAU/BR;

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 012/2016 - 19/12/2016 Acolhido por maioria o voto do Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pela não admissibilidade da denúncia realizada nos autos, em razão de divergências em relação a documentos, no campo do Direito, não cabendo aqui, razões éticas da Arquitetura, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Arquivou-se

58. Processo nº 2015.4.0599

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 006/2016 – 30/06/2016 Distribuído ao Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 008/2016 – 25/08/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração, às regras constantes do item 3 do Código de Ética e Disciplina, nos termos do art. 4º da Resolução nº 34 do CAU/BR. Intimem-se à denunciante para ciência, e ao denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 (trinta) dias;

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2016 - 27/10/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pelo arquivamento do processo em razão da desistência da denunciante e por não haver interesse público. Encaminhe-se à Plenária;

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 010/2016 – 11/10/2016 Votação em bloco. 16 a favor e 2 abstenções.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 068/2016 Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 27 de outubro de 2016, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015-4-0599, nos seguintes termos: "Acolhido, por unanimidade o voto do Conselheiro Relator, pelo arquivamento do processo em razão da desistência da denunciante e por não haver interesse público"; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 27 de outubro de 2016. Com 16 votos favoráveis, 00 votos contrários e 02 abstenções. 08/11/2016

59. Processo nº 2016.4.0056

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 005/2016 – 14/07/2016 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2016 – 28/07/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Ronaldo Foster Vidal, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração aos itens 2.2.1 e 2.2.7 do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, nos termos do art. 4º da Resolução nº 34 do CAU/BR. Intimem-se os denunciados para apresentarem defesa no prazo de 30 (trinta) dias, por carta com AR e também por e-mail;

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2016 - 27/10/2016 Despacho feito pelo Conselheiro Ronaldo Foster Vidal: Em face dos termos da defesa apresentada, o relator solicita emissão de ofício ao CREA-RJ para informar – a) se a ART nº x (fls 61) foi de fato registrada naquele Conselho, sendo assim um documento válido; b) se existe qualquer procedimento administrativo em curso ou já julgados em nome do engenheiro X ou a Construtora Y.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Acolhido por unanimidade o voto do Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, pela improcedência da denúncia realizada nos autos, pela ausência de culpabilidade dos denunciados em relação à tragédia ocorrida, isentos de qualquer tipo de desvio de conduta ou de imperícia culposa. Em razão da responsabilidade técnica ser de profissional engenheiro civil, a CED vota, ainda, pelo encaminhamento de cópia destes autos ao CREA-RJ. Encaminhe-se à Plenária.

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 004/2017 – 11/04/2017 Improcedência da denuncia. Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 014/2017 – [...] Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 10 de março de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2016-4-0056. DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 1 O de março de 2017, pela improcedência da denúncia por ausência de culpabilidade dos denunciados. Com 18 votos favoráveis, 00 votos contrários e 00 abstenções. 11/04/2017

60. Processo nº 2014.0615

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2016 – 28/07/2016 Distribuído ao Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 008/2016 – 25/08/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração, às regras constantes dos itens 3.1.1, 3.1.2, 3.2.5, e 3.2.12, do Código de Ética e Disciplina, nos termos do art. 4º da Resolução nº 34 do CAU/BR. Intimem-se ao denunciante para ciência, e ao denunciado, para que apresente defesa no prazo de 30 (trinta) dias;

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 012/2016 - 19/12/2016 Despacho feito pelo Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva: Intimar o denunciado a apresentar defesa no prazo de 30 dias, alertando-o que o processo poderá tramitar à sua revelia.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Despacho feito pelo Conselheiro Sérgio Nogueira: Considerando não ter havido resultados em relação às notificações ao Denunciante, solicito a esta Comissão a continuidade deste processo à revelia do Denunciado, e desde já notificar ao Denunciante que apresente suas eventuais alegações finais caso seja de seu interesse. Considero desnecessária a realização de audiência de instrução face as alegações e documentos apresentados.

61. Processo nº 2015.4.0621

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2016 – 28/07/2016 Distribuído ao Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 008/2016 – 25/08/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração, às regras constantes dos itens 1.2.1, 1.2.4, 2.2.8, 3.2.11, e 6.1.1 do Código de Ética e Disciplina, nos termos do art. 4º da Resolução nº 34 do CAU/BR. Intimem-se o denunciante para ciência, e à denunciada, para que apresente defesa no prazo de 30 (trinta) dias.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2017 – 06/02/2017 Despacho feito pelo Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva: Em consulta na internet, pesquisa Google, no site Empresas RJ, encontrou o seguinte telefone e endereço da empresa (xx) que a profissional é sócia, e solicito envio de correspondência e contato telefônico.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 058/2017 – [...]Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 26 de outubro de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2015-4-0621. DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 26 de outubro de 2017, pela improcedência e arquivamento da denúncia. Com 12 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção. 12/12/2017

62. Processo nº 2016.4.0255

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 007/2016 – 28/07/2016 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, para relatoria

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 009/16 – 29/09/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Ronaldo Foster Vidal, pela não admissibilidade da denúncia formulada nos autos, em razão da existência de prescrição, nos termos do art. 72 da Resolução 1004 do CONFEA e da ocorrência de coisa julgada material, de acordo com o disposto no art. 467 da Lei nº 5.860/1973.

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 002/2017 – 14/02/2017 Recurso. O processo advindo do CREA, já julgado em todas as instâncias do CONFEA e pelo juízo da Comarca de Niterói, entendendo pela inadmissibilidade e arquivamento do processo. Aprovado 18 a favor e 1 voto abstenção

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 008/2017 Considerando o teor do despacho de ti. 81 do processo ético-disciplinar nº 2016-4-0255, determinando a aplicação subsidiária do art. 56 da Lei nº 9.784/99 e a apreciação e julgamento pela instância superior, no caso o Plenário do CAU/RJ; Considerando o Relatório e Voto da Relatora, Conselheira Angela Botelho, de ti. 83 do processo ético-disciplinar nº 2016-4-0255; DELIBEROU: Aprovar o voto da relatora de

fl. 83 do processo ético-disciplinar nº 2016-4-0255, decidindo pela manutenção da inadmissibilidade e arquivamento do respectivo processo. Com 18 favoráveis, O contrários e 1 abstenção. 14/02/2017

63. Processo nº 2015.4.0656

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 008/2016 – 25/08/2016 Distribuído Conselheiro Ronaldo José Costa
SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 006/2016 - 14/09/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Ronaldo José da Costa, pela não admissibilidade da denúncia formulada nos autos, por ausência de comprovação dos fatos alegados pela denunciante;

64. Processo nº 2016.4.0362

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 008/2016 – 25/08/2016 Distribuído Conselheiro Ronaldo José Costa
SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 006/2016 - 14/09/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Ronaldo José da Costa, pela não admissibilidade da denúncia formulada nos autos, por ausência de infração ao Código de Ética e Disciplina;

65. Processo nº 2016.4.0146

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 008/2016 – 25/08/2016 Distribuído ao Conselheiro Almir Fernandes

66. Processo nº 2015.0285

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 008/2016 – 25/08/2016 Distribuído Conselheiro Ronaldo Foster Vidal
SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 012/2016 - 19/12/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator Ronaldo Foster Vidal, pela improcedência da denúncia constante do processo administrativo-ético disciplinar, em razão de ter sido alcançada a prescrição do ilícito que deu causa do processo, com fundamento nos artigos 72 e 73 da Resolução do CONFEA nº 1004

67. Processo nº 2016.4.0273

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 008/2016 – 25/08/2016 Distribuído ao Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2016 - 27/10/2016 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva: Notifique-se a profissional para apresentar defesa prévia quanto à denúncia apresentada pela fiscalização deste Conselho, para esclarecer com mais detalhes a situação de forma a propiciar o juízo da admissibilidade da denúncia. Esta intimação será por via dos Correios, e-mail, e se necessário por telefonema.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Sérgio Nogueira voto pela não admissibilidade da denúncia e o arquivamento do presente processo.

68. Processo nº 2015.0215

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 008/2016 – 25/08/2016 Distribuídos ao Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva

69. Processo nº 2016.4.0095

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 006/2016 - 14/09/2016 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo José da Costa

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 011/2016 24/11/2016 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Ronaldo José da Costa: Face ao exposto e fatos relatados encaminho que o denunciado seja avisado por ofício para que se apresente defesa dentro dos prazos estabelecidos;

70. Processo nº 2015.4.0523

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 006/2016 - 14/09/2016 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo José da Costa

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 012/2016 - 19/12/2016 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Ronaldo José da Costa: Solicitado que o denunciado faça sua defesa no prazo regulamentado para o andamento de admissibilidade.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2017 - 20/02/2017 Distribuído ao Conselheiro Almir Fernandes

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2017 - 03/04/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Almir Fernandes: a fim de melhor ajuizar a admissibilidade dessa denúncia parece razoável que se providencie, tão logo seja possível, a transmissão eletrônica ao Denunciante dos termos dessa Defesa Prévia, o que deverá ser levado ao conhecimento do Denunciado, também por via eletrônica. Registra-se não ter sido emitida a devida Intimação Fiscal e tampouco o Auto de Infração, procedimento este indevidamente citado à página 4 de Defesa Prévia (fls. 92)

71. Processo nº 2016.4.0091

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 009/16 – 29/09/2016 Distribuído Conselheiro Ronaldo José Costa

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2016 - 27/10/2016 Despacho feito pelo Conselheiro Ronaldo José da Costa: Solicitado que o denunciado faça sua defesa prévia, manifestando-se dentro dos prazos legais, para que possa dar andamento à fase de admissibilidade.

25/05/17. Acolhido por unanimidade o voto do Conselheiro Ronaldo José da Costa, pela não admissibilidade da denúncia, com posterior arquivamento, considerando a carta do cliente do denunciado assumido a responsabilidade dos fatos e que já teinha resolvido com o denunciante os danos causados.

72. Processo nº 2016.4.0152

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 009/16 – 29/09/2016 Distribuídos Conselheiro Ronaldo José Costa

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2016 - 27/10/2016 Despacho feito pelo Conselheiro Ronaldo José da Costa: Solicitado que a Empresa X ora denunciada faça sua defesa prévia do referido processo, que apresente sua inscrição jurídica no CAU. Solicitado também que os arquitetos X e Y façam suas defesas prévias manifestando-se dentro dos prazos legais, para que possa dar andamento à fase de admissibilidade.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Distribuído ao Conselheiro Sérgio Nogueira

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 003/2017-30/03/2017 Despacho feito pelo Conselheiro Sérgio de Oliveira Nogueira da Silva: à Assessoria Jurídica para informar à Denunciante a prorrogação da data de apresentação da réplica por mais trinta dias;

73. Processo nº 2015.4.0584

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 009/16 – 29/09/2016 Distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2016 - 27/10/2016 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães, pela não admissibilidade da denúncia apresentada nos autos, por não haver no objeto da denúncia conteúdo de fundo ético disciplinar;

74. Processo nº 2016.4.0435

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2016 - 27/10/2016 Distribuído Conselheiro Ronaldo José Costa

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 008/2016 - 10/11/2016 Despacho feito pelo conselheiro Ronaldo José da Costa: Solicito que a Denunciada arquiteta faça sua defesa prévia face às argumentações do Denunciante, manifestando-se dentro dos prazos legais, para que possa dar andamento à fase de admissibilidade;

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2017 - 20/02/2017 Distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães, pela não admissibilidade da denúncia realizada nos autos em razão de não haver infração ético-profissional, onde a denunciada não agiu com má-fé, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Arquive-se.

75. Processo nº 2016.4.0399

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 010/2016 - 27/10/2016 Distribuído Conselheiro Ronaldo José Costa

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 008/2016 - 10/11/2016 Despacho feito pelo conselheiro Ronaldo José da Costa: Solicito que o Denunciado arquiteto faça sua defesa prévia face às argumentações do Denunciante, manifestando-se dentro dos prazos legais, para que possa dar andamento à fase de admissibilidade.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 003/2017-30/03/2017 Acolhido por unanimidade o voto do Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva, pela admissibilidade do presente processo, conforme itens 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3, 2.2.8, 3.3.1, 3.2.2, do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR. Que se notifique a profissional a se manifestar, enviada a notificação pelos meios possíveis a este Conselho.

76. Processo nº 2016.3.0337

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 008/2016 - 10/11/2016 Distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 011/2016 24/11/2016 Despacho feito pelo Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães: Solicita oficial as partes para sessão de conciliação

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 001/2017 - 26/01/2017 Agendamento Oitiva – Ficou designado o dia 23.03.17 às 14 horas, para a realização de Oitiva, referente ao Processo nº 2016-0337. Conselheiros participantes Eduardo Cotrim Guimarães, (Relator) e Sérgio Oliveira Nogueira da Silva (Conselheiro Convocado).

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Despacho feito pelo Conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães: Tendo em vista os diferentes entendimentos havidos entre o que se depreendeu do contato telefônico mantido com a denunciante no dia da audiência, fls. 50 e a resposta do e-mail encaminhado pela Assessoria Jurídica, fls. 53, solicito seja a denunciante instada a se manifestar de forma clara quanto ao seu interesse no prosseguimento do processo ético disciplinar;

77. Processo nº 2016.3.0442

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 008/2016 - 10/11/2016 Distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 011/2016 24/11/2016 Despacho feito pelo Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães: Solicita intimar as partes para sessão de conciliação;

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 001/2017 - 26/01/2017 Agendamento Oitiva – Ficou designado o dia 29.03.17 às 14 horas, para a realização de Oitiva, referente ao Processo nº 2016-3-0442. Conselheiros participantes Eduardo Cotrim Guimarães, (Relator) e Jorge Ricardo Santos de Lima Costa (Conselheiro Convocado).

78. Processo nº 2016.4.0345

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 011/2016 24/11/2016 Distribuído ao Conselheiro Almir Fernandes.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 012/2016 - 19/12/2016 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Almir Fernandes: Em face do relatado, submeto à consideração desta CED, para o encaminhamento deste Processo, a adoção de alguns procedimentos, que permitam melhor ajuizar a admissibilidade ou não de infração ao Código de Ética e Disciplina Profissional por parte do Denunciado. Inicialmente, torna-se necessário esclarecer junto à Gerência de Fiscalização quanto à aplicação de procedimentos dos ritos da fiscalização discriminados no Capítulo IV da citada Resolução nº 22. Após essa apuração, encaminhar este Processo à apreciação da Comissão de Exercício Profissional para se averiguar o seu devido encaminhamento;

79. Processo nº 2016.4.0400

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 012/2016 - 19/12/2016 Despacho feito pelo Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva: Considerando que a área em questão suscita dúvidas de interpretação de seu uso e ocupação, solicito audiência de conciliação com os envolvidos, antes da admissibilidade do processo.

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 001/2017 - 26/01/2017 Agendamento Conciliação – Ficou designado o dia 23.03.17 às 15:30 horas, para a realização de audiência de conciliação, referente ao Processo nº 2016-4-0400. Conselheiros participantes Eduardo Cotrim Guimarães, (Coordenador) e Sérgio Oliveira Nogueira da Silva (Relator)

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2017 04/05/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Sérgio Nogueira: ainda no exame de admissibilidade, que se notifique a denunciante a juntar cópia do inteiro teor do processo, que diz estar em sua posse, apresentar suas contrarrazões às defesas prévias dos Denunciados, e notificar às partes para a audiência de instrução para testemunho pessoal para maiores esclarecimentos quanto às denúncias;

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2017 04/05/2017 Agendamento de Oitiva Processo nº 2016-4-0400, para o dia 21.06.17, às 14 horas, conselheiros participantes Sérgio Nogueira (Relator) e Almir Fernandes;

80. Processo nº 2015.4.0565

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 012/2016 - 19/12/2016 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Almir Fernandes: Em face do exposto, e considerando que desde 12/05/2016 esta CED busca fundamentação para se admitir ou não a denúncia apresentada pela Denunciante, parece razoável que se faça uma visita ao local em questão, o que poderia ser solicitado à Gerência de Fiscalização. Por ocasião dessa visita, além do registro da efetiva situação do imóvel em questão, deve diligenciar, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável de Nova Friburgo, elementos que possam complementar as informações disponíveis, principalmente no referente ao período entre 03/07/2014 e 29/04/2015

81. Processo nº 2016.3.0555

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 012/2016 - 19/12/2016 referente ao Ofício do MP do Rio de Janeiro - 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva/Núcleo Teresópolis, foi despachado ao Conselheiro Ronaldo Foster, solicitando análise.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2017 – 06/02/2017 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator, Ronaldo Foster Vidal, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração aos itens 1.1.4, 1.2.4, 1.2.5, 2.3.4, 3.2.9, 3.2.18, 4.2.8 do Código de Ética e Disciplina do CAU, nos termos do

artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Intimem-se o (a) denunciante, para ciência, e o(a) denunciado(a), para que apresente defesa no prazo de 30 (trinta) dias

2017

82. Processo nº 2016-3-0086

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 001/2017 - 26/01/2017 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo Foster Vidal

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2017 - 20/02/2017 Acolhido por unanimidade o voto do Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, pelo encaminhamento dos autos à Comissão de Exercício Profissional para o procedimento relativo às imperícias constatadas no local

83. Processo nº 2016-4-0343

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 001/2017 - 26/01/2017 Distribuído ao Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2017 - 20/02/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa: determino que a profissional seja comunicada de que a denúncia foi admitida por esta Comissão de Ética e Disciplina/CED, nos termos do artigo 4º da resolução do CAU/BR nº 34. A denunciada deverá apresentar defesa documentada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da juntada da AR

84. Processo nº 2016.4.0014

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 001/2017 - 26/01/2017 Distribuído ao Conselheiro Almir Fernandes

85. Processo nº 2015.4.0524

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 001/2017 - 26/01/2017 Distribuído ao Conselheiro Almir Fernandes

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 003/2017-30/03/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Almir Fernandes: Em face do exposto e considerando o encaminhamento feito pela Gerência de Ficalização, a denúncia poderia ser admitida nos termos do inc. IX do Art. 18 da Lei 12.378/2010: deixar de observar as normas legais e técnicas pertinentes na execução de atividades e de arquitetura e urbanismo. No entanto, para melhor apreciação dessa admissibilidade seria razoável verificar, junto à Comissão de Exercício Profissional e à Gerência de Fiscalização, se caberia considerar a aplicação de alguns dispositivos da Resolução nº 22, de 04/05/2012, tais como Artigos 15 e 16.

86. Processo nº 2015.4.0717

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 001/2017 - 26/01/2017 Distribuído Conselheiro José Mauro Carrilho

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2017 – 06/02/2017. Encaminhamento feito pelo Conselheiro José Mauro Carrilho Guimarães: em virtude do exposto e dos fatos relatados, o Denunciado será avisado por ofício para que apresente defesa prévia dentro dos prazos estabelecidos apresentando os seguintes elementos: 1) De RRT de Execução de Obra, com respectivo pagamento, do endereço objeto do Contrato Verbal para o período em que esteve responsável por esse serviço (até março de 2016); 2) De RRT de Projeto de Arquitetura, com respectivo pagamento, do endereço objeto do Contrato Verbal para o período em que esteve responsável por esse serviço (até março de 2016); 3) Documentação pertinente a aprovação e legalização do referido serviço junto a Secretaria Municipal de Urbanismo-SMU da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro-PCRJ; 4) Cópia do Projeto de Arquitetura devidamente legalizado e aprovado junto à Secretaria Municipal de Urbanismo-SMU da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro-PCRJ; e 5) Cópia do projeto de execução da estrutura, infra e supra estruturas, objeto do Contrato Verbal, em razão de vícios e patologias da construção visualizadas em fotos expressas no processo.

87. Processo nº 2016.4.0389

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 001/2017 - 26/01/2017 Distribuído Conselheiro José Mauro Carrilho

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2017 – 06/02/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro José Mauro Carrilho Guimarães: em virtude do exposto e dos fatos relatados encaminho que o Denunciado seja avisado por ofício para que se apresente defesa prévia, dentro dos prazos estabelecidos, apresentando os seguintes elementos: 1) Termo de Contrato firmado entre as partes, datado de 20/02/2016, com as respectivas assinaturas (Contratante e Contratado); 2) Cópia do projeto de arquitetura, objeto do Contrato firmado, devidamente aprovado na Secretaria Municipal de Urbanismo-SMU da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro-PCRJ, composto por planta baixa, planta de administração, elevações, cortes, fachada e memória descritiva, e, apresentação de Consulta Prévia/Alvará junto à Secretaria Municipal de Fazenda-SMF da Prefeitura da Cidade do

Rio de Janeiro-PCRJ, em razão do crédito em conta corrente, pelo Contratante, do valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), equivalentes a 70% (setenta por cento) do valor firmado em Contrato; 3) Protocolo, junto a Vigilância Sanitária, conforme citação nas "Condições de Pagamento" expresso no Contrato/Proposta; 4) De RRT, com respectivo pagamento, do endereço objeto do Contrato/Proposta, com a descrição (tipologia) do serviço a ser realizado "elaboração de projeto de arquitetura de uma república de estudantes com três pavimentos"; e 5) Documentação de legalização expedida pela Secretaria Municipal de Urbanismo-SMU; e, Consulta Prévia/Alvará, expedido pela Secretaria Municipal de Fazenda-SMF, órgãos vinculados à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro-PCRJ

88. Processo nº 2017.4.0047

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2017 - 06/02/2017 Distribuído ao Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2017 - 20/02/2017 Despacho feito pelo Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva: Voto pela admissibilidade do presente processo conforme itens 1.1.4, 3.1.2, 3.2.16 do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR e inciso VI do art. 18 da Lei nº 12.278/2010. Que se notifique a profissional a se manifestar, enviada a notificação pelos meios possíveis a este Conselho; que se solicite ao órgão policial onde foi prestado o depoimento cópias do depoimento da citada profissional nos autos do inquérito em andamento da chamada Operação Eficiência da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

89. Processo nº 2016.4.0387

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2017 - 06/02/2017 Distribuído Conselheiro Almir Fernandes

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 003/2017-30/03/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Almir Fernandes: Para a devida apreciação da admissibilidade dessa denúncia, seria razoável verificar, junto à Comissão de Exercício Profissional e à Gerencia de Fiscalização, se caberia considerar a aplicação de alguns dispositivos da Resolução nº 22, de 04/05/2012, tais como Art. 15 e o inciso VII do Art. 16. Em que pese o tempo decorrido desde o recebimento deste Processo.

90. Processo nº 2016.3.0374

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2017 - 06/02/2017 Distribuído ao Conselheiro José Mauro Carrilho

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2017 - 20/02/2017 Acolhido por unanimidade o voto do Conselheiro José Mauro Carrilho Guimarães, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração aos itens identificados do Código de Ética e Disciplina do CAU, nos termos do artigo 4ª da Resolução CAU/BR nº 34, intimando o Denunciado e a profissional citada na Denúncia, para que apresente defesa prévia e documentos listados no prazo de 30 (trinta) dias, a saber: 1.2.1, 3.1.1, 3.2.3, 3.2.4, 3.2.5, 3.2.14, 4.2.10 e 6.1.1. Deverão ser apresentados os seguintes documentos pela Denunciada e pela profissional citada na Denúncia, com os respectivos comprovantes de pagamentos: 1) RRT de Execução de Projeto Executivo, conforme citação no Contrato de Prestação de Serviço – Reforma Residencial firmado entre as partes; e 2) RRT de Fiscalização do Serviço (Acompanhamento de Obra), conforme citação no Contrato de Prestação de Serviço – Reforma Residencial firmado entre as partes

91. Processo nº 2016.4.0390

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 001/2017 - 06/02/2017 Distribuído ao Conselheiro José Mauro Carrilho

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2017 - 20/02/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro José Mauro Carrilho Guimarães: Em virtude do exposto e dos fatos relatados, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração aos itens, abaixo identificados, do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34, e, Estatuto dos Funcionários Públicos, intimando o denunciado, para que apresente defesa prévia no prazo de 30(trinta) dias, a saber: 1.1.4, 1.2.4, 1.2.5, 2.3.4, 4.2.8, 5.2.5, 5.2.13 e LEI Nº 94, DE 14 DE MARÇO DE 1979. DISPÕE sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências, CAPÍTULO III - DAS PROIBIÇÕES, Art. 168 IV - valer-se do cargo ou função, para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função pública (negrito e sublinhado nosso)

92. Processo nº 2014.0426

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2017 - 20/02/2017 Distribuído ao Conselheiro Eduardo Carlos Cotrim Guimarães

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Despacho feito Conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães: comunicar o denunciante para que encaminhe num prazo de 15 dias o Laudo Técnico elaborado pela Arquiteta xx, bem como as fotos mencionadas na inicial (fls11). Findo o referido prazo, sem que tais documentos sejam apresentados, retorne a esta comissão para a continuidade do julgamento. Solicito informar as partes do conteúdo deste despacho e disponibilizar vista ao processo;

93. Processo nº 2014.0307

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2017 - 20/02/2017 Distribuído Conselheiro Ronaldo Foster Vidal

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Acolhido por unanimidade o voto do Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por suposta infração aos itens 1.2.4, 3.1.1, 3.1.2, 5.1.1, 5.1.2, 5.2.1, 5.2.7, 5.2.8, ou ainda, 5.2.12 do Código de Ética e Disciplina. Intime-se o Denunciante para ciência e a Denunciada para apresentar defesa no prazo de 30 dias. Oficie-se o CAU/PR para que acompanhe os procedimentos futuros e deles ter conhecimento;

94. Processo nº 2016.3.0373

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2017 - 20/02/2017 Distribuído ao Conselheiro Sérgio Nogueira

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Despacho feito pelo Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva: Solicito cópias das manifestações da Denunciada e do Denunciante no processo da no processo 2015 – 0390, e outros documentos que julgar necessários, além dos encontrados nos autos do presente processo.

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2017 04/05/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Sérgio Nogueira: com base nos artigos 3.1.1. e 3.1.2. do Código de Ética e Disciplina do CAU BR, que se notifique pelos meios legais possíveis a este Conselho, a Denunciada a apresentar defesa prévia para a análise da admissibilidade da denúncia, no prazo de trinta dias;

95. Processo nº 2015.4.0517

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2017 - 20/02/2017 Distribuído ao Conselheiro Sérgio Nogueira

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Sérgio Nogueira: Em razão do exposto, antes da admissibilidade do processo, voto por notificar a profissional Denunciada a apresentar defesa prévia no prazo de trinta dias quanto às alegações denunciadas. Notificada via os instrumentos legais disponíveis no Conselho.

96. Processo nº 2016.3.0397

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2017 - 20/02/2017 Distribuído ao Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Acolhido, por unanimidade, o voto do Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa, pela improcedência da denúncia apresentada nos autos, em razão de ter sido alcançada a prescrição do ilícito que deu causa ao processo, com fundamento nos artigos 72 e 73 da Resolução 1004 do CONFEA. Encaminhe-se à Plenária;

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 004/2017 – 11/04/2017 Arquivamento do processo. Aprovado por 14 votos a favor e 1 voto de abstenção. Processo será arquivado, conforme aprovação, mas com a abertura para averiguação, que será feita a parte com peças deste processo.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 015/2017 – [...]Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 10 de março de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2016-3-0397. DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 1 O de março de 2017, pela improcedência da denúncia por ter sido alcançada a prescrição. Com 14 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção. 11/04/2017

97. Processo nº 2016.4.0399

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Distribuído ao Conselheiro Sérgio Nogueira

98. Processo nº 2016.4.0461

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 002/2017 - 10/03/2017 Distribuído ao Conselheiro José Mauro Carrilho

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 003/2017-30/03/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro José Mauro Carrilho: Em virtude do exposto e dos fatos apresentados, para melhor ajuizar a admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração aos itens, do Código de Ética e Disciplina do CAU, nos termos do artigo 4ª da Resolução CAU/BR nº 34, intimando a Denunciada, para que apresente documentos listados no prazo de 30 (trinta) dias.

Deverão ser apresentados os seguintes documentos pela Denunciada, com os respectivos comprovantes de pagamentos, quando assim couber: 1) RRT de Execução de Projeto, conforme citação na Denúncia de Serviços de regularização para retirada de habite-se; 2) RRT de Fiscalização do Serviço (Acompanhamento da Obra), conforme citação na Denúncia de "Serviço de regularização para retirada de habite-se". 3) Apresentação do Projeto Arquitetônico do serviço objeto da denúncia " Serviço de regularização para retirada de habite-se"; 4) Apresentação de protocolo com o número do processo, para obtenção do Habite-se junto à Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

99. Processo nº 2016.4.0488

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2017 - 03/04/2017 Distribuído ao conselheiro Jorge Ricardo Santos Lima Costa

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Acolhido por unanimidade o voto do Conselheiro Jorge Costa, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração aos itens 5.2.1 e 5.2.15 do Código de Ética e Disciplina nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Intimem-se o (a) Denunciante, para ciência, e o (a) Denunciado (a), para que apresente defesa no prazo de 30 dias;

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 064/2017 – [...]Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro Ronaldo Foster Vidal, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 22 de setembro de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2016-4-0488; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 22 de setembro de 2017, pela improcedência e arquivamento da denúncia. Com 12 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção. 12/12/2017

100. Processo nº 2016.4.0462

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2017 - 03/04/2017 Distribuído ao conselheiro Jorge Ricardo Santos Lima Costa

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Jorge Ricardo Santos de Lima Costa: no sentido de se proceder ao juízo de admissibilidade, solicito que seja enviada intimação aos respectivos arquitetos para que encaminhem a este Conselho os projetos originais de arquitetura assinados e datados para averiguação do objeto da denúncia;

101. Processo nº 2016.3.0445

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2017 - 03/04/2017 Distribuído ao conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Despacho feito pelo Conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães: embora o profissional denunciado de fato possua uma quantidade de responsabilidades técnicas assumidas superior à média dos demais profissionais no ano de 2015, segundo a planilha apresentada pela SMOPU/PMV, solicito à denunciante apresentar dados que fortaleçam sua denúncia para fins de admissibilidade e simultaneamente solicito que seja notificado o Denunciado no sentido de apresentar a sua defesa prévia;

102. Processo nº 2016.3.0536

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2017 - 03/04/2017 Distribuído ao conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Acolhido por unanimidade o voto do Conselheiro Eduardo Cotrim Guimarães, pela admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração aos itens 5.2.13 e 4.2.2 do Código de Ética e Disciplina nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Intimem-se o(a) Denunciante, para ciência, e o(a) Denunciado(a), para que apresente defesa no prazo de 30 dias.

103. Processo nº 2016.4.0433

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2017 - 03/04/2017 Distribuído ao conselheiro Almir Fernandes

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2017 04/05/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Almir Fernandes: Em face do relatado, parece razoável que se esclareça com a GFIS se é cabível a elaboração de Relatório de Fiscalização para o registro da ocorrência de infração ou infrações, e no caso lavrar Notificação do Denunciado, com a descrição de irregularidade constatada que caracteriza a infração ou infrações;

104. Processo nº 2016.4.0474

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2017 - 03/04/2017 Distribuído ao conselheiro Almir Fernandes

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2017 04/05/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Almir Fernandes: Em face do exposto, parece razoável que se encaminhe o Processo à GFIS para informar se é cabível o registro da ocorrência de infração em Relatório de Fiscalização, e a devida Notificação da profissional com a descrição da irregularidade constatada.

105. Processo nº 2015.4.0545

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2017 - 03/04/2017 Distribuído ao conselheiro Almir Fernandes

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2017 04/05/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Almir Fernandes: Em face do relatado, parece razoável que se considere, como alternativa de encaminhamento deste Processo, verificar junto ao Denunciante se é de seu interesse o prosseguimento da iniciativa, tendo em vista que este processo só terá prosseguimento pelo lado Ético do comportamento da Denunciada. Caso o Denunciante decida dar continuidade ao objeto da Denúncia nº 6711, solicitar à GFIS que verifique se é cabível lavrar o Auto de Infração contra a profissional, devendo-se considerar que as alegações contidas neste processo referem-se mais fortemente ao objeto da Denúncia, preocupação maior da Denunciante. Com relação a essa questão, cabe registrar que quando da visita ao local em 28/10/2015, a GFIS teve oportunidade de esclarecer ao Denunciante que o CAU não tem atribuição para determinar indenizações, e que seria apurada a conduta ética da responsável técnica da empresa (fls. 34).

106. Processo nº 2016.4.0401

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 003/2017 - 03/04/2017 Distribuído ao conselheiro Sergio Oliveira Nogueira

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2017 04/05/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Sérgio Nogueira: há indícios de falta ética e disciplinar constantes do Código de Ética e Disciplina do CAU BR, no campo das Obrigações Gerais, artigos 1.2.1. à 1.2.4. No entanto, antes da admissibilidade do processo, que a denunciada apresente no prazo de trinta dias, defesa prévia e fundamentada quanto às alegações da Denunciante, e que a notifique pelos meios possíveis a este Conselho;

107. Processo nº 2016.4.0524

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Distribuído ao Conselheiro Almir Fernandes

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2017 - 25/05/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Almir Fernandes: Em face do exposto, e para melhor ajuizar a admissibilidade da Denúncia tornam-se necessários alguns esclarecimentos. Inicialmente, parece razoável que se consulte a AJUR se está na competência do CAU apreciar os delitos apontados pela Denunciante em sua representação, a saber: Arq. Urb. X – abuso de autoridade, desvio de finalidade, abuso de poder, improbidade administrativa, falsidade ideológica (fls. 67 e 68) Arq. Urb. Y – falsidade ideológica (fls 69 e 70). O código de ética e Disciplina ao destacar as Funções Deontológicas do Código, em seu Preâmbulo, estabelece que seus termos devem ser integralmente acatados e obedecidos por todos os arquitetos e urbanistas, inclusive na função de servidor público. Apesar desses dispositivos, arrisco-me a indagar se a atuação do CAU poderia ocorrer após o julgamento dos processos que estão em andamento no Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro e na Secretaria Municipal de Ordem Pública, conforme consta na Representação apresentada pela Denunciante (fls. 05).

108. Processo nº 2016.4.0553

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Distribuído ao Conselheiro Almir Fernandes

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2017 - 25/05/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Almir Fernandes: Em face do exposto, e para melhor ajuizar a admissibilidade da Denúncia tornam-se necessários alguns esclarecimentos junto à Denunciante, particularmente no que se refere à descrição apresentada na Denúncia. Ainda que a representação contra a Denunciada, citada claramente às fls. 14 e 15, indique às infrações à elas imputadas pela Denunciante, tem sua objetividade prejudicada pelo fato de, em suas alegações finais, denunciar os três profissionais envolvidos em conjunto, ou seja, a Denunciada e mais dois servidores municipais acima citados (fls. 16 e 17). Na falta de notificação à Denunciada, e parecendo que a mesma não está ciente de sua condição neste Processo, é razoável que seja adotado esse procedimento. Intima-se a Denunciada que apresente no prazo de 30 (trinta) dias a defesa prévia a respeito.

109. Processo nº 2016.3.0509

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Distribuído ao Conselheiro Sérgio Nogueira

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2017 04/05/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Sérgio Nogueira: para o melhor embasamento da análise da admissibilidade: que se notifique a Prefeitura Municipal de Macaé a fornecer as cópias de todas as Licenças de Construção emitidas nos anos de 2015 e 2016 para a devida instrução de processo em curso neste Conselho; que se notifique a arquiteta a apresentar declaração, documentos ou provas que substanciem o alegado à fiscalização em e-mail por ela enviado ao CAU RJ; que se notifique a Denunciada a apresentar defesa quanto à denúncia de falta ética relatada no presente processo; que

se estipule o prazo de trinta dias para as respostas às notificações, enviadas pelo Correios via AR, e-mails, ou por Edital;

110. Processo nº 2016.4.0543

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Distribuído ao Conselheiro José Mauro Carrilho Guimarães

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2017 04/05/2017 Encaminhamento feito pelo José Mauro Carrilho Guimarães: em virtude do exposto e dos fatos apresentados, encaminho à Gerência de Fiscalização para que seja realizada fiscalização in loco, em razão do questionamento feito às Folhas 17 e 18, face a apresentação de prova documental, às Folhas 22 e 23, no decorrer do processo, objeto da Denúncia;

111. Processo nº 2015.0506

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Distribuído ao Conselheiro José Mauro Carrilho Guimarães

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2017 04/05/2017 Acolhido por unanimidade o voto do Conselheiro José Mauro Carrilho Guimarães, pela não admissibilidade da denúncia realizada nos autos, em razão da ausência do fator gerador da denúncia, face a não apresentação de prova documental, essencial ao juízo de convicção desta CED, nos termos do artigo 4º da Resolução CAU/BR nº 34. Arquite-se

112. Processo nº 2016.4.0588

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Distribuído ao Conselheiro José Mauro Carrilho Guimarães

SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2017 04/05/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro José Mauro Carrilho Guimarães: em virtude do exposto e dos fatos apresentados, para melhor ajuizar a admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração aos itens, do Código de Ética e Disciplina do CAU, nos termos do artigo 4ª da Resolução CAU/BR nº 34, intimando a Denunciada, para que apresente documentos listados no prazo de 30(trinta) dias. Deverão ser apresentados os seguintes documentos pela Denunciada, com os respectivos comprovantes de pagamentos, quando assim couber: 1) RRT de Execução de Projeto, conforme citação no processo objeto da Denúncia; 2) RRT de Fiscalização do Serviço (Acompanhamento de Obra), conforme citação no processo objeto da Denúncia; 3) Apresentação do Projeto Arquitetônico do serviço objeto da denúncia e do RRT que define Execução de reforma de edificação com a descrição "Reforma de manutenção do terraço com troca de telhas"; 4) Apresentação do protocolo com o número do processo, para obtenção da Licença de Obra junto à respectiva Secretaria da Prefeitura Municipal de São Gonçalo; 5) Esclarecimentos sobre a Recomendação objeto do comunicado da COMDEC – Coordenação Municipal de Defesa Civil;

113. Processo nº 2016.4.0526

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Distribuído ao Conselheiro José Mauro Carrilho

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2017 - 25/05/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro José Mauro Carrilho Guimarães: Em virtude do exposto e dos fatos apresentados, para melhor ajuizar a admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração aos itens, do Código de Ética e Disciplina do CAU, nos termos do artigo 4ª da resolução CAU/BR nº 34, intimando o Denunciado, na citação de Responsável Técnico, as Folhas 18, para que apresente documentos listados no prazo de 30 (trinta) dias. 1) RRT de Execução de Projetos (Arquitetura, Elétrica e Hidrossanitária) relativos ao endereço mencionado na Denúncia, formalizada, conforme citação, com respectivo comprovante de pagamentos; 2) RRT de Fiscalização dos Serviços (Acompanhamento de Obras) para os Projetos acima identificados, se assim couber, relativo ao endereço mencionado na Denúncia, conforme citação, com respectivo comprovante de pagamentos; 3) Apresentação de cópia de Projeto Arquitetônico do Empreendimento, objeto da Denúncia, que foi aprovado junto à Prefeitura Municipal de Niterói sob o número de Processo XXXXX, mencionado na Cerdidão de Registro de Imóveis, Cartório 8º Ofício de Niterói, 20 de Abril de 2015; 4) Apresentação do Projeto de Instalações Elétricas, cópia do Projeto Executivo e/ou "As Built", referente ao endereço do Empreendimento citado na Denúncia; 5) Apresentação do Projeto de Instalações Hidrossanitárias, cópia do Projeto Executivo e/ou "As Built", referente ao endereço do Empreendimento citado na Denúncia;

114. Processo nº 2015.4.0646

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Distribuído ao Conselheiro José Mauro Carrilho

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2017 - 25/05/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro José Mauro Carrilho Guimarães: Em virtude do exposto e dos fatos apresentados, para melhor ajuizar a admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração aos itens, do Código de Ética e Disciplina do CAU, nos termos

do artigo 4^a da resolução CAU/BR nº 34, intimando o Denunciado, na citação de Responsável Técnico, para que apresente documentos listados no prazo de 30 (trinta) dias. 1) Apresentação de cópia do Projeto Arquitetônico Original do Edifício Residencial, objeto da denúncia, que foi aprovado junto à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – PCRJ, conforme solicitação da Fiscalização às Folhas 12, 23 e 50, com o respectivo RGI – Registro Geral de Imóvel, onde identifica e associe o Lote e o PAL à referida Construção Residencial Multifamiliar, bem como outros elementos técnicos que identifique serem necessários e entregues para atendimento à exigência formalizada.

115. Processo nº 2016.4.0492

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Distribuído Conselheiro José Mauro Carrilho
SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2017 - 25/05/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro José Mauro Carrilho Guimarães: Em virtude o exposto e dos fatos apresentados, para melhor ajuizar a admissibilidade da denúncia realizada nos autos, por possível infração aos itens, do Código de Ética e Disciplina do CAU, nos termos do artigo 4º da Resolução nº 34, intimando o Denunciado, devidamente ciente ao assinar a Prévia da Transação Extrajudicial, às Folhas 58 a 60, para que apresente documento listado no prazo de 30 (trinta) dias. 1) Apresentação de cópia de RRT, devidamente pago, para a fiscalização do serviço do objeto da denúncia;

116. Processo nº 2016.4.0490

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Distribuídos ao Conselheiro Sérgio Nogueira
SÚMULA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 004/2017 04/05/2017 5.1. Distribuídos ao Conselheiro José Mauro Carrilho Guimarães os seguintes processos: 2016.4.0526; 2015.4.0646 e 2016.4.0492; 5.2. Distribuídos ao Conselheiro Sérgio Nogueira os seguintes processos: 2016.4.0490 e 2016.3.0216.
SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2017 - 25/05/2017 Encaminhamento feito pelo Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva: Ainda no juízo da admissibilidade, que se notifique a Denunciada a apresentar defesa prévia na intenção de melhor intuir o processo e garantir a ampla defesa, pelos meios possíveis a este Conselho, no prazo de trinta dias.

117. Processo nº 2016.3.0216

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 004/2017 27/04/2017 Distribuídos ao Conselheiro Sérgio Nogueira

118. Processo nº 2016.4.0550

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2017 - 25/05/2017 Acolhido por unanimidade o voto do Conselheiro Ronaldo José da Costa, pela não admissibilidade da denúncia com posterior arquivamento do processo, considerando que o teor da denúncia trata-se de uma questão no âmbito interno do Órgão Municipal e que não cabe a esse Conselho avaliar pareceres internos de quaisquer Órgãos Públicos, pois tal denúncia deixa claro que são questões de divergência de documentações do processo municipal de licenciamento.

119. Processo nº 2016.4.0585

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2017 - 25/05/2017 Distribuído ao Conselheiro Almir Fernandes

120. Processo nº 2017.4.0044

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2017 - 25/05/2017 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo Foster

121. Processo nº 2017.4.0026

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2017 - 25/05/2017 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo Foster

122. Processo nº 2016.4.0112

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2017 - 25/05/2017 Distribuído ao Conselheiro Ronaldo Costa

123. Processo nº 2017.4.0051

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2017 - 25/05/2017 Distribuído ao Conselheiro José Mauro Carrilho Guimarães

124. Processo nº 2017.4.0052

SÚMULA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 005/2017 - 25/05/2017 Distribuído ao Conselheiro José Mauro Carrilho Guimarães

125. Processo nº 2017.3.0105

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 065/2017 – [...]Considerando o Relatório e Voto do Relator, Conselheiro José Mauro Carrilho Guimarães, aprovado pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ na data de 26 de outubro de 2017, referente ao processo administrativo ético-disciplinar nº 2017-3-0105; DELIBEROU: Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/RJ, de 26 de outubro de 2017, pela improcedência e arquivamento da denúncia. Com 12 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção.

ii. Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais

2014

1. Processo nº 115.511/14

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA nº 30/2014 – 9/06/2014 DENÚNCIA - RELATORA: ANA PAULA COSTA ANDRADE: Considerando a denúncia postulada em desfavor de profissional arquiteto e urbanista referente à elaboração de projeto de arquitetura de interiores e decoração da residência do denunciante; considerando o relato da denunciada de que infelizmente “por ter seu tempo mais limitado ela realmente não deu continuidade ao trabalho”; considerando resposta do denunciante de que “a obra restou técnica e inapelavelmente prejudicada. O prejuízo, a decepção e a insatisfação incalculáveis”; considerando ainda que a denunciada feriu a Regra 3.2.7 “O arquiteto e urbanista deve prestar seus serviços profissionais levando em consideração a sua capacidade de atendimento em função da complexidade dos serviços”. E, a Regra 3.2.12. “O arquiteto e urbanista deve manter seus contratantes informados sobre quaisquer questões ou decisões que possam afetar a qualidade, os prazos e custos de seus serviços profissionais”. A Comissão recomenda aplicar advertência reservada e multa de 04 (quatro) anuidades, conforme a Resolução nº 58. PRESIDENTE JOEL CAMPOLINA: Colocou em votação o parecer, que foi aprovado por unanimidade.

2. Processo nº 118.572/14

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA nº 30/2014 – 9/06/2014 DENÚNCIA - RELATORA: ANA PAULA COSTA ANDRADE: Considerando a denúncia postulada em desfavor de profissional arquiteto e urbanista referente a suposta falsificação de assinatura em documentos para aprovação de projeto na Prefeitura. Considerando reunião realizada na sede do CAU/MG em 19/05/2014, com declaração do denunciado em assumir assinar pelos clientes documentos relacionados à aprovação de projetos na Prefeitura; considerando declaração da testemunha, o qual ressaltou que já havia ocorrido anteriormente a assinatura fraudulenta em documentos públicos e, na oportunidade, solicitou ao denunciado que não reincidisse nessa atitude, sendo que houve a reincidência. A Comissão recomenda advertência reservada por ter ferido ao Código de Ética na Resolução nº 52 em Obrigações Gerais, na Regra 1.2.4 e na Regra 1.2.5., somada a multa de 04 (quatro) anuidades, conforme a Resolução nº 58. PRESIDENTE JOEL CAMPOLINA: Colocou em votação o parecer, que foi aprovado com 12 (doze) votos favoráveis. Ausente o Conselheiro Júlio Guerra Torres.

3. Processo nº 139.309/14

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA nº 32/2014 – 18/08/2014 DENÚNCIA – Conselheira Vera Maria N. Carneiro Araújo: Considerando a denúncia postulada em favor de profissional arquiteto e urbanista referente a contratação para elaboração de projeto arquitetônico para reforma de residência, o denunciante informa que houve dificuldade na comunicação com a denunciada e problemas para aprovação do projeto junto à Prefeitura Municipal. A arquiteta e urbanista recebeu o valor combinado em três parcelas. Após conclusão do projeto e tendo sido ele apresentado à Prefeitura este foi devolvido para correção de 21 erros. Após o envio do projeto “dito” corrigido por e-mail, plotou as cópias das plantas necessárias, mas não conseguiu as assinaturas da arquiteta, pois não comparecia à sua casa e nem indicava local onde devia levar os documentos para que ela assinasse. Fez denúncia no Juizado especial cível via Ação de rescisão de contrato de prestação de serviços profissionais com a restituição dos valores pagos. Solicitou o cancelamento do pedido de alvará e contratou outro profissional. Foram registrados, respectivamente, os RRTs referentes à execução de reforma e projeto arquitetônico de reforma. Houve manifestação do denunciante que informou que, após ser contatada pela Comissão de Ética, a profissional o procurou para assinar os documentos, mas informou que desejava a rescisão do contrato, visto que, a mesma foi desidiosa em sua prestação de serviços profissionais. Considerando que a profissional em suas informações mostrou a forma displicente com que tratou o contrato de trabalho; considerando que houve infração à Regra 3.2.12 - “O arquiteto e urbanista deve manter seus contratantes informados sobre quaisquer questões ou decisões que possam afetar a qualidade, os prazos e custos de seus serviços profissionais”, a Comissão recomenda por aplicar a pena de Advertência reservada e multa de 4 (quatro) anuidades conforme Resolução 58 em seu anexo e, baixar os RRTs por destrato de trabalho. PRESIDENTE JOEL CAMPOLINA: Colocou em votação o parecer, que foi aprovado com 14 (quatorze) votos favoráveis, com abstenção da Conselheira Vera Therezinha de Almeida de Oliveira Santos. Ausente a Conselheira Marieta Cardoso Maciel.

4. Processo nº 123.438/14

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA nº 33/2014 – 22/09/2014 DENÚNCIA- CONSELHEIRO RONALDO MOREIRA MARQUES: Considerando denúncia postulada em desfavor de profissional arquiteto e urbanista referente à contratação de serviços para execução de projeto arquitetônico e estrutural, em que o denunciante informa que houve problemas para aprovação na Prefeitura e a dificuldade na comunicação com o denunciado; *considerando que a Comissão de Ética e Disciplina convocou às partes para participar de um encontro para conciliação, sendo que o denunciado não compareceu, a reunião foi realizada apenas com a presença e o relato do denunciante. Diante disso, a Comissão julgou a admissibilidade do Processo e deliberou por instaurar a infração ético-disciplinar. Noutra oportunidade a Comissão convocou o denunciado para esclarecimentos sobre a denúncia, e nesta reunião, ficou acordado que este tentaria uma conciliação com o denunciante até a data de 14/07/2014; considerando que em 15 de julho de 2014 a Comissão solicitou ao denunciante manifestação imediata e formal sobre eventual conciliação e motivação de supressão da denúncia, este comunicou que o profissional arquiteto e urbanista o contatou para terminar o projeto. Embora a conciliação, ainda, não tenha acontecido o denunciante acredita que o processo deve continuar; considerando a infração ético-disciplinar aos incisos IX e X, do Artigo 18, da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, ser desidioso na execução do trabalho. A comissão recomenda aplicar a penalidade de advertência reservada e multa de 4 (quatro) anuidades, previstas no artigo 19, da Lei 12.378/2010 e no Anexo, da Resolução nº 58, de 05 de outubro de 2013.* CONSELHEIRO DENNISON CALDEIRA ROCHA: Demonstrou sua preocupação em relação a alguns processos, para que o CAU não se transforme em um tribunal de primeira instância, destinado a resolver questões comerciais e financeiras. CONSELHEIRO JÚLIO CÉSAR DE MARCO: Destacou a importância do papel da Comissão de Ética de realizar a conciliação antes da admissibilidade do processo. Entretanto, no organograma do CAU/BR a conciliação está depois da admissibilidade e, no seu ponto de vista, este procedimento não está adequado. CONSELHEIRA ANA PAULA COSTA ANDRADE: Nesse sentido, falou sobre a importância da Comissão de Ética participar das reuniões da Comissão de Ética do CAU/BR para apresentar suas considerações. Isso ocorreu na reunião realizada em Diamantina, momento para discussão e apresentação das considerações sobre a conciliação acontecer antes da admissibilidade. PRESIDENTE JOEL CAMPOLINA: Após as discussões, colocou em votação o parecer, que foi aprovado com 13 (treze) votos favoráveis. 02 (dois) votos contrários:

5. Processo nº 141.648/14

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA nº 33/2014 – 22/09/2014 DENÚNCIA- CONSELHEIRA VERA MARIA N. CARNEIRO M. DE ARAÚJO: Considerando denúncia postulada em desfavor de profissional arquiteto e urbanista referente suposto descumprimento do contrato para serviço de regularização e de acompanhamento da obra para ampliação da residência do denunciante, aprovação na Prefeitura e, da dificuldade para comunicação com o profissional; *considerando que o arquiteto e urbanista declarou que a Prefeitura exigiu Levantamento Topográfico e RT Geotécnica e, este apresentou alguns profissionais para resolver as pendências; considerando que a legalização da obra não foi realizada, a Prefeitura expediu uma multa ao denunciante no valor de R\$ 8.870,03; considerando que o denunciado defende seu direito de receber por um pagamento feito ao Engenheiro que assumiu RT Geotécnica no valor de R\$ 650,00 e três vistorias no valor de R\$ 135,00, totalizando R\$1055,00; considerando que na reunião para conciliação entre as partes, ficou acordado que o denunciado iria transferir a dívida da Prefeitura para o seu nome e, o denunciante depositaria na conta do denunciado o valor de R\$1.055,00; considerando que foi cumprido o acordo. A Comissão recomenda o arquivamento do processo.* PRESIDENTE JOEL CAMPOLINA: Colocou em votação o parecer, que foi aprovado com 15 (quinze) votos favoráveis. Ausente o Conselheiro Júlio César De Marco.

6. Processo nº 17153112014

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA nº 36/2014 – 15/12/2014 DENÚNCIA · CONSELHEIRA VERA MARIA NAVES CARNEIRO MASCARENHAS DE ARAÚJO: *Considerando denúncia postulada com declarações prestadas por servidor público o qual realiza/elabora projetos e apenas colhe a assinatura de profissional arquiteto e urbanista; considerando que a Comissão de Ética e Disciplina convidou o profissional arquiteto e urbanista para participar de uma reunião para prestar esclarecimentos; considerando que neste momento o denunciado declarou que irá ler o Código de Ética e Disciplina do CAU para se inteirar de todos os assuntos e pretende ter uma nova postura profissional a partir de todas as informações que obteve na oitiva; considerando que admitiu, realmente, muitas atitudes fugiam do que é entendido dentro do Código de Ética e que ainda, procurará se informar sobre a postura da Comissão de Ensino e Formação referente à exigência do RRT para atividades que não exerce, mas registrou. A Comissão recomenda aplicar a penalidade de advertência reservada e multa de 08 (oito) anuidades, face à infração ao artigo 18, da Lei 12.378/2010 inciso I e IV.* CONSELHEIRO FELIPE HANAN: Discordou do valor da multa

e disse que deveria ser reduzida para 07 (sete) anuidades, ou seja, o mínimo previsto. Embasou seu raciocínio dizendo que a plenária preza pela cautela e, ainda, remetendo-se a outros processos analisados que, por sua vez, tiveram multa mínima. PRESIDENTE JOEL CAMPOLINA: Após a manifestação do Conselheiro Felipe Hanan, colocou em votação o parecer para aplicar advertência reservada e redução da multa para 7 (sete) anuidades, que foi aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA CAU/MG Nº 132/2014 Assunto: Processo Ético – Arquivo Sigiloso

2015

Não houve processos éticos relatados em atas das plenárias do CAU/MG em 2015.

2016

7. Processo nº 335364/2016

ATA DA 55ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADA EM 19/06/2016 Conselheiro Relator Luiz Cláudio Duarte de Oliveira: Trata-se de procedimento de ofício, oriundo da Gerência de Fiscalização, em desfavor de arquiteto e urbanista com indício de não preenchimento de RRT's relativos às atividades que presta, mas retifica RRT's de outras atividades para cadastrar as novas. Considerando Conselheiro designado para análise e emissão de parecer sobre o referido requerimento, que o fez como segue, nos seguintes termos: *"Considerando a inobservância da regra do item 3.2.8 do código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, o denunciado comunicou informação inverídica ao cliente quando retificou RRT e tomou o RRT inicial um documento inválido. Além disso, tendo em vista que o SICCAU é o sistema que presta serviços via internet relativos ao relacionamento dos profissionais e pessoas jurídicas com o Conselho via internet (Resolução nº 5, de 15 de dezembro de 2011), o profissional deve realizar os procedimentos e solicitações por ele, assim como ser o responsável caso assim não o faça. Caracteriza-se neste caso um agravante de negligência, descuido ou displicência, pois é obrigação do profissional a emissão da documentação de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, caso esta função seja delegada a outrem, o profissional deve fiscalizar a realização desta tarefa. Neste sentido, há afronta direta aos itens do Código de Ética e Disciplina e da Lei 12.378/2010, acima relacionados. Portanto, emito parecer para intimar o denunciado a emitir todos os Registros de Responsabilidade Técnicas retificados que ficaram sem a documentação devida após a retificação. Aplicar sanção de advertência ao arquiteto e urbanista conforme disposto no artigo 19, inciso I, da Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010, em sua modalidade reservada, conforme o artigo 42, parágrafo 2º da Resolução nº 34, do CAUIBR, de 2012 e artigo 6º da Resolução nº 58, do CAU/BR e multa de 1 (uma) anuidade pela circunstância agravante de negligência, conforme artigo 13-A, inciso II, da Resolução nº 58, do CAUIBR."* A presidente VERA MARIA N. CARNEIRO M. DE ARAÚJO, colocou em votação o parecer do conselheiro relator, que foi aprovado com 15 (quinze) votos favoráveis 00 (zero) votos contrários; 00 (zero) abstenções; 00 (zero) ausências e 1 (uma) suspeição do conselheiro Júlio César De Marco.

DELIBERACAO PLENARIA 0055.6.6.1.2016 Assunto: Julgamento de Processo Ético Disciplinar PROTOCOLO SICCAU Nº 335364/2016 SIGILO [...] Considerando o Relatório e Parecer do relator, conselheiro Luiz Cláudio Duarte de Oliveira, referente ao processo ético-disciplinar, protocolo SICCAU nº 335364/2016, aprovado por unanimidade pelos membros da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG. DELIBEROU: 1) Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG; 2) Aplicar sanção de advertência, conforme disposto no inciso 1, do artigo 19, da Lei Federal nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, em sua modalidade reservada, conforme disposto no parágrafo segundo, do artigo 42, da Resolução nº 34, de 6 de setembro de 2012 e artigo 6º da Resolução nº 58, de 5 de outubro de 2013, ambas do CAU/BR, 3) Aplicar multa de 1 (uma) anuidade pela circunstância agravante de negligência, conforme disposto no inciso II, do art. 13-A da Resolução nº 58, do CAU/BR, de 5 de outubro de 2013; 4) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. Esta Deliberação Plenária foi aprovada com 15 (quinze) votos favoráveis 00 (zero) votos contrários; 00 (zero) abstenções; 1 (uma) suspeição do conselheiro Júlio César De Marco e 00 (zero) ausências na reunião. 19/07/2016

8. Processo nº 218010/2015

ATA DA 58ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 25/10/2016 A coordenadora da CED-CAU/MG MARILIA PALHARES MACHADO comunicou que o conselheiro relator Luiz Cláudio Duarte de Oliveira não pode

estar presente na reunião, justificando a sua ausência, mas que enviou o seu parecer para que fosse relatado o fato ocorrido e informar que um Acordo foi firmado entre as partes para conciliar seus interesses, no sentido de registrar um RRT Extemporâneo relativo aos trabalhos realizados em decorrência de contrato de empreitada, havendo a necessidade desse acordo ser homologado pelo Plenário do CAU/MG para ter validade perante as partes. Ressaltou que o Relatório e Parecer do conselheiro relator, conselheiro Luiz Cláudio Duarte de Oliveira foi aprovado, por unanimidade, pelos membros da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG. A presidente VERA MARIA N. CARNEIRO M. DE ARAÚJO colocou em votação o projeto de deliberação plenária que homologa o acordo firmado entre as partes, o denunciante e o denunciado, sendo aprovado com 12 (doze) votos favoráveis ; 00 (zero) votos contrários; 01 (uma) abstenção; 01 (uma) suspeição e 01 (uma) ausência

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA 0063.6.6.1-2017 Assunto: Aprova decisão da CED-CAUMG PROTOCOLO SICCAU Nº 218010/2015 SIGILO JULGAMENTO DE PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Considerando o Relatório e parecer do Conselheiro Relator, às fls. 176 a 178, dos autos do processo ético-disciplinar, protocolo SICCAU nº 208010/2015, aprovado por unanimidade, pelos membros da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG; Considerando a Deliberação Plenária DOPMG nº 0858.5.5/2016, de 25 de outubro de 2016, que homologou o acordo firmado entre as partes, às fls. 167 a 169 dos autos do processo ético-disciplinar, protocolo SICCAU nº 208010/2015, no sentido de registrar os RRT's Extemporâneos relativos aos trabalhos realizados em decorrência de contrato de empreitada; e Considerando que o acordo firmado entre as partes não foi cumprido; Considerando o Relatório e parecer do Conselheiro Relator, às fls. 229 a 235, dos autos do processo ético-disciplinar, protocolo SICCAU nº 208010/2015, aprovado pelos membros da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG. DELIBEROU: 1) Aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG. 2) Aplicar sanção de advertência, conforme disposto no inciso 1, do artigo 19, da Lei Federal nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, em sua modalidade reservada, conforme disposto no parágrafo segundo, do artigo 42, da Resolução nº 34, de 6 de setembro de 2012 e artigo 6º da Resolução nº 58, de 5 de outubro de 2013, ambas do CAU/BR. 3) Aplicar, concomitantemente, à advertência, multa de 4 (quatro) anuidades, conforme Resolução CAU/BR nº 58, de 5 de outubro de 2013. 4) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data.

Esta Deliberação Plenária foi aprovada com 14 (quatorze) votos favoráveis 00 (zero) votos contrários, 00 (zero) abstenções; 01 (uma) suspeição e 01 (uma) ausência 21/03/17

9. Processo nº 294018/2015

ATA DA 58ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 25/10/2016 A coordenadora da CED-CAU/MG MARÍLIA PALHARES MACHADO relatou o fato ocorrido e leu o parecer do conselheiro relator. A conselheira ROSE MEIRE ROMANO pediu vistas ao processo.

ATA DA 59ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 21/11/2016 PEDIDO DE VISTA - CONSELHEIRA ROSE MEIRE ROMANO: A presidente VERA MARIA N. CARNEIRO M. DE ARAÚJO solicitou que a conselheira Rose Meire Romano apresentasse o seu voto fundamentado, tendo em vista que na reunião plenária do mês de outubro, pediu vistas ao processo. A conselheira ROSE MEIRE ROMANO apresentou o Relatório e o seu Voto Fundamentado, e, após várias discussões e posicionamentos divergentes, o conselheiro CLÁUDIO DE MELO ROCHA solicitou o segundo pedido de vista ao processo, ficando adiada a sua decisão para a reunião plenária do mês de dezembro de 2016.

ATA DA 60ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 12/12/2016 SEGUNDO PEDIDO DE VISTA - CONSELHEIRO CLÁUDIO DE MELO COSTA: A presidente VERA MARIA N. CARNEIRO M. DE ARAÚJO ressaltou que o referido processo teve um andamento totalmente diferenciado dos demais que já tramitaram no Conselho, tendo em vista a sua complexidade, lembrando que o Relatório e o Parecer da Conselheira Relatora Marília Palhares Machado, foram aprovados pela maioria dos membros da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG e enviado ao Plenário para julgamento. O referido Relatório e o voto fundamentado foram apresentados a todos os conselheiros presentes, sendo que, após um debate e constatadas algumas divergências de posicionamento, a conselheira ROSE MEIRE ROMANO pediu vistas ao processo, tendo esta, na reunião plenária realizada no mês de novembro de dois mil e dezesseis, apresentado o seu voto fundamentado e não havendo mais uma vez um consenso com relação ao fato ocorrido. Diante dos questionamentos e entendimentos divergentes, o conselheiro Cláudio de Melo Rocha solicitou o segundo pedido de vista do processo, conforme disposto no art. 95 do Regimento Interno do CAU/MG que dispõe que *"todo documento submetido à apreciação do Plenário pode ser objeto de até 2 (dois) pedidos de vista"*, sendo que, neste momento, a presidente VERA MARIA N. CARNEIRO M. DE ARAÚJO ressaltou a importância de que esse processo fosse julgado na reunião, por não mais haver a possibilidade de adiar a decisão do Plenário. A gerente jurídica DANIELA NOGUEIRA DE ALMEIDA, após ter-lhe

sido autorizada a se manifestar no Plenário, pontuou a obrigatoriedade de se votar os 3 (três) pareceres, e, diante do exposto, a presidente VERA MARIA N. CARNEIRO M. DE ARAÚJO colocou em votação o relatório e o parecer da conselheira Marília Palhares Machado que recebeu 4 (quatro) votos favoráveis; 6 (seis) votos contrários; 6 (seis) abstenções e 00 (zero) ausências, tendo, em seguida, colocado o primeiro pedido de vista em votação apresentando o voto fundamentado da conselheira Rose Meire Romano que recebeu 1 (hum) voto favorável da conselheira Rose Meire Romano; 11 (onze) votos contrários dos conselheiros; 4 (quatro) abstenções e 00 (zero) ausências, logo após, então, colocou o segundo pedido de vista em votação relatando o voto fundamentado do conselheiro Cláudio de Melo Rocha, no sentido de julgar improcedente o pedido formulado na denúncia. com o consequentemente arquivamento do processo, sendo aprovado, por unanimidade, com 11 (onze) 2 (dois) votos contrários; 3 (três) abstenções e 00 (zero) ausências.

DELIBERACAO PLENARIA 0060.6.4.1-2016 Assunto: Processo Ético Disciplinar Protocolo SICCAU nº 294018/2015 Sigilo Julgamento de processo Ético-Disciplinar [...] Considerando o Relatório e Parecer da relatora, conselheira Marília Palhares Machado, referente ao processo ético-disciplinar, protocolo SICCAU nº 294018/2015, aprovado pela maioria dos membros da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG; Considerando o voto fundamentado do primeiro pedido de vista da Conselheira Rose Meire Romano; Considerando o voto fundamentado do segundo pedido de vista do Conselheiro Cláudio de Melo Rocha; e Considerando os votos colhidos na apreciação do voto original e dos votos fundamentados de pedido de vista; DELIBEROU: 1.) Acatar as razões do voto fundamentado do Conselheiro Cláudio de Melo Rocha, no sentido de julgar improcedente o pedido formulado na denúncia, com o consequentemente arquivamento do processo. 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data.

Esta Deliberação Plenária foi aprovada, por unanimidade, com 11 (onze) votos favoráveis 02 (dois) votos contrários 03 (três) abstenções 00 (zero) ausências. 12/12/16

10. Processo nº 451967/2016

ATA DA 67ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 18/07/2017 CONSELHEIRO RELATOR JÚLIO CÉSAR DE MARCO: Considerando recurso interposto à decisão da Comissão de Ética e Disciplina da inadmissibilidade da denúncia ético disciplinar, foi designado Conselheiro para análise e emissão de parecer sobre o referido requerimento, que o fez como segue.' "A denúncia apresentada bem demonstra um dos grandes desafios que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo tem a enfrentar no sentido de, ainda, ter de informar seus próprios profissionais integrantes sobre a sua atuação em defesa da Arquitetura e Urbanismo. Ela se ressaltava aos termos em mente que envolve um arquiteto e urbanista que faz parte do corpo docente de uma instituição de ensino sendo, portanto, um formador de opinião, chamando a atenção para muitas ações por serem empreendidas pelas Comissões de Ensino e Formação em todo o país, através de realização de reuniões com essas entidades, palestras e seminários com a participação de várias delas, a exemplo do que vem sendo desenvolvido em Minas Gerais. Em primeiro lugar, há que se nivelar a informação através de discussões de cunho profissional e acadêmico, para que todas as instituições possam estar imbuídas das exigências colocadas em nosso Código de Ética e Disciplina que, devem, como previsto no próprio Código, ser apresentadas ao corpo discente como valores que diferenciam a atuação do Arquiteto e Urbanista dos demais profissionais. Assim este profissional vai adquirir, cada vez mais maior valor junto à Sociedade e consolidar sua atuação a bem do desenvolvimento desta Sociedade. O denunciado, ainda não percebeu que o Conselho preserva o campo de atuação do arquiteto e urbanista que ele forma, o que dá maior importância à sua própria função de formador de profissionais, criando um ciclo virtuoso.' a academia forma bons profissionais que atuarão num mercado de trabalho mais justo e que demanda por profissionais cada vez mais bem formados exigindo academias cada vez mais prontas a formar este profissional. O nosso Código de Ética e Disciplina tem uma abordagem educativa, antes que disciplinar, a permitir a realização de discussões como esta que se faz através deste processo. Consta das 'Funções Deontológicas do Código' que "a primeira (função deontológica) e precedente, é a função educacional preventiva, que tem por objetivo a informação pública sobre a dignidade da Arquitetura e Urbanismo de deveres de seus profissionais". À medida que este é um processo cujos atos terão divulgação entre os envolvidos e que as questões pertinentes aos cuidados que devem ser tomados na atuação ética disciplinar estarão devidamente referenciadas e esclarecidas, entende-se estar sendo cumprida esta função. O fato que se demanda que se investigue foi comentário de caráter não construtivo feito em rede social, e relativo à atuação de uma Conselheira e do Conselho, causa consternação a todos Conselheiros que executam suas funções em caráter honorífico, ao verificar que existem manifestações dissonantes que são colocadas de modo não apropriado em redes sociais, o que não é caso específico só neste caso e só nas redes do Conselho Fatos como estes impedem que desenvolvamos, ainda, uma comunicação e interação mais construtiva, pró ativa e sinérgica. No entanto, o fato em si ficou restrito

àquela circunstância temporal, uma vez que foi assegurado o direito de resposta, tendo ele sido utilizado parcialmente, de modo discricionário pela denunciante. Por estes motivos, indico pela inadmissibilidade da denúncia ético-disciplinar". A Presidente VERA MARIA N. CARNEIRO M. DE ARAÚJO colocou em votação, sendo aprovada com 14 (quatorze) votos favoráveis 00 (zero) votos contrários, 00 (zero) abstenções e 01 (uma) ausência. DPOMG nº 0067.01-2017 Assunto: Denúncia Ética Disciplinar – Protocolo SICCAU 451967-2016 SIGILO Inadmite a denúncia ética-disciplinar, protocolada no SICCAU sob nº 451967/2016 [...] Considerando o Relatório e Parecer da Conselheira Relatora, aprovado, por unanimidade, pelos membros da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG; Considerando o recurso interposto à decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG; e Considerando o Relatório e Voto Fundamentado do Conselheiro Relator que apreciou o recurso interposto à decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG. DELIBEROU: 1) Por inadmitir a denúncia ético-disciplinar apresentada, protocolada no SICCAU sob nº 451967/2016. 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. Esta Deliberação Plenária foi aprovada com 14 (quatorze) votos favoráveis; 00 (zero) votos contrários, 00 (zero) abstenções e 01 (uma) ausência 18/07/2017

2017

11. Processo nº 21810/2015

ATA DA 63ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 21/03/2017 A Presidente VERA MARIA N. CARNEIRO M. DE ARAÚJO solicitou que o Conselheiro Relator apresentasse o item de pauta. O Conselheiro Relator leu o Relatório fundamentado e o seu parecer, conforme transcrição nos seguintes termos: *"A arquiteta e urbanista denunciada preencheu extemporaneamente o RRT de parte da obra realizada em Igarapé, Minas Gerais. Para que tal registro fosse aceito pelo CAU, torna-se necessária sua aprovação pelo CAUIMG, o que não foi possível já que havia erros no seu preenchimento. Os erros foram comunicados à denunciada, tendo lhe sido informado que, após as devidas correções, seu RRT extemporâneo seria aceito e concluído. No entanto, a correção não aconteceu, encontrando-se no histórico todos os fatos ocorridos que, sem resultado, buscaram levar a denunciada à conclusão do RRT. Destaco que a profissional denunciada, acessou o Sistema de Informação e Comunicação do CAU - SICCAU -, e preencheu o devido RRT extemporâneo nº 1707725 no dia 29/10/2013, não mais voltando a alterar e/ou corrigir tal documento conforme orientou o CAUIMG por diversas comunicações por ela recebidas. Fica, pois, caracterizada a infração ética por deixar de observar o art. 18, inciso XII, da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, por "não efetuar Registro de Responsabilidade Técnica quando for obrigatório". Portanto, opino pela aplicação da sanção de advertência, artigo 19, inciso I, da Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010, em sua modalidade reservada, conforme o artigo 42, parágrafo 2º da Resolução CAUIBR nº 34, de 6 de setembro de 2012 e artigo 6º da Resolução CAUIBR nº 58, de 5 de outubro de 2013; - Aplicar concomitantemente à advertência, multa de 4 (quatro) anuidades, conforme quadro anexo à Resolução CAUIBR nº 58, de 5 de outubro de 2013.* A Presidente VERA MARIA N. CARNEIRO M. DE ARAÚJO colocou em discussão, e após suscitadas as dúvidas apresentadas pelos conselheiros, colocou em votação o relatório e o parecer do Conselheiro Relator, sendo aprovado com 14 (quatorze) votos favoráveis 00 (zero) votos contrários, 00 (zero) abstenções; 1 (uma) suspeição e 1 (uma) ausência

12. Processo nº 297983/2015

ATA DA 63ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 21/03/2017 A Presidente VERA MARIA N. CARNEIRO M. DE ARAÚJO solicitou que o Conselheiro Relator apresentasse o item de pauta. O Conselheiro Relator leu o Relatório fundamentado e o seu parecer, conforme transcrição nos seguintes termos: *"Analisando a documentação e as manifestações de ambas as partes, opino que não houve infração ético-disciplinar, descumprimento à Resolução nº 52 do CAUIBR, de 6 de setembro de 2013, ou violação a Li nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010. Meu parecer é pela IMPROCEDÊNCIA do pedido de determinar uma sanção ético-disciplinar ao denunciado. Intimem-se as partes: A Presidente VERA MARIA N. CARNEIRO M. DE ARAÚJO colocou em discussão a matéria. As 17h 55min, comunicou da necessidade de aprovar a prorrogação da reunião por mais 30 (trinta) minutos, sendo aprovada por todos os conselheiros presentes. Após suscitadas as dúvidas apresentadas pelos conselheiros, colocou em votação o relatório e o parecer do Conselheiro Relator, sendo aprovado com 13 (treze) votos favoráveis 00 (zero) votos contrários; 00 (zero) abstenções; 01 (uma) suspeição e 02 (duas) ausências*

13. Processo nº 139309/14

ATA DA 65ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 23/05/2017 A Presidente VERA MARIA N. CARNEIRO M. DE ARAÚJO solicitou que a Conselheira Relatora Marília Palhares Machado apresentasse o seu Relatório e

Voto Fundamentado. Após explanação e suscitadas as dúvidas apresentadas, colocou em votação sendo aprovada a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG, que deliberou pela improcedência da denúncia apresentada com 11 (onze) votos favoráveis; 00 (zero) votos contrários; 01 (uma) abstenção02 (duas) ausências

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA 0065.6.12.1.2017 Assunto: Julgamento processo-ético disciplina PROTOCOLO SICCAU Nº 139309/2014 SIGILO [...] Considerando o Relatório e Parecer da Conselheira Relatora, referente ao processo ético-disciplinar, protocolo SICCAU nº 139309/2014/2015, aprovado por unanimidade pelos membros da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG. DELIBEROU: 1) Por aprovar a decisão da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG, deliberando pela improcedência da denúncia apresentada. 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data.

Esta Deliberação Plenária foi aprovada com 11 (onze) votos favoráveis 00 (zero) votos contrários; 01 (uma) abstenção 02 (duas) ausências 23/05/17

14. Processo nº 481704/2017

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DO CAU/MG -DPO/MG Nº 0072.3.3/2017 – [...]Considerando a Deliberação nº 14/2017 da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG que encaminha o Relatório e Voto do Conselheiro Relator referente ao processo ético-disciplinar CAU/MG nº 481704/2017 ao Plenário do CAU/MG. DELIBEROU: 1) Por julgar improcedente a denúncia ética-disciplinar apresentada, protocolada no SICCAU sob nº 481704/2017. 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. Esta Deliberação Plenária foi aprovada com 13 (treze) votos favoráveis e 02 (duas) ausências. 12/12/2017

15. Processo nº 481677/2017

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DO CAU/MG -DPOMG Nº 0072.3.2/2017 – [...]Considerando a Deliberação nº 12/2017 da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/MG que encaminha o Relatório e Voto do Conselheiro Relator referente ao processo ético-disciplinar CAU/MG nº 481677-2017 ao Plenário do CAU/MG.

DELIBEROU: 1.) Por julgar improcedente a denúncia ética-disciplinar apresentada, protocolada no SICCAU sob nº 481677-2017. 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. Esta Deliberação Plenária foi aprovada com 11 (onze) votos favoráveis e 04 (quatro) ausências. 12/12/2017.

16. Processo nº 372105/2017

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DO CAU/MG -DPOMG Nº 0072.3.1/2017 – [...]Considerando a Deliberação nº 13/2017 da Comissão de Ética e Disciplinad o CAU/MG que encaminha o Relatório e Voto do Conselheiro Relator referente ao processo ético-disciplinar CAU/MG nº 372105-2016 ao Plenário do CAU/MG. DELIBEROU: 1) Por julgar procedente, nos termos do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, a denúncia ética-disciplinar apresentada e protocolada no SICCAU sob nº 372105/2017. 2.) Aplicar sanção de advertência reservada, artigo 19, inciso I da Lei 12.370/2010 e inciso II, artigo 63, da Resolução CAU/BR nº 143, de 13 de junho de 2017, e multa de 7 (sete) anuidades, artigos 67 e 69 da Resolução nº 143, de 13 de junho de 2017; 3.) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. Esta Deliberação Plenária foi aprovada com 07 (sete) votos favoráveis. 12/12/2017

iii. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo

2014

Não se encontravam disponíveis os comentários sobre os processos do CED/ES nas atas das reuniões plenárias realizadas em 2014. (Em 15/11/2017)

2015

1. Processo nº 43/2014

ATA DA 29ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - 19/05/2015 – O presidente Tito Carvalho passou a palavra para o relator do processo, conselheiro André Luiz de Souza, que informou que este processo veio migrado do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo - CREA-ES. leu o relatório e parecer, que na CED-CAU/ES foi aprovado por unanimidade em sua 16ª reunião, realizada em 09 de dezembro de 2014, sendo favorável ao

enquadramento do arquiteto e urbanista denunciado no art. 8º inciso III do Código de ética do CREA-ES, bem como no art. 10, I, a, b e c, e III, f e aplicação da penalidade prevista no § 2º do art. 52 da Resolução Confea 1004/2003. Sugeriu então que a censura pública seja publicada em jornal de circulação, na fan page do CAU/ES e que se deixe fixado em mural do CAU/ES por período não superior a seis meses. O presidente Tito Carvalho submeteu a votação e a aprovação. O relatório e parecer do conselheiro relator no Processo ético-disciplinar nº 043/2014, iniciado no CREA-ES sob o nº 17929/2010 foi aprovado por seis votos favoráveis e duas abstenções.

DELIBERAÇÃO CAU/ES Nº 54, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016 Aprova o relatório e parecer do conselheiro relator no Processo Ético-Disciplinar nº 043/2015. Considerando o relatório e parecer do relator, Conselheiro André Tomoyuki Abe, fls. 38/40, aprovado por unanimidade na 32ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 25 de agosto de 2016, na sede do CAU/ES, que concluiu ter o denunciado infringido o inciso I do artigo 18 da lei 12.378/2010, e pela aplicação das penalidades de advertência reservada e multa de 7 (sete) anuidades, previstas no subitem 7.1, inciso I do anexo da Resolução CAU nº 58, de 05 de outubro de 2013. DELIBEROU: 1) Aprovar, na íntegra, por maioria de votos, o relatório e parecer do relator, Conselheiro André Tomoyuki Abe, referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 043/2015, aprovado por unanimidade na 32ª reunião da CED-CAU/ES, realizada no dia 25 de agosto de 2016. 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. 18/10/2016.

2016

2. Processo nº 85/2014

DELIBERAÇÃO CAU/ES Nº 35, DE 15 DE MARÇO DE 2016 Homologação do acordo firmado pelas partes no Processo Ético-Disciplinar nº 85/2014 [...] Considerando o acordo firmado pelas partes, proposto pelo denunciante, conforme fl. 23, que ensejou o cancelamento do contrato firmado entre as partes, sem qualquer ônus para ambas as partes, não tendo nada a reclamar uma da outra, com o consequente arquivamento do processo junto ao CAU/ES. Considerando que a Conselheira Relatora, Mônica Fittipaldi Binda, opina pela homologação do acordo, pois que a suposta infração não ofende o interesse social e que o acordo foi proposto pelo próprio denunciante. DELIBEROU: 1) Homologar, por unanimidade, o acordo firmado pelas partes nos autos do Processo Ético-Disciplinar nº 85/2014, determinando o seu arquivamento. 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. 15/03/2016.

3. Processo nº 071/2014

ATA DA 41ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 26/07/2016 O presidente Tito Carvalho solicitou que o relator do processo da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo – CED-CAU/ES, conselheiro André Luiz de Souza, realizasse a leitura do relatório e parecer, aprovado por unanimidade na 30ª reunião da CED-CAU/ES, realizada no dia 30 de junho de 2016, na sede do CAU/ES, que concluiu pelo arquivamento do Processo Ético-Disciplinar nº 071/2014. O presidente Tito Carvalho submeteu o relatório e parecer do relator referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 071/2014 a votação e aprovação, sendo aprovado por cinco votos favoráveis e uma abstenção.

DELIBERAÇÃO CAU/ES Nº 44, de 26 de julho de 2016 - Aprova o relatório e parecer do conselheiro relator no Processo Ético-Disciplinar nº 071/2014 [...] Considerando o relatório e parecer do relator, Conselheiro André Luiz de Souza, fls. 52/53, aprovado por unanimidade na 30ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 30 de junho de 2016, na sede do CAU/ES, que concluiu pelo arquivamento do Processo Ético-Disciplinar nº 071/2014. DELIBEROU: 1) Aprovar o relatório e parecer do relator, Conselheiro André Luiz de Souza, referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 071/2014, aprovado por unanimidade na 30ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 30 de junho de 2016. 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. 26/07/2016.

4. Processo nº 071/2014-A

ATA DA 41ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 26/07/2016 O presidente Tito Carvalho solicitou que o relator do processo da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo – CED-CAU/ES, conselheiro André Luiz de Souza, realizasse a leitura do relatório e parecer, aprovado por unanimidade na 30ª reunião da CED-CAU/ES, realizada no dia 30 de junho de 2016, na sede do CAU/ES, que concluiu pelo arquivamento do Processo Ético-Disciplinar nº 071/2014-A. O presidente Tito Carvalho submeteu o relatório e parecer do relator referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 071/2014-A a votação e aprovação, sendo aprovado

por cinco votos favoráveis dos conselheiros Marco Antônio Cypreste Romanelli, André Luiz de Souza, André Tomoyuki Abe, André Victor de Mendonça Alves e Mônica Fittipaldi Binda; e uma abstenção do conselheiro Alberto Bernabé Kirchmayer.

DELIBERAÇÃO CAU/ES Nº 45, de 26 de julho de 2016 - Aprova o relatório e parecer do conselheiro relator no Processo Ético-Disciplinar nº 071-A/2014[...] Considerando o relatório e parecer do relator, Conselheiro André Luiz de Souza, fls. 54/55, aprovado por unanimidade na 30ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 30 de junho de 2016, na sede do CAU/ES, na Rua Helio Marconi, nº 58, Bento Ferreira, Vitória/ES, que concluiu pelo arquivamento do Processo Ético-Disciplinar nº 071-A/2014. DELIBEROU: 1) Aprovar o relatório e parecer do relator, Conselheiro André Luiz de Souza, referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 071-A/2014, aprovado por unanimidade na 30ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 30 de junho de 2016. 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. 26/07/2016.

5. Processo nº 080/2015

ATA DA 41ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 26/07/2016 O presidente Tito Carvalho solicitou que o relator do processo da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo – CED-CAU/ES, conselheiro André Luiz de Souza, realizasse a leitura do relatório e voto. O conselheiro André Tomoyuki Abe comunicou o seu impedimento, abstendo-se de atuar no processo. O Conselheiro Relator procedeu à leitura do relatório e parecer aprovado por unanimidade na 30ª reunião da CED-CAU/ES, realizada no dia 30 de junho de 2016, na sede do CAU/ES, que concluiu ter a denunciada infringido a regra prevista no subitem 5.2.6 do Código de Ética e Disciplina do CAU, e pela aplicação da penalidade de advertência reservada, prevista no subitem 5.2.6. do anexo da Resolução CAU nº 58, de 05 de outubro de 2013, pois a mesma não é reincidente e por não haver circunstâncias agravantes. O presidente Tito Carvalho submeteu o relatório e parecer do relator referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 080/2015 a votação e aprovação, sendo aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO CAU/ES Nº 46, de 26 de julho de 2016 - Aprova o relatório e parecer do conselheiro relator no Processo Ético-Disciplinar nº 080/2015. Considerando o disposto no art. 34, IX da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 que estabelece que compete aos CAUs julgar em primeira instância os processos disciplinares, na forma que determinar o Regimento Geral do CAU/BR; Considerando o relatório e parecer do relator, Conselheiro André Luiz de Souza, fls. 69/72, aprovado por unanimidade na 30ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 30 de junho de 2016, na sede do CAU/ES, que concluiu ter a denunciada infringido a regra prevista no subitem 5.2.6. do Código de Ética e Disciplina do CAU, e pela aplicação da penalidade de advertência reservada prevista no subitem 5.2.6. do anexo da Resolução CAU nº 58, de 05 de outubro de 2013. DELIBEROU: 1) Aprovar o relatório e parecer do relator, Conselheiro André Luiz de Souza, referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 080/2015, aprovado por unanimidade na 30ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 30 de junho de 2016; 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. 26/07/2016.

6. Processo nº 201/2015

ATA DA 41ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 26/07/2016 O presidente Tito Carvalho informou que a relatora da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo – CED-CAU/ES deste processo é a conselheira Sheila de Rezende Basilio Giestas, mas devido a sua ausência solicitou que a conselheira Mônica Fittipaldi Binda realizasse a leitura do relatório e parecer da relatora, aprovado por unanimidade na 30ª reunião da CED-CAU/ES, realizada no dia 30 de junho de 2016, na sede do CAU/ES, que concluiu ter a denunciada infringido o inciso XI do artigo 18 da Lei nº 12.378/2010, e pela aplicação da penalidade de advertência reservada, prevista no subitem 7.1, inciso XI do anexo da Resolução CAU nº 58, de outubro de 2013. O presidente Tito Carvalho submeteu o relatório e parecer da relatora referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 201/2015 a votação e aprovação, sendo aprovado por cinco votos favoráveis; e uma abstenção..

DELIBERAÇÃO CAU/ES Nº 47, de 26 de julho de 2016 Aprova o relatório e parecer do conselheiro relator no Processo Ético-Disciplinar nº 201/2015[...] Considerando o relatório e parecer da relatora, Conselheira Sheila de Rezende Basilio Giestas, fls. 18/19, aprovado por unanimidade, na 30ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 30 de junho de 2016, na sede do CAU/ES, que concluiu ter a denunciada infringido o inciso XI do artigo 18 da lei 12.378/2010, e pela aplicação da penalidade de advertência reservada, prevista no subitem 7.1, inciso XI do anexo da Resolução CAU nº 58, de 05 de outubro de 2013. DELIBEROU: 1) Aprovar o relatório e parecer da relatora, Conselheira Sheila de Rezende

Basílio Giestas, referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 201/2016, aprovado por unanimidade na 30ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 30 de junho de 2016; 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. 26/07/2016.

7. Processo nº 202/2015

ATA DA 41ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 26/07/2016 O presidente Tito Carvalho informou que a relatora da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo – CED-CAU/ES deste processo é a conselheira Sheila de Rezende Basílio Giestas, mas devido a sua ausência solicitou que a conselheira Mônica Fittipaldi Binda realizasse a leitura do relatório e parecer da relatora, aprovado por unanimidade na 30ª reunião da CED-CAU/ES, realizada no dia 30 de junho de 2016, na sede do CAU/ES, que concluiu ter o denunciado infringido o inciso XI do artigo 18 da Lei nº 12.378/2010, e pela aplicação da penalidade de advertência reservada, prevista no subitem 7.1, inciso XI do anexo da Resolução CAU nº 58, de 05 de outubro de 2013. O presidente Tito Carvalho submeteu o relatório e parecer da relatora referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 202/2015 a votação e aprovação, sendo aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO CAU/ES Nº 48, de 26 de julho de 2016 Aprova o relatório e parecer do conselheiro relator no Processo Ético-Disciplinar nº 202/201 [...] Considerando o relatório e parecer da relatora, Conselheira Sheila de Rezende Basílio Giestas, fls. 16/17, aprovado por unanimidade na 30ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 30 de junho de 2016, na sede do CAU/ES, na Rua Helio Marconi, nº 58, Bento Ferreira, Vitória/ES, que concluiu ter o denunciado infringido o inciso XI do artigo 18 da lei 12.378/2010, e pela aplicação da penalidade de advertência reservada, prevista no subitem 7.1, inciso XI do anexo da Resolução CAU nº 58, de 05 de outubro de 2013. DELIBEROU: 1) Aprovar, por unanimidade, o relatório e parecer da relatora, Conselheira Sheila de Rezende Basílio Giestas, referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 202/2016, aprovado por unanimidade na 30ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 30 de junho de 2016. 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. 26/07/2016.

8. Processo nº 204/2015

ATA DA 41ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 26/07/2016 O presidente Tito Carvalho informou que a relatora da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo – CED-CAU/ES deste processo é a conselheira Sheila de Rezende Basílio Giestas, mas devido a sua ausência, solicitou que a conselheira Mônica Fittipaldi Binda realizasse a leitura do relatório e parecer da relatora, aprovado por unanimidade na 28ª reunião da CED-CAU/ES, realizada no dia 28 de abril de 2016, na sede do CAU/ES, que concluiu pelo arquivamento do Processo Ético-Disciplinar nº 204/2015. O presidente Tito Carvalho submeteu o relatório e parecer da relatora, referente ao processo Ético-Disciplinar nº 204/2015 a aprovação e votação, sendo aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO CAU/ES Nº 49, de 26 de julho de 2016 Aprova o relatório e parecer do conselheiro relator no Processo Ético-Disciplinar nº 204/2015 [...] Considerando o relatório e parecer da relatora, Conselheira Sheila de Rezende Basílio Giestas, fls. 16/17, aprovado por unanimidade na 28ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 28 de abril de 2016, na sede do CAU/ES, na Rua Helio Marconi, nº 58, Bento Ferreira, Vitória/ES, que concluiu pelo arquivamento do Processo Ético-Disciplinar nº 204/2015. DELIBEROU: 1) Aprovar, por unanimidade, o relatório e parecer da relatora, Conselheira Sheila de Rezende Basílio Giestas, referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 204/2016, aprovado por unanimidade na 28ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 28 de abril de 2016; 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. 26/07/2016.

9. Processo nº 205/2015

ATA DA 41ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 26/07/2016 O presidente Tito Carvalho informou que a relatora da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo – CED-CAU/ES deste processo é a conselheira Sheila de Rezende Basílio Giestas, e solicitou que a conselheira Mônica Fittipaldi Binda realizasse a leitura do relatório e parecer da relatora, aprovado por unanimidade na 30ª reunião da CED-CAU/ES, realizada no dia 30 de junho de 2016, na sede do CAU/ES, que concluiu ter o denunciado infringido o inciso XI do artigo 18 da Lei nº 12.378/2010, e pela aplicação da penalidade de advertência reservada, prevista no subitem 7.1, inciso XI do anexo da Resolução CAU nº 58, de 05 de outubro de 2013. O presidente Tito Carvalho submeteu o relatório e parecer da relatora referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 205/2015 a votação e aprovação, sendo aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO CAU/ES Nº 50, de 26 de julho de 2016. Aprova o relatório e parecer do conselheiro relator no Processo Ético-Disciplinar nº 205/2015 [...] Considerando o relatório e parecer da relatora, Conselheira Sheila de Rezende Basílio Giestas, fls. 16/17, aprovado por unanimidade na 30ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 30 de junho de 2016, na sede do CAU/ES, na Rua Helio Marconi, nº 58, Bento Ferreira, Vitória/ES, que concluiu ter o denunciado infringido o inciso XI do artigo 18 da lei 12.378/2010, e pela aplicação da penalidade de advertência reservada, prevista no subitem 7.1, inciso XI do anexo da Resolução CAU nº 58, de 05 de outubro de 2013. DELIBEROU: 1) Aprovar, por unanimidade, o relatório e parecer da relatora, Conselheira Sheila de Rezende Basílio Giestas, referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 205/2016, aprovado por unanimidade na 30ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 30 de junho de 2016. 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. 26/07/2016.

10. Processo nº 072/2014

DELIBERAÇÃO CAU/ES Nº 52, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016 Aprova o relatório e parecer do conselheiro relator no Processo Ético-Disciplinar nº 072/2014 [...] Considerando o relatório e parecer da relatora, Conselheira Mônica Fittipaldi Binda, fls. 519/522, aprovado por unanimidade na 31ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 28 de julho de 2016, na sede do CAU/ES, na Rua Helio Marconi, nº 58, Bento Ferreira, Vitória/ES, que concluiu ter a denunciada descumprido a regra constante do subitem 1.2.5 do Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, e pela aplicação das penalidades de advertência reservada e multa de 7 (sete) anuidades, previstas no subitem 1.2.5 do anexo da Resolução nº 58, de 05 de outubro de 2013. DELIBEROU: 1) Aprovar, por unanimidade, o relatório e parecer da relatora, Conselheira Mônica Fittipaldi Binda, referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 072/2014, aprovado por unanimidade na 31ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 28 de julho de 2016. 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. 27/09/2016.

2017

11. Processo nº 101/2016

DELIBERAÇÃO CAU/ES Nº 61, DE 28 DE MARÇO DE 2017 Aprova o relatório e parecer do conselheiro relator no Processo Ético-Disciplinar nº 101/2016 [...] Considerando o relatório e parecer do relator, Conselheiro André Luiz de Souza, fls. 20/22, aprovado por unanimidade na 37ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 07 de março de 2017, na sede do CAU/ES, que concluiu ter o denunciado infringido o inciso XII do artigo 18 da lei 12.378/2010, e pela aplicação das penalidades de advertência reservada e multa de 4 (quatro) anuidades, previstas no subitem 7.1, inciso XII do anexo da Resolução CAU nº 58, de 05 de outubro de 2013. DELIBEROU:

1. Aprovar, por unanimidade, o relatório e parecer do relator, Conselheiro André Luiz de Souza, referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 101/2016, aprovado por unanimidade na 37ª reunião da CED-CAU/ES, realizada no dia 07 de março de 2017.

2. Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data.

Vitória, 28/03/2017.

12. Processo nº 47/2015

DELIBERAÇÃO CAU/ES Nº 66, DE 20 DE JUNHO DE 2017 Aprova o relatório e parecer do conselheiro relator no Processo Ético-Disciplinar nº 047/2015[...] Considerando o relatório e parecer do relator, Conselheiro André Tomoyuki Abe, fls. 129/132, aprovado por unanimidade na 39ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 02 de maio de 2017, na sede do CAU/ES, que concluiu ter o denunciado infringido as regras dos subitens 1.2.1 e 5.2.10 do Código de Ética e Disciplina do CAU, bem como o disposto no inciso I do artigo 18 da Lei 12.378/2010 e pela aplicação das penalidades de advertência reservada e multa de 7 (sete) anuidades, previstas no anexo da Resolução CAU nº 58, de 05 de outubro de 2013. DELIBEROU: 1) Aprovar, por unanimidade, o relatório e parecer do relator, Conselheiro André Tomoyuki Abe, referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 047/2015, aprovado por unanimidade na 39ª reunião da CED-CAU/ES, realizada no dia 02 de maio de 2017. 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. 20/06/2017.

13. Processo nº 125/2015

DELIBERAÇÃO CAU/ES Nº 67, DE 01 DE AGOSTO DE 2017 Aprova o relatório e parecer do conselheiro relator no Processo Ético-Disciplinar nº 125/2015 [...] Considerando o relatório e parecer da relatora, Conselheira Mônica Fittipaldi Binda, fls. 181/183, aprovado por unanimidade na 41ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 20 de junho de 2017, na sede do CAU/ES, que concluiu ter a denunciada infringido a regra constante do subitem 1.2.1 do Código de Ética e Disciplina do CAU, bem como o disposto nos incisos IX e X do artigo 18 da Lei 12.378/2010 e pela aplicação das penalidades de advertência reservada e multa de 5 (cinco) anuidades, previstas no anexo da Resolução CAU nº 58, de 05 de outubro de 2013, pois a profissional não é reincidente e por não haver circunstâncias agravantes. DELIBEROU: 1) Aprovar, por unanimidade e na íntegra, o relatório e parecer da relatora, Conselheira Mônica Fittipaldi Binda, referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 125/2015, aprovado por unanimidade na 41ª reunião da CED-CAU/ES, realizada no dia 20 de junho de 2017. 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. 01/08/2017.

14. Processo nº 102/2016

DELIBERAÇÃO CAU/ES Nº 68, DE 01 DE AGOSTO DE 2017 [...] Aprova o relatório e parecer do conselheiro relator no Processo Ético-Disciplinar nº 102/2016 [...] Considerando o relatório e parecer da relatora, Conselheira Clemir Regina Pela Meneghel, fls. 25/27, aprovado por unanimidade na 42ª reunião da Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), realizada no dia 18 de julho de 2017, na sede do CAU/ES, que concluiu ter o denunciado infringido o disposto no inciso XII do artigo 18 da Lei 12.378/2010 e pela aplicação das penalidades de advertência reservada e multa de 5 (cinco) anuidades, previstas no subitem 7.1, inciso XII do anexo da Resolução CAU nº 58, de 05 de outubro de 2013, pois o profissional não é reincidente e por não haver circunstâncias agravantes. DELIBEROU: 1) Aprovar, por unanimidade e na íntegra, o relatório e parecer da relatora, Conselheira Clemir Regina Pela Meneghel, referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 102/2016, aprovado por unanimidade na 42ª reunião da CED-CAU/ES, realizada no dia 18 de julho de 2017. 2) Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. 01/08/2017.

15. Processo nº 134/2016

DELIBERAÇÃO CAU/ES Nº 81, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017 – [...] Considerando o relatório e parecer do conselheiro relator, fls. 180/182, aprovado por unanimidade pela Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), por meio da Deliberação nº 10, de 24 de outubro de 2017, que concluiu ter a denunciada infringido o disposto nos incisos IX, X e XII do artigo 18 da Lei 12.378/2010 e a regra constante do subitem 1.2.1 do Código de Ética e Disciplina do CAU e pela aplicação das penalidades de advertência reservada e multa de 5 (cinco) anuidades, previstas no anexo da Resolução CAU nº 143/2017, pois a profissional não é reincidente e por não haver circunstâncias agravantes. DELIBEROU: 1. Aprovar, por unanimidade e na íntegra, o relatório e parecer do conselheiro relator referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 134/2016, aprovado por unanimidade pela CED-CAU/ES, por meio da Deliberação nº 10/2017. 2. Aplicar as sanções de advertência na modalidade reservada e multa de 5 (cinco) anuidades, previstas no anexo da Resolução CAU nº 143/2017. 3. Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. 21/11/2017

16. Processo nº 75/2016

DELIBERAÇÃO CAU/ES Nº 82, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017 - [...] Considerando o relatório e parecer do conselheiro relator, fls. 57/58, aprovado por unanimidade pela Comissão de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo (CED-CAU/ES), por meio da Deliberação nº 11, de 13 de novembro de 2017, que concluiu ter a denunciada infringido o disposto no inciso II do art. 18 da Lei 12.378/2010, o princípio contido no subitem 5.1.2 e a regra constante do subitem 5.2.1, ambos do Código de Ética e Disciplina do CAU, e pela aplicação das penalidades de advertência reservada e multa de 7 (sete) anuidades, previstas no anexo da Resolução CAU nº 143/2017, pois a profissional não é reincidente e por não haver circunstâncias agravantes. DELIBEROU: 1. Aprovar, por unanimidade e na íntegra, o relatório e parecer do conselheiro relator referente ao Processo Ético-Disciplinar nº 75/2016, aprovado por unanimidade pela CED-CAU/ES, por meio da Deliberação nº 11/2017. 2. Aplicar as sanções de advertência na modalidade reservada e multa de 7 (sete) anuidades, previstas no anexo da Resolução CAU nº 143/2017. 3. Esta Deliberação Plenária entra em vigor nesta data. 21/11/2017

iv. Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

2014

Não foram encontrados processos discutidos nos documentos durante o ano de 2014.

2015

1. Processo nº 10000008587/2014

ATA DA 7ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2015 – 16/07/2015 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS. O Presidente realizou a leitura dos processos com pedido de prorrogação que são: processo 10000008587/2014, [...]; processo 1000003913/2013, [...]; processo 1000003097/2013, [...], processo 1000007546/2014, [...]; processo 1000001612/2013, [...]; processo ED – 02/2015, [...]; processo 1000006779/2014, [...]; e processo 254 1000006784/2014, [...]. Após a leitura, o Presidente passou a palavra para a conselheira titular ROSANA FERRARI que explicou que pela Resolução 73 esses processos teriam 120 (cento e vinte) dias de prazo para serem encerrados, prorrogáveis para mais 120 (cento e vinte) dias como prevê a lei. Informou que não estava de posse de todos os processos para declarar o que aconteceu com cada um, mas de forma geral alguns deles foram enviados através do CREA e foram passados da Comissão de Ética da gestão anterior para a nova gestão. Com o período para a nova comissão ser eleita, envio e aguardo de comunicações e respostas, o prazo dos processos se expirou. Declarou que existiam vários processos que não poderia aguardar porque o prazo estava para expirar, desse modo, a Comissão de Ética passou à frente esses processos com prazos menores para que os prazos fossem cumpridos. Contudo, foram selecionados os processos citados para pedido de prorrogação, conforme citados. Não havendo nenhuma manifestação dos conselheiros, o Presidente colocou o item em votação, que foi aprovado com 50 (cinquenta) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

ATA DA 1ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 – 21/01/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA prossegue à próxima ordem do dia, a prorrogação de prazo de julgamento dos processos oriundos do CREA devido à sobrecarga da Comissão de Ética, quais sejam: 10000008587/2014, ED-1000013744/2014, ED-1000016423/2015, ED- 349 03/2015, ED-04/2015. O Presidente questiona a Conselheira Rosana Ferrari sobre quantos dias será prorrogado. A conselheira ROSANA FERRARI responde que a prorrogação prevista na Resolução nº 34 é de 120 dias. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA inicia a votação, na qual a prorrogação é APROVADA pela unanimidade de 45 votos a favor.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 49, DE 16 DE JULHO DE 2015. Aprova a prorrogação de prazo para conclusão da instrução processual de Processos Ético-disciplinares. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, reunido em sua Quinta Sessão Plenária Ordinária, ocorrida em 18 de junho de 2015 e no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso IX, do artigo 34 da Lei 12.378/2010 e pelos artigos 3º, IX, 21,º, do Regimento Interno do CAU/SP, e ainda, Considerando que a o §4º do artigo 10, da Resolução nº 34/2012, alterada pela Resolução nº 73/2014, ambas do CAU/BR, prevê o prazo de 120 (cento e vinte dias) contados da admissibilidade para a conclusão da instrução do processo ético-disciplinar, podendo este ser prorrogável por igual período mediante a aprovação pelo Plenário do CAU/UF; Considerando a justificativa apresentada ao Plenário pela Coordenadora da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, Conselheira Rosana Ferrari; DELIBERA: 1. Aprovar, por unanimidade, a prorrogação de prazo para conclusão da instrução processual, dos Processos Ético-disciplinares abaixo apontados, por mais 120 (cento e vinte) dias. Processos: 10000008587/2014 1000003913/2013 1000003097/2013 1000007546/2014 1000001612/2013 ED – 02/2015 1000006779/2014 1000006784/2014 2. A presente deliberação foi aprovada com 50 (cinquenta) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção e entra em vigor na presente data. 16/07/2016.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0065-03/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000008587/2014, ED-1000013744/2014, ED-1000016423/2015, ED-03/2015 E ED- 04/2015. O PLENÁRIO

DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 6º do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 1ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 21 de janeiro de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético-disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências; Considerando a justificativa apresentada pela Coordenadora da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, Conselheira Rosana Ferrari, quanto a necessidade de prorrogação dos prazos de conclusão dos processos éticos em epígrafe; DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos 10000008587/2014, ED- 1000013744/2014, ED-1000016423/2015, ED-03/2015 E ED-04/2015, por mais 120 (cento e vinte) dias. Com 45 votos favoráveis, 00 votos contrários, 00 abstenção. 21/01/2016..

2. Processo nº 1000007546/2014

ATA DA 7ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2015 – 16/07/2015 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS. O Presidente realizou a leitura dos processos com pedido de prorrogação que são: processo 10000008587/2014, [...]; processo 1000003913/2013, [...]; processo 1000003097/2013, [...], processo 1000007546/2014, [...]; processo 1000001612/2013, [...]; processo ED – 02/2015, [...]; processo 1000006779/2014, [...]; e processo 254 1000006784/2014, [...] Após a leitura, o Presidente passou a palavra para a conselheira titular ROSANA FERRARI que explicou que pela Resolução 73 esses processos teriam 120 (cento e vinte) dias de prazo para serem encerrados, prorrogáveis para mais 120 (cento e vinte) dias como prevê a lei. Informou que não estava de posse de todos os processos para declarar o que aconteceu com cada um, mas de forma geral alguns deles foram enviados através do CREA e foram passados da Comissão de Ética da gestão anterior para a nova gestão. Com o período para a nova comissão ser eleita, envio e aguardo de comunicações e respostas, o prazo dos processos se expirou. Declarou que existiam vários processos que não poderia aguardar porque o prazo estava para expirar, desse modo, a Comissão de Ética passou à frente esses processos com prazos menores para que os prazos fossem cumpridos. Contudo, foram selecionados os processos citados para pedido de prorrogação, conforme citados. Não havendo nenhuma manifestação dos conselheiros, o Presidente colocou o item em votação, que foi aprovado com 50 (cinquenta) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 49, DE 16 DE JULHO DE 2015. Aprova a prorrogação de prazo para conclusão da instrução processual de Processos Ético-disciplinares. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, reunido em sua Quinta Sessão Plenária Ordinária, ocorrida em 18 de junho de 2015 e no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso IX, do artigo 34 da Lei 12.378/2010 e pelos artigos 3º, IX, 21,º, do Regimento Interno do CAU/SP, e ainda, Considerando que a o §4º do artigo 10, da Resolução nº 34/2012, alterada pela Resolução nº 73/2014, ambas do CAU/BR, prevê o prazo de 120 (cento e vinte dias) contados da admissibilidade para a conclusão da instrução do processo ético-disciplinar, podendo este ser prorrogável por igual período mediante a aprovação pelo Plenário do CAU/UF; Considerando a justificativa apresentada ao Plenário pela Coordenadora da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, Conselheira Rosana Ferrari; DELIBERA: 1. Aprovar, por unanimidade, a prorrogação de prazo para conclusão da instrução processual, dos Processos Ético-disciplinares abaixo apontados, por mais 120 (cento e vinte) dias. Processos: 10000008587/2014 1000003913/2013 1000003097/2013 1000007546/2014 1000001612/2013 ED – 02/2015 1000006779/2014 1000006784/2014 2. A presente deliberação foi aprovada com 50 (cinquenta) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção e entra em vigor na presente data. 16/07/15.

3. Processo nº ED – 02/2015

ATA DA 7ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2015 – 16/07/2015 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS. O Presidente realizou a leitura dos processos com pedido de prorrogação que são: processo 10000008587/2014, [...]; processo 1000003913/2013, [...]; processo 1000003097/2013, [...], processo 1000007546/2014, [...]; processo 1000001612/2013, [...]; processo ED – 02/2015, [...]; processo 1000006779/2014, [...]; e processo 254 1000006784/2014, [...] Após a leitura, o Presidente passou a palavra para a conselheira titular ROSANA FERRARI que explicou que pela Resolução 73 esses processos teriam 120 (cento e vinte) dias de prazo para serem encerrados, prorrogáveis para mais 120 (cento e vinte) dias como prevê a lei. Informou que não estava de posse de todos os processos para declarar o que aconteceu com cada um, mas de forma geral alguns deles foram enviados através do CREA e foram passados da Comissão de Ética da gestão anterior para a nova

gestão. Com o período para a nova comissão ser eleita, envio e aguardo de comunicações e respostas, o prazo dos processos se expirou. Declarou que existiam vários processos que não poderia aguardar porque o prazo estava para expirar, desse modo, a Comissão de Ética passou à frente esses processos com prazos menores para que os prazos fossem cumpridos. Contudo, foram selecionados os processos citados para pedido de prorrogação, conforme citados. Não havendo nenhuma manifestação dos conselheiros, o Presidente colocou o item em votação, que foi aprovado com 50 (cinquenta) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 49, DE 16 DE JULHO DE 2015. Aprova a prorrogação de prazo para conclusão da instrução processual de Processos Ético-disciplinares. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, reunido em sua Quinta Sessão Plenária Ordinária, ocorrida em 18 de junho de 2015 e no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso IX, do artigo 34 da Lei 12.378/2010 e pelos artigos 3º, IX, 21,º, do Regimento Interno do CAU/SP, e ainda, Considerando que a o §4º do artigo 10, da Resolução nº 34/2012, alterada pela Resolução nº 73/2014, ambas do CAU/BR, prevê o prazo de 120 (cento e vinte dias) contados da admissibilidade para a conclusão da instrução do processo ético-disciplinar, podendo este ser prorrogável por igual período mediante a aprovação pelo Plenário do CAU/UF; Considerando a justificativa apresentada ao Plenário pela Coordenadora da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, Conselheira Rosana Ferrari; DELIBERA: 1. Aprovar, por unanimidade, a prorrogação de prazo para conclusão da instrução processual, dos Processos Ético-disciplinares abaixo apontados, por mais 120 (cento e vinte) dias. Processos: 10000008587/2014 1000003913/2013 1000003097/2013 1000007546/2014 1000001612/2013 ED – 02/2015 1000006779/2014 1000006784/2014 2. A presente deliberação foi aprovada com 50 (cinquenta) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção e entra em vigor na presente data. 16/07/2015.

4. Processo nº 1000006779/2014

ATA DA 7ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2015 – 16/07/2015 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS. O Presidente realizou a leitura dos processos com pedido de prorrogação que são: processo 10000008587/2014, [...]; processo 1000003913/2013, [...]; processo 1000003097/2013, [...], processo 1000007546/2014, [...]; processo 1000001612/2013, [...]; processo ED – 02/2015, [...]; processo 1000006779/2014, [...]; e processo 254 1000006784/2014, [...] Após a leitura, o Presidente passou a palavra para a conselheira titular ROSANA FERRARI que explicou que pela Resolução 73 esses processos teriam 120 (cento e vinte) dias de prazo para serem encerrados, prorrogáveis para mais 120 (cento e vinte) dias como prevê a lei. Informou que não estava de posse de todos os processos para declarar o que aconteceu com cada um, mas de forma geral alguns deles foram enviados através do CREA e foram passados da Comissão de Ética da gestão anterior para a nova gestão. Com o período para a nova comissão ser eleita, envio e aguardo de comunicações e respostas, o prazo dos processos se expirou. Declarou que existiam vários processos que não poderia aguardar porque o prazo estava para expirar, desse modo, a Comissão de Ética passou à frente esses processos com prazos menores para que os prazos fossem cumpridos. Contudo, foram selecionados os processos citados para pedido de prorrogação, conforme citados. Não havendo nenhuma manifestação dos conselheiros, o Presidente colocou o item em votação, que foi aprovado com 50 (cinquenta) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 49, DE 16 DE JULHO DE 2015. Aprova a prorrogação de prazo para conclusão da instrução processual de Processos Ético-disciplinares. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, reunido em sua Quinta Sessão Plenária Ordinária, ocorrida em 18 de junho de 2015 e no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso IX, do artigo 34 da Lei 12.378/2010 e pelos artigos 3º, IX, 21,º, do Regimento Interno do CAU/SP, e ainda, Considerando que a o §4º do artigo 10, da Resolução nº 34/2012, alterada pela Resolução nº 73/2014, ambas do CAU/BR, prevê o prazo de 120 (cento e vinte dias) contados da admissibilidade para a conclusão da instrução do processo ético-disciplinar, podendo este ser prorrogável por igual período mediante a aprovação pelo Plenário do CAU/UF; Considerando a justificativa apresentada ao Plenário pela Coordenadora da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, Conselheira Rosana Ferrari; DELIBERA: 1. Aprovar, por unanimidade, a prorrogação de prazo para conclusão da instrução processual, dos Processos Ético-disciplinares abaixo apontados, por mais 120 (cento e vinte) dias. Processos: 10000008587/2014 1000003913/2013 1000003097/2013 1000007546/2014 1000001612/2013 ED – 02/2015 1000006779/2014 1000006784/2014 2. A presente deliberação foi aprovada com 50 (cinquenta) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção e entra em vigor na presente data. 16/07/2015.

5. Processo nº 1000006784/2014

ATA DA 7ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2015 – 16/07/2015 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS. O Presidente realizou a leitura dos processos com pedido de prorrogação que são: processo 10000008587/2014, [...]; processo 1000003913/2013, [...]; processo 1000003097/2013, [...], processo 1000007546/2014, [...]; processo 1000001612/2013, [...]; processo ED – 02/2015, [...]; processo 1000006779/2014, [...]; e processo 254 1000006784/2014, [...] Após a leitura, o Presidente passou a palavra para a conselheira titular ROSANA FERRARI que explicou que pela Resolução 73 esses processos teriam 120 (cento e vinte) dias de prazo para serem encerrados, prorrogáveis para mais 120 (cento e vinte) dias como prevê a lei. Informou que não estava de posse de todos os processos para declarar o que aconteceu com cada um, mas de forma geral alguns deles foram enviados através do CREA e foram passados da Comissão de Ética da gestão anterior para a nova gestão. Com o período para a nova comissão ser eleita, envio e aguardo de comunicações e respostas, o prazo dos processos se expirou. Declarou que existiam vários processos que não poderia aguardar porque o prazo estava para expirar, desse modo, a Comissão de Ética passou à frente esses processos com prazos menores para que os prazos fossem cumpridos. Contudo, foram selecionados os processos citados para pedido de prorrogação, conforme citados. Não havendo nenhuma manifestação dos conselheiros, o Presidente colocou o item em votação, que foi aprovado com 50 (cinquenta) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA Nº 49, DE 16 DE JULHO DE 2015. Aprova a prorrogação de prazo para conclusão da instrução processual de Processos Ético-disciplinares. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, reunido em sua Quinta Sessão Plenária Ordinária, ocorrida em 18 de junho de 2015 e no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso IX, do artigo 34 da Lei 12.378/2010 e pelos artigos 3º, IX, 21,º, do Regimento Interno do CAU/SP, e ainda, Considerando que a o §4º do artigo 10, da Resolução nº 34/2012, alterada pela Resolução nº 73/2014, ambas do CAU/BR, prevê o prazo de 120 (cento e vinte dias) contados da admissibilidade para a conclusão da instrução do processo ético-disciplinar, podendo este ser prorrogável por igual período mediante a aprovação pelo Plenário do CAU/UF; Considerando a justificativa apresentada ao Plenário pela Coordenadora da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, Conselheira Rosana Ferrari; DELIBERA: 1. Aprovar, por unanimidade, a prorrogação de prazo para conclusão da instrução processual, dos Processos Ético-disciplinares abaixo apontados, por mais 120 (cento e vinte) dias. Processos: 10000008587/2014 1000003913/2013 1000003097/2013 1000007546/2014 1000001612/2013 ED – 02/2015 1000006779/2014 1000006784/2014 2. A presente deliberação foi aprovada com 50 (cinquenta) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção e entra em vigor na presente data. 16/07/2015.

2016

6. Processo nº ED-1000013744/2014

ATA DA 1ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 – 21/01/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA prossegue à próxima ordem do dia, a prorrogação de prazo de julgamento dos processos oriundos do CREA devido à sobrecarga da Comissão de Ética, quais sejam: 10000008587/2014, ED-1000013744/2014, ED-1000016423/2015, ED- 349 03/2015, ED-04/2015. O Presidente questiona a Conselheira Rosana Ferrari sobre quantos dias será prorrogado. A conselheira ROSANA FERRARI responde que a prorrogação prevista na Resolução nº 34 é de 120 dias. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA inicia a votação, na qual a prorrogação é APROVADA pela unanimidade de 45 votos a favor.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0065-03/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000008587/2014, ED-1000013744/2014, ED-1000016423/2015, ED-03/2015 E ED- 04/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 6º do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 1ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 21 de janeiro de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético-disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências; Considerando a justificativa apresentada pela Coordenadora da Comissão de Ética e

Disciplina do CAU/SP, Conselheira Rosana Ferrari, quanto a necessidade de prorrogação dos prazos de conclusão dos processos éticos em epígrafe; DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos 10000008587/2014, ED- 1000013744/2014, ED-1000016423/2015, ED-03/2015 E ED-04/2015, por mais 120 (cento e vinte) dias. Com 45 votos favoráveis, 00 votos contrários, 00 abstenção. 21/02/2016.

7. Processo nº ED-1000016423/2015

ATA DA 1ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 – 21/01/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA prossegue à próxima ordem do dia, a prorrogação de prazo de julgamento dos processos oriundos do CREA devido à sobrecarga da Comissão de Ética, quais sejam: 10000008587/2014, ED-1000013744/2014, ED-1000016423/2015, ED- 349 03/2015, ED-04/2015. O Presidente questiona a Conselheira Rosana Ferrari sobre quantos dias será prorrogado. A conselheira ROSANA FERRARI responde que a prorrogação prevista na Resolução nº 34 é de 120 dias. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA inicia a votação, na qual a prorrogação é APROVADA pela unanimidade de 45 votos a favor.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0065-03/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000008587/2014, ED-1000013744/2014, ED-1000016423/2015, ED-03/2015 E ED- 04/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 6º do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 1ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 21 de janeiro de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético-disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências; Considerando a justificativa apresentada pela Coordenadora da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, Conselheira Rosana Ferrari, quanto a necessidade de prorrogação dos prazos de conclusão dos processos éticos em epígrafe; DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos 10000008587/2014, ED- 1000013744/2014, ED-1000016423/2015, ED-03/2015 E ED-04/2015, por mais 120 (cento e vinte) dias. Com 45 votos favoráveis, 00 votos contrários, 00 abstenção. 21/01/2016.

8. Processo nº ED-03/2015

ATA DA 1ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 – 21/01/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA prossegue à próxima ordem do dia, a prorrogação de prazo de julgamento dos processos oriundos do CREA devido à sobrecarga da Comissão de Ética, quais sejam: 10000008587/2014, ED-1000013744/2014, ED-1000016423/2015, ED-03/2015, ED-04/2015. O Presidente questiona a Conselheira Rosana Ferrari sobre quantos dias será prorrogado. A conselheira ROSANA FERRARI responde que a prorrogação prevista na Resolução nº 34 é de 120 dias. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA inicia a votação, na qual a prorrogação é APROVADA pela unanimidade de 45 votos a favor.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0065-03/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000008587/2014, ED-1000013744/2014, ED-1000016423/2015, ED-03/2015 E ED- 04/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 6º do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 1ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 21 de janeiro de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético-disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências; Considerando a justificativa apresentada pela Coordenadora da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, Conselheira Rosana Ferrari, quanto a necessidade de prorrogação dos prazos de conclusão dos processos éticos em epígrafe; DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos 10000008587/2014, ED- 1000013744/2014, ED-1000016423/2015, ED-03/2015 E ED-04/2015, por mais 120 (cento e vinte) dias. Com 45 votos favoráveis, 00 votos contrários, 00 abstenção. 21/01/2016.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPESP Nº 0003-04/2017 Aprecia o relatório e voto fundamentados apresentados pelo Conselheiro Relator e aprovado pela CED/SP, nos autos do processo ético disciplinar acima referido. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas

de que trata o artigo 34, inciso IX, da Lei 12.378/2010; artigos 76 a 78, do Regimento Geral do CAU; e artigo 50, caput, da Resolução CAU/BR n.º 143/2017; Considerando o disposto no artigo 21, alínea "o", do Regimento Interno do CAU/SP, que estabelece como competência do Plenário do CAU/SP a decisão acerca das sanções disciplinares a serem aplicadas nos procedimentos abertos pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP; Considerando o relatório e voto fundamentados apresentados pela Conselheira Relatora Arq. Urb. Anita Affonso Ferreira, referente ao processo ético-disciplinar n.º ED-03/2015, aprovado por unanimidade de votos dos membros presentes da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, conforme Deliberação CED-CAU/SP n.º 127/2017, de 05 de julho de 2017, favorável ao arquivamento do processo ED-03-2015. DELIBEROU: 1. Por aprovar os termos da Deliberação n.º 127/2017-CED-CAU/SP, no sentido de: a) Julgar improcedente a denúncia e arquivar o processo ED-03/2015. 2. Esta Deliberação Plenária entra em vigor na data de sua aprovação. Com 49 votos favoráveis e 01 voto contrário. 31/08/2017.

9. Processo nº ED-04/2015

ATA DA 1ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 – 21/01/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA prossegue à próxima ordem do dia, a prorrogação de prazo de julgamento dos processos oriundos do CREA devido à sobrecarga da Comissão de Ética, quais sejam: 10000008587/2014, ED-1000013744/2014, ED-1000016423/2015, ED- 349 03/2015, ED-04/2015. O Presidente questiona a Conselheira Rosana Ferrari sobre quantos dias será prorrogado. A conselheira ROSANA FERRARI responde que a prorrogação prevista na Resolução nº 34 é de 120 dias. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA inicia a votação, na qual a prorrogação é APROVADA pela unanimidade de 45 votos a favor.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0065-03/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000008587/2014, ED-1000013744/2014, ED-1000016423/2015, ED-03/2015 E ED- 04/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 6º do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 1ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 21 de janeiro de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético-disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências; Considerando a justificativa apresentada pela Coordenadora da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, Conselheira Rosana Ferrari, quanto a necessidade de prorrogação dos prazos de conclusão dos processos éticos em epígrafe; DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos 10000008587/2014, ED- 1000013744/2014, ED-1000016423/2015, ED-03/2015 E ED-04/2015, por mais 120 (cento e vinte) dias. Com 45 votos favoráveis, 00 votos contrários, 00 abstenção. 21/01/2016.

10. Processo nº 10000005872/2014

ATA DA 3ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 - 17/03/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: 10000005872/2014, 1000003449/2013, ED-05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED-13/2015, ED-15/2015, ED-16/2015. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA inicia a votação da prorrogação dos prazos dos processos éticos, a qual é APROVADA com 34 votos a favor e 2 abstenções.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPESP Nº 0009-02/2017 Aprecia o relatório e voto fundamentados apresentados pelo Conselheiro Relator e aprovado pela CED/SP, nos autos do processo éticodisciplinar acima referido. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34, inciso IX, da Lei 12.378/2010; artigos 76 a 78, do Regimento Geral do CAU; e artigo 50, caput, da Resolução CAU/BR n.º 143/2017; Considerando o disposto no artigo 21, alínea "o", do Regimento Interno do CAU/SP, que estabelece como competência do Plenário do CAU/SP a decisão acerca das sanções disciplinares a serem aplicadas nos procedimentos abertos pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP; Considerando o relatório e voto fundamentados apresentados pela Conselheira Relatora Arq. Urb. Ana Maria de Biaszi Dias de Oliveira, referente ao processo ético-disciplinar n.º ED10000005872/2014, aprovado por unanimidade de votos dos membros presentes da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, conforme Deliberação CED-CAU/SP n.º 203/2017, de 09 de agosto de 2017, favorável ao arquivamento desse processo, DELIBEROU: 1. Por aprovar os termos da Deliberação n.º 203/2017-CED-CAU/SP, no sentido de: a) Julgar improcedente a denúncia e arquivar o processo ED-10000005872/2014. 2. Esta Deliberação Plenária entra em vigor na data de sua aprovação. Com 44 votos favoráveis e 01 voto contrário. 21/11/2017

11. Processo nº ED-05/2015

ATA DA 3ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 - 17/03/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: 10000005872/2014, 1000003449/2013, ED-05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED-13/2015, ED-15/2015, ED-16/2015. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA inicia a votação da prorrogação dos prazos dos processos éticos, a qual é APROVADA com 34 votos a favor e 2 abstenções.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0072-04/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED- 05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED- 13/2015, ED-15/2015 E ED-16/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 6º, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 3ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 17 de março de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados à faltas ético-disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências, DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED-05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED-13/2015, ED-15/2015 E ED- 16/2015. Com 34 votos favoráveis, 00 votos contrários, 02 abstenções. 17/03/2016.

12. Processo nº ED-09/2015

ATA DA 3ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 - 17/03/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: 10000005872/2014, 1000003449/2013, ED-05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED-13/2015, ED-15/2015, ED-16/2015. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA inicia a votação da prorrogação dos prazos dos processos éticos, a qual é APROVADA com 34 votos a favor e 2 abstenções.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0072-04/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED- 05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED- 13/2015, ED-15/2015 E ED-16/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 6º, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 3ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 17 de março de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético-disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências, DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED-05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED-13/2015, ED-15/2015 E ED- 16/2015. Com 34 votos favoráveis, 00 votos contrários, 02 abstenções. 16/03/2016.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPESP Nº 0002-02/2017 Aprecia o relatório e voto fundamentados apresentados pelo Conselheiro Relator e aprovado pela CED/SP, nos autos do processo ético-disciplinar acima referido. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34, inciso IX, da Lei 12.378/2010; artigos 76 a 78, do Regimento Geral do CAU; e artigo 50, caput, da Resolução CAU/BR n.º 143/2017; Considerando o disposto no artigo 21, alínea "o", do Regimento Interno do CAU/SP, que estabelece como competência do Plenário do CAU/SP a decisão acerca das sanções disciplinares a serem aplicadas nos procedimentos abertos pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP; Considerando o relatório e voto fundamentados apresentados pelo Conselheiro Relator Arq. Urb. Éderson da Silva, referente ao processo ético-disciplinar n.º ED-09/2015, aprovado por unanimidade de votos dos membros presentes da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, conforme Deliberação CED-CAU/SP n.º 115/2017, de 07 de junho de 2017. DELIBEROU: 1. Por aprovar os termos da Deliberação n.º 115/2017-CED-CAU/SP, no sentido de: a) Julgar improcedente a denúncia e arquivar o processo ED-09/2015. 2. Esta Deliberação Plenária entra em vigor na data de sua aprovação. Com 47 votos favoráveis e 09 votos contrários. 31/08/2017.

13. Processo nº ED-12/2015

ATA DA 3ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 - 17/03/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: 10000005872/2014, 1000003449/2013, ED-05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED-13/2015, ED-15/2015, ED-16/2015. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA inicia a votação da prorrogação dos prazos dos processos éticos, a qual é APROVADA com 34 votos a favor e 2 abstenções.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0072-04/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED- 05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED- 13/2015, ED-15/2015 E ED-16/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 6º, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 3ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 17 de março de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético-disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências, DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED-05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED-13/2015, ED-15/2015 E ED- 16/2015. Com 34 votos favoráveis, 00 votos contrários, 02 abstenções. 17/03/2016.

14. Processo nº ED-13/2015

ATA DA 3ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 - 17/03/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED-05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED-13/2015, ED-15/2015, ED-16/2015. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA inicia a votação da prorrogação dos prazos dos processos éticos, a qual é APROVADA com 34 votos a favor e 2 abstenções.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0072-04/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED- 05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED- 13/2015, ED-15/2015 E ED-16/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 6º, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 3ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 17 de março de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético-disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências, DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED-05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED-13/2015, ED-15/2015 E ED- 16/2015. Com 34 votos favoráveis, 00 votos contrários, 02 abstenções. 17/03/2016.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPESP Nº 0012-05/2017 Aprecia o relatório e voto fundamentados apresentados pelo Conselheiro Relator e aprovado pela CED/SP, nos autos do processo éticodisciplinar acima referido. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34, inciso IX, da Lei 12.378/2010; artigos 76 a 78, do Regimento Geral do CAU; e artigo 50, caput, da Resolução CAU/BR n.º 143/2017; Considerando o disposto no artigo 21, alínea "o", do Regimento Interno do CAU/SP, que estabelece como competência do Plenário do CAU/SP a decisão acerca das sanções disciplinares a serem aplicadas nos procedimentos abertos pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP; Considerando o relatório e voto fundamentados apresentados pela Conselheira Relatora Arq. Urb. Rosana Ferrari, referente ao processo ético-disciplinar n.º ED-13/2015, aprovado por unanimidade de votos dos membros presentes da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, conforme Deliberação CED-CAU/SP n.º 273/2017, de 25 de outubro de 2017, favorável ao arquivamento desse processo, DELIBEROU: 1. Por aprovar os termos da Deliberação n.º 273/2017-CED-CAU/SP, no sentido de: a) Julgar improcedente a denúncia e arquivar o processo ED-13/2015; b) Abrir uma denúncia, por ofício, contra a Arquiteta e Urbanista que assumiu o projeto em andamento na Prefeitura, devido indícios de infração a regra 5.2.8. do Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas. 2. Esta Deliberação Plenária entra em vigor na data de sua aprovação. Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário. 21/11/2017.

15. Processo nº ED-15/2015

ATA DA 3ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 - 17/03/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED-05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED-13/2015, ED-15/2015, ED-16/2015. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA inicia a votação da prorrogação dos prazos dos processos éticos, a qual é APROVADA com 34 votos a favor e 2 abstenções.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0072-04/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED- 05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED- 13/2015, ED-15/2015 E ED-16/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no

exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 6º, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 3ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 17 de março de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético-disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências, DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED-05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED-13/2015, ED-15/2015 E ED- 16/2015. Com 34 votos favoráveis, 00 votos contrários, 02 abstenções. 17/03/2016.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPESP Nº 0005-06/2017 Aprecia o relatório e voto fundamentados apresentados pelo Conselheiro Relator e aprovado pela CED/SP, nos autos do processo ético disciplinar acima referido. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34, inciso IX, da Lei 12.378/2010; artigos 76 a 78, do Regimento Geral do CAU; e artigo 50, caput, da Resolução CAU/BR n.º 143/2017; Considerando o disposto no artigo 21, alínea “o”, do Regimento Interno do CAU/SP, que estabelece como competência do Plenário do CAU/SP a decisão acerca das sanções disciplinares a serem aplicadas nos procedimentos abertos pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP; Considerando o relatório e voto fundamentados apresentados pela Conselheira Relatora Arq. Urb. Ana Maria de Biazzi Dias de Oliveira, referente ao processo ético-disciplinar n.º ED- 15/2015, aprovado por unanimidade de votos dos membros presentes da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, conforme Deliberação CED-CAU/SP n.º 165/2017, de 02 de agosto de 2017, favorável a aplicação da sanção de advertência pública, ao arquiteto denunciado. DELIBEROU: 1. Por aprovar os termos da Deliberação n.º 165/2017-CED-CAU/SP, no sentido de: a) Julgar procedente a denúncia para aplicar a sanção de advertência pública, ao arquiteto denunciado, devido infrações ao inciso XII do Art. 18, da Lei 12.378/2010 e às regras 3.2.5, 3.2.11 e 3.2.13 do Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas. 2. Esta Deliberação Plenária entra em vigor na data de sua aprovação. Com 43 votos favoráveis. 31/08/2017

OFÍCIO DECLARATÓRIO 01/2017-CAU/SP APLICAÇÃO DE PENALIDADE – ADVERTÊNCIA PÚBLICA – CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, em cumprimento à decisão nos autos do Processo Ético-disciplinar n.º ED-15/2015, transitada em julgado, aplica ao ARQUITETO E URBANISTA HUMBERTO DELLA SANTINA NETO, CAU n.º A64130, a penalidade disciplinar prevista no artigo 19, inciso I, da Lei 12.378/2010, bem como no inciso II do parágrafo único do Art. 62, da Resolução CAU/BR n.º 143/2017, de 23 de junho de 2017, qual seja, Advertência Pública, por infrações às regras n.º 3.2.5, 3.2.11. e 3.2.13, do Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, que preveem: 3.2.5. O arquiteto e urbanista deve assumir serviços profissionais somente quando considerar que os recursos materiais e financeiros necessários estão adequadamente definidos e disponíveis para o cumprimento dos compromissos a firmar com o contratante; 3.2.11. O arquiteto e urbanista deve manter seus contratantes informados sobre o progresso da prestação dos serviços profissionais executados em seu benefício, periodicamente ou quando solicitado; 3.2.13. O arquiteto e urbanista deve manter seus contratantes informados sobre quaisquer fatos ou conflitos de interesses que possam alterar, perturbar ou impedir a prestação de seus serviços profissionais e ao Art. 18, inciso XII, da Lei 12.378/2010 que prevê, como infração ético disciplinar: XII - não efetuar Registro de Responsabilidade Técnica quando for obrigatório. 18/10/2017

16. Processo nº ED-16/2015

ATA DA 3ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 - 17/03/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED-05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED-13/2015, ED-15/2015, ED-16/2015. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA inicia a votação da prorrogação dos prazos dos processos éticos, a qual é APROVADA com 34 votos a favor e 2 abstenções.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0072-04/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED- 05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED- 13/2015, ED-15/2015 E ED-16/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 6º, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 3ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 17 de março de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução

e julgamento de processos relacionados a faltas ético-disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências, DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED-05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED-13/2015, ED-15/2015 E ED- 16/2015. Com 34 votos favoráveis, 00 votos contrários, 02 abstenções. 17/03/2016.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPESP Nº 0004-05/2017 Aprecia o relatório e voto fundamentados apresentados pelo Conselheiro Relator e aprovado pela CED/SP, nos autos do processo ético disciplinar acima referido. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34, inciso IX, da Lei 12.378/2010; artigos 76 a 78, do Regimento Geral do CAU; e artigo 50, caput, da Resolução CAU/BR nº 143/2017; Considerando o disposto no artigo 21, alínea “o”, do Regimento Interno do CAU/SP, que estabelece como competência do Plenário do CAU/SP a decisão acerca das sanções disciplinares a serem aplicadas nos procedimentos abertos pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP; Considerando o relatório e voto fundamentados apresentados pela Conselheira Relatora Arq. Urb. Ana Maria de Biazzi Dias de Oliveira, referente ao processo ético-disciplinar nº ED- 16/2015, aprovado por unanimidade de votos dos membros presentes da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, conforme Deliberação CED-CAU/SP nº 164/2017, de 02 de agosto de 2017, favorável a aplicação da sanção de advertência reservada, ao arquiteto denunciado. DELIBEROU: 1. Por aprovar os termos da Deliberação nº 164/2017-CED-CAU/SP, no sentido de: a) Julgar procedente a denúncia para aplicar a sanção de advertência reservada, ao arquiteto denunciado, devido infração a regra 3.2.5 do Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas. 2. Esta Deliberação Plenária entra em vigor na data de sua aprovação. Com 42 votos favoráveis. 31/08/2017.

17. Processo nº 10000005872/2014

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0072-04/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED- 05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED- 13/2015, ED-15/2015 E ED-16/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 6º, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 3ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 17 de março de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético-disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências, DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nº 10000005872/2014, 10000003449/2013, ED-05/2015, ED-09/2015, ED-12/2015, ED-13/2015, ED-15/2015 E ED- 16/2015. Com 34 votos favoráveis, 00 votos contrários, 02 abstenções. São Paulo, 17 de março de 2016. GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA Presidente do CAU/SP.

18. Processo nº ED-17/2016

ATA DA 12ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 – 22/12/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: ED-17/2016, ED-18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016, ED-1000019728/2015. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA informa que são processos que estão com prazo para a extinção em pouco tempo que podem ser prorrogados e serão votados em bloco. Então, o Presidente inicia a votação para prorrogação de prazo para conclusão de processos éticos, a qual é APROVADA por 41 votos a favor, nenhum contrário, e 01 abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0114-04/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nºs ED-17/2016, ED-18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED- 1000015913/2016 e ED-1000019728/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e artigo 21, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 12ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 22 de dezembro de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências, DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nºs: ED-17/2016, ED- 18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016 e ED-1000019728/2015. Com 41 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção da conselheira. 22/12/2016.

19. Processo nº ED-18/2016

ATA DA 12ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 – 22/12/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: ED-17/2016, ED-18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016, ED-1000019728/2015. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA informa que são processos que estão com prazo para a extinção em pouco tempo que podem ser prorrogados e serão votados em bloco. Então, o Presidente inicia a votação para prorrogação de prazo para conclusão de processos éticos, a qual é APROVADA por 41 votos a favor, nenhum contrário, e 01 abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0114-04/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nºs ED-17/2016, ED-18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED- 1000015913/2016 e ED-1000019728/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e artigo 21, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 12ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 22 de dezembro de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências, DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nºs: ED-17/2016, ED- 18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016 e ED-1000019728/2015. Com 41 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção. 22/12/2016.

20. Processo nº ED-19/2016

ATA DA 12ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 – 22/12/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: ED-17/2016, ED-18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016, ED-1000019728/2015. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA informa que são processos que estão com prazo para a extinção em pouco tempo que podem ser prorrogados e serão votados em bloco. Então, o Presidente inicia a votação para prorrogação de prazo para conclusão de processos éticos, a qual é APROVADA por 41 votos a favor, nenhum contrário, e 01 abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0114-04/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nºs ED-17/2016, ED-18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED- 1000015913/2016 e ED-1000019728/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e artigo 21, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 12ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 22 de dezembro de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências, DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nºs: ED-17/2016, ED- 18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016 e ED-1000019728/2015. Com 41 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção. 22/12/2016.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPESP Nº 0011-04/2017 Aprecia o relatório e voto fundamentados apresentados pelo Conselheiro Relator e aprovado pela CED/SP, nos autos do processo éticodisciplinar acima referido. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34, inciso IX, da Lei 12.378/2010; artigos 76 a 78, do Regimento Geral do CAU; e artigo 50, caput, da Resolução CAU/BR n.º 143/2017; Considerando o disposto no artigo 21, alínea "o", do Regimento Interno do CAU/SP, que estabelece como competência do Plenário do CAU/SP a decisão acerca das sanções disciplinares a serem aplicadas nos procedimentos abertos pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP; Considerando o relatório e voto fundamentados apresentados pelo Conselheiro Relator Arq. Urb. Éder Roberto da Silva, referente ao processo ético-disciplinar n.º ED-19/2016, aprovado por unanimidade de votos dos membros presentes da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, conforme Deliberação CED-CAU/SP n.º 274/2017, de 25 de outubro de 2017, favorável a aplicação da penalidade de Advertência Reservada à arquiteta denunciada, DELIBEROU: 1. Por aprovar os termos da Deliberação n.º 274/2017-CED-CAU/SP, no sentido de: a) Julgar procedente a denúncia para aplicar a sanção de Advertência Reservada à arquiteta denunciada, devido infração à regra 3.2.2. do Código

de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas. 2. Esta Deliberação Plenária entra em vigor na data de sua aprovação. Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário. 21/11/2017.

21. Processo nº ED-10/2015

ATA DA 12ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 – 22/12/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: ED-17/2016, ED-18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016, ED-1000019728/2015. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA informa que são processos que estão com prazo para a extinção em pouco tempo que podem ser prorrogados e serão votados em bloco. Então, o Presidente inicia a votação para prorrogação de prazo para conclusão de processos éticos, a qual é APROVADA por 41 votos a favor, nenhum contrário, e 01 abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0114-04/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nºs ED-17/2016, ED-18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016 e ED-1000019728/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e artigo 21, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 12ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 22 de dezembro de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências, DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nºs: ED-17/2016, ED-18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016 e ED-1000019728/2015. Com 41 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção. 22/12/2016.

22. Processo nº ED-14/2015

ATA DA 12ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 – 22/12/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: ED-17/2016, ED-18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016, ED-1000019728/2015. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA informa que são processos que estão com prazo para a extinção em pouco tempo que podem ser prorrogados e serão votados em bloco. Então, o Presidente inicia a votação para prorrogação de prazo para conclusão de processos éticos, a qual é APROVADA por 41 votos a favor, nenhum contrário, e 01 abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0114-04/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nºs ED-17/2016, ED-18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016 e ED-1000019728/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e artigo 21, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 12ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 22 de dezembro de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados à faltas ético disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências, DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nºs: ED-17/2016, ED-18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016 e ED-1000019728/2015. Com 41 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção. 22/10/2016.

23. Processo nº ED-1000015913/2016

ATA DA 12ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 – 22/12/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: ED-17/2016, ED-18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016, ED-1000019728/2015. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA informa que são processos que estão com prazo para a extinção em pouco tempo que podem ser prorrogados e serão votados em bloco. Então, o Presidente inicia a votação para prorrogação de prazo para conclusão de processos éticos, a qual é APROVADA por 41 votos a favor, nenhum contrário, e 01 abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0114-04/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nºs ED-17/2016, ED-18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016 e ED-1000019728/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e

artigo 21, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 12ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 22 de dezembro de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências, DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nºs: ED-17/2016, ED- 18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016 e ED-1000019728/2015. Com 41 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção. 22/12/2016.

24. Processo nº ED-1000019728/2015

ATA DA 12ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2016 – 22/12/2016 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: ED-17/2016, ED-18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016, ED-1000019728/2015. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA informa que são processos que estão com prazo para a extinção em pouco tempo que podem ser prorrogados e serão votados em bloco. Então, o Presidente inicia a votação para prorrogação de prazo para conclusão de processos éticos, a qual é APROVADA por 41 votos a favor, nenhum contrário, e 01 abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0114-04/2016 Aprova a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nºs ED-17/2016, ED-18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED- 1000015913/2016 e ED-1000019728/2015. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e artigo 21, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 12ª Sessão Plenária Ordinária de 2016, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 22 de dezembro de 2016, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados a faltas ético disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências, DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação de prazos para conclusão de processos éticos nºs: ED-17/2016, ED- 18/2016, ED-19/2016, ED-10/2015, ED-14/2015, ED-1000015913/2016 e ED-1000019728/2015. Com 41 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção. 22/12/2016.

2017

25. Processo nº ED-20/2016

ATA DA 2ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2017 – 23/02/2017 APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO ÉTICO ED 20/2016. O Presidente GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA explica que para não estourar o prazo e o processo ser arquivado terão que aprovar a prorrogação dele por mais 30 dias. O Presidente, então, inicia a votação para aprovação da prorrogação, a qual é APROVADA, por 44 votos a favor, 01 contrário, e nenhuma abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0126-03/2017 Aprova a prorrogação do prazo para conclusão do processo ético ED 20/2016. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e artigo 21, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 2ª Sessão Plenária Ordinária de 2017, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 23 de fevereiro de 2017, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando o disposto no Art. 10, §4º, da Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2012, do CAU/BR, que dispõe sobre a instrução e julgamento de processos relacionados as faltas ético disciplinares cometidas a partir da vigência da Lei nº 12.378, de 2010 e dá outras providências, DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação do prazo para conclusão do processo ético ED 20/2016. Com 44 votos favoráveis, 01 voto contrário e 00 votos abstenções. 23/03/2017.

26. Processo nº ED-21/2016

ATA DA 3ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2017 – 20/03/2017 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: ED-21/2016, ED-22/2016, ED- 23/2016, ED-24/2015, a qual é APROVADA com 32 votos a favor e 1 abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0134-06/2017 Aprova a Prorrogação de prazo para conclusão de processos éticos ED-21/2016, ED-22/2016, ED-23/2016 e ED-24/2016. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 21, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 3ª Sessão Plenária Ordinária de 2017, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 30 de março de 2017, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando a solicitação encaminhada pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP de prorrogação do prazo para a conclusão dos processos éticos nºs ED-21/2016, ED-22/2016, ED-23/2016 e ED-24/2015. DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação do prazo para a conclusão dos processos éticos nºs ED-21/2016, ED- 22/2016, ED-23/2016 e ED-24/2016, conforme solicitado. Com 32 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção. 30/03/2017.

27. Processo nº ED-22/2016

ATA DA 3ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2017 – 20/03/2017 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: ED-21/2016, ED-22/2016, ED- 23/2016, ED-24/2015, a qual é APROVADA com 32 votos a favor e 1 abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0134-06/2017 Aprova a Prorrogação de prazo para conclusão de processos éticos ED-21/2016, ED-22/2016, ED-23/2016 e ED-24/2016. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 21, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 3ª Sessão Plenária Ordinária de 2017, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 30 de março de 2017, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando a solicitação encaminhada pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP de prorrogação do prazo para a conclusão dos processos éticos nºs ED-21/2016, ED-22/2016, ED-23/2016 e ED-24/2015. DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação do prazo para a conclusão dos processos éticos nºs ED-21/2016, ED- 22/2016, ED-23/2016 e ED-24/2016, conforme solicitado. Com 32 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção. 30/03/2017.

28. Processo nº ED-23/2016

ATA DA 3ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2017 – 20/03/2017 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: ED-21/2016, ED-22/2016, ED- 23/2016, ED-24/2015, a qual é APROVADA com 32 votos a favor e 1 abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0134-06/2017 Aprova a Prorrogação de prazo para conclusão de processos éticos ED-21/2016, ED-22/2016, ED-23/2016 e ED-24/2016. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 21, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 3ª Sessão Plenária Ordinária de 2017, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 30 de março de 2017, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando a solicitação encaminhada pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP de prorrogação do prazo para a conclusão dos processos éticos nºs ED-21/2016, ED-22/2016, ED-23/2016 e ED-24/2015. DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação do prazo para a conclusão dos processos éticos nºs ED-21/2016, ED- 22/2016, ED-23/2016 e ED-24/2016, conforme solicitado. Com 32 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPESP Nº 0010-03/2017 Aprecia o relatório e voto fundamentados apresentados pelo Conselheiro Relator e aprovado pela CED/SP, nos autos do processo ético-disciplinar acima referido. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34, inciso IX, da Lei 12.378/2010; artigos 76 a 78, do Regimento Geral do CAU; e artigo 50, caput, da Resolução CAU/BR n.º 143/2017; Considerando o disposto no artigo 21, alínea “o”, do Regimento Interno do CAU/SP, que estabelece como competência do Plenário do CAU/SP a decisão acerca das sanções disciplinares a serem aplicadas nos procedimentos abertos pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP; Considerando o relatório e voto fundamentados apresentados pelo Conselheiro Relator Arq. Urb. Éderson da Silva, referente ao processo ético-disciplinar n.º ED-23/2016, aprovado por unanimidade de votos dos membros presentes da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, conforme Deliberação CED-CAU/SP n.º 272/2017, de 25 de outubro de 2017, favorável a aplicação da sanção ético-disciplinar de Advertência Pública e multa no valor de 10 (dez) anuidades à arquiteta denunciada, DELIBEROU: 1. Por aprovar os termos da Deliberação n.º 272/2017-

CED-CAU/SP, no sentido de: a) Julgar procedente a denúncia para aplicar a sanção de Advertência Pública e multa no valor de 10 (dez) anuidades à arquiteta denunciada, devido a conduta da arquiteta caracterizar infrações aos incisos IX e X, do Art. 18, da Lei nº 12.378/ 2010 e aos itens 2.3.6, 3.1.1 e 3.2.14 do Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas 2. Esta Deliberação Plenária entra em vigor na data de sua aprovação. Com 38 votos favoráveis, e 03 votos contrários. 21/11/2017.

29. Processo nº ED-24/2016

ATA DA 3ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2017 – 20/03/2017 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: ED-21/2016, ED-22/2016, ED- 23/2016, ED-24/2016, a qual é APROVADA com 32 votos a favor e 1 abstenção.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0134-06/2017 Aprova a Prorrogação de prazo para conclusão de processos éticos ED-21/2016, ED-22/2016, ED-23/2016 e ED-24/2016. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 21, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 3ª Sessão Plenária Ordinária de 2017, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 30 de março de 2017, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando a solicitação encaminhada pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP de prorrogação do prazo para a conclusão dos processos éticos nºs ED-21/2016, ED-22/2016, ED-23/2016 e ED-24/2015. DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação do prazo para a conclusão dos processos éticos nºs ED-21/2016, ED- 22/2016, ED-23/2016 e ED-24/2016, conforme solicitado. Com 32 votos favoráveis, 00 votos contrários e 01 abstenção. 30/03/2017.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPESP Nº 0008-01/2017 Aprecia o relatório e voto fundamentados apresentados pelo Conselheiro Relator e aprovado pela CED/SP, nos autos do processo ético-disciplinar acima referido. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34, inciso IX, da Lei 12.378/2010; artigos 76 a 78, do Regimento Geral do CAU; e artigo 50, caput, da Resolução CAU/BR nº 143/2017; Considerando o disposto no artigo 21, alínea "o", do Regimento Interno do CAU/SP, que estabelece como competência do Plenário do CAU/SP a decisão acerca das sanções disciplinares a serem aplicadas nos procedimentos abertos pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP; Considerando o relatório e voto fundamentados apresentados pela Conselheira Relatora Arq. Urb. Anita Affonso Ferreira, referente ao processo ético-disciplinar nº ED-24/2016, aprovado por unanimidade de votos dos membros presentes da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, conforme Deliberação CED-CAU/SP nº 211/2017, de 16 de agosto de 2017, favorável ao arquivamento do processo ED-24/2016. DELIBEROU: 1. Por aprovar os termos da Deliberação nº 211/2017-CED-CAU/SP, no sentido de: a) Julgar improcedente a denúncia e arquivar o processo ED-24/2016. 2. Esta Deliberação Plenária entra em vigor na data de sua aprovação. Com 36 votos favoráveis e 01 votos contrário. 21/11/2017.

30. Processo nº ED-26/2017

ATA DA 7ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2017 - 27/07/2017 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: PROCESSO ED-26/2017, PROCESSO ED-25/2017, PROCESSO ED-100009469/2014. O Presidente abre a votação para aprovação da Prorrogação de Prazo, a qual é APROVADA com 47 votos favoráveis, nenhum contrário e duas abstenções.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0160-08/2017 Aprova a Prorrogação de prazo para conclusão de processos éticos ED-26/2017, ED-25/2017, ED-100009469/2014. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 21, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 7ª Sessão Plenária Ordinária de 2017, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 27 de julho de 2017, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando a solicitação encaminhada pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP de prorrogação do prazo para a conclusão dos processos éticos nºs ED-26/2017, ED-25/2017, ED-100009469/2014. DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação do prazo para a conclusão dos processos éticos nºs ED-26/2017, ED- 25/2017, ED-100009469/2014, conforme solicitado. Com 47 votos favoráveis. 00 votos contrários e 02 abstenções. 27/07/2017.

31. Processo nº ED-25/2017

ATA DA 7ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2017 - 27/07/2017 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: PROCESSO ED-26/2017, PROCESSO ED-25/2017, PROCESSO ED-100009469/2014. O

Presidente abre a votação para aprovação da Prorrogação de Prazo, a qual é APROVADA com 47 votos favoráveis, nenhum contrário e duas abstenções.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0160-08/2017 Aprova a Prorrogação de prazo para conclusão de processos éticos ED-26/2017, ED-25/2017, ED-1000009469/2014. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 21, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 7ª Sessão Plenária Ordinária de 2017, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 27 de julho de 2017, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando a solicitação encaminhada pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP de prorrogação do prazo para a conclusão dos processos éticos nºs ED-26/2017, ED-25/2017, ED-1000009469/2014. DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação do prazo para a conclusão dos processos éticos nºs ED-26/2011, ED- 25/2017, ED-1000009469/2014, conforme solicitado. Com 47 votos favoráveis, 00 votos contrários e 02 abstenções. 27/07/2017.

32. Processo nº ED-100009469/2014

ATA DA 7ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2017 - 27/07/2017 PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: PROCESSO ED-26/2017, PROCESSO ED-25/2017, PROCESSO ED-100009469/2014. O Presidente abre a votação para aprovação da Prorrogação de Prazo, a qual é APROVADA com 47 votos favoráveis, nenhum contrário e duas abstenções.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOSP Nº 0160-08/2017 Aprova a Prorrogação de prazo para conclusão de processos éticos ED-26/2017, ED-25/2017, ED-1000009469/2014. O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e o artigo 21, do Regimento Interno do CAU/SP, reunido ordinariamente em São Paulo – SP, em sua 7ª Sessão Plenária Ordinária de 2017, nas dependências do Auditório Rosário I do Hotel Comfort Downtown, situado na Rua Araújo, 141, São Paulo, SP, no dia 27 de julho de 2017, após a análise do assunto em epígrafe, e Considerando a solicitação encaminhada pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP de prorrogação do prazo para a conclusão dos processos éticos nºs ED-26/2017, ED-25/2017, ED-1000009469/2014. DELIBEROU: 1. Aprovar a prorrogação do prazo para a conclusão dos processos éticos nºs ED-26/2011, ED- 25/2017, ED-1000009469/2014, conforme solicitado. Com 47 votos favoráveis, 00 votos contrários e 02 abstenções. 27/07/2017.

33. Processo nº 3354/2015

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPESP Nº 0007-08/2017 Aprecia o recurso interposto pelo denunciante em face da deliberação CED/SP pela não admissibilidade da denúncia, nos autos do processo ético disciplinar acima referido. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34, inciso IX, da Lei 12.378/2010; artigos 76 a 78, do Regimento Geral do CAU; e artigo 50, *caput*, da Resolução CAU/BR n.º 143/2017; Considerando o disposto no artigo 22, da Resolução CAU/BR n.º 143/2017, que estabelece que da decisão de não acatamento da denúncia caberá recurso ao Plenário do CAU/SP. Considerando o relatório e voto fundamentados apresentados pelo Conselheiro designado pelo Sr. Presidente do CAU/SP, Arq. Urb. Mário Yoshinaga, referente à denúncia n.º 3354/2015, em razão da interposição de recurso em face Deliberação CED-CAU/SP n.º 50/2016, de 28 de junho de 2016, a qual aprovou por unanimidade o parecer da Conselheira Relatora Arq. Urb. Ana Maria de Biazzi Dias de Oliveira, no sentido da não admissibilidade da denúncia. DELIBEROU: 1. Por conhecer do recurso do denunciante. 2. Por aprovar os termos do relatório e voto fundamentado apresentado pelo Conselheiro designado pelo Sr. Presidente do CAU/SP, Arq. Urb. Mário Yoshinaga, no sentido de: a) Não dar provimento ao recurso interposto determinando-se o arquivamento liminar da denúncia recebida. 3. Esta Deliberação Plenária entra em vigor na data de sua aprovação. Com 35 votos favoráveis. 31/08/2017.

34. Processo n.º 1000015913/2015

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPESP Nº 0006-07/2017 Aprecia o relatório e voto fundamentados apresentados pelo Conselheiro Relator e aprovado pela CED/SP, nos autos do processo ético-disciplinar acima referido. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34, inciso IX, da Lei 12.378/2010; artigos 76 a 78, do Regimento Geral do CAU; e artigo 50, *caput*, da Resolução CAU/BR n.º 143/2017; Considerando o disposto no artigo 21, alínea "o", do Regimento Interno do CAU/SP, que estabelece como competência do Plenário do CAU/SP a decisão acerca das sanções disciplinares a serem aplicadas nos procedimentos abertos pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP;

Considerando o relatório e voto fundamentados apresentados pela Conselheira Relatora Arq. Urb. Ana Maria de Biazzi Dias de Oliveira, referente ao processo ético-disciplinar n.º 1000015913/2015, aprovado por unanimidade de votos dos membros presentes da Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP, conforme Deliberação CED-CAU/SP n.º 166/2017, de 02 de agosto de 2017, favorável a aplicação da sanção de suspensão do exercício da atividade de arquitetura e urbanismo, por 240 (duzentos e quarenta) dias, ao arquiteto denunciado. DELIBEROU: 1. Por aprovar os termos da Deliberação n.º 166/2017-CED-CAU/SP, no sentido de: a) Julgar procedente a denúncia para aplicar a sanção de suspensão do exercício da atividade de arquitetura e urbanismo, por 240 (duzentos e quarenta) dias, ao arquiteto denunciado, por infrações aos incisos VI, VII e XII do Art. 18, da Lei 12.378/2010 e às regras 3.2.5, 3.2.11 e 3.2.13 do Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas. 2. Esta Deliberação Plenária entra em vigor na data de sua aprovação. Com 32 votos favoráveis, 01 voto contrário. 31/08/17.

35. Processo N° 1000010622/2014

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPESP N° 0013-07/2017 Aprecia o relatório e voto fundamentados apresentados pelo Conselheiro Relator e aprovado pela CED/SP, nos autos do processo ético-disciplinar acima referido. O Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP, no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 34, inciso IX, da Lei 12.378/2010; artigos 76 a 78, do Regimento Geral do CAU; e artigo 50, caput, da Resolução CAU/BR n.º 143/2017; Considerando o disposto no artigo 21, alínea "o", do Regimento Interno do CAU/SP, que estabelece como competência do Plenário do CAU/SP a decisão acerca das sanções disciplinares a serem aplicadas nos procedimentos abertos pela Comissão de Ética e Disciplina do CAU/SP; Considerando o relatório e voto fundamentados apresentados pelo Conselheiro designado pelo Sr. Presidente do CAU/SP, Arq. José Antônio Lanchoti, referente ao processo n.º 1000010622/2014, em razão da interposição de recurso em face Deliberação CED-CAU/SP n.º 33/2017, de 26 de janeiro de 2017, a qual aprovou por unanimidade o parecer do Conselheiro Relator Arq. Urb. Ruy dos Santos Pinto Junior, no sentido de arquivar o presente processo, não admitindo a denúncia, DELIBEROU: 1. Por conhecer do recurso do denunciante. 2. Por aprovar os termos do relatório e voto fundamentado apresentado pelo Conselheiro designado pelo Sr. Presidente do CAU/SP, Arq. Urb. José Antônio Lanchoti, no sentido de: a) Não dar provimento ao recurso interposto determinando-se o arquivamento liminar do processo 1000010622/2014; b) Abrir uma denúncia, por ofício, contra o arquiteto que elaborou o laudo de vistoria, de fls. 162/206 dos autos, a fim de apurar as razões pelas quais se apresenta com o número do CREA e título de arquiteto e urbanista e para apresentação do RRT do laudo emitido, e caso haja RRT extemporâneo, que se busque identificar quantos laudo técnicos foram emitidos sem o registro junto a este Conselho. 3. Esta Deliberação Plenária entra em vigor na data de sua aprovação. Com 33 votos favoráveis. 21/11/2017